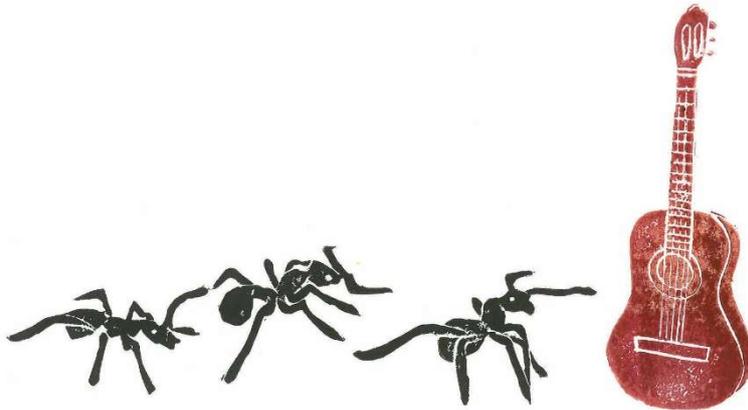




**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**



PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA

**RESISTÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÕES:
UM OLHAR SOBRE A MORADIA CAMPONESA NO ESTADO DA BAHIA, COM ÊNFASE NOS PROJETOS
DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**



**SALVADOR (BA)
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA

**RESISTÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÕES:
UM OLHAR SOBRE A MORADIA CAMPONESA NO ESTADO DA BAHIA, COM
ÊNFASE NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

**SALVADOR (BA)
2017**

PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA

**RESISTÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÕES:
UM OLHAR SOBRE A MORADIA CAMPONESA NO ESTADO DA BAHIA, COM
ÊNFASE NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Texto apresentado à banca de Examinadora Final do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Bahia.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa
Coorientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani**

**SALVADOR (BA)
2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA DOUTORANDA
PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos professores doutores Francisco de Assis da Costa, Guiomar Inez Germani, Pasqualino Romano Magnavita, Luiz Antonio de Souza, Ariadne Moraes Silva, Gilca Garcia de Oliveira e Amadja Henrique Borges sob a presidência do primeiro, na qualidade de orientador da tese, para proceder ao exame do trabalho apresentado pela doutoranda Paula Adelaide Mattos Santos Moreira no projeto intitulado **“Resistência e Territorialização: um olhar sobre a moradia camponesa no estado da Bahia, com ênfase nos projetos de assentamento de reforma agrária”**.

O ato teve início às 14:00 horas, tendo sido concedido à doutoranda cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pela candidata.

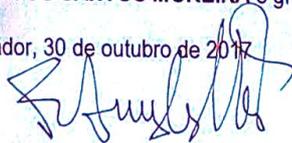
Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Guiomar Inez Germani	APROVADA COM DISTINÇÃO
Prof. Dr. Pasqualino Romano Magnavita	APROVADA COM DISTINÇÃO
Prof. Dr. Luiz Antonio de Souza	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Ariadne Moraes Silva	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Amadja Henrique Borges	APROVADA COM DISTINÇÃO

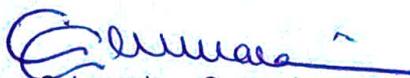
obs: com indicações
para que seja
publicado em
revista de
LIVRO,

Com o que se julgou a doutoranda APROVADA COM DISTINÇÃO, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido à **PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA** o grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 30 de outubro de 2017



Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa
Presidente da Banca e Orientador
PPG-AU/FAUFBA



Profa. Dra. Guiomar Inez Germani
Coorientadora
POS GEO



Prof. Dr. Pasqualino Romano Magnavita
Membro da Banca
PPG-AU/FAUFBA



Prof. Dr. Luiz Antonio de Souza
Membro da Banca
PPG-AU/FAUFBA



Profa. Dra. Ariadne Moraes Silva
Membro da Banca
FAUFBA



Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Membro da Banca
PPG-E/UFBA



Profa. Dra. Amadja Henrique Borges
Membro da Banca
PPG-AU/UFBA

Dedico a

Camila, Luana, Carol e Marina, jovens arquitetas, representantes dos que se interessam e querem trabalhar, com amor, tanto na arquitetura, como na geografia, na antropologia, no direito ou na arte, com os camponeses deste país.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, uma tese de doutorado não é algo feito por uma única pessoa. É uma obra coletiva que permeia e provoca violentamente quem a conduz, a escreve. Ela vaga pelo universo num processo de amplas mutações e, aterrissa sobre uma pessoa. A partir daí viaja por livros, seminários, salas de aula, simpósios, mesas de bar, museus, salas de estar, computadores, folhas de papel, sonhos... Sempre sendo nutrida (pois, seu apetite é voraz!) por quem a conduz, porém, com alimentos doados generosamente por inúmeras pessoas, seres, elementos... Importante destacar que cada alimento tem um efeito específico sobre a tese, pois, somos o que processamos do que comemos. A tese, assim, ganha vida própria, sendo filha do universo e livre para vagar em sua imensidão.

Neste contexto, seria impossível listar aqui tudo e todos que contribuíram com esta tese, pois muitos destes não são identificáveis. Doaram algo de forma silenciosa, na invisibilidade de uma multidão. Assim, aqui estão listadas somente as pessoas que a humilde autora desta obra pode identificar. Pessoas estas que representam a importância dos significados dos termos doação, coração, dedicação, gratidão, paixão, acolhimento, gentileza, simpatia, generosidade. Sem isso, nada do que vem a seguir seria possível...

A todos os assentados que abriram suas casas e me mostraram seu cotidiano de forma leve, pessoal, natural, espontânea, carinhosa e caridosa. Vocês me ofereceram o alimento mais nutritivo que meu corpo conheceu! Não tenho como agradecer a tanta disponibilidade, somente a recebo humildemente, os reverenciando e reconhecendo o quanto são importantes para este país!

A Vinícius, Théo, Maya e Nenel, minha amada família, digo que agradecer a vocês seria possível somente se fazer pedindo-se perdão por minha ausência em diversos momentos. Ausências estas, muito bem compreendidas e respeitadas por vocês, da forma mais sublime do amor contido na paciência.

À Minha mamãe Cecília (bobó Lhó) e a meu papai Djalma (fôfô Di), por simplesmente existirem da forma mais essencial na minha vida. Somente sob a asa de vocês, em meu mais íntimo lar, foi possível redigir o referencial teórico desta tese. Gratidão!

À minha eterna orientadora Guiomar Inez Germani: uma amiga, uma irmã, uma mãe, uma referência, um porto seguro, uma companheira, uma guerreira, uma coordenadora, uma querida. “Se todos fossem iguais a você, que maravilha viver”.

Aos amigos/irmãos mais valiosos que ouro e diamante, colaboradores diretos deste trabalho: Cumadi Nega, Yse, Beta, Natália, Ignácio, Ednara, Eric, Mari Marin, Isadora, Markito, Cuca, Fahda, Rob Rick, Milene, Conceição, Tchuca, Dezinho, Carol Vieira, Selminha. Sem vocês eu não teria respostas, não teria trocas espontâneas. Tudo seria nebuloso e bem chato.

Ao sempre querido Marcos Paraguassú, por ter me iniciado na vida acadêmica, me mostrado possibilidades, me provocado, me doado publicações valiosíssimas. Enfim, por ter acreditado nas possibilidades que eu representava em momentos essenciais de minha vida.

À Coordenação e ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA pelo apoio, acolhimento, simpatia, conhecimento e dedicação de seus professores e seu corpo técnico administrativo.

A banca examinadora mais iluminada que se poderia ter. Um orientador (Xico Costa) criativo, singelo e sensível; uma coorientadora (Guiomar Germani) precisa, benévola e atenciosa; o mais jovem, gentil e inspirador professor do PPGAU, Pasqualino Magnavita; um amigo sincero, interessado e justo (Luiz Antônio); uma amiga doce, disponível e autêntica (Gilca Oliveira); outra amiga singular, que tem a potência de um trovão e a delicadeza de uma flor de flamboyant (Ariadne Silva); por fim, uma descoberta valiosíssima em meio a um universo tão árido: a amorosa e combatente guerreira Amadja Borges. Feliz demais por ter vocês construindo diretamente esta tese coletiva!

A Dona Terezinha e Seu Tiago, por terem me recebido e hospedado, com minha família, em Boa Vista do Tupim. Tamanha disponibilidade somente com muito amor no coração! Vocês foram fundamentais para esta tese!

Aos meus colegas de Doutorado, turma 2013. Nossa! Quanta coisa vivemos juntos! Quantas trocas, incentivos, experiências, alegrias e angústias. Estamos finalizando! Sentiremos saudades, porém, sempre estaremos juntos em nossas memórias!

A uma das mais importantes experiências que tive como doutoranda: a participação como expositora, banca examinadora e no acompanhamento de trabalhos junto a Residência em Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade/ PPGAU/UFBA. Um agradecimento especial a Ângela Gordilho Souza, Heliana Metting, Marcos Queiroz e Maria Teresa Gomes do Espírito Santo.

A minha turminha inspiradora e muito querida de tirocínio docente: os professores Paola Berenstein Jacques e Eduardo Teixeira de Carvalho; os colegas/amigos Lumena, Tiago, Gabriel, Maria Isabel e Igor; a turma de alunos de Atelier V/ 2015. Que ano delicioso com vocês!

Aos amigos do grupo de pesquisa GeografAR pela constituição de um lar acadêmico com mães, pais, irmãos, primos, sobrinhos, avós e tios. Que bom estar com vocês! Que bom que existem! Deny, Cloves, Lucas, Guiomar, Gilca, Edite, Avelar, Ednizia, Tiago, Bruno, Aline S., Aline N., Hingryd, Laurita, Gedeval, Sander, Adriano, Kássia, Taise, Maicon, Lurdinha, Marcelo, Janeide, Marize, Marcio. Laurira, Deny, Hingryd, Edite e Lurdinha, em especial, não existe como agradecer tamanha ajuda em todos os momentos desta batalha!

Aos colegas dos grupos de pesquisa Visões Urbanas (Camila, Bau e Rafaela) e Lugar da Diferença. A todas as nossas tentativas de articulação, oportunidades de debate, trocas, gentilizes, planos e projetos para o futuro. Somente coisas boas!

À oportunidade de trabalhar a proficiência na língua espanhola a partir de um projeto muito bem-intencionado, disponibilizado pela UFBA, o PROFICI. Estudar numa universidade interessada nas articulações internacionais que busca preparar seus alunos é muito importante. Espero que as universidades públicas suportem toda conjuntura política desfavorável e que este tipo de ação não seja sucateada...

À todas as possibilidades que foram reveladas e ainda serão na Escola de Belas Artes da UFBA. Sem ela, nada seria desta forma. Em especial, ao meu mestre Evandro Sybine que, acompanhou a confecção das gravuras presentes nesta tese. Gratidão pela sua disponibilidade, competência, magia, interesse, sinceridade, amor às gravuras e à sua atividade docente.

Aos colegas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por me disponibilizarem tempo, ajuda, paciência, informação (valiosa!), carinho e crédito! Uma família, sem dúvida! Yse, Ednara, Joce, Suy, Alberto, Elvio, Takero, Lilian, Roger, Mari, Tai, Fabiano, Sila, Cris, Silvia, Cintia, Paulo Alves, Victor, Carlos Borges, Lucinha, Elaine, Lau, Cida, Lindomar, Franklin, Claudinha, Dermeval, Werlen, Valério, Edgard, Somácio, Barberi, Edmundo, Carlinha, Paulo Coqueiro, Vital, Itamar, Sérgio Resende, Sérgio Antunes, Líria, Hamilton, Getúlio, Manuel Vitor, Israel, Kosme, Mirela e Miguel.

A todas as pessoas de todas as instituições e órgãos públicos (CONDER, SEDUR, DNOCS, CODEVASF, CHESF, CAR, CDA, CERB, FUNASA, IBGE) que me ajudaram disponibilizando dados, informações, constatações, imagens, saberes, reflexões, tempo. Gratidão eterna!

Não é só de estudo que se vive nos quatro anos de dedicação ao doutorado. Dentre os vários probleminhas de saúde decorrentes de estresse e ansiedade, ambos relacionados ao louco processo de elaboração desta tese, houveram momentos onde outras atividades importantíssimas em minha vida se mostraram fundamentais para me manter em pé. Por isso, agradeço à Capoeira, na figura de meu mestre Marco; ao universo flamenco, através das mestras Ila e Bia; a magia da dança circular sagrada, onde vejo no querido Luiz uma grande referência e estímulo; e a todas as atividades aquáticas, libertadoras da essência de meu ser que esteve encarcerada numa mesa com um computador a frente. Neste caso, minha inspiração sempre virá de meu amado esposo Nelson Moreira e da minha querida praia de Amaralina.

Sem dúvida, ao final deste percurso, a condutora desta tese não é mais a mesma pessoa. Aquela, antes disso tudo, foi dolorosamente consumida pelas labaredas deste conturbado processo e, dela surgiu uma outra diferente. Porém, não um diferente superior. Penso na águia que se automutila para poder viver por mais tempo, com qualidade física similar a outrora. O outrora no caso desta autora, advindo da juventude, onde se acredita que se pode mudar o mundo. A vitalidade deste período que estava desestimulada foi fortalecida neste processo graças ao intenso contato feito com tantas pessoas, tantas ideias, tantas situações. Assim, mais do que tudo, gratidão a todos por trazer alimentos possíveis de nutrir no meu ser uma esperança de dias melhores!

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **Resistência e Territorializações: um olhar sobre a moradia camponesa no estado da Bahia, com ênfase nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.** 2017. 497f. Tese (Doutorado em |Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Esta tese tem como objeto a moradia camponesa, com foco na realidade dos assentados em projetos de assentamento de reforma agrária no Estado da Bahia, vista sob a ótica dos processos sociais advindos da resistência, considerando-se a multiplicidade de situações existentes na escala do sujeito histórico e na do sujeito que luta através de seu modo de vida cotidiano. Em relação aos projetos de assentamento, propõem-se para o estudo o período entre 1985 e 2015, compreendido em três fases relacionadas às políticas públicas para a reforma agrária: 1) de 1985 a 1994, período de transição política onde foi implantado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA); 2) 1995 a 2001, Governo Fernando Henrique Cardoso, quando os movimentos sociais intensificaram suas ações; 3) 2003 a 2010, Governos Lula, quando foi elaborado o II PNRA e houve maior participação dos movimentos na proposição das políticas públicas. A pesquisa, que busca contribuir com o debate em torno da questão agrária, traz a partir do contexto da moradia, reflexões que evidenciam que apesar da insuficiência da Política de Reforma Agrária, o camponês assentado resiste de variadas formas e em diversos momentos e escalas. Esta resistência abrange tanto o processo de luta pela conquista da terra, como a manutenção de seu modo de vida nesta, enfrentando o desafio, denominado por Germani (1993) como a manifestação da nova cara da luta pela terra. A força da ação do Estado nos projetos de assentamento é intensa, visto que estes se constituem como uma forma estatal de intervenção sobre o espaço, mesmo que seja um resultado da ação do camponês como sujeito histórico. Neste contexto, tende-se a se confrontar no território dos assentamentos os interesses consequentes das múltiplas relações entre este Estado, provedor da política pública, com cada beneficiário da reforma agrária, grupos de assentados, movimentos e organizações sociais e, principalmente, com os interesses do capital, gerando processos complexos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, com suas rupturas, fragmentações e conexões espaciais, fato que repercute diretamente na forma de morar em cada projeto de assentamento.

Palavras-chave: Resistência, moradia, reforma agrária, projeto de assentamento, camponês assentado.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **Resistance and Territorializing: a look at rural housing in the state of Bahia, with emphasis in the Projects of Rural Settlements of the Agrarian Reform (Brazil)**. 2017. 497f. Thesis (Doctorate in Architecture and Urbanism) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

This research focuses on rural housing, reporting the reality of the populations who benefited from projects of rural settlements – results of the agrarian reform in the state of Bahia (Brazil) – seen through the perspective of social resistance processes. The process of settlement will be examined from 1985 to 2010, divided in three parts corresponding to public policies of the agrarian reform : 1) from 1985 to 1994, period of political transition during which the first National Planning of Agrarian Reform (1st PNRA) was implemented. 2)) from 1995 to 2001, Fernando Henrique Cardoso's government, when social movements deepened their actions. 3) from 2003 to 2010, Lula's government, when II PNRA was developed and the involvement of the social movements in the proposal of public policies was the most significant. This research intends to discuss the agrarian issue and develops from the rural housing context reflexions highlighting the fact that despite the deficiency of the agrarian reform, the settled farmer resist in different ways, throughout various times and stages. This resistance covers the process of conquering the land but also the process of maintaining their way of life on this land, labelled by Germani (1993) as the new face of the struggle for land. The scale of the States' action in the rural settlements is huge, as it is a form of state intervention on space, although it results from the farmer's action seen as a historical subject. In this context, the interests resulting from various relations between the State – vector of public policies – and each beneficiary of the agrarian reform – groups of settled farmers, social movements and organisations – tend to come into conflict with the interest of the Capital, creating complex processes of territorializing, deterritorialization, reterritorialization along with its breaches, its fragmentations and its spatial connexions which directly affect the way of living in each rural settlement.

Keywords: Resistance, rural housing, agrarian reform, project of rural settlement, settled farmer.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **Resistencia y Territorializaciones: una mirada a la vivienda de los Campesinos en el estado de la Bahía, enfatizando los proyectos de asentamiento de la reforma agraria.** 2017. 497f. Tese (Doutorado em |Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMEN

Esta experiencia tiene como objetivo la vivienda del campesino, con foco en la realidad de proyecto de asentamientos de la reforma agraria en el estado de la Bahía, visto sobre la óptica de procesos sociales que son consecuencia de resistencia, considerando que la multiplicidad de situaciones existentes en la escala del sujeto histórico y en la del individuo que lucha a través de su modelo de vida cotidiano. En relación a los proyectos de asentamiento, se proponen para el estudio el periodo entre 1985 y 2010, comprendido en tres fases relacionadas a la políticas públicas para la reforma agraria: 1) de 1985 hasta 1994, periodo de transición política donde se implanto el “Primer Plano Nacional de reforma Agraria (I PNRA); 2) 1995 hasta 2001, Gobierno Henrique Cardoso, cuando los movimientos sociales intensificaron sus acciones; 3) 2003 hasta 2010, Gobierno Lula, cuando fue elaborado el II PNRA donde hubo mayor participación de los movimientos en las propuestas de las políticas públicas. La investigación, que busca construir con el debate en el marco de las cuestiones agrarias, trae a partir del contexto de la vivienda reflexiones, que evidencian a pesar de las influencias de la política sobre la Reforma Agraria, los campesinos asentados resisten de variadas formas en distintos momentos y escalas. Esta resistencia abarca tanto el proceso de lucha por la conquista de la tierra, como también la manutención de su modo de vida en la misma, enfrentando el desafío, denominado por Germani (1993) como la manifestación da una nueva cara a la lucha por la tierra. La fuerza de acción del Estado en los proyectos de asentamiento es intensa, siendo que estos se constituyen como una forma estatal de intervención sobre el espacio, mismo que sea un resultado de acción de campesinos como sujeto histórico. En este contexto, se tiende a confrontar en el territorio de los asentamientos los intereses consecuentes de la reforma agraria, grupos de asentados, movimientos y organizaciones sociales, principalmente con los intereses del capital, generando procesos complejos de desterritorialización y reterritorialización, con sus fracturas, fragmentaciones e conexiones espaciales, hecho que repercute directamente en la forma de vivienda em cada proyecto de asentamiento.

Palabras-claves: resistencia, vivienda, reforma agraria, proyecto de asentamiento, campesinos asentados.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa dos Municípios Seleccionados para a Pesquisa por Momento de Estudo – Bahia/2016	36
Figura 2	Imagens Referentes as Colônias de Imigrantes na 1ª Fase de Colonização. Fonte: Machado, 1999	49
Figura 3	Implantação e Fotos do Núcleo Colonização JK/ Mata de São João/Bahia (2ª Fase de Colonização)	55
Figura 4	Zoneamento Esquemático do Urbanismo Rural da Região Limítrofe a uma Cidade	62
Figura 5	Esquema do Urbanismo Rural para Colonização em Rodovias Pioneiras	62
Figura 6	Reprodução do Esquema Conceitual do Urbanismo Rural em uma Rodovia	62
Figura 7	Esquemas de Planos Físicos de Agrovilas	62
Figura 8	Croquis de um dos Tipos de Agropólis	62
Figura 9	Esquema de um Tipo de Rurópolis	62
Figura 10	Implantação das Ruropólis Itaituba, Altamira e Marabá (amarelo), do conjunto das Agropólis (laranja) e da Agropólis Brasil Novo (lilás), localizados nas margens da BR230	65
Figura 11	Projeto da Agropólis Brasil Novo com Zoneamento e Equipamentos Sociais e Imagem Aérea Atual	65
Figura 12	Sede municipal de Brasil Novo com seu entorno devastado pela implantação dos projetos de colonização	65
Figura 13	Fotos de Agrovila e Moradias nos Projetos de Colonização da Amazônia	67
Figura 14	Planta Geral, Exemplos e Agrovilas e Fotos do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho/ Bahia. Fonte: INCRA, 1993 e Arquivo Nacional, 1976	69
Figura 15	Variações dos Modelos de Plano Físico do Projeto Vale do Banabuiú/ Montante de Morada Nova, Ceará	74
Figura 16	Variações dos Modelos de Plano Físico do Projeto Alto do Turi, Maranhão	74
Figura 17	Implantação, Agrovilas e Fotos do Projeto Formoso/ Bom Jesus da Lapa Bahia	78
Figura 18	Implantação e Fotos do Projeto de Assentamento Rápido – PAR Camamu/ Bahia	81
Figura 19	Mapa dos Projetos de Assentamento do Estado da Bahia por Momento	89
Figura 20	Esquema conceitual dos elementos do espaço, baseado em Milton Santos	117
Figura 21	Esquema conceitual dos sujeitos da sociedade capitalista. Baseado em Karel Kosic	119
Figura 22	Esquema conceitual dos caminhos da moradia camponesa	125
Figura 23	Mapa de Projeto de Assentamento por Momento Estudado – Bahia/2016	131
Figura 24	Sequência de Mapas Elaborados para Seleção dos Municípios Estudados – Bahia/2016	132
Figura 25	Mapa Síntese da Área de Influência dos Projetos de Assentamento por Momento de Estudo – Bahia/2016	132
Figura 26	Mapa dos 24 Municípios Seleccionados para a Pesquisa– Bahia/2016	135
Figura 27	Exemplos de Representações de Parcelamento em Projetos de Assentamento	138
Figura 28	Exemplos das Diversas Formas de Materialização das Representações dos Parcelamentos dos Projetos de Assentamentos Estudados	139
Figura 29	Mapa do Índice de Gini de Concentração de Terras referente ao ano de 2006 no Estado da Bahia com Destaque aos Municípios Estudados na Pesquisa	160
Figura 30	Imagem de Satélite de Detalhe do PA Rio Grande II, Cotegipe/Bahia, 2017	167
Figura 31	Gráfico das Variáveis da Condição do Produtor, 2006	169
Figura 32	Gráfico das Variáveis da Condição de Ocupação do Domicílio, 2010	174
Figura 33	Exemplos de Unidades Habitacionais Rurais e Plantas Baixas Arquitetônicas, Fruto da Ação de Diversos Órgãos Públicos no Estado da Bahia	180
Figura 34	Aspecto dos Pequenos Quintais das Moradias feitas pela Prefeitura de São Francisco do Conde, para a Comunidade Quilombola Porto Dom João	181
Figura 35	Gráfico da Comparação entre os Percentuais do Déficit Habitacional nos Municípios Seleccionados e em suas Zonas Rurais, 2010	183
Figura 36	Materialidade das casas da Comunidade Porto Dom João, Antes e Depois do TAUS	187
Figura 37	Charge sobre Êxodo Rural e Questão Agrária	195

Figura 38	Espacialização de Vovô Joaquim na busca de um local para morar na cidade de Itajubá/BA	201
Figura 39	Espacialização da Comunidade Quilombo Paraíso, localizada em Salvador/BA	203
Figura 40	Charge sobre Violência no Campo	206
Figura 41	Charge sobre Despejo	209
Figura 42	Charge sobre Questão Agrária	213
Figura 43	Plantas Esquemáticas de Casas Sede	222
Figura 44	Planta Esquemática das Moradias Germinadas das Fotos 45 e 46	234
Figura 45	Planta Esquemática das Moradias Germinadas das Fotos 47 e 48	234
Figura 46	Charge sobre trabalhador rural	234
Figura 47	Planta Esquemática dos Alojamentos das Fotos 56 e 57	238
Figura 48	Fotos de Dois Flagrantes de Condições de Degradação Relacionada a Moradia de Trabalhadores Resgatados em Condições Análogas a de Escravo	241
Figura 49	Implantação Esquemática das Moradias da Primeira Geração da Família Diniz	251
Figura 50	Detalhe da implantação da casa da 1ª Matriarca da Família Diniz	251
Figura 51	Plantas e Fachadas da Moradia da 1ª Matriarca da Família Diniz	251
Figura 52	Croquis da Moradia da 1ª Matriarca da Família Diniz	251
Figura 53	Planta Baixa da Matriarca da 2ª Geração da Família Diniz	251
Figura 54	Implantação da Moradia da Matriarca da 2ª Geração de Família Diniz	251
Figura 55	Croquis da Moradia da 2ª Matriarca da Família Diniz	251
Figura 56	Planta da Moradia da representante da, 3ª geração da família Diniz	251
Figura 57	Implantação da Moradia da representante da 3ª geração da Família Diniz	251
Figura 58	Fotos da Moradia da representante da 3ª geração da Família Diniz	251
Figura 59	Implantação das Moradias da Comunidade Rural Quilombola Jatobá, Muquém do São Francisco/BA	271
Figura 60	Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá	271
Figura 61	Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá	271
Figura 62	Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá	271
Figura 63	Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá	271
Figura 64	Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá	271
Figura 65	Esquema com desenho da comunidade e fotos indicando os locais de moradia em relação ao regime do rio	271
Figura 66	Plantas e Fachadas de Moradia com Função Mista em Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 67	Planta e Fachada de Moradia em Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 68	Planta e Fachada de Moradia em Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 69	Planta e Fachada de Moradia em Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 70	Planta e Fachada de Moradia em Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 71	Implantação das Moradias nas Comunidades Quilombolas Parateca/Pau D'Arco	274
Figura 72	Plantas de Moradia em Lagoa do Peixe	274
Figura 73	Implantação das Moradias na Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe	274
Figura 74	Moradias e Curral Coletivo da Família Gonçalves	285
Figura 75	Implantação das Moradias da Família de Seu Tiago com Quintais	285
Figura 76	Conjunto de Moradias de uma Comunidade de Fundo de Pasto	285
Figura 77	Implantação das Moradias na Comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho, Uauá/BA	285
Figura 78	Planta da Moradia de Seu Tiago	285
Figura 79	Planta da Moradia de Seu Edson	285
Figura 80	Implantação das Moradias da Família de Seu Edson Maxi, com Destaque aos Currais Individuais, localizados junto aos quintais	285
Figura 81	Símbolo Importante para as Comunidades de Fundo de Pasto: o Bode	285
Figura 82	Unidade de Moradia de uma Comunidade de Fundo de Pasto	285
Figura 83	Gráfico do Número de Projetos de Assentamento Criados na Bahia por Governo	296
Figura 84	Fotos do Acampamento Rancho Alegre, Arembepe/ Camaçari/ Bahia	310
Figura 85	Fotos de Diversos Acampamentos de Movimentos Sociais de Luta pela Terra	310
Figura 86	Fotos e Imagem do Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA	310

Figura 87	Fotos da Moradia 1 no Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA	320
Figura 88	Fotos da Moradia 2 no Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA	320
Figura 89	Implantação do Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA	320
Figura 90	Fotos da Ocupação do MST contra o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff na Barra, Salvador/BA	327
Figura 91	Ocupação do MST no Centro Administrativo	327
Figura 92	Fotos de Ocupação de Vários Grupos Sociais Unidos no INCRA, Salvador/BA	327
Figura 93	Temporalidade das Ações do Estado em Relação aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Bahia, 1985/2017	338
Figura 94	Fotos de Moradias no PA Santa Maria antes do Crédito Habitação, Maraú/BA	343
Figura 95	Fotos de Moradias no PA Marambaia antes do Crédito Habitação, Itacaré/BA	343
Figura 96	Fotos de Moradias no PA Santa Maria antes do Crédito Habitação, Mata de São João/BA	343
Figura 97	Fotos de Moradias no PA Pancada Grande antes do Crédito Habitação, Itacaré/BA	343
Figura 98	Fotos de Moradias no PA 1º de Abril antes do Crédito Habitação, Ipirá/BA	343
Figura 99	Fotos de Moradias no PA Mocambo antes do Crédito Habitação, Andaraí/BA	343
Figura 100	Fotos de Moradias no PA Dom Mathias antes do Crédito Habitação, Ipirá/BA	343
Figura 101	Fotos de Moradias e Projeto de loteamento no PA Tingui Gonçalves antes do Crédito Habitação, Sítio do Quinto/BA	347
Figura 102	Fotos de Moradias e Projeto de loteamento no PA Rompe Gibão antes do Crédito Habitação, Sítio do Quinto/BA	348
Figura 103	Maquete da Vila do PA Porteira, Sítio do Quinto/BA	350
Figura 104	Estratégias para Implantação das Moradias nos Projetos de Assentamento	352
Figura 105	Adequações feitas pelos Assentados nas Unidades Habitacionais feitas com os Recursos do INCRA	381
Figura 106	Fotos Exemplos de Varanda, Sala, Cozinha, Banheiro e Quarto das Moradias de Diversos Projetos de Assentamentos	385
Figura 107	Dimensão do Lote de Moradia e o Uso do Quintal	393
Figura 108	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Canabrava	396
Figura 109	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Sítio Novo	396
Figura 110	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Eldorado	396
Figura 111	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Pancada Grande	396
Figura 112	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Che Guevara	396
Figura 113	Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Santa Maria	396
Figura 114	Projetos de Assentamento e a Localização das Moradias	409
Figura 115	PA Nova Panema, Mata de São João/BA, e suas Relações com a Área Coletiva	412
Figura 116	Euclides Neto, Mata de São João/BA, e suas Relações com a Área Coletiva	412
Figura 117	Tendência da Presença de Áreas Coletivas por Momento	414
Figura 118	PA sem Área Coletiva x PA somente com Área Coletiva	415
Figura 119	Referência e Aplicações de Modelos Espaciais em Projetos de Assentamento	420
Figura 120	Comparação entre a Implantação das Moradias da Família do Maxis (Comunidade de Fundo de Pasto) e de Projetos de Assentamento com Modelo Espacial Orgânico	423
Figura 121	Croqui da Vila da Comunidade Quilombola de Pau D'Arco e Projetos de Assentamento com Modelo Espacial de Vilas Linear	424
Figura 122	Comparação entre as Implantações de moradias unidades familiares camponesas dentro e fora da perspectiva de um Projeto de Assentamento	425
Figura 123	Comparação entre Núcleo Habitacional de um Projeto de Assentamento e de uma Vila Jesuíta do Brasil Colônia	426

Figura 124	Relações entre a Condição Ambiental, a Capacidade do PA e o Número de Assentados	432
Figura 125	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Santos, PA Canabrava, Boa Vista do Tupim/BA.	435
Figura 126	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Oliveira, PA Crispim, Boa Vista do Tupim/BA	435
Figura 127	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Costa, PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA	435
Figura 128	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Oliveira, PA Barra Verde, Boa Vista do Tupim/BA	435
Figura 129	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Bastos, PA Che Guevara, Boa Vista do Tupim/BA	439
Figura 130	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Santana, PA Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA	439
Figura 131	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família de Edézio e Fátima, PA Panema, Mata de São João/BA	439
Figura 132	Implantação, Plantas e Fotos da Moradia de Manoel, PA Santa Maria, Mata de São João/BA	439
Figura 133	Acampamentos, Agrovilas e Pontos de Conexão Construídos Coletivamente sob a Referência da Resistencia	447
Figura 134	Exemplos de Porte de Núcleo Habitacional em Projetos de Assentamento	450
Figura 135	A Moradia, a Rede de Resistência Camponesa e os Quatro Elementos da Natureza	453

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Moradia Destruída em na Comunidade Quilombola Porto Dom João, São Francisco do Conde/BA	208
Foto 2	Moradia e Bens Destruídos na Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, Simões Filho/BA	208
Foto 3	Posseiros na fazenda Sítio Novo, Ipirá/Bahia	213
Foto 4	Moradia de posseiros na Fazenda Cajueiro II, Xique Xique/BA	213
Foto 5	Vila de posseiros na fazenda Itacutiara, Barra/BA	213
Foto 6	Vila de posseiros na fazenda Barro Vermelho/Canudos, Barra/BA	213
Foto 7	Vila de posseiros na fazenda Barro Vermelho/Canudos, Barra/BA	213
Foto 8	Posseiros na Limoeiro, Camamu/BA	213
Foto 9	Posseiros na Limoeiro, Camamu/BA	213
Foto 10	Moradias de posseiros na Limoeiro, Camamu/BA	213
Foto 11	Posseiros na Limoeiro, Camamu/BA	213
Foto 12	Moradia de posseiro na fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA	213
Foto 13	Posseiros na fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA	213
Foto 14	Moradia de posseiros na fazenda Bandeira, Boa Vista do Tupim/BA	213
Foto 15	Casa Sede da Fazenda Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA	224
Foto 16	Casa Sede da Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA	224
Foto 17	Casa Sede da Fazenda Segredo Riachuelo, Marcionílio Souza/BA	224
Foto 18	Casa Sede da Fazenda Santa Fé, Marcionílio Souza/BA	224
Foto 19	Casa Sede da Fazenda Mel de Abelha, Carinhanha/BA	224
Foto 20	Casa Sede da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, Mata de São João/BA	224
Foto 21	Casa Sede da Fazenda Crispim, Boa Vista do Tupim/BA	224
Foto 22	Casa Sede da Fazenda Agropastoril Santa Isabel, Ipirá/BA	224
Foto 23	Casa Sede da Fazenda Altamira, Santaluz/BA	223
Foto 24	Casa Sede da Fazenda Grotão, Boa Vista do Tupim/BA	223
Foto 25	Casa Sede da Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA	223
Foto 26	Casa Sede da Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA	223
Foto 27	Casa Sede da Fazenda Cascata, Aurelino Leal/BA	223
Foto 28	Casa Sede da Fazenda Nova Suíça, Santo Amaro/BA	223
Foto 29	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Agropastoril Santa Izabel, Ipirá/BA	231
Foto 30	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA	231
Foto 31	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA	231
Foto 32	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Segredo Riachuelo, Marcionílio Souza/BA	231
Foto 33	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Maçaranduba, Maraú/BA	231
Foto 34	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA	231
Foto 35	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Santa Maria, Mata de São João/BA	231
Foto 36	Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Altamira, Santaluz/BA	231
Foto 37	Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Cascata, Aurelino Leal/BA	232
Foto 38	Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Agropastoril Santa Izabel/BA	232
Foto 39	Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Limoeiro, Camamu/BA	232
Foto 40	Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Pai Simão, Marcionílio Souza/BA	232
Foto 41	Moradia de Vaqueiro na Fazenda Altamira, Santaluz/BA	234
Foto 42	Moradia de Vaqueiro na Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA	234
Foto 43	Moradia de Vaqueiro na Fazenda Pai Simão, Marcionílio Souza/BA	234
Foto 44	Moradia de Vaqueiro na Fazenda Aliança, Boa Vista do Tupim/BA	234
Foto 45	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Reunidas Conceição e Santa Elisa, Camamu/BA	234
Foto 46	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Reunidas Conceição e Santa Elisa, Camamu/BA	234
Foto 47	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Maçaranduba, Maraú/BA	234

Foto 48	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Maçaranduba, Maraú/BA	234
Foto 49	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV. Itacaré/BA	234
Foto 50	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA	234
Foto 51	Moradias Germinadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Mel de Abelha e Outra, Carinhonha/BA	234
Foto 52	Moradia de Administrador da Fazenda Reunidas Bandeira, Boa Vista do Tupim/BA	238
Foto 53	Moradia de Administrador da Fazenda Santa Maria, Mata de São João/BA	238
Foto 54	Moradia de Administrador da Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA	238
Foto 55	Moradia de Administrador da Fazenda Nova Esperança, Itacaré/BA	238
Foto 56	Alojamento de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV, Itacaré/BA	238
Foto 57	Alojamento de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV, Itacaré/BA	238
Foto 58	Casa de Farinha em Jatobá	271
Foto 59	Gado Pastando em Jatobá	271
Foto 60	Pescadores em Jatobá	271
Foto 61	Mulher e Artesanato em Jatobá	271
Foto 62	Jirau em Jatobá	271
Foto 63	Horta em Jatobá	271
Foto 64	Casa com Quintal Plantado em Jatobá	271
Foto 65	Estábulo em Jatobá	271
Foto 66	Moradia em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 67	Moradia em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 68	Moradia em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 69	Moradia em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 70	Moradias em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 71	Moradias em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 72	Moradia Isolada em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 73	Moradias Temporária em Parateca/Pau D’Darco	274
Foto 74	Parte Externa de Moradia em Lagoa do Peixe	274
Foto 75	Parte Externa de Moradia em Lagoa do Peixe	274
Foto 76	Detalhe Interno de Moradia em Lagoa do Peixe	274
Foto 77	Detalhe Interno de Moradia em Lagoa do Peixe	274
Foto 78	Sala de Seu Tiago	285
Foto 79	Cozinha de Seu Tiago	285
Foto 80	Cozinha de Seu Tiago	285
Foto 81	Casa de Seu Tiago	285
Foto 82	Casa de Seu Edson	285
Foto 83	Cozinha de Seu Edson	285
Foto 84	Cozinha de Seu Edson	285
Foto 85	Bandeira do MST no Acampamento Recanto da Paz	320
Foto 86	Associação e Escola do Acampamento Recanto da Paz	320
Foto 87	Habitação Localizada no PA Vale da Califórnia, Município de Mirante/Bahia	358
Foto 88	Habitação Localizada no PA 3 de Abril, Município de São Sebastião do Passé/ Bahia	359
Foto 89	Habitação Localizada no PA Rio Branco, Município de Riachão das Neves/Bahia	361
Foto 90	Habitação Localizada no PA Poço Longe, município de Ruy Barbosa/Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$2.000,00	366
Foto 91	Habitação Localizada no PA Santa Clara, município de Ibiquera/Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$2.500,00	367
Foto 92	Habitação Localizada no PA Maju, município de São Sebastião do Passé/ Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$3.000,00	367
Foto 93	Habitação Localizada no PA Itatiaia, município de Santa Inês/Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$5.000,00	368
Foto 94	Habitação Localizada no PA Piabas, município de Lajedinho/Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$7.000,00	369

Foto 95	Habitação Localizada no PA Boa Sorte Una, município de Iramaia/Bahia construída com Crédito Destinado á Habitação no valor de R\$15.000,00	369
Foto 96	Casas Padronizadas no PA Munduri, município de Ibiquera/Bahia	372
Foto 97	Conjunto de Habitações Localizado no PA Santa Clara, município de Ibiquera/ Bahia antes da Aplicação do Crédito Instalação Modalidade Recuperação Material de Construção	374
Foto 98	Conjunto de Habitações Localizado no PA Santa Clara, município de Ibiquera/ Bahia Depois da Aplicação do Crédito Instalação Modalidade Recuperação Material de Construção	374
Foto 99	Habitação Feita com Recursos do PNHR em um PA em Monte Santo/BA	376
Foto 100	Habitação Feita com Recursos do PNHR em um PA em Marau/BA	376

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Núcleos/ Colônias Agrícolas Federais, Estaduais e Particulares Implantados no Brasil entre 1909 e 1920	48
Tabela 2	Projetos de Colonização Implantados pelo Estado pelo Poder Público na Bahia	53
Tabela 3	Projetos de Irrigação Implantados no Estado da Bahia	76
Tabela 4	Ações na Área Habitacional da Companhia de Ação Regional	83
Tabela 5	Ações na Área Habitacional da Fundação Nacional de Saúde	85
Tabela 6	Número de Projetos de Assentamentos Implantados no Brasil 1985/2015 por Momento	88
Tabela 7	Número de Projetos de Assentamentos Implantados na Bahia 1985/2015 por Momento	88
Tabela 8	Projetos de Assentamentos Cédula da Terra/ Crédito Fundiário Implantados no Bahia entre 2002 e 2010	94
Tabela 9	Ações na Área Habitacional Rural na Bahia, 2005/2017	98
Tabela 10	Municípios Selecionados no Primeiro Corte do Universo da Pesquisa	133
Tabela 11	Número de Processos de Obtenção Analisados por Período de Estudo	140
Tabela 12	Municípios Selecionados e Índice de Gini de Concentração de Terras para os anos de 1985 e 2006	162
Tabela 13	Municípios Selecionados e Estabelecimentos com Área Inferior ao Módulo Fiscal para os anos de 1985 e 2006	165
Tabela 14	Municípios Selecionados e Condição do Produtor	170
Tabela 15	Domicílios no Brasil, na Região Nordeste e na Bahia, 2010	173
Tabela 16	Municípios Selecionados e Condição de Ocupação do Domicílio	175
Tabela 17	Municípios Selecionados e Material Construtivo das Paredes dos Domicílios. Fonte: Censo IBGE, 2010	183
Tabela 18	Redução de Domicílio de Taipa em Situação Rural no Nordeste e no Brasil entre 1991 e 2010	183
Tabela 19	Municípios Selecionados, Condição Sanitária e Presença de Sanitário e Banheiro nos Domicílios	190
Tabela 20	Média dos Percentuais das Condições Sanitárias dos Domicílios localizados nos Municípios Selecionados	190
Tabela 21	População no Brasil, na Região Nordeste e na Bahia, 2010	196
Tabela 22	Municípios Selecionados e Crescimento da População entre 1991 e 2010 e, Índice de Gini de Concentração de Terras	197
Tabela 23	Violência contra Ocupação e Posse entre 2006 e 2015	207
Tabela 24	Condição dos Trabalhadores nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA nos Processos Estudados pela Autora	227
Tabela 25	Ocorrência de Trabalhadores com Carteira Assinada nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	227
Tabela 26	Ocorrência de Trabalhadores sem Carteira Assinada nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	228
Tabela 27	Municípios Selecionados, Qualidade da Concentração da Terra e Comunidades Tradicionais	258
Tabela 28	Movimentos Sociais, Ano e Número de Famílias Despejadas, Ocupações e Acampamentos	299
Tabela 29	Municípios Selecionados, Qualidade da Concentração da Terra, Assentamentos de Reforma Agrária e Acampamentos de Trabalhadores Rurais sem Terra	304
Tabela 30	Instrumentos Legais e Valores por Modalidade do Crédito Instalação nos Governos Sarney, Collor e Itamar	357
Tabela 31	Instrumentos Legais, Modalidades e Valores do Crédito Implantação no Governo FHC	362
Tabela 32	Instrumentos Legais, Modalidades e Valores do Crédito Instalação no Governo Lula	363
Tabela 33	Instrumentos Legais, Ano e Valores do Crédito Destinado à Habitação e Governos	365
Tabela 34	Instrumentos Legais, Ano e Valores da Modalidade de Crédito Destinada à Habitação e Governos	366
Tabela 35	Instrumentos Legais, Dimensão Mínima da Habitação, Valores da Modalidade de Crédito Destinada à Habitação Disponibilizados, Corrigidos para 2014 e por M ²	370

Tabela 36	Instrumentos Legais, Percentual do Crédito Instalação Destinado à Mão de Obra e Valores para Mão de Obra, Material de Construção e Total Corrigidos para 2014	371
Tabela 37	Número de Famílias, Número de Projetos de Assentamento e Valores Corrigidos para 2014 de Créditos Destinados à Habitação Pagos pelos Governos FHC e Lula	373
Tabela 38	Idade dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003	404
Tabela 39	Renda dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003	404
Tabela 40	Origem dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003	404
Tabela 41	Características das Casas dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003	404
Tabela 42	Modelo Físico dos Projetos de Assentamento Estudados	417

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Divisão dos Momentos Norteadores da Análise das Moradias nos PAs	35
Quadro 2	Políticas Públicas e Ações Ligadas à Moradia Rural	43
Quadro 3	Termos e Abordagens dos Significados do Objeto de Estudo	113
Quadro 4	Municípios Inseridos após o Primeiro Corte da Pesquisa	134
Quadro 5	Municípios e Projetos de Assentamento Selecionados por Momento/ Bahia	137
Quadro 6	Projetos de Assentamento cujos dados Relativos aos Créditos Destinados à Construção e Reforma das Habitações foram Estudados	143
Quadro 7	Assentamentos Estudados com o Grau de Intensidade da Pesquisa de Campo	145
Quadro 8	Tipos de Grupos Focais e suas Temáticas	146
Quadro 9	Material de Construção da Moradia de Posseiros em fazendas Desapropriadas pelo INCRA	213
Quadro 10	Materiais de Construção das Casas Sede em Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	224
Quadro 11	Materiais de Construção das Casas dos Trabalhadores Rurais em Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	232
Quadro 12	Materiais de Construção das Casas dos Administradores das Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	238
Quadro 13	Materiais de Construção dos Alojamentos das Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	238
Quadro 14	Materiais de Construção nas Moradias dos Acampamentos e Ocupações dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Fazendas Desapropriadas pelo INCRA	312
Quadro 15	Instrumentos Legais que tratavam sobre o Crédito Instalação nos Governos Sarney, Collor e Itamar	355
Quadro 16	Instrumentos Legais que tratavam sobre o Crédito Implantação nos Governos FHC e Lula	359
Quadro 17	Instrumentos Legais e Pré-Requisitos Relacionados ao Projeto das Habitações para Concessão de Crédito Destinado à Habitação	379
Quadro 18	Instrumentos Legais, Indicação de Tamanho Mínimo de Lote e Pré-Requisitos de Localização das Habitações para Concessão de Crédito Destinado à Habitação	389
Quadro 19	Materiais de Construção nas Moradias nos Assentamentos de Reforma Agrária do INCRA após a Aplicação de Recursos Destinados para Habitação	442

LISTA DE INTERVENÇÃO ARTÍSTICA

As intervenções artísticas são manifestações livres do pensamento e dos sentimentos que compõem essa pesquisa como elementos fundamentais, embora não façam equivalência às normatizações acadêmicas. Em virtude disso, é feita a contagem de páginas bem como a indicação nesta lista, contudo, os trabalhos não possuem numeração impressa. Eles são trabalhos concebidos pela autora da tese, em processos de reflexões emergidas durante a investigação, exceto as intervenções 6 e 11, que foram presentes para esta tese, feitos pelos amigos Ricardo Mutti Amaral e Edite Diniz, respectivamente. As interpretações são abertas e ficam a critério de cada leitor.

Intervenção 1	Formigas e Viola (gravura).....	capa
Intervenção 2	Minha Casa, Minha Vida 1 (prosa poética).....	26
Intervenção 3	Abelha, Aranha e Flor (gravura).....	27
Intervenção 4	Não consigo ser Feliz (prosa poética).....	39
Intervenção 5	O Jabuti e o Trevo de 4 Folhas (gravura).....	40
Intervenção 6	Uma Casa... Uma Moradia (poesia).....	101
Intervenção 7	Borboleta, Rosa e Sangue (gravura).....	102
Intervenção 8	Terra Mãe e a Sobrevivência (ilustração).....	147
Intervenção 9	Terra Mãe Sobrevive (ilustração).....	148
Intervenção 10	Urubu e Dirigível (gravura).....	149
Intervenção 11	João de Barro: Pássaro Construtor/ Casa Construída por Vendaval no Sertão (poesia).....	151
Intervenção 12	Os Filhotes e a Gaiola (gravura).....	152
Intervenção 13	Sou Pontualmente Feliz (prosa poética).....	243
Intervenção 14	A Coruja e o Satélite (gravura).....	244
Intervenção 15	O Grilo e o Celular Analógico (gravura).....	329
Intervenção 16	PachaMama(ilustração)	330
Intervenção 17	Filhas de PachaMama(ilustração).....	331
Intervenção 18	Ouvi Dizer (prosa poética).....	332
Intervenção 19	Galinha e Barata.....	333
Intervenção 20	Minha Casa, Minha Vida 2 (prosa poética).....	399
Intervenção 21	Cobra e Santo Antônio (gravura).....	400
Intervenção 22	Perguntas (prosa poética).....	455
Intervenção 23	Morcego e Coração (gravura).....	456
Intervenção 24	Ah, os Livros (prosa poética).....	469
Intervenção 25	A dupla no Vazio (gravura).....	470
Intervenção 26	Meu Universo (prosa poética).....	484
Intervenção 27	Tilápia no Ar (gravura).....	485

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BACEN	Banco Central
BNB	Banco do Nordeste
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAR	Companhia de Ação Regional
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano
CPE	Coordenação de Projetos Especiais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUB	Custo Unitário Básico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBA	Escola de Belas Artes
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia
FETRAF/B	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado da Bahia
A	
FETAG/BA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIR	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fsesp	Fundação Serviços de Saúde Pública
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GeografAR	A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LMEO	Linha Média das Enchentes Ordinárias
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUC	M OVIMENTO unificado Camponês
NR	Norma Regulamentadora
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
OTN	Obrigaçao do Tesouro Nacional
PA	Projeto de Assentamento
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PEC	Projeto Especial de Colonização

PEHIS	Política Estadual de Habitação de Interesse Social
PHARA	Projeto de Habitação em Assentamentos de Reforma Agrária
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RL	Reserva Legal
RMS	Região metropolitana de Salvador
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIPRA	Sistema de Informações de projetos de Reforma Agrária
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SH	Superintendência de Habitação
Sucam	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
TAC	Termo de ajuste de Conduta
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TFG	Trabalho Final de Graduação
UDR	União Democrática Ruralista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	28
1 INTRODUÇÃO	32
PRIMEIRA PARTE – ELEMENTOS DE REFERÊNCIA	
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	41
2.1 MOMENTO 0 - PRECEDENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA	46
2.1.1 Primeira Fase do Processo de Colonização Brasileira	46
2.1.2 Segunda Fase do Processo de Colonização Brasileira	50
2.1.3 Terceira Fase do Processo de Colonização Brasileira	56
2.2 MOMENTOS 1, 2 e 3: UMA SÍNTESE	87
3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	103
3.1 DE QUE CONCEITO DE MORADIA SE PARTE	103
3.2 PREMISSAS E ENTRELAÇAMENTOS	116
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	127
3.3.1 Estudos Exploratórios	128
3.3.2 Seleção do Universo da Pesquisa	129
3.3.3 Levantamento dos Parcelamentos dos Projetos de Assentamento dos Municípios Selecionados	136
3.3.4 Pesquisa nos Processos de Obtenção dos Projetos de Assentamento Selecionados	140
3.3.5 Levantamento e análise de Leis e Normas que afetam a Habitação nos Projetos de Assentamento	141
3.3.6 Trabalho de Campo	143
SEGUNDA PARTE – CORRELAÇÕES ENTRE A MORADIA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA	
4 SUBMISSÃO DA MORADIA A QUESTÃO AGRÁRIA	153
4.1 QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL	154
4.2 REALIDADE CAMPONESA SOB A LUZ DA MORADIA	158
4.1.2 A Concentração de Terras e a Presença de Minifúndios na Bahia	158
4.2.2 Os Domicílios e as Várias Faces e Sentidos da Materialidade das Moradias Rurais	172
4.3 A MORADIA CAMPONESA NAS ADVERSIDADES	192
4.3.1 Êxodo Rural, Desconstruções e Construções da Moradia Camponesa	192
4.3.2 Violência contra Posseiros: Moradias Derrubadas e Queimadas	206
4.3.3 A exploração do Camponês pela Moradias dos Trabalhadores Rurais	219
5 MULTIPLICIDADE, CAMPESINATO E MORADIA	245
5.1 A MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA	246
5.2 MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA QUE LUTA NA TERRA: COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS	257
5.2.1 O Exemplo das Moradias nas Comunidades Rurais Quilombolas	264
5.2.2 O Exemplo das Moradias nas Comunidades de Fundo de Pasto	279

5.3 A MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA DOS QUE LUTAM PELA TERRA: OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTOS	292
5.3.1 Moradia nos Acampamentos	308
5.3.2 Ocupações Camponesas nas Cidades: Moradias em Movimento	324

**TERCEIRA PARTE – A ESPECIFICIDADE DA MORADIA NO
CONTEXTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO IMPLANTADOS
PELO INCRA**

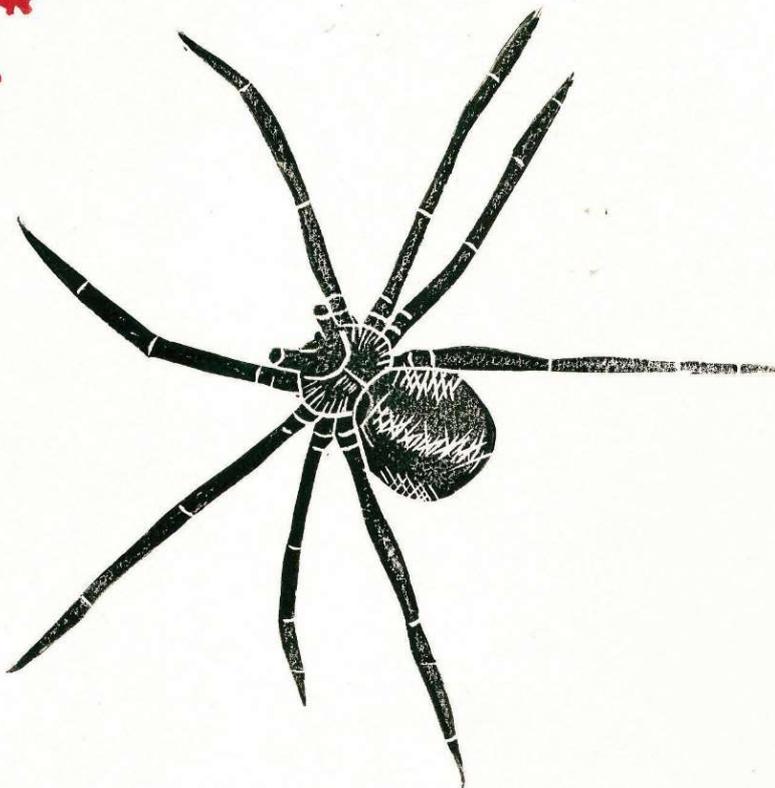
6 REAÇÃO CAMPONESA E AÇÃO ESTATAL NA ESCALA DAS MORADIAS	334
6.1 TEMPORALIDADE ESTATAL E CONSTRUÇÕES TERRITORIAIS NA ESCALA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO	335
6.2 A AÇÃO DO INCRA NA ÁREA HABITACIONAL	355
6.2.1 O Crédito para Habitação	355
6.2.2 Recursos Destinados à Habitação nos Projetos de Assentamento	364
6.2.3 O Projeto das Unidades Habitacionais	377
6.2.4 A Localização das Moradias	388
7 A CONSTRUÇÃO DE COLETIVIDADES E CONECTIVIDADES A PARTIR DA MORADIA DO CAMPONÊS ASSENTADO	401
7.1 A MORADIA E A CONSTRUÇÃO DE COLETIVIDADE	401
7.2 MORADIAS E CONEXÕES	428
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	457
9 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	471
APÊNDICES	486
ANEXOS	494

Minha casa, minha vida 1

Minha casa está com defeito
Lá, não escuto mais os sons suficientemente para
compreendê-los
Escuto somente ruídos com alguns nexos
Também não vejo imagens com a nitidez necessária para
distingui-las
As manchas das cores se misturam e, como já as conheço no
espaço, sou capaz de me movimentar entre elas

Dos odores, só sinto os desagradáveis quando
estão muito fortes
Quando sinto bons odores, fico feliz. Mas isso é
raro... Eles moram apenas nas minhas
memórias...
Sinto algumas das muitas texturas ali existentes,
mas, elas não me despertam interesse...
Nem sei se são agradáveis ou repugnantes. Acho
que perdi a capacidade de sentir minha casa na
flor da pele...
Tenho uma casa perfeita. Esta casa está nos
meus planos. Ela não vai se materializar. Não
tenho dinheiro...
Minha casa guarda em si o que resta de mim
Ela é do meu tamanho e do meu jeito
Eu estou assim
Esta é minha casa

APRESENTAÇÃO



INTRODUÇÃO



APRESENTAÇÃO

O motivo que me fez tratar do tema moradia nos assentamentos de reforma agrária vem de minha vivência profissional e acadêmica. Isto porque grande parte de minha atuação é ligada à questão habitacional no campo baiano. Assim, foi como arquiteta e urbanista que sempre me coloquei no processo de análise e compreensão da realidade rural baiana e, conseqüentemente, a arquitetura e o urbanismo sempre foram mediadores e propulsores desta relação.

Desde o curso de graduação em Arquitetura na Universidade Federal da Bahia (UFBA), venho me interessando por projetos de assentamento. Em 1996, em conjunto com um grupo de estudantes da Universidade a qual fazia parte e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), iniciou-se minha vivência com os chamados “sem-terra”. Posteriormente este grupo foi formalizado com a denominação de Projeto de Habitação em Assentamentos de Reforma Agrária (PHARA¹). O PHARA atuou por quatro anos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com apoio da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG/BA) e, tinha como função projetar unidades e núcleos habitacionais para os assentados que iriam receber o crédito habitação, concedido pelo INCRA. A cobertura era pequena em relação ao universo da demanda, mesmo assim, trabalhou-se em mais de 20 assentamentos, deparando-se, sem muita maturidade, com os sérios problemas sociais que atingiam as comunidades rurais do país. É importante destacar que os estudantes que compunham o Projeto não tiveram apoio do corpo docente da UFBA e da UNEB, tendo, então, uma ação somente direcionada pelos membros que o compunha. Fiz parte deste grupo de 1996 a 2000.

Em meu Trabalho Final de Graduação (TFG), defendido em 1998, foi elaborada uma proposta de implantação de um assentamento autossustentável em Camaçari, intitulado “Projeto de Assentamento para os sem-terra de Arembepe”. Era o início de minhas pesquisas acadêmicas na área de moradia no campo.

Em 2001, fui admitida no Mestrado em Geografia da UFBA. Esta opção foi feita no sentido de ampliar as possibilidades de entendimento da questão agrária enquanto questão territorial. Isto porque percebi que não era mais possível projetar a moradia dos assentados sem uma compreensão mais aprofundada sobre o tema. Neste mesmo período, ingressei no Grupo

¹ O PHARA era visto pela autora que, era militante do movimento estudantil, como um movimento de retorno dos conhecimentos obtidos na universidade pública à sociedade. Por isso, priorizou-se a população rural, já que esta era considerada a que menos tinha perspectiva de assistência técnica pelo poder público.

de Pesquisa GeografAR², vinculado ao Instituto de Geociências da UFBA, coordenado pela Professora Guiomar Germani, o qual faço parte até o presente momento. Para obtenção do título de Mestre em Geografia, defendi a dissertação: “A Produção do Espaço no Projeto de Assentamento Pancada Grande, Itacaré/BA” (SANTOS, 2004). Tratou-se de um estudo de caso realizado em um projeto de assentamento³ que eu havia trabalhado na implantação das habitações e na realização de estudos para implantação de infraestrutura turística. Conhecer uma realidade já familiar em profundidade me fez compreender que a atuação profissional do arquiteto na área de reforma agrária teria que considerar peculiaridades específicas que precisavam ser conhecidas e aplicadas.

No ano de 2006, fui contratada, via concurso público, para quadro de servidores do INCRA. Por este motivo, residi por dois anos em Roraima, onde se somou esta experiência com a oportunidade de ser professora substituta por quatro semestres no curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Neste momento, descobri que seria inevitável ingressar ao magistério no decorrer de minha futura atuação profissional, outro fator importante que me levou a desejar continuar os estudos.

Com meu retorno à Bahia, em 2008, passei a trabalhar no Serviço de Infraestrutura do INCRA, principalmente com a implantação de núcleos habitacionais, construção e reforma de moradias, motivo pelo qual tive a oportunidade de realizar inúmeras viagens de campo e conhecer um elevado número de assentamentos em todo o estado. Esta experiência foi muito importante porque, diferentemente do período que trabalhei junto ao PHARA, havia, em mim, um anseio de problematizar questões cada vez que conhecia uma nova realidade em um assentamento desconhecido ou quando os revia. Isto porque através da maturação viabilizada pelo mestrado e pelas vivências empíricas, tive condição de observar de forma sistematizada que a moradia (com seu padrão, localização e implantação) sempre se constituía enquanto problemática nos projetos de assentamento. Desta forma, questões profissionais foram gradativamente se tornando problemas de pesquisa acadêmica.

Dentre os pontos luminosos que me acendiam toda vez que ia aos assentamentos, o que mais me chamava à atenção foi a heterogeneidade de composições de moradias dos assentados

² O Grupo de Pesquisa GeografAR é oriundo do Projeto de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural” – Projeto GeografAR, iniciado em 1996, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

³ Projeto de Assentamento, também chamado de PA, se constitui numa área de intervenção diferenciada, ou, num espaço geográfico específico, que conta com a intervenção do Estado através de suas políticas de terras (GERMANI, 1998). Isto porque a partir do momento em que o INCRA torna-se proprietário de uma fazenda, esta se transforma em “projeto de assentamento”, que é utilizado, então, para o atendimento das demandas dos trabalhadores rurais sem terra.

que, partiram de um único modelo padrão estabelecido pelo INCRA: não era possível ver uma igual a outra. Eu só tive a capacidade de observar este fenômeno porque necessitava entrar em todas as casas dos assentamentos que visitava para compreender a demanda por reforma das unidades habitacionais. Isto porque em seu segundo mandato, o governo Lula introduziu o Crédito Instalação (Modalidade Recuperação das Habitações) e eu havia sido designada para iniciar sua aplicação no estado da Bahia.

Outro fator que me deixava intrigada eram as diferentes formas de implantação das casas e como esta questão repercutia na vida cotidiana dos assentados. Mesmo podendo-se considerar os padrões de aglomerados de casas concentradas num ponto do assentamento, ou, as casas implantadas de forma dispersa nos lotes individuais de produção, não havia como se classificar este fenômeno que, a princípio parecia ser simples. O que motivava as diferenças tanto na escala da moradia quanto na da sua implantação? Por que eu tinha tanta dificuldade em classificá-los?

Em 2013, diante da necessidade de explorar as questões que estavam me provocando, ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA. Neste momento tive acesso a um representativo leque de informações quanto às formas de interpretação do objeto de estudo que havia escolhido. Assim, muitas mudanças foram feitas no projeto de pesquisa aprovado pelo Programa: os estudos dos processos urbanos nos assentamentos interpretados através de tipologias, antes propostos, deram lugar à exploração da moradia camponesa vista sob a ótica da heterogeneidade, da resistência e da territorialização. Não posso deixar de considerar a importância do convívio com o Professor Pasqualino Magnavita⁴, pois, ele me provocou, tirando-me da minha zona de conforto e, com isso me ajudou a compreender o fenômeno de uma forma mais ampla e precisa.

No decorrer da minha caminhada me deparei com outra questão relevante: a arte. Entre os anos de 2010 e 2014 cursei Licenciatura em Desenho e Plástica na Escola de Belas Artes – EBA da UFBA. Ali, percebi algo fundamental: não é negativo que os projetos não se concretizem como esperamos ou planejamos. Existe algo que está nos materiais (e penso isso de forma geral) que não dominamos e, precisamos aceitar, conviver e, porque não, gostar do resultado que se apresenta. Trabalhar com gravuras, minha grande paixão, me faz exercitar isto constantemente. Aliás, as gravuras fazem parte da construção desta tese, pois, houve momentos onde a composição das gravuras com a temática estudada se sobrepunha à escrita e, isto significa que as gravuras também fazem parte de tudo que aqui foi construído (algumas estão

⁴ Tive a oportunidade de cursar a disciplina Seminários I como o Professor Pasqualino Magnavita em 2013. Posteriormente, em 2014, ele me convidou para participar do recém-constituído grupo de pesquisa que liderava, denominado: Lugar da Diferença.

neste volume). Trabalhar com a arte também me aproxima do meu orientador Xico Costa que se utiliza das imagens sintéticas para compreender realidades na cidade: bastante inspirador!

Além de vivenciar este tipo de libertação frente a uma formação racionalista das ciências exatas imbricada no meu âmago, nasce, também, a importância da observação e compreensão do indivíduo. A formação como arte educadora não me permite observar somente os grupos sociais, a individualidade de cada um que compõe os grupos também é importante. Sem dúvida esta mudança estrutural em meu ser me levou a escolher o referencial teórico desta tese e, me fazer sentir contemplada com ele.

Gostaria de expressar aqui, nesta apresentação, que nos 15 anos que estive inserida no grupo de pesquisa GeografAR sinto que somente nele a Paula ativista política da época de movimento estudantil teve a possibilidade de se fundir com a pesquisadora acadêmica e profissional. A participação neste Grupo dá para as minhas reflexões científicas uma dimensão de ação política e isto me ajuda no constante processo de construção de um perfil profissional cuja ação é atenta às questões sociais e sensível a dos indivíduos, algo coerente com o que sempre almejei.

Por fim, tive a feliz oportunidade de ser afastada, com remuneração, de minhas funções no INCRA durante três anos para cursar as disciplinas do curso de doutorado e, iniciar a escrita desta tese. Estar, exclusivamente, disponível à UFBA é sempre um grande prazer, já que a vejo como uma segunda casa. Além disso, e, talvez, o mais importante de tudo isso é que tive a oportunidade de estar e conviver com meus três filhos (Vinícius, Théó e Maya) cotidianamente na hora de suas refeições. Isso nunca havia ocorrido antes, pois, desde que os gêmeos nasceram (em 2001), tive que trabalhar durante oito horas semanais e, por isso, não tinha condições de voltar para casa na hora do almoço. O afastamento do trabalho me aproximou deles e, também, das questões do lar e, isso foi extremamente interessante e importante, já que trabalho aqui o tema da moradia. Assim, pude refletir com mais sensibilidade sobre o seu significado em mim. Com seu caos⁵, seu aconchego, suas funções e, sem dúvida, uma felicidade imensa de poder ter um lugar que possa acolher meu cansaço, minhas dores, meus sonhos e alegrias!

⁵ Não é nada fácil fazer pesquisa acadêmica e, principalmente, escrever uma tese tendo que cuidar de três crianças! Acredito que esta foi a maior prova deste processo que culmina nesta tese...

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta tem como objeto a moradia dos camponeses do Estado da Bahia, com ênfase na dos assentados em projetos de assentamento de reforma agrária, considerando-a como a materialização dos processos sociais advindos da resistência e da heterogeneidade das relações espaciais e, buscando-se compreendê-la a partir da ação dos sujeitos envolvidos nas disputas territoriais em diversas escalas geográficas. A moradia, assim, vai se equivaler a um artefato constituído de resistência, absorvido pelo modo de vida específico do camponês e consumido pelos processos de territorialização.

Objetiva-se, portanto, compreender a partir do viés da resistência, das construções e das desconstruções territoriais inseridas no universo da questão agrária brasileira, a moradia do campesinato baiano. Para Marcos e Fabrini (2010), a questão agrária está relacionada à existência de um problema estrutural no campo e, no Brasil, ela se relaciona diretamente com a elevada concentração de terras. Assim, evidencia-se, através deste ponto de vista, que a moradia camponesa está submetida a tudo que emana desta relação: a violência no campo, a insegurança na posse, a exploração do trabalho, a debilidade das políticas públicas destinadas ao público camponês, dentre outros aspectos.

O foco nos projetos de assentamento de reforma agrária implantados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não é uma opção da autora simplesmente por sua atuação profissional no Órgão. Um Projeto de Assentamento (PA) tem um amplo significado, pois, se constitui como uma forma estatal de intervenção sobre o espaço, resultante da ação do camponês como sujeito histórico. Assim, é a formalização ou o reconhecimento, da ação dos movimentos territoriais, dos que lutam pela terra, ou seja, a materialização territorial da resistência camponesa. Por isso que ao se estudar a moradia do assentado de reforma agrária, é necessário estudar os processos sociais que geraram o PA, compreendendo-o, também, como uma moradia. Porém, na escala do grupo.

É importante destacar que a ação do Estado sempre foi insuficiente no que tange a reforma agrária. A concentração de terras no país é bastante elevada, se conformando com o modelo de agronegócio adotado para o desenvolvimento rural brasileiro conjuntamente com os interesses das oligarquias rurais conservadoras. Assim, a ação do Estado abrange, ainda com dificuldade, somente arrefecimento dos conflitos por terra, porém, sem interferir na estrutura

fundiária vigente. Fato que seria fundamental para se resolver a questão camponesa, quilombola, indígena, ribeirinha, dentre outras.

Um agravante para a questão é que mesmo o camponês assentado em PAs, cuja posse da terra está garantida, sofre a insegurança de não conseguir sobreviver no/do campo, pela inconsistência das políticas públicas. A infraestrutura física, social e produtiva implantada pelo Estado normalmente é precária, fato que vai dificultando a reprodução da vida nos PAs. Neste contexto, o que torna a questão mais complexa e, ao mesmo tempo mais estimulante, é que apesar da insuficiência da Política de Reforma Agrária o camponês assentado resiste de variadas formas e em diversos momentos e escalas. Esta resistência tem abrangência mais ampla que o processo de luta pela conquista da terra, ela incide na manutenção de seu modo de vida nesta, já que precisam enfrentar o desafio denominado por Germani (1993) como “a manifestação da nova cara da luta pela terra”. A resistência, inserida na escala do indivíduo, opera no que Scoot (2011) chama de “formas cotidianas de resistência camponesa”. Além dela, o camponês, enquanto classe social resiste em um contexto de uma unidade de luta, tentando, a partir da macroescala política, obter recursos para produção, para infraestrutura, para moradia, etc.

Nesta desfavorável conjuntura, fica claro que o Estado não é neutro. Segundo Poulantzas (1978), o Estado não se constitui simplesmente como apêndice do poder hegemônico, ele está organicamente presente na geração dos poderes de classe. Osório (2014) afirma que, quando se faz referência às relações que definem o Estado, trata-se, fundamentalmente, das relações de poder e domínio presentes entre as classes sociais. Este poder político, se refere à capacidade que certas classes têm de concretizar seus projetos, a partir da constituição de blocos no poder, em detrimento de outras, fato que pode levar à liquidação dos setores desfavorecidos. Assim, pela própria natureza e dinâmica deste Estado, tende-se a se confrontar no universo da Política de Reforma Agrária, os interesses de um bloco hegemônico que quer manter a estrutura como está e, da minoria camponesa, que quer mudanças. Nesta disputa de projetos antagônicos, sem dúvida o campesinato é o desfavorecido, e, justamente por isso, os projetos de assentamentos são constituídos numa perspectiva de precarização, sob a égide de uma Política recheada de rupturas e fragmentações.

A tese abrange o universo da moradia submetida a questão agrária, mostrando a heterogeneidade camponesa, nesta perspectiva desfavorável. Busca na interpretação das memórias de uma camponesa a constituição do significado de moradia para uma unidade familiar no decorrer do tempo, por gerações. Também, procura nas moradias das unidades familiares dos que lutam na terra (abordando-se casos de comunidades quilombolas e de fundo

de pasto) as construções territoriais fundamentais para a constituição e manutenção camponesa. Na articulação de suas moradias, tenta-se visualizar a resistência. Da mesma forma, aborda-se o significado da moradia sob o aspecto dos que lutam pela terra. Daqueles que estão em movimento, lutando por um território para se fixar, morar, se reproduzir como camponês.

A tese parte do pressuposto de que o espaço “deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1978, p.122). Assim, considera-se que os projetos de assentamento se constituem em territórios que se relacionam globalmente e, por mais que tenham peculiaridades distintas, fazem parte de uma estrutura social que prevalece e que os penetra, com suas relações e contradições interferindo na produção de seu espaço. Analisando-se por este viés, ganha protagonismo na pesquisa os processos de territorialização e desterritorialização dos assentados na terra conquistada. Melhor dizendo, na construção de sua territorialidade, esta entendida, segundo Saquet (2015), como uma prática espaciotemporal, pluridimensional, efetivada nas relações sociais entre si (de poder) e com a natureza, por meio dos mediadores materiais⁶ e imateriais⁷.

Partindo-se dos estudos de Milton Santos em seu livro Espaço e Método (1985) e, por isso, abstraindo-se o espaço social através dos elementos homens, instituições, formas e meio modificado, busca-se explorar o elemento homem com maior evidência, utilizando-se os estudos de Karel Kosik (1976). Este autor afirma que três tipos de sujeitos coexistem na sociedade: o *homo economicus*, aquele que é racional, fruto do sistema capitalista e a ele subordinado; o indivíduo da “preocupação”, aquele que se perde na abstração da cotidianidade e; o sujeito histórico real, aquele que rompe com as amarras da cotidianidade e busca se criar, recriando aquilo que está em sua volta, humanizando o humano. Pode-se considerar que estas três figuras abstratas se constituem em perfis que disputam cada indivíduo, fato que torna cada um, um ser singular. Assim, esta singularidade traz à tona o ser da multiplicidade, cuja diferença interna se exterioriza no sentido de reproduzir a diferenciação. Esta heterogeneidade se relaciona com o pensamento de Teodor Shanin (2005) que, em seus estudos sobre o campesinato, traz que este tem padrões de relações sociais tão distintos, que, sua classificação seria impossível (tão improvável, quanto desnecessária). Porém, segundo o autor, existe algo que faz com que o camponês se enquadre em um grupo: sua constituição como sujeito histórico ou como classe social. Wood (2003) traz que o conceito de classe social (visto como processo

⁶ Segundo o autor estes seriam as técnicas, as tecnologias e os instrumentos.

⁷ Estes seriam, por Saquet (2011), os conhecimentos, os saberes e as ideologias.

e relação) enfatiza relações objetivas com os meios de produção e, estas são capazes de gerar conflitos e lutas que formam experiências sociais em “formas de classe”. Assim, em determinadas condições históricas, situações de classe geram formações de classe. Neste caso, mesmo que do ponto de vista clássico, o camponês não se enquadre com classe social, em seus processos de organização de luta, eles se fazem classe social.

Através do entrelaçamento das análises das relações da questão agrária e da heterogeneidade camponesa, visualizando-se a necessidade da cotidianidade da resistência e da resistência histórica, fica claro que a moradia camponesa não está dissociada da conjuntura política, econômica e social deste país. Não é possível se debater moradia de forma isolada. Nem mesmo é possível se compreender a produção habitacional sem inseri-la num contexto mais amplo. Por esta razão, principalmente quando se aborda os projetos de assentamento de reforma agrária implantados pelo INCRA, entende-se que seria ineficaz compreender a moradia dos assentados camponeses fora do contexto político do país, de seus governantes, das forças e interesses predominantes em determinado momento histórico. Por isso, como temporalidade, foca-se no período entre 1985 e 2015, compreendido em três momentos relacionados às políticas públicas para a reforma agrária, conforme indicado no Quadro 1:

Quadro 1 – Divisão dos Momentos Norteadores da Análise das Moradias nos PAs

MOMENTO 1	MOMENTO 2	MOMENTO 3
(1985 a 1994)	(1995 a 2002)	(2003 a 2010)
Governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco	Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)	Governos de Luís Inácio Lula da Silva
Período de transição política onde foi implantado o I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA.	Os movimentos sociais de luta pela terra intensificaram suas ações e o Estado foi obrigado a ampliar suas políticas.	Momento em que foi elaborado o II PNRA e houve maior participação dos movimentos na proposição das políticas públicas.

Elaboração: Paula Moreira (2017).

Destaca-se que a temporalidade dos dois mandatos da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016) será considerada em todo estudo, porém, não para o critério de seleção dos municípios e PAs estudados, visto que, além do conturbado cenário político, a ação de reforma agrária no período teve inexpressiva repercussão quantitativa, fato que condiz com o processo de transformismo que, iniciou-se ainda no mandato de Lula e, foi, gradativamente, dando outros tons à luta pela terra; aliado à hegemonia da pequena política, no sentido de Coutinho (2010), onde se naturalizou, por consenso passivo, que a criação de novos projetos de assentamento não seria mais importante do que estruturar os existentes.

Diante da complexidade do sujeito que produz o objeto estudado, adotou-se como metodologia, realizar o exercício de formular e reformular o conceito de moradia no âmbito do camponês assentado. Para tanto, propõe-se percorrer na pesquisa o caminho da contextualização do significado de um projeto de assentamento (PA) e da moradia nele implantada; da compreensão de como a moradia camponesa se relaciona com a questão agrária; da assimilação do significado da moradia para uma unidade familiar camponesa, para os que lutam na terra e para os que lutam pela terra; da apreensão da moradia no âmbito da política de assentamentos de reforma agrária e; da moradia camponesa como expressão da territorialidade dos assentados, isto é, no processo de construção e desconstrução de coletividades e conexões.

Assim, para a construção desta tese, antes da Introdução, optou-se em se fazer uma apresentação da autora e de como ela despertou para o tema da pesquisa. Tal apresentação é fundamental para que o leitor entenda quem é a pessoa que escreveu a tese, qual seu percurso, seus processos. Por isso, este texto aparece em primeira pessoa.

O Capítulo 1⁸ se constitui na introdução da pesquisa. Nele é explicitado de forma conjunta o objeto proposto, sua delimitação tempo-espacial, a problemática, os objetivos, o referencial teórico metodológico e os procedimentos metodológicos.

A tese foi dividida em três partes: a primeira vai trazer os elementos de referência, partindo-se, no Capítulo 2, da contextualização numa perspectiva histórica da ação do Estado no meio rural, desde as políticas de colonização até o aparecimento dos PAs, destacando as repercussões espaciais no que concerne à moradia camponesa e, situando o leitor quanto ao teor político do objeto da pesquisa. Já o terceiro Capítulo, vai destacar as premissas da pesquisa, além de detalhar os procedimentos metodológicos com suas etapas e aplicações em cada capítulo do trabalho.

A segunda parte trata das correlações entre a moradia camponesa e a questão agrária. No Capítulo, 4 é levantado o paradigma da questão agrária, relacionando-o ao perfil dos 24 municípios selecionados neste estudo. Adentra-se, então, no fato de que o camponês se encontra constantemente no processo de desterritorialização e reterritorialização, circunstância que o coloca numa condição precária e pouco estável quanto a sua moradia. A violência contra posse camponesa, a exploração do trabalho e o êxodo rural são tratados para desvelar a questão da moradia camponesa no contexto baiano. O Capítulo 5 traz a moradia na sua relação com o campesinato, em seu universo de heterogeneidade. Considera-se o camponês como sujeito

⁸ Para a autora a Introdução não deveria figurar como um Capítulo da tese, porém, ele assim está em razão das normas técnicas.

social, que luta pela terra de forma organizada e, também, um sujeito múltiplo, com padrões de vida distintos, fato que repercute numa variedade infinita de formas de morar. Trata-se, primeiramente, da moradia de uma unidade familiar camponesa e, posteriormente, dos camponeses que lutam na terra e, dos que lutam pela terra.

A terceira e última parte traz a especificidade da moradia no contexto dos projetos de assentamento implantados pelo INCRA. O Capítulo 6 discute as temporalidades e os vazios institucionais deixados pelo Estado, além das fragmentações e distorções deflagradas pela sua ação tardia, passando, posteriormente ao tema da moradia no âmbito dos projetos de assentamento, desenvolvendo análises das normas, recursos e ações nos três momentos estudados. Aborda a construção das territorialidades nos assentamentos, mostrando que estas se iniciam desde o momento do acampamento. O último Capítulo traz o debate das construções de coletividades e de conexões a parti do local de moradia dos assentados, mostrando a amplitude de seu conteúdo.

Depois das reflexões propostas para o tema da moradia nos projetos de assentamento de reforma agrária do estado da Bahia em cada um dos capítulos, pretende-se, nas considerações finais extrair sínteses no sentido de se conseguir alcançar qual seria a moradia desejada pelos assentados, a moradia conquistada, a moradia obtida e a moradia assimilada.

Não consigo ser feliz...

Não consigo ser feliz sabendo que existem inúmeras crianças sendo maltratadas.

Não consigo ser feliz sentindo medo dos trajetos que percorro em minha vida, associado à violação de meu corpo, sabendo que isto vem da promiscuidade desta sociedade que vive da exploração.

Não consigo ser feliz sabendo que roubam órgãos de pessoas pobres para os venderem aos doentes ricos.

Não consigo ser feliz ao ver camponeses expulsos de seu modo de vida para dar lugar à vaidade da posse de poucos, ou, ao veneno do agronegócio.

Não consigo ser feliz percebendo com que naturalidade a sociedade se comporta quanto à violência cotidiana contra nós mulheres.

Não consigo ser feliz ao me deparar nos mercados com alimentos que não compreendo a procedência, tendo quase certeza de que estejam envenenados e, sabendo que isto ocorre para suprir a ganância de poucos que manipulam o poder globalizado.

Não consigo ser feliz quando vejo um amigo homossexual tendo dificuldades em ser aceito e sendo julgado o tempo todo por quase todos.

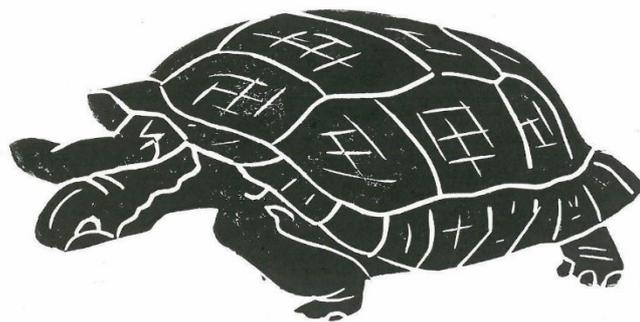
Não consigo ser feliz observando e sentindo na pele o quanto é natural que alguns tratem os outros como coisas.

Não consigo ser feliz por saber que é improvável que haja um dia uma sociedade onde todos tenham acessos adequados a suas necessidades.

Não consigo ser feliz observando o ser humano compreendo-se como um ser superior a todos os outros existentes no planeta e destruindo tudo o que for necessário para trocar por dinheiro.

Texto redigido por Paula Moreira dia 06/12/2016 quando assistia atentamente a palestra da Professora Jeanne Marie Gagnebin que falava sobre o livro "Rua de mão única" de Walter Benjamin, no encontro Corpocidade 5/ UFBA.

CAPÍTULO 2



PRIMEIRA PARTE – ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Este tópico parte do reconhecimento de que o que vem sendo elaborado para o espaço rural é fruto, predominantemente, de adaptações do que surge como proposta para o urbano, sendo, por isso, não satisfatório para atender as demandas camponesas. Este fato, infelizmente, parece ser intencional. A desvalorização do campo como *lócus* de reprodução de vida vem de processos ligados a implantação da sociedade industrial, onde a questão agrária (inserida no contexto da concentração de terras) se coloca como essencial para a sustentabilidade do sistema.

Vive-se numa sociedade baseada no urbano, segundo Lefebvre (1999), aquela que nasce do processo de industrialização. Processo este que absorve e domina a produção agrícola e seus atores. Isto porque a produção agrícola perdeu sua autonomia em escala mundial, subordinada, agora, aos imperativos da produção industrial e, submetida às suas exigências. Assim sendo, a vida urbana, segundo ainda Lefebvre (1991), gradativamente despoja a vida camponesa de seus elementos tradicionais, desorganizando-a nas suas relações primárias, para, a recompor numa perspectiva de urbanização, assimilando gradativamente o processo de industrialização. Neste sentido, incute-se como verdade que o melhor lugar para se viver é a cidade e, por conseguinte, o que é elaborado se coloca para justificar esta afirmação.

Assim, a cidade é fruto de estudos, de planos, de investimentos, generalizando-se a interpretação de que é o local ideal para a reprodução da vida humana. Para campo, ao contrário, existe quase que um vácuo, no que se refere ao pensamento da adequabilidade da vida humana. A maior parte dos estudos feitos para este, normalmente, estão ligados ao desenvolvimento produtivo e, mesmo os que visam as pessoas, tratam destas com abordagens desenvolvimentistas. Pouco se conhece do campo em relação a este como base de vida para as pessoas, pouco se compreende o público que nele vive. Isto é desprezado.

As políticas públicas vão evidenciar a hegemonia deste pensamento, fato que vai repercutir nas formas espaciais encontradas no campo. Este Capítulo vai mostrar como se desenvolve, tanto as políticas vinculadas a ocupação territorial do campo, como as de implantação de habitações para camponeses na Bahia, culminando na temática da moradia dos projetos de assentamento de reforma agrária. Atenta-se para o que mais se evidencia: suas limitações.

Partindo-se da análise destas políticas públicas, foi possível fazer uma delimitação temporal onde a reforma agrária tem centralidade. O Quadro 2 mostra os momentos tratados nesta tese (1, 2 e 3), revelando, conjuntamente a eles, o Momento 0, onde são trazidos os precedentes da Política de Reforma Agrária.⁹

Através da análise das ações, sinteticamente inseridas no Quadro 2, é possível se verificar um processo de construção do pensamento para o campo brasileiro, detectando-se rupturas e continuidades importantes de serem consideradas para se compreender a atual conjuntura.

O Momento 0 tem o protagonismo neste Capítulo, sendo tratado no item 2.1, subdividido a partir das fases do processo de colonização brasileira. Optou-se por subdividi-lo em fases, visto a dimensão de sua abrangência temporal e, principalmente, as consequentes mudanças na condução das políticas públicas evidenciadas em cada uma delas. Utiliza-se, como referência, as fases elencadas por Germani (1993) para distinguir o processo de colonização brasileira, visto que no Momento 0, as ações ligadas à colonização predominaram.

Sinteticamente, observando-se, no Quadro 2, o conjunto de ações ligadas a moradia rural, ocorridas neste período, estão ligadas, primeiramente, a implantação de núcleos habitacionais e habitações vinculados a lotes rurais, com o propósito da colonização, sob responsabilidade inicial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), passando, posteriormente, com sua extinção para o, também extinto, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e, por fim, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁰. É importante destacar que estas ações têm características diferentes nas três fases aqui tratadas.

Outra ação representativa na área rural, que repercutiu na formulação de projetos e implantação de moradias, está ligada aos projetos de irrigação, implementados, a partir da

⁹ Tal Política, foi iniciada, formalmente, em 1985, com o I PNRA.

¹⁰ A lei nº2.163/54 formalizou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Em 1955, com a lei nº 2.613/55, foi criado o Serviço Social Rural (SSR), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. A Lei Delegada nº 11 de 1962, viabilizou a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), absorvendo as atribuições do INIC e do SSR. O Estatuto da Terra, lei nº 4.504/64, criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). Em 1970, o Decreto-lei nº 1.110/70 cria, finalmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), absorvendo as atribuições do IBRA e do INDA.

terceira fase de colonização, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)¹¹.

Quadro 2 – Políticas Públicas e Ações Ligadas à Moradia Rural

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TIVERAM AÇÕES LIGADAS À MORADIA RURAL			
PRECEDENTES DA PNRA	MOMENTOS RELACIONADOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA)		
MOMENTO 0	MOMENTO 1	MOMENTO 2	MOMENTO 3
(1922 a 1984)	(1985 a 1994)	(1995 a 2001)	(2003 a 2010)
Implantação de núcleos habitacionais e disponibilização de lotes rurais com o propósito da colonização (INDA, INCRA, INIC/BA)	Implantação de moradias em projeto de assentamento de reforma agrária (INCRA)	Implantação de moradias em projeto de assentamento de reforma agrária (INCRA)	Implantação de moradias em projeto de assentamento de reforma agrária (INCRA)
Melhoria e construção de unidades habitacionais e construção de banheiros no campo (Fundação SESP)	Melhoria e construção de unidades habitacionais e construção de banheiros no campo (FUNASA/CAR)	Melhoria e construção de unidades habitacionais e construção de banheiros no campo (FUNASA/CAR)	Melhoria e construção de unidades habitacionais e construção de banheiros no campo (FUNASA/CAR)
Implantação de núcleos habitacionais e moradias em projetos de irrigação (DNOCS, CODEVASF)	Implantação de núcleos habitacionais e moradias em projetos de irrigação (DNOCS, CODEVASF)	Implantação de núcleos habitacionais e moradias nos assentamentos da cédula da terra e do crédito fundiário (CAR/CDA)	Implantação de núcleos habitacionais e moradias nos assentamentos do crédito fundiário (CDA)
Construção de habitações em projetos de reassentamento dos atingidos por barragens (INCRA, CHESF, CODEVASF)	Construção de habitações em projetos de reassentamento dos atingidos por barragens (CERB, DESENBANCO, CHESF)	Disponibilização de unidades habitacionais no campo, para comunidades indígenas (CONDER/ 500 anos)	Disponibilização de unidades habitacionais no campo, para comunidades tradicionais, pequenos produtores e assentados de reforma agrária (INCRA, SEDUR, CAR, CDA)
Implantação de pequenos núcleos habitacionais nas periferias de cidades do interior e no meio rural (URBIS/ BNH/ PROMORAR)			Construção de habitações em projetos de reassentamento dos atingidos por barragens (CERB)
Disponibilização de recursos para moradia em projeto de assentamento (INCRA/PAR CAMAMU)			

Elaboração: Paula Moreira (2017).

¹¹ A CODEVASF, no momento aqui tratado tinha a nomenclatura apresentada no texto. Atualmente, com a reformulação de sua área atuação, passou a ser Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

O Estado agiu de forma bastante impactante no meio rural, inclusive, gerando demanda por moradia e terra, a partir das obras de barragens. Algumas destas obras, ocorridas tanto na terceira fase de colonização, como nos momentos posteriores (1, 2 e 3), objetos de análise desta tese, além da atualidade, repercutiram em projetos de reassentamento rural. Dentre os principais, estariam: o PEC Serra do Ramalho, que objetivou reassentar os atingidos pela barragem de Sobradinho; diversas agrovilas implantadas em parceria estabelecida entre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e a CODEVASF, para os atingidos pela barragem de Itaparica (Região de Paulo Afonso); os núcleos habitacionais implantados para os atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo, sob responsabilidade da Desenvale e do Governo da Bahia; mais recentemente, pela implantação de Ponto Novo, sob jurisdição da CERB e; finalmente, pela construção da ação junto à comunidade quilombola de Vazante, que será atingida pela barragem de Baraúnas, em Seabra¹².

Uma ação com pouca repercussão quantitativa, porém, importante de ser mencionada por ser a primeira destinada exclusivamente a habitação rural em escala federal, seria a implantação de pequenos núcleos habitacionais nas periferias de cidades do interior e no meio rural, a partir do programa PROMORAR, vinculado aos recursos do BNH e, aplicados pela URBIS, em meados da década de 1980.

Com um enfoque na área de saúde, para os municípios onde a Doença de Chagas é endêmica ou onde os indicadores de saúde denotam a presença de enfermidades causadas pela inadequação de saneamento, a Fundação Serviços de Saúde Pública (SESP)/ Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)¹³ vem agindo na melhoria e na substituição de unidades habitacionais, desde a terceira fase do Momento 0, mantendo esta ação até o presente momento, conforme mostra o Quadro 2. Outra ação da FUNASA, que se vincula diretamente com as moradias, é a construção de banheiros. Com uma ação parecida, porém, não com enfoque exclusivo da saúde e, por isso, com uma abrangência espacial mais ampla, a Companhia de Ação Regional (CAR) prevê ações vinculadas a construção e melhoria de habitações no meio rural e, também, de banheiros. Nestes dois casos a perspectiva das ações é vinculada a unidade

¹² Neste caso, pelos direitos adquiridos pelos quilombolas, a partir de seu auto reconhecimento e certificação junto a Fundação Cultural Palmares, além da mobilização social do grupo, as obras de reassentamento tiveram que ser estabelecidas por um Termo de ajuste de Conduta (TAC).

¹³ A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde que, surgiu em 1991, como resultado da fusão de vários segmentos da área de saúde, dentre os quais a Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam).

habitacional, sem a abrangência do conceito de moradia camponesa, onde o local de trabalho e a casa seriam vistos de forma conjunta.

Os projetos de assentamento aparecem já no Momento 0, a partir do Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Camamu, porém, não com a envergadura de uma política, algo que só ocorrerá com o I PNRA, em 1985. Os projetos de assentamento de reforma agrária vão compor, a partir do Momento 1, uma perspectiva diferente da dos projetos e núcleos de colonização e, também dos projetos de irrigação. Eles terão um conteúdo político voltado a uma contingência de contenção social, isto é, desvinculada ao desenvolvimento do setor rural. Com este limitado sentido, entretanto, os PAs terão um alcance numérico superior a qualquer outra política de assentamento no meio rural, além de se constituírem como uma ação contínua há mais de 30 anos. Destaca-se que, desde os primeiros PAs, as moradias compõem o pacote da reforma agrária, sendo implantadas, majoritariamente em agrovilas.

Com algumas características similares aos PAs, principalmente quanto a limitação de recursos para o investimento em infraestrutura, inclusive habitacional, foi implantada a partir do Momento 2, na gestão de FHC, a chamada reforma agrária de mercado. Inicialmente denominada de Cédula da Terra, quando trabalhava com recursos do Banco Mundial e, depois, de Crédito Fundiário, ela vem com o propósito de comprar terras disponíveis e, posteriormente, vendê-las de forma especial para grupos de trabalhadores rurais. Atualmente, é operacionalizada pelo Governo do Estado da Bahia, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). Por agir através da compra de terras e, não pela desapropriação, ela não é considerada como reforma agrária, porém, ela tem alguma repercussão na distribuição de terras.

Na atualidade, a moradia no meio rural está submetida às consequências da luta pela moradia nas cidades. A partir da década de 2000, essa luta começa a ter influência acentuada nas estruturas de governo. Inicia-se pelas repercussões do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 e, posteriormente, com Lula na Presidência da República. Assim, sucessivamente vão se criando instrumentos, tais como o Ministério das Cidades (MCidades), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e, os espaços de controle social, desembocando, com todas as suas contradições e limitações, no Programa Minha Casa, Minha Vida e, ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Esta ação desvinculou a disponibilização da habitação da Política de Reforma Agrária, já que objetiva atender o público do campo em geral (pequenos proprietários, comunidades tradicionais,

assentados de reforma agrária, do crédito fundiário, dentre outros). Assim, para se adquirir uma unidade habitacional, o assentado deve lutar no âmbito da conquista da terra e, depois, no da conquista da habitação, em estruturas governamentais diferentes, com rotinas, compreensões e lógicas distintas da que eles conheciam. Na Bahia, o acompanhamento do PNHR é feito pelo INCRA, SEDUR, CAR, CDA, mas a operacionalização é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB).

A seguir, estas ações serão discutidas a partir de alguns exemplos e de suas articulações com a conjuntura política. Busca-se, assim, revelar a problemática, evidenciando a especificidade do objeto desta tese. Neste enredo, se colocam como questões fundamentais: o que é e como surgem os projetos de assentamento de reforma agrária? Como a moradia camponesa vem sendo tratada pelas políticas públicas? O que gera, para as moradias nos projetos de assentamento, uma especificidade temática?

2.1 MOMENTO 0 - PRECEDENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

2.1.1 Primeira Fase do Processo de Colonização Brasileira

Generalizando-se, a ocupação do espaço rural brasileiro sempre esteve vinculada a interesses produtivos de elevado porte e a grandes propriedades. No início do processo de colonização instalaram-se as fazendas de engenho na costa litorânea que, destinavam-se a suprir os interesses da metrópole portuguesa. Posteriormente, no processo de interiorização do país, surgiram as fazendas de gado. Mais tarde, vieram as poderosas fazendas de borracha, cacau e café. Cada uma destas estruturas tinha especificidades quanto a sua implantação e forma de ocupação interna, porém, o que existia de comum entre elas era a utilização predominante de mão de obra escrava ou liberta, porém, enquadrada em esquemas de grande exploração do trabalho. As moradias dos trabalhadores, conseqüentemente, representavam a submissão destes em relação aos fazendeiros, sendo bastante precárias e localizadas de forma a permitir o controle do trabalho. No caso das fazendas de café, é importante destacar sua representatividade, pois, elas propiciaram a base econômica e de infraestrutura necessária para o processo de industrialização do país.

No início do século XX, com a crise do café e a abolição da escravatura, incentivou-se um processo de colonização rural no Brasil. Germani (1993) identifica este fenômeno como a

primeira fase do processo de colonização brasileira, que aconteceu entre 1822 a 1930 e, foi caracterizado pelo seu público alvo: os imigrantes estrangeiros.

É importante destacar neste contexto que, por ocasião dos conflitos entre a França e a Inglaterra, foi forjado e veiculado pela primeira a existência de uma América Latina. Esta América, diferente da América Anglo Saxônica (liderada pela Inglaterra), deveria ter sintonia com padrões estéticos, culturais e comportamentais aos da França. A crise política e econômica de Portugal e Espanha propiciou terreno fértil a territorialização deste padrão. Segundo Gonçalves e Quental (2011), isto significou um prolongamento da colonialidade no Brasil em relação à Europa.

Os latinos americanos, a partir desta proposição se constituiriam dos descendentes europeus. Isto significa que os índios e negros foram desconsiderados. Desconsiderados, também, foram suas culturas, artes, religiões e saberes. A presença destes habitantes era vista de forma negativa e pejorativa. Assim sendo, eles não teriam condições de povoar e contribuir para desenvolvimento do país de forma adequada. Neste contexto, a imigração estrangeira foi incentivada para se impedir que a nação brasileira fosse predominantemente constituída de cidadãos índios, negros e mestiços. Desejava-se que esta fosse constituída de uma “raça nobre” para se viabilizar o desenvolvimento país.

Este momento coincidiu com o surgimento da política higienista aliada ao embelezamento das cidades, regida pelas experiências parisienses. Assim sendo, sob a égide da colonialidade foram implantados programas de saneamento e reforma urbana nas cidades que começavam a crescer. Trabalhava-se, naquele momento por um país com belas e saudáveis cidades ocupadas por habitantes, predominantemente “belos”, isto é, brancos. Como consequência, os negros libertos da escravidão ficaram sem opção de trabalho, no mesmo instante em que grande parte dos imigrantes estrangeiros foi encaminhada para trabalhar nas fazendas de café.

Houve, concomitantemente a este processo, o assentamento de imigrantes (suíços, alemães, italianos, dentre outros) em colônias agrícolas com o intuito de desenvolver áreas pouco povoadas com o conhecimento prévio que haviam adquirido em seus países de origem. Províncias e agenciadores incentivavam a imigração prometendo terra e prosperidade.

Como referência da dimensão desta ação, a Tabela 1 mostra o quantitativo dos núcleos e colônias agrícolas, tanto federais, como estaduais e particulares, implantados no Brasil entre 1909 e 1920. É possível observar a pouca quantidade deste tipo de empreendimento e, que o foco da ação foi nas regiões Sul e Sudeste com destaque para os estados de Minas Gerais, São

Paulo, Santa Catarina e Paraná. Nota-se que esta ação não teve repercussão na região Nordeste, consequentemente, no estado da Bahia.

Tabela 1 – Núcleos/ Colônias Agrícolas Federais, Estaduais e Particulares Implantados no Brasil entre 1909 e 1920

NÚCLEOS/ COLÔNIAS AGRÍCOLAS FEDERAIS, ESTADUAIS E PARTICULARES NO BRASIL ENTRE 1909 A 1920			
REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE	QUANTIDADE POR REGIÃO
Sudeste	Espírito Santo	1	33
	Minas Gerais	17	
	Rio de Janeiro	2	
	São Paulo	13	
Sul	Santa Catarina	10	28
	Paraná	12	
	Rio Grande do Sul	6	
TOTAL		61	61

Adaptação de Germani (1993).

É importante destacar que os imigrantes passaram por dificuldades no início do processo, sendo que muitos desistiram. Os que resistiram, em geral, se utilizaram dos próprios recursos para desenvolver as terras que tiveram acesso. Sobre este assunto, Machado (1999), cita algumas denúncias feitas pelos emigrantes. Os assuntos variavam entre a ação especulativa dos agentes, os perigos da viagem marítima, a não adaptação ao clima, os confrontos com os indígenas, a ausência de habitações, a diferença dos costumes, as doenças locais, a miséria e o abandono por parte dos governos que os receberam. Porém, segundo o mesmo autor, tais denúncias poucos impactos tiveram, sendo que a situação dos emigrantes foi mesmo se alterando de acordo com as articulações locais e o empenho de cada família ou grupo.

A Figura 2 mostra imagens referentes às colônias de imigrantes na primeira fase de colonização. Elas ilustram, na região Sul do país, as dificuldades no plano da moradia, dos recém-chegados imigrantes.

A Figura 2-B mostra uma família junto a sua moradia, constituída como uma tenda e coberta por palha num momento inicial, circulada por mata natural, o que submete as dificuldades por eles encontradas neste contexto. A Figura 2-C ilustra uma unidade habitacional pertencente a uma família imigrante polonesa feita em madeira e implantada de forma isolada. Já a Figura 2-D traz um conjunto de casas construídas bem próximas, formando uma rua em Caxias do Sul. Na Figura 2-A é exibido um mapa da colônia alemã de São Leopoldo, onde cada polígono, chamado de “linha”, mostra a gleba de um conjunto de famílias de colonos. O que

muitas vezes inviabilizavam o desenvolvimento dos colonos naquele ambiente. Assim sendo, a instalação das primeiras indústrias de fabricação simples como tecidos e calçados, trazia para os mesmos uma possibilidade real de trabalho num ambiente mais promissor (visto a conjuntura do campo): a cidade.

A crise de 1929 trouxe mais um elemento a este contexto: os cafeicultores passaram a investir em indústria, visualizando o aumento do mercado consumidor urbano para bens de consumo e, aproveitando-se da infraestrutura gerada pela economia cafeeira, tais como, estradas de ferro, portos, usinas hidrelétricas e redes telegráficas.

Neste momento, uma grande contradição se coloca entre princípios norteados pela economia e pela ideologia. Onde deveria se priorizar a ocupação no Brasil? Nos centros urbanos, local este que viabilizaria a economia industrial nascente ou no meio rural por uma população estrangeira e, conseqüentemente “superior” para tornar o país predominantemente ocupado por pessoas que tenham capacidade real de desenvolvê-lo? Obviamente, a opção econômica se sobressaiu sobre a ideológica já que para a segunda ter êxito, dever-se-ia interferir na rígida e concentrada estrutura fundiária vigente, fato que o poder hegemônico¹⁴ daquela época se contrapôs veementemente.

Assim, a primeira fase de colonização sofreu boicotes que, trouxeram, não só sua limitação quantitativa, isto é, poucas áreas disponíveis para o assentamento dos imigrantes estrangeiros, mas, também, a pouca infraestrutura destinada a acomodar os que conseguiram se fixar no campo. É importante destacar que, paradoxalmente, no meio das adversidades, longe da interferência direta dos cafeicultores, algumas colônias agrícolas do sul do país conseguiram se manter e reproduzir.

2.1.2 Segunda Fase do Processo de Colonização Brasileira

A segunda fase de colonização (1930-1964), tem em seu cenário político, um processo de mudanças bastante representativo. Inicia-se com a era Vargas em meio a Revolução Constitucionalista e a conseqüente promulgação da Constituição de 1934, que trouxe avanços democráticos e sociais para o país. Passa por uma crise política que culmina, em 1937, no Estado Novo, momento em que o autoritarismo suprime a liberdade partidária, a independência

¹⁴ Principalmente os cafeicultores.

entre os três poderes e o federalismo existente no país¹⁵ e; pela deposição (em 1945) e o retorno de Getúlio Vargas em 1951.

É importante destacar que Getúlio Vargas inaugura o populismo no Brasil, além de governar com discurso e práticas direcionadas a uma proposta de nacionalista. Com estas características, em seu mandato foram implantadas as indústrias de base, o monopólio estatal do petróleo¹⁶, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a construção de um sistema nacional de ensino. Além disso, cria condições político institucionais para, posteriormente, em 1946, no Governo Dutra, surgir formalmente a Política Nacional da Habitação, representada através de um órgão federal, a Fundação da Casa Popular. Esta é considerada a primeira instituição destinada a implementar política específica na área habitacional para população de baixa renda. Segundo Botega (2008), sua ação teve insignificante abrangência. Assim, pouco se realizou para atingir o objetivo de promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. O Órgão foi extinto em meados da década de 1960, na conjuntura da ditadura militar, sendo, porém, considerado precursor do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Além das mudanças representativas da Era Vargas, ocorreram, nesta segunda fase de colonização, dois mandatos presidências de grande impacto para o país: o desenvolvimentista Juscelino Kubitschec (1956 a 1961) e um representante do ideal popular, João Goulart (1961 a 1964). O primeiro, implanta o Plano de Metas¹⁷, constituído por cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação. Além disso, propõe-se uma meta espacial de grande envergadura: a construção de Brasília que, simbolizaria na ideia e na prática a integração territorial das regiões do Brasil. O segundo, assume em meio a uma grave crise política e, tenta colocar em prática as chamadas reformas de base¹⁸ (medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista, que previam uma maior intervenção do Estado na economia). Dentre estas reformas, estavam inseridas a urbana, a educacional, a eleitoral, a fiscal e, a mais importante para a temática aqui trabalhada: a reforma agrária.

Segundo Oliveira (2007), desde a marcha nacional para a industrialização e a consequente urbanização a partir de 1930, a sociedade passou a conviver com o aprofundamento dos conflitos no campo que, em parte, foram relacionados com as tentativas

¹⁵ Vargas fechou o Congresso Nacional e criou o Tribunal de Segurança Nacional, os prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores e esses pelo presidente.

¹⁶ Vargas implantou as indústrias de base estatais para dar apoio ao parque industrial ainda em desenvolvimento inicial, em setores estratégicos: siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional), mineração (Companhia Vale do Rio Doce) e geração de energia (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco). A Petrobras também foi fundada neste contexto.

¹⁷ Cujo lema era "Cinquenta anos em cinco".

¹⁸ Que tinham como mentor o economista Celso Furtado.

de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados diante da presença de latifúndios improdutivos. Em decorrência disto, no momento político aqui tratado, conforme o mesmo autor afirma, existiu um longo embate ideológico na sociedade sobre a reforma agrária. Existia certo consenso entre os comunistas, a esquerda nacionalista e os nacionalistas liberais a respeito da sua necessidade para o país, para eles, a oligarquia rural representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável, contrário aos novos interesses industriais e democráticos. Nesta conjuntura, em meio ao debate acirrado pela viabilidade ou não da reforma agrária, surgiram os projetos/ núcleos de colonização da segunda fase aqui tratada (1930-1964). Num contexto geral, tais colônias agrícolas não se constituíam como uma resposta do Estado aos conflitos emergentes no campo. Objetivamente estes projetos de colonização estavam inseridos numa perspectiva de abastecimento alimentar aos centros urbanos que cresciam com grande velocidade. Traziam consigo uma articulação com um planejamento mais global, com a ideia de desenvolvimento. Tal ideal não estava inserido somente na escala nacional. Como exemplo, tem-se o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁹ que, comportava em sua estrutura interna, entre 1951 e 1972, o CINVA (Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento). Neste, estava inserido o Programa Rural, chefiado pelo arquiteto Argentino Ernesto E. Vautier (entre 1953 a 1963). Nesta estrutura, segundo o mesmo Vautier (1958), eram feitos levantamentos de demanda por habitação rural, estudadas formas de acessibilidade a programas habitacionais, realizadas capacitações profissionais sobre o tema, desenvolvidos atividades de pesquisa e extensão e, publicados materiais didáticos e científicos. Assim sendo, as especificidades da demanda do público rural eram consideradas, numa perspectiva do seu desenvolvimento sócio econômico, no sentido de eles integrarem e contribuírem com uma macroestrutura. Importante destacar que, havia uma rede de cooperação americana que trocava frequentemente informação através de eventos sobre a temática da habitação e do desenvolvimento rural.

No Brasil, assim como na primeira fase, os projetos/ núcleos de colonização se desenvolveram de diversas formas, de acordo com as características sociais, culturais, organizacionais, físicas do espaço e, principalmente, com a qualidade da ação do estado. Os PICs, entretanto, possuem algumas especificidades que devem ser aqui elencadas, pois, muito do que se formulou para eles foi utilizado na fase de colonização posterior.

¹⁹ Organismo regional fundado em 1948 com o objetivo de buscar a paz, a justiça, a solidariedade, intensificar a colaboração, defender a soberanias dos países membros (35 estados independentes), além da integridade territorial e independência.

Os PICs eram constituídos por um órgão federal, o INDA e, assim, estavam articulados com uma estratégia nacional. No caso da Bahia, por ter uma estrutura pensada para o desenvolvimento rural, cada um dos 7 PICs tinha um quadro técnico local formado por agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiro florestal e administrador. Estes técnicos moravam na área e acompanhavam, cotidianamente, o trabalho dos colonos, avaliando-os. O PIC era disponibilizado ao público após já ter sido parcelado e ter grande parte de sua infraestrutura implantada.²⁰ Quanto a questão da moradia, comumente era criado um núcleo habitacional onde eram implantados: cemitério, posto de saúde, escola, igreja, campo de futebol, galpão, almoxarifado, além do alojamento dos técnicos e, das casas dos colonos que optassem por morar no núcleo. Era disponibilizado um crédito, pelo Banco do Brasil, para a implantação das moradias. Segundo o técnico agrícola entrevistado por esta autora²¹, em Ituberá, ao menos, as edificações e o núcleo, com seu arruamento, lotes, praças, etc., eram projetados por arquitetos que, também se disponibilizavam em passar longos períodos na área para realizar o acompanhamento das obras.

Para se ter uma noção da representatividade da ideia dos projetos/núcleos de colonização em relação ao contexto territorial baiano, a Tabela 2 destaca os anos de criação dos 8 empreendimentos que, se situam entre 1953 e 1957 (Governo JK). Estas colônias já não tinham como característica principal o público estrangeiro, porém, ainda havia resquícios desta tendência. O NC Jaguaquara assentou imigrantes italianos e os PICs Una e Ituberá, assim, como o NC JK acolheram japoneses.

Tabela 2 – Projetos de Colonização Implantados pelo Estado pelo Poder Público na Bahia

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS PELO ESTADO/ BAHIA						
Ano de criação	Órgão responsável	Tipo	Nome do projeto	Município	Área	Número de colonos
1953	INDA/INCRA	NC	Jaguaquara	Jaguaquara	s/i	40
1953	INDA/INCRA	PIC	Ituberá	Ituberá	3724	211
1953	INDA/INCRA	PIC	Uma	Uma	5549	182
1953	INDA/INCRA	PIC	Porto Seguro	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	4954	181
1954	INDA/INCRA	PIC	Andaraí	Itaetê	8188	286
1955	INDA/INCRA	PIC	Jeremoabo	Santa Brígida	5117	167
1955	INDA/INCRA	PIC	Queimadas	Queimadas	3000	68
1957	INIC/BA	NC	JK	Mata de São João e Camaçari	4765,7	221

Adaptação: Brasil (2004); Germani (1993).

²⁰ O PIC Ituberá, segundo o servidor Manoel Vitor, que trabalhou ali de 1960 a 1976, teve a infraestrutura implantada. Esta realidade não foi, entretanto, uma constante. Alguns PICs tiveram um atendimento mais precário em relação a ação do estado.

²¹ Senhor Manoel Vitor, atualmente aposentado pelo INCRA.

Por estar inserido num contexto favorável tecnicamente, porém, desfavorável politicamente, visto as crises e disputas políticas do período, alguns outros PICs que estavam programados pelo INCRA de Brasília, não foram efetivados²².

Para estudo do espaço produzido com enfoque na habitação, foi elencado para esta tese, o exemplo do Núcleo de Colonização JK, localizado em Mata de São João. Trata-se de um assentamento cujo público tem nacionalidade mista. Isto porque foi pensado para abastecer a região metropolitana de Salvador, porém, apesar de não forma predominante, tinha finalidade de assentar produtores imigrantes. Neste caso, os japoneses²³.

Segundo Brasil (2004), o Núcleo JK se estruturou em pequenas unidades de produção, destinadas a cumprir a função de se fazer diminuir as importações de produtos agrícolas oriundos de São Paulo, iniciando sua primeira etapa no ano de 1957. O Núcleo foi constituído pela anexação de cinco fazendas, sendo que este processo foi longo, se postergando por três mandatos de governadores. Quando se findou, constituiu-se, segundo Brasil (2004) de 4.765,7ha, conforme mostra a Figura 3-A.

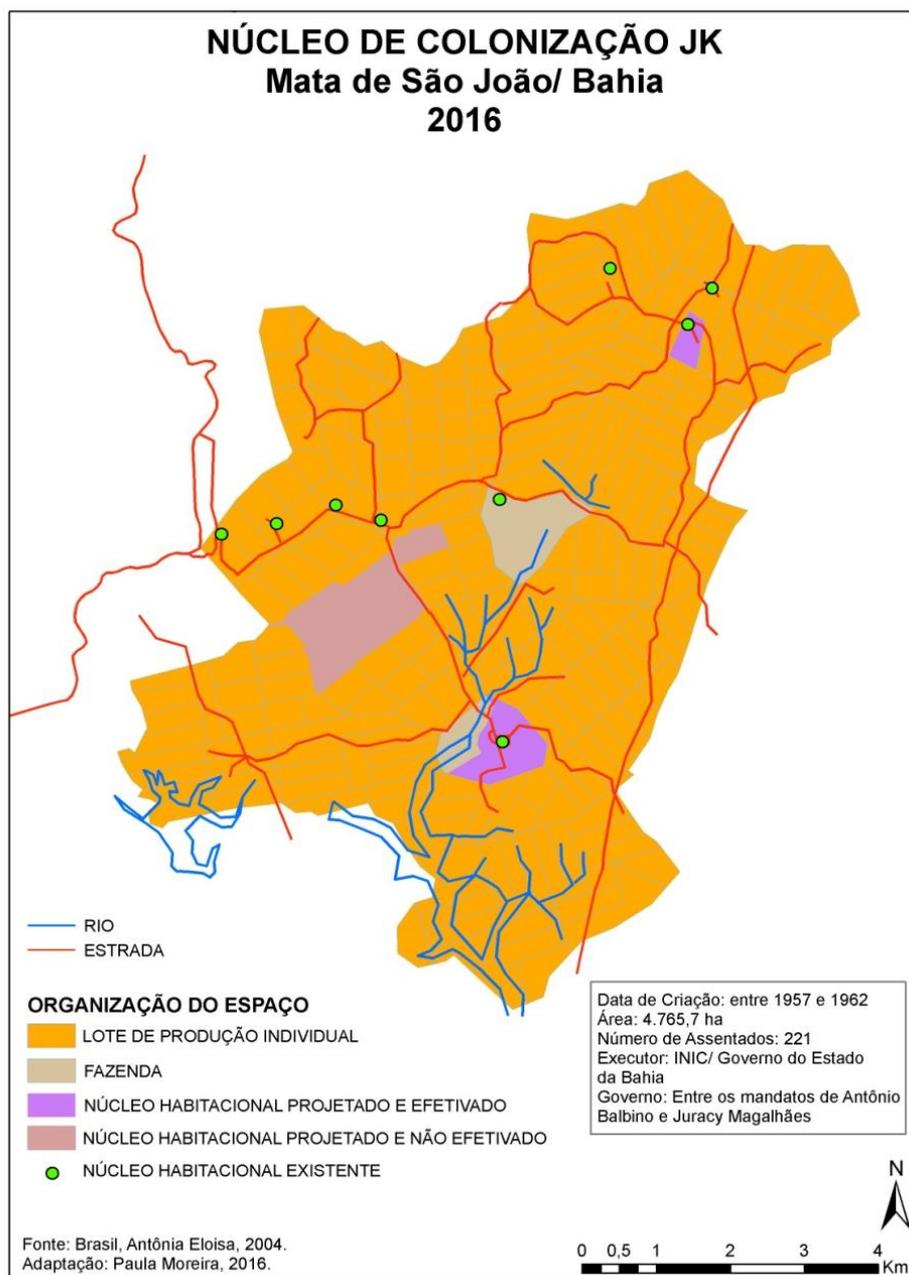
Quanto a infraestrutura de moradia, Brasil (2004) traz que inicialmente foram construídos alojamentos em torno das duas vilas iniciais, a JK e a Vila Camaçari. A Vila Camaçari atualmente é o maior aglomerado habitacional do Núcleo JK. Ela foi projetada para tal e conseguiu se manter, principalmente pelos equipamentos sociais ali dispostos. Já a vila JK, apesar de ter sido projetada em uma área específica (ver na Figura 3-A), não teve a mesma apropriação pelos moradores do Núcleo JK: ela não cresceu de forma localizada, mas, sim, linear em torno de uma estrada vicinal.

A Figura 3-A mostra um conjunto de quatro pontos (à esquerda), perceptíveis a partir de visualizações nas imagens do *Google Earth*, que mostram este processo de territorialização dos colonos. A vila Itapecirica, localizada ao norte na implantação, em conjunto com a Camaçari, foi projetada e se efetivou como um núcleo habitacional, porém, de pequeno porte. Além das citadas, foram detectadas na imagem mais três aglomerações de moradias em JK, sendo duas delas próximas a Itapecirica e uma na área de um fazendeiro local.

²² O Plano Nacional de Colonização (INCRA, 1969) mostra que se previa a implantação de mais 6 PICs: Barra do Choça, com 51 famílias; Cachoeira, com 145 famílias; Candeias, com 186 famílias; Ititussu, com 134 famílias; Nova Viçosa, com 65 famílias.

²³ Pensava-se que os imigrantes nipônicos iriam contribuir com seus conhecimentos na área de produção agrícola, porém, a mesma autora afirma que os que vieram não eram habilitados neste segmento, fazendo com que ocorresse um forte êxodo deste público.

Figura 3 – Implantação e Fotos do Núcleo Colonização JK/ Mata de São João/Bahia



A) Implantação do Núcleo de Colonização JK



B) Moradia no Período Inicial do Núcleo



C) Moradia de uma Casal de Idosos

Fonte: Brasil (2004). Elaboração da Implantação: Paula Moreira (2016).

Estas relações foram trazidas para mostrar as diferenças entre os processos de territorialização dos colonos de JK e o que foi planejado. Na verdade, não houve um processo de planejamento estruturado e, além disso, a precariedade inicial vivida pelos colonos impulsionaram articulações locais que geraram apropriações espaciais que viabilizaram a permanência do grupo ali presente na atualidade.

A Figura 3-B mostra uma moradia de uma família de colonos japoneses no início da implantação do Núcleo. A casa, que era de taipa, é de grande dimensão, parecendo ter sido construída com o conhecimento da técnica, e, com os recursos materiais dos próprios colonos. A Figura 3-C traz a moradia de uma família de antigos colonos no ano de 2004. Ela é grande, com bom acabamento. Além disso, percebe-se ali o zelo, além da preocupação estética do conjunto externo.

Apesar de todas as dificuldades vividas pelos colonos do Núcleo JK²⁴ em seus 60 anos de existência, fato que fez muitos desistirem deste projeto de vida, verifica-se tanto em seu impacto na sede municipal de Mata de São João, quanto nas próprias apropriações territoriais no âmbito das unidades de moradia e de suas implantações, que a desconcentração de terras efetivada nos quase 5 mil hectares trouxe novas perspectivas, não só para os colonos beneficiários, mas, também, para a população municipal e do entorno. Neste caso, a própria territorialização da luta pela terra no município tem como parte dos sujeitos sociais, pessoas que nasceram e foram criadas no Núcleo JK, mostrando que este empreendimento trouxe muito mais do que respostas no âmbito da produção agrícola, ele viabilizou a formação de camponeses.

2.1.3 Terceira Fase do Processo de Colonização Brasileira

A terceira fase do processo de colonização brasileira abrange o período do "Regime Militar" (1964 a 1985). Este momento é marcado pelo controle das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica) que, chegaram ao poder após terem deposto o presidente João Goulart, com um golpe de estado. A justificativa veiculada pelos porta vozes dessa ação era da necessidade de se sanear o país que, estava envolto a corrupção e alheio às necessidades daquele momento. Somente assim, poderiam defender o país dos comunistas e trazer novamente a ordem social. Na verdade, inicia-se um sombrio período de exceção, arbitrariedades e

²⁴ Principalmente pela falta de apoio dos que o promoveu, principalmente no que concerne a implantação de infraestrutura.

desrespeito aos poderes estabelecidos, aos direitos dos cidadãos. Assim, o “Regime Militar” é marcado pela repressão, onde a Constituição é descartada e o poder legislativo deixa de ter representantes legítimos do povo.

Neste contexto, é criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), através da lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. De acordo com Bonduki (2008), o SFH tinha como finalidade a captação de recursos para a área habitacional e o financiamento, a aquisição e a construção da casa própria. O BNH aparece na mesma lei como principal agente de operação desse sistema. Medeiros (2010) afirma que estas estruturas estatais surgem como solução viável ao regime repressivo, que se vê obrigado a formular projetos capazes de adquirir e manter o apoio popular, como contrapartida a situação de pressão psicológica e a política de contenção salarial estabelecida. Porém, é importante destacar que é somente com o SFH/BNH que uma política nacional de habitação se consolida como área de intervenção específica (com expedientes políticos suficientes para legislar, alocar recursos e definir planos e programas).

Com a criação do SFH, incluiu-se na legislação brasileira a questão da habitação rural. Por esse dispositivo, a política nacional e o planejamento territorial ficavam vinculados ao Ministério do Planejamento. A Lei nº4.380/64 apresenta o seguinte texto:

Art. 1º – O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 4º – Terão prioridade na aplicação dos recursos:

I – a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subumanas de habitação;

II – os projetos municipais ou estaduais que, com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;

IV – a construção de moradia para a população rural.

(BRASIL. Lei nº4.380, 1964, art.1 e 4).

Assim, o BNH foi a primeira instituição que teve abrangência nacional a instituir uma política habitacional para atender população, tanto urbana, quanto rural. Mesmo assim, sua atuação ficou quase que restrita ao atendimento das necessidades habitacionais do meio urbano. É importante destacar, entretanto, que o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), vigente entre 1973 e 1983, apontava, em uma de suas diretrizes, o apoio a núcleos rururbanos que seriam, conforme BNH (1979), pequenos núcleos de caráter rural. Os terrenos, segundo o

mesmo documento, seriam obtidos a partir de ações conjuntas de vários órgãos públicos, tais como INCRA, DNOS, INPS e SPU. As ações, mediadas pela definição de uma rede funcional urbana prioritária²⁵, destinava-se a conceder financiamentos de alternativas habitacionais à população de baixo poder aquisitivo, além de infraestrutura básica, via o Programa PROMORAR. BNH (1979) destaca que deveria se dar atenção especial para articulação entre os pequenos núcleos urbano/rurais (vilas e povoados) e moradia dispersas com as cidades médias e as capitais. Esta informação é trazida aqui, não pela sua representatividade enquanto ação, que foi mínima, mas pela estreia de uma política exclusivamente habitacional que considerasse o campo.

Em relação à reforma agrária, o processo democrático de debate sobre a questão foi cessado com o “Regime Militar”. Contraditoriamente, o Presidente Castelo Branco assinou o Estatuto da terra (Lei nº 4.504). Porém, apesar de seu conteúdo ser bastante amplo, tratando da função social da terra e da própria reforma agrária, esta lei não foi implementada pelos militares. Pelo contrário, segundo Oliveira (2007), o período foi marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Pode-se concluir que o Estatuto da Terra se constituiu, segundo a lógica de Harvey (1980), numa elaboração oriunda de uma teoria contrarrevolucionária que se apropriou de uma teoria revolucionária, no caso a reforma agrária, manipulando-a de acordo com os interesses das forças conservadoras nacionais.

O essencial é que de modo geral, como afirmam Leite *et alli* (2004), durante o “Regime Militar” prevaleceu a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da reforma agrária. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas.

De acordo com a lógica de urbanização dependente de Castells (1993), a sociedade agrária predominante (as oligarquias) não se decompôs como poderia ter acontecido caso o projeto de reforma agrária tivesse se efetivado, pelo contrário, se fortaleceu pela concordância dos interesses entre os grupos dominantes urbanos e rurais.

Segundo Oliveira (1972), isto se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo se constitui na “produção” das oposições entre nações (centro-periferia), das estruturas internas de dominação (classes sociais internas)

²⁵ Mantinha-se o discurso da integração urbano rural, visando um desenvolvimento conjunto e, com ele, propunha-se ações baseadas na rede funcional urbana prioritária, onde as políticas estaduais e federais deveriam se apoiar no sentido de fortalecer pólos econômicos e microrregiões economicamente homogêneas.

e da expansão do capitalismo mundial. A modernização agrícola brasileira contou com todos estes elementos para se reproduzir enquanto realidade, tendo o Estado com grande protagonista e as conservadoras oligarquias em conjunto com os oligopólios internacionais como os maiores beneficiários deste processo.

Os projetos de colonização do regime militar aparecem neste momento, dando corpo a terceira e última fase indicada por Germani (1993). As ideias mais representativas elaboradas para subsidiar o processo de colonização rural dirigido exclusivamente pelo Estado brasileiro aconteceram a partir de 1970, no duro Governo Médici. Estas, segundo Germani (1993) objetivavam subsidiar uma política nacional de base geopolítica, além, de abrir divisas para a expansão do capitalismo, tanto agrícola como industrial e de mineração na região Amazônica. Os projetos de colonização de maior importância e envergadura foram implantados nas margens da recém construída BR 230, a rodovia Transamazônica, sendo estes, fruto das reflexões de um arquiteto, sob a égide do urbanismo rural.

Uma publicação de 1973 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma redigida pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo²⁶ se constitui no documento básico para se entender todo o processo de concepção inicial das formas espaciais produzidas nos projetos de colonização conduzidos pela ditadura militar.

O autor explicita em seu texto sua grande experiência na implantação de colônias agrícolas na segunda fase de colonização rural brasileira (de 1930 a 1964), participando da implantação de PICs e Núcleos de Colonização. Ele, no início do texto sinaliza a opinião de que tais colônias sofriam evasão não dos que não conseguiam se desenvolver nelas, mas, justamente dos que conseguiam acumular recursos para se mudar para as cidades. Esta, segundo o autor, se constituía no *locus* de múltiplas possibilidades e de desenvolvimento. O campo, ao contrário, era o local da ignorância e do atraso tecnológico. Era necessário, então, levar os elementos da estrutura urbana para os projetos de colonização, permitindo, assim, possibilidades de desenvolvimento para os mesmos.

Este arquiteto notadamente foi responsável pela transposição das ideias de planejamento e de arquitetura para o campo, elaboradas em outras partes do mundo, para o Brasil. Em seu texto sobre urbanismo celular²⁷, elaborado em 1977, Camargo traz uma lista de autores que influenciaram sua forma de planejar. Dentre eles se encontram Arturo Soria y Mata, que

²⁶ Arquiteto e Urbanista, graduou-se em arquitetura em 1953 e, em 1961, em urbanismo, ambos pela Universidade do Brasil. Iniciou sua carreira em 1955 no INIC, como engenheiro arquiteto. Em 1961 ingressou como professor de urbanismo na mesma universidade que o formou. Teve uma atuação profissional intensa, atuando no INCRA até 1975, quando pediu exoneração para se dedicar exclusivamente a visa acadêmica.

²⁷ Texto realizado para subsidiar um convênio entre o MEC e o BNH.

elaborou a cidade linear, além de Ebenezer Howard, Raymond Unwin e Barry Parker, precursores das cidades jardim²⁸. Porém, apesar de não ser citado, é evidente a semelhança entre o discurso de Bardet (1942) e Camargo e, até mesmo algumas formas conceituais formuladas pelo brasileiro.

O conceito adotado por Camargo foi o de urbanismo rural²⁹ que, segundo ele, baseava-se no planejamento integrado, considerando-se elementos da área social, econômica e física do meio rural. Neste processo de planejamento espacial, determinavam-se zoneamentos, destinavam-se usos, dimensionavam-se áreas, tendo em vista os recursos necessários para criar e promover o desenvolvimento. As áreas deveriam ganhar autonomia econômica gerando uma espécie de rede urbano-rural autossustentável socioeconomicamente. Segundo Rego (2016), o urbanismo rural alinhava-se com a ideia de descentralização urbana trazida pelas cidades jardim, principalmente no que concerne a cidades satélites, a integração cidade-campo e a organização baseada na conexão, proximidade, dependência e hierarquia entre os núcleos urbanos.

A hierarquia da proposta de Camargo não se dava somente no âmbito da organização espacial, ele propunha um controle social dos que iriam ocupar os espaços projetados. Como parte deste controle social para garantia do “sucesso” dos empreendimentos, estipulou que pessoas com pouca instrução e poucos recursos deveriam ser contratadas para trabalhar, sem o direito à terra. Estas, receberiam uma casa em uma agrovila com um terreno suficiente somente para a sua produção de subsistência. O que se objetivava era a ocupação para fins de desenvolvimento e modernização econômica.

O planejamento era o grande norteador deste processo assumindo o protagonismo das ações governamentais. Sugerindo-se uma relação com Arantes (2000), percebe-se nitidamente que o planejador passa a se confundir com um empreendedor, assim sendo, o Estado empreende os projetos de colonização, embora de forma contraditória em relação a seus objetivos.

Neste contexto, pensava-se na construção de comunidades onde o coletivo prevalecesse sobre o individual. Elementos culturais característicos, tais como religião e hábitos, deveriam ser diluídos para a formação de um novo grupo social, fruto da proposta elaborada. Além disso, ao mesmo tempo em que se propunha a ocupação da Amazônia com funções agrícolas, negava-se o modo de vida rural. O modo de vida urbano no campo era o que se perseguia. O arquiteto,

²⁸ Além destes, Camargo traz autores como Bunshenell, Stein, Wright e Engelhard Jr que elaboraram sobre a temática das unidades de vizinhança.

²⁹ Destaca-se que o termo urbanismo rural foi abandonado por muitos daqueles que estudaram especificamente o planejamento com foco específico para o campo. Bardet preferiu usar o termo ruralismo, os soviéticos adotaram a desurbanização e Wright o antiurbanismo.

neste ponto, mostrava desconhecer os processos territorialização inerentes ao ser humano. Ele acreditava poder moldar seu público a partir de uma proposta espacial bem delimitada.

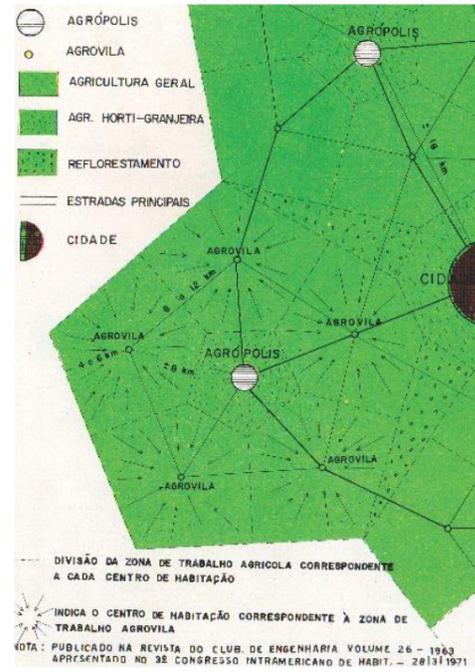
Em torno do discurso do planejamento integrado, Camargo trouxe em sua publicação de 1973³⁰ modelos teóricos espaciais (Figuras 4, 5, 6), pensados para se criar uma rede urbano-rural hierárquica, onde elementos da urbanidade fossem recriados em áreas rurais. A Figura 4 mostra o Zoneamento Esquemático do Urbanismo Rural da Região Limítrofe a uma Cidade. Este esquema tem o mesmo conteúdo dos das cidades jardim. Além disso, se assemelha bastante com a lógica de Bardet, em seu esquema conceitual de cidade como um cluster. Fica evidente que Camargo não criou seus esquemas, ele adaptou o que já havia sido elaborado para subsidiar teoricamente a proposta de colonização na Amazônia. Sua adaptação, entretanto, não contemplou a realidade brasileira e nem o conteúdo das propostas que trouxe como referência. Além disso, não apresenta uma reflexão em torno das experiências já existentes dos modelos que utiliza.

As unidades urbanas de Camargo seguiam uma hierarquia onde o elemento central era a rurópolis que, se constituía como um polo regional de desenvolvimento, onde orbitavam as agrópolis e as agrovilas num raio de 70 a 140 km. Na Figura 5 a rurópolis é representada pelo retângulo azul, as agrópolis pelas vermelhas e as agrovilas, amarelas. Segundo Camargo (1973), uma agrópolis deveria se constituir num pequeno centro agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Sua influência deveria abranger um raio de 10 km, onde estariam localizadas as agrovilas. Estas, teoricamente funcionariam como bairros satélites das agrópolis, com características mistas entre o rural e o urbano, objetivando acomodar os que estavam diretamente se dedicando às atividades agropecuárias.

Segundo Rego (2016), o esquema de Camargo inicialmente foi apresentado de forma mais abstrata (Figura 4) para ser usado como referência geral no processo de fixação em áreas rurais. Porém, com a demanda dos projetos de colonização ao redor de rodovias, principalmente da Transamazônica, ele adaptou o esquema para uma estrutura menos centralizada e mais linear, através de repetições do conjunto agrópolis/ agrovilas, indicando, também, duas rurópolis a distância de cerca de 70km, conforme indica a Figura 6.

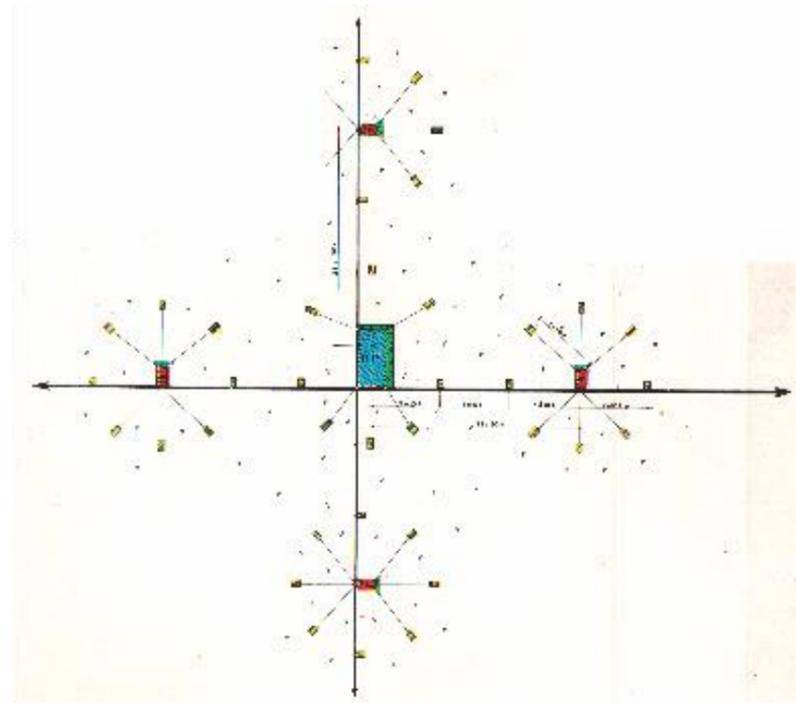
³⁰ O livro denominado “Urbanismo Rural”.

Figura 4 – Zoneamento Esquemático do Urbanismo Rural da Região Limítrofe a uma Cidade



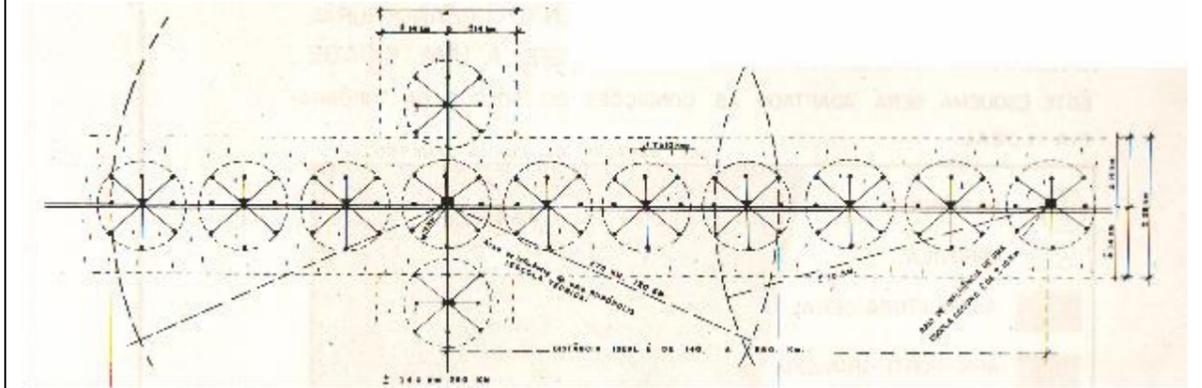
Fonte: Camargo, 1973.

Figura 5 – Esquema do Urbanismo Rural para Colonização em Rodovias Pioneiras



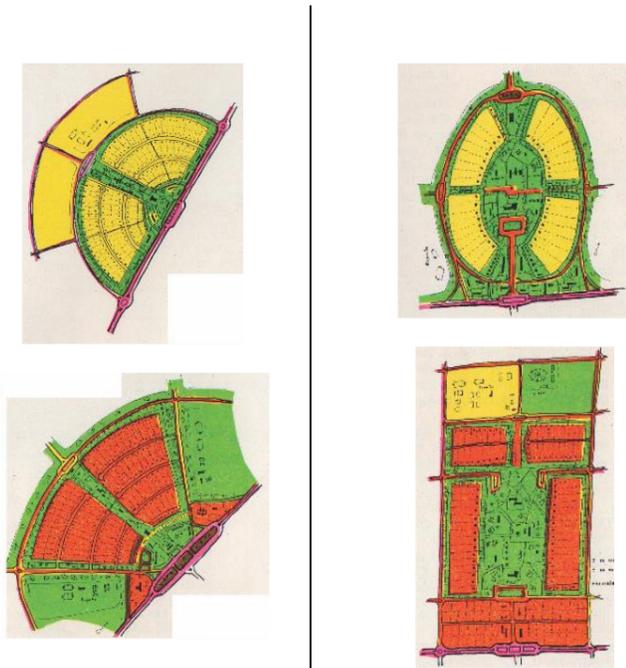
Fonte: Camargo, 1973.

Figura 6 – Reprodução do Esquema Conceitual do Urbanismo Rural em uma Rodovia



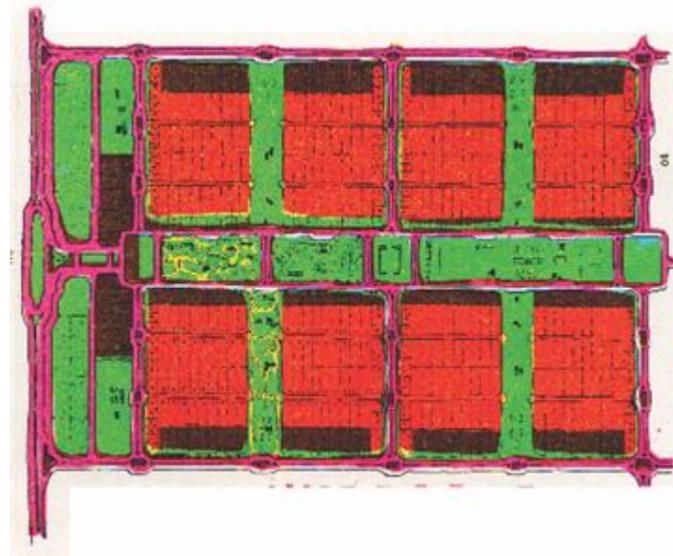
Fonte: Camargo, 1973.

Figura 7 – Esquemas de Planos Físicos de Agrovilas



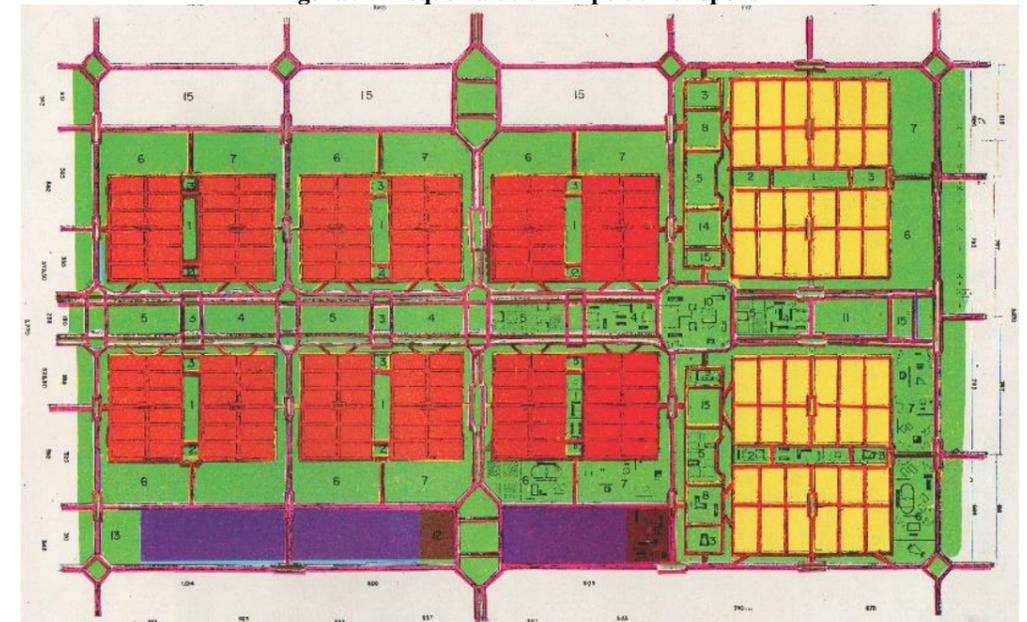
Fonte: Camargo, 1973.

Figura 8 – Croquis de um dos Tipos de Agropólis



Fonte: Camargo, 1973.

Figura 9 – Esquema de um Tipo de Rurópolis



Fonte: Camargo, 1973.

A Figura 7 mostra esquemas de planos físicos de agrovilas. Segundo Camargo (1973), as agrovilas objetivavam a integração social dos habitantes do meio rural, para os quais ofereceria “condições de vida em moldes civilizados”. Nelas deveria conter um parque central, onde se localizariam: escola, pequena sede administrativa, centro social, posto de saúde, templo ecumênico, *playgrounds*, praça de esportes, coreto, comércio e local para cooperativa.

Os lotes das agrovilas poderiam variar entre 3000m² e 500m², devendo ter área o suficiente para formação de pomares, hortas e criação de pequenos animais.

O cálculo da população inicial da agrovila deveria se referenciar pelo número de crianças necessário para se justificar a abertura de uma escola rural. Camargo tinha uma grande preocupação com as escolas e, também, com os tempos de deslocamento das pessoas entre suas atividades diárias. Por isso, todos os seus cálculos são referenciados nestas duas perspectivas, pois, de acordo com o autor, ele deveria necessariamente atender tanto demandas econômicas quanto as pedagógicas.

Ainda em relação às agrovilas, o autor propunha que elas abrigassem tantos os proprietários dos lotes rurais, como seus trabalhadores. Neste formato, Camargo cria uma estrutura de classes numa escala local no meio rural, desprezando os anseios e as características dos camponeses ali assentados e, criando formas de viabilizar a exploração do trabalho. Isso se acentua mais pelo fato de propor diferenciações de padrões de lotes quanto a sua dimensão e localização.

A Figura 8 traz croquis de um dos tipos de agrópolis. Como público, ela abrangeria tanto os já indicados para as agrovilas, como aqueles que trabalham com funções específicas do meio urbano. Isto porque ela teria elementos mais complexos no que concerne à infraestrutura e serviço, justamente para atender os moradores das agrovilas orbitantes. Sua população deveria ter entre 1.500 a 3.000 habitantes, contando com área de expansão.

A Figura 9 mostra o esquema de uma rurópolis. Neste caso a população deveria ser calculada para mais de 20 mil habitantes. Isto porque ela teria funções mais complexas e diversificadas que uma agrópolis, tal as desempenhadas pelos hospitais, serviços de segurança pública, centros administrativo, escolas técnicas e especializadas, agroindústrias, dentre outras. As rurópolis, na prática, se constituíram em cidades preexistentes, tal como Marabá, pois, os investimentos e a mobilização para se criar uma estrutura deste porte em áreas ainda não povoadas seriam enormes, incompatíveis com a realidade do país, fato que foi considerado por Camargo.

A experiência e conhecimento teórico do arquiteto não foram suficientes para viabilizar suas propostas de forma plena. Isto porque não se conhece exemplos de projetos de colonização deste período que tenham tido êxito. Isto se deu tanto pela forma como o projeto foi concebido, desprezando aspectos sociais, antropológicos e territoriais, quanto pelo fato do Estado não ter investido no empreendimento de forma adequada. Isto é, os elementos projetados pelo arquiteto não foram implantados de forma a contemplar sua proposta em seu conteúdo. Assim, as formas espaciais elaboradas por Camargo foram implantadas e ainda podem ser visualizadas, porém, suas funções atuais, nem de perto, contemplam a proposta do arquiteto. Grande parte das agrópolis projetadas neste período se transformou em sede municipal, mas, com alto grau de carência econômica, social e de infraestrutura. A prosperidade advinda da produção agrícola não se concretizou e, a degradação ambiental desenfreada é uma triste consequência deste processo.

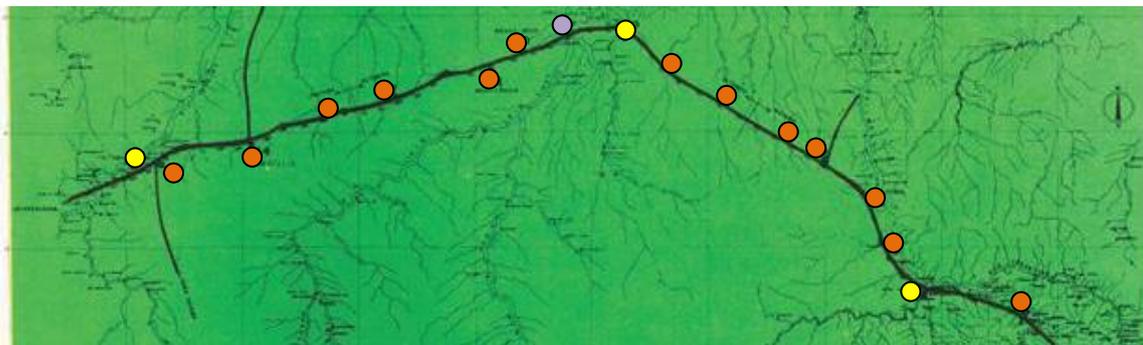
O exemplo de Brasil Novo, aqui trazido para reflexões, vai exemplificar o fracasso dos projetos de colonização deste período. O município de Brasil Novo se iniciou como uma unidade de um conjunto de dezesseis agropólis projetadas nas margens da BR 230 (Transamazônica), conforme mostra a Figura 10. Também nas margens desta rodovia foram implantadas três rurópolis: Altamira, Itaituba e Marabá. Destaca-se que estas cidades já haviam sido constituídas em processos de ocupação anteriores e, estrategicamente foram aproveitadas para se imprimir a elas funções de rurópolis, minimizando-se custos e potencializando-se as relações socioespaciais antecedentes, situação já comentada anteriormente.

A agrópolis Brasil Novo foi elevada à categoria de município em 1991³¹. Sua população vem gradativamente diminuindo entre os anos de 1991 e 2010, chegando, no último censo demográfico do IBGE a 15.690 habitantes. É importante destacar que, contraditoriamente ao que foi planejado, Brasil Novo tem, atualmente, no setor dos serviços sua maior atividade econômica, apesar de ter sido pensada para suprir o setor agropecuário.

Observando-se o projeto da agrópolis Brasil Novo (Figura 11) observa-se a forte influência modernista, mas, é mais evidente ainda sua concepção social hierarquicamente conservadora: o projeto previa lotes para residências de técnicos de nível superior e nível médio, para funcionários “burocratas” e empregados, seguindo uma hierarquia relacionada à qualidade dos lotes, isto é, os que possuíam maior status teria um lote melhor localizado, maior e com uma moradia mais estruturada. Pode-se considerar um típico planejamento urbano tecnocrático-centralizado-autoritário, utilizando-se os termos levantados por Vainer (2000).

³¹ Pela lei estadual nº 5672, de 13-12-1991, desmembrado dos municípios de Medicilândia, Altamira e Porto Moz.

Figura 10– Implantação das Ruropólis Itaituba, Altamira e Marabá (amarelo), do conjunto das Agropólis (laranja) e da Agropólis Brasil Novo (lilás), localizados nas margens da BR230.



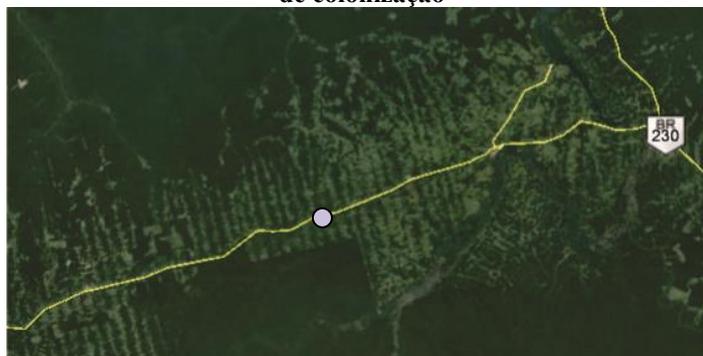
Fonte: Camargo (1973). Elaboração: Paula Moreira (2013).

Figura 11 – Projeto da Agropólis Brasil Novo com Zoneamento e Equipamentos Sociais e Imagem Aérea Atual



Fonte: Camargo (1973); *Google Earth* (2013).

Figura 12 – Sede municipal de Brasil Novo com seu entorno devastado pela implantação dos projetos de colonização



Fonte: *Google Earth* (2013).

Um elemento atual possível de ser observado em Brasil Novo é o traçado urbano. A Figura 11 mostra que a atual malha urbana pouco se expandiu em relação ao projeto apresentado por Camargo (1973). Houve um crescimento ao sul, margeando a BR 230 e no extremo norte, já fora da malha urbana mais consolidada. Isto mostra a pouca dinamização da área e, também, a personalidade do traçado projetado que ainda se mantém, apesar dos 40 anos de implantação da agrópolis.

As imagens do *Google Earth* revelaram que as zonas destinadas à produção e, as áreas destinadas ao uso coletivo foram ocupadas por habitações. Este fato demonstra que apesar do traçado projetado ter sido mantido, suas funções foram adaptadas à realidade cotidiana de sua população. Outro aspecto observável é a falta de pavimentação em quase toda cidade, mostrando que existe uma grande carência de infraestrutura urbana, fato que incide na qualidade de vida da população.

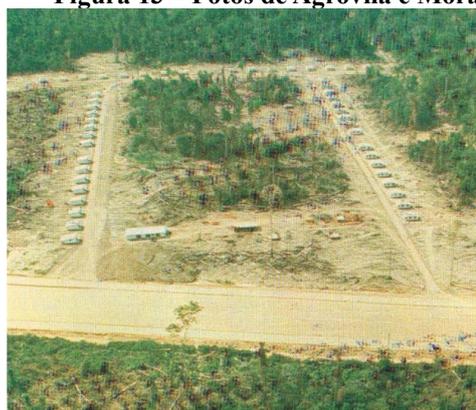
Dois aspectos devem ser destacados no contexto de Brasil Novo. O primeiro se relaciona a toda estrutura urbana montada para se viabilizar a modernização da economia agrícola nesta região. Os dados mostram que este fato não ocorreu, mesmo com todo planejamento e recursos investidos para tal. O segundo aspecto, é o fato de que a ocupação na floresta Amazônica seguindo este modelo teórico criou um grande trauma ambiental na região. A Figura 12 mostra a vasta área desmatada a partir da ocupação dos colonos nos lotes de produção. Este desenho em forma de “espinha de peixe” é uma constante em todos os grandes projetos de colonização implantados pelo regime militar na região Norte do país. Exemplos desta devastação podem ser vistos ainda hoje também em Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

Tratando especificamente da produção habitacional nos projetos de colonização desta fase, é importante destacar que houve uma intensificação em relação à anterior (nos PICs e NCs), visto o aumento quantitativo e a dimensão dos empreendimentos instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Figura 13 traz alguns exemplos de moradias em agrovilas deste período, no passado e na atualidade.

A Figura 13-A mostra a implantação das casas em uma agrovila. Não é possível se reconhecer nelas os esquemas de planos físicos elaborados por Camargo (1973). Houve aí não só uma forte simplificação das formas, como também da área destinada a moradia. Percebe-se, também, pela Figura 13-C a proximidade entre as casas, fato que dificulta a reprodução social dos camponeses em seu trabalho e em suas relações cotidianas. Na verdade, trata-se de um esquema montado para se economizar recursos e minimizar a área destinada à agrovila. Um exemplo claro da não incorporação plena dos pressupostos de Camargo, na prática.

Outro aspecto que fica evidenciado a partir das Figuras 13-B, 13-C e 13-D é a repetição das formas das moradias. Um elemento característico da banalização do sujeito a ser incorporado no projeto, além da própria arquitetura que, segue aí os pressupostos de um modernismo de escala decadente e subserviente aos interesses de um poder enraizado, representado pelo capital.

Figura 13 – Fotos de Agrovila e Moradias nos Projetos de Colonização da Amazônia



A) Implantação de Casas em Agrovila



B) Unidade Habitacional



C) Conjunto de Habitações em Brasil Novo



D) Casas Originais na Atualidade em Agrovila na Transamazônica

Fonte: Camargo (1973); Rego (2016).

Observando estes aspectos, percebe-se que não é coincidência que neste mesmo momento, a partir da segunda metade da década de 1970, a economia do país começa a passar por sérias dificuldades. Nessa situação desfavorável que acometeu o país, os projetos de colonização rural liderados pelo INCRA entraram em crise, fato que aumentou ainda mais os problemas, já que milhares de famílias haviam sido assentadas em locais de difícil habitabilidade e, os recursos para infraestrutura foram gradativamente sendo cortados, criando, no meio rural, situações de pobreza e abandono.

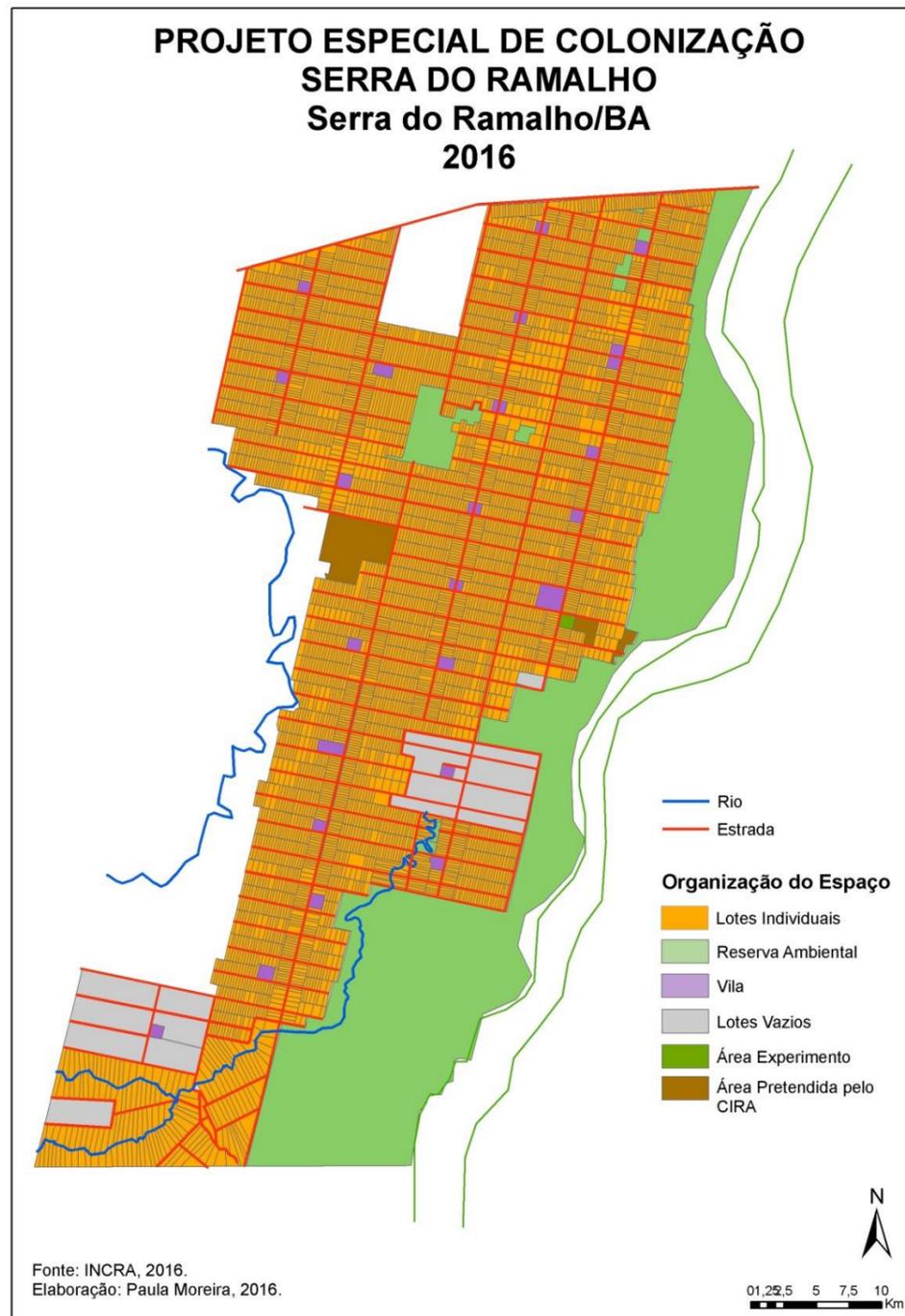
Apesar do fracasso do urbanismo rural em sua aplicação nos projetos de colonização da Amazônia, suas ideias foram propagadas no âmbito estatal e, implantadas em vários estados

brasileiros. Na Bahia, o Projeto Especial de Colonização (PEC) Serra do Ramalho é um exemplo. Santos (2013) afirma que o marco inicial desta PEC seria o ano de 1973, quando a, então, Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco – CHESF, para cumprir os compromissos firmados junto ao BIRD, no sentido de destinar o reassentamento das famílias que seriam atingidas pela cota de inundação do lago do Sobradinho, celebra um convênio com o INCRA. Em 1975, foi definida, em reunião técnica entre vários órgãos envolvidos, a localização da área de reassentamento das famílias. No mesmo ano, uma área de cerca de 257.000ha, localizada na margem esquerda do rio São Francisco, é declarada como de interesse social.

É importante destacar que o PEC Serra do Ramalho, além de ser um exemplo de aplicação do urbanismo rural na Bahia, também se configura como uma experiência importante no que concerne ao reassentamento dos atingidos por barragens. Isto porque, em conjunto com as barragens de Itaparica, na região de Paulo Afonso; de Pedra do Cavalo, nas imediações de Feira de Santana; de Ponto Novo, no município de mesmo nome e; de Bandeira de Melo, na região de Boa Vista do Tupim. A barragem de Sobradinho, foi uma das únicas onde se pensou algo para os atingidos. Porém, tanto neste caso, como nos outros, houve uma diferença muito grande do que se projetou, para o que foi executado. Na verdade, infelizmente, mesmo quando se prevê algo para os atingidos por barragens, principalmente para os pequenos agricultores, o que se provê é algo muito aquém de suas expectativas, ou melhor, de suas necessidades. Assim, com as barragens, os camponeses sempre perdem suas terras, suas redes de relações e suas estratégias de sobrevivência. E, por isso, seria difícil fortalecer o discurso de que tais barragens seriam instrumentos de progresso e de melhoria de vida para eles. Mesmo porque, elas não são feitas para eles.

Voltando-se para o exemplo de Serra do Ramalho, Santos (2013) traz que na sua concepção inicial, o PEC previa o reassentamento de quatro mil famílias, distribuídas em 16 agrovilas, cujas parcelas seriam dimensionadas entre 20 e 100ha. Porém, após novos estudos, foi decidido dobrar a capacidade de famílias. Assim, foram acrescentadas mais sete agrovilas, somando-se um total de 23. A Figura 14-A mostra a Planta Geral do PEC Serra do Ramalho. Ali é possível compreender a distribuição das agrovilas e dos lotes individuais, além da dimensão absurdamente grande do Projeto.

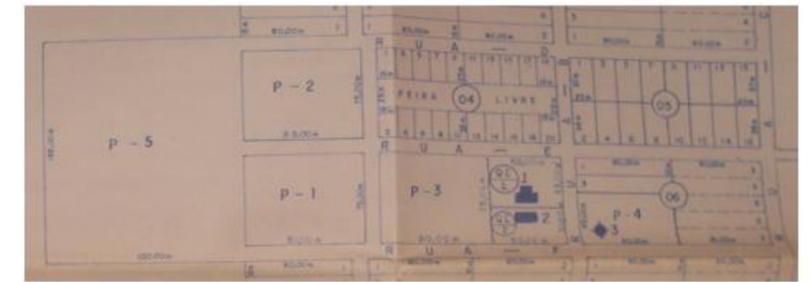
Figura 14 – Planta Geral, Exemplos e Agrovilas e Fotos do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho/ Bahia. Fonte: INCRA, 1993 e Arquivo Nacional, 1976. Interpretação da Planta Geral: Paula Moreira, 2016.



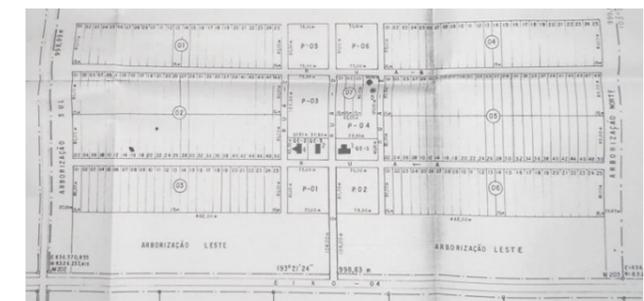
A) Planta Geral de Serra do Ramalho



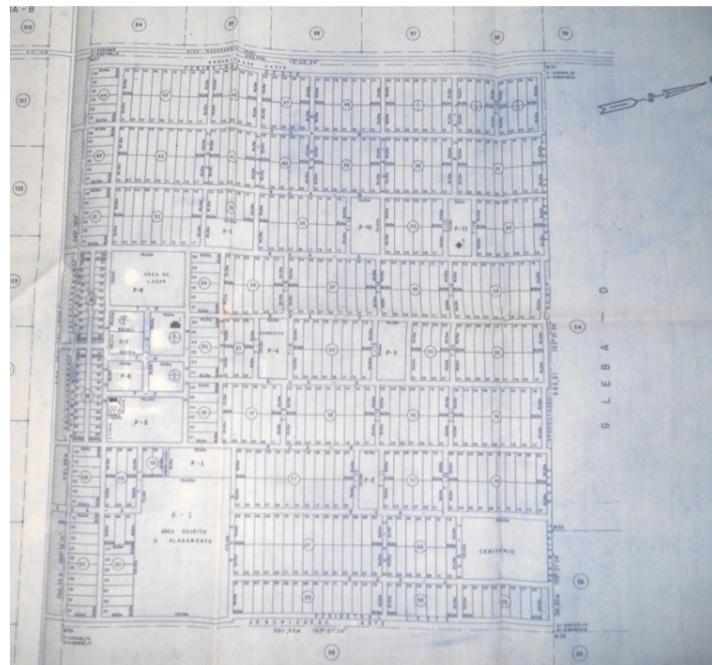
B) Agrovila 17



D) Detalhe da Agrovila 19



E) Detalhe da Agrovila 20



C) Agrovila 11



F) Moradias Divulgadas em Vídeo na Inauguração de Serra do Ramalho

Fonte: INCRA, 2016.

Cordeiro (1982) informa que dentre as 23 agrovilas existentes em Serra do Ramalho, haveriam três padrões distintos: O núcleo principal, o núcleo básico de primeira categoria e o núcleo básico de segunda categoria³². As Figuras 14-B, 14-C e 14-D mostram padrões distintos, tanto em dimensões quanto no programa da agrovila. A mesma autora traz que o núcleo principal seria sede do projeto, contendo as residências da maior parte dos funcionários, toda parte administrativa, algumas casas dos colonos, além da infraestrutura agroindustrial. De especial, os núcleos básicos de primeira categoria teriam o ginásio escolar, uma unidade sanitária e um edifício administrativo.

O último tipo de núcleo, de segunda categoria, teria apenas as moradias, uma escola primária e um posto de saúde.

Percebe-se a herança da ideia hierárquica dos projetos de colonização amazônicos. A agrovila da Figura 14-B, por exemplo, teria uma função de rurópolis neste sistema adaptado.

Ali, percebe-se uma preocupação maior com o adensamento, já que existe uma ampla área de expansão. Além disso, é possível observar na planta a presença de um cemitério, de uma área para feira livre, de estruturas administrativas, religiosas e amplas praças.

A Figura 14-C mostra o detalhe da parte central das agrovilas que teriam, como esta, espaço reservado para feira. A agrovila da Figura 14-C tem um porte intermediário que a remete a agrópolis. Nela existem, em menor escala, edifícios administrativos e religiosos, área de lazer e cemitério, além de um elevado número de lotes residenciais. Já a Figura 14-E mostra uma agrovila de fato, com apenas uma escola, um prédio administrativo e um religioso. Sua dimensão é reduzida, comportando poucas famílias. É interessante destacar a presença de área para arborização em quase todo seu entorno.

As Figuras 14-F mostram imagens de moradias na época da inauguração do PEC. Elas foram extraídas de um filme publicitário acessível no Arquivo Público Nacional e, por isso, elas mostram as melhores moradias construídas. Esta ressalva é feita porque de acordo com Cordeiro (1982), a realidade de Serra do Ramalho se coloca bem diferente do que foi projetado e divulgado. É importante destacar que somente 1.402 famílias atingidas pela barragem de Sobradinho foram transferidas para a PEC, destas, cerca de 600 desistiram (42%). De modo geral, das 8.753 famílias assentadas, 2.252 abandonaram a área (25%). Estes números estão completamente relacionados com o que Cordeiro pontua: a rede viária era precária, o mesmo pode-se de dizer do abastecimento de água e luz.

³² A mesma autora informa que o projeto das agrovilas foi de responsabilidade da empresa Hidroservice.

Quanto ao atendimento médico, este era exíguo, ocorrendo ali casos massivos de morte entre as crianças. Na verdade, assim como o que ocorreu na Amazônia, Serra do Ramalho foi uma promessa não cumprida. A autora afirma ainda que em Sobradinho se propagandeava uma realidade que nunca existiu ali, no intuito de se convencer os atingidos a se mudar para o PEC. Porém, num movimento de resistência camponesa cotidiana, os próprios colonos de Sobradinho conseguiram encontrar formas de divulgar as mazelas do empreendimento, fato que impediu que mais pessoas atingidas por barragem fossem prejudicadas com a mudança do local de suas vidas. Este movimento de resistência teve grande repercussão, fato que levou o Governo Federal a abrir a possibilidade de assentar famílias de outras regiões da Bahia, inclusive de outros estados.

Na verdade, o histórico da PEC Serra do Ramalho é marcado por um amplo processo de resistência. Na ausência do Estado, os camponeses foram se territorializando, inclusive ocupando agrovilas e casas abandonadas. Estes processos foram acompanhados de outros no seu entorno, onde camponeses de forma independente do Estado foram ocupando áreas e delimitando parcelas, produzindo, assim, territórios específicos naquele contexto.

Em 13/06/1989 houve a emancipação política de Serrado Ramalho e em 12/1993 a emancipação do PEC. Segundo Santos (2013), foi somente neste momento que formalmente o Estado constatou a ocupação massiva das áreas de reserva, coletivas e vizinhas ao empreendimento. Este fato fez com que o INCRA, afirma o mesmo autor, na tentativa de regularizar a situação dos envolvidos, criasse em 1994/95 os Projetos de Assentamento Reserva Oeste (841 famílias), CSB (207 famílias), Agroextrativista São Francisco (600 famílias) e Feirinha Marrequeiro (834 famílias).

Chama-se a atenção, no que concerne a semelhanças entre a realidade baiana e os projetos de colonização da Amazônia, a pouca disponibilidade de recursos, tecnologias, apoio e estrutura para os empreendimentos que atendiam as famílias camponesas, e, uma intenção bem delimitada de se apoiar os empresários, os fazendeiros, enfim, os que detêm algum tipo de poder econômico. Vide as agrovilas de Camargo, com espaços mais valorizados disponíveis para os proprietários de terra e os menos para os trabalhadores.

Pontuando-se este fato, é interessante destacar que durante as movimentações ocorridas como consequência da implantação do PEC Serra do Ramalho, surgem os Projetos de Irrigação Formoso “A” e “H”³³. Coelho Neto (2004) afirma que enquanto o PEC não tinha a menor

³³ Segundo Coelho Neto (2004), as articulações para se implantar um perímetro irrigado naquela região se iniciaram no início da década de 1950 e seguiram um caminho independente do dos projetos de colonização.

expectativa de ter algum tipo de infraestrutura produtiva, ao seu lado, implantava-se em meados da década de 1980, um perímetro irrigado destinado a atender, prioritariamente, empresário do meio rural. Mas, qual a conjuntura que os Projetos de Irrigação Formoso “A” e “H” estavam inseridos?

Os projetos de Irrigação, na Bahia, foram implantados no espaço rural pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Eles se constituem em empreendimentos prioritariamente financiados pelo Estado, que, segundo Coelho Neto (2004) se constituem em espaços construídos a partir das relações entre sociedade e natureza onde o componente técnico se destaca, assumindo papel determinante. Para esta tese, eles trazem outro componente técnico importante, além da infraestrutura de irrigação, que é o exercício do planejamento físico das áreas irrigadas, considerando o local de moradia dos irrigantes.

Nos primeiros projetos de irrigação houveram arquitetos envolvidos que, pensavam nas possibilidades mais viáveis de implantar as moradias dos colonos. O DNOCS, por exemplo, chegou a implantar agrovilas tanto em Jacurici, quanto em Vaza Barris, sendo que no primeiro, os projetos tiveram maior protagonismo. Porém, os exemplos de maior importância a serem citados, no que concerne ao desenvolvimento de projetos, estão vinculados a ação de capacitação, financiada pelo estado brasileiro em parceria com Israel. De meados da década de 1970 até o início da década de 1980 (pouco menos de 10 anos), alguns técnicos, vinculados a setores públicos (Banco do Nordeste, CODEVASF, DNOCS, universidades, dentre outros), foram designados a fazer uma formação específica em Planejamento Rural Integrado. O I Curso de Planejamento Físico e Arquitetura Rural³⁴ ocorreu no Ceará, a partir de um convênio entre o Banco do Nordeste (BNB), o Banco Central (BACEN), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o *Settlement Study Centre*, de Israel. Na verdade, tratava-se do estabelecimento de transferência de tecnologia³⁵ entre Israel e os países da América do Sul, visto a experiência do primeiro com irrigação nas estruturas de *Kibutz*³⁶ e de *Moshav*³⁷. Posteriormente ao primeiro curso, alguns outros foram realizados, sendo que houveram casos onde os técnicos designados

³⁴ O curso ocorreu entre 14 de abril a 15 de junho de 1975.

³⁵ O que poderia repercutiria em relações comerciais: na compra de equipamentos israelenses para irrigação.

³⁶ Criado em 1910 na sociedade israelense, a concepção de *kibutz* se constitui em agrupamentos onde funcionam comunidades que exercem atividades agrícolas em propriedades coletivas. A igualdade social, os meios de produção próprios, a distribuição da produção para a comunidade e a prioridade à educação das crianças são características destas estruturas.

³⁷ Um *moshav* tem similaridade a um *kibutz* no que no que se refere ao trabalho comunitário. Porém, no *kibutz* existe o coletivismo e no *moshav* o trabalho e os recursos naturais nas propriedades agrícolas podiam ser individualizados ou compartilhados e, os trabalhadores usavam para si próprios os lucros e os alimentos produzidos.

foram enviados para Israel por 1 (um) ano com a finalidade de aprofundamento no processo de formação. A última versão do curso ocorreu no ano de 1983, quando o Brasil deixou de se interessar pela parceria e, abandonou a ideia de formar quadros para atuar nesta área. É importante destacar que este momento coincide com uma grave crise econômica no país e, também, no processo de declínio do “Regime Militar”. A questão é que o desenvolvimento de ideias para a implantação de famílias no campo, de forma articulada a produção agrícola foi cada vez mais se enfraquecendo, se perdendo, e, assim, pouco se desenvolvendo do ponto de vista teórico. A modernização da agricultura baseada nas forças de grandes corporações em conjunto com as oligarquias rurais havia prevalecido.

Para esta tese, entretanto, é importante trazer a contribuição destes estudos, destacando um caso que chegou a ser implantado³⁸ e outro que se constituiu somente como um exercício de formação dos quadros técnicos³⁹.

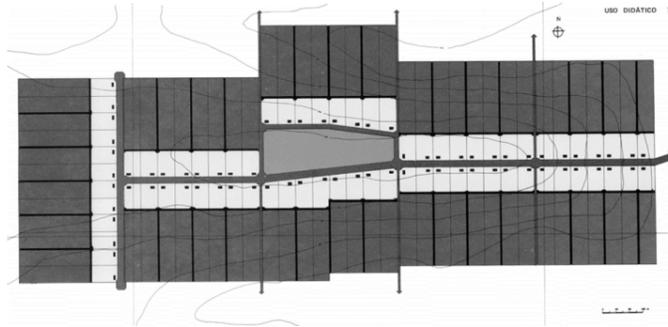
No primeiro caso, o Projeto Vale do Banabuiu/ Montante de Morada Nova, foram feitos vários estudos os quais tinham como critério inicial, não ultrapassar mais que 3km a distância da casa do colono ao seu lote de irrigação. Além disso, foram observados aspectos relativos à condição do solo, relevo, além da disponibilidade de área. A Figura 15 – C mostra uma das propostas, a M1, onde se apresenta a alternativa de uma ocupação semi concentrada. Esta traz uma preocupação com as distancias e com a integração de cada um dos lotes, assim, as áreas de produção e pastagem ficaram contíguas, dando praticidade a ação do colono. As distancias entre casa e área irrigada é de 270m; casa e área de sequeiro, 1600m; casa e área de pastagem, de 1000 a 4200m e; casa e serviços, 1000m. As áreas propostas foram: 0,4ha para o quintal, 1ha para área irrigada, 10ha para área de sequeiro e 21 a 34ha para área de pasto. A Figura 15-A revela algumas articulações propostas: as casas ficam agrupadas, a cada quatro, formando pequenos grupos e, os quintais, em branco, fazem limite com as áreas irrigadas (cinza). A Figura 15-B traz uma proposta de centro de serviços que, foram propostos na quantidade necessária para atender ao colono que morar até 1000m de distância. Nele, foram programados o setor de galpões, a área educacional, a de entretenimento, a religiosa e institucional.

Os estudos realizados no Curso foram encaminhados para o DNOCS que, disponibilizou um conjunto de três arquitetos para viabilizar sua implantação.

³⁸ O projeto implantado foi exposto na Exposição de Arquitetura em São Paulo, promovida pelo IAB/SP, além de ter sido premiado. Projeto Morada Nova é considerado como um piloto pelo DNOCS.

³⁹ No I Curso de Planejamento Físico e Arquitetura Rural tiveram como área a ser estudada a montante de Morada Nova e o Alto Turi.

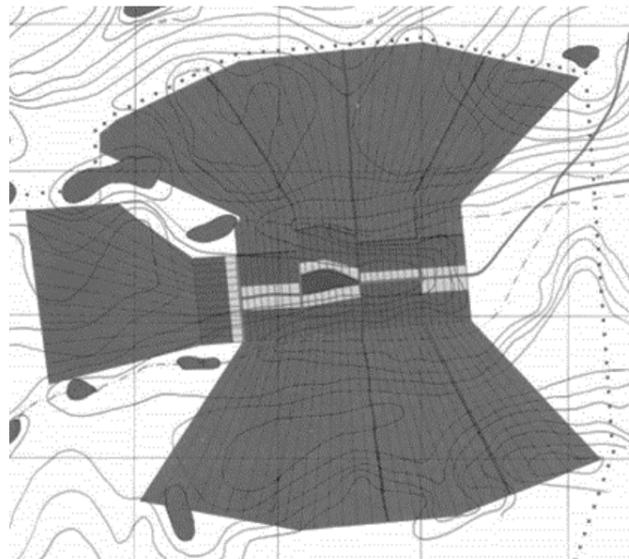
Figura 15 – Variações dos Modelos de Plano Físico do Projeto Vale do Banabuiú/ Montante de Morada Nova, Ceará



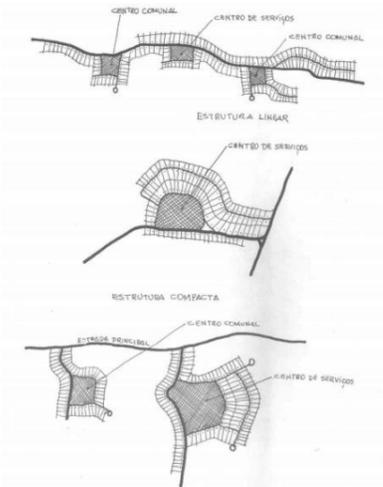
A) Plano Físico da Aldeia A6/ M1



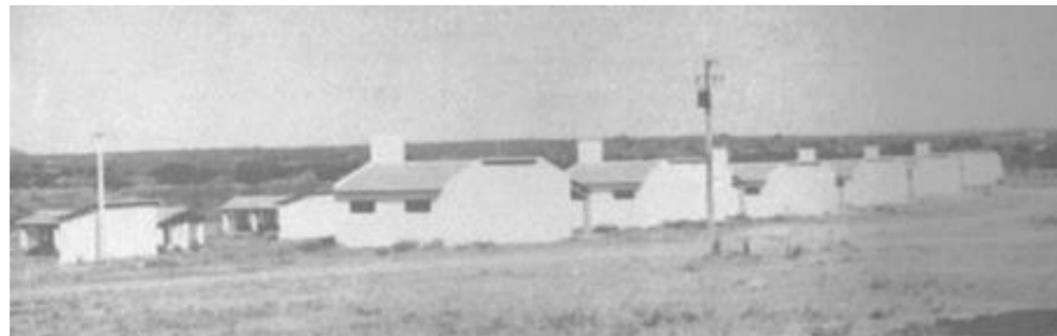
B) Centro de Serviços A/ Alternativa M3



C) Alternativa M1/ Morada Nova



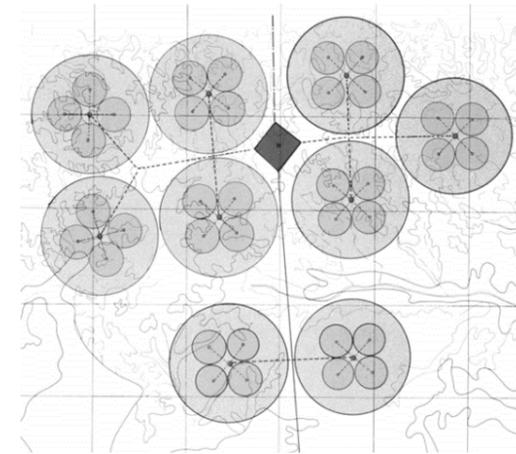
D) Padrões de Núcleos Residenciais



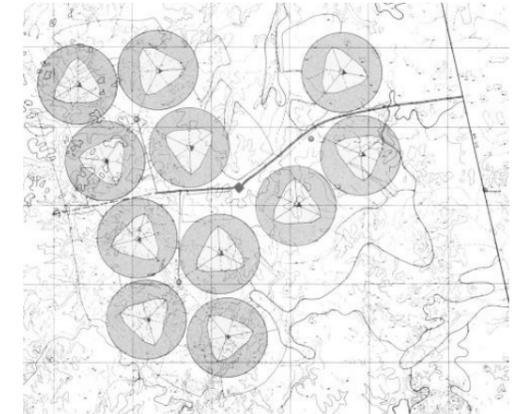
E) Moradias já Implantadas

Fonte: UFC *et al*, 1975 e (Figuras 15-D e 15-E) Neves, 1977.

Figura 16 – Variações dos Modelos de Plano Físico do Projeto Alto do Turi, Maranhão



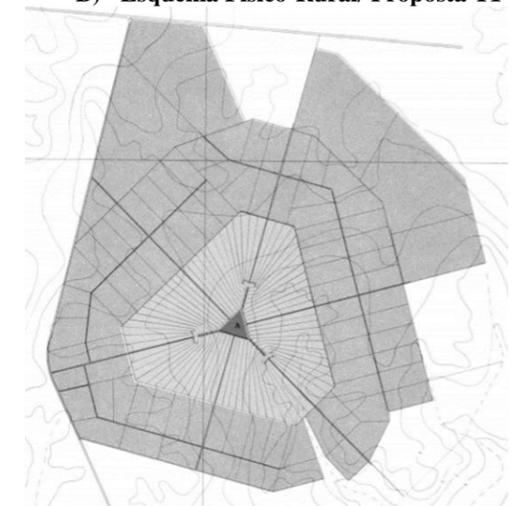
A) Esquema Físico-Rural/ Proposta T2



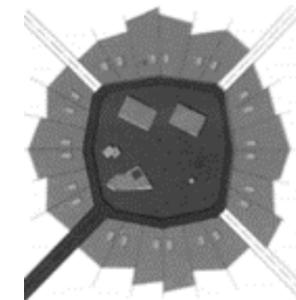
B) Esquema Físico-Rural/ Proposta T1



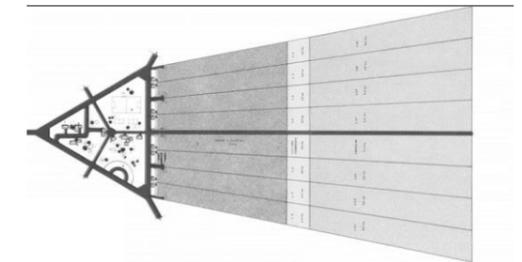
C) Plano Físico da Aldeia/ Proposta T2



D) Plano Núcleo da Aldeia/ Proposta T1



E) Centro do Núcleo/ Proposta T2



F) Detalhe de Quintal/ Proposta T1

Fonte: UFC *et al*, 1975.

Assim, foram materializados, após ajustes, nove núcleos habitacionais, sendo dois lineares, cinco compactos, dois binucleados, conforme mostra a Figura 15-D. A mesma vai trazer, também, os centros comunais e os de serviços implantados separadamente, ou, juntos. Segundo Neves (1977), foram feitas adaptações, ao que foi proposto no Curso, relacionadas com as especificidades da população nordestina. Por fim, a Figura 15-E traz uma foto de casas implantadas em Morada Nova, sob a égide da ideia do padrão linear de implantação.

A Figura 16 mostra duas das três variações de modelos de plano físico do Projeto Alto do Turi, Maranhão, os chamados T1 e T2. Do ponto de vista funcional estes dois modelos diferem entre si, principalmente, pela presença ou não da área de parcela comum⁴⁰. A Figura 16-B traz o esquema da implantação de 11 aldeias do modelo T1 que, se constituem nos círculos. Em cada aldeia, teria um núcleo, indicado na Figura 16-D, com um detalhe, cujo quintal é o foco, indicado na Figura 16-D.

O Modelo T1, que tem área de uso comum (polígonos maiores e irregulares da Figura 16-D), propõe um quintal dividido em três partes: a mais próxima seria destinada a atividades com necessidade de trato cotidiano, a segunda, de culturas permanentes e a terceira, uma capoeira. As casas ficariam na parte central do círculo, cujo núcleo é um triângulo. Assim, garantiria-se a proximidade tanto das famílias, quanto do trabalho e dos serviços⁴¹. Cada aldeia teria a capacidade de acomodar 76 famílias.

Já o modelo T2, indicado na Figura 16-A, não trabalha com a parcela comum. Neste caso, cada círculo grande seria uma aldeia que, acomodaria 96 famílias distribuídas ao redor de quatro centros, os chamados núcleos, cada um com 24 lotes. Assim, existiriam quatro centros de núcleo, a Figura 16-E traz seu esquema, com algumas funções e, um centro principal com serventias mais amplas. A Figura 16-C mostra um exemplo de como o modelo da aldeia seria implantado na topografia existente.

Esse tipo de modelo, chamado por alguns de raio de sol ou de roda de carroça tem na centralidade das relações sociais, a otimização dos percursos, a articulação e a praticidade na disponibilização de serviços como fundamentais. Alguns projetos de assentamento adotaram este modelo físico espacial, porém, a falta de disponibilização de infraestrutura, frequente na política de assentamentos rurais, acaba por tirar a força e a potência de qualquer tipo de ideia, assim como ocorreu com os propostos por Camargo para a Amazônia.

⁴⁰ Local que todos podem utilizar, principalmente para pastagem.

⁴¹ No centro, teria posto de saúde, escola, centro comunitário, comércio, cooperativa, armazém, oficina, quadra de esportes e moradia para técnico.

Importante destacar que nos projetos de assentamentos, quando utilizados, simbolizam uma preocupação maior com o coletivo, com a participação social, com a equidade⁴². Porém, na prática, esta não seria a essência dos projetos de irrigação. Isto porque, uma característica importante deste tipo de empreendimento, é que eles podem ser constituídos de área destinada para colonos e para empresários. Esta relação, entretanto, traz para este tipo de política repercussões espaciais de grande importância. As disputas territoriais vão ocorrendo de forma desigual (entre empresários e colonos) a cada projeto, a cada investimento feito de forma que, gradativamente, a política vai deixando se atender aos menos privilegiados e, prioritariamente, se volta ao setor empresarial.

A Tabela 3 explicita esta relação, a partir do ano de operação de cada um dos 16 projetos já implantados na Bahia e, as áreas destinadas aos empresários e aos colonos.

Tabela 3 – Projetos de Irrigação Implantados no Estado da Bahia

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO IMPLANTADOS NA BAHIA						
Ano de Operação	Órgão Responsável	Projeto	Município	Área (Ha)	% Área Empresários	% Área Colonos
1970	DNOCS	Vaza Barris	Sebastião Laranjeiras/ Urandi	1487	0	98
1971	CODEVASF	Mandacaru	Juazeiro	419	12	88
1973	DNOCS	Jacurici	Sebastião Laranjeiras/ Urandi	161	0	100
1973	CODEVASF	Ceraíma	Guanambi	430	0	100
1975/77	CODEVASF	Estreito	Sebastião Laranjeiras/ Urandi	2099	0	100
1976/79	CODEVASF	São Desidério/ Barreiras Sul	Barreiras e São Desidério	2238	6	94
1978	DNOCS	Brumado	Sebastião Laranjeiras/ Urandi	2442	38	62
1978	CODEVASF	Formosinho	Coribe	405	20	80
1980	CODEVASF	Curaça	Juazeiro	4345	55	45
1980	CODEVASF	Maniçoba	Juazeiro	4268	56	44
1984/95	CODEVASF	Senador Nilo Coelho	Casa Nova e Petrolina	20916	44	56
1990	CODEVASF	Formoso A	Bom Jesus da Lapa	7842	61	39
1996	CODEVASF	Mírorós	Gentil do Ouro e Ibipeba	1638	50	50
1997	CODEVASF	Riacho Grande	Riachão das Neves	920	55	45
1997	CODEVASF	Nupeba	Riachão das Neves	1846	68	32
2000	CODEVASF	Formoso H	Bom Jesus da Lapa	4134	62	38

Adaptação de Coelho Neto (2004).

Percebe-se que os primeiros projetos têm predominância de destino das áreas para os colonos (Vaza Barris, Jacurici, Estreito e Ceraíma têm 100% das áreas destinadas a colonos) e, os mais recentes, priorizam os empresários, chegando, no caso de Nupeba, Curaça, Maniçoba, Riacho Grande e Formoso “A” e “H” passarem de mais da metade da área total.

⁴² Todos estes aspectos seguem os princípios dos Kibutz que, tem uma proposta de coletivização e, não, das apropriações individuais.

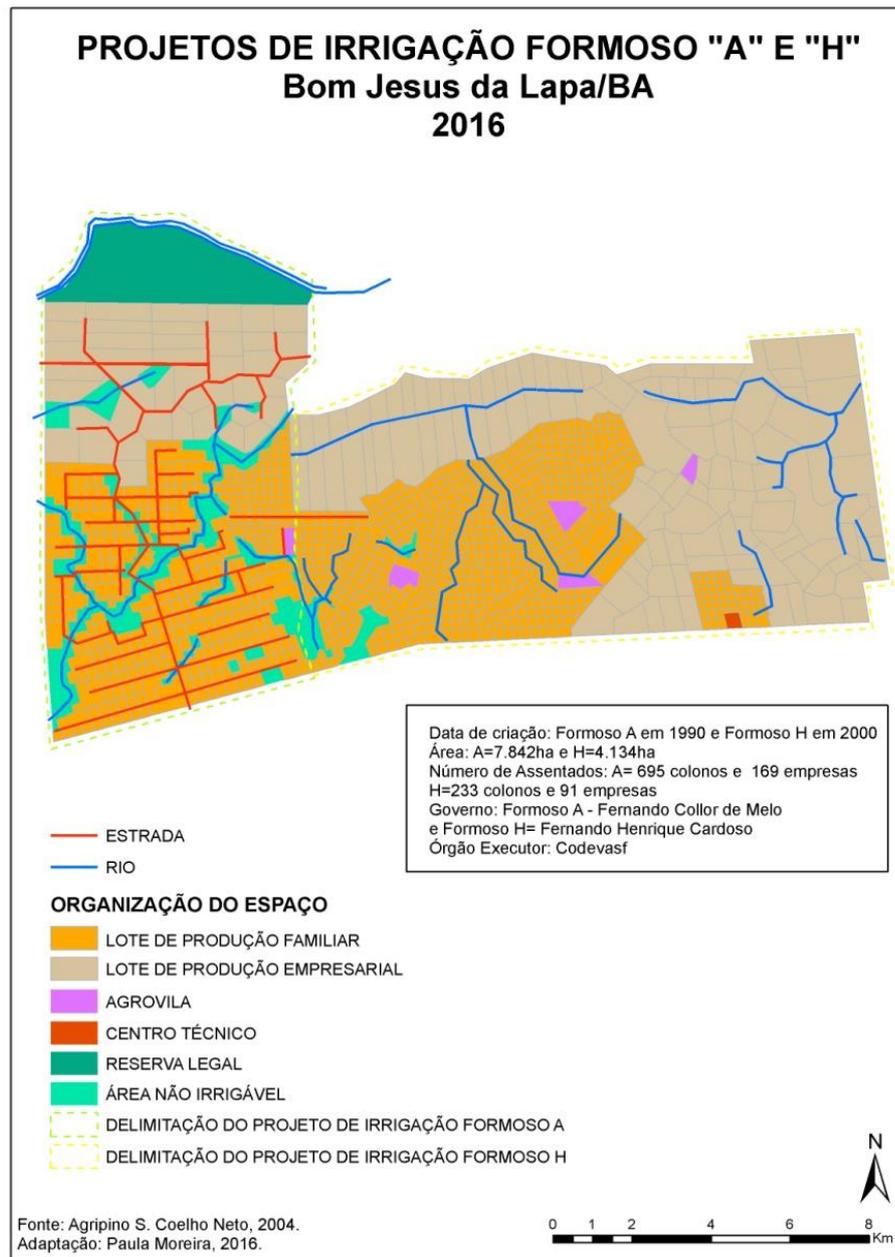
É importante destacar que a implantação de projetos públicos de irrigação poderia ser considerada como uma alternativa para o desenvolvimento regional, principalmente no semiárido, gerando condições de enfrentamento das adversidades socioambientais. Porém, segundo Coelho Neto (2004), o Estado, enquanto aparelho a serviço da acumulação capitalista, no que concerne aos projetos de irrigação, inicia um processo mais próximo aos interesses sociais, a partir do conteúdo da Lei 6662/79⁴³, porém vai se distanciando gradativamente, se constituindo num patrocínio estatal da modernização capitalista do espaço agrário. Germani (1993), traz que é muito difícil distinguir as instâncias e atribuições do que é público e o que é privado quando se trata dos projetos de irrigação, pois, a ação do Estado que, abrange desde os estudos técnicos até os investimentos na implantação da infraestrutura necessária, condicionam e privilegiam o desenvolvimento do setor privado.

Os exemplos dos projetos de irrigação de Formoso “A” e “H”, cuja análise nesta tese se limita a interpretar a moradia dos colonos, vão, claramente, explicitar esta relação. A Figura 17 mostra a implantação dos referidos projetos de irrigação que revelam a distribuição de áreas destinadas a famílias e a empresários. Na verdade, quando o empreendimento foi implantado, ele trazia consigo a necessidade, para aquisição de recursos públicos, de enquadramento na função social da terra. Por isso, foram distribuídos lotes para as famílias. Não se justificava que o Estado investisse recursos em desapropriação e infraestrutura para empresários. Assim, as famílias ali assentadas serviram aos propósitos da efetivação do empreendimento mais do que se beneficiaram. Isto porque, de acordo com Coelho Neto (2004), houve uma clara seletividade nas formas de se implantar infraestruturas e investir recursos, fato que acentuou as diferenciações socioeconômicas no Projeto. A área destinada para o parcelamento de colonos, exemplifica o autor, passou de 80% (no início da concepção do projeto) para apenas 38,39% no momento de sua implantação. Com relação a área irrigável, 61,61% foi destinada aos empresários, fato que implica, segundo Coelho Neto (2004), num favorecimento do capital, a partir de recursos públicos.

Quanto ao planejamento espacial, o mesmo autor traz que mais de 83,64% dos colonos vivem nos lotes de produção, 4,24% nas vilas existentes e 12,12% na cidade. Observando-se a localização das vilas, principalmente no que se refere a Formoso “H”, apesar da distribuição de quatro unidades pelo Projeto (ver na Figura 17-A), a adesão a esta proposta foi mínima. A Figura 17-B que mostra uma vila, pode justificar este fato: não é viável se viver de forma adensada em locais onde não houve investimento em infraestrutura.

⁴³ Esta dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

Figura 17 – Implantação, Agrovilas e Fotos do Projeto Formoso/ Bom Jesus da Lapa, Bahia



A) Implantação do Projeto de Irrigação Formoso “A” e “E”



B) Casas de Colonos na Vila do Setor 4



C) Casa de Colono no Projeto Formoso “A”

Fonte: Coelho Neto (2004). Interpretação da Implantação: Paula Moreira (2016).

Nesta perspectiva, a melhor opção, sem dúvida, é viver no lote. É possível que algumas famílias optassem a viver nas vilas caso elas tivessem sido objeto de investimento, visto que muitos preferiram ir morar na cidade. A própria unidade habitacional disponibilizada pela Prefeitura de Bom Jesus da Lapa para os colonos era bastante precária. A Figura 17-C mostra um exemplo que, em 2004, se encontrava incompleta.

As famílias, de forma geral, preferiram viver nos lotes individuais. Um destaque para esta questão é que as casas nos lotes foram dispostas, estrategicamente, de forma agrupada quatro a quatro, formando unidades de vizinhança. Uma solução simples, presentes nas propostas de Alto do Turi e Morada Nova, que contempla tanto as necessidades produtivas das famílias, pela facilidade da família ao trabalho, quanto a de articulação social.

Apesar de os Projetos de Irrigação Formoso “A” e “B” mostrarem maiores investimentos no que concerne à infraestrutura produtiva (porém, nem tanto assim), fato que, segundo Coelho Neto (2004), atraiu vários colonos da PEC Serra do Ramalho (como prestadores de serviços e assentados), os poucos recursos vinculados à infraestrutura de moradia, tanto no seu planejamento espacial, como na infraestrutura (abastecimento de água, de energia elétrica, escola, posto de saúde, espaços de lazer, etc.) e na unidade habitacional, prejudicou o processo de territorialização dos colonos, gerando fragmentações, confinando-os na escala de seus lotes⁴⁴. Este exemplo traz como herança dos projetos de colonização, além da forma hierárquica e segregadora de tratar o público camponês, somente a presença de agrovilas, porém, diferentemente de Serra do Ramalho. Neste caso elas não seguem uma lógica de implantação vinculada aos lotes e inter-relacionadas ao espaço como um todo. Elas são frutos de territorializações espontâneas, com pouco alcance no que concerne ao apoio às necessidades dos colonos. Como agravante, após terem sido escolhidos os locais das agrovilas, as mesmas foram desmembradas e a responsabilidade de implantação de infraestrutura passou a ser da prefeitura de Bom Jesus da Lapa, fato que não ocorreu de forma a atender as expectativas.

Formoso “A” e “B” traz consigo, na verdade, um esvaziamento da proposta do urbanismo rural⁴⁵ nas políticas públicas para o campo, caracterizado prioritariamente, como já mencionado, pelo descaso do Estado em relação a sua efetivação. Esta realidade é uma constante no meio rural brasileiro, no que concerne ao assentamento de pessoas. A questão agrária novamente se manifesta aí, impedindo qualquer tipo de ação que venha viabilizar

⁴⁴ Caso não tivessem adotado a estratégia das quatro unidades de vizinhança a nível do lote, a situação seria bem pior.

⁴⁵ Os projetos de colonização foram abortados no seio do próprio Estado no decorrer de sua efetivação, causando problemas socioambientais de grande magnitude, mesmo com todo o arcabouço trazido pelo arquiteto Camargo.

avanços socioespaciais no meio rural brasileiro, por conseguinte, que possa ameaçar a estrutura fundiária vigente. Assim, é possível perceber boicotes na implantação das colônias agrícolas dos imigrantes, na primeira fase de colonização. Também na segunda fase, após avaliar o caso do Núcleo JK percebe-se que a permanência camponesa ali só se viabilizou pela resistência e luta dos colonos, já que o Estado agiu de forma lenta e pouco eficaz para viabilizar a bom termo o empreendimento.

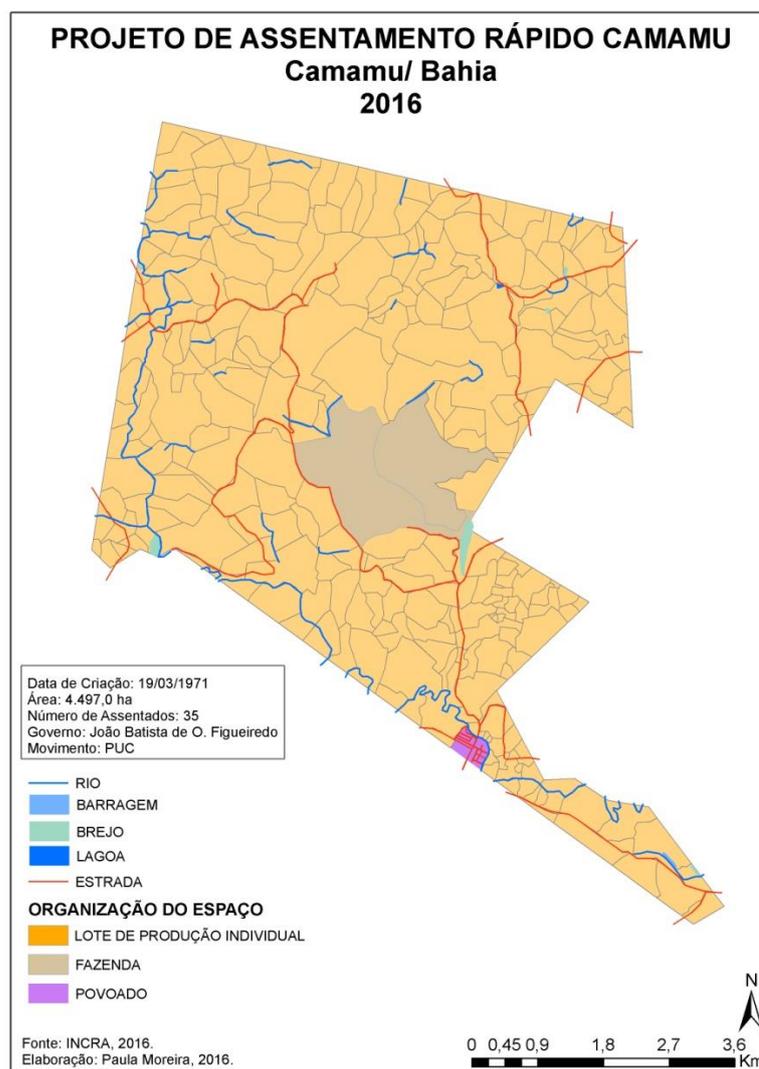
Assim, foram poucas as repercussões das formulações teóricas em torno do planejamento espacial do campo brasileiro, no que concerne aos objetivos para ele traçados, estando elas equivocadas, ou, não. Mas, até que ponto?

O Projeto de Assentamento Rápido - PAR Camamu, implantado em 1981, no fim do regime militar, sob a presidência de João Figueiredo, pode mostrar como a organização espacial de um espaço rural pode se comportar diante de situações de conflito e ausência do Estado no processo de planejamento e mediação. Trata-se de um exemplo que se encontra no vácuo das políticas para assentamento de famílias no campo, entre a derrocada dos projetos de colonização e o I Plano Nacional de Reforma Agrária.

A Figura 18-A mostra a implantação do PAR Camamu. Ela traz algo que não apareceu no Núcleo de Colonização JK, no PEC Serra do Ramalho ou no Projeto de Irrigação Formoso “A” e “H”: a ocupação não mediada, onde os próprios assentados, a partir de disputas territoriais locais foram moldando sua organização espacial, baseada em pequenas propriedades. Nota-se uma organicidade, como que se cada lote tenha sido resultado de uma escultura, onde o formão seriam os acordos ali estabelecidos. Estes acordos, entretanto, não se estabelecem num ambiente de equidade, pelo contrário, o saber/poder se coloca como limitador deste processo. Assim, é possível observar lotes imensos e bem localizados ao lado de pequenas áreas, provavelmente com poucas possibilidades. Assim, as desigualdades são acentuadas a cada dia, impulsionadas, também, pela fragmentação do grupo que, provavelmente foi impulsionada pelo próprio processo de divisão dos lotes.

A própria localização do povoado se mostra alheia ao conjunto do PAR, parecendo ter sido fruto de outros processos locais, externos ao assentamento. As moradias (visíveis nas Figuras 18-B e 18-C) nele implantadas reforçam este aspecto, pois, apesar de possuírem quintais plantados, não estão dispostas da melhor forma a contemplar as produções domésticas. Existe ali uma preocupação no adensamento na testada dos lotes, algo peculiar por se tratar de um povoado localizado na beira de uma estrada.

Figura 18 – Implantação e Fotos do Projeto de Assentamento Rápido – PAR Camamu/ Bahia



A) Implantação



B) Conjunto de Casas do Povoado



C) Destaque para uma Casa

Fonte: INCRA (2015); Paula Moreira (2013). Interpretação da Implantação: Paula Moreira (2016).

O resultado da organização espacial do PAR Camamu mostra a necessidade do planejamento nos assentamentos rurais, pois, não interessa a sociedade, muito menos aos camponeses assentados, a materialização de disputas territoriais desiguais, sem fundamento na cooperatividade, na construção de um grupo e, sem o reconhecimento da necessidade de preservação ambiental.

O PAR Camamu se constitui na expressão da decadência da política de assentamento de pessoas no campo e da própria ação do INCRA naquele período. Isto porque, após os últimos PICs terem sido emancipados, em 1976, seus servidores, que em sua maior parte trabalhavam junto aos projetos no campo, foram deslocados para a sede (em Salvador), a fim de realizarem trabalhos burocráticos, alguns acompanhando Serra do Ramalho e, outros, em menor escala, o próprio PAR Camamu. Na verdade, entre 1976 e 1985, quando o I PNRA ainda não era uma realidade, o INCRA operou sem um objetivo claro. Houve um esvaziamento, intencional, do Órgão.

Este vácuo na ação do INCRA, obviamente, se relaciona com a própria política de distribuição de terras. Isto porque, o esvaziamento, seguindo a lógica de Osório (2014), se refere a capacidade que os blocos no poder ligados ao agronegócio, tiveram de minar as ações do Estado, neste setor, para concretizar seus próprios projetos. E o pior, de tentar convencer que outros tipos de ações superficiais iriam atender o público camponês demandante por terra. Neste momento, com esta perspectiva, para o meio rural, outros tipos ações são implementadas, agora focadas nos pequenos proprietários rurais. Neste contexto, na Bahia, vão se destacar as atividades da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR)⁴⁶.

A CAR que, prioritariamente trabalha com recursos oriundos do Banco Mundial e que, no passado (meados da década de 1970), desenvolvia planos de desenvolvimentos para o meio rural⁴⁷, passa, a partir da década de 1980 a priorizar ações voltadas a disponibilização de créditos e infraestrutura produtiva para associações de produtores rurais, através de convênios⁴⁸, desvinculados de uma proposta geral de planejamento para o campo baiano. Com uma missão de “promover o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioprodutiva, contribuindo para o combate à pobreza”, a CAR, na prática, tendia a fortalecer as relações políticas existentes

⁴⁶ Empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia.

⁴⁷ Tais como, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAP), o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentável (PDRIS).

⁴⁸ A fundo perdido e, o que tornava o investimento pouco fiscalizado e planejado. Fato que interferia nos resultados alcançados.

no interior baiano, muitas delas, vinculadas aos interesses das oligarquias rurais, reforçando a abrangência da ação dos blocos no poder. Neste contexto e, com um tom assistencialista, uma das linhas de ação deste Órgão foi a de implantar melhorias habitacionais, construção de banheiros e, em alguns casos, de moradia para os pequenos produtores rurais com terra. Nota-se, neste momento, a artimanha estatal de desviar o foco da ação para o público rural, agindo não no cerne da questão, mas, na periferia do problema, mantendo o público cativo e dependente, porém, com a impressão de estar sendo cuidado e acolhido.

Este tipo de ação, vem se consolidando através do tempo, e persiste até atualidade, porém com uma conotação política diferente: respondendo, também, a demandas dos movimentos sociais ligados ao campo. Neste contexto, a CAR está operacionalizando, por exemplo, a 179 unidades habitacionais para quatro comunidades quilombolas⁴⁹. Também, está atuando na construção de 21 casas na comunidade de fundo de pasto Fazenda Quina, em Campo formoso, além de ter participado, em conjunto com o INCRA, nas reformas de 4.395 unidades habitacionais e nas ampliações de 258 moradias, em projetos de assentamento de reforma agrária, conforme mostra a Tabela 4.

Através da Tabela 4, é possível se ter uma ideia da abrangência da ação da CAR em relação às habitações, no período de 2004 a 2014⁵⁰. Em 10 anos, a CAR atingiu 234 municípios com a melhoria habitacional o que, atingiu, 8760 famílias. No que tange a construção de sanitários, foram feitas 66511 unidades, em 1243 municípios. Em média, foram 258 ampliações, 876 melhorias habitacionais, 6651 banheiros construído e, 93 fossas executados ao ano. Uma marca representativa, principalmente em relação aos banheiros.

Tabela 4 - Ações na Área Habitacional da Companhia de Ação Regional entre 2004 a 2014

AÇÃO	Nº COMUNIDADES ATENDIDAS	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS	FAMÍLIAS POR ANO	OBSERVAÇÕES
Ampliação Habitacional	46	2575	258	Parceria INCRA
Melhoria Habitacional	234	8760	876	30% em Parceria com INCRA
Construção de Sanitários	1243	66511	6651	Sem Parceria
Construção de Fossas	7	928	93	Sem Parceria

Fonte: CAR (2017). Elaboração: Paula Moreira (2017).

⁴⁹ Recurso obtido pela Sepromi, a partir do Fundo de Combate a Pobreza, para suprir as demandas das seguintes comunidades: 28 unidades na comunidade de Araçá (Bom Jesus da Lapa), 84 unidades na comunidade Boqueirão (Vitória da Conquista), 34 unidades na comunidade Laranjeira (Igrapiúna) e 14 unidades na comunidade Nova Ponte (Itamari).

⁵⁰ Este período foi estabelecido a partir dos dados que a própria CAR disponibilizou. Por isso, ele representa uma amostra da ação da CAR, porém, é importante ficar claro que sua ação na área habitacional se iniciou bem antes.

Interessante notar, de modo geral, através deste tipo de ação estatal, a fragmentação da casa camponesa. Agora, ela não está mais atrelada a demanda do abastecimento alimentar nas cidades ou sua necessidade por terra. Ela se transforma em uma unidade habitacional para um público desprovido de recursos.

É importante destacar que o discurso da pobreza do campo, é sempre ilustrado com a casa de taipa. Ela é simbólica. Na verdade, segundo Vieira (2017), a precariedade vinculada a casa de taipa foi algo construído no decorrer da história do Brasil, servindo, tanto às estruturas de poder, quanto ao controle social e ao circuito da construção civil. De acordo com a autora, houveram três momentos fundamentais, onde esta ideia foi sendo, gradativamente, reforçada. O primeiro, no período colonial, quando foi estabelecido um contraponto entre a casa grande e a senzala. Posteriormente, no início do século XX, quando a doutrina higienista⁵¹ a vincula com a doença, isto é, quando pobreza e saúde são correlacionadas e, geram políticas públicas específicas e; por fim, entre 1960 e 1970, quando as políticas públicas⁵² estabelecem padrões para o que seria um modelo de casa popular, vinculados, muito mais, a uma demanda do capital do que a das pessoas.

No caso das moradias rurais, o discurso da precarização da taipa respalda a limitada ação do Estado no campo, pois, construindo casas de alvenaria, ele aparenta estar combatendo a pobreza, porém, na realidade, ele está se esquivando do compromisso de agir no sentido de desconcentrar as terras. Esta sim, seria ação eficaz para tal. Sem esta intenção, a pobreza no campo persiste. Agora, em casas de alvenaria.

Outra instituição pública que, continuamente, desde a década de 1940, vem atuando na melhoria das condições de moradia é a FUNASA (NÓVOA, 1981). Neste caso, com um sentido impregnado da doutrina higienista e, por isso, despojada do sentido político⁵³, como no caso da CAR. Isto porque as ações da FUNASA são equacionadas por indicadores de prevalência de endemias estabelecidos pela Secretaria de Saúde. O carro chefe seria a engenharia de saúde pública, onde tem destaque a melhoria de habitações, para combater a Doença de Chagas e; a melhoria sanitária, para combater doenças de veiculação hídrica.

⁵¹ No higienismo, que, surgiu na primeira metade do século XIX, considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana, inclusive prejudicando a produtividade no trabalho. Por isso, via-se a necessidade de se manter as condições de salubridade ambiental, intervindo no sentido de controlar epidemias.

⁵² Neste caso, sob a égide do BNH, isto é, do surgimento de uma política de abrangência nacional que vinculava a produção habitacional e, o potencial econômico da mesma, com as demandas da população.

⁵³ Diferentemente da CAR.

No caso da melhoria habitacional, os locais de atuação do Órgão são estabelecidos pela presença de colonização ou infestação de determinada espécie de barbeiro. É interessante notar que uma casa de taipa não é imediatamente substituída por outra de alvenaria, para se combater a Doença de Chagas, mesmo em uma comunidade onde a demanda tenha sido confirmada. A sua estrutura é avaliada e, caso o telhado esteja em boas condições, assim como sua estrutura, a casa terá uma intervenção no sentido de sua melhoria. Segundo Nóvoa (1981), melhoria, pode ser a correção na ventilação e iluminação; no emboço nas paredes; no conserto do piso ou na substituição das telhas; no tratamento químico. O mesmo autor traz que de 1976 a 1980, na Bahia, foram melhoradas 1076 habitações e, reconstruídas, somente 119, mostrando que o foco da ação não seria a construção de casas. Na verdade, a ação é chamada de melhoria habitacional, independentemente se a unidade habitacional for substituída ou reformada. A melhoria, no caso, se coaduna com as condições de saúde.

Atualmente, o Órgão trabalha a partir de convênios, destacando-se, na Bahia sua parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), sendo este, para a segunda, durante muito tempo, sua única ação no meio rural.

Outra ação da FUNASA, no sentido do combate a doenças, na escala da moradia é a melhoria das condições sanitárias. Isso abrange a construção de banheiros, de cisternas, ou, fossas. Neste caso, assim como na Doença de Chagas, após a identificação das endemias, uma equipe técnica se desloca ao local e avalia que tipo de ação deve ser aplicada.

Conforme mostra a Tabela 5, entre 1999 e 2013, no total, a FUNASA atingiu 74 municípios, em 99 comunidades, com a melhoria habitacional, atingindo 3607 famílias. No que tange a melhoria sanitária, sua ação abrangeu 51700 unidades, em 254 municípios e, 483 comunidades. Por ano, em média no período estudado, foram atendidas 258 famílias, através da melhoria habitacional e; 3693, da sanitária. Como na CAR, ação na área sanitária se supera bastante a da unidade habitacional como um todo.

Tabela 5 - Ações na Área Habitacional da Companhia de Ação Regional entre 1999 a 2013

AÇÃO	Nº MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº LOCALIDADES ATENDIDAS	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS	FAMÍLIAS POR ANO
Melhoria Habitacional	74	99	3607	258
Melhoria Sanitária	254	483	51700	3693

Fonte: CAR (2017). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Por fim, é importante destacar que os critérios e rotinas estabelecidos pela FUNASA para combater a Doença de Chagas vem repercutindo positivamente, já que a incidência desta doença diminuiu drasticamente no Estado da Bahia⁵⁴.

A partir do que foi produzido no âmbito das políticas que envolvem a moradia para o campo no Momento 0⁵⁵, aqui sistematizado, quatro reflexões podem ser feitas. A primeira, é que o panorama apresentado, reforça o que foi inicialmente levantado no que condiz com a ação do Estado e as propostas espaciais trazidas para o espaço rural, através das políticas públicas. Existe um predomínio nas concepções mais elaboradas, de adaptações do que surge como proposta para o urbano, fato este reforçado pelo urbanismo rural de Camargo e pelo padrão das unidades habitacionais, baseado nos programas de uma casa de cidade.

A segunda questão, é que em todos os casos apresentados onde houve planejamento, o enfoque está relacionado com o desenvolvimento produtivo e, não, com a especificidade do camponês, com suas construções no âmbito social, cultural, pessoal. Esta relação fica muito clara, nos casos dos projetos de colonização e nos de irrigação.

Em terceiro lugar, houve uma dinâmica onde se parte da colonização feita com um precário planejamento físico, percorre-se, ao longo do tempo, por um processo mais intenso de elaboração espacial para o campo, onde a moradia estava diretamente relacionada e, por fim, culmina-se na indiferença quanto aos resultados que poderiam ser alcançados a partir de um planejamento. O urbanismo rural de Camargo, nesta perspectiva, não se coloca como algo contraproducente. Apesar de suas apropriações questionáveis em relação aos pressupostos da cidade jardim, sua visão limitada em relação à figura do camponês, dentre outros aspectos. É importante reconhecer sua contribuição, pois, ele traz uma reflexão em torno da problemática do rural em determinado momento político e social, inclusive com as limitações teóricas daquele momento. O mesmo pode ser dito em relação aos estudos trazidos por Israel e pela UFC, a partir dos seus cursos de formação, cujos modelos espaciais de Alto do Turi e Morada Nova foram aqui expostos. Neste caso, a ideia inicial foi inviabilizada, antes mesmo de sua aplicação. O equivalente, poderia ser dito sobre as propostas feitas nos projetos de irrigação e nos PICs mais bem-sucedidos. Muito menos do que o conteúdo do que foi apresentado enquanto proposta, na verdade, a não continuidade nas formulações referentes ao planejamento do campo

⁵⁴ Importante frisar que, atualmente, a FUNASA, vem priorizando suas ações no âmbito das comunidades tradicionais, principalmente as indígenas e quilombolas.

⁵⁵ Algumas passando para os momentos seguintes, mas, com características deste momento.

é que se coloca como prejudicial. Assim, finda-se uma fase onde muitas ideias surgiram, inclusive com o envolvimento de técnicos em relação à temática, porém, é neste mesmo momento, no próprio Momento 0, que tudo isso é estancado.

Por fim, a quarta questão se refere a precarização e o esvaziamento político, financeiro e técnico de todos os exemplos trazidos, sejam eles, menos ou mais elaborados do ponto de vista físico-espacial ou produtivo. Esta tendência, vai se fortalecer ainda mais no final da terceira fase. O modelo de desenvolvimento escolhido para o campo brasileiro⁵⁶, já fortalecido, nesta fase final do Momento 0, foi minando as propostas que esbarrassem na distribuição de terras e no desenvolvimento compartilhado no campo, inviabilizando o conteúdo das políticas públicas específicas para tal. Um exemplo, seria o deslocamento das políticas públicas para a melhoria e construção de moradias rurais, ao invés de distribuir terras ou intensificar a regularização de posses.

2.2 MOMENTOS 1, 2 e 3: UMA SÍNTESE

Este tópico vai revelar, a partir dos Momentos 1, 2 e 3, a dimensão da política de reforma agrária, inserida na conjuntura que a estabelece, enfatizando-se as questões relacionadas a moradias, objetivando-se, delinear o objeto de estudo, no espectro de sua problemática.

Antes de se fazer uma leitura dos acontecimentos políticos, relacionando-os com as moradias e os projetos de assentamento, é importante ter uma noção numérica dos resultados da ação dos governos, nos três momentos da pesquisa. Conforme mostra a Tabela 6, no Brasil, de 1985 a 2015 foram implantados 9374 projetos de assentamento de reforma agrária. Analisando-se estes números distribuídos pelos momentos da pesquisa, percebe-se um tímido início, no Momento 1 (Governos Sarney, Collor e Itamar), quando foram implantados apenas 868 PAs. No momento 2, nos governos de FHC, esses números quase quintuplicaram, chegando a 4.307 PAs criados. O Momento 3, cuja liderança política estava com Lula, tem um leve declínio nos números de PAs implantados, chegando a 3607 unidades. Por fim, os governos de Dilma, revelaram uma drástica redução na criação de PAs, tendo sido criados apenas 592, em escala nacional.

⁵⁶ Baseado na mecanização, nas grandes propriedades e na articulação com a indústria de insumos.

Tabela 6 - Número de Projetos de Assentamentos Implantados no Brasil 1985/2015, por Momento

NÚMERO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS NO BRASIL 1985/2015 POR MOMENTO					
MOMENTO	1	2	3	GOVERNO DILMA	TOTAL
Nº DE PA	868	4307	3607	592	9374

Fonte: Dataluta (2016). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Na Bahia, conforme mostra a Tabela 7, foram implantados entre 1985 e 2015 (em 30 anos), 524 projetos de assentamento. Este número, comparando-se com as tabelas anteriores (quantitativos de núcleos e projetos de colonização e de irrigação) mostra que é, sem dúvida a política de assentamento de famílias no campo de maior abrangência da história baiana, independentemente de seu conteúdo ou de sua repercussão quanto a desconcentração de terra. A escolha da ênfase deste trabalho nestas estruturas, os PAs, justifica-se, em grande parte, por sua amplitude numérica.

Quanto a distribuição de PAs criados pelos momentos, nota-se pela Tabela 7 que ela se aproxima da proporção nacional. No Momento 1, foram criados 50 PAs. Sobre este Momento, é importante destacar que, os processos de desapropriação estudados por essa autora nesse período, mostram que todos foram iniciados depois de denúncias de violência, principalmente feitas por sindicatos, em áreas de posseiros⁵⁷.

No Momento 2, foram criados 235 PAs. Estes foram resultados de pressão e conflito no campo, relacionados à ocupação de fazendas improdutivas. Surge, no cenário baiano, com força, os processos de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, em conjunto com este, porém em escalas menores, os processos de outros movimentos.

Tabela 7 - Número de Projetos de Assentamentos Implantados na Bahia 1985/2015, por Momento

NÚMERO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS NA BAHIA 1985/2015 POR MOMENTO					
MOMENTO	1	2	3	GOVERNO DILMA	TOTAL
Nº DE PA	50	235	199	40	524

Fonte: GeografAR (2015). Elaboração: Paula Moreira(2017).

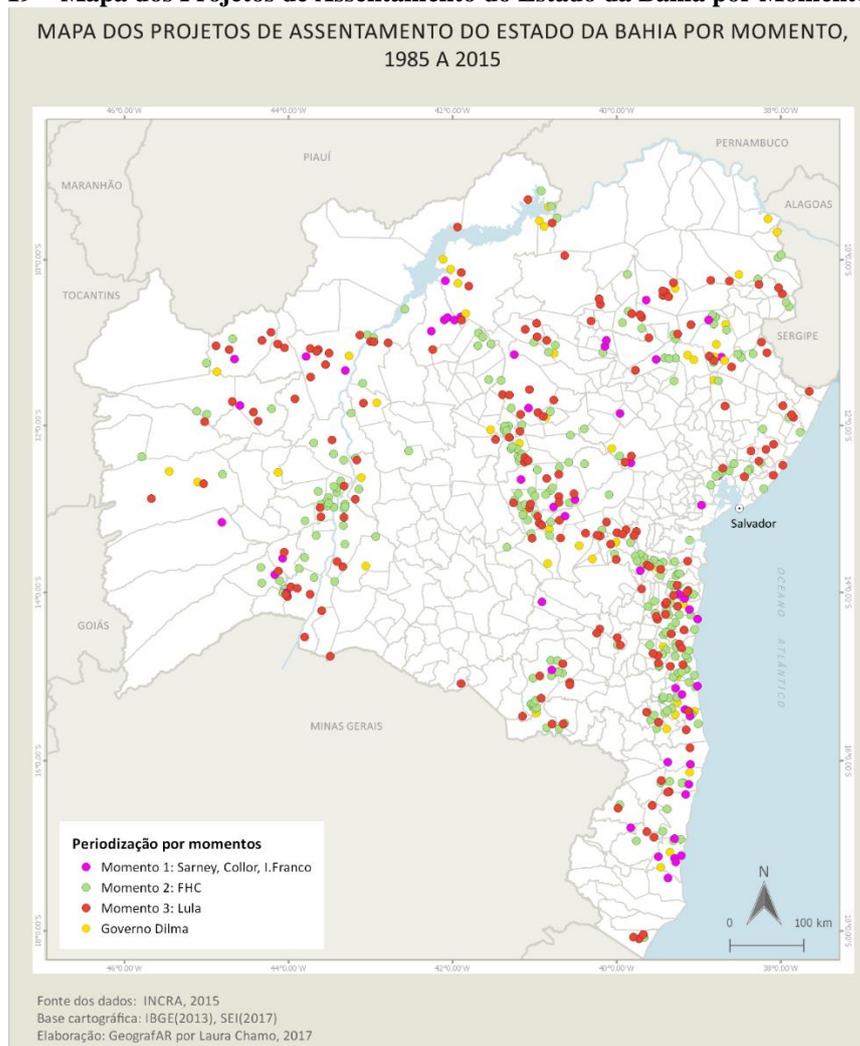
⁵⁷ O Capítulo 4 vai tratar desta questão.

O Momento 3 vai revelar, assim como na escala nacional, um número inferior que o anterior de projetos de assentamento criados, 199 unidades. Este momento é caracterizado pela ação articulada entre os movimentos sociais e o Estado, nos processos de negociação das demandas e dos ajustes de políticas.

Por fim, o Governo Dilma mostra o enfraquecimento da política de reforma agrária. Na verdade, o cenário se torna mais complexo, visto o aparecimento das lutas organizadas das comunidades tradicionais que, agora, buscam o reconhecimento de seus territórios e, no passado, tinham suas demandas misturadas com as dos trabalhadores rurais sem terra. Porém, isto não justifica. Muitas amarras foram colocadas, tanto do ponto de vista legal, como técnico. Porém, a decisão política de não mais investir neste setor é que chama a atenção.

A Figura 19 mostra a espacialização dos Projetos de Assentamento implantados na Bahia, divididos pelos Momentos 1, 2 e 3, além dos PAs implantados no Governo Dilma.

Figura 19 – Mapa dos Projetos de Assentamento do Estado da Bahia por Momento



Percebe-se que existe uma lógica. Os projetos de assentamento não se apresentam de forma dispersa. Existem regiões onde se concentram e, outras onde simplesmente não há ação de reforma agrária. Isto ocorre porque os projetos de assentamento são implantados a partir dos processos de territorialização dos movimentos sociais. Estes processos de territorialização, se viabilizam por articulações complexas que envolvem a escala local, a estadual e, as vezes a nacional.

Assim, estes pontos do mapa não são aleatórios, eles significam territórios conquistados. Eles são pontos de resistência camponesa. Isto justifica a opção da autora em escolher para análise, a realidade dos municípios onde os PAs foram continuamente sendo implantados no decorrer dos três momentos. Neles, os processos de territorialização dos movimentos sociais se mantiveram, assim como os do próprio INCRA, o que os torna especiais em relação a análise da reforma agrária.

Para uma compreensão destes números, se faz necessário compreender o que ocorreu com os governos e com a reforma agrária em cada um dos governos que compõem os momentos. Inicia-se no Momento 1, no processo de redemocratização do país. O Brasil, esfacelado por uma crise econômica e por sérios problemas sociais clama pelo retorno da democracia. Uma esperança é depositada neste processo. Porém, em 1985, foi eleito, indiretamente, pelo Congresso Nacional, o presidente Tancredo Neves, que, antes de tomar posse, veio a falecer. Neste contexto, assume a presidência, seu vice, José Sarney⁵⁸.

É importante destacar que, em 1986, é lançado o Plano Cruzado, para combater a inflação. Com seu fracasso, posteriormente, foram lançados os planos Cruzado II, Bresser e Verão, porém, nenhum surtiu o efeito desejado. No mesmo ano, e por razão da crise econômica, o BNH é extinto, pelo Decreto Lei nº 2.291, e, suas atribuições passaram a ser desempenhadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Conforme afirma Bonduki (2008), o fim do BNH é seguido pela perda de uma estrutura de caráter nacional que, apesar de suas contradições, tinha acumulado grande experiência na área, além de ter formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país.

⁵⁸ É importante destacar que José Sarney de Araújo Costa havia apoiado o regime militar, votando contra a emenda Dante de Oliveira, que garantiria eleições diretas em 1985.

Do ponto de vista legal, entretanto, houve avanços na questão habitacional rural, com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Ela foi inserida no art. 187, do capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, conforme o texto a seguir:

Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

(BRASIL. Constituição Federal, 1988, art. 187).

Apesar de ter sido neste Governo que foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), os ruralistas se colocaram veemente contra, inviabilizando a proposta. Isto porque, nesse mesmo momento, se articula a União Democrática Ruralista (UDR), que, interfere nos rumos da reforma agrária, minando-a dentro das estruturas do Governo e, em 1988, articulando-se com sucesso na Assembléia Nacional Constituinte, que, apesar de aprovar a reforma agrária, admite a existência do latifúndio produtivo, na nova Constituição Federal, fato que significou uma grande derrota⁵⁹.

É importante destacar que o I PNRA tinha a meta de assentar mais de um milhão e 400 mil famílias, porém, somente foram assentadas cerca de 90.000. Como resultado prático do I PNRA, apesar de sua grande limitação, os projetos de assentamento começaram a ser implantados em todo o Brasil, principalmente a partir de 1987. O que vai os diferenciar, do ponto de vista do seu conteúdo, é que no passado havia um discurso vinculado ao desenvolvimento rural, apesar de que, como observado anteriormente, todas as ações foram se precarizando com o tempo. Neste momento, o que se manteve foi somente a precarização. O discurso se foi, as ações mais formuladas, também. Os projetos de assentamento passaram, quase que formalmente, a ser uma estratégia adquirida pelo Estado, destinada a conter os

⁵⁹ É importante registrar que, a pressão da UDR foi tão grande que o INCRA foi extinto em 1987 e a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas o órgão permaneceu semiparalisado, por falta de verba e de apoio político.

conflitos de campo. Por esta razão, todo e qualquer tipo de suporte técnico e de planejamento foi subtraído.

Em 1989, foram realizadas as eleições diretas, após 20 anos de ditadura. Sarney deixou a presidência em 1990, sem conseguir equilibrar as contas do país e a inflação, aplicando precariamente sua “reforma agrária” e, deixando desarticulada qualquer tipo de estrutura para se executar uma política habitacional.

Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por eleições diretas, após a ditadura militar. Sinteticamente, ele propunha a revitalização da economia e a modernização administrativa. Para a primeira questão, implementou o plano Collor I que, por não ter tido resultados favoráveis, desencadeou no plano Collor II. Para a segunda, deu início às privatizações das estatais e à redução das tarifas alfandegárias, facilitando a entrada de produtos estrangeiros no país. Além disso, agiu no sentido de enxugar a máquina administrativa, fechando órgãos públicos e deixando vários servidores à disposição.

É importante destacar que durante este Governo foi aprovada a Política Agrícola, por intermédio da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que no seu Capítulo XX dispõe sobre a política de habitação rural da seguinte forma:

Art. 87. É criada a política de habitação rural, cabendo à União destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural.

§ 1º Parcela dos depósitos da Caderneta de Poupança Rural será destinada ao financiamento da habitação rural.

Art. 88. Vetado

Art. 89. O poder público estabelecerá incentivos fiscais para a empresa rural ou para o produtor rural, nos casos em que sejam aplicados recursos próprios na habitação para o produtor rural.

(BRASIL. Lei 8.171, 1991, art. 87, 88 e 89).

Dando encaminhamento ao artigo 87 da referida Lei, com o objetivo de estabelecer diretrizes para uma Política Nacional de Habitação Rural, entrou, no ano de 1990, em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6129-A/90 que, desde 2008, se encontra parado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A Crise econômica, desencadeou uma crise política no Governo Collor que, somada a denúncias de corrupção gerou o seu *impeachment*. Assim, seu governo durou de 1990 a 1992. No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse

social para fins de reforma agrária. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária, aprovando um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender cerca 23 mil. Porém, do ponto de vista econômico, implanta o recessivo, contudo, estabilizador Plano Real, liderado pelo futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso.

Assim, termina o Momento 1.

O Momento 2 vai ter uma característica importante. A pressão dos movimentos sociais, após a péssima condução da reforma agrária no Momento 1 e, a recessão vinculada a estabilidade econômica, implanta pelo Plano Real. Nesta conjuntura, Fernando Henrique Cardoso (FHC), já eleito presidente, se depara com o crescimento das ocupações de terra durante o seu primeiro mandato, que passou de 20 mil famílias em 1994, para 76 mil famílias em 1998. Neste período, FHC assentou um elevado número de famílias, número jamais visto nas políticas de assentamento do país.

Em seu segundo mandato, entretanto, seu governo mudou a estratégia e desenvolveu uma política agrária repressora, criminalizando a luta pela terra. Para tanto, criou uma medida provisória que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e, outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e, por quatro anos, quando ocupada mais de uma vez.

Aliada a estas questões, nos projetos de assentamento criados, as ações de planejamento e de implantação de infraestrutura eram deficientes. Os recursos destinados à moradia, por exemplo, eram insuficientes para construí-las por completo. Assim, os PAs continuavam a ser, como no Momento 1, uma estratégia adquirida pelo Estado, destinada a conter os conflitos de campo, sem o suporte técnico necessário.

Paralelamente a isso, seguindo a linha neoliberal do seu governo, FHC desenvolve uma reforma agrária de mercado, financiada, inicialmente, pelo Banco Mundial. Este programa teve a denominação de Cédula da Terra e, mais tarde, passou a se chamar Crédito Fundiário⁶⁰. Para viabilizar essa proposta, criou o Banco da Terra, já que esta política se constituía na disponibilização de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. Isto significa que os assentados desta modalidade devem, depois de curto espaço de tempo, pagar pelo preço da

⁶⁰ Quando se findou a parceria com o Banco Mundial, o nome do Programa foi alterado, porém, o seu conteúdo se mantém.

terra, com taxas de juros inculdas. Como contrapartida, os governos dos estados deveriam disponibilizar algumas ações destinadas a criar uma infraestrutura mínima para manutenção da vida do grupo no assentamento. Porém, estes recursos eram muito reduzidos. Por isso, como a moradia estava incluída neste pacote, os resultados de sua materialização eram mais precários ainda dos que os alcançados pelos PAs.

A Tabela 8 mostra quantos assentamentos foram criados neste formato, no Estado da Bahia, entre 2002 e 2010, pois, esta política persiste até hoje, sendo gerenciada, inicialmente pela CAR e, depois de 2004, pela CDA.

Tabela 8 - Número de Projetos de Assentamentos Cédula da Terra/ Crédito Fundiário Implantados no Bahia entre 2002 e 2010

PROJETOS CÉDULA DA TERRA E CRÉDITO FUNDIÁRIO NA BAHIA, 2002 A 2010			
MOMENTO	2	3	TOTAL
Nº	21	66	87

Fonte: Geografar (2016). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Na prática, FHC viabilizou o assentamento de muitas famílias, somando-se as políticas de reforma agrária e de crédito fundiário, porém, criou, também, a mesma quantidade de moradias inadequadas no campo brasileiro.

Em relação à política habitacional, FHC não trabalhou no sentido de tentar articulá-la, ao contrário, seus mandatos foram caracterizados por propostas fragmentadas e, pela ausência de uma estratégia para enfrentar o problema. Assim, o tema da habitação continuava inserido numa perspectiva de esvaziamento. Na Bahia, no meio rural, além das ações da FUNASA, INCRA e CAR, pode-se citar a demagógica ação em Santa Cruz Cabralia, no período da comemoração dos 500 anos do Brasil. Quando, o Governo Federal, através da CONDER, financiou a construção de unidades habitacionais para os povos indígenas da região, algumas no meio rural.

Porém, paralelamente a este descaso com o social, iam se acumulando várias experiências municipais (independentes das federais) que, foram sendo catalogadas e debatidas entre os movimentos sociais, técnicos e a academia. A participação social e a sustentabilidade ambiental iam se consolidando como pressupostos importantes, fato que culminou na aprovação do Estatuto das Cidades em 2001.

O Momento 3 se inicia com a grande esperança de, finalmente, ser concretizada a reforma agrária sonhada. O operário Luiz Inácio Lula da Silva, finalmente, é eleito presidente do país. Seria o momento de se colocar em prática formulações e sonhos.

Resumidamente é importante frisar que seu mandato se caracterizou pela não interrupção da estabilidade econômica do governo anterior, porém, com o adendo de estar inserido num momento de crescimento econômico. Muitas políticas sociais são implantadas e, a população sente uma melhora na qualidade de vida.

No que concerne a questão habitacional, muitos passos foram dados, num curto espaço de tempo, alavancados pela experiência e acúmulo anteriormente adquirido pelo movimento de luta pela reforma urbana. Em decorrência disso, seu primeiro mandato cria um ambiente institucional favorável à estruturação de uma Política Habitacional de significativa relevância, com a criação do Ministério das Cidades, a realização da 1ª e da 2ª Conferências das Cidades, a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Infelizmente, em muito pouco tempo, este ambiente é desagregado por articulações políticas. Assim, Olívio Dutra, então, primeiro Ministro das Cidades deixa o cargo, após dois anos de mandato. Após sua saída, assume um representante do Partido Progressista e, desde então, o foco das políticas tomam rumos, não tão promissores quanto antes, pois, se vinculam diretamente aos interesses do circuito da construção civil. Entretanto, cabe ressaltar que a estrutura institucional se manteve, assim como os vestígios das articulações construídas.

Conseqüentemente, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), nasce desarticulado, segundo Rolnik (2015), do ambiente promissor construído anteriormente, sendo, inclusive, gestado fora do Ministério das Cidades, a partir de outras articulações, tentando se apoiar num consenso inexistente entre os interesses do empresariado da construção civil e os dos movimentos sociais. Porém, este Programa teria um apelo importante para o governo Lula, que estava prestes a concluir seu segundo mandato: gerar empregos e crescimento econômico, a partir de uma atividade que solucionasse, em larga escala, um problema histórico brasileiro: o déficit habitacional.

Em vias de ser implementado o MCMV, os movimentos sociais, de acordo com Rolnik (2015), se mobilizaram, de forma sistemática, conseguindo, em 2009, uma audiência com o presidente. Desta oportunidade, resulta a modalidade MCMV entidades, justamente para

contemplar a reivindicação da autogestão das obras habitacionais. No mesmo ano, segundo a mesma autora, os movimentos ligados ao campo e a reforma agrária, pressionam, também, o Governo para serem incluídos neste pacote. Assim, surge o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), incorporando o público rural, inclusive os assentados de reforma agrária.

Sem dúvida, uma Política Habitacional que contempla o rural surgiu. Surgiu, em meio a boas intenções e a cooptações, mas, surgiu. O campo, onde as habitações eram somente inseridas dentro da pouco extensiva política de Reforma Agrária; da limitada ação da FUNASA⁶¹ ou do demagogo discurso do combate à pobreza do campo; agora é foco de um Programa capaz de englobar a todos⁶². Porém, a sua existência não garante sua efetividade. Isto porque ele está inserido numa pauta conjunta com a demanda urbana, fazendo com que a correlação de forças seja desigual em relação a distribuição dos recursos. Além disso, trata-se de uma nova experiência, de algo que está ainda sendo digerido pela sociedade e pelo próprio Estado. Assim, a pouca disponibilização de recursos, somada a dificuldade de acomodação prática do Programa, no que concerne à sua execução, geram, para o PNHR, uma limitação grande em relação ao número dos que conseguem se beneficiar.

Pode-se dizer que o público da Reforma Agrária é o que mais vem se prejudicando com o PNHR. Isto porque, historicamente o assentamento de famílias, desde os projetos de colonização, vem acompanhado da disponibilização de unidades habitacionais. Porém, com a implantação do PNHR, esta ação foi desmembrada. Assim, uma coisa seria a conquista da terra, outra, a conquista da unidade habitacional. Visto as limitações do Programa em conjunto com a amplitude do público camponês, os assentados que, antes, eram vistos de forma especial, passam, agora, a ter um tratamento similar aos pequenos produtores rurais, os quilombolas, os indígenas, os pescadores artesanais, dentre outros. Observando-se desta forma, pode-se afirmar que o PNHR foi um ganho para todas os grupos inseridos no meio rural que, passaram a ser considerados por uma política específica, porém, não para o público específico da Reforma Agrária que, agora, está imerso num universo, onde possui pouco destaque.

É importante enfatizar que a inserção do público rural dentro da política habitacional partiu de uma construção que culminou no PNHR. Em escala nacional, pode-se citar o

⁶¹ Limitada, visto que sua intenção não é de produzir habitação e, sim, estancar processos de veiculação de doenças.

⁶² Se desconsidera a intensão do PROMORAR como experiência, visto a sua inexpressiva abrangência.

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), lançado em 2001⁶³ que, teve a importância de inaugurar o subsídio à habitação, incluindo a rural e; a Resolução nº460/518 que, atendia às necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, com financiamento direto às pessoas físicas, organizadas de forma coletiva, em parceria com Entidade Organizadora⁶⁴. Especificamente, no estado da Bahia, houve, primeiramente, a inserção do público rural através do Programa Dias Melhores que, criado em 2007, tinha o objetivo de absorver os programas habitacionais previamente existentes, operados com recurso estadual⁶⁵ e; posteriormente, em 2008, e, sem dúvida, com maior importância política, pois estava vinculada às diretrizes da Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)⁶⁶, a ação da Coordenação de Projetos Especiais (CPE)⁶⁷.

A ação da CPE, que operou entre 2008 e 2011, interagiu com os princípios do SNHIS/FNHIS. Assim, teve como marco, a articulação direta com as comunidades tradicionais rurais, público prioritário de sua ação, conjuntamente com a busca de se ampliar o rol de parcerias para a efetivação da produção habitacional para estas. Neste sentido, a CPE envolveu, além da CONDER e Prefeituras, entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, órgãos públicos e cooperativas habitacionais. A forma de efetivação de sua ação foi a Chamada Pública, visto que no conteúdo, as propostas da CPE superavam o que se colocava em prática para o público rural: ela visava o atendimento às demandas específicas das comunidades tradicionais rurais, entendendo-as não apenas a partir da melhoria material das casas, mas, também, da promoção de ações que garantissem a sustentabilidade econômica, social e ambiental da intervenção, respeitando a pluralidade existente nas diferentes culturas e modos de vida. Por propor algo inovador, de cunho social de grande abrangência, nunca tratado de forma específica no seio do Governo do Estado, a CPE teve grande dificuldade de efetivar seus objetivos e, não teve tempo, nem espaço político para adquirir expertise. Isto porque, ela não conseguiu se manter no segundo mandato do, então governador, Jaques Wagner.

⁶³ O PSH utiliza-se de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e, destina-se a oferecer acesso à moradia adequada por intermédio da concessão de subsídios para a construção e aquisição de habitações, novas ou usadas, para famílias de baixa renda (rendimento familiar mensal inferior a três salários mínimos).

⁶⁴ A Resolução 460/518 se refere ao Programa Operações Coletivas, financiado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

⁶⁵ Com a implantação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), em 2008, passou a se chamar, Casa da Gente.

⁶⁶ Lei nº 11.041, de 07 de maio de 2008.

⁶⁷ Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), através da Superintendência de Habitação e, da Diretoria de Programas e Projetos Habitacionais.

Após a extinção da CPE, o público rural, na SEDUR, deixou de ter uma coordenação específica, com vários profissionais envolvidos e, passou a dispor somente de um. Porém, em contrapartida, com o estabelecimento do PNHR, como política habitacional de larga escala para o público rural, tanto o INCRA, como a CDA, a CAR e as Prefeituras Municipais, passaram a ter seu público submetido a este Programa, fato que vem gerando, em conjunto com as articulações dos movimentos sociais e das entidades envolvidas uma nova perspectiva de articulação. Atualmente, na escala do ConCidades/BA foi implantado um grupo de trabalho de habitação rural, vinculado à Câmara Técnica de Habitação, que vem periodicamente organizando ações e fazendo debates em torno do tema.

Na perspectiva das articulações prévias e posteriores, vinculadas a atual Política de Habitação de Interesse Social, a Tabela 9 mostra a abrangência numérica e espacial do atendimento do público rural em geral, inclusive os assentados de reforma agrária (no caso do PNHR).

Tabela 9 - Ações na Área Habitacional Rural na Bahia, 2005/2017

PROGRAMAS HABITACIONAIS NA ÁREA RURAL DA BAHIA ENTRE 2006 E 2017						
PROGRAMA	Nº DE COMUNIDADES ATENDIDAS	Nº OBRAS PARALISADAS	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº UH CONCLUÍDAS	Nº UH EM ANDAMENTO	TOTAL DE UH
PNHR	315	14	146	6573	4179	10752
PSH	42	0	28	1949	212	2161
Resolução 460/518	16	0	8	1066	0	1066
Dias Melhores	6	18	1	50	0	50
Chamada Pública	8	1	6	344	0	344
MCMV SUB 50	1	0	1	15	0	15
Total	388	33	190	9997	4391	14388

Fonte: SEDUR. Superintendência de Habitação – SH (2017). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Entre 2005 e 2017, no total, a atingiu-se 190 municípios com a construção de unidades habitacionais, atendendo-se 14388 famílias. Sem dúvida, o PNHR, numericamente foi o mais representativo, com 10.752 unidades habitacionais concluídas e em andamento. Destaca-se que dentre as 388 comunidades atendidas, somente 11 se constituem como projeto de assentamento de reforma agrária, um número bastante inexpressivo.

O PSH, tem uma representatividade numérica mediana, com 2.161 unidades habitacionais concluídas ou em andamento e, a Resolução nº460/518, vem posteriormente com

1.066 unidades. Com pouca expressão numérica, pode-se citar o Programa Dias Melhores e o MCMV Sub 50, que atenderam respectivamente 50 e 15 famílias.

A Chamada Pública, organizada pela CPE, conseguiu atingir 344 famílias de oito comunidades tradicionais, dentre elas, as comunidades quilombolas Fojo, localizada em Itacaré; Lagoa do Galdêncio, em Lapão; Giral Grande e Tabatinga, em Maragogipe e; Vão das Palmeiras, em Seabra. Em relação aos indígenas, foram beneficiados, em Porto Seguro, as comunidades de Aldeia Velha e Barra Velha, ambos Pataxós.

Destaca-se, ainda sobre a Tabela 9 que as obras paralisadas (total de 33) são decorrentes da difícil operacionalização de se construir no meio rural⁶⁸, visto que o programas aqui listados, foram concebidos para a cidade e, adaptados para o campo. De todo este processo, pode-se afirmar que o que se estabelece de política habitacional para o meio rural, se constitui em fragmentos de disputas, no seio do Estado, de interesses do Capital, ou melhor, dos blocos no poder e, dos sujeitos sociais envolvidos. Assim, é vitória e, também, derrota.

Uma disputa ideológica e de interesses, também, acabou desviando os rumos da reforma agrária no governo Lula. Do ponto de vista ideológico, o paradigma da questão agrária, vinculado à superação da concentração de terras, vai gradativamente perdendo espaço para o do capitalismo agrário, onde se desvincula a terra do trabalho, propondo uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital, apoiados, pelas políticas desenvolvidas pelo Estado. Este segundo paradigma, ganhou muita força dentro do governo, direcionando inúmeras políticas destinadas aos camponeses e, conseqüentemente, enfraquecendo a reforma agrária. Em relação a disputa de interesses, o setor do agronegócio, em pleno crescimento, vai se articulando no interior do governo (e fora também), minando as ações necessárias para se implantar os projetos de assentamentos que, normalmente, são obtidos a partir de desapropriação. É importante destacar que este seria o momento mais representativo para se compreender como, na prática, se deu a desarticulação de uma demanda popular e, a conseqüente, viabilização de um projeto do bloco no poder ligado ao agronegócio.

Em razão deste debate, a ideia da gestão de Lula foi, na prática, de dividir as forças entre a recuperação dos assentamentos implantados no passado e a criação de novos, acompanhados de crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização. Em alguns aspectos, esta qualificação realmente aconteceu. As casas, por exemplo, foram sendo construídas,

⁶⁸ Envolve deslocamento de assistência técnica, material e mão de obra.

gradativamente com mais recursos e, ficando mais bem-acabadas nos PAs novos. O crédito recuperação das construções foi, também, disponibilizado para concluir as casas dos governos anteriores.

Porém, dois aspectos se destacam neste contexto. O primeiro é que os recursos não chegavam na proporção das necessidades e sua operacionalização era muito lenta. O segundo, é que esta melhoria, teve curtíssima duração, pois, quando o recurso para habitação nos assentamentos alcança um valor condizente com o empreendimento, a responsabilidade em se implantar as casas, sai da atribuição do INCRA, para serem do BB e da CEF. É neste momento que os recursos passam a ser escassos e a ação de implantação de moradias nos PAs é quase que paralisada, fato que a Tabela 9 demonstra. Esta conjuntura se mantém até o presente momento. É importante destacar que, numa perspectiva transformista, os movimentos sociais foram aderindo a proposta do capitalismo agrário, sem absorver como este tipo de estratégia se coadunava com os interesses do bloco ruralista no poder. O pior, sem prever que este recuo pudesse desaguar num processo mais agressivo de territorialização deste bloco na política de Reforma Agrária que, neste momento atual, no questionável Governo Temer, se encontra praticamente paralisada, com perspectivas de retrocesso.

Compreendendo-se que os projetos de assentamento de reforma agrária são estruturas específicas que, para existir necessitam da ação do Estado, e para este agir, é imprescindível a territorialização dos movimentos sociais, representada por seus processos de resistência e luta, afirma-se que estes, não estão inseridos num contexto de desenvolvimento socioeconômico do campo brasileiro. Eles se acomodam no compêndio das políticas compensatórias, ou melhor, eles se destinam a arrefecer conflitos no campo. Assim, visto desta forma, um PA mantém com maior força ainda, todas as mazelas e precarizações das experiências anteriores, tais como, os projetos de colonização⁶⁹. Por isso, os camponeses assentados precisam se manter como sujeitos sociais, recorrendo a ocupações nas cidades e nos órgãos públicos, para garantir a implementação das políticas públicas estabelecidas para os PAs⁷⁰. A especificidade da moradia nos assentamentos se coloca nesta conjuntura. Elas são fruto de uma política, mas, muito mais que isso, são frutos da luta e resistência camponesa.

⁶⁹ Assim, a questão agrária impede que, mesmo após a conquista da terra, hajam investimentos necessários para se viabilizar, de fato, os projetos de assentamento.

⁷⁰ Que são insuficientes para, realmente adaptá-los à demanda das famílias assentadas.

Uma Casa... Uma Moradia.

Observe meu senhor... este terreno, este espaço, instrumento dos seus sonhos, seu caminho. Pretendo transforma-lo com meus traços, este íngreme penhasco, em seu abrigo... em seu ninho.

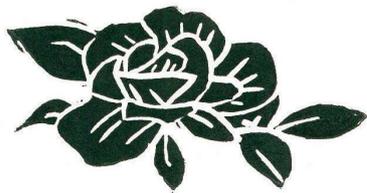
E como isso é possível... como consegui-lo! quais os instrumentos a serem usados... passo a passo. Além do aprendizado, é preciso correção... nisso ou naquilo, traços certos, inspiração... régua e compasso.

E' preciso... se correr atrás do sonho. E' preciso... mão-de-obra e ferramenta, e de algo que envolva... o coração.

E pra isso... me entrego e me proponho, erguer um guarda-chuva... ou vestimenta ... a fim de sustentar a construção.

P. Afonso, 24 de junho de 2016.
Ricardo Mutti Amaral

CAPÍTULO 3



3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

3.1 DE QUE CONCEITO DE MORADIA SE PARTE

Um dos processos de construção desta investigação partiu da dúvida quanto ao termo a ser adotado para designar a parte central do seu objeto: o local onde cotidianamente vivem os camponeses baianos. Seria abrigo? Casa? Domicílio? Habitação? Habitat? Lar? Moradia? Residência? Vivenda? Por isso, utilizou-se como método, fazer uma pesquisa em torno dos termos mais utilizados para tal designação⁷¹ para, a partir daí, decorrer de forma livre, porém estruturada, sobre os mesmos, tendo como desfecho a base argumentativa da palavra mais indicada para a presente pesquisa. Este devaneio processual é o enfoque apresentado a seguir neste item.

Para iniciar o exercício, traz-se o termo que aparentemente tem a função mais explícita. Abrigo⁷² vem do latim *apricare*, “proteger-se do frio aquecendo-se ao sol”, que é derivado de *apricus*, “exposto ao sol”. De acordo com Corona e Lemos (1972), ele se refere a um local coberto que oferece proteção física (cobertura ou teto), aludindo-se ao lugar de refúgio contra as intempéries, chuva, vento frio ou calor excessivo e a neve. Assim sendo, o abrigo pode ser considerado como uma das principais funções da arquitetura, segundo os mesmos autores, no sentido de que ele seria fruto da criação de possibilidades de se suportar viver em climas severos. Le Corbusier (1961)⁷³, trata do termo abrigo, de forma funcional e em seu sentido original, no capítulo “*Construir Viviendas*” (pg. 20) do livro “*Mensaje a los Estudiantes de Arquitectura*”. Além dele, Lemos (1996, pg. 09), inicia o debate sobre a história da casa brasileira⁷⁴ afirmando que “a função básica de uma casa é a chamada função abrigo”.

Sob uma perspectiva mais ampla, “abrigo” também tem a função de proteção contra perigos, acolhendo a quem se recolhe nele. Com este espírito, na atualidade é amplamente utilizado para designar um local onde haja amparo, tais como abrigo de idosos, de crianças órfãs ou antibombardeio e antiatômico.

⁷¹ Os significados dos termos apresentados são uma interpretação da autora a partir das seguintes referências: Dicionário Aurélio, Dicio (Dicionário *online* de Português), Dicionário Michaelis, matoszeusdireito.blogspot.com, br, jus.com.br, origemdaspalavras.com.br, dicionário da arquitetura brasileira.

⁷² A contextualização mais interessante sobre o termo abrigo foi encontrada no site *origemdaspalavras.com.br*.

⁷³ O livro “*Mensaje a los Estudiantes de Arquitectura*”, teve primeira edição em 1957 em francês e sua primeira versão em espanhol em 1959.

⁷⁴ Carlos Lemos publicou a primeira edição do clássico denominado “*História da Casa Brasileira*” em 1989.

Em síntese, o termo “abrigo” tem abordagens distintas, porém interligadas entre si. Pode-se afirmar que sua função original de proteger gera uma perspectiva de acolhimento, instaurando um significado mais complexo, utilizado em grande escala na língua portuguesa.

Seguindo esta mesma direção, um termo que pode contribuir com o entendimento do objeto de estudo é o “lar”. Esta palavra vem do nome dado às divindades da religião romana antiga, protetoras dos domicílios, os *Lares*, segundo Dumézil (1974). Laing (1921) afirma que os *Lares*, mais comum na forma plural, indicavam os espíritos que poderiam proteger ou prejudicar uma família romana, incluindo seus servos e escravos. O cotidiano destas famílias era tomado pela religião e, por isso, havia nas casas espaços domésticos de culto e abrigo das divindades protetoras (*Lares* e outras), os chamados larários. O peristilo⁷⁵, a cozinha e o átrio⁷⁶ eram os lugares com maior número de registros de larários (referência em Pompéia). De acordo com Ruiz (2007), cada casa poderia ter um ou mais larários, sendo que esses ambientes eram espaços de materialização das divindades com seu poder protetor, por isso se constituíam em lugares especiais. Destacando-se a cozinha, cômodo presente até os dias atuais nas habitações, era nela que se preparavam as refeições da família, ficando ali, conseqüentemente o fogo sagrado. Talvez seja por isso que o termo lar tenha significado na parte da cozinha que se acende o fogo. Segundo Corona e Lemos (1972), o lar, ou, lareira se constitui numa pedra sobre a qual se acende o fogo para cozimento de alimentos. Somente em sentido figurado o termo lar designava casa de habitação, porém, com o tempo também foi perdendo seu significado inicial e se tornando um dos sinônimos desta, porém, com uma conotação sentimental e carinhosa sobre a habitação, vinculando-a ao calor familiar: “lar, doce lar”; “casou-se para ter um lar”. Por essa conotação familiar do termo, é muito utilizado para abrigos específicos tais como “Lar de Idosos” e “Lar de Crianças”. Em suma, a abordagem da palavra “lar”, além do significado genérico, parte de um plano espiritual, no sentido de proteção, que traz para ela o mesmo sentido acolhedor e função afetiva do termo “abrigo”.

Os termos domicílio e residência se aproximam no uso e, por isso, podem ser abordados em comparação um ao outro. Domicílio advém do latim *domus*, que significava no passado o que se utiliza hoje como casa, porém com o sentido de poder⁷⁷. De *domus* vem o termo *dominus* (o Senhor) que, derivaram as palavras: dominador e domínio. Assim, dá-se a ideia de que o Senhor teria poderes para ser obedecido pelos outros habitantes da morada, como parentes e

⁷⁵ Constituía-se num corredor coberto e circundante, aberto lateralmente através de uma ou mais fiadas de colunas.

⁷⁶ O termo designar o pátio central das casas gregas e romanas.

⁷⁷ Neste momento casa era a moradia designada para os pobres.

servos. Atualmente o termo domicílio é amplamente utilizado no direito civil que o alude como o lugar onde o cidadão tem a sua sede jurídica e, por conseguinte, se presume estar presente para efeitos de direito. Já o termo residência, originário do latim *residentia*, também amplamente utilizado no direito civil, é a morada habitual e permanente de uma pessoa em determinado lugar, sem carregar vínculos jurídicos. Assim, ela nem sempre coincide com o domicílio legal, mas, representa o lugar no qual alguém habita com intenção de ali permanecer, mesmo que dele se ausente por algum tempo. Assim, opõe-se a uma moradia provisória, onde o cidadão está somente de passagem, tal como num hotel ou numa pousada.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE trabalha em suas pesquisas censitárias com o termo domicílio, especificando-o como particular e particular permanente. Em sua conceituação formal (atual)⁷⁸ “domicílio particular” é tratado da seguinte forma:

Moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado como permanente quando localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento e cômodo).

Apesar de conteúdos iniciais distintos, “residência” e “domicílio” têm, na atualidade, o significado genérico de designação de uma casa, habitação ou moradia, sendo que o segundo, consagrado no meio técnico e institucional pela conceituação do IBGE. Além disso, estão intimamente ligados, sendo amplamente utilizados, como já mencionado, pela sua interpretação especializada no universo do direito civil.

A palavra *vivenda* vem do latim *vivere* que tem simplesmente o sentido de viver, designando, assim, o lugar onde se vive. Também, é normalmente utilizada para indicar uma casa isolada, destinada à habitação com algum espaço ao redor ou não articulada com o meio urbano. É possível que sua relação com as palavras *vida* e *viver* traga para o termo um conteúdo de liberdade, de meio natural e de amplitude espacial. Sua tradução em espanhol *vivienda* tem um uso bastante comum, indicando o significado genérico de moradia, habitação ou casa, diferentemente que na língua portuguesa, onde, apesar de poder ter este sentido, é pouco utilizado nesta acepção.

⁷⁸ O IBGE pode alterar o significado dos conceitos que utiliza. Atualmente o termo domicílio é tratado da forma trazida ao texto que, pode ser acessada pelo endereço eletrônico: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm.

Tratando-se, agora, do termo mais popular na literatura e nos diálogos entre pessoas, a etimologia do termo casa é o latim *casa*, que significava choupana ou morada pobre. Acrescentando-se o sufixo *mentum* que, tem o sentido de resultado de uma ação, surge a expressão *casamentum* que, no latim, é definido por um terreno com uma habitação instalada, fundamental para uma boa relação entre um novo casal, quase um contrato pré-nupcial.

Com o tempo, “casa” passou a substituir o termo *domus*, aproximando-se do seu sentido atual, onde é um nome genérico de todas as construções destinadas à habitação. O termo, ainda, no sentido material, tem o sentido de construção destinada a uma unidade habitacional por oposição a um apartamento. No sentido imaterial, a casa representa o local onde se sente à vontade: “sentir-se em casa”.

Segundo Corona e Lemos (1972), em Portugal (e no Brasil de outrora) “casa” designa cada um dos cômodos de uma moradia, tal como “casa de dormir” para quarto ou “casa de frente” para sala de estar. Derivando-se desta acepção, designa-se alguns ambientes com o termo agregado, como exemplo tem-se “casa de máquinas”. Também, oriundo desta essência pode-se citar a designação de algumas instituições públicas de importância ímpar: Casa da Moeda; Casa Civil. Na mesma linha é utilizado para indicar um local usado para encontros ou reuniões de grupos com interesses específicos: “casa dos professores”; “casa de massagem”. No passado, era utilizado para indicar a reunião das propriedades ou interesses de uma família, como exemplo tem-se na Bahia colonial a “Casa da Ponte” e a “Casa da Torre”. Enfim, o termo casa viabiliza a generalização de grupos que tem algo em comum: “o Brasil é a casa dos brasileiros” ou “ela cuida da administração da casa”.

Segundo Cianciardi (2014)⁷⁹, a casa é um ambiente em que o ser humano vive e o modifica eternamente como uma afirmação cultural de um povo. Para ele a cultura é determinante tanto no processo de reformulação deste espaço, quanto na transmissão dos conhecimentos técnicos. Contradizendo este raciocínio, porém com o mesmo enfoque, Zabalbeascoa (2013)⁸⁰ relata que as mudanças na organização doméstica, ocorridas no decorrer do tempo, trazem para a organização do espaço das casas, independente do lugar ou cultura, uma única constante: a mudança. Porém, tais mudanças não estão ligadas a um processo de evolução, necessariamente. Conforme afirma o autor, “na história da distribuição da casa influi tanto a religião como a invenção, tanto a ciência como a crença” (ZABALBEASCOA, 2013).

⁷⁹ No livro “A Casa Ecológica”(2014).

⁸⁰ O nome do livro é “Tudo sobre a Casa” (2013).

Outro autor que opta por tratar seu texto a partir do termo “casa” é De Botton⁸¹ (2007). O autor explana, com uma argumentação que amarra variáveis geográficas, econômicas e tecnológicas que as casas das pessoas mais pobres de uma determinada região costumam ser simples e com poucas diferenças entre si, não, necessariamente, por causa de uma visão cultural reduzida, mas das limitações ocorridas no processo construtivo. O clima se destaca neste quesito, na falta de tecnologia economicamente viável, acontece uma redução drástica das opções de telhado, fachada ou piso. O custo do transporte limita igualmente as escolhas estilísticas, obrigando as pessoas a montar a casa com o material disponível em sua região. As poucas possibilidades de viagens e trocas de técnicas construtivas e padrões estéticos também reduzem o repertório do “como construir” a edificação. Assim, tais limitações interferem fortemente nas identidades arquitetônicas de determinados locais, principalmente os mais isolados. Sobre este assunto, Lemos (1996) sintetiza refletindo que na casa estão implícitas as técnicas ou o “saber fazer” decorrente da própria comunidade.

Bachelard (2000)⁸², que trabalha o termo com sensibilidade, afirma veementemente que a casa à primeira vista é um objeto possuidor de uma geometria rígida, sugerindo uma análise racional, porém, “a transposição ao humano se faz imediatamente, desde que se tome a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade.” Assim, o autor afirma que a casa, em contraponto com o externo, é lócus do acolhimento. “Diríamos que nos pode acolher em todas as manhãs de nossa vida para nos dar confiança na própria vida.” A casa, para Bachelard, é muito mais do que uma edificação, uma expressão arquitetônica. “A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico.”

O antropólogo Roberto Da Matta (1997), afirma que tanto a casa quanto a rua são categorias sociológicas para os brasileiros, pois, além de designar espaços geográficos ou coisas físicas, indicam entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positivities, domínios culturais institucionalizados e, por isso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens. Assim, é possível ler o Brasil do ponto de vista da casa em relação à rua e, sob o ângulo do mundo. Na rua, os discursos são mais rígidos, a emoção é disciplinada e, por isso, ali é permitida a exclusão e a condenação. Assim, na rua, o cidadão é um subcidadão. Na casa, ao contrário, podem-se ter privilégios, tais como, exigir atenção ou requerer um espaço inalienável, assim, é o local dos supercidadãos. Por isso, se limpa a casa e

⁸¹ O nome do livro é “A Arquitetura da Felicidade” (2007).

⁸² No livro “A Poética do Espaço” (2000).

suja-se a rua. Na rua estão os sujeitos sociais com seus conteúdos legais e jurídicos e na casa está a família, a amizade, a lealdade.

Sendo o termo genérico de maior uso na literatura de ficção infantil e adulta brasileira, com títulos diversos, “casa” é também utilizado por um campo variado de pesquisadores, tais como arquitetos, antropólogos e filósofos (alguns deles citados neste texto). Este fato justifica a amplitude de sua abordagem que vai da funcional para a material, sentimental, cultural, tecnológica, social e antropológica, fato que fortalece a opção para seu uso frequente e generalizador.

Num sentido de assumir a generalização do termo, Certeau (2013) vai iniciar o assunto abordando “morar” no subtítulo do livro *A Inversão do Cotidiano* (volume 2). Porém, na parte que reserva para tratar sobre moradia, no Capítulo IX, o autor insere o tema com o termo “Espaços Privados”, definindo-o como o território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer”, o espaço doméstico, a casa da gente. No decorrer do texto ele vai trazendo em cada momento um termo, não se prendendo a nenhum deles. Ele faz um contraponto entre o que é privado e o que é público, no sentido de Roberto da Mata. Além disso, se atém à questão de que o território privado necessita ser protegido porque ele expõe seu ocupante, já que um lugar habitado por uma mesma pessoa durante certo tempo revela como num retrato a sua semelhança a partir dos objetos e dos costumes que supõem. Ao mesmo tempo eles são habitats que jamais são extraviados, pois, eles habitam as memórias e os sonhos de cada um.

Habitat⁸³ é um termo latim que indica "ele mora, ele habita", que parte de *habitare*, "viver, morar", advindo de *habere*, "ter". É um conceito, usado em ecologia, que engloba o espaço físico e os fatores abióticos que condicionam um ecossistema, determinando a distribuição das populações de comunidades. Neste sentido, o conceito de habitat é amplamente utilizado em referência a espécies, no sentido de estabelecer os locais e as condições ambientais onde o estabelecimento de populações desses organismos é viável (o habitat do boto cor de rosa é o rio Amazonas por suas características específicas). Migrando-se o termo para o contexto humano, este se constitui na reunião das características de um local habitado por pessoas

⁸³ De acordo com o site <http://origemdapalavra.com.br/site/?s=habitat>, este é o significado em latim do termo habitat.

(habitat urbano, habitat rural), como um lugar perfeito para se morar ou em que algo ou alguém costuma frequentar habitualmente: “as piscinas são seu habitat”.

O termo habitat ganha novo destaque conceitual, agora no campo do da Arquitetura e do Urbanismo a partir do seu uso pelo filósofo Henri Lefebvre (1970). Este, em seu livro “Do rural ao Urbano” inicialmente define-o como um espaço destinado a organizar a vida privada, individual e familiar. Posteriormente, o autor expõe conexões entre o termo habitat e o verbo habitar, afirmando que o habitat seria o *locus* de quem habita. Ele destaca três questões que, deveriam ser consideradas quando se trata de habitat. A primeira é que habitar seria um feito antropológico onde o habitat, assim como os estilos de vida, vem se transformando em conjunto com a sociedade, com seu modo de produção, apesar de conservarem uma relativa constância. Assim, o habitar seria constituído por objetos, por produtos da atividade prática (móveis e imóveis), formando um conjunto característico na sociedade e, por conseguinte, significando as relações sociais. A segunda afirmação do autor é que os modos de habitar se expressam em linguagem, assim como tal, os modos de se alimentar, de se vestir, de se fazer política. Por isso, a observação da vida cotidiana é necessária no sentido de se traduzir a linguagem corrente destes signos, sem se deixar de considerar, estes se entrelaçam e não possuem fim, já que quem come, habita ou bebe são os indivíduos de uma sociedade e presos a uma globalidade. A terceira afirmação é que o habitar se expressa objetivamente num conjunto de obras, de produtos, de coisas que constituem sistemas parciais: a casa, a cidade, a aglomeração. Sendo que cada objeto tem significação e sentido em relação ao conjunto que oferece um texto social. Borges (2002) afirma sinteticamente que Lefebvre (1970) compreende o habitat em sua tripla dimensão: simbólica, paradigmática e sintagmática que, juntas elucidam a linguagem e, que se transformam em função da totalidade (cultura, civilização, sociedade na escala global).

Com extensos vínculos formados com o termo habitat, tanto na etimologia latina, quanto no enfoque Lefebvrino, a palavra habitação adquire um sentido, quando não genérico (o que é muito comum), à estrutura material que abriga e serve de referência para uma pessoa ou para uma família, porém, com um viés social de amplo espectro. Daí é extraído o termo habitabilidade que, se relaciona à qualidade da habitação na sua função social. Também, é importante citar, no mesmo contexto, que as políticas públicas se referenciam normalmente a partir deste termo: Política Habitacional, Programa Nacional de Habitação Rural, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Banco Nacional de Habitação.

É interessante compreender os termos moradia e habitação em conjunto. A palavra “morar” vem do latim *moro* que, significa retardar-se, ficar, viver. Segundo o Dicionário Aurélio moradia (ou morada) é casa de habitação; lugar onde se mora ou permanece; lugar em que uma coisa está habitualmente; conjunto de indicações, geralmente escritas, que identificam determinado local ou habitação; morada celeste: paraíso; morada eterna: vida depois da morte. É possível observar que, para além do sentido genérico, a acepção do sentido da permanência e da fixação do corpo impregna o significado do termo moradia.

Aproximando-se de habitat e habitação no seu sentido societário, Pedrão (1989) afirma que a moradia é a expressão social concreta do problema de urbanização, que essencialmente consiste em uma concentração de proporções crescentes de população em determinadas cidades e uma mudança das condições de consumo e acesso ao emprego da população urbanizada. O mesmo autor afirma que a habitação é a forma física que toma a solução desse problema. Lemos (1996), também nesta direção, apresenta que o ato de habitar um espaço arquitetônico é definido como morar. Num viés político e reivindicatório, Rodrigues (1988)⁸⁴ propõe, em forma de artigo, uma proposta de Política Habitacional inserida no escopo da Reforma Urbana para a Constituição Federal, que na época estava sendo reformulada, o seguinte texto:

Para assegurar a todos os cidadãos o direito à moradia, fica o poder público obrigado a formular políticas habitacionais que permitam: I – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas em regime de posse ou em condições de sub-habitação; II – acesso a programas públicos de habitação de aluguel ou financiamento público para aquisição ou construção de habitação própria; III – regulação do mercado imobiliário urbano e proteção ao inquilinato, com a fixação de limite máximo para o valor inicial de aluguéis residenciais; IV – assessoria técnica à construção da casa própria.

Pelo teor do texto, percebe-se uma amostra da apropriação, e a conseqüente ampliação do termo moradia pela luta política de um grupo segregado historicamente do país. É com o termo moradia vinculado ao direito de todos os cidadãos que os sujeitos sociais florescem e se materializa a luta pela Reforma Urbana no Brasil. Segundo Gohn (1991), nos anos 1980 vários movimentos sociais, recém-criados a partir da conjuntura política da década de 1970, davam

⁸⁴ Arlete Moysés Rodrigues publicou um livro de grande importância chamado “Moradia nas Cidades Brasileiras – Habitação e Especulação, o Direito à Moradia, os Movimentos Populares” em 1988. Em sua página 64 da 4ª edição, a autora apresenta a Proposta Popular de Emenda ao Projeto de Constituição – Emenda sobre: “Reforma Urbana”, onde contribui com a compilação de temas historicamente levantados pelos movimentos sociais, tais como: Direitos Urbanos, Propriedade Imobiliária, Política Habitacional, Transporte e Serviços Públicos e Gestão Democrática da Cidade.

um salto qualitativo se distanciando de reivindicações isoladas e agregando bandeiras mais amplas. A luta pela moradia foi uma delas. Assim, segundo a mesma autora, o movimento por moradia nasce de diferentes formas de luta, tais como, pelo acesso à terra, pela regularização fundiária, pela posse da terra, pela urbanização da favela, pela construção através de mutirões, pela construção de conjuntos populares, pela reconstrução de conjuntos embriões, pela diminuição das parcelas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), etc. Assim, o termo moradia ganha uma envergadura ampla, no seio e na agregação das lutas populares.

Por este amplo viés político e social, justifica-se que o termo moradia tenha sido inserido na Constituição Federal de 1988 como Direito Social, atribuído pelo seu artigo 6º, conforme o texto a seguir:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No Direito Fundamental, aquele que se refere aos direitos do ser humano, reconhecidos na esfera do direito constitucional positivo de um determinado Estado, a moradia aparece a partir do princípio da dignidade da pessoa humana. Este é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do estado democrático de direito.

Por estar vinculada à dignidade da pessoa humana, a moradia é uma necessidade básica do ser humano, pois é a partir dela que cada um desenvolve sua individualidade e constrói a sua personalidade, em todas as dimensões da vida: afetiva, física, psicológica, moral, espiritual, social, política, econômica e cultural. Sendo assim, todo o ser humano necessita de uma moradia para poder desenvolver-se plenamente, sem distinção de origem, cor, posição social, gênero, crença religiosa ou política.

Em síntese, no direito brasileiro, a moradia define-se como um bem jurídico tanto pertencente à pessoa, quanto social.

A incorporação do termo moradia como direito na Constituição Federal de 1988 (apesar de suas limitações práticas), além de ser fruto das lutas dos sujeitos sociais engajados nesta

temática, também reflete posicionamentos internacionais. Segundo Rolnik e Júnior (1997)⁸⁵, após a Segunda Guerra Mundial houve um acordo para o estabelecimento de novas relações internacionais entre Estados e cidadãos, passando os últimos a sujeitos de direito internacional com base no direito humanitário. Neste contexto, a moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo. Neste contexto, o direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Desta forma, não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental. A moradia adequada deve incluir: a segurança da posse; a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; o custo acessível; a habitabilidade; a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; a localização adequada e; adequação cultural.

Assim, o termo moradia ganha uma forte conotação na língua portuguesa, ampliando-se tanto político e socialmente, quanto espacialmente, num sentido ético e generalizante.

Após o levantamento dos significados e usos dos termos mais utilizados para designar objeto deste estudo, pôde-se verificar os diversos delineamentos de abordagem que pode ser dado ao local cotidiano de permanência do ser humano, indo desde o enfoque tecnológico, passando pelo social, o antropológico, o geográfico, o político, o jurídico ou o afetivo. Em razão destas diferentes interpretações, elaborou-se um quadro síntese dos termos para uma compreensão conjunta da questão. O Quadro 3 mostra os termos trabalhados com uma síntese das abordagens levantadas.

O que se destaca no Quadro 3 é a quantidade de abordagens genéricas, onde os termos se constituem em sinônimos, equiparando todas as palavras a um mesmo conteúdo simplificado. Absolutamente, este amplo espectro de acepções não interessa a esta pesquisa no sentido da simplificação do termo, mas, traz a reflexão sobre a banalização do mesmo perante a sociedade: quando os termos que se relacionam à casa perdem sua amplitude de significados se generalizando?

⁸⁵ Os autores destacam que a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU em 1945 conforma com o término da segunda grande guerra, numa perspectiva de manutenção da paz, para se evitar um novo conflito planetário de grandes proporções.

Quadro 3 – Termos e Abordagens dos Significados do Objeto de Estudo

TERMO	ABORDAGEM
Abrigo	Funcional e Afetiva
Casa	Genérica, Funcional, Material, Afetiva, Generalizadora, Especificadora, Cultural, Tecnológica, Sociológica e Antropológica
Domicílio	Genérica, de materialização de Status (Inicialmente) e Jurídica
Habitação	Genérica, Funcional, Material, Social e Política
Habitat	Ecológica, Social e Antropológica
Lar	Genérica, Espiritual e Afetiva
Moradia	Genérica, Jurídica, Social, Política e Ética
Residência	Genérica e Jurídica
Vivenda	Genérica, Formal e Geográfica (no sentido da localização)

Elaboração: Paula Moreira (2017).

Independentemente de como a língua portuguesa se desenvolve e, assim, o conteúdo de suas palavras sofre mutações, faz-se, aqui uma provocação: quando a casa passa a ser vista como “máquina de morar”. Com certeza esta não era a intenção do criador deste termo: Le Corbusier (1961) comenta que quando alude à “máquina”, se além ao seu significado advindo do latim e do grego que, seria referente a arte e a astúcia, tal como um aparato combinado para produzir certos efeitos, buscando-se a felicidade humana. Com esta afirmação, e a partir de estudos relacionados ao modernismo e seus desdobramentos, compreende-se que para o arquiteto modernista a leitura íntegra do objeto arquitetônico exigia uma associação entre estética, técnica e função, onde a forma teria que seguir a função e, que a máquina e a estética que a caracterizavam seriam modelos para a habitação e, por extensão, para todo e qualquer objeto arquitetônico, como afirmam Brasileiro e Salles (2007)⁸⁶. A casa, por conseguinte, serviria, então, de objeto síntese às reflexões dos arquitetos sobre a cultura urbana moderna, sendo capaz de reunir a face pública e a dimensão privada, a tecnologia e a estética e, a disposição no ambiente urbano e o design do objeto de uso cotidiano. Por fim, as autoras concluem que a casa como máquina de morar construiu um homem, não livre, racional, pasteurizado e apático. Esta afirmação traz à tona a reflexão de que o viés da redução do objeto arquitetônico, aludido pela casa, é complacente à estrutura imposta pelo modo de produção capitalista que, segundo Kosik (1976), faz do ser humano um ser racional, coisificando-o e inserindo-o num sistema baseado na economia onde este se torna elemento deste sistema e, como tal se transforma em homem econômico (*homo oeconomicus*), isto é, redefinindo-se, constantemente a partir das demandas econômicas.

⁸⁶ O Artigo, publicado em 2007 nos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (Belo Horizonte), chama-se “A casa é uma máquina de morar (?): analisando a casa modernista”.

Neste complexo processo, observa-se que a “máquina de morar” assim como o ideal modernista foi sendo capturado e distorcido por este sistema que o manipulou, ampliando deste um sumo que pouco interessa ao conjunto da sociedade: uma arquitetura em série de repetições, uma representação meramente mercantil que, sem dúvida perdeu suas relações com os princípios básicos de moradia, com exceção aos que podem pagar pela singularidade estética e funcional (o saber/poder). Assim sendo, não é de se admirar que termos distintos relacionados à moradia tenham sido equiparados, simplificados e homogeneizados.

Observando as diferentes abordagens levantadas, desde os aspectos etimológicos, de conteúdo aos contextuais e, buscando-se uma coerência com o estudo aqui proposto que, sem dúvida, tem um enfoque político ao abordar a questão da resistência camponesa, justifica-se a adoção do termo “moradia” para designar a parte central do objeto de estudo desta tese. Obviamente, outros termos poderiam ter sido escolhidos, tais como casa ou habitação, porém, trata-se de um direcionamento que condiz com o território existencial da autora, ou seja, sua experiência individual e coletiva que, conforme traz Magnavita (2013), pressupõe uma “visão de mundo” gerador de um envolvimento político, como atitude ética. Assim sendo, interpreta-se que o termo moradia, além de ter amplitude política, emana uma ética necessária nos dias atuais, principalmente pela sua envergadura social.

Sem dúvida, o fato de ter sido um termo de grande amplitude, além de aglutinador, adotado pelos movimentos sociais de luta pela reforma urbana (que teve consequências na sua consolidação legal através da Constituição Federal de 1988), dá a ele um significado vasto e moldável. Dele, se podem extrair coisas novas; nele, a generalidade se encaixa, assim como o paradigma ético que propõe esta pesquisa. Em relação à primeira, a ele podem ser emprestados outros significados dos outros termos trabalhados, quando isto convier. Ele é fruto de luta, é do povo e é este povo, no caso os assentados de reforma agrária (sujeitos deste trabalho), que terá protagonismo sob sua fluida e retrátil carapaça no presente texto.

Reafirmando, é importante destacar que todos os termos acessados neste tópico possuem significados importantes para esta pesquisa por também estarem intimamente vinculados à temática central. Em especial, “habitat” de Lefebvre (1970), “a casa e a rua” de Da Matta (1997) ou simplesmente a “casa” de De Botton (2007) e Lemos (1996), além do “espaço privado” de Certeau (2013). E, porque não as interpretações do termo “casa” de Bachelard (2000)? Por isso, em determinados momentos eles vêm à tona, para dar sustentação ao debate, destacando-se que

a amplitude do termo central adotado para objeto de pesquisa é prioritariamente vinculada às abordagens da moradia.

Enfim, considerando-se a especificidade da moradia camponesa no contexto baiano, buscou-se uma síntese temporária do conceito, exposta a seguir.

De acordo com o compêndio do direito nacional e internacional e, por isso numa perspectiva jurídica, de luta política e ética, a moradia deve ser digna e adequada⁸⁷. Na abordagem genérica arrisca-se em afirmar que a moradia é o ambiente onde o ser humano vive em sua intimidade, ela tem o sentido de permanência e de pertencimento. Também na moradia, o ser humano se protege das intempéries do tempo, assim como se reproduz enquanto um ser social. Na moradia estão expressos fragmentos da sociedade em que se vive, com sua cultura, sua economia, sua política e suas instituições. A moradia é um objeto em constante mudança e não, necessariamente, é limitada por suas paredes. Sua abrangência é a da construção do corpo e da mente no espaço. Assim, os limites da moradia são dados pelas condições do morador. Dele em relação a seu corpo, seu estado psicológico, sua cultura, suas crenças, seu grupo social ou em relação à sociedade como um todo.

A moradia camponesa do assentado de reforma agrária, por esta abordagem, deve seguir o pressuposto de que o campesinato se insere na sociedade como um sujeito histórico e, por isso, somente por isso, tem acesso à terra. Terra essa que, fruto da luta coletiva, adquire um significado de território específico: o projeto de assentamento. O projeto de assentamento e as relações sociais resultantes do processo de luta e resistência coletiva, vão, juntos se constituir no invólucro da moradia do grupo. Seu abrigo, seu porto seguro⁸⁸. Conjugado a isso, as relações entre o assentado e a terra, o trabalho e a família vão se colocar como elementos fundamentais e, balizadores da construção do pertencimento, do acolhimento, da intimidade, do enraizamento e de conexões com a natureza, trazendo, gradativamente um sentido de moradia específico do campesinato, que se aproxima do significado afetivo de lar. Somando-se a isso a um processo de acomodação do grupo de assentados e, principalmente, das territorializações de cada família, de cada pessoa, dos movimentos sociais, do Estado, dos poderes locais, dentre tantos que

⁸⁷ Moradia digna, por ser considerada uma necessidade básica do ser humano, tendo, por isso, que viabilizar plenamente seu desenvolvimento sem distinção de origem, cor, posição social, gênero, crença religiosa ou política. Adequada porque deve contemplar a segurança da posse, a disponibilidade de serviços (infraestrutura e equipamentos públicos), o custo acessível, a habitabilidade, a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, a localização adequada e adequação cultural.

⁸⁸ Por isso que ao se estudar a moradia do assentado de reforma agrária, é necessário estudar os processos sociais que geraram o PA, compreendendo-o, também, como uma moradia. Porém, na escala do grupo.

disputam ali as territorialidades existentes no seio da sociedade; conexões, desconstruções, rupturas, arranjos, ocorrerão gerando um sentido diferenciado de moradia para cada assentado, como fragmentos. O conteúdo de cada fragmento que, sofre modificações cotidianas, de acordo com quem e com o que o opera, se constitui na especificidade da moradia do assentado camponês. Assim, essa moradia vai se equivaler a um artefato constituído de resistência, absorvido pelo seu modo de vida específico e consumido pelos processos de territorialização.

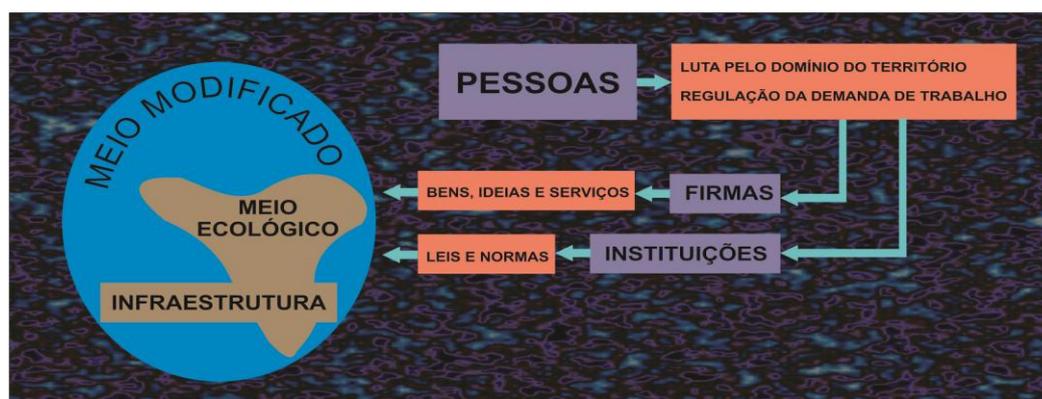
3.2 PREMISSAS E ENTRELAÇAMENTOS

Esta pesquisa inicia seu trajeto teórico nos estudos de mestrado da autora (MOREIRA, 2004) que teve como maior referência a bibliografia do professor Milton Santos. A partir deste, adotou-se o conceito de espaço social, sendo, tal espaço considerado como “um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1977, p.122). Assim, o espaço tende a mudar com o processo histórico, uma vez que ele é geográfico e social.

Como método de análise do espaço, Milton Santos (1985) propõe os elementos do espaço social. Abstratamente, tais elementos representam para o autor bases dedutivas, se constituindo em propriedade essencial com autonomia e força própria. Estes elementos se relacionam entre si e, também, fazem parte de um todo, relacionando-se com este. Assim, a cada mudança imposta por uma força qualquer, tudo se movimenta, se transformando, transformando cada elemento e também o todo. O espaço social, por consequência, está sempre em transformação, exalando relações, processos e temporalidades. Seus elementos, neste contexto dinâmico, seria o ser humano, as firmas, as instituições, o meio natural e a infraestrutura. A Figura 20 mostra uma proposta diagramática do esquema conceitual dos elementos do espaço social, propostos por Milton Santos.

A Figura 20 trata-se de uma adaptação feita por esta autora de outro esquema semelhante feito sobre o mesmo tema em sua dissertação de mestrado. Esta mudança revela que, para esta tese, a autora não parte de algo que não existia em suas interpretações, mas, assim como o espaço que se transforma a cada momento, ela também se modificou. Aqui, então, deixa-se claro que não houve interrupções de percurso e, sim, tentativas de se compreender o mundo, se partindo do conceito de espaço social, porém, arriscando-se em entrelaçamentos conceituais feitos em dimensões diversas, sem amarras ou restrições que, serão explicitados a seguir.

Figura 20 – Releitura do esquema conceitual dos elementos do espaço, baseado em Milton Santos.



Fonte: Moreira (2004). Elaboração: Paula Moreira (2017).

A Figura 20 vai ajudar a trazer à tona os entrelaçamentos fundamentais desta pesquisa que, serão disparados a partir de cada um dos elementos do espaço social.

Milton Santos (1985) traz o elemento “homem”⁸⁹, nesta tese já tratado como “ser humano” e, na Figura 20, como “pessoas”. Para o autor (1985), este elemento interfere a partir do momento em que se torna peça chave na luta pelo domínio do território e na regulação da demanda de trabalho.

Quanto ao território, segundo Mançano (2006), o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas e, entre estas e a natureza. Tais relações transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e constituindo territórios, regiões e lugares. Assim, o mesmo autor afirma que o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Este poder é concedido pela receptividade. Assim, o território possui limites, fronteiras e é um espaço de conflitualidades, contendo propriedades materiais e imateriais. Ele é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Por isso, está sempre em movimento. O elemento “pessoas”, como sendo aquele propulsor de tal movimento, a partir de sua luta constante, age internamente com mecanismos distintos entre si, mesmo que submetidos à estrutura social. Isto porque, considerando cada pessoa como um ser da multiplicidade, este tende a interiorizar a diferença que está em si, de modo que, segundo Junior (1996 *apud* Deleuze, 1968), em um determinado momento, ele a exterioriza no desejo de reproduzir tal

⁸⁹ Incomoda, para esta autora, o termo “homem”. Traz uma generalização quanto à hegemonia masculina, visto pelo espectro da questão de gênero. Por isso, em primeiro momento ele é substituído por “ser humano”. Depois, este segundo termo também não agrada completamente por parecer querer torná-lo como *uno*, num sentido de seu significado formal e, por isso, incompleto. “Pessoas”, ao que se acredita, não interfere no sentido de “homem” de Milton Santos, porém, contempla-o no sentido da multiplicidade de sentidos e repercussões que a ação de cada uma delas vem a oferecer no contexto do espaço social.

diferenciação. Assim, movido por desejos múltiplos, voltando a Mançano (2006), o território tanto pode se expandir ou mesmo ser criado em processos de territorialização, quanto pode sofrer refluxo, perdas e, também, ser destruído gerando desterritorializações. Assim, como manifestações destes movimentos das relações sociais intrínsecas aos territórios, manifestam-se as territorialidades. Estas, segundo Saquet (2015), se constituem como práticas espaciotemporais, pluridimensionais⁹⁰, efetivadas nas relações sociedade-natureza.

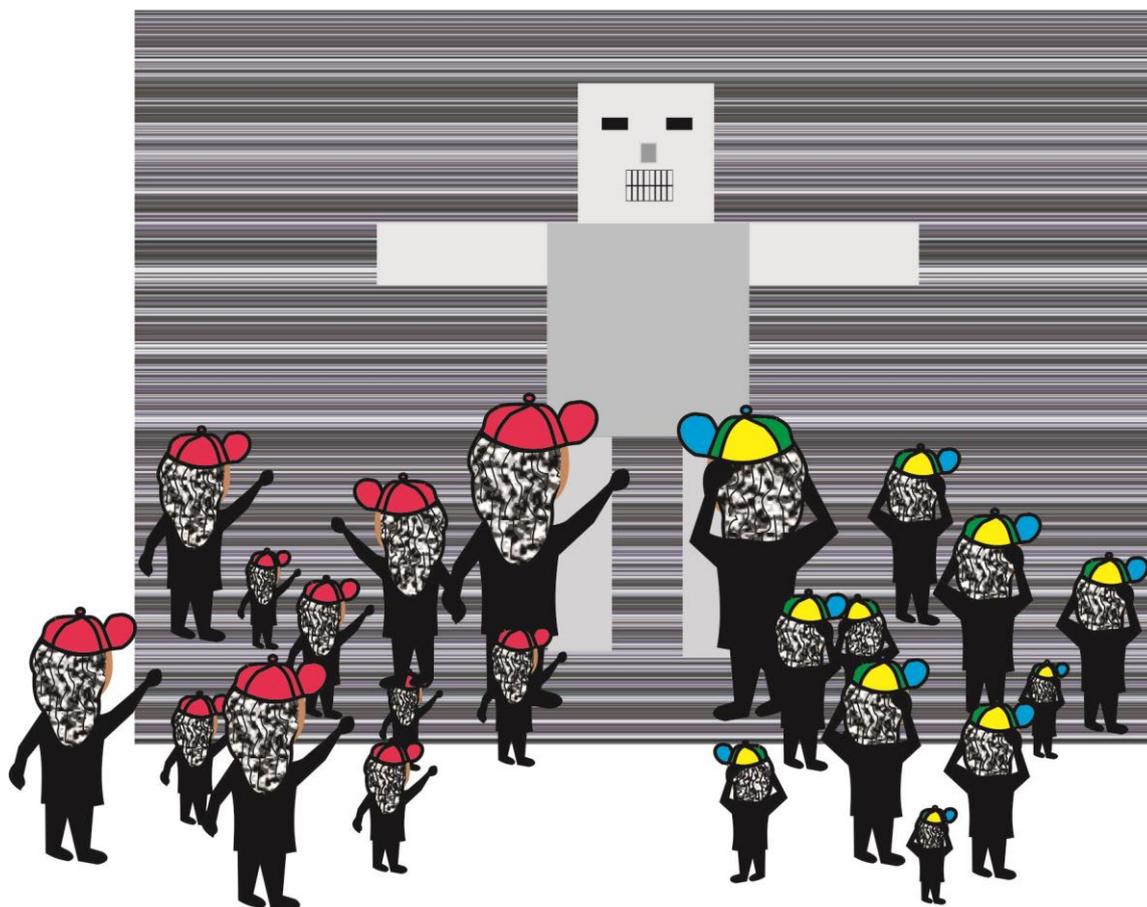
Levantando-se a questão da territorialidade vinculada ao elemento “pessoas”⁹¹, faz-se necessário mostrar o esforço de contextualizá-lo nesta pesquisa. Para tanto, Karel Kosik (1976) é trazido para nortear quanto ao papel diversificado desempenhado pelas “pessoas” constituintes da sociedade. O autor traz que na sociedade capitalista, em meio à hegemonia do pensamento econômico, é forjado o “*homo oeconomicus*”. Este ser, representado na Figura 21 pelo robô, se conecta com a problemática e a realidade da estrutura em que se produziu a parcela abstrata do ser humano. Esta parcela se dá ao acentuar certas qualidades, tais como o racionalismo, a competitividade, o individualismo e, prescindir de outras (o coletivo, o comunitário, o humano). Neste sentido, o “*homo oeconomicus*” liga-se ao capitalismo como sistema e, como elemento desse sistema, é destinado a corroborar com suas demandas. Ele está presente em todas as pessoas, disputando seu espaço interno como um axioma do que é correto e viável e, levando-as a disputas territoriais nos planos material e imaterial. Ao mesmo tempo, ele é ilusório. É uma farsa do sistema capitalista que, ao mesmo tempo em que o nutre, o explora e manipula.

Kosik trata, também, do indivíduo como “preocupação”, na Figura 21 as pessoas perdidas representadas de boné verde e amarelo e com as mãos na cabeça. A “preocupação” seria a imersão do indivíduo no conjunto das relações utilitárias que a ele se apresenta, ou seja, a manipulação na qual as ações repetidas com constância se transformaram em hábito e, assim, são executadas mecanicamente: a coisificação das práxis. Trata-se aqui, então, do indivíduo coisificado: aquele que, segundo o autor, se perde na cotidianidade, local abstrato onde o mundo fenomênico (onde a realidade se manifesta) se esconde. Kosik traz ainda que as pessoas são induzidas a viverem a cotidianidade de suas vidas de forma natural e complacente, sem se indagarem sobre seu sentido. De acordo com a interpretação desta autora, simplesmente vivem, sofrem e desejam a partir dos ritos designantes, representados pela ação do “*homo oeconomicus*”.

⁹⁰ As cores conturbadas no fundo da Figura 20 dizem respeito à esta pluridimensionalidade que, impossível de ser abstraída, esta interfere e é interferida por todas as relações espaciais.

⁹¹ Considerando as pessoas como seres da multiplicidade.

Figura 21 - Esquema conceitual dos sujeitos da sociedade capitalista. Baseado em Kosik (1976)



Elaboração: Paula Moreira (2017).

Para se desvendar a verdade na obscura cotidianidade alienada, é necessário se libertar dela, como afirma o autor, exercendo sobre ela uma “violência”⁹². Neste processo de libertação, surge o sujeito histórico real (representado na Figura 21 como as pessoas de boné vermelho e braços levantados). Este, segundo o autor, no processo de produção e reprodução social é capaz de criar uma realidade objetiva e, também, a si próprio, dotando-se de sentidos e potencialidades capazes de realizar o necessário e longínquo processo de humanização humana.

No espectro da multiplicidade, o indivíduo coisificado vive em cada uma das pessoas, assim como o “*homo oeconomicus*” e o sujeito histórico real, tornando-as diferentes entre si, somente por estes aspectos. Assim, no espaço social existem registros da racionalidade imposta “*homo oeconomicus*” em conjunto com a heterogeneidade de condições dos indivíduos e sujeitos, fato que traz diferenças, pois, segundo Magnavita (2013), nada permanece igual a si mesmo, pois, as coisas são relações resultantes de imprevisíveis e contínuas conexões que dão

⁹² Karel Kosik (1976) traz a arte como elemento capaz de gerar tal “violência” sobre a cotidianidade, fato gerador da destruição da pseudoconcreticidade.

tom a variação contínua da existência. Assim, conclui o autor, que as coisas se repetem na diferença. Tratando-se do tema “moradia camponesa”, aqui proposto, será que seria possível uma casa semelhante a outra? Ou, as condições sociais trazidas pela questão agrária na Bahia trazem repetições na diferença?

Buscando-se este nexos na presente tese, traz-se o personagem principal a ela referido: o camponês. O que seria o camponês? Quais suas relações com o sujeito histórico real, com o indivíduo coisificado ou com o “*homo oeconomicus*”? Teodor Shanin (2005) coloca que não existe, em sentido imediato, o “camponês”. Isto porque que em todas as escalas: continental, regional ou de lugar, estes se diferem em conteúdo e forma de maneira tão rica quanto a própria imensidão do mundo. Assim, não existe um “camponês” igual ao outro, assim, não existe o “camponês” como padrão. Será que o que os une é, justamente a diferença? O autor afirma que sim. Shanin (2008) provoca afirmando que é preciso estudar os camponeses não para ajudá-los, e, sim, para aprender com eles. Aprender a resolver problemas a partir da criatividade e da multiplicidade de respostas dos camponeses em situação de crise e de sua capacidade em trabalhar em família para se defender em momentos de dificuldade.

Trazem-se aqui duas questões: os camponeses vivem sob o espectro da pressão e da dificuldade. Shanin (2005) afirma que a transformação capitalista propiciou uma tendência de mudança estrutural nas sociedades camponesas e, por isso, a partir do advento da sociedade industrial era quase um consenso que o capitalismo significava descamponesação. Para reforçar esta tese, Lênin (1986), coloca que o campesinato seria eliminado por seu processo de diferenciação⁹³. Ele se tornaria, na pior das hipóteses, proletário ou médio ou grande proprietário de terra. Kautsky (1986), em “A Questão Agrária” define o campesinato como classe intermediária que está destinada ao desaparecimento, visto que o capitalismo no campo destrói as velhas formas de se produzir, inclusive pela superioridade técnica das grandes propriedades sobre as pequenas. Na verdade, muitas das perspectivas destes autores se tornaram realidade. Os camponeses vivem em circunstâncias desfavoráveis, a questão agrária está presente para discuti-las.

⁹³ Segundo Machado (2014), Lenin desenvolveu um estudo sobre a diferenciação do campesinato, elencando dez pontos que caracterizam este processo e, diante dos quais justificaria seu posicionamento quanto ao fim do modo de vida camponês.

O segundo ponto que Shanin coloca é fundamental para se compreender o camponês no sentido de como estes se fazem valer das diferenças para manterem-se nesta conjuntura tão pouco promissora. Shanin (2008) traz que

A flexibilidade de adaptação, o objeto de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora dela em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro destas particularidades está a natureza da economia familiar.

Shanin traz algo fundamental para esta pesquisa, a questão da resistência cotidiana. O camponês sobrevive sob a égide deste tipo de resistência e, esta se baseia em sua estrutura familiar e na rede de relações. Esta resistência que, efetivamente se coloca como mais ampla e fundamental está inserida no que Magnavita (2013) traz como “universo micro”: aquele caracterizado pela invisibilidade de seus agenciamentos e da matéria não formada, onde acontece, segundo o autor, o exercício da micropolítica⁹⁴. Scott (2011) fala sobre as formas cotidianas de resistência camponesa. Crê-se que sua interpretação cria um vínculo interessante entre o que Shanin e Magnavita trazem para esta pesquisa. O autor afirma que a corriqueira e constante luta entre o campesinato e aqueles que os exploram (ou querem dizimá-los) não se constituem em confrontação coletiva, elas estão inseridas nas formas cotidianas de resistência camponesa. Neste contexto, solicita-se de Kosik (1976) o seu indivíduo coisificado e, percebe-se que em sua preocupação cotidiana, em sua ignorância quanto ao contexto mais geral do que se passa, pode haver um sujeito histórico. A sua luta pela sobrevivência não permite que ele se mantenha o tempo todo sob o domínio do “*homo oeconomicus*”. O camponês traz isso de forma clara. Ele pode não ser letrado, ele pode estar envolvido nas práticas de sobrevivência cotidiana e, muitas vezes contaminado por alguns padrões sociais vigentes, mas, ele tem um diferencial importante: ele não está exclusivamente submetido aos padrões do sistema capitalista (competitividade, individualidade, a visão utilitária do ser humano) e, por isso ou para isso, ele resiste a cada momento, a cada prática. Scott (2008) destaca que as formas cotidianas de resistência camponesa não precisam de coordenação; representam uma forma de autoajuda; e evitam confrontações simbólicas com a autoridade ou as normas da elite. Ao contrário, elas

⁹⁴ Neste universo, segundo Magnavita (2013), é que emerge o pensamento rizomático com sua lógica da multiplicidade.

funcionam a partir da relutância, da dissimulação, da falsa submissão, da simulação de ignorância, difamação, da sabotagem, dentre outros artifícios.

Assim, no contexto da microescala da política, o camponês traz a criatividade imergida em suas formas de resistência cotidiana aos ataques que sofre e, também na sua flexibilidade de adaptação para sobrevivência. Mas, será que isto basta para manter o camponês presente nesta sociedade? Existem momentos de tensionamento, onde estas estratégias precisam ser acompanhadas do enfrentamento. Neste momento, alguns vão se organizar e, tomando-se por Kosik (1976), deixar fluir em si o sujeito histórico real, buscando transformações sociais que viabilizem a permanência do seu modo de vida no mundo. Para Shanin (1979), um dos pontos fundamentais que justificam o termo campesinato é sua ação como sujeito social. Mendonça e Junior (2011) afirmam a potencialidade do campesinato enquanto classe social para ação política transformadora na medida em que ele vai sendo expropriado dos meios de produção (a terra) e, portanto, das suas condições de existência.

Quanto ao campesinato enquanto classe social existe um amplo debate. Segundo Machado (2014), ele ganhou centralidade na discussão a respeito das transformações que ocorriam na Europa durante os séculos XVIII e XIX, por causa da introdução do modo capitalista de produção. Naquele contexto de transformação, buscava-se definir e compreender o papel do campesinato. Isto ocorreu porque, segundo Shanin (1983), o camponês não se encaixava nos modelos preestabelecidos pelo modo de produção emergente: além de dispor da família para produzir, ele detinha os meios de produção (a terra). Simplificando, uns, segundo o mesmo autor, o trazia como sujeito revolucionário, podendo-se constituir como o embrião de uma nova sociedade, pois, não explorava; outros o viam como pequeno-burguês, já que era dono de seu meio de produção. Karl Marx (1974), em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, traz que o campesinato não se constitui como uma classe social, pois, falta-lhe conexão no sentido do enfrentamento e, também, consciência de classe. Segundo Wood (2003), Thompson traz grandes contribuições para o entendimento sobre classe social. Segundo a autora ele considera que as classes acontecem porque pessoas que compartilham de uma experiência comum, além de interesses e, passam a pensar e atribuir valor conforme as formas de classe. Wood coloca que o autor acreditava que consciência de classe ocorre porque existem situações objetivas de classe. Assim, trata-se de uma construção onde situações de classe geram formações de classe. No Brasil, as revoltas e lutas camponesas foram moldando o campesinato como classe social. Isto já se inicia com a resistência dos negros e indígenas escravizados nas fazendas de cana de

açúcar e gado, perpetuando-se de diversas formas em momentos posteriores. Nos processos de luta e enfrentamento surgiram as Ligas Camponesas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, os movimentos quilombolas, de fundo e fecho de pasto, dentre outros. A articulação camponesa na atualidade expande as fronteiras do país, já que vários dos movimentos sociais brasileiros fazem parte da “Via Campesina⁹⁵”, uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. Para Martins (2002), o termo camponês é importante na conjuntura brasileira por sua conotação política de classe, pelo histórico de enfrentamento e, por fim, pela sua indicação de unidade na luta.

Assim, a resistência camponesa se passa tanto continuamente em sua rotina, quanto em momentos históricos; através de sujeitos sociais e, por indivíduos inseridos no contexto do cotidiano, sempre no sentido de manter seus padrões de vida sendo que, no Brasil sua principal luta é o direito à posse e ao uso da terra. É neste contexto que se retoma Milton Santos (1985), lançando aqui os elementos: meio ecológico e infraestrutura. A Figura 20 os traz inseridos dentro do planeta Terra, onde o termo “meio modificado” está inserido, abrangendo-os. Tratam-se, estes elementos, desta forma porque o meio ecológico vem constantemente sendo objeto de permanente transformação pela atividade humana, por se constituir na base para os sistemas de infraestrutura realizados para satisfazer as necessidades sociais, adaptando-o às condições emergentes da produção. A infraestrutura, neste processo, soma-se ao meio ecológico, e se torna parte dele. Assim, o meio ecológico não tem mais a mesma significação anterior, quando ainda era intocado, passando a se constituir, segundo Santos (1985), em meio modificado. A moradia se coloca como infraestrutura ou melhor, inserida no contexto do meio modificado. Esta, inserida na conjuntura conflituosa do campesinato, chama para este debate, com potência, o conceito de territorialidade. Isto porque este conceito se entrelaça com as relações sociais de poder e com a natureza, por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias), segundo Saquet (2015). No âmbito da moradia, se desenrolam processos de territorialização, desde o momento da escolha do local de sua implantação, até a seleção do método e materiais construtivos, além, do conhecimento necessário para erguê-la. Contribuindo com este raciocínio, Magnavita (2013) afirma que os saberes são indissociáveis das relações de poder e pressupõem processos de

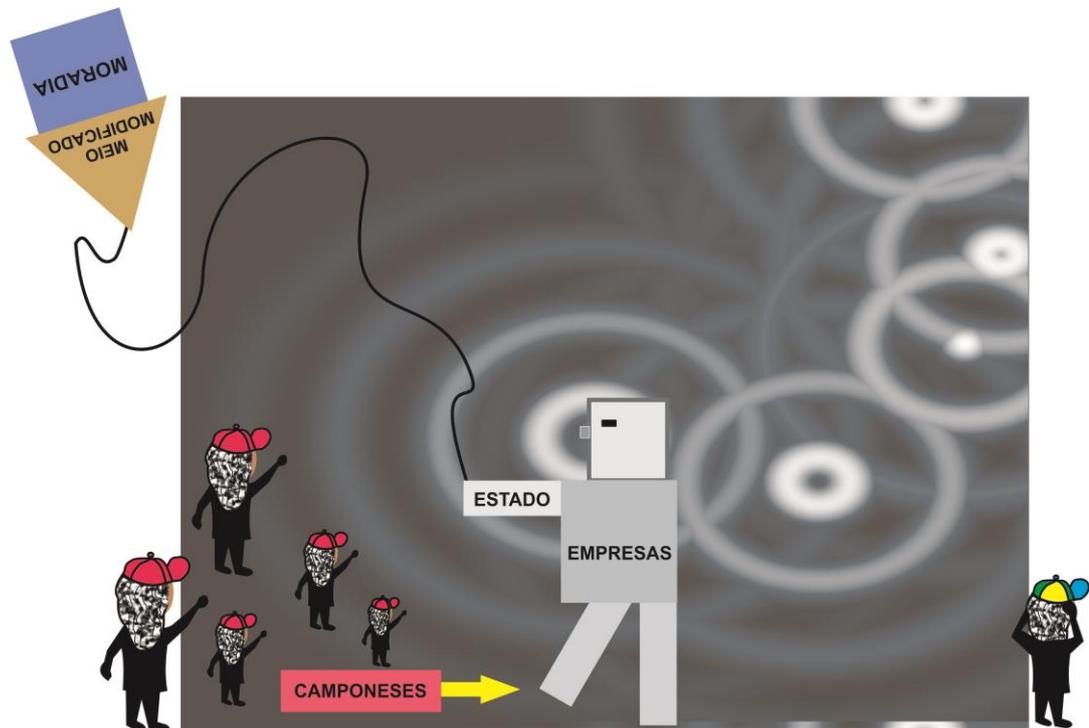
⁹⁵ A organização visa articular processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. Seu site é: <https://viacampesina.org/en>.

subjetivação individuais e coletivos. No caso camponês, a moradia revela os conteúdos sociais de um grupo, além da relação do universo individual de cada família com ela.

Com este conteúdo, passando-se para a realidade dos camponeses assentados de reforma agrária, sujeitos desta pesquisa, a moradia toma contorno de variável acadêmica, pois, segundo os entrelaçamentos lançados, sua materialidade vai se diferenciar segundo a capacidade de territorialização de cada grupo, fato que está diretamente relacionado com sua estratégia de luta e resistência, com sua flexibilidade para sobrevivência, além da multiplicidade camponesa.

Quanto à materialidade da moradia no contexto da capacidade de territorialização de um grupo social de assentados, está diretamente relacionada com a ação do Estado na política de reforma agrária. Isto porque os projetos de assentamento se constituem em áreas de intervenções diferenciadas, num espaço geográfico específico, que conta com a intervenção do Estado através de suas políticas de terras (GERMANI, 1998). Neste contexto, traz-se para o debate, outro elemento do espaço proposto por Santos (1985): Instituições. Estas, segundo o autor, produzem normas, ordenam e legitimam. Mas, baseado em que? Como se relacionam com as moradias? Voltando-se para a Figura 22, que se baseia nas Figuras 20 e 21, nela se opera uma evolução concomitante dos elementos do espaço “pessoas” e “meio modificado”, através da intermediação do Estado (instituições) e das empresas (firmas) no contexto das moradias dos camponeses assentados na reforma agrária. O Estado é representado como o braço do “*homo oeconomicus*”, cujo corpo consiste nas empresas. A ideologia racionalista que Kosik (1976) traz, representada pelo robô, está diretamente relacionada com a divisão de conhecimento e poder. Segundo Poulantzas (1980), o capitalismo se caracteriza por uma divisão social do trabalho que separa o intelectual do manual, através de uma separação da tecnologia em relação ao próprio processo de trabalho, do uso da ciência e da tecnologia para racionalizar o poder e, de uma relação orgânica entre esse trabalho intelectual separado e a dominação política. O Estado, por conseguinte, não é alheio a este fato, ao contrário, ele incorpora essa divisão, fazendo com que se concretize. Assim, é no seio do Estado que estas relações, necessárias para a manutenção do sistema capitalista, se efetivam. Isto porque, segundo o mesmo autor, o Estado não é simplesmente um apêndice do poder, ele está presente na geração dos poderes de classe, pois, é nele que se concentra e se materializa o poder político.

Figura 22 - Esquema conceitual dos caminhos da moradia dos assentados de reforma agrária



Elaboração: Paula Moreira (2017).

Na Figura 22, a moradia está sendo empinada como uma pipa pelo braço do Estado, sobrevoando pelos que a reivindicam: os camponeses assentados (como sujeitos históricos). A questão é que diante desta tal divisão do trabalho, a moradia camponesa tradicional, aquela feita pelas suas mãos, não tem valor. Inexiste. Ela não acomoda a tecnologia, o trabalho intelectual, nem o programa da racionalidade. É necessário que os assentados tenham uma casa no escopo desta racionalidade. Visto que o Estado se constitui como propulsor da divisão do conhecimento e do poder, ele é também o provedor de sua consolidação. Assim, a moradia desejada pelos camponeses, possui esta condição de objeto de desejo por estar inserida no território⁹⁶ do Estado⁹⁷ e, por esta razão, regida por suas regras. Porém, por ser a reforma agrária uma política frágil, a disponibilização de moradias para assentamentos se torna algo quase que inatingível somente acessível quando viabilizada pelo próprio Estado. Para adquiri-la é necessário, que os camponeses se territorializem a partir de ocupações, manifestações, bloqueios de rua, etc. Destaca-se que o indivíduo coisificado, no canto da Figura 22, não terá acesso a este bem, pois, não consegue sair da clausura da vida cotidiana e lutar organizadamente pela sua moradia. Onde

⁹⁶ Refere-se a este território de forma material e imaterial.

⁹⁷ Formalmente os projetos de assentamento são de propriedade do INCRA que cede a concessão de uso aos assentados, beneficiários de reforma agrária para, no futuro, titulá-los, emancipando o imóvel. Este processo tem longa duração.

ele vai morar, então? Ele vai fazer sua casa com recursos próprios e, em sua resistência cotidiana vai se manter no campo até onde isto se viabilizar. Porém, esta casa não o contemplará. Ele sofrerá por desejar ter a casa que o Estado proporciona. A casa onde está inserida a tecnologia e, onde se materializa o saber poder.

Entra aqui, o diálogo com último elemento do espaço proposto por Santos (1985): as firmas (representadas pelas empresas, constituintes no corpo do robô). A moradia tem um custo. A tecnologia nela associada tem preço. A racionalidade que se associa a ela neste texto não diz respeito somente à sua constituição física, mas, fundamentalmente ao fato dela ter se tornado uma mercadoria, assim, como a terra, com valor de troca elevado, de difícil aquisição e, por isso, no plano econômico, instrumento da exploração do trabalho e, politicamente, de cooptação e controle. Ela serve aos interesses do capital e, este é um fator preponderante que faz com que se viabilize nas políticas públicas. Quem as constrói são as empresas, circunscritas no circuito da construção civil. Elas detêm a matéria prima, a técnica, a tecnologia, os produtos industrializados, enfim, um arcabouço quase que estrangeiro à linguagem camponesa. Mais uma vez o saber/poder se coloca, porém, no mesmo contexto, já que no caso trabalhado, Estado e empresas fazem parte do mesmo corpo. E, sem dúvida, essa relação passou a ficar cada vez mais enraizada a partir do detalhamento, da normatização, da especificação técnica por parte do Estado das normas destinadas à questão da moradia nos assentamentos.

Considerando que um projeto de assentamento consiste em um território fortemente delimitado pelo Estado e que acomoda um grupo específico com um histórico de luta que o conectou, ele faz parte de uma estrutura social que prevalece penetrando com suas relações, processos e diferenças, nos limites de sua área, interferindo na vida do grupo e de cada pessoa. Assim, as formas espaciais encontradas nos projetos de assentamento, em especial as que se relacionam com a moradia (sua materialidade, características, localização e adequação) vão revelar os processos de territorialização do racionalismo estatal e do capital, vinculado com a intenção de transformá-la em mercadoria; com as estratégias flexíveis de sobrevivência e luta dos assentados, inserida num contexto de heterogeneidade camponesa.

Assim, seria ilusório imaginar que existam moradias, vilas ou projetos de assentamento passíveis de categorização a partir de padrões espaciais. Ao contrário, o que existem são fragmentos de disputas de modelos espaciais, vinculados aos saberes, ideologias, culturas ou intenções de cada assentado, do grupo, do Estado, do mercado, dentre outros. E, dependendo da força de cada um dos envolvidos neste complexo processo de territorialização, tudo que se relaciona à moradia pode se apresentar como repetições, porém, repetições na diferença.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta parte das observações empíricas feitas pela autora durante quatro anos (2009 a 2013), consideradas como estudos exploratórios. Destes estudos, constatou-se a complexidade da questão, levando-a a adotar o conceito de multiplicidade, em Deleuze (2006), como um vento que se coloca ora como brisa, ora como furacão e que lança a investigação em trajetos rizomáticos.

Nesta multiplicidade, pensa-se o método de pesquisa como uma paisagem que muda a cada momento e de forma alguma é estático. Assim, as estratégias metodológicas na pesquisa foram se construindo na relação com o próprio objeto, de forma processual. Na pesquisa, tratou-se de investigar não somente o objeto, mas os próprios processos, vinculando-se este à processualidade. Isto é, a processualidade, conforme indica Aguiar (2010), estando presente na pessoa que passa pela construção da pesquisa, e por isso, estando em cada momento da investigação: nos avanços, nas paradas, em campo, na coleta de dados, na tabulação e na escrita.

Quanto ao conceito de multiplicidade em si, considera-se este como um sistema de diferenças (virtual e atual)⁹⁸. Neste caso, o problema da pesquisa equivale ao conjunto de um sistema de diferenças e singularidades (MAGNAVITA, 2013). Como elementos, pode-se afirmar que as diferenças convivem na multiplicidade, mas o problema é o que faz as diferenças coexistirem. Não basta que as diferenças/singularidades apareçam juntas, é necessário ainda que o único elo de ligação entre elas seja a própria diferença. O elo entre as diferenças e, por conseguinte, um problema. (CARDOSO JUNIOR, 1996)

Assim, coerente com o método adotado, após o momento exploratório da vivência nos assentamentos, partiu-se da pesquisa documental feita no INCRA para se definir questões fundamentais do estudo proposto. Pode-se considerar que tal pesquisa ao mesmo tempo em que limitou o que se pensava aprofundar, expandiu reflexões que antes não haviam sido consideradas. Isto porque os documentos do INCRA não estavam organizados da forma prevista. Muitos documentos não foram localizados e, além disso, o padrão da informação passada de forma documental pelos servidores do Órgão foi se alterando no decorrer de 30 anos⁹⁹, temporalidade proposta nesta pesquisa. Porém, o que foi encontrado apresenta

⁹⁸ Deleuze no livro *Le Bergsonisme* (1966), segundo Cardoso Junior (1996), denomina multiplicidade virtual aquela marcada pelo tempo universal ou duração, e multiplicidade atual aquela marcada por uma pluralidade de tempos, cada um correspondendo a uma linha de atualização, e cada tempo atual e um grau coexistente na unidade da duração, sendo o espaço, justamente, o elemento que acolhe as variações da duração. Sendo assim, os dois tipos de multiplicidade, dada a relação entre eles, definem um sistema-multiplicidade.

⁹⁹ As tecnologias, as formas de gestão, os governos, as conjunturas políticas, as normas e leis, o perfil dos servidores, dentre outros aspectos, vão se alterando no decorrer do tempo, fazendo com que o desempenho do

informações importantes e aprofundadas sobre temas que se relacionam diretamente com a moradia e, não haviam sido considerados antes da pesquisa documental.

Basicamente foram feitos levantamentos no Sistema de Informações de projetos de Reforma Agrária (SIPRA); na Cartografia (levantamento dos PAs parcelados e coleta das plantas); na Divisão de Obtenção e no Setor de Arquivo (processos de obtenção) e no Setor de Crédito (dados relativos às normas e pagamentos dos créditos Instalação que se referiam à habitação).

O trabalho de campo foi feito em grande parte do período da pesquisa desta tese. Nele, iam, processualmente, se revelando novas questões ou consolidavam-se outras que se colocavam na pesquisa documental e no referencial teórico. Apesar da limitação financeira para realizar as viagens, dois municípios se constituíram como objeto deste procedimento: Mata de São João e Boa Vista do Tupim. Os caminhos que levaram a estes dois municípios serão explicitados adiante neste mesmo capítulo.

Também não se pode deixar de considerar, até mesmo como procedimento metodológico, os encontros, colóquios e seminários feitos no âmbito dos três grupos de pesquisa que esta autora participou no período da elaboração da tese: o GeografAR, o Visões Urbanas e o Lugar da Diferença.

Apresenta-se, aqui, as principais etapas da pesquisa, considerando-se que uma etapa, no que se refere à temporalidade, foi, constantemente, perpassando para outra ou ainda, caminhando paralelamente.

3.3.1 Estudos Exploratórios

Os estudos exploratórios para a presente pesquisa começaram em 2009, ano que a autora iniciou suas viagens para acompanhar a construção e a reforma de habitações no INCRA/BA. Eles se prolongaram até 2013, ano que foi aprovada no doutorado e solicitou o afastamento de suas funções profissionais para se dedicar exclusivamente aos estudos no PPGAU/UFBA.

É interessante destacar que, neste momento, a autora tentou estruturar um artigo para explicar a questão da habitação nos PAs. Por isso foi feito um formulário padrão (ver Apêndice 1) para coleta de dados em todos os PAs visitados e, assim, tentar se chegar a uma reflexão síntese sobre o tema. Porém, percebeu-se que o fenômeno da implantação e padrão das

Órgão sofra mutações, fragmentações e descontinuidades. Isto tudo repercute na forma de formular e armazenar documentações, relatórios técnicos, laudos, cartografias, etc.

habitações nos projetos de assentamento era algo extremamente complexo e, por isso, o artigo proposto acabou não sendo escrito: ele foi transformado no projeto desta tese.

3.3.2 Seleção do Universo da Pesquisa

Pensando-se nesta etapa no momento atual, acredita-se que ela teve três sentidos importantes. O primeiro diz respeito a uma maior compreensão do contexto geral que se estava estudando, já que a amplitude temporal e espacial do fenômeno proposto era extensa. O segundo, viabilizar a pesquisa, focando-se algo que se pretendia estudar de fato, no caso, a moradia vista a partir da resistência camponesa. Em terceiro, possibilitar que a discussão da questão agrária vinculada com a moradia nos assentamentos, feita no Capítulo 3, tivesse maior possibilidade de entendimento. Estes sentidos ficam mais claros a partir da descrição dos processos que ocorreram nesta etapa.

Como estratégia metodológica, a pesquisa parte de uma periodização feita com base na ação dos governos que atuaram na política de reforma agrária entre 1985 e 2016. Antes de se esclarecer cada um dos momentos propostos, é importante ressaltar a opção metodológica pela periodização. Parte-se, então de Milton Santos que afirma que:

Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. [...] o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção (SANTOS, 1977, p.162).

Seguindo-se esta lógica compreende-se que existem diferenças políticas, econômicas e sociais importantes entre os Momentos convencionados, fato que repercutiu de forma diferenciada no espaço produzido nos PAs, o que interessa diretamente a esta pesquisa. É importante destacar que a definição de cada Momento contemplou o primeiro sentido desta etapa da pesquisa que, seria a maior percepção do contexto estudado.

Voltando-se para o segundo sentido desta etapa no processo de construção da tese, partiu-se do objetivo geral que paira na compreensão do sentido da moradia no âmbito dos projetos de assentamento de reforma agrária no estado da Bahia, buscou-se compreender os PAs no contexto da resistência camponesa, partindo-se do conceito de camponês como sujeito social para, mais adiante se chegar no sujeito do cotidiano, através de seu modo de vida.

A heterogeneidade do contexto da moradia camponesa baliza a análise como um todo, por isso, considerando-se sua grande amplitude numérica e espacial, percebeu-se a necessidade

de se fazer um corte no universo dos 522 (quinhentos e vinte e dois) PAs criados no período estudado.

Como já mencionado, o corte realizado partiu do pressuposto da resistência. Assim, optou-se em estudar os municípios baianos que continham projetos de assentamento criados nos três Momentos propostos pela tese. Estes municípios são importantes porque mantêm um ritmo na aplicação da política de reforma agrária que, como já mencionado, é fruto da pressão dos movimentos sociais (neste caso, o camponês como sujeito social). Desta forma, considera-se que nestes municípios o campesinato compreende as formas de luta por terra e as mantém, gerando um motor propulsor que repercute na reação do Estado, quando este constitui os PAs.

Porém, antes de se chegar ao critério da escolha por municípios, houve um grande percurso. Observou-se no primeiro cartograma estudado (Figura 23) que, existiam regiões¹⁰⁰ onde se concentravam mais projetos de assentamento por Momento, indicando que existiria ali uma lógica que deveria ser explorada. A partir disto, pensou-se em analisar estas concentrações, optando-se por separar em cartogramas cada Momento com seus respectivos PAs. Nesta etapa da pesquisa, pensou-se em estudar grandes regiões, porém, avaliou-se que este tipo de análise tiraria o foco do debate em torno da questão da moradia.

Da observação da espacialização dos PAs por momento, a definição do critério para selecionar o universo de pesquisa, ocorreram vários momentos de discussão, inclusive com o grupo de pesquisa GeografAR. Assim, pela reflexão que se colocou a partir deste material e, tendo em vista a disponibilização de dados secundários para análises mais profundas em escala municipal, optou-se por estudar os municípios constantes nestas áreas que continham PAs nos três momentos propostos.

A sequência de cartogramas da Figura 24 (24a, 24b e 24c), mostra estas áreas por momento de estudo e a Figura 25 revela a sobreposição das mesmas. Este estudo foi feito no início da pesquisa e teve um papel norteador de todo o processo de seleção da área de estudo, pois, garante para a análise, a compreensão da repercussão da Reforma Agrária na escala municipal.

¹⁰⁰ O sentido de região aqui seria de área contínua que contém projetos de assentamento com certa proximidade física, independentemente da delimitação municipal.

Figura 23 – Mapa de Projeto de Assentamento por Momento Estudado – Bahia/2016

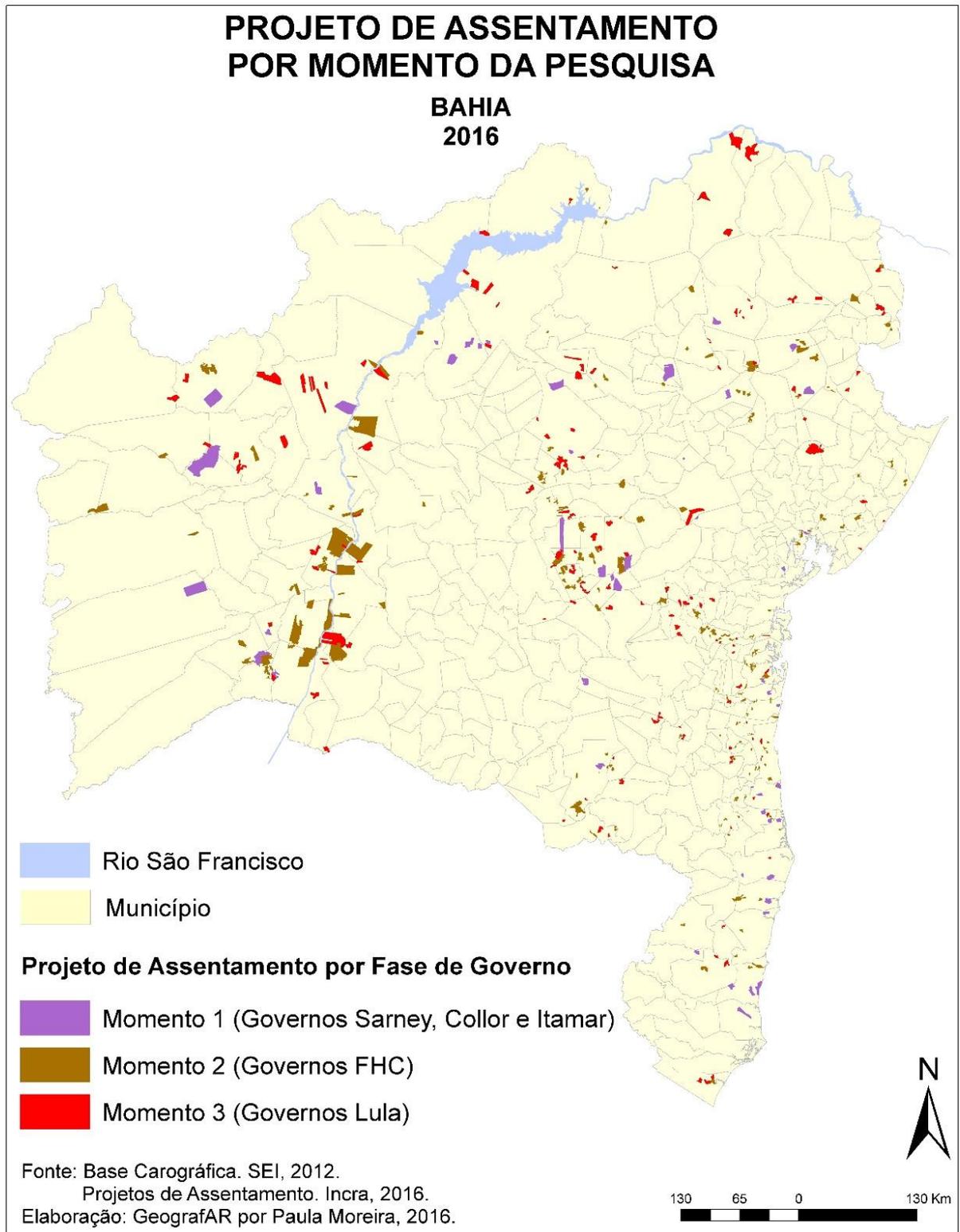


Figura 24 – Sequência de Mapas Elaborados para Seleção dos Municípios Estudados – Bahia/2016

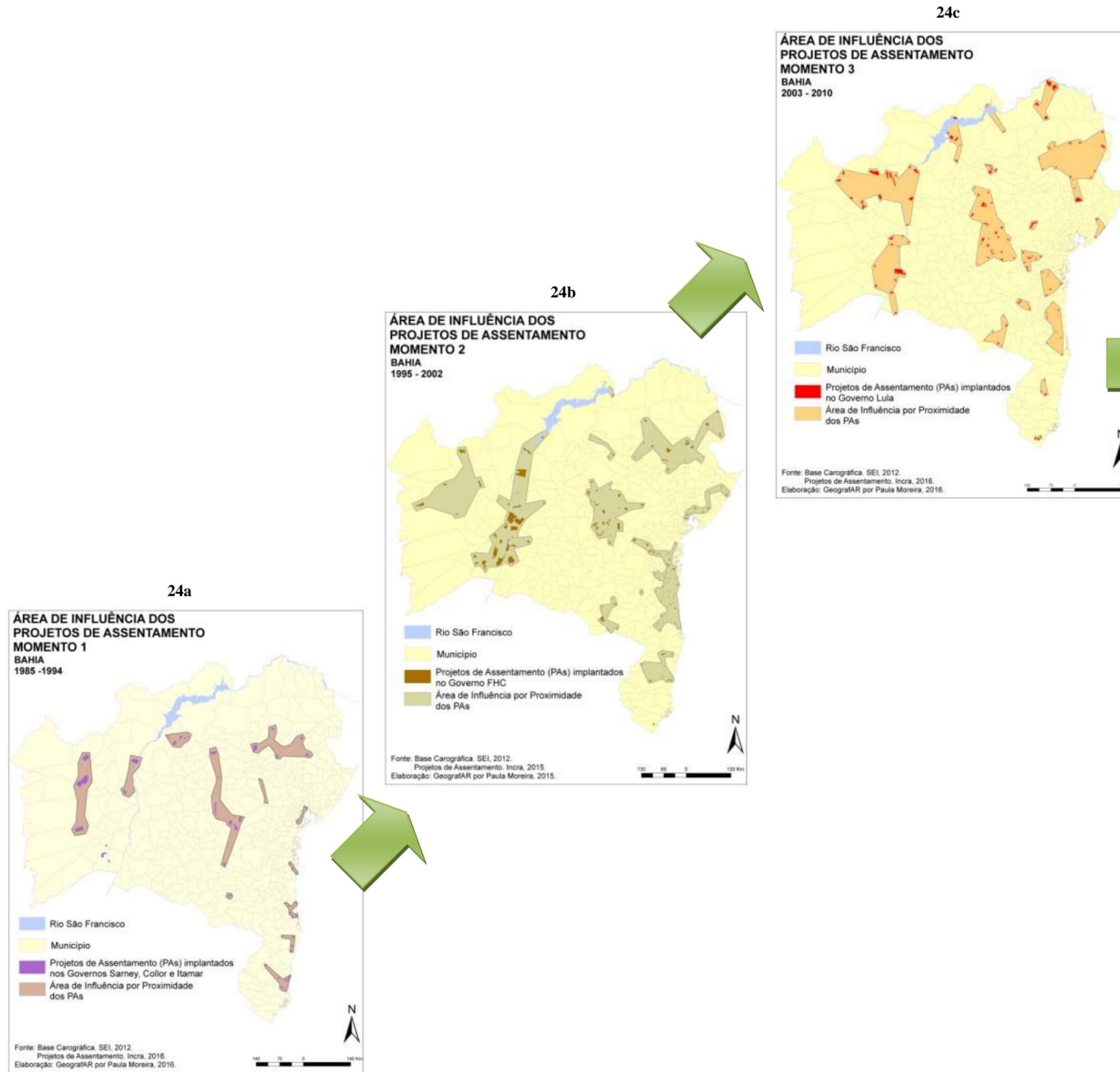
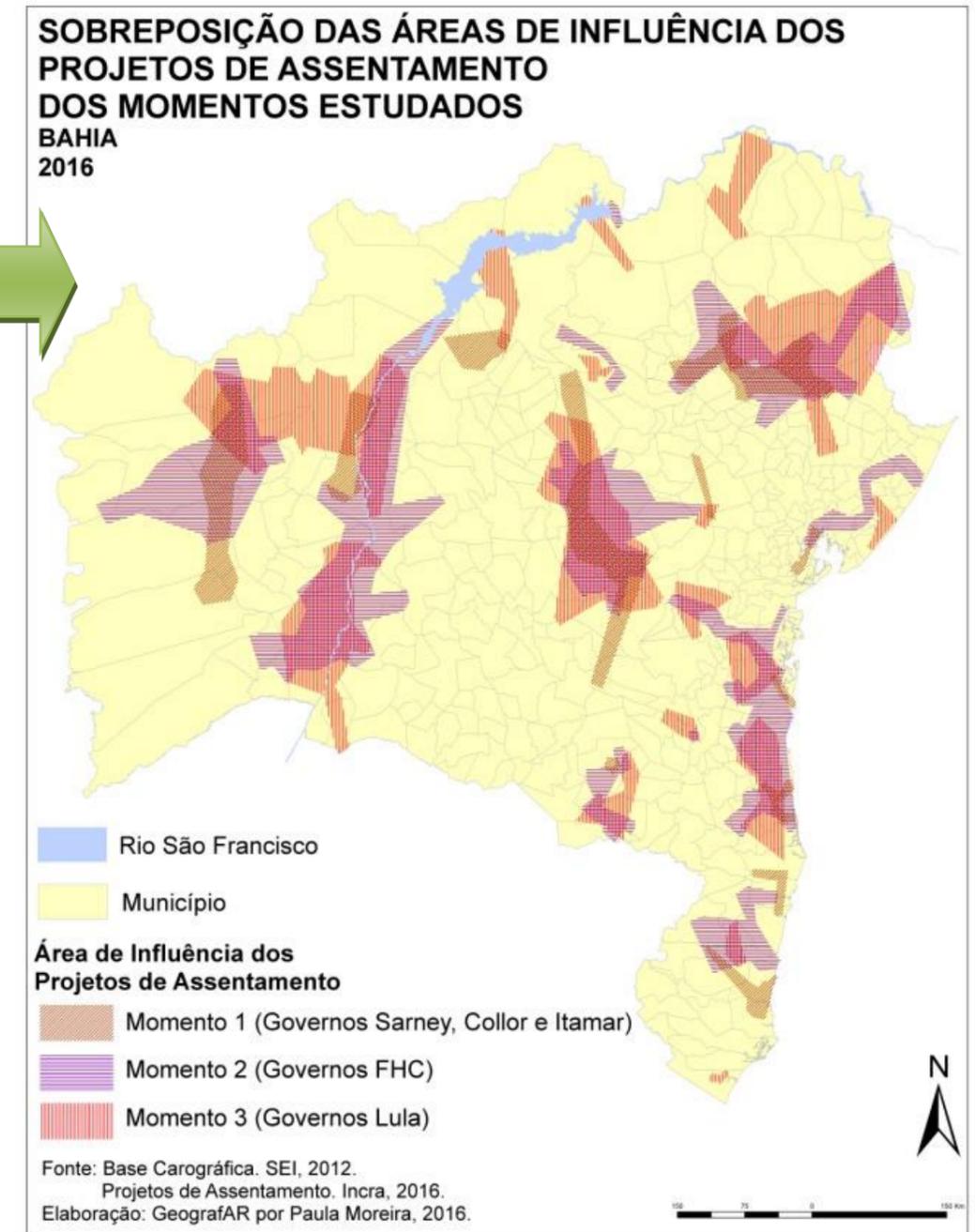


Figura 25 – Mapa Síntese da Área de Influência dos Projetos de Assentamento por Momento de Estudo – Bahia/2016



Na condição procurada foram localizados 20 municípios listados na Tabela 10, com a quantidade de assentamentos em cada um dos Momentos estudados.

Tabela 10 – Municípios Selecionados no Primeiro Corte da Pesquisa

NÚMERO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO			
		FASE 1 (GOVERNOS SARNEY, COLLOR E ITAMAR)	FASE 2 (GOVERNOS FHC)	FASE 3 GOVERNOS LULA	TOTAL
1	ANDARAÍ	1	1	1	3
2	BARRA	2	1	8	11
3	BOA VISTA DO TUPIM	2	4	4	10
4	CAMAMU	1	6	4	11 ¹⁰¹
5	CARINHANHA	1	3	5	9
6	CORIBE	2	3	1	6
7	IPIRÁ	1	1	2	4 ¹⁰²
8	ITACARE	1	2	1	4
9	ITAMARAJU	1	1	2	4
10	MARAÚ	1	2	1	4 ¹⁰³
11	MARCIÓNILIO SOUZA	1	2	2	5
12	MORRO DO CHAPÉU	2	2	5	9
13	SANTA CRUZ CABRÁLIA	1	3	2	6 ¹⁰⁴
14	SANTA LUZIA	1	2	1	4 ¹⁰⁵
15	SANTA RITA DE CÁSSIA	1	1	4	6
16	SANTALUZ	1	3	1	5
17	SANTO AMARO	1	3	1	5
18	TUCANO	1	4	3	8 ¹⁰⁶
19	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	11	2	14 ¹⁰⁷
20	WENCESLAU GUIMARÃES	1	9	2	12 ¹⁰⁸
TOTAL		24	64	52	140

Elaboração: Paula Moreira (2016).

As notas de rodapé mostram que em sete municípios (Wenceslau Guimarães, Vitória da Conquista, Tucano, Santa Luzia, Santa Cruz Cabrália, Maraú e Ipirá) foram criados PAs nos

¹⁰¹ Além dos PAs, em Camamu foi implantado em 1981 um PAR (Projeto de Assentamento Rápido).

¹⁰² Em 2013 foi criado mais um PA em Ipirá. Assim, para o Momento estudado existiam 4 municípios e, na atualidade, existem cinco.

¹⁰³ Foi criado um PA em Maraú em 2013, totalizando-se cinco na atualidade e quatro no Momento proposto para estudo.

¹⁰⁴ Em 2014, no Governo Dilma foi criado mais um PA.

¹⁰⁵ Em 2013, Governo Dilma, foi criado mais um PA.

¹⁰⁶ Em 2014 foram criados dois PAs em Tucano.

¹⁰⁷ Em 2013 foi criado mais um PA em Vitória da Conquista.

¹⁰⁸ Em 2014 foi criado mais um PA.

Governos de Dilma Rousseff. Exceto em Tucano, onde foram criados dois PAs, em cada um dos outros municípios foi criado apenas 1 (um) PA.

No caso de Camamu, observou-se que antes do Governo Sarney, em 1981 foi criado um Projeto de Assentamento Rápido (PAR) feito no Governo Figueiredo, ainda no período de ditadura militar, para conter os conflitos locais.¹⁰⁹

Considerando-se a importância de conhecer a realidade contemporânea destes municípios, utilizou-se o critério de permanecer, para obtenção de dados, os oito PAs criados nos Governos Dilma Rousseff e o PAR do Governo Figueiredo. Assim, a totalização de 140 (cento e quarenta) PAs passa a ser 148 (cento e quarenta e oito) e, acrescentou-se 1(um) PAR.

Concomitantemente a este processo, observou-se na cartografia a necessidade de se contrair exceções nos casos onde a lógica da localização dos PAs não seguia precisamente os limites territoriais dos municípios. Assim, optou-se em inserir outros quatro municípios, pelas razões expostas no Quadro 4.

Quadro 4 – Municípios Inseridos após o Primeiro Corte da Pesquisa

MUNICÍPIO	MOTIVO DE SUA INSERÇÃO NO ESTUDO
Cotegipe	Tem PAs criados nos governos FHC e Lula, além de grande parte do PA Angical 1. Como este PA tem grande significado, para a reforma agrária baiana, o município foi inserido.
Mata de São João	Tem PAs nos governos FHC e Lula e foi incluído por ter em seu território uma colônia agrícola anterior às políticas de colonização do regime militar e de reforma agrária.
Serra do Ramalho	Tem dois PAs criados nos governos de FHC. Ele foi incluído devido a magnitude do Projeto Especial de Colonização - PEC Serra do Ramalho implantado pelo INCRA no período do regime militar para reassentar os afetados da represa de Sobradinho. Também foi inserido sob sua ação e repercussão o PA Extrativista São Francisco, localizado em Bom Jesus da Lapa, porém contido em todo este complexo e fruto da resistência camponesa no PEC Serra do Ramalho.
Xique-Xique	Tem PAs criados nos governos FHC e Lula. Considerou-se inserir o PA Almas, como PA do Momento 1, porque ele foi implantado no município de Xique-Xique em 1987 e, depois ficou contido em outro município (Itaguaçu da Bahia) que se desmembrou deste em 1989. O PA Almas é importante para análise pelo seu planejamento espacial diferenciado e por ser o primeiro PA com estudo de impacto ambiental da Bahia.

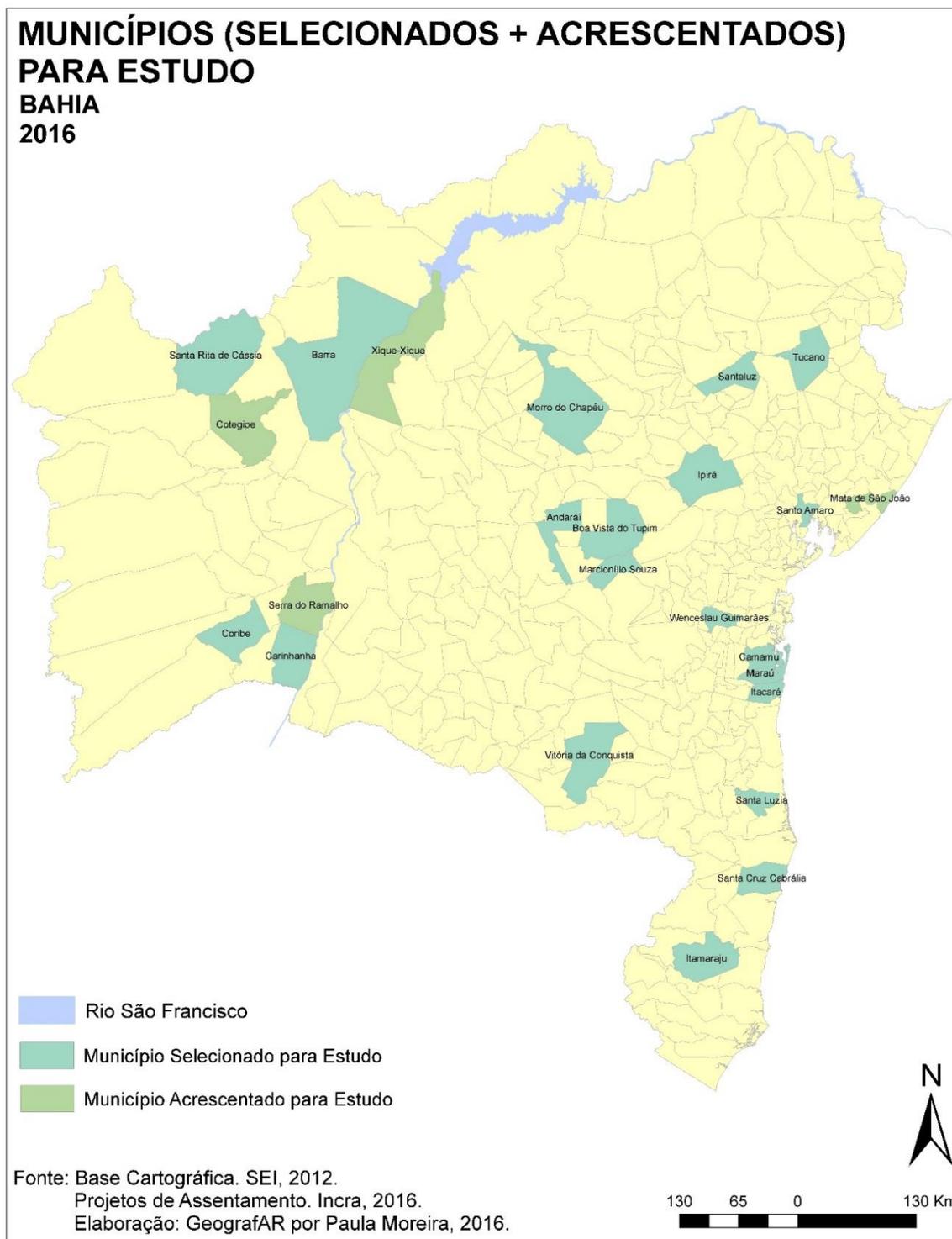
Elaboração: Paula Moreira (2016).

Assim, o universo da pesquisa (ver a Figura 26), depois dos procedimentos desta etapa, abrangeu 24 (vinte e quatro) municípios, 167 (cento e sessenta e sete) PAs, um PAR, um PEC e uma colônia agrícola. Este universo proporcionou o terceiro sentido desta etapa: a base de

¹⁰⁹ As terras do PAR Camamu foram doadas pela Organização Odebrecht.

análise da questão agrária vinculada ao foco da resistência camponesa vista a partir da moradia, tema trabalhado no Capítulo 4.

Figura 26 – Mapa dos Municípios Seleccionados para a Pesquisa – Bahia/2016



3.3.3 Levantamento dos Parcelamentos dos Projetos de Assentamento dos Municípios Selecionados

Outro corte importante se relaciona à presença de plantas de parcelamento dos assentamentos no INCRA, já que a pesquisa cartográfica é fundamental, pois, mostra as formas espaciais impressas nos PAs formalizadas pelo Estado, podendo dar pistas aos conteúdos políticos e sociais oriundos destas.

Os dados contidos neste levantamento subsidiaram com protagonismo o Capítulo 7, pois o parcelamento é a materialização do processo de territorialização dos assentados, tanto quando for resultado de acordos locais construídos socialmente, como quando se constituíram em elementos potencializadores de fragmentações, neste caso, quando o Estado (ou outros atores) impõe uma forma em algo já preestabelecido.

A execução deste levantamento foi bastante complexa, primeiro porque o INCRA não dispunha de todas as plantas necessárias para o estudo: muitos projetos de assentamento não possuem projeto de parcelamento, mesmo não sendo PAs recentemente criados. Depois, porque o Órgão não possuía as peças técnicas (plantas) de forma padronizada para todos os Momentos. Além disso, elas não estão guardadas no mesmo setor. Os assentamentos mais antigos, por exemplo, têm plantas em papel manteiga. Elas não se encontram no atual setor de Cartografia e, também, não contemplam todos os PAs estudados. Assim, por conta de tantos percalços, este levantamento teve a duração de cerca de 18 (dezoito) meses.

Imprimiu-se como estratégia metodológica trabalhar com um PA por período estudado em cada um dos municípios selecionados na etapa anterior, excluindo-se algumas exceções que no decorrer da descrição desta etapa serão expostas. Esta escolha se deu porque ficaria distorcida a análise de diversos PAs concentrados em um único período¹¹⁰. Acreditou-se que a amostra ficaria mais rica desta forma.

Dos 24(vinte e quatro) municípios, somente 16 (dezesesseis) dispunham de plantas nos três Momentos propostos¹¹¹. Por esta razão, foram descartados seis municípios (Coribe,

¹¹⁰ O Momento que mais foi disponibilizada a planta de parcelamento foi o 2 (governos de FHC). Isto porque foi o período com maior criação de PAs. Um fator importante é o tempo: os parcelamentos ocorrem com temporalidades bastante lentas, assim, grande parte dos PAs do Momento 3 ainda estão em fase de confecção de seus parcelamentos. Já os PAs do Momento 1 não tiveram, em sua grande maioria, parcelamentos feitos com as tecnologias computadorizadas, por isso, é possível somente encontrá-los em meio analógico. Além disso, como são tidos antigos para o órgão, não são demandados, por isso, pouquíssimos servidores conheciam seus paradeiros. Foi possível encontrá-los de forma dispersa numa mapoteca antiga, no setor de Consolidação e no setor de Cartografia.

¹¹¹ Excluindo-se Serra do Ramalho que, mesmo não tendo PAs em todos os Momentos foi selecionado pela sua importância no que se refere à análise de parcelamento. O mesmo ocorreu com Mata de São João que, apesar de não conter PA no Momento 1, como já mencionado anteriormente, foi incorporado por ter uma colônia agrícola em seu território.

Itamaraju, Santa Rita de Cássia, Santa Luzia, Vitória da Conquista e Wenceslau Guimarães) por falta das plantas de parcelamento concluídas nos três Momentos estudados no momento do levantamento documental. Depois de todos os levantamentos e coletas conseguiu-se obter material de estudo de um parcelamento de colônia agrícola, um de PEC, um de PAR e 67 (sessenta e sete) PAs, totalizando-se 70 (setenta) parcelamentos distribuídos em dezoito municípios do estado da Bahia, conforme mostra a Quadro 5.

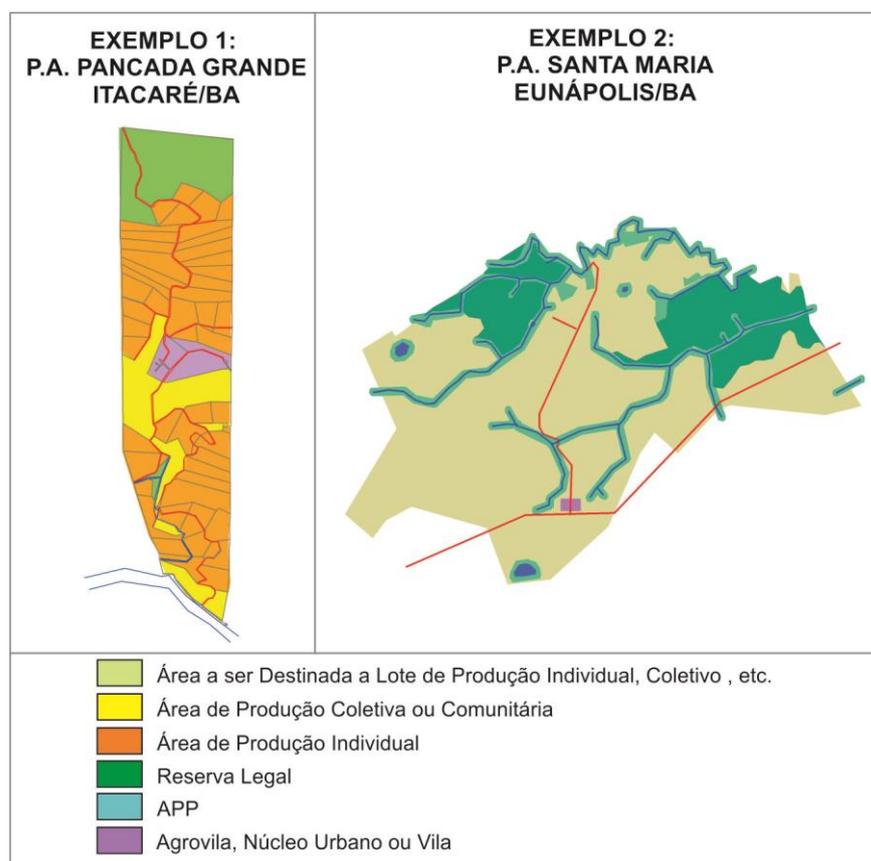
Quadro 5 – Municípios e Projetos de Assentamento Selecionados por Momento/ Bahia

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS SELECIONADOS POR MOMENTO					
MUNICÍPIO	COLÔNIA AGRÍCOLA, PEC, PAR	MOMENTO 1	MOMENTO 2	MOMENTO 3	GOVERNO DILMA
Andaraí		Andaraí 1	Mocambo	Salobrinho	
Barra		Fazenda Itacutiara	Barro Vermelho/ Canudos	Uirapuru	Periperi
Boa Vista do Tupim		Canabrava e Crispim	Barra Verde, Beira Rio e Reunidas Santa Fé	Che Guevara, Polinésia e Grotão	
Camamu	PAR Camamu	Mariana	Limoeiro	Antônio Conselheiro III	
Carinhanha		Caatinga Nossa Senhora da Conceição	Feirinha Marrequeiro	Mel de Abelha	
Cotegipe		Angical 1	Rio Grande II	São Francisco de Assis	
Ipirá		Sítio Novo	Aldeia	Dom Mathias	Oasis
Itacaré		Marambaia	Fazenda Paraíso	Nova Vida	
Marauá		Santa Maria	Pancada Grande	Luzitania	Maçaranduba
Marcionílio Souza		Cachá	Santa Fé	Segredo e Riachuelo	Anativa
Mata de São João	Colônia Jk		Euclides Neto, Nova Panema e Maju	Santa Maria	
Morro do Chapéu		Baixa Grande	Morrinhos	Santana	
Santa Cruz Cabrália		São Miguel	O Descobrimento e Maravilha	santa Maria	Rubim I e II
Santaluz		Mucambinho	Lagoa do Boi	Rumo a Independência	
Santo Amaro		Santa Catarina	Eldorado	Paulo Cunha	
Serra do Ramalho	PEC Serra do Ramalho		Reserva Oeste e CSB		
Tucano		Pé de Serra	Cova da Árvore	Terra para Todos e Atracaju	Terra Prometida
Xique-Xique		Almas	Serra Azul	Fazenda Cajueiro	

Fonte: INCRA (2017). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Todas as plantas de parcelamento passaram por um processo de padronização para que pudessem ser comparadas entre si, além disso, foram configuradas para impressão em A4. As cores de sua representação foram estabelecidas, utilizando como referência os estudos realizados na dissertação de mestrado da autora (MOREIRA, 2004). Assim, considerou-se a laranja para os lotes individuais, a amarela para as áreas comunitárias e coletivas, a lilás para a área da agrovila (às vezes chamada de vila, núcleo urbano ou povoado), a verde escuro para as áreas de reserva ambiental ou Reserva Legal - RL e a verde claro para as Áreas de Proteção Permanente – APP. Outras cores, também, foram utilizadas, tal como a cinza, destinada para área em litígio ou de propriedade de terceiros, por exemplo. Porém, isso foi uma exceção. Estas representações podem ser observadas em alguns exemplos inseridos na Figura 27.

Figura 27 – Exemplos de Representações de Parcelamento em Projetos de Assentamento

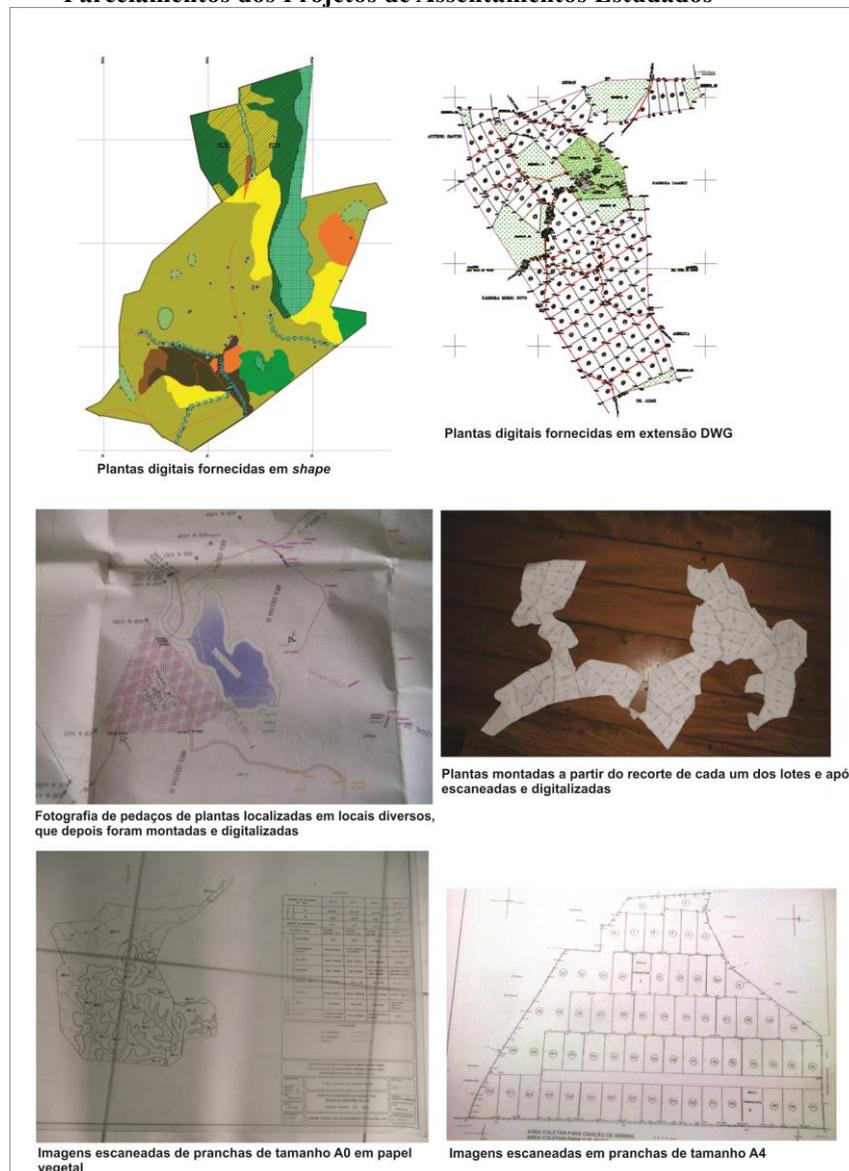


Fonte: INCRA (2017). Elaboração: Paula Moreira(2016).

É importante destacar que houve casos onde as plantas estavam subdivididas em papel manteiga A1, neste caso, teve-se que escanear cada folha para poder digitalizar suas partes, constituindo-se, no final uma única planta. Outros casos, não havia uma planta geral e, somente

plantas separadas de cada um dos lotes, impressos e guardados em pastas. Quando isso ocorria, era necessário fotocopiar cada planta, recortá-las e colá-las como que se estivesse montando um quebra cabeça, para, daí escanear e digitalizar. Foram, também, fornecidas plantas em formato PDF e JPEG, fato que levou a demandar da digitalização. Porém, grande parte dos dados foi disponibilizada pelo setor de Cartografia da Divisão de Ordenamento e, pelo setor de Parcelamento da Divisão de Desenvolvimento, ambos do INCRA, em formato DWG, ou, em SHP. A Figura 28 ilustra com alguns exemplos, as diversas formas de chegada dos mapas de parcelamento para esta pesquisa.

Figura 28 – Exemplos das Diversas formas de materialização das Representações dos Parcelamentos dos Projetos de Assentamentos Estudados



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: Paula Moreira (2016).

Por fim, todos os dados gráficos e alfa numéricos foram armazenados num banco de dados georreferenciado em formato SHP. A partir daí, cada uma das 70 (setenta) plantas foi remontada e organizada em uma pasta por Momento de estudo para, posteriormente passar por análises e tabulações.

3.3.4 Pesquisa nos Processos de Obtenção dos Projetos de Assentamento Selecionados

Esta etapa da pesquisa foi extremamente importante, mas, também, muito difícil. Isto porque a localização dos processos de obtenção das fazendas que se transformaram nos PAs selecionados para estudo foi trabalhosa e demorada, necessitando da ajuda constante de servidores e contratados do INCRA em diversos setores do Órgão. A maioria dos processos estava localizada no setor de Arquivo Geral do INCRA, porém existiam processos em outros setores, tais como Procuradoria, Desenvolvimento e Obtenção. Mesmo os processos constantes no Arquivo Geral, muitas vezes, estavam difíceis de serem localizados.

É importante destacar que muitos processos não foram encontrados, principalmente os do Momento 1. Nesse, conforme mostra a Tabela 11, foram encontrados 11 (onze) processos dos 17 (dezesete) procurados, totalizando 65% do total pretendido.

Tabela 11 – Número de Processos de Obtenção Analisados por Momento de Estudo

MOMENTO	NÚMERO DE PROCESSOS ANALISADOS
MOMENTO 1	11
MOMENTO 2	20
MOMENTO 3	18
GOVERNOS DILMA	6
TOTAL	55

Elaboração: Paula Moreira (2016).

No Momento 2 foram encontrados 20 (vinte), dos 24 (vinte e quatro) procurados, perfazendo 83%. O Momento 3 teve 90% dos processos pretendidos. E, por fim, 100% dos processos oriundos dos PAs criados nos Governos de Dilma Rousseff foram encontrados. O Apêndice 2 mostra quais foram os processos analisados por PA, município e período.

As informações contidas nos processos de obtenção são bastante ricas, variando o aprofundamento de acordo com o período, técnicos e norma vigente para tal. Porém, a partir de

um formulário elaborado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR¹¹² (ver modelo no Anexo 1), foi possível se chegar a uma padronização das informações coletadas.

Tais informações, coletadas a partir de cada item (tema) do formulário, foram utilizadas da seguinte forma, por capítulo da tese:

a) Capítulo 4

- Imagens e especificações do material construtivo das casas de posseiros, trabalhadores rurais, acampados e donos de fazendas. Estes dados se encontram tanto no item Benfeitorias, do formulário, quanto no de Aspectos Sociais;
- Dados relativos ao item Aspectos Sociais, principalmente quanto à existência de moradores na fazenda (posseiros ou trabalhadores), de ocupação (indicando-se o movimento social propulsor e o número de famílias), de acampamento (na parte externa ao imóvel). Além disso, busca-se localizar a existência de conflitos no momento da desapropriação. O item Aspectos Fundiários foi observado, também, no que diz respeito às áreas registradas e levantadas pelo INCRA e o número de módulos fiscais existentes, relacionando o último à capacidade de famílias a serem assentadas no imóvel, constante está no item Parecer e Recomendações do Laudo.

b) Capítulo 6

- No item Identificação do Projeto, buscaram-se as temporalidades percorridas desde a data da indicação do imóvel, passando pela da formalização do processo de obtenção, da notificação prévia de vistoria ao(s) proprietário(s), da realização da vistoria e avaliação, do decreto de desapropriação e, por fim, da existência de contestação por parte do proprietário. O item Benfeitoria também foi utilizado neste Capítulo, no sentido de se verificar a infraestrutura preexistente no PA.
- O item Uso da Terra e, também, o item Fatores Condicionantes ao Uso da Terra foram utilizados para se conhecer o clima, a vegetação, a o relevo, o solo, a disponibilidade de recursos hídricos e o nível de conservação do meio ambiente e, relacioná-los ao tipo de uso dado a fazenda, com seus cultivos agrícolas e efetivos pecuários. O item Parecer e Recomendações do Laudo, também teve utilização neste Capítulo quando trata das recomendações para o futuro PA.

¹¹² O Grupo de Pesquisa GeografAR realiza um trabalho constante de sistematização dos processos de obtenção do INCRA há alguns anos. Assim, para esta pesquisa, em conjunto com outra pesquisadora do Grupo, foram feitas adaptações no formulário existente, buscando atualizá-lo e focá-lo para os objetivos das pesquisas que estavam sendo realizadas.

3.3.5 Levantamento e Análise de Leis e Normas que afetam a Habitação nos Projetos de Assentamento e Levantamento de Processos de Crédito Destinados à Habitação

Os estudos referentes a esta etapa foram utilizados diretamente no Capítulo 6 desta tese que trata das políticas públicas destinadas à moradia na reforma agrária. Também foram utilizadas com Capítulo 6, quando é feita a discussão da temporalidade da ação do Estado nos PAs. No caso, o ano, o valor e quantidade de recurso destinado à habitação em trinta e três projetos de assentamento foram levantados.

Inicialmente, foi feito um levantamento das leis e das normas que afetam a questão da moradia nos assentamentos, desde 1985 até 2016. Este processo teve percalços quanto a algumas normas internas do INCRA mais antigas porque elas não estavam disponíveis no *site* do Instituto e foram difíceis de serem localizadas. No Apêndice 3 desta tese é possível se visualizar os de 23 (vinte e três) instrumentos normativos que foram aplicados desde o governo Sarney até o governo Dilma.

De alguma forma, todos eles têm uma repercussão quanto ao tipo de gestão, valor ou abrangência do recurso. É interessante destacar que os governos de Lula e Dilma foram os que mais publicaram normativos, sendo que a última interviu de forma mais ampla. Isto porque, no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff a questão da habitação nos PAs deixa de ser responsabilidade do INCRA (Créditos Instalação/ Modalidade Aquisição Material de Construção e Modalidade Recuperação), passando a fazer parte, com a Portaria Interministerial nº78/2013, do Programa Minha Casa Minha Vida, vinculado ao Ministério das Cidades e, gerido, tanto pela Caixa Econômica Federal, quanto pelo Banco do Brasil.

Quanto aos PAs onde os estudos dos processos vinculados à habitação foram levantados, foi necessário se fazer um corte, por causa da dificuldade de localização dos mesmos no Órgão. Para tanto, utilizou-se o critério de se levantar os dados dos municípios onde foram encontrados 100% (cem por cento) dos processos de obtenção, pois seria possível se observar conjuntamente aspectos ambientais e sociais iniciais com o alcance e aplicação dos créditos destinados à habitação, fato que seria impossível nos PAs onde os processos não foram localizados. O Quadro 6 mostra os 33 (trinta e três) PAs, distribuídos em oito municípios, cujo levantamento foi feito quanto à temática abordada.

Os municípios de Barra, Boa Vista do Tupim, Camamu, Maraú, Marcionílio Souza, Santaluz, Santo Amaro e Mata de São João foram selecionados por estarem dentro do espectro

de seleção inicial do estudo e, perpassa por todas as etapas mantendo a disponibilidade de documentos, fator relevante para a pesquisa proposta.

Quadro 6 – Projetos de Assentamento cujos dados Relativos aos Créditos Destinados à Construção e Reforma das Habitações foram Estudados

NÚMERO	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO
1	Barra	Fazenda Itacutiara
2	Barra	Barro Vermelho Canudos
3	Barra	Uirapuru
4	Boa Vista do Tupim	Canabrava
5	Boa Vista do Tupim	Crispim
6	Boa Vista do Tupim	Barra Verde
7	Boa Vista do Tupim	Beira Rio
8	Boa Vista do Tupim	Grotão
9	Boa Vista do Tupim	Che Guevara
10	Boa Vista do Tupim	Aliança
11	Boa Vista do Tupim	Polinésia
12	Camamu	Mariana
13	Camamu	Limoeiro
14	Camamu	Antonio Conselheiro Iii
15	Maraú	Santa Maria
16	Maraú	Pancada Grande
17	Maraú	Conjunto Laranjeira
18	Maraú	Luzitânia
19	Maraú	Maçaranduba
20	Marcionílio Souza	Cachá
21	Marcionílio Souza	Santa Fé
22	Marcionílio Souza	Segredo Riachuelo
23	Marcionílio Souza	Anativa
24	Santaluz	Mucambinho
25	Santaluz	Lagoa do Boi
26	Santaluz	Rumo a Independência
27	Santo Amaro	Santa Catarina
28	Santo Amaro	Eldorado
29	Santo Amaro	Paulo Cunha
30	Mata de São João	Nova Panema
31	Mata de São João	Maju
32	Mata de São João	Euclides Neto
33	Mata de São João	Santa Maria

Elaboração: Paula Moreira (2016).

3.3.6 Trabalho de Campo

O trabalho de campo tem uma importância fundamental para pesquisa, sendo seus resultados aplicados em todos os capítulos da tese. No Capítulo 4, ele vai subsidiar as análises da relação da moradia com a questão agrária. Para o Capítulo 5 vai demonstrar a heterogeneidade do conceito de campesinato e, conseqüentemente de suas moradias, em especial podem-se citar as formas espaciais produzidas nos acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra. No Capítulo 6, ele mostra os resultados da aplicação da ação do Estado na construção e espacialização das habitações nos assentamentos nos Momentos estudados. No

Capítulo 7, mostra a moradia nos assentamentos de reforma agrária. As entrevistas, feitas com os assentados, vão ajudar a dar conteúdo às formas espaciais visualizadas na cartografia do parcelamento e, também, guiar os estudos dos processos de territorialização e espacialização dos grupos e indivíduos assentados.

As pesquisas no campo, que se constituíram em visitas a 13 (treze) projetos de assentamento, dois acampamentos, uma colônia agrícola e uma comunidade urbana (ver Quadro 7), não foram feitas da mesma forma em todos os locais propostos.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados de acordo com o grau de aprofundamento que se queria alcançar. Como exemplo, o Grau 1 significa um levantamento mais geral e, o Grau 4, mais aprofundado. As relações dos instrumentos selecionados com o grau de intensidade da pesquisa estão descritos a seguir:

- Grau 1 – Grade de observação e entrevista semiestruturada;
- Grau 2 – Grade de observação, entrevista semiestruturada, vivência com família;
- Grau 3 – Grade de observação, entrevista semiestruturada, vivência com família e visita no lote de produção;
- Grau 4 – Grade de observação, entrevista semiestruturada, grupos focais, visita no lote e vivência com família.

A Grade de Observação (ver modelos no Apêndice 4) é um dispositivo que foi utilizado em todos os locais visitados. Trata-se de um instrumento de pesquisa estruturado pela pesquisadora para organizar, de forma sistemática, o que deveria se observar nas habitações e nas agrovilas. No caso das moradias, tomou-se como critério observar uma família que tenha sua fonte principal de renda oriunda do trabalho agrícola. Este critério foi adotado visto a variedade campesina, principalmente quanto aos que, por uma questão de falta de oportunidade no local de origem, migram e, acabam por vivenciar de forma mais intensa os centros urbanos, afastando-se, em muitos casos, de suas relações mais profundas com a terra e o meio natural, tendo dificuldades de, em um projeto de assentamento, ter sua renda advinda exclusivamente da produção agrícola. Assim, adota-se o critério de pesquisar as relações dos assentados que possuem um vínculo mais forte com a terra.

A entrevista semiestruturada (ver Apêndice 5) foi utilizada nos locais onde não foram realizados os grupos focais. Seu roteiro contempla o conteúdo dos grupos focais de mulheres e o de toda comunidade, porém, com a limitação de se ter a informação de poucas pessoas já que elas foram realizadas, na maior parte dos casos, com os representantes formais.

Quadro 7 - Assentamentos Estudados com o Grau de Intensidade da Pesquisa de Campo

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	OBSERVAÇÕES	GRAU
Boa Vista do Tupim	PA Canabrava (Sarney)	Projeto de Assentamento antigo e com poucos dados disponíveis.	1
	PA Barra Verde (FHC)	Projeto de Assentamento já trabalhado pela autora e com possibilidade de maior tempo para aprofundamento das questões	4
	PA Polinésia (Lula)	Projeto de Assentamento já trabalhado pela autora, com importância grande no processo de investigação pela sua escolha de localização da agrovila.	3
	PA Che Guevara (Lula)	Projeto de assentamento conhecido pela autora com importância complementar ao projeto.	1
	PA Beira Rio (FHC)	Projeto de assentamento de grande dimensão, conhecido pela autora e com importância grande no processo de investigação.	1
	PA Crispim (Sarney)	Projeto de assentamento antigo, conhecido pela autora e com importância complementar à investigação.	1
	PA Aliança	Projeto de assentamento conhecido pela autora e com importância complementar à investigação.	1
	PA Grotão	Projeto de assentamento conhecido pela autora e com importância complementar à investigação.	1
	Acampamento	Acampamento novo para autora investigado de forma exploratória.	1
Mata de São João	PA Nova Panema	Projeto de Assentamento já trabalhado pela autora e com possibilidade de maior tempo para aprofundamento das questões	4
	PA Maju	Projeto de Assentamento já trabalhado pela autora e com possibilidade de maior tempo para aprofundamento das questões	2
	PA Santa Maria	Projeto de Assentamento já trabalhado pela autora e com possibilidade de maior tempo para aprofundamento das questões	3
	PA Euclides Neto	Projeto de assentamento conhecido pela autora e com importância complementar à investigação.	1
	Acampamento	Acampamento novo para autora investigado de forma mais aprofundada.	3
	Colônia Agrícola JK	Colônia nova para autora investigada de forma exploratória.	1
Salvador	Quilombo Paraíso	Comunidade investigada de forma exploratória.	1

Elaboração: Paula Moreira (2016).

Os Grupos Focais constituíram-se em reuniões com perfis específicos (tais como mulheres, crianças ou jovens) e se propunham a discutir temáticas inerentes a estes, conforme o Quadro 8 demonstra. É importante destacar que seus resultados não, necessariamente, foram incorporados à tese, mas, incorporaram os processos de amadurecimento do tema e, da compreensão do público que constitui um projeto de assentamento.

As Visitas no Lote constituíram-se na ida a um lote de produção individual e/ou coletivo para levantar os seguintes aspectos: o que se planta; quanto ocupa de área no lote; como planta; para que planta; quanto tempo fica no lote; rotina; distância do lote a moradia; dificuldades; infraestrutura; necessidades; o que deseja; projetos de financiamento já efetivados com resultados; ajudas externas; e capacitação. Sua importância se relaciona à compreensão da relação que o assentado possui com sua produção e, como isto se relaciona com sua forma de morar.

A Vivência com Família constituiu-se em uma experiência de conviver na casa de uma família assentada (que se sustenta do trabalho agrícola) observando-se os seus hábitos cotidianos tais como a alimentação, a rotina de cada pessoa da casa, as preferências e a diversão. Além disso, buscou-se compreender as crenças das famílias quanto ao assentamento, a opinião em relação à agrovila, os problemas que vivem e o que se deseja para o assentamento.

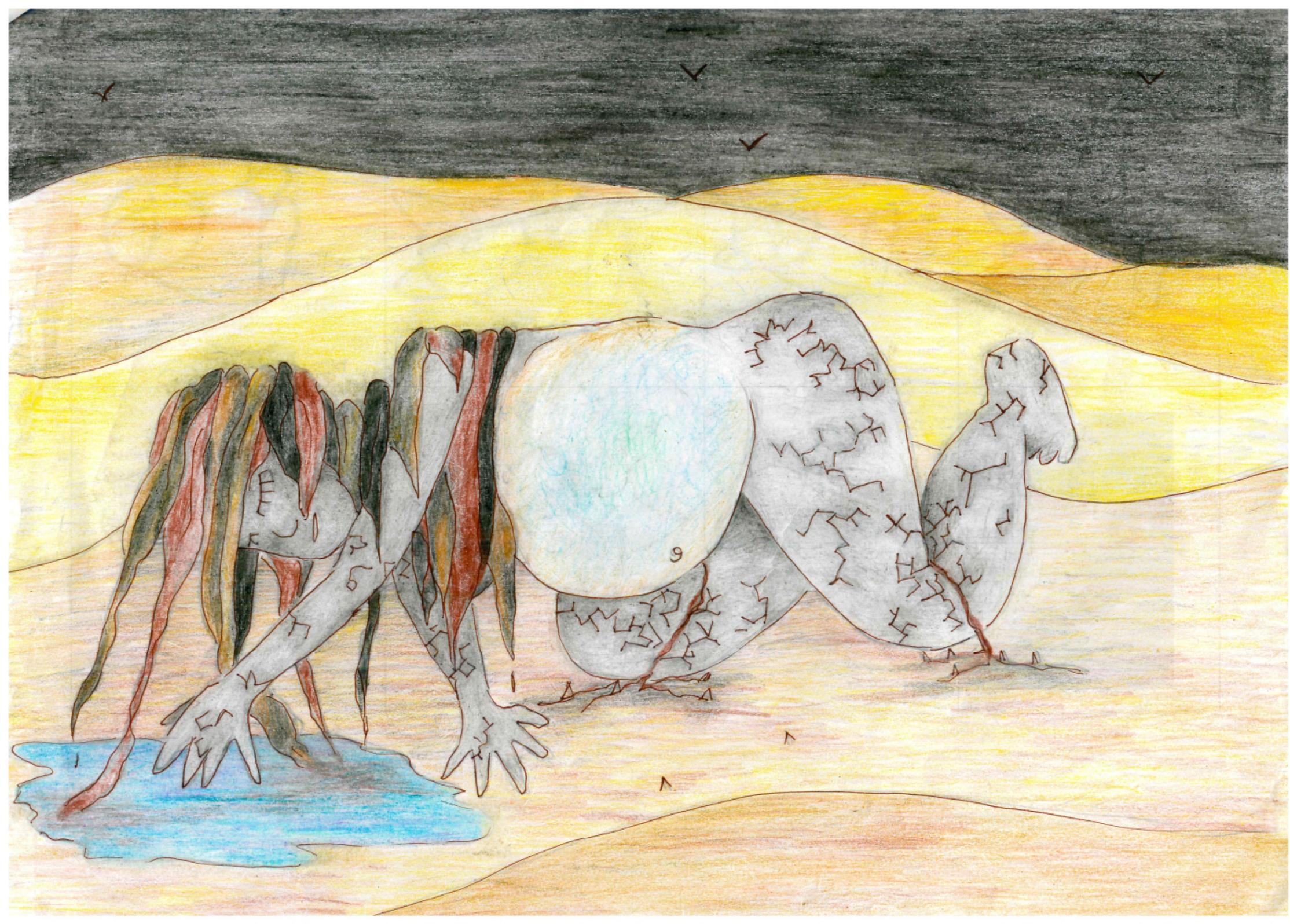
Quadro 8 – Tipos de Grupos Focais e suas Temáticas

TIPO DE GRUPO	TEMÁTICA
Grupo com pessoas de características variadas dentro da comunidade	Histórico do PA, desde a ocupação até os dias atuais.
Grupo de Mulheres	Relações externas ao PA: de onde vem a renda, onde vende, onde compra, o que vende, o que compra, serviços de saúde e educação, articulações institucionais, articulações políticas, articulação com outras agrovilas e povoados, festas e lazer. Relações internas entre os assentados: festas, amizades, conflitos, cooperação, grupos, famílias, vizinhança, jovens, idosos, crianças.
Grupo de Jovens	Perspectivas futuras do e no assentamento, anseios, possibilidades, ideias, atividades que realizam lá e as que não podem realizar, lugar preferido, rede de articulações, <i>internet</i> , redes sociais, músicas, diversão, conhecimento do assentamento como um todo, festas
Grupo de Crianças	Percepções, imagens, sons, aromas, brincadeiras, lugares preferidos, músicas, conhecimento do assentamento, atividades cotidianas.

Elaboração: Paula Moreira (2016).

Por fim, é importante destacar o quanto foi difícil realizar esta etapa da pesquisa, visto os poucos recursos financeiros disponíveis para se deslocar e permanecer nos locais selecionados. Na verdade, o universo da pesquisa de campo, inicialmente, abarcava, também, os municípios de Serra do Ramalho, Itacaré e Maraú. O primeiro por sua importância frente à magnitude da dimensão da ação do Estado na implantação do PEC e suas consequências, o segundo e terceiro pela vivência aprofundada na região pela autora em sua pesquisa de

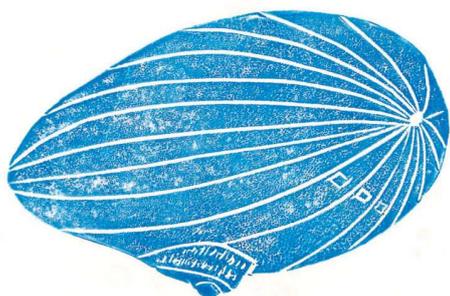
mestrado, quando estudou a produção do espaço no projeto de assentamento Pancada Grande. Optou-se por Boa Vista do Tupim pela importância política da ação dos movimentos sociais para o próprio município que, é predominantemente rural e, chegou a eleger um prefeito ligado diretamente à causa da reforma agrária. Mata de São João foi selecionado pela sua proximidade à cidade de Salvador (fato que intensifica a relação cidade campo nos PAs estudados), pela presença de uma colônia agrícola (cuja experiência proporcionou a parte da comunidade municipal rural, a possibilidade do acesso à terra) e, principalmente, pela vivência intensa da autora com as comunidades, pois, em seu trabalho no INCRA esta acompanhou, tanto as construções das habitações no PA Santa Maria, quanto a reforma nas casas de Nova Panema.





SEGUNDA PARTE

CORRELAÇÕES ENTRE A MORADIA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA



João de Barro: Pássaro construtor
Casa Destruída por Vendaval no Sertão
Um presente de Edite Diniz em 07/2016 para esta tese

O que vale uma casa de barro, um ninho, para uma família de marrom passarinho?
Seu cantinho, seu espaço
Representação do modelo de vida
Resultado do seu trabalho de coletar o barro molhado para moldar, arquitetar, construir, no coletivo um lugar onde nascerão seus filhinhos.

Numa tarde de janeiro, no sertão baiano ressequido
Onde pouca chuva tem caído, passarinhos tem sumido
Alguns estão resistindo...
Quanta gente tem corrido,
Buscando assentar, proteger vidas,
Noutras paragens, pedaço de chão consentido.

Chuva caindo, vento soprando,
árvore balançando, casa de João de Barro despedaçada no chão;
Família de João de Barro em volta dos pedaços protestando
Quem viu o quadro se emocionou, vendo intensa reclamação. Entendeu que um ninho, casa tecida de barro, seu recanto, espaço especial de acolhimento, de identificação para ser João.

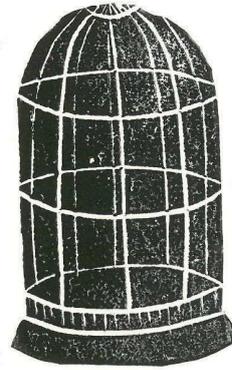
Refeitos do susto, em alguns instantes os três passarinhos, já estavam em ação, para enfrentar uma nova construção.
Bolinhas de barro molhado subindo ao galho.
Passarinhos voando, bailando, na mesma árvore da antiga casa aos pedaços no chão.

Casa em reconstrução, sabedoria vivida.
Barro molhado, arrumado, fibra de bananeira tecida, sustentação...

Três pássaros sem teto em sintonia,
Refazendo a morada em harmonia
Compartilhada em mutirão.

Resultado! Nova morada, respondendo a necessidade da vida
Sem teto é covardia!
Retrato, cenário dos humanos em nosso tempo.
Sem teto e sem chão? Não!
Refletir Políticas de Habitação!

CAPÍTULO 4



SEGUNDA PARTE – CORRELAÇÕES ENTRE A MORADIA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA

4 SUBMISSÃO DA MORADIA A QUESTÃO AGRÁRIA

O objetivo deste Capítulo é analisar como a moradia camponesa se relaciona com a questão agrária. Para se visualizar esta indagação, são utilizados como referência os municípios selecionados para esta pesquisa, isto é, os que tiveram projetos de assentamentos de reforma agrária implantados nos três momentos propostos (1º - Governos Sarney, Collor e Itamar, 2º - Governos FHC, 3º - Governos Lula).

Busca-se, num primeiro momento, compreender a questão agrária no contexto histórico das leis da propriedade privada no Brasil. Esta história vai revelar que as amarras da concentração de terras foram minuciosamente construídas pelo poder hegemônico.

O item posterior vai trazer como se comporta a concentração de terras no estado da Bahia, relacionando-a, através dos municípios estudados, à limitação objetiva dos camponeses se reproduzirem socialmente, fato que, conseqüentemente, traz repercussões materiais para suas moradias. Para tanto, são utilizados dados dos censos agropecuários e demográficos do IBGE, além de dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR). Objetiva-se compreender as relações existentes entre a concentração de terra, a condição do produtor e a materialidade da sua moradia. É importante destacar que, para este momento da tese, o termo moradia é visto de forma genérica, se aproximando ao de domicílio, tratado pelo IBGE¹¹³.

Após este item, três aspectos são levantados sob o enfoque da moradia. O primeiro, se relaciona com a dinâmica populacional no campo baiano e o êxodo rural. A evasão camponesa seria a derrota de um modo de vida? Neste momento, utiliza-se dois exemplos para revelar situações de sobrevivência, ou, resistência camponesa nas cidades. O segundo aspecto traz a questão dos posseiros vista através da relação da violência no campo. Por fim, através da escala da moradia, são tratadas as relações hierárquicas e desiguais estabelecidas entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra.

¹¹³ Moradia, neste Capítulo, seria somente o local de permanência e de vida privada de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência.

4.1 QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL

Este item se inicia reforçando a atualidade da questão agrária e da utilização do conceito de campesinato¹¹⁴. Stédile (2005) traz que a questão agrária está relacionada ao estudo dos problemas vinculados à concentração da terra e, as suas consequências para o desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade. Marcos e Fabrini (2010)¹¹⁵ tratam a questão de forma mais ampla, porém, trazem o mesmo sentido para o Brasil, já que afirmam que a questão agrária está relacionada à existência de um problema estrutural no campo e, que nos países da América Latina, em geral, tal problema se relaciona diretamente com a elevada concentração de terras. Em ambos os casos o que se coloca é a relação existente entre o poder e a propriedade privada no contexto da sociedade capitalista.

Segundo Herce (2015), a relação entre a formação dos grandes latifúndios rurais¹¹⁶, a revolução tecnológica da agricultura (ocorrida no século XVIII) e a criação de instrumentos mercantis sobre a propriedade revelam a gênese de uma das lógicas liberais de dominação, que é expressa a partir do direito à propriedade privada. A terra, nesta lógica, se converte num produto mercantil, onde o solo adquire valor de troca, relação fundamental para o sistema capitalista. A propriedade privada que se tem na atualidade é, então, o resultado do ideário burguês legitimado nos direitos constitucionais oriundos de suas revoluções e que tem como base a relativa democratização do direito à propriedade imobiliária, viabilizando-se sua extensão a todos os seres humanos que possam adquiri-la por mecanismos comerciais, segundo o mesmo autor.

Rolnik (2015) afirma que nos últimos 250 anos, a relação social entre a humanidade, o território e a propriedade privada individual se sobrepõe às demais. A mesma autora diz que este processo, no contexto moderno, teve início no cercamento das terras comunais (Europa, século XVIII), no sentido da separação da terra e do trabalho, e avançou na sua consagração jurídica-política na estruturação do Estado liberal, se

¹¹⁴ No caso desta pesquisa, assume-se a posição de que o campesinato é uma classe social que apresenta padrões de relações sociais distintos, o que se pode dizer, modos de vida específicos. Conforme a definição de Shanin (1979), porque o camponês que aparece aqui assume seu papel de sujeito histórico.

¹¹⁵ Os autores fazem um paralelo com Cuba e dizem que a questão agrária neste país, ou seja, seu problema estrutural no campo, não está relacionado com a concentração de terra e, sim, com as dificuldades no processo produtivo.

¹¹⁶ Os latifúndios rurais, segundo o mesmo autor, surgiram após o fechamento de grandes propriedades rurais, com a ocupação das terras comunitárias dos camponeses, inicialmente na Inglaterra, expandindo-se por outros países.

expandindo globalmente na atualidade com hegemonização das formas capitalistas de produção e consumo.

A construção do direito de propriedade brasileiro é histórica e herdeira dos processos europeus, porém, com percursos próprios. Segundo Luz (1996), na fase inicial, a de concessões de terras, feita através de doações a particulares, o objetivo era o do povoamento e da colonização da terra recém-descoberta, além disso, era fundamental se ter segurança quanto ao domínio do território conquistado. Complementando, segundo Germani (1993), a ocupação também teve o sentido do processo de expansionismo comercial europeu, cumprindo um papel de instrumento de acumulação primitiva que antecedeu o advento do capitalismo industrial.

Em 1530, afirma Germani (1993), Portugal adotou providências que marcaram a efetiva ocupação das terras brasileiras no início de sua colonização: a implantação das Capitânicas Hereditárias¹¹⁷. O instrumento legal utilizado para tal distribuição era o das Sesmarias¹¹⁸, que, segundo a mesma autora se colocou como o núcleo de onde se originou o direito agrário brasileiro.

Luz (1996) traz que, até 1549, as cartas de doações, concedidas às pessoas ligadas à corte, não tinham outra exigência a não ser a do aproveitamento econômico da área. Depois deste ano, entretanto, passou-se a exigir para a validade das doações, além do aproveitamento da terra, o registro da mesma perante a Providência, no prazo de um ano a contar da data da concessão. Isto se deu, segundo Germani (1993), com a criação do Governo Geral diante do fracasso econômico da maior parte dos donatários.

Em 1695, de acordo com Luz (1996), a Carta Régia passou a limitar em cinco léguas a área máxima de terras que poderia ser doada. Porém, em 1699, tal Carta instituiu a revisão real dos atos de doação, exigindo a confirmação das doações pelo monarca. Em 1795, além das exigências anteriores, passou a ser cobrada, também, a medição e demarcação das terras doadas, fato que aumentou a inviabilidade da legalização das terras, já que na Colônia não havia agrimensores ou topógrafos suficientes para executar

¹¹⁷ Sistema já semelhantemente utilizado por Portugal na ilha de Madeira, segundo Germani (1993), consistiu em dividir a costa brasileira em 12 setores lineares com extensões variantes entre 30 e 100 léguas (equivalente a 5.572 metros) com limite na linha imaginária determinada pelo Tratado de Tordesilhas.

¹¹⁸ Segundo Luz (1996), as sesmarias brasileiras, implantada por Martim Afonso de Sousa, a partir de 1530, por delegação de D. João III, nada se assemelham às doações de terras feitas aos camponeses de Portugal anteriormente, visto as diferenças socioeconômicas e políticas existentes entre as duas situações colocadas, fatores estes que geraram, conseqüentemente, regimes jurídicos resultantes das demandas de cada situação.

tal tarefa. Germani (1993) destaca neste contexto que existiam inúmeros e indissolúveis problemas relacionados à demarcação de terras concedidas, já que muitas cartas de sesmo eram dadas com base em informações imprecisas ou falsas tendo como resultado, por exemplo, a concessão da mesma terra a mais de uma pessoa.

Em 1822, entretanto, a Resolução nº17, de 17 de julho, reverteu todo o quadro fundiário presente, segundo Luz (1996), quando suspendeu todas as doações de sesmarias até a convocação da Assembleia Geral Constituinte. Iniciou-se daí, dessa falta de política fundiária, da impossibilidade de acesso às terras pela forma legal (compra, venda ou doações), uma fase de livre ocupação das terras. O mesmo autor afirma que esta situação favoreceu aqueles que eram agricultores e que tinham como único patrimônio o braço para trabalhar: os que nunca haviam sido favorecidos pela Coroa. Germani (1993) indica quem seriam estes beneficiários: famílias, ocupantes informais, que trabalhavam na agricultura em pequenas unidades (existiam casos de grandes extensões) localizadas nas brechas das grandes fazendas ou em terras de ninguém, normalmente em solos menos férteis e bem distantes das cidades ou ainda, em sesmos abandonados e em latifúndios semi-explorados. Assim, apesar de, no Brasil Colônia, a terra se constituir num privilégio de uma “casta”, segundo a mesma autora, os processos sociais haviam criado mecanismos para a liberdade de acesso à terra.

O Sistema de Posses vigorou de 1822 a 1850. Porém, em 1850, com a Lei nº 601, de 18 de setembro, a terra passava formalmente a ser uma mercadoria, ou seja, um objeto de comércio e especulação no país. A denominada Lei de Terras estabeleceu a discriminação das terras públicas das do domínio particular, proibindo, segundo Luz (1996) a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra e venda. Além disso, legitimava somente as posses mansas e pacíficas oriundas por ocupação primária, medida estratégica que impediu a ocupação por posses de terras dos ex-escravos negros, fato que os deixou sem possibilidades formais de reconstrução da vida no meio rural após a abolição da escravatura. Além disso, a Lei de Terras revalidava as sesmarias, beneficiando os antigos donatários, mantendo a estrutura fundiária baseada em grandes propriedades.

Em 1889, o Brasil passou a ser uma República Federativa e, neste contexto, a propriedade da terra é mantida, segundo Germani (1993), em sua plenitude, exceto em casos de necessidade pública. Além disso, ficou estabelecido que os bens nacionais que

não fossem necessários para a União, passariam para o domínio dos Estados. Assim, as terras devolutas, em geral, saíram do escopo do interesse nacional. Importante destacar que, conforme a mesma autora, cada Estado estabeleceu sua política de concessão de terras, porém, era predominante a transferência de propriedades de terras a grandes fazendeiros e empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária.

O Código Civil de 1917 estabeleceu a via judicial para discriminação de terras, não permitindo, entretanto, a revalidação dos sexmos e a legitimação das posses, segundo afirma Germani (1993). Esta limitação não estancou a ação dos Estados em beneficiar as oligarquias locais em relação à gestão de terras: estas passaram a regularizar suas propriedades em conjunto com os interesses da especulação imobiliária, gerando, conseqüentemente, um estado de conflito constante no campo brasileiro. Segundo Germani (1993), foi em consequência deste contexto que acontecem as primeiras lutas camponesas no Brasil: a Guerra de Canudos (1896 a 1897), na Bahia; e a do Contestado (1912 a 1916), no Paraná e Santa Catarina.

Assim, no Brasil, a propriedade privada se torna o direito real de maior extensão e conteúdo e o mais amplo, segundo Leite (2017), já que os outros direitos reais são mais restritos. O proprietário é titular da faculdade de usar, gozar, dispor e reivindicar, podendo exercer com plenitude estes direitos, utilizando a coisa da forma mais plena possível. Além disso, ele é exclusivo, assim, o proprietário não precisa considerar a interferência de terceiros. Ele, também é perpétuo, permanecendo no patrimônio de seu titular, sem prazo definido, justificando o direito de sucessão.

Apesar de sua amplitude, o direito à propriedade não garante poderes absolutos ou ilimitados. Ele pode ser utilizado em toda sua essência, porém, conforme o bem-estar social, os bons costumes e não de forma arbitrária ou incondicional. A função social, como destaque, traz uma conciliação entre os poderes e deveres do proprietário. Segundo Germani (1993), as Constituições de 1934 e 1946 já levantavam a função social da terra, sendo que a segunda condicionava o uso da propriedade ao bem-estar social e indicava a desapropriação via indenização para garantir tal bem. Porém, os obstáculos institucionais para o pagamento de tais indenizações, inviabilizava qualquer tentativa de distribuição de terras.

É somente em 1964, no governo militar de Castelo Branco, que as amarras institucionais são “afrouxadas”. A emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro, especificou diferenças entre propriedade urbana e rural, permitindo que para a segunda, se vinculasse o pagamento das indenizações aos títulos da dívida pública. Além disso, foi neste Governo que o “Estatuto da Terra”, Lei 4.504, de 30 de novembro, foi instituído. O Estatuto da Terra regula os direitos e deveres concernentes às propriedades rurais e estabelece critérios para a execução da reforma agrária e da Política Agrícola. Porém, a reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra era limitada, deveria ser executada por medidas complementares, tais como a tributação, a colonização e, em último caso, pela desapropriação¹¹⁹. O objetivo, neste sentido, segundo Germani (1993), era resolver as tensões sociais sem prejudicar os interesses da burguesia ou oligarquias ou rurais.

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal, atualmente em vigor. Os trabalhos para sua formulação foram tensos no que tange a questão agrária. Apesar do conceito de latifúndio produtivo ter sido inserido em um Ato Complementar, a função social da terra se consolidou¹²⁰. Porém, muitos obstáculos se colocaram para efetivação da justa distribuição de terras no solo brasileiro, desde então, pela falta de regulamentação complementar, fruto do desinteresse pela questão e pela vontade política hegemônica em se manter a situação como está.

4.2 REALIDADE CAMPONESA SOB A LUZ DA MORADIA

4.2.1 A Concentração de Terras e a Presença de Minifúndios na Bahia

A partir do que foi levantado, inicia-se este tópico afirmando que em nenhuma lei, regime ou governo o conteúdo excludente da propriedade da terra foi, sequer, abalado no contexto brasileiro. O mesmo pode ser colocado para o caso baiano. A “terra dos coronéis”, antiga “casa” dos grandes engenhos de açúcar, palco maior da escravidão brasileira, mantém uma estrutura fundiária concentrada. Através da Figura 29, onde pode-

¹¹⁹ Segundo Germani (1993), esta, só poderia acontecer se houvesse tensão social.

¹²⁰ O Estatuto da terra definia um limite na dimensão do imóvel rural (não poderiam exceder a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona), sendo que, se ele o ultrapassasse, seria considerado um latifúndio, passível de desapropriação em função da reforma agrária. Importante destacar que para a mesma Lei seria fundamental a gradual extensão tanto do minifúndio quanto do latifúndio. Porém, na Constituição Federal, de 1988, as propriedades produtivas seriam insuscetíveis de desapropriação, independentemente de sua dimensão. Consequentemente, foi autorizada a propriedade de latifúndios produtivos.

se observar a espacialização da Concentração de Terra¹²¹ com base no o Índice de Gini¹²², é possível observar a que a qualificação forte e muito forte (0,701-0,900) predomina no Estado da Bahia, pois, abrange 283 municípios, que representa 68% do total. A localização dos municípios nesta condição, se coloca de forma a criar grandes blocos, como na Chapada Diamantina, nas imediações do rio São Francisco (com algumas exceções) e em regiões semiáridas.

Dos 24 municípios selecionados para esta pesquisa, 18 estavam, em 2006, na qualificação de forte a muito forte concentração de terras. Levando-se em consideração que os assentamentos de reforma agrária seguem a tendência de serem implantados onde há conflito por terra, pode-se considerar que nestes municípios selecionados, exista grande quantidade de camponeses que, historicamente vem se colocando como sujeitos sociais. Isto é, que vem resistindo e lutando, de forma organizada, por terra.

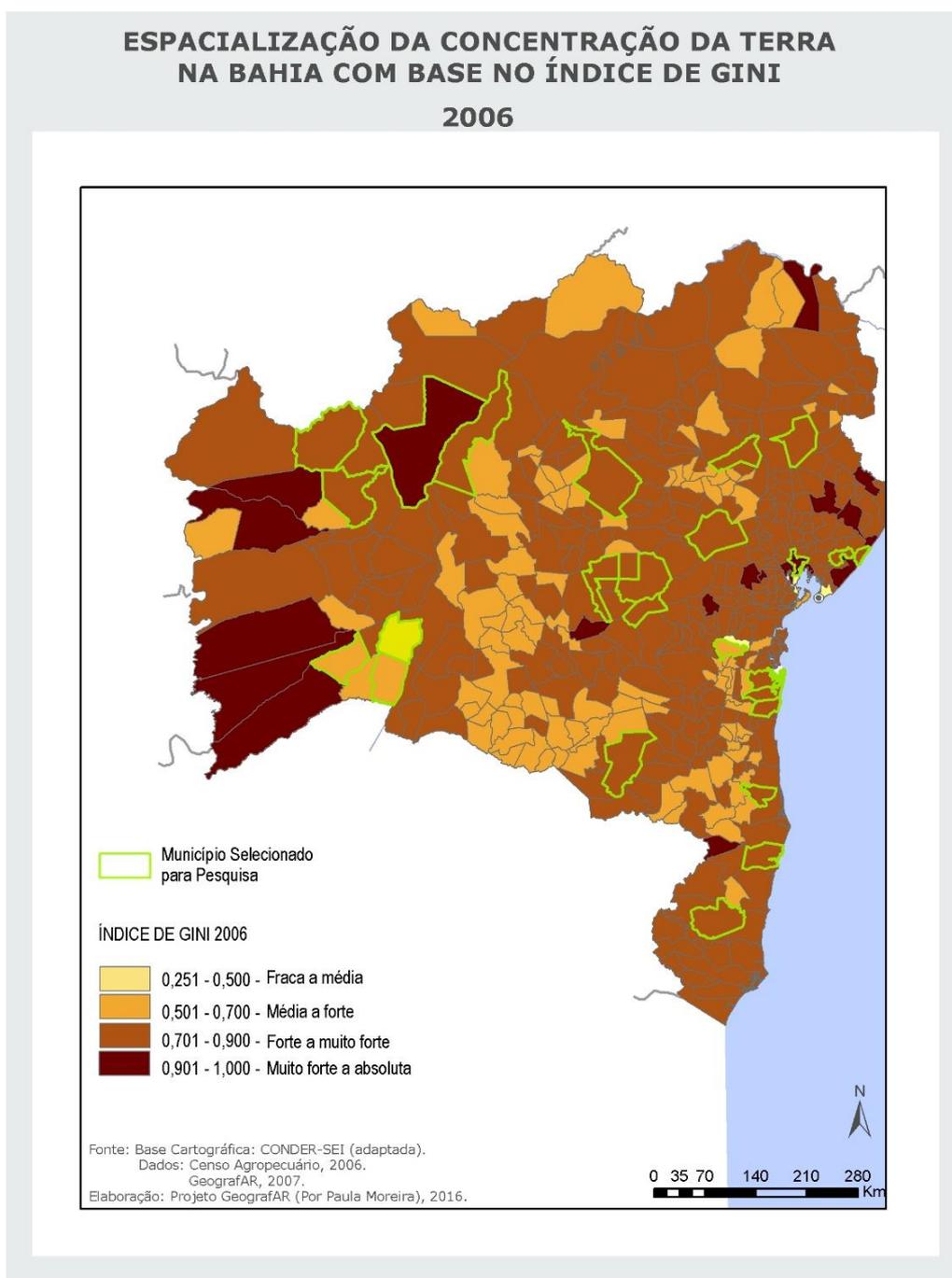
O que também é relevante é o agrupamento de municípios com concentração de terra muito forte a absoluta no oeste baiano. Este fato explicita o conteúdo do modelo do agronegócio ali implantado, baseado em grandes propriedades, onde os camponeses acabam por perder espaço, muitos tendo que migrar para poder sobreviver. Nesta condição, também se destacam três municípios que são banhados pela Baía de Todos os Santos: Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde. Neste caso, as antigas estruturas fundiárias oriundas dos engenhos não se dissolveram, porém, no caso de Santo Amaro (um dos municípios selecionados) a luta pela terra vem se mantendo com certa constância a partir da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

É possível observar vários municípios isolados, também com as maiores concentrações de terra da Bahia. Dentre eles, Barra, que, selecionado para a pesquisa, possui a herança das antigas fazendas de gado e um elevado número de assentamentos de reforma agrária.

¹²¹ O índice de Gini de concentração de terras foi elaborado pelo grupo de pesquisa GeograAR a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e está disponível em: www.geografar.ufba.br.

¹²² Segundo o IBGE, índice de Gini se constitui na medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima). Disponível (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>)

Figura 29 - Mapa do Índice de Gini de Concentração de Terras referente ao ano de 2006 no Estado da Bahia com Destaque aos Municípios Estudados na Pesquisa



É possível visualizar na Figura 29 que existem alguns agrupamentos de municípios com média a forte concentração de terras. O maior deles abrange continuamente parte de quatro Territórios de Identidade: Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Velho Chico e Sudoeste Baiano, seguindo o eixo das Serras do Espinhaço e Geral e, a Chapada Diamantina. Em geral, os municípios inseridos neste agrupamento

praticam a agricultura baseada na produção do algodão, porém, a principal atividade econômica é a mineração (magnesita, ametista e urânio). Um elemento recente que diferencia esta faixa é a implantação do parque eólico. É interessante notar que nenhum dos municípios selecionados para este estudo¹²³ estão inseridos neste agrupamento, na verdade, ali nunca foi foco da ação do Estado ou dos movimentos sociais, no sentido de se implantar projetos de assentamento de reforma agrária. Como exceção, existem dois projetos de assentamento: Maria Zilda, em Cordeiros e Vale da Califórnia, em Mirante.

Outros seis pequenos agrupamentos se destacam com concentração de terras entre médio e forte, sendo poucos os exemplos de municípios dispersos nesta condição. Entre os pequenos agrupamentos, dois possuem municípios que fazem parte da seleção desta pesquisa: no Médio São Francisco tem-se Coribe e Carinhanha e, no Baixo Sul, Wenceslau Guimarães.

Por fim, de fraca a média concentração de terras somente existe o exemplo de Serra do Ramalho. Este município teve sua origem no Projeto Especial de Colonização (PEC). Isto porque, em 1973, como já mencionado no Capítulo 2, a região do Médio São Francisco foi decretada prioritária para desapropriação pelo Governo Federal, como consequência da construção da represa de Sobradinho, visto a demanda para se reassentar os atingidos pela obra. Assim, a partir de março de 1976, o povoamento da região foi intensificado pelo assentamento das populações desalojadas em 23 agrovilas e cerca de 5160¹²⁴ lotes. Desta forma, por uma forte ação do Estado, desvinculada da demanda social, Serra do Ramalho se diferencia no estado da Bahia¹²⁵.

A Tabela 12 apresenta, nos municípios selecionados, a evolução do índice de Gini de Concentração de Terra entre os anos de 1985, onde a política de reforma agrária ainda não poderia ser absorvida pelo Censo Agropecuário do IBGE, já que estava se iniciando e, 2006, quando este órgão passa a considerar os assentados da reforma agrária na condição de produtor. A referida Tabela, então, vai mostrar como a política de reforma agrária se comportou em relação à concentração de terras, nos municípios da Bahia onde teve maior abrangência temporal e constância de ação.

¹²³ O critério, já descrito neste texto, no Capítulo 3, foi o de municípios que tenham sido contemplados com projetos de assentamento de reforma agrária nos três momentos definidos.

¹²⁴ Germani (1993) comenta sobre o Índice de Gini deste município.

¹²⁵ No Capítulo 2, a PEC Serra do Ramalho é tratada com maior detalhe, visto sua importância na análise quanto à resistência camponesa frente a ações estatais vinculadas à moradia.

Tabela 12 – Municípios Selecionados e Índice de Gini de Concentração de Terras para os anos de 1985 e 2006.

Município	1985		2006	
	Índice de Gini	Qualidade da Concentração de Terra	Índice de Gini	Qualidade da Concentração de Terra
Andaraí	0,909	Muito forte a absoluta	0,816	Forte a muito forte
Barra	0,955	Muito forte a absoluta	0,906	Muito forte a absoluta
Boa Vista do Tupim	0,807	Forte a muito forte	0,789	Forte a muito forte
Camamu	0,767	Forte a muito forte	0,813	Forte a muito forte
Carinhanha	0,75	Forte a muito forte	0,633	Média a forte
Coribe	0,762	Forte a muito forte	0,695	Média a forte
Cotegipe	0,855	Forte a muito forte	0,695	Média a forte
Ipirá	0,775	Forte a muito forte	0,787	Forte a muito forte
Itacaré	0,721	Forte a muito forte	0,744	Forte a muito forte
Itamaraju	0,712	Forte a muito forte	0,813	Forte a muito forte
Maraú	0,752	Forte a muito forte	0,755	Forte a muito forte
Marcionílio Souza	0,769	Forte a muito forte	0,708	Forte a muito forte
Mata de São João	0,912	Muito forte a absoluta	0,817	Forte a muito forte
Morro do Chapéu	0,763	Forte a muito forte	0,783	Forte a muito forte
Santa Cruz Cabrália	0,695	Média a forte	0,735	Forte a muito forte
Santa Luzia	0,632	Média a forte	0,667	Média a forte
Santa Rita De Cassia	0,807	Forte a muito forte	0,766	Forte a muito forte
Santaluz	0,763	Forte a muito forte	0,775	Forte a muito forte
Santo Amaro	0,915	Muito forte a absoluta	0,911	Muito forte a absoluta
Serra do Ramalho	0,41	Fraca a média	0,463	Fraca a média
Tucano	0,786	Forte a muito forte	0,742	Forte a muito forte
Vitoria da Conquista	0,817	Forte a muito forte	0,822	Forte a muito forte
Wenceslau Guimarães	0,649	Média a forte	0,693	Média a forte
Xique Xique	0,929	Muito forte a absoluta	0,867	Forte a muito forte

Fonte: Grupo de Pesquisa GeografAR (2017).

O que se chama a atenção, primeiramente, é que dos 24 municípios selecionados, 17 (71%) mantiveram, entre 1985 e 2006, a mesma qualificação quanto à concentração de terra, independente da ação do Estado, mostrando o quanto é difícil mudar uma realidade enraizada historicamente na sociedade brasileira. Isto, tanto pelo axioma da propriedade privada, quanto pelas próprias estruturas políticas, institucionais e sociais que trabalham para manter o *status quo* da oligarquia rural. Marcionílio Souza, Tucano, Santa Rita de Cássia, Boa Vista do Tupim, Barra e Santo Amaro, apesar de manterem a mesma posição, tiveram seus índices diminuídos, mostrando uma leve tendência à desconcentração. Porém, a maior parte deles: Wenceslau Guimarães, Itacaré, Maraú, Santaluz, Morro do Chapéu, Ipirá, Itamaraju, Camamu e Vitória da Conquista, tiveram

aumentos nos seus índices de Gini, mostrando que mesmo com a ação temporal contínua na implantação de assentamentos de reforma agrária, conseqüente, principalmente, pelo esforço dos movimentos sociais, a tendência à concentração de terras continua sendo uma realidade.

Em 1985, dos municípios selecionados havia cinco com concentração muito forte a absoluta (0,901-1,000): Andaraí, Mata de São João, Xique Xique, Barra e Santo Amaro. Destes, somente dois se mantiveram, em 2006, nesta condição: Barra e Santo Amaro. Com concentração entre forte a muito forte (0,701-0,900), existiam 15 e, depois, 16 municípios. Neste caso, houve um acréscimo dos três municípios com a pior situação que tiveram melhoras, três municípios que, também, obtiveram melhores resultados e passaram para média a forte concentração de terras (Cotegipe, Coribe e Carinhanha) e, um único município que teve retrocesso: Santa Cruz Cabralia. Neste caso, sendo o fato de estar inserido no eixo de expansão da eucaliptocultura, ali baseado em grandes propriedades, como afirma Andrade (2015), pode explicar o fato.

Na condição de média a forte concentração de terra (0,501-0,700) em 1985, existiam dois municípios (Santa Luzia e Wenceslau Guimarães) e, em 2006 se mantiveram este dois, somando-se mais três, já citados anteriormente. E, em condição de fraca a média concentração de terras (0,251-0,500) mantém-se na posição Serra do Ramalho, porém, com aumento no índice de Gini, mostrando uma perspectiva de concentração de terras.

Vendo por outro viés, seis municípios tiveram sua qualificação levemente melhorada no intervalo de tempo estudado: Carinhanha, Coribe, Cotegipe, Andaraí, Mata de São João e Xique Xique. Neste caso, o que se destaca é a localização da maior parte no Médio São Francisco. A presença histórica de povos ribeirinhos ocupando as terras como posseiros, somada à ação concentrada dos movimentos sociais na região potencializaram este fenômeno. O aparecimento de Mata de São João, localizado na Região Metropolitana de Salvador, que apesar de ter assentamentos oriundos das lutas sociais e um projeto de colonização (o JK), tem essa diminuição do índice associada aos loteamentos, principalmente na área litorânea, fruto de latifúndios mantidos, por um longo tempo, como “estoque de terras”. Assim, sendo a redução do índice de Gini está vinculada aos frutos da especulação imobiliária no Litoral Norte da Bahia.

A Observação da evolução da concentração de terras nos municípios selecionados entre 1985 e 2006, se torna mais reveladora quando comparada com as áreas dos estabelecimentos contidos nestes. A Tabela 13 traz somente a relação dos estabelecimentos que possuem módulo fiscal¹²⁶ abaixo do estabelecido para o município. Desta forma, é possível se visualizar a proporção de minifúndios existentes em cada um deles e, sua evolução no mesmo intervalo de tempo. Considerando-se que estes municípios tiveram uma contínua ação de implantação de projetos de assentamento de reforma agrária nos três momentos analisados, busca-se visualizar se houve impacto desta no que se refere à diminuição dos minifúndios.

Observa-se, primeiramente, que 46% dos municípios mantiveram, em 2006, proporção semelhante em relação a área dos estabelecimentos no ano de 1985. Como exemplo, pode-se citar Santaluz, que manteve o índice de Gini com qualificação de forte a muito forte concentração de terras no período analisado. Conforme indica a Tabela 13, em 1985, 73,8% dos estabelecimentos tinham área menor que o módulo fiscal (50ha), ocupando, somados, 13,27% da área total dos estabelecimentos¹²⁷, sendo que, os 1118 (mil cento e dezoito) estabelecimentos tinham áreas que, em sua maioria, variavam entre 20 a 50ha. Esta grande quantidade de minifúndios e, principalmente sua permanência, apesar da Política de Reforma Agrária, mostra que os projetos de assentamento não interferem nesta lógica. Pelo contrário, normalmente, os lotes individuais disponibilizados pelo INCRA possuem áreas inferiores ao módulo fiscal, fato que o coloca como um agente perpetuador desta realidade. Esta seria uma distorção desta Política, visto que os minifúndios são o reflexo da pobreza rural e, deveriam ser combatidos e, não mantidos ou incentivados. O próprio “Estatuto da Terra”¹²⁸, designa o minifúndio como um “imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”. Assim sendo, reconhecidamente, o minifúndio tem limitado potencial de sustentar seus proprietários, se constituindo como um modelo insuficiente para manter uma família.

¹²⁶ Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município. Ele leva em conta as particularidades locais, relacionando a renda possível de ser obtida a e área utilizada, indicando uma área mínima para reprodução de uma unidade familiar.

¹²⁷ Isto significa que 26,2% dos estabelecimentos têm contêm 86,7% da área total do município.

¹²⁸ Lei 4504/64.

Após 21 anos de ação do INCRA no município, ainda predominam em Santaluz as propriedades cuja área varia entre 20 a 50ha, sendo que estas representam 83,92% dos estabelecimentos, contendo somente 22,75% da área do município. O que se percebe, na verdade, é que a política de implantação de projetos de assentamento aumentou a representatividade deste tipo de estabelecimento tanto numericamente, quanto em área.

Tabela 13 – Municípios Selecionados e Estabelecimentos com Área Inferior ao Módulo Fiscal para os anos de 1985 e 2006.

ESTABELECIMENTO COM ÁREA INFERIOR AO MÓDULO FISCAL DO MUNICÍPIO									
MUNICÍPIO	MÓDULO FISCAL	1980				2006			
		ESTABELECIMENTO		ÁREA(Ha)		ESTABELECIMENTO		ÁREA(Ha)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ANDARAÍ	65	2520	91,03	15959	12,47	1098	85,38	17718	19,89
BARRA	65	4761	86,7	27728	3,45	2923	83,12	16824	11,91
BOA VISTA DO TUPIM	60	819	65,73	16924	8,09	1205	75,88	22362	11,68
CAMAMU	20	2848	77,24	17484	17,56	1942	79,76	10316	16,61
CARINHANHA	65	1381	58,96	22879	9,16	1718	68,37	4044	22,66
CORIBE	65	879	54,27	17839	6,52	1186	63,76	22911	15,09
COTEGIPE	65	769	49,08	14721	2,55	1308	70,29	26911	11,68
IPIRÁ	60	7757	88,54	89270	30	5820	84,84	69987	27,56
ITACARE	20	889	56,31	5772	8,9	1834	76,73	11158	21,57
ITAMARAJU	40	753	26,17	4774	1,37	1090	54,79	9221	4,26
MARAÚ	20	1155	66,03	5995	9,2	1308	70,7	7519	12,89
MARCIONÍLIO SOUZA	35	247	47,41	1880	2,49	106	11,79	846	0,82
MATA DE SÃO JOÃO	7	1358	71,97	1787	3,25	143	31,98	365	1,2
MORRO DO CHAPÉU	65	1369	58,68	26252	8,14	1953	75,24	27937	13,89
SANTA CRUZ CABRALIA	35	344	45,56	2861	2,62	380	44,19	3429	5,83
SANTA LUZIA	20	563	41,99	4787	7,02	591	50,46	5289	9,77
SANTA RITA DE CASSIA	65	1793	65,7	24534	5,61	1661	64,53	36577	14,38
SANTALUZ	50	1118	73,81	17241	13,27	1890	83,92	25877	22,75
SANTO AMARO	30	1942	91,05	4058	10,43	808	88,99	2796	9,8
SERRA DO RAMALHO	65	4382	91,64	89270	58,77	2787	83,29	66460	43,46
TUCANO	50	3568	88,25	44112	30,4	6079	89,85	43649	36,78
VITORIA DA CONQUISTA	35	1587	47,34	10324	4,32	2760	68,68	12395	6,51
WENCESLAU GUIMARÃES	20	440	40,1	3583	5,62	2262	78,49	13931	24,62
XIQUE XIQUE	65	2437	80,56	20059	4,69	2343	83,18	14956	12,04

Elaboração: Paula Moreira, 2017. Fonte: GeografAR (2007).

Tratando-se de outro exemplo, agora que representa os 37,5% dos municípios cuja predominância da área dos minifúndios tenha tido alguma melhora, pode-se citar Ipirá que, em 1985 tinha 88,54% dos seus estabelecimentos com área prevalecte entre 2 e 5ha e, passou a ter, em 2006, prevalência de 2 a 50ha. Na verdade, a amplitude foi

aumentada, ou seja, a variação do tamanho dos minifúndios. Porém, de modo geral, observando a Tabela 13, percebe-se que as modificações ocorreram somente internamente ao grupo dos minifúndios, visto que em 2006, 84,84% dos estabelecimentos se constituem como tal, ocupando 27,56% da área total. Isto é, no geral, a alteração de sua representatividade em relação ao somatório das áreas dos estabelecimentos do município foi quase nula.

Para o caso onde as áreas predominantes dos minifúndios diminuíram ainda mais no período analisado (16,6% dos municípios analisados estão nesta condição) traz-se o exemplo de Barra, visto sua representatividade por ser um dos municípios com maior concentração de terras na Bahia. Em 1985, 86,7% dos estabelecimentos tinha módulo fiscal abaixo do municipal que, predominantemente variavam entre 1 e 5ha. Em 2006, os 82,3% dos estabelecimentos têm prevalência do intervalo de 1 a 2ha. Isso significa que a impossibilidade de se viver das atividades agrícolas no município, cujo módulo fiscal é de 65ha, diminuiu ainda mais. Porém, segundo a Tabela 13, o número que se alterou significativamente foi a proporção de área ocupada por minifúndios: em 1985 ela era de 3,45% e, em 2006 passou a ser 11,9%, mostrando claramente que a distribuição de terras ocorreu, porém, acentuando o problema fundiário, pois, contribuiu com o aumento dos minifúndios.

Para mostrar esta relação, em um exemplo estudado, utilizou-se como referência os PAs Uirapuru, Barro Vermelho/ Canudos e Fazenda Itacutiara, todos localizados no município de Barra. Verificou-se a quantidade de área disponível para cada assentado, após seu parcelamento¹²⁹. Considerando-se o módulo fiscal do município de 60ha, o que possui a melhor situação é o PA Fazenda Itacutiara, onde, em média, os assentados obtiveram 40ha. Em seguida, o PA Uirapuru, com 37,8ha. Por fim, e, em uma situação muito difícil, fica o PA Barro Vermelho/ Canudos que, somente dispõe de 9,5ha, para cada um de seus 244 assentados. Em relação a ação da CDA no município, foram criados um assentamento Cédula da Terra e três de Crédito Fundiário. O Cédula da Terra, vinculado à Associação dos Produtores Rurais de São Jorge, disponibilizou 14,4ha para 24 famílias. Quanto aos assentamentos de Crédito Fundiário, Na Associação dos Rurais Boa Esperança, foram disponibilizados 22,2ha para as 44; na Comunidade de Igarité,

¹²⁹ Nestes casos do INCRA, já retirando as áreas de Reserva Legal, as APPs e Áreas Coletivas. Estas áreas se relacionam somente com o que ficou disponível para cada assentado.

foram disponibilizados 41,9ha para as 30 famílias e; na Comunidade Torrinha distribuiu-se 31,1ha por família. Nota-se que em todos os casos a área disponibilizada para as famílias é menor que 60ha. Outra questão que se coloca naquela região é que as famílias tendem a morar concentradas perto dos rios e utilizam as áreas mais distantes, de sequeiro para a criação de gado, já que não existe casos de infraestrutura de irrigação para poderem produzir agricultura longe dos rios. Assim, as limitações são maiores, pois, mesmo as áreas maiores tendem a ser pouco exploradas, devido às limitações de infraestrutura produtiva.

Aplicando-se a metodologia proposta por Chamo *et al.* (2006), onde busca-se, através da identificação das formas espaciais obtidas por imagem de satélite, articular análises espaciais de produção do espaço, utiliza-se, através da imagem da Figura 30, compreender as diferenças nas unidades dos estabelecimentos rurais, no município de Cotegipe.

Figura 30 – Imagem de Satélite de Detalhe do PA Rio Grande II, Cotegipe/Bahia, 2017



Fonte: Google Earth (2017) e INCRA (poligonal do PA).

Neste caso, o PA Rio Grande II traz suas pequenas parcelas (em média de 33,9ha/família), já apropriadas pelos seus 178 assentados e, ao lado deste, pode-se verificar as grandes propriedades com dimensões bem maiores, fato que gera para a região, diferenças socioeconômicas muito grandes¹³⁰.

Finalmente, é bastante revelador o fato de que 70,4% dos municípios analisados tinham, em 1985, percentuais de estabelecimentos enquadrados como minifúndio maior que 50% total e, que essa proporção foi ainda mais acentuada em 2006, passando para 87,5%. Não é possível afirmar que os projetos de assentamento de reforma agrária foram responsáveis pelo aumento desta distorção no campo baiano, porém, sem dúvida eles vêm contribuindo para tal. Em relação à área, 70,8% dos municípios tinham, em 1985, os percentuais das áreas de minifúndios somados, representando menos que 10% do total. Em 2006, entretanto, este percentual mudou bastante: 29,2% dos municípios analisados têm, no somatório dos percentuais das áreas de minifúndio, relação menor que 10% da área total dos municípios. Assim, pode-se dizer que as áreas de minifúndio, nos municípios analisados, tenderam a aumentar sobre a área dos estabelecimentos maiores que o módulo fiscal. Esse aspecto é preocupante, pois, mostra que as possibilidades de perpetuação da pobreza rural circundam os municípios cuja implantação de projetos de assentamento de reforma agrária vem ocorrendo. Este fato, ganha mais importância pelo fato de esta ação estatal se constituir em uma das mais representativas e abrangentes ações já ocorridas na história do país no que tange a política agrária¹³¹. Sem ela, poucas perspectivas existem, com ela, a perpetuação dos minifúndios. “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”.

A predominância do minifúndio nos municípios selecionados pode ser melhor compreendida à luz dos dados relativos à condição do produtor. As variáveis encontradas no Censo Agropecuário (2006), para este indicador, são: proprietário, arrendatário, ocupante, assentado sem titulação definitiva, parceiro e produtor sem área.

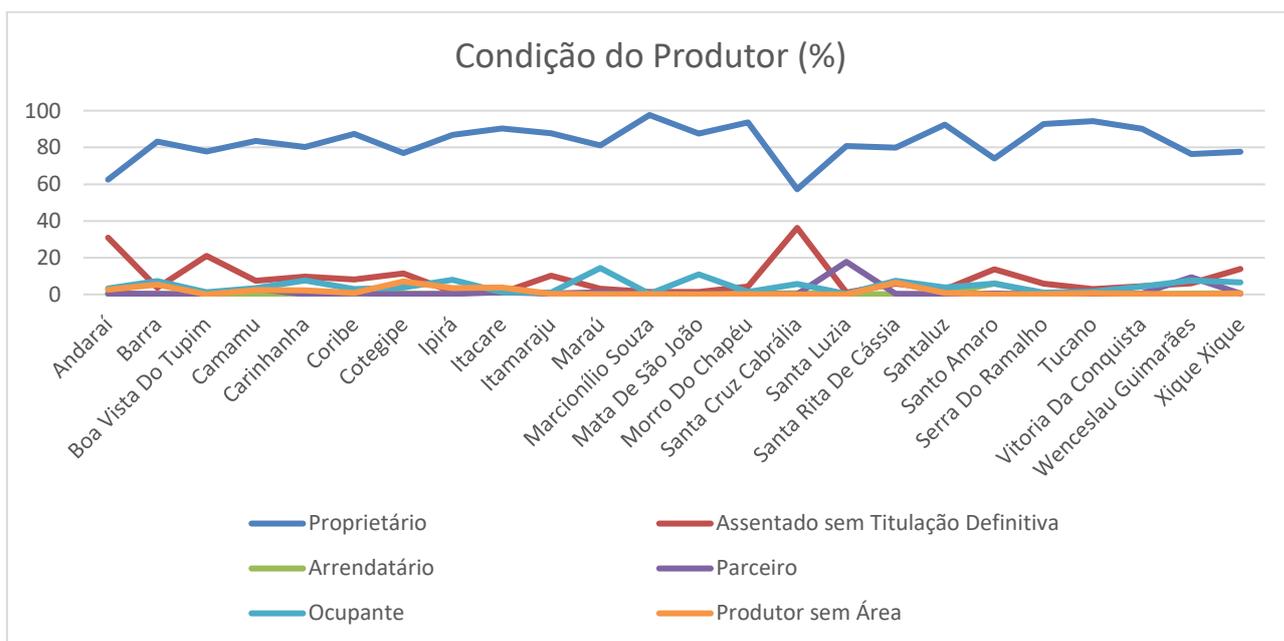
Observando-se a Figura 31, é possível ver qual a variável de condição do produtor é mais representativa. A condição de proprietário se coloca com maior destaque, tendo um declínio maior no município de Santaluz e outro, menos representativo em Andaraí,

¹³⁰ Estas relações de diferença não se constituem como foco desta tese, porém, são importantes de serem compreendidas. O próprio artigo de Chamo *et al.* (2006) traz este tipo de leitura.

¹³¹ Infelizmente, essa é a realidade que se coloca.

onde, em ambos os casos, os assentados sem título definitivo têm um acréscimo numérico significativo. Em Santo Amaro, Boa Vista do Tupim, Cotegipe, Santo Amaro e Xique Xique, esta mesma relação se repete, porém, de forma tímida. Além disso, é possível observar que o parceiro aparece com mais destaque em Santa Luzia e, o ocupante, em Marará, Mata de São João, Ipirá, Wenceslau Guimarães e Xique Xique.

Figura 31 – Gráfico das Variáveis da Condição do Produtor, 2006



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2006).

Ainda se tratando da condição de proprietário de terra, na Tabela 14, a média do percentual destes nos municípios selecionados é de 82,99%, sendo que 13 municípios têm percentuais maiores. Serra do Ramalho, por razão da implantação do PEC pelo Estado, é o exemplo de alto percentual de proprietários em fraca a média concentração de terras. Já, Barra, é o exemplo de município onde existe muito forte a absoluta concentração de terras e o número de proprietários é elevadíssimo, chegando a 83,14%. Porém, 77% dos municípios com números de proprietários acima da média tem o padrão de alto a muito alto nível de concentração de terras. É importante relacionar estes dados com o predomínio dos minifúndios no estado da Bahia: em sua maioria, são proprietários, porém, de terras incapazes de gerar o desenvolvimento do grupo familiar, visto sua limitação de área.

Tabela 14 - Municípios Seleccionados e Condição do Produtor

CONDIÇÃO DO PRODUTOR												
Nº Total de Estabelecimentos	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1286	804	62,52	397	30,87	1	0,08	7	0,54	43	3,34	34	2,64
3517	2924	83,14	125	3,55	10	0,28	14	0,4	255	7,25	189	5,37
1588	1235	77,77	333	20,97	1	0,06	1	0,06	18	1,13	0	0
2435	2033	83,49	182	7,47	1	0,04	77	3,16	84	3,45	58	2,38
2513	2018	80,3	244	9,71	1	0,04	4	0,16	192	7,64	54	2,15
1860	1625	87,37	152	8,17	3	0,16	12	0,65	53	2,85	15	0,81
1861	1432	76,95	213	11,45	8	0,43	4	0,21	72	3,87	132	7,09
6860	5959	86,87	91	1,33	5	0,07	20	0,29	545	7,94	240	3,5
2390	2159	90,33	23	0,96	61	2,55	28	1,17	29	1,21	90	3,77
1990	1747	87,79	205	10,3	3	0,15	11	0,55	19	0,95	5	0,25
1850	1500	81,08	56	3,03	4	0,22	22	1,19	266	14,38	2	0,11
899	878	97,66	13	1,45	1	0,11	2	0,22	3	0,33	2	0,22
447	391	87,47	6	1,34	0	0	1	0,22	49	10,96	0	0
2596	2430	93,61	112	4,31	8	0,31	4	0,15	37	1,43	5	0,19
861	493	57,26	312	36,24	6	0,7	1	0,12	49	5,69	0	0
1171	945	80,7	12	1,02	2	0,17	208	17,76	4	0,34	0	0
2574	2055	79,84	152	5,91	4	0,16	9	0,35	191	7,42	163	6,33
2252	2080	92,36	61	2,71	2	0,09	2	0,09	86	3,82	21	0,93
908	672	74,01	124	13,66	55	6,06	4	0,44	53	5,84	0	0
3346	3101	92,68	197	5,89	3	0,09	3	0,09	35	1,05	7	0,21
6766	6383	94,34	195	2,88	15	0,22	22	0,33	108	1,6	43	0,64
3940	3550	90,1	175	4,44	8	0,2	19	0,48	172	4,37	16	0,41
2882	2201	76,37	177	6,14	13	0,45	271	9,4	220	7,63	0	0
2817	2189	77,71	391	13,88	20	0,71	12	0,43	187	6,64	18	0,64

Elaboração: Paula Moreira (2016). Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2006).

Contrária a esta situação é a baixa média de assentados por município, 8,65%. Pior ainda, é verificar que apenas sete deles (30%) têm médias superiores a este número. O município de Andaraí, por exemplo, teve uma redução da concentração de terras entre 1985 e 2006: da pior condição para a segunda pior. Apesar de 62,52% dos 1286 estabelecimentos rurais serem de proprietários, 30,87% destes está sob a concessão de uso de assentados de reforma agrária. Neste município, ainda se destaca um percentual acima da média de ocupantes, sendo estes considerados, nesta tese, como posseiros e produtor sem área ou sem terra. Mostrando a forte demanda que ainda existe em torno da reforma agrária, apesar do significativo percentual. Com um percentual mais elevado ainda de assentados sem titulação definitiva, encontra-se Santa Cruz Cabralia com

36,24% dos 861 estabelecimentos rurais. Porém, diferentemente de Andaraí, neste município houve entre 1985 e 2006 um retrocesso em relação à concentração de terras, fato que pode estar relacionado com o elevado percentual de ocupantes que, possivelmente, se constituam como camponeses lutando por terra.

O terceiro município com maior percentual de assentados, Boa Vista do Tupim (20,97 % dos 1588 estabelecimentos), mostra um percentual baixo em relação a arrendatários, parceiros, ocupantes e sem terra. Boa Vista do Tupim, que tem a maior parte da população vivente no meio rural, foi palco de uma concentrada ação do MST, fato que trouxe a ele o elevado número de dez projetos de assentamento. Porém, a diminuição do seu índice de Gini entre 1985 e 2006 não o fez sair da linha da qualidade de “forte a muito forte” concentração de terras.

No geral, a média de arrendatários e parceiros é bastante baixa (1,6 e 0,56 respectivamente), mostrando a pouca representatividade deste tipo de condição de produtor no universo selecionado. Porém não se deve deixar de mencionar o município de Santo Amaro, onde há uma muito forte a absoluta concentração de terra e um percentual de 6% de arrendatários, mostrando que os proprietários de terra vêm mantendo este tipo de relação para obter renda da terra. Outro município que aparece com um percentual bem acima da média de arrendatários (2,5%) é Itacaré, destacando-se que vem tendendo a aumentar seu já elevado índice de Gini.

Quanto aos parceiros, Santa Luzia aparece bem acima da média com 17,8% e, apresentando uma concentração de terra entre média e alta com tendência ao seu aumento. Já, Wenceslau Guimarães, também, acima da média com 9,4% de parceiros, tem uma proporção maior que a de posseiros (ocupantes), assentados e arrendatários, sendo somente inferior à de proprietários. Já a média de ocupantes, considerados posseiros, é de 4,64%. Dentre o universo selecionado existem dez municípios que têm a média superior a este percentual. Dois municípios diferentes no contexto espacial se assemelham neste quesito: Marau e Mata de São João. Ambos têm elevado percentual de proprietários, baixíssimo de assentados, arrendatários, parceiros e sem área, porém, com um percentual significativo em ocupantes (14,38 e 10,96 respectivamente). É importante destacar que estes municípios têm forte a muito forte concentração de terras e, apesar de se distinguirem por vários aspectos apresentam demanda elevada por reforma agrária, mesmo depois da contínua ação do Estado para este fim, desde o I PNRA.

Quanto aos produtores sem área, foi verificada a média de 1,57% e sete municípios acima desta média. Como destaque, tem-se que destes sete, quatro se localizam no Médio São Francisco (Carinhanha, Cotegipe, Santa Rita de Cássia e Barra), mostrando a forte necessidade de continuidade de implantação de assentamentos nesta região.

4.2.2 Os Domicílios e as Várias Faces e Sentidos da Materialidade das Moradias Rurais

Antes de se observar as relações sobre domicílios que interessam a esta tese, é importante verificar qual é seu significado para quem levantou os dados em campo, o IBGE. O primeiro aspecto é que este Instituto designa como rural ou urbana, a situação do domicílio¹³². Esta, é dada de acordo com a área de localização do domicílio, tendo como referência a legislação vigente no momento em que é realizado o Censo Demográfico. São considerados como domicílios em situação urbana, os que estão contidos em áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Já o domicílio em situação rural é aquele que está inserido fora dos limites estabelecidos para o urbano¹³³. Isto é, o rural em função do urbano. Pensa-se que este tipo de interpretação pode gerar distorções quanto aos números levantados, pois, existem aglomerações eminentemente rurais que podem ser interpretadas como urbanas. Como o objetivo desta tese não paira sobre esta questão, a observação foi levantada no sentido de se ponderar a interpretação dos números trazidos pelo Censo Demográfico.

Observando a Tabela 15 é possível verificar os números e percentuais relativos aos domicílios em situação urbana e rural no Brasil, na região Nordeste e no estado da Bahia.

O primeiro aspecto a ser levantado é o percentual mais reduzido de domicílios em situação rural no Brasil (15,86%), em relação a região Nordeste (24,95%) e a Bahia (25,87%). Esta última tem a maior proporção, sendo pouco superior ao conjunto dos estados da região Nordeste. Em números, mesmo com as possíveis distorções, na Bahia,

¹³² Diz-se: domicílio em situação urbana e domicílio em situação rural.

¹³³ Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

existiam 1.059.295 domicílios em situação rural em 2010. Este número é bastante expressivo, mostrando uma representatividade importante de ser considerada. Porém, quem ocupa esses domicílios? Qual a relação destes com as moradias rurais e a questão agrária?

Tabela 15 – Domicílios no Brasil, na Região Nordeste e na Bahia, 2010

UNIDADE ESPACIAL	DOMICÍLIOS				
	RURAL		URBANO		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº
Bahia	1.059.298	25,87	3.035.107	74,13	4.094.405
Região Nordeste	3.722.808	24,95	11.199.667	75,05	14.922.475
Brasil	9.092.302	15,86	49.228.253	85,88	57.320.555

Fonte: IBGE. Censo (2010). Elaboração: Paula Moreira (2017).

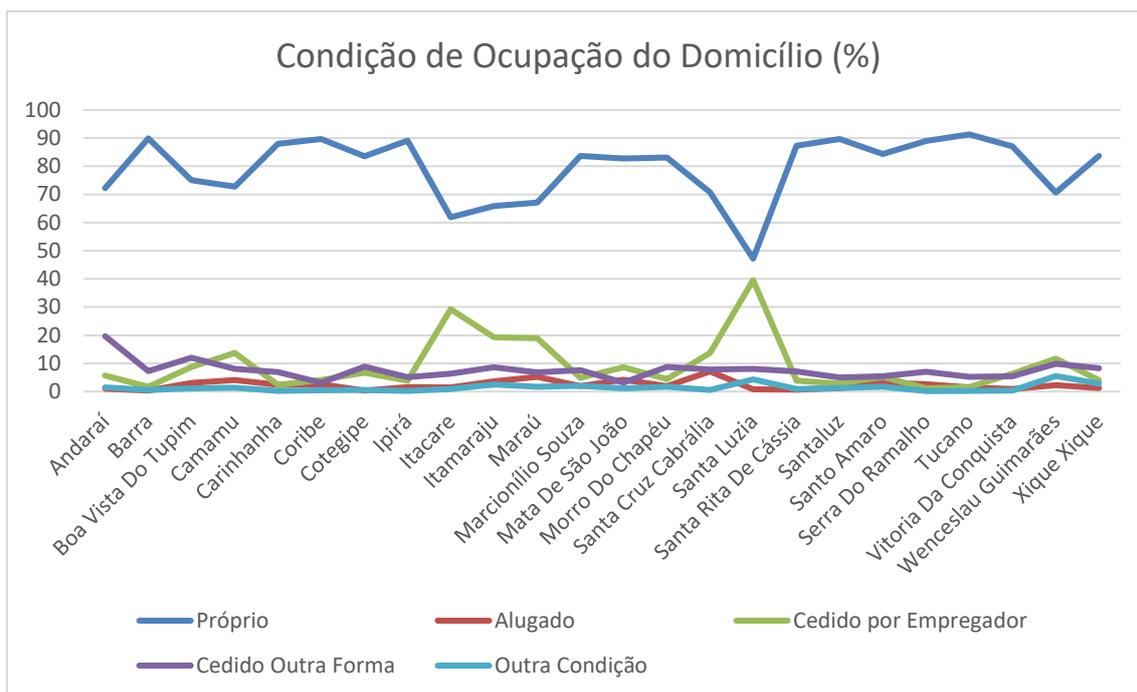
A primeira questão pode ser revelada a partir dos dados referentes à condição de ocupação do domicílio¹³⁴. Tal condição, de acordo o Censo Demográfico (2010), varia entre domicílio próprio, alugado, cedido por empregador, cedido outra forma ou outra condição.

Observando-se a Figura 32, é possível verificar que os domicílios próprios são predominantes em todos os municípios estudados, sendo seguido dos que são cedidos por empregador. Neste caso, se destacam os municípios de Itacaré, Itamaraju, Maraú, Santa Cruz Cabralia e Santa Luzia. Interessante notar que estes são todos os municípios estudados situados no Sul e Extremo Sul da Bahia, área litorânea, de valor imobiliário alto, onde a produção de cacau nas grandes fazendas tem grande representatividade. Com menos destaque, porém, também situadas na região litorânea e, com contextos parecidos, estão Camamu e Wenceslau Guimarães.

Já a condição cedido de outra forma, vai aparecer de forma quase que constante em vários municípios, tais como Andaraí, Boa Vista do Tupim, Cotegipe, Xique Xique, Morro do Chapéu, Wenceslau Guimarães e Marcionílio Souza.

¹³⁴ A segunda questão é respondida no decorrer da análise dos dados.

Figura 32 – Gráfico das Variáveis da Condição de Ocupação do Domicílio, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

É importante destacar que dos 24 municípios, apenas nove tem mais de 50% dos domicílios localizados no meio rural, conforme mostra a Tabela 16. Dentre estes, Maraú é o que concentra maior proporção (80%), seguido de Serra do Ramalho, Wenceslau Guimarães e Boa Vista do Tupim. Já na posição de menor proporção de domicílios no meio rural, encontra-se Vitória da Conquista, com apenas 10% e, posteriormente com uma média em torno de 20%, Itamaraju, Santo Amaro e Mata de São João.

A média de domicílios próprios na zona rural do universo pesquisado é alta: 79%. Tucano, com a mais alta proporção, possui 91% de domicílios próprios. Analisando de forma mais aprofundada este município tem-se que ele possui a segunda maior posição em condição do produtor como proprietário (94%) e, além disso, forte a muito forte concentração fundiária em decréscimo do índice de Gini, entre 1985 e 2006. Importante destacar, também, a pouca representatividade em relação a assentados, posseiros, arrendatários, parceiros e sem área. Isso significa que nos 6.383 estabelecimentos rurais em condição de produtores proprietários, estão concentrados quase que a totalidade dos 7.641 domicílios. É importante observar que 89,85% dos estabelecimentos deste município tem área inferior ao seu módulo fiscal e, ocupam, juntos, 36,78% da área total (segundo a Tabela 13). Somando-se esta predominância absoluta de minifúndios com a

condição climática da região onde está inserido, no semiárido, é possível compreender o porquê de tanta pobreza (IDH-M baixo, de 0,579).

Tabela 16 - Municípios Seleccionados e Condição de Ocupação do Domicílio

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO EM ÁREA RURAL												
MUNICÍPIO	Nº DE DOMICÍLIOS		PRÓPRIO		ALUGADO		CEDIDO POR EMPREGADOR		CEDIDO OUTRA FORMA		OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL	RURAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andaraí	3743	1540	1112	72,21	16	1,04	87	5,65	303	19,68	22	1,43
Barra	11410	6057	5449	89,96	22	0,36	106	1,75	443	7,31	37	0,61
Boa Vista Do Tupim	4963	3081	2311	75,01	96	3,12	270	8,76	369	11,98	35	1,14
Camamu	9438	5083	3699	72,77	207	4,07	699	13,75	410	8,07	68	1,34
Carinhanha	7298	3905	3436	87,99	93	2,38	94	2,41	271	6,94	11	0,28
Coribe	4235	2362	2118	89,67	61	2,58	97	4,11	74	3,13	12	0,51
Cotegipe	3729	1834	1532	83,53	7	0,38	122	6,65	163	8,89	10	0,55
Ipirá	17054	8166	7276	89,1	132	1,62	319	3,91	419	5,13	20	0,24
Itacare	6681	2865	1775	61,95	43	1,5	837	29,21	183	6,39	27	0,94
Itamaraju	18643	4003	2635	65,83	146	3,65	773	19,31	347	8,67	102	2,55
Marauá	5150	4159	2793	67,16	219	5,27	790	18,99	285	6,85	72	1,73
Marcionílio Souza	2902	1362	1139	83,63	26	1,91	66	4,85	103	7,56	28	2,06
Mata De São João	11698	3026	2506	82,82	127	4,2	262	8,66	96	3,17	35	1,16
Morro Do Chapéu	9933	4137	3436	83,06	81	1,96	184	4,45	363	8,77	73	1,76
Santa Cruz Cabralia	7789	2140	1514	70,75	153	7,15	293	13,69	168	7,85	12	0,56
Santa Luzia	3966	1650	779	47,21	14	0,85	653	39,58	133	8,06	71	4,3
Santa Rita De Cássia	7234	3055	2668	87,33	21	0,69	117	3,83	220	7,2	29	0,95
Santaluz	9481	3406	3054	89,67	43	1,26	98	2,88	170	4,99	41	1,2
Santo Amaro	17031	3752	3166	84,38	120	3,2	195	5,2	206	5,49	65	1,73
Serra Do Ramalho	8260	6557	5838	89,03	174	2,65	76	1,16	458	6,98	11	0,17
Tucano	14897	8367	7641	91,32	127	1,52	137	1,64	441	5,27	21	0,25
Vitoria Da Conquista	86426	8543	7438	87,07	74	0,87	538	6,3	464	5,43	29	0,34
Wenceslau Guimarães	5981	3904	2757	70,62	89	2,28	458	11,73	385	9,86	215	5,51
Xique Xique	11598	3171	2652	83,63	38	1,2	129	4,07	262	8,26	90	2,84

Elaboração: Paula Moreira, 2017. Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Barra também deve ser destacado. Este município, além de ter muito forte a absoluta concentração de terra possui um número destacadamente elevado de produtores na condição de proprietários e domicílios próprios (90% do total). O diferencial em relação à Tucano é que nele existe também um número elevado de posseiros e sem área e, uma diferença bastante elevada entre estabelecimentos rurais com proprietários (2924 unidades) e números de domicílios próprios (5449 unidades), mostrando uma tendência a tensionamentos e conflitos sociais. Isto porque provavelmente estes posseiros, principalmente, consideram seus domicílios como próprios por estarem residindo neles por um longo período, resistindo a pressões e, adquirindo direito de permanência.

Domicílios alugados não se apresentam como comuns na zona rural dos municípios estudados. A média geral é 2%. O caso mais representativo é o de Santa Cruz Cabralia que tem 7% de domicílios alugados. Este município, apesar de ter o maior percentual de assentados, como já mencionado, passou de média a forte concentração de terra para forte a muito forte tendo, porém, um elevado número de posseiros. A presença de empresas ligadas a indústria da celulose pode ser a causa desta distorção, já que nele também existe um percentual acima da média de domicílios cedidos por empregador e cedidos de outra forma.

O caso de Marau é importante de ser destacado. Além de possuir um elevado percentual de domicílios no meio rural, como já observado, este município tem forte a muito forte concentração fundiária, com uma elevada quantidade de posseiros. Além disso, se destaca a pouca proporção de assentados de reforma agrária. Assim, dos 4.159 domicílios localizados nos 1.850 estabelecimentos rurais (importante observar a grande diferença entre estes números), consta pelo IBGE que 81% são próprios. Supõe-se que além dos 1.500 proprietários de terra, os domicílios listados como próprios pertencem aos assentados e posseiros. Neste mesmo município existe um elevado percentual de domicílios cedidos por proprietários (19%) e alugados (5%). Absorve-se que o que se considera “próprio” pode se relacionar a uma ocupação em forma de posse antiga, fato que gerou direito à usucapião para estes posseiros. Além, disso, muitos trabalhadores alugam ou dependem da cessão de domicílios para poderem estar mais próximos ao trabalho, fato que os torna mais vulneráveis do ponto de vista da posse de sua habitação.

As médias dos domicílios cedidos por empregador e de outra forma é próxima (9,27% e 7,58% respectivamente), porém a variação entre os municípios é bem diferente. No primeiro caso, existe uma ampla variação, já que dos nove municípios acima da média, o que tem menor proporção é Boa Vista do Tupim com 11% e o que tem maior é Santa Luzia com 40%, seguido de Itacaré com 29%. Tanto Santa Luzia quanto Itacaré possuem produção agrícola baseada na cacauicultura. Assim sendo, é comum que nas fazendas destinadas para este fim tenham habitações designadas a suprir a permanência de seus empregados nas fazendas, visto a dinâmica do trabalho e a necessidade de sempre ter que ter alguém zelando da plantação constantemente. Já no segundo caso, a variação é menor, porém, não menos representativa. Dos dez municípios com a proporção de domicílio cedidos por outros, Andaraí e Boa Vista do Tupim se destacam com 20% e 12% cada um.

Tanto Andaraí, que possui a maior proporção, como Boa Vista do Tupim possuem percentuais elevados de assentados e, nestes casos é provável que estes mesmos assentados cedam domicílios por razões diversas, porém, bastante vinculadas à cooperação em processos de luta e resistência camponesa.

Municípios cujo domicílio possui qualquer outra condição de ocupação tem média baixa: 1,42%, com oito municípios acima da média. Santa Luzia e Wenceslau Guimarães se destacam com proporções entre 4 e 5%. O fato de Santa Luzia ter alta população de posseiros e, também, em conjunto com Wenceslau Guimarães, ter a base produtiva das fazendas vinculadas ao cacau, pode gerar outros tipos de relações de ocupação domiciliar (cessão temporária, por exemplo) que não foram descritas com clareza pelo IBGE.

Mudando-se o enfoque da abordagem sobre domicílios e, buscando-se dar uma conotação de caráter social, faz-se uma reflexão sobre o déficit habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro (2013), o conceito de déficit habitacional é diretamente relacionado às deficiências do estoque de moradias. Dentre os seus componentes se encontram as habitações sem condições de uso em razão da precariedade das construções (domicílio rústico); as habitações onde haja coabitação familiar forçada; quando existe o ônus excessivo da renda familiar com aluguel; quando ocorre o adensamento excessivo de moradores numa mesma habitação; a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais (domicílio improvisado) e; quando a habitação compreende somente um (1) cômodo. O déficit habitacional traz um número que corresponde, para uma unidade espacial (município, unidade da federação ou país), a demanda por construção de unidades habitacionais¹³⁵, bastante útil para nortear as políticas públicas.

A Figura 35 mostra que o percentual do déficit habitacional de cada município selecionado é muito maior no meio rural. Isto por causa da coabitação e do domicílio rústico. Quanto à coabitação, é fácil compreender quando se observa a predominância dos minifúndios na Bahia. As casas estão inseridas nestes minifúndios e, na medida em que as famílias vão crescendo, com os casamentos seus filhos, elas vão acomodando a todos, pois, muitas vezes, não se tem para onde ir. Não tem terra para todos reproduzirem suas

¹³⁵ A Fundação João Pinheiro elaborou uma metodologia de cálculo para o déficit e para inadequação habitacional, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/ IBGE e, vem subsidiando os governos no sentido de orientar as políticas públicas destinadas a habitação.

vidas com suas novas famílias. Por isso, eles acabam ficando na casa dos parentes¹³⁶, aumentando ainda mais a pressão sobre a pequena área de terra e, conseqüentemente, acentuando, ainda mais, as dificuldades já existentes.

Quanto aos domicílios rústicos, segundo Vieira (2017), esta discussão é contraditória, pois, eles são enquadrados sobre a variável "material predominante nas paredes externas", onde somente a taipa não revestida, a madeira aproveitada, a palha, outro material e sem parede são enquadrados como domicílios rústicos. Quanto à construção com taipa, comum no campo baiano, Vieira (2017) atenta que se ela estiver revestida, não é computada como uma demanda habitacional. A questão que se coloca é que se um camponês construir uma casa de taipa e não a revestir, porém, sua estrutura estiver em bom estado, não bastaria revesti-la? E uma casa de alvenaria mal estruturada, não seria passível de substituição?

A questão é que, de modo geral, as políticas públicas vêm atuando em diversos ramos interferindo nos conhecimentos ancestrais, muitas vezes, desvalorizando-os e trazendo como alternativa a habitação em alvenaria de bloco. No Estado da Bahia, conforme elencado no Capítulo 2 desta tese, tem-se a CAR, a SEDUR, o INCRA, a CDA, a FUNASA, a CONDER, o DNOCS, a CHESF, a CODEVASF, as Prefeituras Municipais, mais recentemente os bancos BB e CEF, todos atuando de forma similar: trazendo modelos habitacionais parecidos, em alvenaria de bloco.

A Figura 33 traz alguns elementos que, tanto reforçam esta constatação, quanto a relativiza, como é o caso da Figura 33-A. neste caso, por uma conjuntura específica, já comentada no Capítulo 2 desta tese, a Coordenação de Projetos Especiais da SEDUR¹³⁷, conseguiu montar uma estrutura que, trabalhou, tanto com a capacitação na construção civil, como com a implantação de tecnologia nova para a comunidade, a do bloco de terra compactada. Neste caso, a moradia indígena (Comunidade Barra Velha/ Porto Seguro), teve um propósito não, simplesmente, da produção habitacional, mas, de qualificar os projetos e, sua inserção na comunidade. Como resultado, é possível observar na Figura 33-A, uma casa com os blocos de terra compactada, pé direito elevado e maior dimensão,

¹³⁶ As relações de parentesco e de solidariedade são características fundamentais para a resistência camponesa.

¹³⁷ Esta Coordenação atuou entre 2009 e 2011, vinculada à Superintendência de Habitação, mais especificamente, a Diretoria de Programas e Projetos Habitacionais.

capaz de proporcionar um conforto técnico maior a seu morador que, uma casa de alvenaria de bloco baiano.

A Figura 33-B vai remeter para outro tipo de intenção. No caso, visualiza-se um conjunto de casas, ou melhor, o resultado de uma produção habitacional em série, feita pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, para assentar a comunidade quilombola e pescadora artesanal de Porto Dom João. A questão que aqui se coloca é que o empreendimento não teve a intenção de melhorar a vida da comunidade. Ao contrário, ele está inserido num cenário de conflito agrário, onde a Prefeitura se posicionou contra os anseios da Comunidade. Assim, o empreendimento, de fato, teve a intenção de retirar a comunidade do seu local de produção de vida e, por isso, não houve o cuidado em assentá-los num local adequado, ou seja, onde o trabalho fosse articulado à moradia. É possível ver pela Figura 33-B o distanciamento da moradia à água, e os lotes de quintal muito pequenos, impossíveis de se praticar a agricultura. Importante destacar que somente cerca de 20% da comunidade aderiu a esta proposta, ficando os 80% resistindo até o presente momento no seu território quilombola. Este caso ilustra como a habitação pode ser utilizada pelo poder público, em detrimento aos interesses de uma comunidade¹³⁸.

A Figura 33-C traz uma pequena casa ao lado de uma cisterna. Trata-se de um exemplo da atuação da CAR, no setor habitacional na Comunidade Quilombola Boqueirão, localizada em Vitória da Conquista. A edificação está bem-acabada e com uma apropriação positiva da família que, remete ao zelo. Visualiza-se a preocupação com a proteção da porta de entrada, através do pequeno alpendre.

Já a casa da Figura 33-D mostra um modelo habitacional bem simples, porém, bem construído, neste caso, pela FUNASA, em sua atuação para combater a Doença de Chagas em locais de proliferação do barbeiro que a veicula.

As Figuras 33-E e 33-F vão mostrar plantas arquitetônicas de habitações rurais propostas respectivamente, pela CAR e pela CDA. As duas propostas têm áreas similares, em torno de 45m², mostrando a ideia do padrão da moradia reduzida (que é urbano), sendo aplicado para o público rural.

¹³⁸ Moreira e Germani (2016), tratam especificamente do caso desta Comunidade em relação a questão habitacional.

Figura 33 – Exemplos de Unidades Habitacionais Rurais e Plantas Baixas Arquitetônicas, Fruto da Ação de Diversos Órgãos Públicos no Estado da Bahia



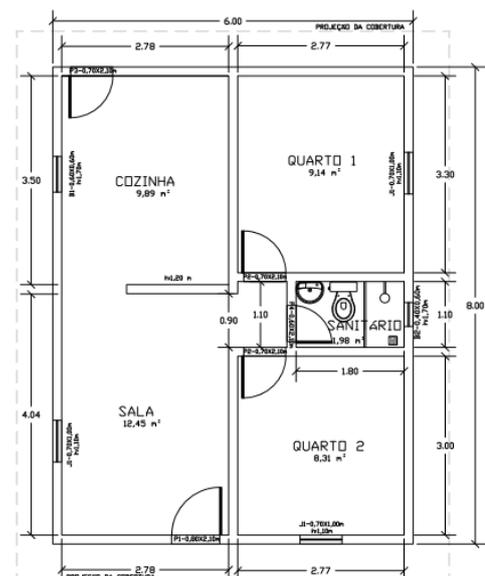
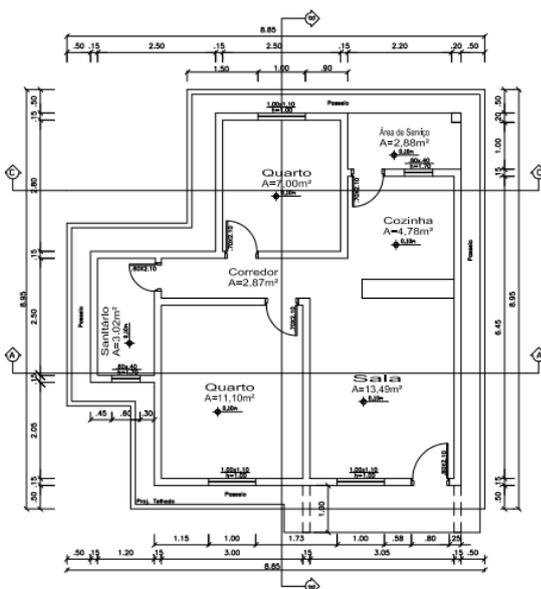
a) Casa de Alvenaria ao lado de Casa de Taipa na Comunidade Indígena Barra Velha/ Porto Seguro (Sedur, 2010).

b) Conjunto de Casas feitas para Comunidade Quilobola Porto Dom João em São Francisco do Conde (Prefeitura, 2015).



c) Casa com Cisterna na Comunidade Quilombola Boqueirão, em Vitória da Conquista (CAR, 2017).

d) Casa Construída no meio Rural de Tanque Novo/BA (FUNASA, 2007).



e) Planta baixa de um dos modelos de casa disponibilizados (CAR, 2017).

f) Planta baixa de casa para os assentados do Crédito Fundiário (CDA, 2017).

Em especial, a primeira, da Figura 33-E, conta, em 45,14m², com a presença de um corredor para os quartos (com dimensões distintas) e o banheiro (que fica relativamente isolado) e, uma cozinha americana. A segunda, da CDA para os assentados do programa Crédito Fundiário, traz, um modelo bem simples de 45,67m², porém, com cozinha mais ampla e quartos com dimensões parecidas. O banheiro da segunda, é completamente integrado à casa a partir de um pequeno hall¹³⁹.

De forma geral, é interessante notar que a partir de sua propagação no meio rural, principalmente através das políticas públicas, a casa de alvenaria vem, perigosamente, se fortalecendo como uma bandeira de luta de diversos movimentos sociais. Porém, existem vários problemas que envolvem esta questão. A construção de casas de alvenaria para camponeses faz transparecer que ele foi atendido por uma política pública e que, por isso, ficou em melhor situação. Esta “aparência” de melhoria que vem sendo multiplicada e propagada no meio rural é, entretanto, um engodo, pois, ela acaba mascarando a real situação dos camponeses que, na verdade, necessitam muito mais do que uma unidade habitacional de alvenaria, pois, sua moradia deve contemplar sua necessidade de vida, de trabalho, sua relação com a terra. A habitação oferecida isoladamente acaba por aprisionar o camponês de uma forma mais contundente que o próprio minifúndio. A Figura 34 mostra como este aprisionamento pode acontecer, na prática, através do exemplo das casas oferecidas para a Comunidade Quilombola Porto Dom João, já citadas anteriormente.

Figura 34 – Aspecto dos Pequenos Quintais das Moradias feitas pela Prefeitura de São Francisco do Conde, para a Comunidade Quilombola Porto Dom João



a) Dimensão do Pequeno Quintal

b) Plantação confinada no Pequeno Quintal

Fonte: Geografar, por Lucas Zenha (2015).

¹³⁹ Se o banheiro tiver água, esta proposta funciona bem. Porém, como é comum a não presença de água encanada nas casas dos assentamentos rurais, este tipo de solução não é bem aceita.

Neste caso, os camponeses quilombolas, tentam praticar a agricultura em seu pequeno quintal, porém, sua limitação dimensional inviabiliza que ele sobreviva da agricultura. Assim, a casa inviabilizou sua forma de reprodução social.

Os números da Tabela 17 vão evidenciar ainda mais as relações já levantadas pela Figura 35. Isto porque eles tornam claras as diferenças materiais existentes entre os domicílios localizados em todo território municipal, incluindo as sedes, e no meio rural. Em Xique Xique, por exemplo, existiam em 2010, 1099 casas com paredes em taipa. Destas, entretanto, 931 se localizavam no meio rural. Isto significa que neste município, 85% das casas de taipa estavam no meio rural. Em Boa Vista do Tupim esta relação ainda é maior, 96%. Observando os outros municípios, com maior ou menor predominância de casas de taipa, palha, madeira ou outros tipos de materiais é notória a predominância destes no meio rural.

Observando os dados, eles apresentam que tanto no meio urbano como no rural existe a predominância da alvenaria de bloco, mostrando a tendência a homogeneidade construtiva no país. Esta situação traz outra reflexão sobre a questão dos materiais de construção, ainda não levantada: há um discurso, concebido no seio do mercado da construção civil, onde a alvenaria de bloco se coloca como mais seguro, mais saudável, mais resistente, mais eficaz. Este é o mesmo discurso que sustenta e trabalha pela existência de uma hierarquia social, onde existem símbolos de classes dominantes e símbolos dos derrotados. As casas de taipa, por exemplo, pertencem aos derrotados. É sinônimo de pobreza, precariedade, doença¹⁴⁰.

A casa de alvenaria de bloco é aquela em se precisam comprar todos os materiais: cimento, areia, bloco cerâmico, etc. Já uma casa de taipa, basta ter domínio técnico para se erguer uma. Numa sociedade onde o consumo se coloca como motor, não é de se admirar que só o que se tem valor é o que se pode pagar em dinheiro.

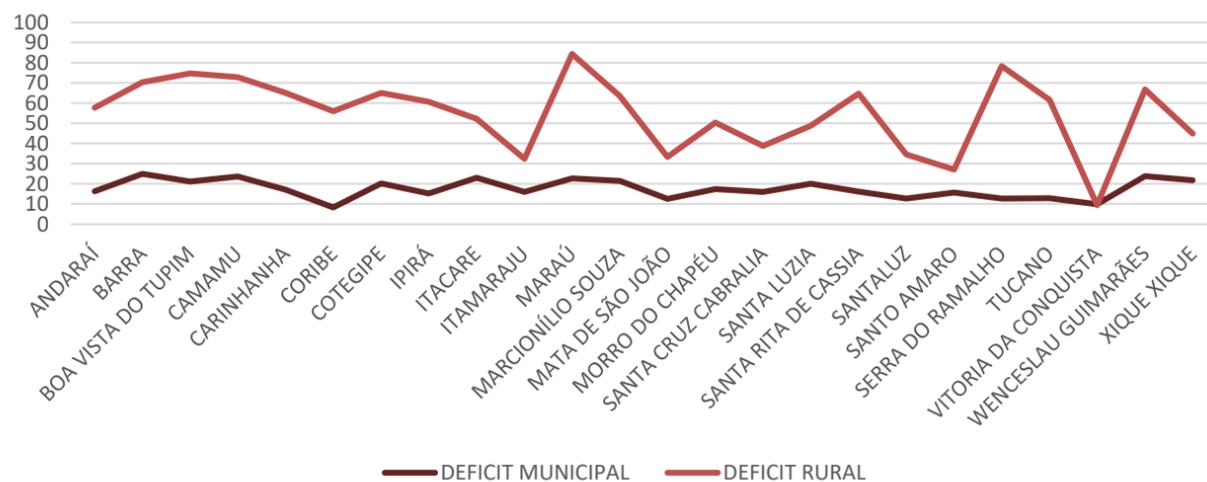
¹⁴⁰ A doença de Chagas é associada a problemas sociais. São as populações mais pobres que a contraí. Não é real que todas as casas de taipa possuem barbeiros infectados. Isto ocorre somente nos municípios endêmicos.

Tabela 17 – Municípios Selecionados e Material Construtivo das Paredes dos Domicílios. Fonte: Censo IBGE, 2010.

MUNICÍPIO	Nº DE DOMICÍLIOS			Nº DE DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS EM TAIPA				Nº DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS EM ALVENARIA				Nº DE DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS EM MADEIRA				Nº DE DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS COM PALHA				Nº DE DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS COM OUTROS MATERIAIS			
	TOTAL	RURAL	%	TOTAL	%	RURAL	%	TOTAL	%	RURAL	%	TOTAL	%	RURAL	%	TOTAL	%	RURAL	%	TOTAL	%	RURAL	%
Andaraí	3746	1543	41,19	71	1,90	66	4,28	3484	93,01	1295	83,93	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	192	5,13	183	11,86
Barra	11410	6018	52,74	1016	8,90	952	15,82	9695	84,97	4396	73,05	45	0,39	45	0,75	301	2,64	301	5,00	353	3,09	324	5,38
Boa Vista Do Tupim	4963	3087	62,20	548	11,04	528	17,10	4356	87,77	2500	80,98	0	0,00	0	0,00	17	0,34	17	0,55	42	0,85	42	1,36
Camamu	9438	5083	53,86	737	7,81	611	12,02	7509	79,56	3590	70,63	1184	12,55	875	17,21	0	0,00	0	0,00	7	0,07	7	0,14
Carinhanha	7298	3919	53,70	289	3,96	272	6,94	6814	93,37	3464	88,39	24	0,33	24	0,61	0	0,00	0	0,00	173	2,37	160	4,08
Coribe	4235	2366	55,87	50	1,18	50	2,11	4162	98,28	2293	96,91	19	0,45	19	0,80	5	0,12	5	0,21	0	0,00	0	0,00
Cotegipe	3729	1828	49,02	341	9,14	294	16,08	3172	85,06	1389	75,98	45	1,21	45	2,46	10	0,27	10	0,55	161	4,32	91	4,98
Ipirá	17054	8166	47,88	451	2,64	451	5,52	15979	93,70	7146	87,51	18	0,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	605	3,55	569	6,97
Itacare	6681	2864	42,87	283	4,24	259	9,04	5009	74,97	1676	58,52	1389	20,79	929	32,44	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Itamaraju	18643	4005	21,48	682	3,66	511	12,76	16998	91,18	3185	79,53	876	4,70	233	5,82	11	0,06	11	0,27	77	0,41	65	1,62
Maraú	5150	4143	80,45	304	5,90	231	5,58	3741	72,64	2848	68,74	987	19,17	950	22,93	11	0,21	11	0,27	107	2,08	103	2,49
Marcionílio Souza	2902	1366	47,07	68	2,34	62	4,54	2591	89,28	1074	78,62	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	243	8,37	230	16,84
Mata De São João	11698	3042	26,00	443	3,79	300	9,86	11210	95,83	2729	89,71	34	0,29	15	0,49	0	0,00	0	0,00	10	0,09	0	0,00
Morro Do Chapéu	9933	4144	41,72	379	3,82	315	7,60	9098	91,59	3587	86,56	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	24	0,58	431	4,34	218	5,26
Santa Cruz Cabralia	7789	2140	27,47	372	4,78	175	8,18	7108	91,26	1742	81,40	299	3,84	214	10,00	0	0,00	0	0,00	9	0,12	9	0,42
Santa Luzia	3966	1642	41,40	41	1,03	41	2,50	2339	58,98	894	54,45	1580	39,84	700	42,63	6	0,15	6	0,37	0	0,00	0	0,00
Santa Rita De Cassia	7234	3082	42,60	270	3,73	260	8,44	6670	92,20	2537	82,32	0	0,00	0	0,00	19	0,26	19	0,62	277	3,83	267	8,66
Santaluz	9481	3441	36,29	17	0,18	14	0,41	9112	96,11	3216	93,46	0	0,00	0	0,00	14	0,15	14	0,41	337	3,55	197	5,73
Santo Amaro	17031	3781	22,20	510	2,99	355	9,39	16413	96,37	3396	89,82	29	0,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	78	0,46	30	0,79
Serra Do Ramalho	8260	6543	79,21	244	2,95	244	3,73	7965	96,43	6248	95,49	20	0,24	20	0,31	0	0,00	0	0,00	31	0,38	31	0,47
Tucano	14897	8398	56,37	498	3,34	453	5,39	14224	95,48	7798	92,86	8	0,05	8	0,10	0	0,00	0	0,00	166	1,11	139	1,66
Vitoria Da Conquista	86426	8548	9,89	106	0,12	70	0,82	85502	98,93	8261	96,64	266	0,31	13	0,15	0	0,00	0	0,00	551	0,64	204	2,39
Wenceslau Guimarães	5981	3871	64,72	458	7,66	422	10,90	4943	82,65	3142	81,17	488	8,16	232	5,99	0	0,00	0	0,00	92	1,54	76	1,96
Xique Xique	11598	3157	27,22	1099	9,48	931	29,49	10397	89,64	2176	68,93	22	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	80	0,69	49	1,55

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Figura 35 – Gráfico da Comparação entre os Percentuais do Déficit Habitacional nos Municípios Selecionados e em suas Zonas Rurais, 2010



Fonte: SEDUR, 2017.

Tabela 18 – Redução de Domicílio de Taipa em Situação Rural no Nordeste e no Brasil entre 1991 e 2010

Unidade Espacial	Nº Total de Domicílios	1991		2010		Redução % Taipa 1991/2010	
		Domicílios de Taipa		Domicílios de Taipa			
		Nº	%	Nº	%		
Região Nordeste	3351193	956510	28,54	3463344	466973	13,48	47,24
Brasil	7576599	1251591	16,519	7531139	556252	7,39	44,71

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1991 e 2010.

A questão da precariedade, entretanto, não se coloca simplesmente pelo material construtivo empregado. Ela está relacionada com quem pratica a construção. Afinal, que quem constrói e mora em casas que não tenham a alvenaria de bloco como técnica predominante?

Em Vitória da Conquista, é possível observar a predominância quase que absoluta da alvenaria de bloco (96,64%) nos domicílios em situação rural. Sem dúvida, a influência da sede municipal, com seu porte grande, incide no método construtivo, já que o mercado da construção civil é abrangente e tem capacidade de distribuição do material no meio rural. Ali também existe uma “forte a muito forte” concentração fundiária com uma proporção elevada de posseiros, casas cedidas por empregador e cedidas por outros. Considerando-se a posse legal da moradia e, a conseqüente possibilidade em se construir em alvenaria e, o fato dos empregadores terem por obrigação trabalhista¹⁴¹ ceder casas com paredes de alvenaria ou madeira, justifica, também, tal proporção.

Santaluz e Tucano têm um percentual baixo de casas de taipa, madeira, palha e outros. O que prevalece ali é a alvenaria de bloco. Como já observado, estes municípios têm um número elevado de produtores proprietários e, também, de posseiros. Observando-se este dado em conjunto com o de concentração de terras, que é alta a muito alta, assim como a quantidade de minifúndios, entende-se que as casas podem ser de alvenaria, mas a reprodução social enquanto camponês é obstruída pela pouca possibilidade produtiva, limitada pela diminuta área que cada um possui.

Em Serra do Ramalho, existe uma peculiaridade. A concentração de terras é fraca a média, como já mencionado, por causa da ação concentrada do Estado ali. Esta ação repercutiu, também, na materialidade das casas, visto que o INCRA disponibilizou unidades habitacionais para os colonos. Por esta razão, a proporção de casas de taipa em situação rural (3,4%) é bem abaixo da média geral (8,7%). Quanto à casa de alvenaria de bloco, no meio rural sua relação é de 95%, quando em geral a média é de 81,5%. É importante destacar que as casas disponibilizadas no PEC Serra do Ramalho não impediram a desistência dos colonos, não amenizaram suas dificuldades e, nem, viabilizaram a sobrevivência, pois, uma moradia camponesa é muito mais que uma

¹⁴¹ A Norma Regulamentadora - NR 31 de 2005 que trata da Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura estabelece que as áreas de vivência devem ter paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente.

unidade habitacional de alvenaria, ela contempla a terra, com suas múltiplas possibilidades de cultivo. Ali, as terras disponibilizadas não viabilizaram a produção¹⁴².

Os municípios da Chapada Diamantina têm um diferencial: os maiores percentuais de construção feita com outros materiais. As proporções de alvenaria de bloco e taipa, conseqüentemente, são abaixo da média. Marcionílio Souza e Andaraí se destacam com 17% e 12% respectivamente. A construção em alvenaria de pedra e adobe são comuns na região. Sem dúvida, estas técnicas construtivas apresentam grande solidez. Sugere-se que esta opção é viável, no caso de Andaraí, em razão do representativo percentual de assentados de reforma agrária, fato que garante a segurança na posse da terra, somado ao grande percentual de proprietários (este também é o caso de Marcionílio Souza). Aqui, assim como em Tucano e Santaluz, não se pode afirmar que uma casa mais “sólida” significa que não exista grandes limitações quanto à reprodução social do modo de vida camponês, vide que a alta concentração de terras nestes municípios e que estes proprietários são, majoritariamente, minifundiários e, por isso, possuem limitações produtivas.

Outra especificidade, detectada através da análise dos dados do IBGE, ocorre em Marau, onde é expressivo o percentual de domicílios em situação rural. Ali, a casa de taipa tem um percentual baixo (5,6%). Também, não é representativo percentual de casas de alvenaria de bloco (68,5%). Porém, um material muito popular na região e com boa adaptação climática, além de oferecer boas soluções ao quesito segurança, é a tábua em madeira corrida. O percentual de domicílios em situação rural no município de Marau que, se utilizam deste material é de 23%. Observando os dados da Tabela 17, tanto os municípios situados na região Sul, quanto na Extremo Sul e, na Baixo Sul, também, seguem esta tendência¹⁴³. É importante destacar que a disponibilidade de madeira na costa litorânea viabiliza esta opção, a mesma razão que contribui para a Chapada Diamantina ser a quarta colocada a utilizar a madeira, porém com uma incidência bem menor que suas antecessoras.

Voltando-se para a taipa, visto sua importância para a compreensão da moradia camponesa, algumas reflexões são feitas, no sentido de articulá-la à questão agrária e da

¹⁴² As mazelas do PEC Serra do Ramalho são abordadas por Germani (1993).

¹⁴³ As regiões Baixo Sul e Extremo Sul mostram a incidência frequente da tábua como material de construção, porém, não de forma tão expressiva quanto na Sul.

resistência camponesa. As casas de taipa, principalmente as de paredes não revestidas ou os “domicílios rústicos”, são, muitas vezes, edificações erguidas para viabilizar a permanência de uma família no campo, numa intenção de provisoriedade. Elas, assim como as coabitações são soluções trazidas naturalmente pelo cotidiano dos camponeses que resistem em permanecer onde estão. O que ocorre é que como a estagnação da concentração de terras é histórica (viu-se anteriormente que nem mesmo nos municípios onde a política de reforma agrária foi mais incisiva na Bahia ela foi capaz de ameaçar a estrutura vigente), esta situação de provisoriedade se torna permanente. É importante destacar que, no Brasil, a relação da taipa com o provisório é antiga. Muitas cidades coloniais foram erguidas com esta técnica e, posteriormente, suas edificações foram sendo substituídas por outras¹⁴⁴. Esta estratégia ainda é comum, tanto no campo, como nas cidades, sendo utilizada predominantemente pelas populações de baixa renda.

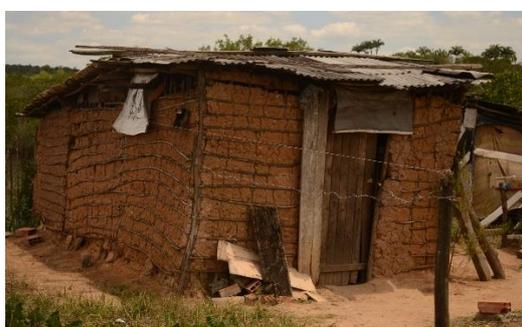
Conforme afirma Vieira (2017), outra relação histórica que se coloca com a provisoriedade da taipa que, tem repercussões na atualidade, ocorreu num contexto colonial brasileiro, na cidade de Vila Rica. Lá, a Coroa, em determinado momento, permitia somente a construção em taipa, palha ou pau a pique. Nem mesmo a Igreja poderia construir seus templos em alvenaria. Isto porque a Coroa não queria arriscar a possibilidade de fixação de populações (principalmente de garimpeiros) ou qualquer outra instituição junto às suas minas de ouro. Esta mesma relação ocorreu e ocorre nas fazendas. Posseiros, muitas vezes, são impedidos de construir de outra forma se, não, com a taipa, justamente para não obter o direito de posse da terra, por usucapião. Neste contexto, fica claro que a materialidade das técnicas construtivas dá às edificações significados diferenciados em relação à intenção de permanência de quem nela vive.

A efemeridade da casa de taipa, entretanto, é um ponto importante. É uma construção que pode ser erguida com celeridade, assim como pode ser destruída. Por esta razão, de um dia para outro um grupo pode construir suas habitações, ocupando um determinado local. Neste mesmo espaço de tempo, alguém pode derrubá-las, destruí-las ou queimá-las sem, ao menos, deixar rastros. Desta forma, a casa de taipa (assim como a de palha, madeira ou refugo) materializa a resistência de uma população que busca moradia e, ao mesmo tempo, viabiliza sua saída de forma prática para os que dominam o

¹⁴⁴ Apesar disso, existem inúmeros casarões onde esta técnica está inserida. Casas nobres com paredes em taipa.

território. Assim, simbolicamente, a casa de taipa acompanha a precariedade da posse da terra. A Figura 36, mostra claramente esta relação, novamente através da Comunidade Quilombola Porto Dom João. Neste caso, segundo Moreira e Germani (2016), após a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ter se posicionado favoravelmente em relação à comunidade, formalizando a posse da terra onde suas casas estão situadas, através do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), as casas, rapidamente, passaram a ser substituídas da taipa para a alvenaria de bloco, mostrando a relação entre a segurança da posse e a materialidade da construção. O material de construção revelando as relações de conflito e resistência de uma comunidade.

Figura 36 – Materialidade das casas da Comunidade Porto Dom João, Antes e Depois do TAUS



- c) Casa de taipa, comum em Porto do João antes da TAUS. d) Paisagem marcada pela casa de alvenaria, blocos e arenoso para construir com essa técnica, depois do TAUS.

Fonte: Geografar, por Lucas Zenha (2015).

Assim, a casa de taipa demonstra que suas paredes são pouco espessas para segurar a violência no campo. Assim, os camponeses tendem a vislumbrar uma casa de alvenaria de bloco, não, simplesmente, pelo seu apelo mercadológico e estético, mas como garantia da posse do chão de sua moradia. Derrubar uma casa de alvenaria é mais difícil e deixa vestígios. A predominância de casas de taipa e outros materiais mais vulneráveis¹⁴⁵ no campo reforça que a questão agrária é presente na sociedade.

Os municípios localizados no Médio São Francisco e na porção oeste da Bahia têm as maiores proporções de domicílios em taipa, principalmente aqueles onde a concentração de terra é mais elevada, exceto Cotegipe que, apesar de ter concentração

¹⁴⁵ Vulneráveis no sentido da segurança pessoal e patrimonial. Pois, casas de palha, madeira ou taipa são construções ancestrais que possuem um valor imenso quanto a sua qualidade e conforto térmico, seus reduzidos impactos ambientais e, sua estética.

média a alta, tem um representativo percentual de 16% de casas em taipa. Destaca-se que, dos municípios estudados, este tem o maior percentual de produtores na condição sem área¹⁴⁶ (7%). Assim, presume-se que dos 294 domicílios em taipa, grande parte sejam destes 132 produtores, sendo, também, distribuídos entre posseiros, proprietários e assentados. Já em Barra, onde existe uma muito forte e absoluta concentração de terras, 15,8% das casas são de taipa (número bem acima da média) e 73,0%, de alvenaria no meio rural. Não se pode deixar de mencionar que este município é o que tem maior prevalência de casas feitas com palha, tendo, assim como Cotegipe, um alto percentual de produtores sem área e posseiros. Estes dados revelam que o tensionamento entre fazendeiros e camponeses existe e repercute na forma de construir suas moradias. A concentração é grande, mas a luta pela terra, também. Neste caso, a casa de taipa e palha se configuram como um instrumento de luta e resistência.

Por este viés analítico, é possível afirmar que o que aprisiona e amordaça o camponês ou o torna vulnerável não é a casa de taipa que, ele construiu com seus esforços. Ela, na verdade, o fortalece. A condenação à pobreza é dada pelo exílio nos minifúndios e nas posses precárias, pela concentração da terra, pela indisponibilidade de perspectivas de desenvolvimento. As casas dos camponeses seriam, naturalmente, melhores (independentemente das técnicas) se eles tivessem a terra que precisam para implantá-las de fato. Para além da unidade habitacional, a terra, como componente da moradia camponesa, onde se tenha condição de cultivo, enfim, onde se possa colher frutos.

Por fim, apesar de sua importância no processo de luta e resistência, a presença da casa de taipa vem, no campo brasileiro, diminuindo fortemente. A atuação estatal através das políticas públicas voltadas à implantação de unidades habitacionais em alvenaria de bloco, somadas à característica da disponibilidade dos materiais de construção no mercado¹⁴⁷ e o discurso hegemônico relacionado à precarização da taipa, todos já relatados anteriormente, fizeram com que, conforme mostra a Tabela 18, de 1991 a 2010 as casas de taipa tenham reduzido em 47,24%, na Região Nordeste e 44,71%, no Brasil. Sem dúvida uma queda vertiginosa que mostra os rumos que a materialidade das casas rurais está seguindo.

¹⁴⁶ “Sem área”, aqui é interpretado como um trabalhador rural sem-terra organizado, um sujeito social.

¹⁴⁷ As lojas de material de construção possuem material, quase que exclusivamente destinado a construir em alvenaria de bloco, principalmente nas cidades do interior.

Partindo-se para a Tabela 20, outras relações aparecem, porém com o mesmo conteúdo de subordinação da moradia à questão agrária. Quanto ao saneamento¹⁴⁸, percebe-se que o meio rural é bem mais carente que o município como um todo, incluindo-se aí os núcleos urbanos. A média geral entre os municípios informa que 25% dos domicílios localizados no município possuem saneamento adequado, quando a média para o rural é de 4%.

A Tabela 19 vai mostrar que nove municípios se apresentam com percentuais melhores que a média; o que mais se destaca é Tucano com 15% de domicílios com saneamento adequado no meio rural. Não é coincidência, que seja neste mesmo município que exista o maior percentual de casas de alvenaria e, tenham mais produtores na condição de proprietários. Um processo de infraestruturação do meio rural pode ter sido feito por políticas públicas, porém, isto não repercute na questão agrária.

Com saneamento inadequado, aparecem dois municípios da região Sul: Itacaré e Santa Luzia, com alarmantes percentuais de 83,3% e 82,85%. Foi possível observar nos processos de desapropriação de fazendas do INCRA que as fazendas de cacau (predominantes nestes dois municípios), ofereciam moradia, mas, estas muitas vezes não vinham acompanhadas de infraestrutura sanitária. Muitas vezes os sanitários eram coletivos. O que preocupa, verdadeiramente é o abastecimento precário ou inexistente: sem água tratada, a população vive a mercê de doenças letais. Assim, é no campo que se vê maior vulnerabilidade quanto aos riscos (à saúde) vinculados com a falta de infraestrutura sanitária. Destaca-se que para um camponês ter acesso a remédios e atendimento médico, necessita ir à cidade. Fato que pode ser difícil visto a precariedade da mobilidade entre regiões do meio rural e a cidade (nos municípios citados como piores, o relevo montanhoso e as chuvas constantes tornam os percursos difíceis).

Quanto à coleta de lixo, seria complicado pensar num esquema para o meio rural. Na verdade, alguns camponeses têm o hábito de reaproveitar e reciclar.

¹⁴⁸ O IBGE reconhece como adequado os domicílios que têm abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Os semi adequados seriam os que possuem pelo menos um destes e, inadequado, nenhum item citado.

Tabela 19 – Municípios Seleccionados, Condição Sanitária e Presença de Sanitário e Banheiro nos Domicílios

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO QUANTO A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS (ÍNDICE DE GINI)	Nº DE DOMICÍLIOS		SANEAMENTO ADEQUADO		SANEAMENTO SEMI ADEQUADO		SANEAMENTO INADEQUADO		DOMICÍLIO COM BANHEIRO		DOMICÍLIO COM SANITÁRIO		DOMICÍLIO SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO	
		Total	Rural	% total	% rural	% total	% rural	% total	% rural	% total	% rural	% total	% rural	% total	% rural
Andaraí	Forte a muito forte	3746	1543	11,7	0,1	64,9	46,5	23,5	53,40	61,69	41,17	14,60	19,09	23,73	39,74
Barra	Muito forte a absoluta	11410	6018	16	1,9	51,6	36,8	32,5	61,40	61,81	29,97	1,79	2,38	36,93	67,66
Boa Vista do Tupim	Forte a muito forte	4963	3087	4,3	0,2	62,3	46,4	33,4	53,50	69,94	58,29	11,97	14,74	17,95	26,97
Camamu	Forte a muito forte	9438	5083	31,4	12,4	40,1	36,3	28,5	51,30	70,10	54,75	10,31	13,73	19,41	31,52
Carinhanha	Média a forte	7298	3919	5,3	0	63,8	42,7	30,9	57,3	77,67	63,46	6,22	9,71	16,06	26,84
Coribe	Média a forte	4235	2366	1,2	0,9	79,8	65,8	19	33,2	86,52	77,86	1,65	2,71	11,66	19,43
Cotegipe	Média a forte	3729	1828	0,6	0,1	63,4	28,8	36	71,1	69,59	42,75	3,70	6,27	26,63	50,98
Ipirá	Forte a muito forte	17054	8166	46,8	4,8	19,6	25,4	33,7	69,8	67,98	43,56	9,70	11,17	22,33	45,27
Itacaré	Forte a muito forte	6681	2864	34	0,1	29,9	16,7	36,1	83,3	67,31	34,76	15,72	27,33	18,13	37,91
Itamaraju	Forte a muito forte	18643	4005	51,7	13,6	36,8	35,8	11,5	50,6	87,39	67,17	7,39	15,11	5,18	17,71
Marauí	Forte a muito forte	5150	4143	7,5	1,4	50,4	46,9	42,1	51,7	68,06	62,47	12,19	14,40	19,98	23,13
Marcionílio Souza	Forte a muito forte	2902	1366	5,1	10,1	72,7	44,7	22,2	45,2	83,49	71,95	3,48	4,70	13,03	23,35
Mata de São João	Forte a muito forte	11698	3042	36	10,3	55,8	60,8	8,2	28,9	91,40	79,21	5,14	12,56	3,42	8,23
Morro do Chapéu	Forte a muito forte	9933	4144	7,9	0,1	67,2	44,9	24,9	55	65,40	50,98	18,58	19,34	15,97	29,68
Santa Cruz Cabrália	Forte a muito forte	7789	2140	40,9	8,8	47,8	58,7	11,3	32,5	85,15	75,98	8,90	8,64	5,89	15,37
Santa Luzia	Média a forte	3966	1642	40,3	0,7	24,9	16,5	34,9	82,8	62,08	37,33	18,71	22,48	19,34	40,18
Santa Rita De Cassia	Forte a muito forte	7234	3082	13,2	0	56,1	28,3	30,7	71,8	71,95	38,04	2,82	5,63	24,66	56,33
Santaluz	Forte a muito forte	9481	3441	51,7	5,8	24,2	30,2	24,1	64	77,92	51,17	6,54	12,57	15,10	36,26
Santo Amaro	Muito forte a absoluta	17031	3781	53,5	3,3	34,7	47,4	11,8	49,4	86,73	67,51	7,12	17,75	5,95	14,74
Serra do Ramalho	Fraca a média	8260	6543	0,8	0	82,2	78,7	17	21,3	83,60	79,61	11,00	13,68	5,54	6,71
Tucano	Forte a muito forte	14897	8398	40,7	15,8	40,4	51,1	18,9	33,1	71,75	54,38	7,69	11,03	20,45	34,59
Vitoria da Conquista	Forte a muito forte	86426	8548	56,8	0,3	35,8	37,3	7,4	62,5	94,57	68,63	3,40	13,31	2,48	18,06
Wenceslau Guimarães	Média a forte	5981	3871	23,7	7,8	31,2	24,1	45,1	68,1	63,05	52,00	15,37	17,29	22,25	30,71
Xique Xique	Forte a muito forte	11598	3157	32,4	0,3	52,2	43,8	15,4	55,9	81,38	43,58	3,79	8,45	14,99	47,97

Fonte: Censo IBGE, 2010. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Tabela 20 – Média dos Percentuais das Condições Sanitárias dos Domicílios localizados nos Municípios Seleccionados

MÉDIAS DOS PERCENTUAIS	SANEAMENTO ADEQUADO	SANEAMENTO SEMI ADEQUADO	SANEAMENTO INADEQUADO	DOMICÍLIO COM BANHEIRO	DOMICÍLIO COM SANITÁRIO	DOMICÍLIO SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO
RURAL	4,1	41,4	54,5	56,1	12,7	31,2
TOTAL	25,6	49,5	25,0	75,3	8,7	16,1

Fonte: Censo IBGE, 2010. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Outro fator importante, é que o camponês tem um padrão de consumo bem menor que os cidadãos. Uma prática comum é a queima do lixo, porém, dependendo da região e cultura, é possível ver acúmulo de lixo no meio rural.

Fazendo-se uma média a partir da Tabela 19, obtém-se que cerca de 30% dos domicílios em situação rural não tem sanitário nem banheiro¹⁴⁹. Acima desta média, existem 11 municípios onde se destaca Barra (com 68% dos domicílios rurais nesta situação), município já comentado pela predominância de precariedade de suas construções vinculadas a muito forte a absoluta concentração de terra. Acima de 50% dos domicílios rurais sem banheiro ou sanitário, encontra-se, Santa Rita de Cássia, também localizado na região do Médio São Francisco.

Os municípios que possuem os menores percentuais em relação à falta de banheiro e sanitário é Serra do Ramalho (7%) e Mata de São João (8%).

O primeiro, é uma exceção, pois é o que tem a menor concentração de terra do estado da Bahia, menor proporção de casa de taipa e maior de alvenaria de bloco. Um município onde as políticas públicas foram se sobrepondo ao longo do tempo, priorizando-se o público do meio rural¹⁵⁰. Além disso, a segurança da posse da terra repercute na forma como o morador se relaciona com a moradia. Assim, melhorias e adaptações se fazem presentes de forma frequente, dependendo das condições de cada um. Já a segunda, inserida na região Metropolitana de Salvador (RMS), possui maior facilidade em obter os benefícios de políticas, além disso, o aumento dos loteamentos para populações mais abastadas faz com que seus percentuais neste quesito sejam mascarados para o público camponês.

A média percentual em relação à presença de banheiro (vaso sanitário somado a área de banho) no meio rural é de 56%, já na totalidade dos municípios é de 75%.

Onze (11) municípios estão acima da média (80%), destacando-se novamente Serra do Ramalho e Mata de São João. Já nas piores condições, encontra-se mais uma vez Barra, Itacaré e Santa Luzia. Os dois últimos (ao contrário de Barra, cuja situação é

¹⁴⁹ Para o IBGE sanitário se refere a infraestrutura que tem o vaso sanitário e, banheiro a infraestrutura que tem o vaso sanitário e local para tomar banho.

¹⁵⁰ Esta sobreposição de políticas ocorreu como resultado da luta dos camponeses em seus movimentos sociais, pois, a princípio, Serra do Ramalho foi implantada sem quase nenhuma infraestrutura sendo que muitos desistiram de estar ali, pela precariedade e falta de atenção oriunda do poder público.

mais precária) possuem os maiores percentuais em relação aos domicílios que contêm somente sanitário.

Após analisar os dados relativos à concentração de terras, a condição dos produtores e sua relação com o domicílio, incluindo sua posse e materialidade, é possível destacar algumas questões. A primeira é que a concentração de terras no Brasil, que é uma construção histórica, tem uma abrangência tão profunda, que extrapola até mesmo a própria legislação. Isto porque a função social da terra, não está absorvida pelo ideário do brasileiro. Assim, perpetuam-se naturalmente todas as mazelas ligadas à alta concentração de terras. A pobreza e a miséria do camponês, conseqüentemente, tornam-se naturais. Os dados mostram que as políticas destinadas a distribuição de terras, em especial os projetos de assentamento de reforma agrária, naturalmente, disponibilizam minifúndios. Isto é, o máximo que o Estado faz é disponibilizar minifúndios. E os que conseguem ser atendidos são grandes vitoriosos, pois, para isso é necessário se organizar, lutar, se sacrificar e ser selecionado! O campo baiano é repleto de minifúndios, de pequenos proprietários de terra, de casas de alvenaria. Os camponeses estão bem com isso? Pior, vive-se num momento em que nem mesmo os minifúndios estão sendo disponibilizados. Agora, são casas de alvenaria. As casas de alvenaria no lugar do minifúndio. Melhor para o capital! Menos trabalho, menos investimento e ainda por cima, as casas de alvenaria movimentam o mercado. Nesta conjuntura, as casas de taipa viram vilãs. As casas de taipa são rústicas. As casas de taipa precisam ser substituídas. O discurso em torno da casa de taipa é hipócrita. A casa de taipa tem o significado da resistência de uma jovem família que se formou e quer viver no campo; da resistência dos que têm suas casas derrubadas e, mesmo assim, as constroem no mesmo local, porque sabem que é ali que querem ficar; da resistência do saber ancestral que permite que uma camponês possa construir sua casa com suas próprias mãos e com os recursos do seu quintal; da resistência dos que têm autonomia. A precariedade, a rusticidade, definitivamente não estão na casa de taipa, palha ou madeira. A precariedade se encontra na pobreza. Naquela que é naturalizada pela sociedade.

4.3 A MORADIA CAMPONESA NAS ADVERSIDADES

4.3.1 Êxodo Rural, Desconstruções e Construções da Moradia Camponesa

Segundo Santos (2005), houve uma inversão do local de residência da população entre os anos de 1940 e 1980. Em 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%, já em 1980, ela passou a 68,86%. Deve-se considerar, segundo o autor, que neste período a população brasileira triplicou e, a população urbana multiplicou-se por 7,5. Seguindo esta mesma lógica, segundo dados do IBGE, em 1991 a população urbana era de 75,47%, em 2000, 81,23% e em 2010, 84,36%. Assim sendo, segundo Santos (2014), houve uma metamorfose do espaço habitado¹⁵¹, onde, no Brasil, ocorreu o aparecimento de enormes cidades¹⁵², pois, este crescimento foi acompanhado de uma distribuição desigual da população por regiões.

Wanderley e Favareto (2013) vão, entretanto, relativizar estes percentuais afirmando que o IBGE¹⁵³ simplifica o conteúdo do que seria urbano e rural, e, por isso, propõem um novo conceito de ruralidade. Neste conceito, eles levantam três questões fundamentais: a) as relações entre os espaços rurais e as cidades assumem, de forma crescente, um caráter de interdependência, superando o antagonismo que marcou sua evolução histórica; b) os traços que distinguem os espaços rurais variam de uma sociedade a outra e, assumem em cada uma delas um sentido particular; c) as múltiplas conflitualidades que intermediam os diversos interesses ligados ao mundo rural (e fora dele) constituem a base da ruralidade que deveria ser considerada no plural, como ruralidades. A confluência destas três questões indica e dá conteúdo ao espaço rural de vida e de trabalho, o que se pode considerar como ruralidade contemporânea. Neste sentido os autores consideram o êxodo rural como uma realidade, porém, em menor escala do que é veiculado. Para eles, a população rural em 2010 seria de 24,3%¹⁵⁴, enquanto que para o IBGE este número é 15,6%. Para esta tese, são trabalhados os dados do IBGE, já

¹⁵¹ Segundo Santos (2014), a metamorfose do espaço habitado está relacionada com a visão de que o ser humano, não sendo um indivíduo isolado, é um ser social dinâmico que, transforma qualitativa e quantitativamente o espaço habitado.

¹⁵² Alguns poucos municípios atraíram grandes camadas de população e se tornaram grandes cidades.

¹⁵³ O IBGE considera a população rural e urbana segundo a localização do domicílio, estabelecida por leis municipais do que seria área rural e urbana. Assim, na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas e; na situação rural a população considerada seria a dos domicílios situados fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

¹⁵⁴ Wanderley e Favareto (2013) utilizaram os seguintes critérios para encontrar as chamadas Áreas Mínimas Comparáveis que, serviram de base espacial para o cálculo da população rural: Municípios de pequeno porte (apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km²); Municípios de médio porte (50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade superasse 80 hab./km²). A partir daí se localizariam as Microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); as Microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com alta densidade populacional); as Microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com baixa densidade populacional).

que para este estudo é importante, somente, compreender se as políticas de implantação de assentamentos de reforma agrária impactaram a dinâmica populacional dos municípios. Porém, é importante se considerar que os percentuais trazidos aqui devem ser relativizados, a fim de que se tenha uma compreensão mais ampla quanto à redução do rural no país.

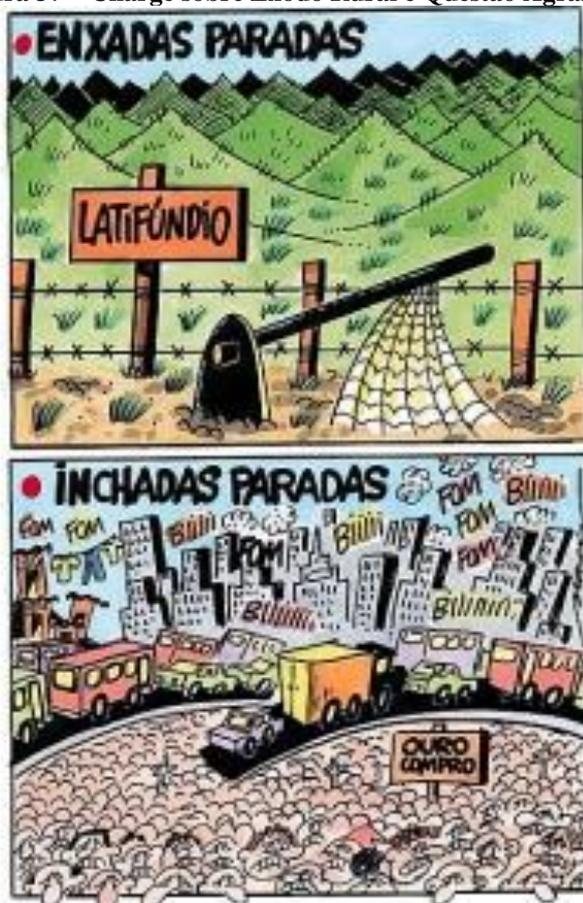
A modernização do campo, ocorrida na década de 1970, favoreceu os interesses dos grandes produtores e empresas rurais. Neste processo, afirma Lima *et al* (2008), ocorreu uma série de fatos que conjuntamente acabaram por excluir os pequenos produtores rurais dos mínimos espaços que ocupavam no campo, dentre estes, pode-se citar: as tecnologias automatizadas, desempregando os agricultores; as monoculturas, uniformizando as produções e subordinando os agricultores às indústrias de insumos e genética; o endividamento, sendo que muitos tiveram que entregar suas propriedades para saldar dívidas; a abertura de novas fronteiras agrícolas, tornado o mercado mais competitivo e estimulando ainda mais a violência no campo. Para piorar a situação, não foram disponibilizados subsídios e incentivos governamentais suficientes aos pequenos produtores. Wanderley e Favareto (2013) complementam, afirmando que o movimento populacional foi fruto, principalmente, da ação dos grandes proprietários no sentido de “removerem” de suas terras a presença “desnecessária e arriscada¹⁵⁵” de trabalhadores moradores e de agricultores que se utilizavam de outras formas de produzir. Assim, segundo Fonseca *et al* (2015), estes (os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros) não tiveram muitas opções, a não ser migrar para as cidades, à procura de emprego, gerando ali uma massa de desempregados. A Figura 37 mostra uma charge que trata desta questão e dispensa comentários.

As migrações em massa do campo para as cidades, o êxodo rural, geram consequências marcantes tanto nas áreas que recebem, quanto nas que perdem população. Nas primeiras, ocorrem desequilíbrios no crescimento de cidades que, na maior parte dos casos não são absorvidos pela infraestrutura urbana e de moradia, gerando processos de privação pessoal e vulnerabilidade social. Nas áreas de origem, ocorre a diminuição da população, fato que gera a perda direta e imediata de sua vitalidade social. Porém, para os que migram, as perdas são devastadoras, pois, segundo Vinholi e Martins (2012), a chegada num novo lugar de moradia, no caso a cidade, obriga-os a ter que se adaptar bruscamente, fazendo-os passar por inúmeras alterações nos modos de vida. Eles são

¹⁵⁵ Riscos financeiros existentes após a adoção da legislação protetora de direitos dos trabalhadores rurais.

obrigados a se desterritorializar do campo para se reterritorializar na cidade. Além disso, ocorrem rupturas dos laços familiares, já que na maior parte dos casos, parte da família sai e outra fica, fato que deixam marcas permanentes na memória e causam traumas e sofrimento.

Figura 37 – Charge sobre Êxodo Rural e Questão Agrária



Fonte: autor desconhecido.

O pior é verificar que as condições de vida no campo não tendem a uma melhora condizente com sua demanda. Muito pelo contrário. Como já foi visto anteriormente, é no campo que a infraestrutura é menos presente. Junior *et al* (2006) afirmam que é necessário inovar na política fundiária brasileira, fato que possibilitaria a incursão de jovens no campo, realizando-se profissionalmente. Para tanto, coloca-se como prioridade uma reforma na estrutura agrária que contemple a distribuição de terras, o crédito agrícola, a infraestrutura, a educação do campo, a capacitação, a assistência técnica, o lazer, dentre outros. Porém, de acordo com o foi levantado anteriormente, as forças políticas e econômicas hegemônicas do país vêm historicamente freando qualquer tipo de

ação neste sentido. Diante de tantas adversidades no campo, que vão desde a questão da concentração de terra à conseqüente violência, somando-se ao desfavorável cenário agrícola aos pequenos produtores, até a falta de infraestrutura, não é de se admirar que o êxodo rural seja uma realidade que perdure durante tanto tempo, como uma tendência contemporânea.

Antes de analisar os dados populacionais dos municípios selecionados e, situá-los quanto à tendência do êxodo rural entre 1991 e 2010, é importante ter uma referência numérica da escala nacional, da região Nordeste e da baiana. A Tabela 21 mostra que 15,54% da população brasileira se encontrava no campo em 2010. Eram 29.830.007 pessoas resistindo à todas as adversidades e mazelas para a manutenção da vida no meio rural.

Tabela 21 – População no Brasil, na Região Nordeste e na Bahia, 2010

UNIDADE ESPACIAL	POPULAÇÃO				
	RURAL		URBANO		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº
Bahia	3.914.430	27,93	10.102.476	72,07	14.016.906
Região Nordeste	14.260.704	26,87	38.821.246	73,13	53.081.950
Brasil	29.830.007	15,64	160.925.792	84,36	190.755.799

Fonte: IBGE. Censo (2010). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Na Bahia, este percentual aumenta: 27,93% da população resistia no campo. Proporção parecida é encontrada na região Nordeste (26,87%). No primeiro caso, são 3.914.430 pessoas, quase quatro milhões, que viviam com pouca infraestrutura, em minifúndios (ou posses precárias), com pouca condição de se desenvolver, mas, que estavam ali. Elas ainda não haviam optado pela migração.

Em relação aos números da Tabela 22, a primeira questão que se destaca é a diminuição dos municípios que tinham população predominantemente rural¹⁵⁶: em 1991, 79% dos municípios estudados (19) tinham predominância rural e; em 2010 este percentual foi reduzido para 50% (12 municípios). Dezesesseis municípios, independente da predominância, tiveram decréscimos da população rural, sendo a média da taxa de crescimento igual a -0,22.

¹⁵⁶ Mais de 50% do total da população morando na zona rural, segundo critérios do IBGE.

O município que mais perdeu população rural foi Marcionílio Souza que, em 1991, tinha 10.569 pessoas e, em 2010, passou a ter 5.188, mostrando um alto decréscimo. A população municipal também teve uma queda significativa, além disso, o percentual da população rural deixou de ser 72,9% e passou a ser 49,4%.

Tabela 22 – Municípios Selecionados e Crescimento da População entre 1991 e 2010 e, Índice de Gini de Concentração de Terras

Município	População Total		População Rural		% População Rural		Taxa de Crescimento da População Rural
	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991/2010
Andaraí	14072	13960	8247	6187	58,6	44,3	-0,25
Barra	39135	49325	23368	26879	59,7	54,5	0,15
Boa Vista do Tupim	19535	17991	15239	11398	78,0	63,4	-0,25
Camamu	34538	35180	26413	19562	76,5	55,6	-0,26
Carinhanha	25779	28380	18454	15795	71,6	55,7	-0,14
Coribe	12587	14307	7762	8166	61,7	57,1	0,05
Cotegipe	14122	13636	9004	6988	63,8	51,2	-0,22
Ipirá	63054	59343	44966	30334	71,3	51,1	-0,33
Itacare	18431	24318	14156	10676	76,8	43,9	-0,25
Itamaraju	62958	63069	18509	13284	29,4	21,1	-0,28
Marauá	16739	19101	14088	15540	84,2	81,4	0,10
Marcionílio Souza	14503	10500	10569	5188	72,9	49,4	-0,51
Mata de São João	30233	40183	6090	10358	20,1	25,8	0,70
Morro do Chapéu	32454	35164	16935	14897	52,2	42,4	-0,12
Santa Cruz Cabrália	6535	26264	3338	10361	51,1	39,4	2,10
Santa Luzia	15773	13344	8363	6804	53,0	51,0	-0,19
Santa Rita de Cássia	21414	26250	10793	10856	50,4	41,4	0,01
Santaluz	30634	33838	17930	12989	58,5	38,4	-0,28
Santo Amaro	53270	57800	12376	13034	23,2	22,6	0,05
Serra do Ramalho	32949	31638	30790	25364	93,4	80,2	-0,18
Tucano	44896	52418	34765	30460	77,4	58,1	-0,12
Vitória da Conquista	222165	306866	33814	32127	15,2	10,5	-0,05
Wenceslau Guimarães	16939	22189	12906	14678	76,2	66,1	0,14
Xique Xique	40373	45536	13709	12995	34,0	28,5	-0,05

Fonte: Censos IBGE (1991 e 2010); Grupo de Pesquisa GeografAR (2017).

Um exemplo que se destaca é Serra do Ramalho, este, sempre interessante de se analisar por ser uma exceção, tem predominância rural. Porém, possuía em 1991, 30.790 habitantes em situação rural e, em 2010, este número passou a ser 25.364: a mesma tendência de decréscimo dos municípios como um todo. O aumento do índice de Gini neste município e, conseqüentemente, sua indicação do aumento de concentração de terra, pode ser um fator importante relacionado a estes números.

Oito municípios tiveram sua população rural acrescida entre 1991 e 2010, com uma taxa média de crescimento de 0,23. O município que mais se destacou foi Santa Cruz

Cabrália: passou de 3.338 para 10.361 pessoas. Este crescimento, entretanto, segue uma tendência municipal em números absolutos, já que em termos de percentual, a população rural proporcionalmente diminuiu em relação ao total municipal: de 51,1% (em 1991) para 39,4% (em 2010). Barra, seguindo esta tendência, teve um aumento populacional que foi seguido, também, de um acréscimo da população rural, porém, como Santa Cruz Cabrália, com decréscimo do percentual: de 59,7% para 54,5% de pessoas residentes na zona rural.

Mata de São João é um exemplo único, importante a ser destacado: ele teve um aumento populacional em conjunto com o da população rural e, do seu percentual. Neste caso, os loteamentos condominiais, fruto da especulação imobiliária e da expansão de Salvador vêm contribuindo para o acréscimo populacional neste município¹⁵⁷. Porém, isto ocorre com um alto custo social, pois, os camponeses estão sendo desterritorializados de forma bastante traumática. Diniz (2007) esclarece a questão de Mata de São João quando traz as relações entre os modelos históricos de posse e uso da terra de três comunidades tradicionais rurais quilombolas¹⁵⁸ e o processo de ocupação e transformação espacial ocorridos a partir de intervenções feitas por agentes externos, a serviço da especulação imobiliária. A autora levanta os conflitos gerados pela disputa de uma mesma área, nos últimos 30 anos, entre as comunidades tradicionais, os projetos da Fundação Garcia D'Ávila e da Imobiliária Açú da Torre e, mais recentemente, das “reservas particulares” Sapiranga e Camurujipe e a Sercanias da Lagoa Aruá. Neste contexto, afirma que as comunidades enfrentam um difícil processo de expropriação e resistem às diversas estratégias usadas por esses agentes.

Carinhanha, Tucano e Xique Xique tiveram suas populações acrescidas, com decréscimo no meio rural. A seca, persistente nestes municípios, vem retirando do campo possibilidade de geração de renda para estas populações, junto com isso, a dinâmica dos centros urbanos municipais vem atraindo a população rural. Entretanto, a política de reforma agrária vem tendo, vagarosamente, alguma repercussão, já que existe uma leve tendência à diminuição da concentração de terra.

Existe um grupo de três municípios onde houve o aumento populacional, inclusive no meio rural, entretanto, com decréscimo do seu percentual em relação ao total: Maraú,

¹⁵⁷ Mesmo com a predominância da destinação dos imóveis para desfrute e veraneio, muitas pessoas, estão optando em morar na região litorânea de Mata de São João, por sua proximidade a Salvador e pela infraestrutura que se consolida a cada ano.

¹⁵⁸ Tapera, Pau Grande e Barreiro.

Santa Cruz Cabrália e Wenceslau Guimarães, todos localizados na costa baiana. O que diferencia estes municípios é que o índice de Gini aumentou, entre 1985 e 2006, mostrando a tendência de concentração de terra neste contexto, fato que pode contribuir com a compreensão das causas da redução do percentual de população rural.

Outro grupo de quatro municípios (Barra, Coribe, Santa Rita de Cássia e Santo Amaro) tem uma situação similar, porém, com a diminuição do índice de Gini. Santo Amaro, município de médio porte e predominantemente urbano, localizado no Recôncavo Baiano tem duas questões que se destacam: a ação dos movimentos sociais vinculadas à luta pela terra e a economia do seu centro urbano que, repercute no decréscimo do percentual rural. Os outros três municípios: Barra, Coribe e Santa Rita de Cássia, se localizam no oeste baiano, no contexto da seca e, com exceção de Coribe, com forte concentração de terra. Porém, a ação dos movimentos de luta pela terra na região tem gerado esperança quanto à diminuição da concentração de terras, fato que interferiu na dinâmica populacional no campo. Para além deste fato, o que predomina ali é a falta de infraestrutura, de terra, de renda, de serviço e de apoio aos camponeses, por isso a diminuição do percentual da população rural.

Andaraí, Boa Vista do Tupim, Cotegipe e Marcionílio Souza têm, como característica, o decréscimo populacional e do percentual da população no meio rural, entre 1991 e 2010. Estes municípios têm suas economias baseadas na agropecuária e, com os processos de seca e de falta de apoio ao campesinato, tem sofrido a perda populacional para outros municípios maiores e com maior potencial de trabalho. É importante destacar, que a queda populacional poderia ser ainda maior, se estes municípios não tivessem a ação contínua dos movimentos sociais de luta pela terra.

Quanto a Ipirá e Santa Luzia, ambos têm visto sua população diminuir em conjunto com o percentual rural, seguindo a mesma dinâmica do grupo anterior, porém, sem uma ação efetiva dos movimentos sociais em seus territórios. Nestes municípios vêm crescendo a concentração de terras, fato que repercute diretamente na dinâmica populacional no campo.

A partir dos dados analisados, é possível verificar diferenças de dinâmica populacional nos municípios estudados, porém, com o grupo (de 24 municípios) tendendo à redução da população rural, visto que somente em Mata de São João o percentual da população rural não diminuiu.

A questão fundamental paira no fato de que os municípios estudados foram os que mantiveram uma constância em implantação de projetos de assentamento de reforma agrária e, justamente, a visualização de que esta política não vem, predominantemente, conseguindo manter a população no campo, mostra que ela não tem suprido sua demanda social. Disponibilizar terra para uma parcela da população, não é o suficiente. Nem quantitativamente, nem qualitativamente, sobretudo porque estas terras, normalmente, vêm em forma de minifúndios e atendem um baixo percentual populacional.

Outro aspecto identificado, é que onde os movimentos sociais são mais ativos, tende-se a existir uma dinâmica populacional rural mais favorável, porém, este dado não se comporta de forma constante, já que outros fatores também interferem, tais como os processos históricos, a região, o clima, a economia, a vizinhança, a oportunidade, a cultura, dentre outros.

Enfim, visto como se comporta a tendência de redução do percentual de população nos municípios selecionados, pode-se concluir que a evasão do camponês de seu local de origem é uma solução que vem a ser predominante aos processos de luta pela terra. Mas, será que estes camponeses que migram deixam de ser camponeses? Será que deixam de querer estar no campo por migrarem para as cidades? Existe resistência camponesa nas cidades? Para responder tais questões, colocam-se aqui dois exemplos representativos: o de meu avô em Minas Gerais e de uma comunidade em Salvador.

A Figura 38 mostra a espacialização da luta e resistência do vovô Joaquim na cidade de Itajubá¹⁵⁹, localizada na região sul de Minas Gerais.

O caso de vovô Joaquim¹⁶⁰ é parecido com muitos outros tantos. O jovem nascido na cidade mineira de Delfim Moreira era filho de um ex feitor de escravos (em Parati) e, foi criado no meio rural de Piquete (estado de São Paulo), em conjunto com sua família, praticando a agricultura. Porém, depois de certa idade teve que migrar para a cidade para servir ao exército. Posteriormente, não tendo mais acesso à terra própria, foi trabalhar na recém implantada Fábrica de Armas de Itajubá (atual IMBEL). Ali, iniciou sua carreira como operário na indústria e constituiu sua família. É neste momento que se inicia sua busca incessante à reprodução fragmentada de seu modo de vida camponês.

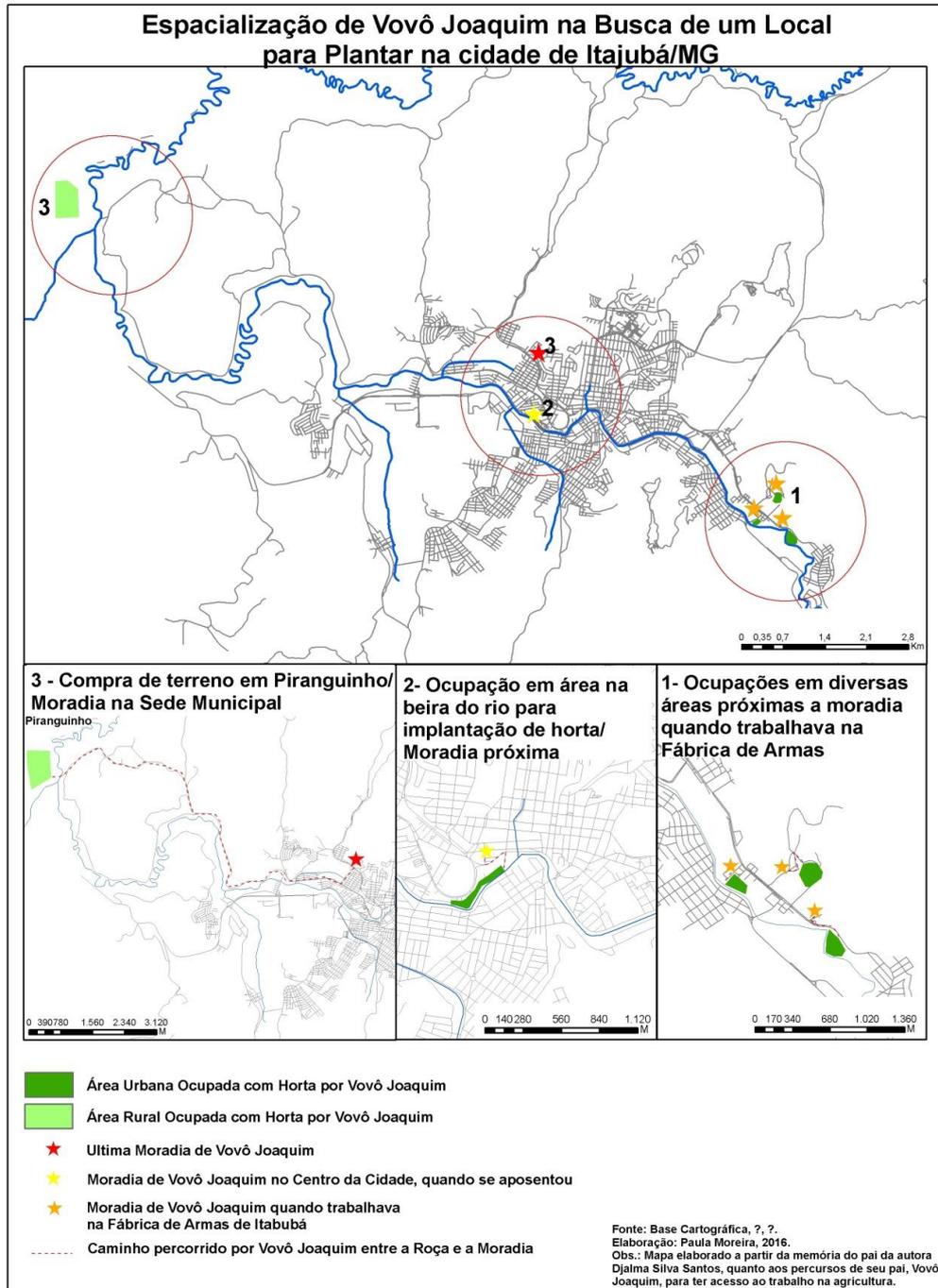
Enquanto trabalhava na Fábrica de Armas, até o momento de sua aposentadoria, ele e sua família tinham direito à moradia no bairro de mesmo nome. Neste bairro, se

¹⁵⁹ O relato sobre a vida de vovô Joaquim foi feito pelo seu filho Djalma Silva Santos, pai desta autora.

¹⁶⁰ Joaquim Rodrigues dos Santos era filho de João Rodrigues dos Santos e de Adelaide Maria do Espírito Santo.

mudaram, nesse período, por três vezes. A Figura 38 mostra onde se localizavam as casas e, o terreno onde vovô Joaquim ocupava, informalmente, para praticar a atividade agrícola.

Figura 38 – Espacialização de Vovô Joaquim na busca de um local para morar na cidade de Itajubá/MG



Elaboração: Paula Moreira (2016).

Destaca-se que os terrenos, pertencentes ao exército, eram ociosos e nunca houve oposição à sua atividade neles. Percebe-se que todas as vezes que a família se mudava de casa, vovô Joaquim apossava-se de um terreno em sua proximidade. Sua produção se constituía em uma agricultura diversificada (feijão, milho, arroz, legumes, verduras), criação de porcos e de galinhas. Ela era destinada a suprir as necessidades da família (ele, a esposa e mais dez filhos) e, o excedente era vendido no bairro.

Num momento posterior, após sua aposentadoria, vovô Joaquim continuou plantando em uma área na Fábrica de Armas, porém, residindo no centro da cidade, já que perdera o direito à moradia no bairro da tal Fábrica. Na área cedida, ele construiu uma casa de taipa onde passava períodos. Esta situação era extremamente conflituosa por dois motivos. Primeiro, porque sua família morava na cidade e ele ficava dividido entre esta e sua vida como camponês. E, segundo, porque quando passava períodos com sua família, na cidade, sua roça sofria furtos, fato que o deixava extremamente estressado. Foram mais de cinco anos de sofrimento, de deslocamentos cansativos, quando, já idoso, não teve mais forças para manter tal rotina. Neste momento ele se articula na própria sede municipal e consegue que um amigo ceda uma área na beira do rio Sapucaí, bem próxima à sua casa, como indica o item 2 da Figura 38.

Durante dois anos, já com 70 anos, ele se manteve ali plantando, colhendo, pescando e vendendo seus produtos aos vizinhos. Porém, o fato de estar cultivando na cidade em APP, por sua irregularidade em relação à legislação ambiental, gerou grande polêmica e a Prefeitura não permitiu mais que realizasse tal atividade.

Consternado com esta situação, porém, ainda com necessidade de estar exercendo sua atividade na agricultura ele, sem recurso financeiro, solicitou a um dos seus filhos que comprasse um terreno num loteamento localizado na área rural do município de Piranguinho, vizinho a Itajubá e distante em 20 km de sua moradia. Então, a partir daí ele entra no terceiro estágio de sua luta para se manter como camponês. Ele adquiriu uma moto e trafegava entre sua casa e o terreno que, assim como na Fábrica de Armas, construiu uma moradia de taipa. Durante cerca de quatro anos ele se dividiu entre a casa da família e o terreno em Piranguinho, até o momento em que não mais suportou esta rotina cansativa e conflituosa, adoeceu e, posteriormente faleceu em 1989, com 76 anos.

Sua vida foi marcada pela resistência camponesa, sempre criando condições para se manter na atividade agrícola, algo que não se separava de seu próprio corpo. Ele era um camponês que foi obrigado a viver na cidade e trabalhar como operário. Tendo sorte

em poder ter acesso a áreas de cultivo na Fábrica de Armas, sofreu, posteriormente após este acesso ser dificultado pela distância de sua moradia. Já idoso, lutou até o último momento para manter junto dele o que concebia como elementos fundamentais de sua moradia: a terra, a casa, a família e seu trabalho.

Este primeiro caso trata da situação de uma única pessoa em sua luta cotidiana para se manter camponês numa cidade do interior de Minas Gerais. O segundo trata da situação de um conjunto de pessoas que migraram para uma cidade grande, Salvador, de diversas cidades do interior baiano e constituem em um determinado local, no subúrbio soteropolitano, uma comunidade de nome Quilombo Paraíso.

O Quilombo Paraíso, localizado nas bordas da Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do Rio do Cobre, é fruto de uma ocupação ocorrida, em 2009, com cerca de 450 famílias, lideradas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). Alcântara (2016) afirma que após conflito com a polícia e tensão junto ao Governo do Estado, permaneceram no Quilombo cerca de 120 famílias. A Figura 39 indica a localização da comunidade e sua implantação no terreno. Percebe-se sua conexão com a malha urbana, recém implantada, e, também, a presença de uma vasta área verde desocupada: trata-se da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio do Cobre.

Figura 39 – Espacialização da Comunidade Quilombo Paraíso, localizada em Salvador/BA



Elaboração: CEAS (2015) e Paula Moreira (2016).

A comunidade é formada por pessoas que migraram de diversas regiões do estado da Bahia, em especial do Recôncavo Baiano, e, também, da própria Salvador. A vivência passada com a agricultura, por parte de muitos moradores, assim como, a demanda pela mobilização para sustentabilidade ambiental, por causa da localização da ocupação próxima a APA e, os consequentes questionamentos que sofriam, despertou a possibilidade de se fazer uma roça comunitária. De forma organizada e articulada com o MSTB e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), a comunidade se inseriu, em 2012, segundo Alcântara (2016), numa experiência de produção agroecológica. Tal experiência, afirma a autora, representou uma ação pioneira no contexto soteropolitano, configurando-se como instrumento de resistência política, por provocar discussão e prover proteção contra as ações de devastação e desequilíbrio ambiental no entorno do Rio do Cobre, além de contribuir para a segurança alimentar das famílias.

Porém, tal experiência não se viabilizaria se não houvesse camponeses que migraram para a cidade, na comunidade. Trata-se de uma ação de resistência, não somente política, mas, também, de um modo de vida que tenta brotar nas brechas do concreto de uma grande cidade. Assim sendo, o que se traz de novo para o grupo é o processo da agricultura de forma agroecológica num contexto coletivo e, num espaço confinado (ver a dimensão da roça na Figura 39), pois o de cultivar, muitos já conheciam desde criança. Plantar coletivamente pode ser algo novo para os camponeses, porém, os movimentos sociais têm experiência em conduzir estes processos num contexto adequadamente político, trazendo reflexões sociais sobre esta prática. Assim, o Quilombo Paraíso representa tanto a luta por moradia urbana, como traz para estes camponeses a sobrevivência de uma das atividades chave do modo de vida camponês: a agricultura. A agricultura os traz à memória fragmentos de dois valores da ética camponesa, segundo Woortmann(1990)¹⁶¹: terra e trabalho. Com esta atividade, para muitos, assim, como acontecia para vovô Joaquim, esta roça traz uma completude do significado de moradia, porque o trabalho ali é essencial para sua reprodução de ideal de vida. Talvez, uma possibilidade contemporânea de reprodução, mesmo que limitada, de um modo de vida que para muitos dos ali viventes estava sufocado ou esquecido pelo seu distanciamento de suas terras, do campo e do trabalho rural.

Não se pode deixar de destacar que, o terceiro valor da ética camponesa, a família, é fundamental para se possibilitar os processos migratórios que, para esta autora, também

¹⁶¹ Além da terra e do trabalho, Woortmann traz também a família como valores da ética camponesa.

podem fazer parte do espectro das formas cotidianas de resistência camponesa, sugeridas por Scott (2008). Isto porque muitos dos que vão, levantam recursos para os que ficam poderem comprar terras e se reterritorializar no campo ou se recampanizar. Então, para muitos, a migração é nada mais que uma estratégia de se manter e manter a família no campo.

Existe, também, a relação familiar e de compadrio. Neste sentido, um camponês dificilmente se aventura numa cidade sem ser recebido e conduzido por alguém de suas relações que já esteja estabelecido na cidade. Assim, suas redes de relações, sem vínculo algum com o esquema individualista ou competitivo do “*homo oeconomicus*”, vai se apoiar na solidariedade, no companheirismo, ou, melhor, na família.

Segundo Marques (2008), a trajetória do campesinato brasileiro é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra e a forte concentração fundiária vêm resultando numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por oportunidades uma decisiva estratégia de existência. Tal busca pode conduzi-lo tanto ao “descampesinamento” (o êxodo, por exemplo), quanto à sua reprodução afirmativa enquanto camponês (a inserção em um movimento de luta por terra, por exemplo).

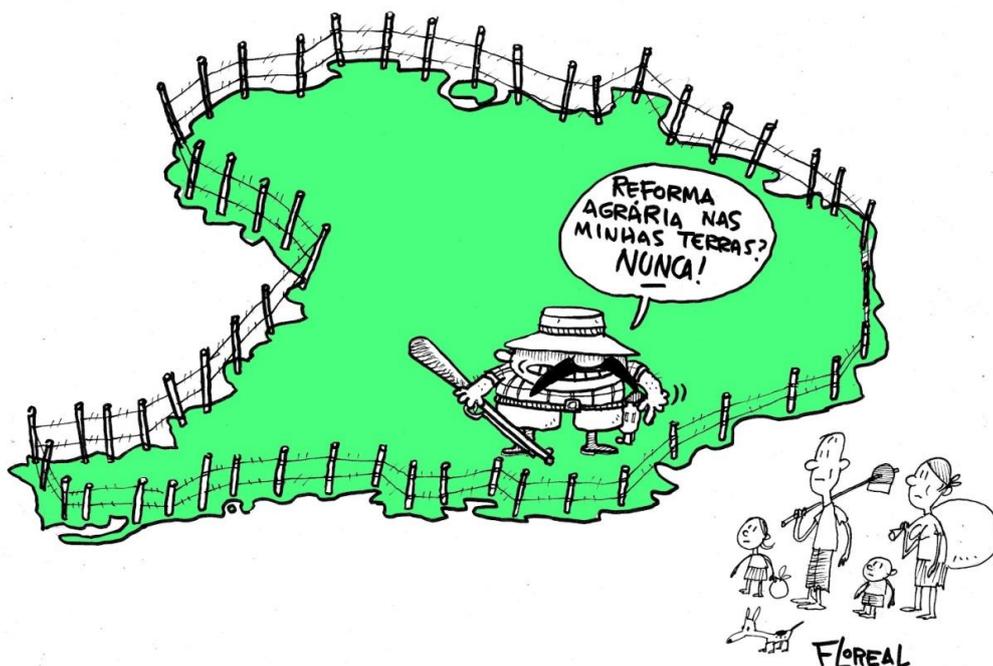
Outro aspecto fundamental é que a luta e resistência do camponês para se manter no campo está vinculada à sua necessidade de se relacionar com a terra, com o trabalho, em sua estrutura familiar e de compadrio. Assim, em todos os casos estudados é notório que o camponês se prejudica em desvincular a sua moradia de seu trabalho com a terra. Assim, mesmo que distante, como é o caso de vários momentos da vida de vovô Joaquim, sua moradia (a moradia camponesa) abrangeria o que para ele era fundamental: a unidade residencial e o local de trabalho com a terra. Isto reforça o que Leonardo Boff traz no documentário “Resistir e Saber Cuidar¹⁶²”: “a terra não é um meio de produção. A terra é um prolongamento do corpo na sua beleza, no seu entardecer, no seu florescer, é a casa comum, a casa viva”. Nesta perspectiva, a moradia camponesa abrange aonde seu corpo alcança, no entrelaçamento entre ser humano e natureza. Não na separação entre as duas matérias, mas, na sua junção. Por isso, retirar o camponês da terra é amputá-lo, explorar seu trabalho é aprisioná-lo.

¹⁶² Direção e Roteiro de Cecília Figueiredo, 2006. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-oedHfalprM&index=16&list=PLuCYHAVIbSBktTj__VCI6sp9358Qi7K3s.

4.3.2 Violência contra Posseiros: Moradias Derrubadas e Queimadas

Como já tratado, existe uma razão para que as moradias no campo tenham aspecto e materialidade mais frágil e efêmero quando existe o conflito por terra, aspecto já levantado anteriormente: a violência. A Figura 40 mostra uma charge que trata de uma realidade historicamente difícil, sentida na pele pelos camponeses.

Figura 40 – Charge sobre Violência no Campo



Autor: Floreal Andrade (1985). Disponível em < francovieira.blogspot.com.br/2013/05/reforma-agraria-e-funcao-social-da-terra.html >.

Segundo Medeiros (2014), a dinâmica da expansão da agropecuária brasileira tem de um lado os altos índices de produtividade e, de outro, terras adquiridas com perspectivas à valorização futura, fato que potencializa a demanda por novas áreas para serem incorporadas. Porém, o surgimento recente de movimentos que reivindicam direitos à terra e a territórios¹⁶³, traz, para a atual conjuntura, um embate onde os poucos avanços nas políticas públicas não garantem a integridade dos mais fracos e, acaba dando espaço para o favorecimento das condições do aumento da violência no campo, agora

¹⁶³ No passado, não existia qualificação que diferenciava os posseiros. Porém, principalmente, com o acirramento das lutas por território das comunidades tradicionais, eles passaram a ser designados a partir de seu conteúdo de identidade política: quilombolas, indígenas, ribeirinhos. O Capítulo 5 vai tratar desta questão com maior abrangência.

como face, também, da expansão do agronegócio, para além da histórica especulação fundiária.

Segundo os dados dos Cadernos de Conflitos publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2006 e 2015 e, comentando-se somente sobre a violência aos camponeses relacionada à ocupação e posse (ver na Tabela 23)¹⁶⁴, existiram neste espaço de tempo 773 ocorrências no estado da Bahia, podendo-se considerar uma média de cerca de 70 por ano com um aumento substancial nos anos de 2011, 2012 e 2015.

Tabela 23 – Violência contra Ocupação e Posse na Bahia entre 2006 e 2016

Ano	Nº de Ocorrências	Famílias Despejadas	Famílias Ameaçadas de Despejo	Tentativa de Expulsão	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem
2006	69	1661	554	969	712	396	430	705
2007	62	2035	650	392	0	0	0	275
2008	68	919	721	2894	77	50	8	655
2009	40	1085	688	1136	0	80	0	1094
2010	72	1074	1075	1150	413	294	375	587
2011	98	460	708	792	28	20	23	126
2012	122	486	846	548	154	540	640	550
2013	67	163	514	996	120	200	700	1241
2014	76	904	2937	3061	37	928	1962	994
2015	99	815	1192	4840	220	130	542	969
2016	132	2186	3006	3001	486	479	523	1000
Total	905	11788	12891	19779	2247	3117	5203	8196

Elaboração: Paula Moreira, 2016. Fonte: Caderno de Conflitos CPT, 2006 a 2016.

As casas, as roças e os bens destruídos caminham lado a lado. A vida dos posseiros é difícil e eles não têm muitos recursos para se manterem. Colocam-se em risco para garantir seu modo de vida e, a moradia representa o invólucro de sua segurança e integridade física: um real abrigo. A roça garante sua alimentação; sem ela o posseiro camponês não consegue se reproduzir. Os bens são poucos, normalmente os essenciais. Destruir a casa, a roça e os bens de um camponês o coloca numa situação de extrema vulnerabilidade, pois se tira o que eles precisam para viver, seu habitat. Os casos de despejo, em números, não são poucos, somados chegam a quase 10 mil em nove anos.

¹⁶⁴ A CPT trabalha, em seus Cadernos de Conflitos publicados anualmente, os temas: Conflitos no Campo Brasil, Violência contra Ocupação e Posse, Conflitos por Terra, Conflitos pela Água, Conflitos Trabalhistas, Violência contra a Pessoa, Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte, Manifestações. A autora selecionou somente o tema Violência contra Ocupação e Posse porque este está diretamente relacionado com sua pesquisa, porém, indica-se aos interessados visualizar a totalidade das formas de violência no campo brasileiro.

Eles representam a insegurança na posse, a questão agrária repercutida em uma de suas faces mais perversas.

As fotos 1 e 2 mostram dois casos distintos de casas destruídas em comunidades rurais em conflito por terra: a Comunidade Quilombola Porto Dom João¹⁶⁵, localizada em São Francisco do Conde/Bahia e, a Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, em Simões Filho/Bahia. Interessante destacar que em ambos os casos foi o Estado que assumiu o papel de agredir a posse dos camponeses, demolindo suas moradias.

Foto 1 – Moradia Destruída na Comunidade Quilombola Porto Dom João, São Francisco do Conde/BA



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR, 2014).

Foto 2 – Moradia Destruída na Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, Simões Filho/BA



Fonte: disponível em:

<www.youtube.com/watch?v=OGviOzQkmYM> (2014).

No primeiro, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde em aliança com o proprietário da fazenda se unem com o objetivo de deslocar a comunidade dali, para dar lugar a um empreendimento turístico e a especulação imobiliária. No segundo caso, a Marinha do Brasil se coloca como algoz imprimindo junto à comunidade um estado de terror e medo, com a justificativa de que ali seria uma área de segurança nacional. Em ambos os casos, porém, os ocupantes chegaram antes e, por serem posseiros há décadas e, também, declaradamente quilombolas, teriam que ter garantido o direito ao território, não tendo, portanto, que passar por tanto sofrimento.

Nas duas circunstâncias, o que aconteceu posteriormente à demolição das casas foram ações de resistência. Em Porto Dom João a comunidade se mobilizou e procurou junto a aliados uma forma de se manter no local, tendo uma vitória parcial: a obtenção do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) expedido pela Secretaria do

¹⁶⁵ Cujo caso já foi citado anteriormente, neste mesmo Capítulo.

Patrimônio da União (SPU)¹⁶⁶. Em Rio dos Macacos, a casa de taipa demolida em meio a grande comoção¹⁶⁷ foi imediatamente reconstruída em processo de mutirão. Assim, apesar do sofrimento oriundo da perda de uma casa, quando esta é demolida e todos os seus pertences são expostos, os envolvidos, em conjunto com o grupo a que pertencem, conseguem se organizar enquanto sujeitos sociais e se recompor, já que possuem um objetivo muito maior: o de se manter na terra para conquistar o território.

As casas, nestes dois exemplos, além de materializarem a violência contra os posseiros, também, faz o mesmo em relação à resistência camponesa: elas são a prova material da coragem e da força dos que lutam pela terra, destacando-se o papel decisivo do domínio por parte dos quilombolas das técnicas construtivas da taipa, da palha trançada e do pau a pique.

Sobre o assunto, entretanto, é importante destacar que os números da Bahia, Maranhão e Paraíba são os maiores do país, quando se trata da destruição de casas, mostrando que ainda é recorrente este tipo de violência advinda das práticas das antigas oligarquias e do coronelismo nordestino.

Na Tabela 23 é possível observar que quase 20 mil casos envolvem o despejo, sendo equilibrados os números relativos tanto sua ameaça, quanto sua efetivação. É importante destacar que, no caso, a CPT se refere ao significado formal da palavra e ao não jurídico. No dicionário¹⁶⁸, despejo significa “saída obrigatória do local de residência”. No direito, através da Lei de locação n.º 12.112/09, despejo seria uma ação especial para retomada de um imóvel cujo aluguel não esteja sendo pago. Assim sendo, nos casos analisados onde os despejos tenham sido efetivados, eles se referem aos resultados de ações possessórias de reintegração de posse. Medeiros (2014), sobre este tema, afirma que parece existir uma progressiva judicialização dos conflitos fundiários, fato que deve ser compreendido com mais profundidade.

¹⁶⁶ O artigo intitulado “A moradia no contexto do conflito por terra: Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João”, publicado nos anais do IV SINARUB, escrito por Moreira e Germani (2016), trata deste tema de forma mais detalhada. O Grupo de Pesquisa GeografAR elaborou um vídeo sobre a comunidade. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=LCi8fge_LBI.

¹⁶⁷ Vários vídeos foram postados na web para denunciar a violência contra a moradia dos quilombolas. Alguns destes estão disponíveis em: www.youtube.com/watch?v=DSQ5EvktAAc; www.youtube.com/watch?v=k8BN8bED0Yk; <https://www.youtube.com/watch?v=bwUXjUzqU6w>.

¹⁶⁸ Foi utilizado o Dicio, um dicionário *online* de Português disponível em www.dicio.com.br.

Outra questão, ilustrada pela Figura 41, e, também citada na Tabela 23, é a efetivação de ações de despejo. Neste caso, os proprietários de terra são respaldados pela justiça fundada no direito à posse¹⁶⁹ e à propriedade privada¹⁷⁰.

No caso da reintegração de posse¹⁷¹, os camponeses passam por traumas, visto a agressão que sofrem desde o momento em que a polícia chega para acompanhá-la e efetivá-la, até quando são obrigados a deixar para trás suas moradias, suas roças, seus sonhos, retirando-se sob a perspectiva de uma derrota. Pior, caso não tenham ajuda, ficarão sem ter para onde ir, sem abrigo, sem habitat, sem ter como reproduzir seu modo de vida, à deriva.

Figura 41 - Charge sobre Despejo



Autor: Latuff (2010).

A Tabela 23 mostra que a tentativa de expulsão é o fenômeno mais comum dentre os listados. Um total de 16.778 casos onde, as ameaças e a profusão do medo se tornam

¹⁶⁹ O direito a posse está previsto nos artigos 554 e seguintes do novo Código Processual Civil – CPC, nele é tratado reintegração de posse, interdito proibitório, ação de imissão de posse, entre outros.

¹⁷⁰ Na Constituição Federal de 1988 a propriedade privada é uma instituição protegida, constando como direito fundamental, sendo, também, atrelada ao atendimento da sua função social. Os artigos constitucionais que tratam da propriedade privada são o 5º e o 170º.

¹⁷¹ A reintegração de posse é algo bastante subjetivo, já que muitas vezes, os proprietários que entram com este tipo de ação são ausentes e, em nenhum momento objetivam a posse real do imóvel. Já os posseiros, estes sim na realidade a possuem, pois residem e vivem com os recursos do mesmo.

instrumentos importantes por parte dos proprietários de terra. As ameaças de expulsão e de despejo mostram, conforme destaca Medeiros (2014), que para além das situações efetivas de saída da terra, permanece um clima de tensão e medo diante do futuro. É importante destacar que estes casos são mais presentes no Nordeste e Norte do País, que somam juntos cerca de dois terços do total computado.

Para agravar ainda mais a situação dos camponeses, a CPT vem verificando, de 2008 a 2016, o aumento de assassinatos no campo. Neste período, foram processadas 24 ocorrências na Bahia, estando entre as vítimas, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra, assentados de reforma agrária e pequenos produtores rurais. Todos estes eventos, segundo a Comissão, estão ligados a conflitos agrários. Numa perspectiva nacional, os números dobraram: em 2016, houve 60 casos, quando entre 2008 a 2014, a média pairava em torno de 30.

Assim, o medo é uma companhia permanente e cotidiana dos camponeses posseiros baianos que, hoje, muitos foram renomeados como quilombolas, ribeirinhos ou comunidades de fundo de pasto, deram um sentido mais preciso às lutas de segmentos, porém, com dificuldades semelhantes das de outrora.

Considerando-se este fato, buscou-se nos processos de desapropriação elaborados pelo INCRA casos representativos que demonstram estas relações de violência e conflitos em relação aos posseiros¹⁷². A primeira observação é, que na maior parte dos casos, estas ocorrências aconteceram nos momentos iniciais da política de reforma agrária, entre 1980 e 1990. Isto porque a posse se constituía como uma forma de luta camponesa que, posteriormente passou a ser substituída pelas ocupações lideradas pelos movimentos sociais. A segunda é que as moradias se colocam, como já mencionando, como instrumentos de luta e resistência dos envolvidos. Dos 34 casos observados nesta condição, em nove constavam maiores detalhes destes conflitos, inclusive com fotos e descrição das moradias dos posseiros. O Quadro 9 mostra o material construtivo predominante nestas construções, o nome das fazendas, dos municípios e suas regiões. É clara a predominância, na documentação do INCRA, para o Médio São Francisco (quatro

¹⁷² Posseiro é um termo genérico para indicar pessoas que, junto com suas famílias, ocupam um pedaço de terra sem possuir o título de propriedade e, nela passam a morar e praticar agricultura e/ou pecuária para viver. Segundo Medeiros (2014), a redução dos sujeitos dos conflitos fundiários a posseiros pode resultar num tratamento da questão fundiária que ignore as particularidades do uso da terra de personagens como ribeirinhos, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, etc.

de nove), em especial, para os municípios de Barra e Xique Xique. Isto, não acontece por acaso, mas, sim, por consequências históricas, como já foi levantado anteriormente. A questão é que nesta região existem povoados inteiros constituídos por posseiros que têm hábitos vinculados à agricultura e à pesca. São ribeirinhos, sendo muitos deles quilombolas que, na atualidade vem se organizando e lutando para garantir a segurança da posse da terra. Para esta tese foram trazidos dois casos: a fazenda Itacutiara e a fazenda Barro Vermelho/Canudos, ambas localizadas em Barra (Fotos 5, 6 e 7).

Na fazenda Itacutiara/ Brejinho e Brejo Grande 79 famílias de posseiros ergueram uma vila. O material, conforme mostra o Quadro 9 (visível na Foto 5) varia nas paredes e nos pisos, seguindo, ao que parece, a seguinte lógica: inicia-se com a taipa, o chão batido e a telha de cerâmica artesanal e, de acordo com as possibilidades, tanto materiais como de permanência (caso não haja conflito latente) vai substituindo-se as paredes de taipa por bloco, vai se cimentando o piso e vai dando-se acabamento e se fazendo ampliações. Ou seja, consolida-se a posse a partir da materialidade dos elementos construtivos da habitação. Isto como resultado dos processos de territorialização do grupo. Pela dinâmica dos materiais, e os diversos estágios que se encontram as moradias, percebe-se que houve dificuldades em se consolidar a posse da terra. Isto se explica no laudo de vistoria do INCRA (1987): na fazenda em questão, os técnicos deste órgão se depararam com a inconsistência existente entre a área registrada pelo proprietário junto ao INCRA e a área que foi medida *in loco*¹⁷³. Este fato mostra o quanto o proprietário conseguiu expandir seu domínio, sem dúvida nenhuma de forma hostil, tendo, porém, a resistência destes posseiros que, com dificuldade, conseguiram se territorializar e, posteriormente, se transferir para a condição de assentados de reforma agrária.

O outro caso de Barra, a fazenda Barro Vermelho/Canudos, Fotos 6 e 7, tinha no momento da vistoria do INCRA duas vilas: uma chamada Barro Vermelho com 151 moradias e, outra, Canudos, com 96. Ambas as vilas, com um processo de fixação mais consolidado que a de Itacutiara, com pessoas nascidas e criadas no local, maior número de casas e existência de equipamentos sociais e religiosos.

¹⁷³ O proprietário registrou junto ao INCRA 20.499ha, área esta que servia de referência para o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), porém, no momento da vistoria do mencionado órgão foi medido 30.679ha, segundo o processo nº21460001017/87-99.

Quadro 9 – Material de Construção da Moradia de Posseiros em fazendas Desapropriadas pelo INCRA

MORADIA DE POSSEIROS EM FAZENDAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA					
REGIÃO	MUNICÍPIO	FAZENDA	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
			TELHADO	PAREDE	PISO
Chapada	Boa Vista do Tupim	Canabrava	Cerâmica, amianto	Adobe, taipa	Terra batida
		Bandeira	Telha cerâmica	Taipa	Cimentado
	Ipirá	Sítio Novo	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado
Extremo Sul	Eunápolis	Santa Maria	Palha	Madeira	Terra batida
Médio São Francisco	Barra	Itacutiara, Brejinho e Brejo Grande	Telha cerâmica	Bloco cerâmico, taipa	Cimentado, terra batida, tijolo
		Barro Vermelho/Canudos	Telha cerâmica	Taipa, Tijolo e bloco cerâmico	Cimentado, terra batida, cerâmico
	Xique Xique	Cajueiro 2	Telha cerâmica e de amianto e palha	Taipa e palha	Terra batida
		André 1	Palha	Taipa	Terra batida
Nordeste	Santa Luz	Mocambinho	Telha cerâmica	Adobe, bloco cerâmico e taipa	Cimentado e terra batida

Fonte: INCRA, 2016. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 3 – Posseiros na fazenda Sítio Novo, Ipirá/Bahia



Fonte: Processo 2146000073/87-24, INCRA, 1987.

Foto 4 – Moradia de posseiros na Fazenda Cajueiro II, Xique Xique/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160001299/ 2001-03, 2001.

Foto 5 – Vila de posseiros na fazenda Itacutiara, Barra/BA



Fonte: INCRA, Processo 21460001017/87-99, 1987.

Foto 6 – Vila de posseiros na fazenda Barro Vermelho/Canudos, Barra/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160000631/97-11, 1997.

Foto 7 – Vila de posseiros na fazenda Barro Vermelho/Canudos, Barra/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160000631/97-11, 1997.

Foto 8 – Posseiros na Burundanga, Camamu/BA



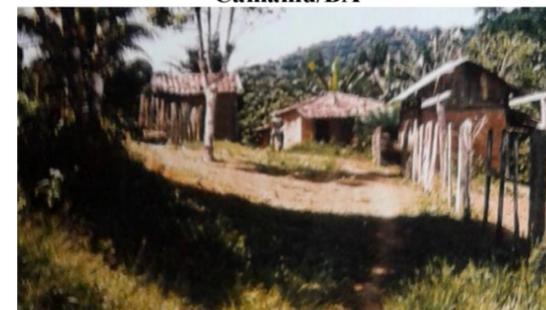
Fonte: INCRA, Processo 54160000958/98-92, 1998.

Foto 9 – Posseiros na Burundanga, Camamu/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160000958/98-92, 1998.

Foto 10 – Moradias de posseiros na Burundanga, Camamu/BA



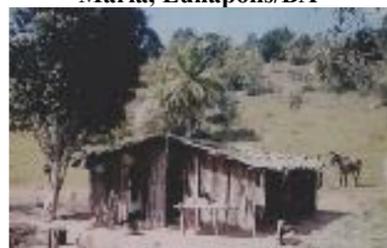
Fonte: INCRA, Processo 54160000958/98-92, 1998

Foto 11 – Posseiros na Burundanga, Camamu/BA.



Fonte: INCRA, Processo 54160000958/98-92, 1998.

Foto 12 – Moradia de posseiro na fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160000262/97-67, 1997.

Foto 13 – Posseiros na fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160000262/97-67, 1997.

Foto 14 – Moradia de posseiros na fazenda Bandeira, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160001052/2003-41, 2003.

Figura 42 – Charge sobre Questão Agrária



Fonte: <http://terralivre.org/2011/10/reforma-agraria-zero/>, 2016.

Em Barro Vermelho/ Canudos, os materiais utilizados mostram, também, a tendência de se fazer, inicialmente, a casa de taipa e, posteriormente, construir outra com tijolos ou bloco. O número de casas de alvenaria é mais significativo do que em taipa (diferente de Itacutiara) e, ilustra as relações articuladas, anteriormente, a partir dos dados do IBGE: onde há predominância de posseiros, pode haver, também, de casas com paredes em alvenaria de bloco, já que os mesmos se sentem mais seguros em relação à posse. Isto porque neste caso o proprietário, diferente do que ocorreu no passado, não mais pressiona as famílias a desocuparem a área. Esta segurança vem, entretanto de um processo de enfrentamento, de resistência e de luta que foi se consolidando no decorrer do tempo, inclusive com a formalização de uma associação que, viabilizou os processos de territorialização desta comunidade camponesa que, insistiu em se manter vivendo no campo. É importante destacar que no laudo de vistoria desta fazenda (1997) havia o levantamento da suspeita de que esta comunidade seria de remanescentes de quilombolas.

Mostrando uma das duas vilas de posseiros em Xique Xique, na fazenda Cajueiro II¹⁷⁴, no ano de 2001, é possível perceber, a partir da Foto 4, a utilização da palha como material construtivo (o Quadro 9 mostra a presença da palha também na fazenda André I, em Xique Xique). Os dados do IBGE, apresentados anteriormente, mostram a utilização deste material na região. Aqui, neste momento do texto, é possível compreender seu contexto. A posse desta comunidade estava em processo de disputa (apesar de haver famílias com posse ali há quase 50 anos) e, por isso, sua permanência era incerta, advindo daí a utilização deste material efêmero. Porém, como mostram os dados do Quadro 9, não era somente de palha que as moradias foram construídas. Ali se encontravam também a taipa, a telha cerâmica e de amianto, fato que mostra uma temporalidade longilínea, somada a um processo conflituoso.

As Fotos 8, 9, 10 e 11 mostram os posseiros da fazenda Burundanga e Outras¹⁷⁵, localizada em Camamu. As 8 e 9 mostram duas casas de taipa com padrões diferentes de acabamento: uma mais antiga (Foto 9) e outra mais recente (Foto 8). A Foto 11 ilustra a roça feita pelos posseiros. Dali, eles tiravam seu sustento e viabilizavam sua permanência no local, até terem a posse legitimada. De acordo com o laudo de vistoria do INCRA

¹⁷⁴ Em Cajueiro II existiam, em 2001, duas vilas: Canto do Gonçalo e Capão do Martim, somando-se cerca de 60 famílias viventes ali por mais de 50 anos.

¹⁷⁵ A Fazenda “Burundanga e Outras” abrange as seguintes fazendas: Burundanga (309,3ha), Papagaio (255ha) Nova Esperança (117,9ha), São José (193,5ha), Jenipapo (130ha), Mamão (25ha) e Vargem Grande (30ha). Sendo parte delas tituladas e outra não.

(1998), estes posseiros viviam na área entre 30 e 70 anos, tendo passado por momentos de conflito e medo, porém, com este processo arrefecido no decorrer do tempo a partir de sua territorialização, entretanto, sem uma formalização que garantisse a posse do grupo. Posteriormente, a fazenda foi ocupada por cerca de 80 famílias ligadas ao MST, (a foto 10 mostra a implantação das casas de forma próxima, implantadas por este grupo), fato que repercutiu, deu visibilidade política ao grupo e acelerou o processo de desapropriação do imóvel.

As Fotos 12 e 13 mostram outro tipo de situação, agora na fazenda Santa Maria, localizada em Eunápolis: uma unidade habitacional e o conjunto formando uma vila, porém com aspecto de construções recentes. O Quadro 9 mostra a utilização da tábuca de madeira para parede, comum na região, e a palha para o teto. Este aspecto da materialidade das habitações pode ser explicado pelo processo longo e conflituoso de luta por terra, enfrentado pelos posseiros. A fazenda Santa Maria foi objeto de vistoria e avaliação pelo INCRA em dois momentos distintos: 1997, para resolver um problema de conflito na fazenda Embaúba, que havia sido ocupada há cerca de dois anos e; em 2006, quando já existiam 54 famílias com a posse de suas terras, inclusive com associação formal constituída. Na verdade, esta Fazenda estava hipotecada em 1997 e, seu proprietário contestou o primeiro laudo de vistoria elaborado pelo INCRA, onde constava sua indicação como improdutiva. Por razão desta contestação foi necessário se fazer, posteriormente, outro laudo, onde a mesma foi considerada produtiva. Com certeza, o tempo que o proprietário obteve com sua contestação e, o conseqüente atraso na tramitação do processo de desapropriação da fazenda, deu a ele o tempo necessário para transformar a fazenda de improdutiva a produtiva, fato que a impediu de ser destinada à reforma agrária naquele momento, o que representou uma derrota para os camponeses envolvidos. Porém, o que se chama a atenção neste contexto é a não desistência destes camponeses. Ao contrário, eles formaram uma associação e, num processo contínuo de luta, ocuparam a fazenda, se tornando posseiros e, territorializando-se de tal forma que, em 2006, foi necessário ser aberto no INCRA um novo processo de desapropriação. Neste processo, porém, a postura do proprietário mudou: ele não se contrapôs a nada, permitindo que os trâmites burocráticos ocorressem de forma tal que permitissem a desapropriação da fazenda de forma rápida. Um sinal de desistência e derrota numa guerra que teve duração de dez anos, tendo as moradias como testemunhas.

Na região da Chapada existem listados no Quadro 9 três casos. Na fazenda Bandeira, em Boa Vista do Tupim, foi documentada pelo laudo de vistoria do INCRA (2003) a presença de nove famílias de posseiros residindo no local há mais de 15 anos; estes prestavam serviços temporários ao proprietário da fazenda e tinham roças para garantir a sobrevivência. A Foto 14 mostra uma casa de taipa com um acabamento bem feito, inclusive com varanda, demonstrando certa tranquilidade em relação à posse da mesma. É interessante notar que estes posseiros não se constituem num grupo organizado e, sim, em poucas famílias que, juntas, foram mantendo sua posse até a fazenda ser ocupada por 35 famílias sob a orientação do MST e, por isso, ser posteriormente desapropriada. Um caso a parte, dentre os mencionados, porém, comum na realidade da reforma agrária. Trata-se da resistência cotidiana de famílias frente ao que querem e acreditam, nos moldes descritos por James Scott¹⁷⁶: a terra e o modo de vida camponês.

Tanto na fazenda Canabrava, localizada em Boa Vista do Tupim, quanto na fazenda Sítio Novo, em Ipirá, houve conflito e violência contra os posseiros que residiam no local há muitos anos. A Foto 3 mostra um casal de idosos na frente de sua moradia, no ano de 1987, quando o INCRA elaborou o Laudo de Vistoria da fazenda Sítio Novo. O bloco de adobe era o material de suas paredes, assim como parte das casas de Canabrava, conforme mostra o Quadro 9. No primeiro caso, tanto o material, de durabilidade longa (mostrando a intenção de permanência), quanto seu aspecto, já muito usado, mostra que esta família tinha a posse da terra há muitos anos. Como eles, existiam ali 26 posseiros há décadas, segundo documento elaborado pela FETAG /BA e encaminhado para o INCRA em 1987¹⁷⁷. Segundo o mesmo documento os posseiros sempre tiveram problemas em se manter na área por causa do proprietário que, apesar de nunca ter feito qualquer investimento na propriedade, sempre agiu com violência frente aos posseiros, inclusive queimando roças e derrubando suas casas. Este mesmo proprietário, entretanto, para se esquivar de tal “problema” sem ter perdas financeiras, depois de algum tempo vendeu para terceiros as terras ocupadas pelos posseiros. Segundo o mesmo laudo, os novos proprietários não aceitaram a presença dos mesmos, agindo de forma ainda mais violenta para expulsá-los do local. A FETAG/BA se manifestou, no ano de 1987, em defesa dos posseiros, informando ao INCRA quanto a esta situação e solicitando a

¹⁷⁶ James Scott (2011) trata da resistência cotidiana afirmando que ela se distingue por sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos, pois, sendo informal e silenciosa, muitas vezes dissimulada, em grande medida é preocupada com ganhos imediatos, sendo, de fato, uma das poucas opções de resistir.

¹⁷⁷ Este documento consta no processo nº54160001299/2001-03.

resolução do problema. Ali alegavam que o município fazia parte da área prioritária de ação do órgão¹⁷⁸ e por isso, teria que ser desapropriada para fins de reforma agrária. Em 1990, o PA Sítio Novo foi criado, evidenciando a vitória frente à resistência e luta destes camponeses posseiros.

No caso de Canabrava, a fazenda se constituía primeiramente numa sesmaria¹⁷⁹. Segundo Henfrey (1988), em meados dos anos 1930, o dono da propriedade contratou as primeiras famílias para trabalharem na área, iniciando o processo de exploração da fazenda, que era até então improdutivo. Neste momento, além de pagar salário, o mesmo concedeu aos trabalhadores a autorização de utilizar a terra sem pagamento de renda. Em meados da década de 1950, a população de posseiros havia aumentado e o proprietário iniciou um processo de endurecimento para com os mesmos, já que tinha o interesse na saída destes para liberar área para a pastagem de rebanho bovino. Posteriormente, na década de 1970, de acordo com o laudo de vistoria da fazenda (INCRA, 1986), uma pessoa comprou parte do imóvel e quis se apossar do restante, sem comprovação documental. Este processo foi bastante violento e nele ocorreram casos de prisão de posseiros, além de espancamentos. Segundo Henfrey (1988), este dito proprietário proibiu novos cultivos e cobrava forçadamente dos camponeses uma “renda-trabalho” para estes pagarem por suas moradias¹⁸⁰. Concomitante a isto, vários grileiros apareceram e se diziam donos de partes da fazenda, exigindo a saída dos posseiros. Porém, sob a liderança do sindicato rural do município de Boa Vista do Tupim, os cerca de 220 posseiros resistiram, questionando os direitos dos grileiros sobre as terras e se aglutinando a outros grupos da região que sofriam com o mesmo problema e, posteriormente, ocuparam o que atualmente se constitui como a vila de Canabrava. A documentação comprobatória de propriedade da fazenda Canabrava nunca foi apresentada e, por isso, os posseiros nunca deixaram o local que, por meio da luta camponesa, pouco tempo depois passou a ser um projeto de assentamento de reforma agrária. É importante destacar que os posseiros, em sua grande maioria, viviam em casas de adobe, fato que demonstra a intenção e a relação de permanência do grupo com Canabrava, visto a materialidade perdurável do material construtivo.

¹⁷⁸ De acordo o Decreto nº 92.689 de 1986.

¹⁷⁹ De acordo Henfrey (1988), a fazenda Canabrava fazia parte, até meados de 1930, da sesmaria de mesmo nome que, posteriormente foi desmembrada.

¹⁸⁰ Este trabalho forçado se constituía na retirada ilegal de madeira da fazenda, segundo Henfrey (1988).

Os casos explicitados que mostram as relações existentes entre as moradias, os posseiros, os conflitos e a luta pela terra têm como resultado a vitória dos camponeses envolvidos já que foram extraídos de processos de desapropriação de fazendas que, posteriormente se tornaram projetos de assentamento, fato que fez com que os posseiros passassem a beneficiários da reforma agrária. Porém, na maioria dos casos a vitória é algo muito distante. Predominam os casos de derrota, e, também existem os de vitória parcial. As derrotas se relacionam aos posseiros que são expulsos das fazendas, mortos, despejados, ameaçados, agredidos violentados (como mostra a Tabela 23, não são poucos estes casos) e, acabam desistindo da terra e partindo para outras perspectivas de vida e de moradia. As vitórias parciais são frutos de supostos consensos, porque na maior parte dos casos não são possíveis ou reais, visto o tensionamento e a oposição dos interesses dos envolvidos. O PA Crispim é um caso destes. A vitória feita pelo INCRA na fazenda Crispim, em 1983, foi resultado da luta de 88 posseiros que resistiam no local, com suas roças e moradias, segundo processo 21460002152/86. Eles eram sindicalizados e tinham como aliados tanto a Associação de Apoio aos Trabalhadores da Chapada, como o Polo Sindical de Itaberaba e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista do Tupim. A imprensa baiana fez várias matérias sobre o conflito entre estes posseiros e duas famílias importantes do Estado da Bahia na luta pela referida fazenda. Até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se posicionou sobre o assunto, enviando uma carta ao INCRA em 10/05/1983. O laudo de vitória do INCRA apontava que a fazenda estava ocupada e praticamente só haviam as benfeitorias feitas pelos posseiros, este órgão chegou a publicar o decreto de desapropriação da fazenda em 01/04/1987 e, posteriormente, elaborou o parcelamento da mesma. Com todas estas ações, em 1986, os posseiros passaram de 88 para 150, mesmo com todas as ameaças e a presença de capangas contratados por grileiros locais. Porém, o que parecia estar caminhando para um resultado positivo, estancou. O PA Crispim que foi criado para beneficiar 275 camponeses, acolhe 24. Isto porque uma ação na justiça fez com que somente a área próxima à beira do Rio Paraguaçu, o que era no parcelamento destinado a área coletiva, pudesse ser destinada à Reforma Agrária. Assim, os posseiros foram acuados, divididos e os que conseguiram ficar entre os assentados se encontram em dificuldade, visto à diminuta área que podem trabalhar. Uma derrota, ou, vitória parcial?

Assim, é perceptível que, para os posseiros, a conquista da terra (quando esta acontece) está relacionada à luta e à resistência perante ameaças, ações violentas e

sofrimento, fato que tem repercussão direta em suas moradias e em seus corpos. Porém, e para os que não são posseiros? Para os que não garantiram este direito, ou, não aderiram à esta luta?

O modelo do agronegócio brasileiro, baseado em latifúndios e na mecanização da produção, necessita, além de terra, de trabalhadores. Para um país que se inicia no agronegócio a partir do trabalho escravo, no período colonial e, onde até os dias atuais encontram-se fazendas com trabalhadores submetidos às condições análogas às de escravos, não se espera a disponibilização de habitações dignas e adequadas. A seguir, são apresentadas algumas reflexões sobre o tema.

4.3.3 A exploração do Camponês pelas Moradias dos Trabalhadores Rurais

Ribeiro (2013), citando Martins (1980), compreende a terra imersa nas relações sociais de produção, próprias do capitalismo, fator que permite compreender os conflitos no campo pela terra do trabalho e pela terra do negócio. A terra de trabalho seria a de propriedade familiar, onde não há exploração do trabalho. No contexto baiano, estado em que a concentração de terra é predominante, a terra de trabalho é representada pelos pequenos proprietários, assentados e posseiros. A moradia dos pequenos proprietários é construída com seus esforços, de acordo com a renda e organização de cada um; os assentados seguem esta linha e, ainda tem algum apoio do poder público, já que são beneficiários da Política de Reforma Agrária; os posseiros, como foi visto no item anterior, sofrem para se manter na terra, podendo ser a moradia um indicador de sua luta e conflitos.

A terra de negócio está no contexto da propriedade capitalista, onde sua função está interligada à exploração da força de trabalho. Este item vai demonstrar qual é o tipo de moradia que é disponibilizada para os trabalhadores rurais através das fazendas desapropriadas pelo INCRA, tentando-se fazer um paralelo com as hierarquias existentes nestas através das diferenças entre casa sede, de administrador, de vaqueiro, de trabalhador permanente e trabalhador temporário. Também, vai abordar como a moradia se relaciona com a forma mais grotesca de exploração na contemporaneidade: o trabalho análogo ao escravo.

Segundo Germani (1993), o trabalhador rural assalariado é aquele que não é proprietário dos instrumentos de trabalho, das ferramentas ou das sementes e, por isso,

ele necessita vender sua força de trabalho. Muitos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros, não tendo recursos para viver exclusivamente de suas produções, precisam, também, vender sua força de trabalho para fazendeiros vizinhos para garantir sua sobrevivência.

Foi observado anteriormente que existe a predominância do proprietário nos estabelecimentos rurais. Porém, em termos de área, existem poucas fazendas grandes, com um reduzido número de donos. Estas grandes fazendas são heranças da formação social brasileira, fato determinante para definição da concepção construída do direito de propriedade.

As grandes propriedades, vinculadas à produção em grandes extensões, sempre foram uma constante no Brasil. No início do processo de colonização, instalaram-se as fazendas de engenho, localizadas na região costeira do país (principalmente na Bahia e em Pernambuco), que, destinavam-se a suprir os interesses da metrópole portuguesa. Nestas fazendas, o trabalho era baseado na extrema exploração da mão de obra, pois, utilizava-se do regime de escravidão. Nelas, os escravos viviam nas senzalas em péssimas condições.

Também, ali, existiam os agregados, segundo Germani (1993), pode-se considerar que estes se constituíram como os primeiros tipos de trabalhadores livres na agricultura brasileira. O agregado, de acordo com a autora, era livre, porém, pelo regime da propriedade rural na época colonial, havia permanecido como morador das grandes fazendas com permissão de realizar serviços particulares, porém, com a obrigação de dar apoio aos proprietários. Suas casas eram construídas pelos mesmos, tendo um padrão simples e variado¹⁸¹. Mesmo com este personagem, entretanto, predominantemente, o trabalho era exercido no regime de escravidão, inclusive, depois da decadência econômica dos engenhos de cana-de-açúcar e, a posterior ascendência das fazendas de café, no sudeste do país, principalmente em São Paulo.

As fazendas de café chegaram a ter edifícios bastante sofisticados e imponentes, possuidoras de arquiteturas ecléticas com grande influência neoclássica, segundo Cruz (2010). Normalmente, as casas grandes eram inseridas em pontos mais altos, porém com toda a estrutura produtiva em seu entorno, mostrando a priorização do setor produtivo em relação à estética da paisagem, seguindo, neste aspecto, o mesmo conceito das fazendas

¹⁸¹ O paisagista neerlandês Frans Post fez várias pinturas do Brasil, em meados do século XVII, onde é possível ver este tipo de moradia. Ele chegou ao Brasil jovem, e participou de diversas expedições, com o objetivo de montar uma coleção de desenhos com motivos brasileiros.

de engenho, de gado, de cacau e de borracha. O fator “controle” era o principal aspecto para justificar a implantação das casas grandes junto das áreas de beneficiamento, alojamento e produção em todos os casos citados.

No mesmo período em que o café ia se tornando o mais importante produto brasileiro para exportação¹⁸², iniciou-se no “Velho Continente”, segundo Monclús e Oyón (1988), um processo de se pensar as fazendas europeias para que se adaptassem às demandas da sociedade capitalista que, estava se estruturando nesta época. Surgem, então, as fazendas experimentais que se constituíam em laboratórios de como se aperfeiçoar, sistematizar e ordenar a produção agrícola. O controle dos processos era fundamental, para tanto, os pátios com a concentração dos serviços eram implantados como um modelo de organização social. O objetivo era de se veicular através das fazendas experimentais novos comportamentos e condutas ideais para o período.

Quanto à organização espacial, tanto nas fazendas brasileiras, quanto nos experimentos europeus, vem à tona a ideia do controle do trabalho e da produção, fato que remete à arquitetura panóptica trazida de Bentham por Foucault (1987). O Panóptico¹⁸³, pelo autor, teria o papel da amplificação no sentido de se aumentar a produção, desenvolver a economia e elevar o nível da moral pública. Isto tudo a partir do efeito mais importante do Panóptico: induzir, para o dominado, um estado consciente e permanente de visibilidade, fato que assegura o funcionamento automático do poder. Este é, segundo Foucault (1987), um instrumento típico da sociedade disciplinar. Para este sentido, a disciplina funcionaria como técnica de fabricação de indivíduos úteis. Assim eram (e são) vistos os trabalhadores das fazendas.

Mesmo após a abolição da escravatura, quando as grandes fazendas de café foram gradativamente adotando o regime de colonato como uma alternativa de transição do trabalho escravo ao livre, havia uma estrutura de organização espacial que trazia o panóptico¹⁸⁴ como forma de disciplinamento do grupo recém-implantado. Isto porque os colonos, normalmente estrangeiros, não se colocavam na posição de trabalhadores assalariados e, por esta razão, necessitava-se ter sobre eles algum tipo de controle. Tais colonos, diferentemente dos escravos, tinham direito à moradia, a um lote para plantar e para criar animais. A produção, fruto do trabalho familiar, era dividida com os

¹⁸² Meados do século XVIII.

¹⁸³ No Panóptico, uma figura conceitual, ocorre a seguinte configuração, segundo Foucault (1997): na periferia uma construção em anel dividida em celas atravessando toda espessura da construção; no centro, uma torre vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel.

¹⁸⁴ Esta questão ficará mais clara quando for tratada a “casa geminada” nas fazendas.

fazendeiros. Assim, eles se constituíam, segundo Germani (1993), em camponeses que realizavam trabalho familiar em regime de colonato. Para quem produzia com escravos, no caso os fazendeiros, esta relação era bastante desafiadora, fato que necessitava atenção e comando.

Grande parte das fazendas trazidas pelos processos de desapropriação do INCRA vai mostrar esta mesma relação hierárquica, de controle e disciplinamento, fato que é visível, simplesmente, ao observar as características de suas casas sede. Nos processos analisados não foram encontrados fazendeiros residentes em suas propriedades rurais. Mesmo assim, grande parte das casas sedes das fazendas observadas reproduzem as mesmas relações de poder das antigas fazendas de açúcar ou café de tempos passados. A hierarquia estabelecida através dos padrões construtivos das moradias é algo extremamente marcante. São verdadeiras materializações das relações de poder nesses espaços. As edificações parecem ter a função de intimidar os trabalhadores, os fazendo parecer menores do que realmente são. As casas sede das Fotos 23 a 28 têm, visivelmente, padrões que destoam com as construções do restante das fazendas ou pelas suas dimensões, ou, pelo trato arquitetônico. Em alguns casos pelos dois fatores, como é o caso da Foto 27, da casa sede da fazenda Cascata, localizada em Aurelino Leal. A Figura 43-A mostra sua planta esquemática, onde é possível perceber a ampla dimensão e quantidade de salas, a versatilidade dos ambientes de serviço, o número de quartos, os dois pavimentos e a preocupação com a qualidade plástica do conjunto. É importante destacar que esta casa possui uma piscina e uma quadra e, ao seu redor encontra-se uma ampla infraestrutura produtiva de beneficiamento de cacau, com um número elevado de barcaças, casa de trabalhadores, de administrador, dentre outros. Uma fazenda que não é colonial, mas apresenta uma releitura da estrutura hierárquica e panóptica daquele período com mais força que os outros exemplos.

Conforme se pode observar no Quadro 10, a área das casas sedes costuma ser grande, tendo exemplos que variam entre 200, 300, 400m², com média geral de 180m²¹⁸⁵. Porém, a casa sede da Foto 25, fazenda Nossa Senhora do Socorro, localizada em Santo Amaro, extrapola todas as medidas com 505m². Assim como sua área, sua estética diferenciada se destaca no contexto das casas sedes estudadas.

¹⁸⁵ As fazendas utilizadas como base para este cálculo estão indicadas no Quadro 10.

Foto 23 – Casa Sede da Fazenda Altamira, Santaluz/BA



Fonte: INCRA, processo 54160003117/2004-73 (2004).

Foto 24 – Casa Sede da Fazenda Grotão, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: Arquivo Pessoal da autora (2015).

Foto 25 – Casa Sede da Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA



Fonte: INCRA, Processo 54160005168/04-30 (2004).

Foto 26 – Casa Sede da Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA



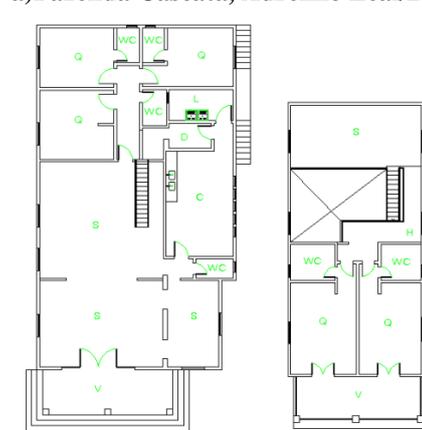
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2009).

Foto 27 – Casa Sede da Fazenda Cascata, Aurelino Leal/BA



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2009).

Figura 43 – Plantas Esquemáticas de Casas Sede



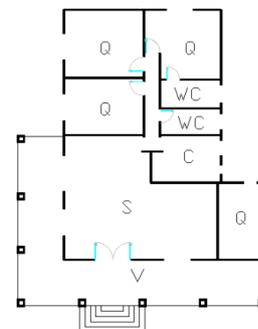
Elaboração: Paula Moreira (2017).

Foto 28 – Casa Sede da Fazenda Nova Suíça, Santo Amaro/BA



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2009).

b) Fazenda Nova Suíça, Santo Amaro/BA



Elaboração: Paula Moreira (2017).

Quadro 10 - Materiais de Construção das Casas Sede em Fazendas Desapropriadas pelo INCRA.

CASA SEDE EM FAZENDAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA								
REGIÃO	MUNICÍPIO	NOME DO PA	FAZENDA	FUNÇÃO	ÁREA (M²)	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
						TELHADO	PAREDE	PISO
Baixo Sul	Camamu	Antônio Conselheiro III	Reunidas Conceição e Santa Elisa	Residencial	169,4	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
Chapada	Andaraí	Mocambo	Mocambo	Residencial	260,63	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
		Salubrinho	Boa Vista	Residencial	318	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado e Lajota
	Boa Vista do Tupim	Che Guevara	Reunidas do Bandeira	Residencial	262,64	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
		Barra Verde	Barra Verde	Residencial	293,76	Telha cerâmica	Bloco de concreto	Cerâmico
		Canabrava	Canabrava	Residencial	255	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
		Crispim	Crispim	Residencial	232	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado e Lajota de Barro
		Grotão	Santo Apolônio, Grotão e Belo Grotão	Residencial	318	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cerâmico
		Polinésia	Polinésia	Residencial	163,37	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado e Madeira
	Ipirá	Dom Mathias	Agropastoril Santa Isabel	Residencial	408	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Azulejo e Lajota vitrificada
		Sítio Novo	Sítio Novo	Residencial	260	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado
		Sítio Novo	Sítio Novo	Residencial	139,5	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
	Marcionílio Souza	Cachá	Pau a Pique e Furado do Espinho	Residencial	269,62	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Ladrilho
		Beira Rio	Reunidas Beira Rio	Residencial	98,56	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cerâmico
Santa Fé		Santa Fé	Mista	141,1	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado	
Segredo Riachuelo		Segredo e Riachuelo	Residencial	196,28	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cerâmico e Cimentado	
Extremo Sul	Eunápolis	Santa Maria	Santa Maria	Residencial	101,18	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado e Cerâmico
Médio São Francisco	Carinhanha	Mel de Abelha	Mel de Abelha e Barreiro do Capão	Residencial	166,92	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Lajota
Nordeste	Santaluz	Mucambinho	Mucambinho	Residencial	132	Madeira	Adobe	Cimentado
Recôncavo	Santo Amaro	Nova Suíça	Nova Suíça	Residencial				
		Eldorado	Petinga	Residencial	132,98	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cerâmico
		Paulo Cunha	Nossa Senhora do Socorro	Residencial	505,2	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cerâmico e Taco
Sul	Itacaré	Nova Vida	Vale Negro I, II e III	Residencial	141,4	Telha cerâmica	Madeira	Cimentado e Madeira
	Aurelino Leal	Cascata	Cascata	Residencial	225,706			

Fonte: INCRA. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 15 – Casa Sede da Fazenda Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160002478/2003-11, 2003.

Foto 17 – Casa Sede da Fazenda Segredo Riachuelo, Marcionílio Souza/BA



Fonte: INCRA, processo 54160004157/2002-71, 2002.

Foto 19 – Casa Sede da Fazenda Mel de Abelha, Carinhanha/BA



Fonte: INCRA, processo 54160003146/2004-35, 2004.

Foto 21 – Casa Sede da Fazenda Crispim, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2009.

Foto 16 – Casa Sede da Fazenda Bandeira, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000238/97-82, 1997.

Foto 18 – Casa Sede da Fazenda Santa Fé, Marcionílio Souza/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000845/87, 1999.

Foto 20 – Casa Sede da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, Mata de São João/BA



Fonte: INCRA, processo 54160001338/98-43, 1998.

Foto 22 – Casa Sede da Fazenda Agropastoril Santa Isabel, Ipirá/BA



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2010.

Tratava-se de uma potente fazenda de cana de açúcar e de gado onde foi construído ao redor da casa sede: igreja, administração, depósito, casas de trabalhadores, pontes, currais, usina de cana de açúcar, aguadas, etc. Desta fazenda, ao que parece, ao se interpretar seu processo de desapropriação, foi tirado quase todo recurso natural que se podia: ali, a mata ciliar quase que ausente, foi substituída por pastagem, assim como o que ocorreu com a Mata Atlântica nativa. No solo ondulado da fazenda, havia somente plantações de cana e pastagem para criação de gado¹⁸⁶. Interessante notar que a área da fazenda, de 2.625,54ha, estava maior em medida do que em registro¹⁸⁷ e, pela sua vastidão, foi possível assentar 170 famílias num longo processo de luta camponesa.

Ao contrário desta lógica, a Foto 28 mostra uma casa sede mais simples, de menor dimensão, porém, com detalhes primorosos de acabamento: com seixos rolados formando mosaicos, por exemplo. Ela não foi construída de forma articulada com outras construções da fazenda, encontra-se isolada, parecendo ter a função de recreação e contemplação da natureza.

A Figura 43-B, que mostra sua planta esquemática, apresenta seu avarandado amplo, completamente interligado com a sala e, representando junto com esta o cômodo de maior importância. Com estas características, pode-se comentar que esta casa sede foge do padrão do controle e otimização da produção e, se insere no contexto do ideal de valorização e apreciação do campo trazido pelo conceito de cidade jardim. Esta afirmação é justificada pelo fato de que as cidades jardim subsidiaram e enalteceram a ideia de se morar e trabalhar no campo, não mais como um camponês “atrasado” e sim numa perspectiva de adaptação do campo para a nova forma de se viver nas cidades.

A casa sede da Fazenda Nova Suíça mostra claramente, em sua planta e componentes construtivos, aspectos que a remetem a esta perspectiva formal de consenso entre cidade e campo, vista numa perspectiva urbana.

É interessante notar, entretanto, que nem sempre os fazendeiros se utilizam da casa sede para ostentar poder ou vislumbrar lazer e conforto. As Fotos 15, 16, 18, 20 e 21 mostram exemplos de construções simples, parecidas com os padrões das casas dos trabalhadores rurais. Em alguns casos, as fazendas eram praticamente improdutivas sem

¹⁸⁶ No momento da vistoria do INCRA, em 2002, já em decadência, havia nesta fazenda um efetivo pecuário de 1100 cabeças de bovino, 25 de bubalino e 22 equinos.

¹⁸⁷ Os impostos pagos pela fazenda são calculados a partir de sua área. No caso, o fazendeiro deixou de declarar cerca 250ha. Além disso, é possível que este acréscimo tenha sido fruto de grilagem no passado, visto a inconsistência da documentação.

nenhum sinal de investimento significativo em produção, fato que repercutia em sua infraestrutura.

É comum verificar que na maioria dos casos estudados, as fazendas que tiveram um momento de apogeu produtivo, localizadas em áreas férteis e com planejamento espacial bem estruturado, tiveram casas sedes bem elaboradas, ao, contrário disso, fazendas semiabandonadas, exploradas de forma inadequada ou localizadas em áreas com pouco potencial produtivo tiveram casas sede pouco representativas no conjunto das edificações da fazenda. Isto significa que a presença do fazendeiro e de sua família nas casas sedes das fazendas, mesmo que de forma sazonal, tinha uma repercussão espacial simbolicamente importante, pois externava a importância e potencial do imóvel para a sociedade e para o conjunto de seus trabalhadores, reforçando o aspecto panóptico da estrutura destas fazendas. Esta questão é de dimensão tão avassaladora que, tempos depois das fazendas se tornarem projetos de assentamento, a maior parte das casas sede não são destinadas a nenhum tipo de uso. E, quanto maior e mais imponente seja, menor a apropriação da mesma pelo grupo assentado. Em poucos casos elas se tornaram sedes da associação, em outros, os assentados pensam em transformar em pousada ou hotel. Mas, o mais comum é vê-las abandonadas, como testemunhos espaciais de uma realidade tortuosa que para eles não existe mais.

Esta constatação pode ser fruto da memória das arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros e da baixa qualidade de vida que, historicamente, os camponeses assalariados convivem no campo, desde a abolição da escravatura. Importante destacar que a exploração do trabalho, a falta de infraestrutura e de perspectivas acabou por aprofundar a situação de miséria e pobreza no campo, levando em meados da década de 1950 um processo de mobilização dos trabalhadores rurais, que começaram, a partir daí, a organizar sindicatos e associações, segundo Germani (1993), lutando contra o latifúndio e pela distribuição de terras. Estão dentro deste contexto, as Ligas Camponesas¹⁸⁸.

Em 1963, foi estabelecida a Lei nº 4214, de 2 de março, fruto da luta camponesa. Esta lei, o Estatuto do Trabalhador Rural regulamentou o trabalho no campo e determinou os direitos e obrigações dos empregados e patrões. Porém, Germani (1993) afirma que

¹⁸⁸ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um movimento importante em defesa da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. A partir daí, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até sua ação ser interrompida pela repressão do Regime Militar.

como impacto, os fazendeiros passam a contratar poucos empregados permanentes, normalmente os mais qualificados e, nos momentos das colheitas eles faziam contratos temporários com diaristas. A autora afirma que este Estatuto transformou o agricultor independente em assalariado e, por isso acabou por dar condições de penetração mais intensa do capital na agricultura brasileira.

Esta relação é bem visível nos processos de desapropriação pesquisados no INCRA. A Tabela 24 mostra que de um total de 55 fazendas, 42% não tinham trabalhadores permanentes contratados e, em 33% havia trabalhadores sem carteira assinada. Somente em 25% encontravam-se trabalhadores com carteira assinada.

Tabela 24 – Condições dos Trabalhadores nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA

SITUAÇÃO	Nº DE OCORRENCIAS	%
Trabalhadores com carteira assinada	14	25,45
Trabalhadores sem carteira assinada	18	32,73
Sem trabalhador na fazenda	23	41,82
TOTAL	55	100,00

Fonte: Processos de desapropriação do INCRA (2017).

O interessante é notar a quantidade de trabalhadores nas fazendas estudadas. A Tabela 25 mostra que somente três fazendas tinham mais de oito trabalhadores com carteira assinada. Assim mesmo, uma delas tinha entre estes, cinco tratoristas que, prestavam serviços nas fazendas vizinhas.

O caso dos 171 empregados é uma exceção, já que na fazenda Cajuba, localizada em Tucano, existia uma agroindústria, onde estas pessoas prestavam serviço. Porém, observando o laudo de vistoria percebe-se que apesar da agroindústria, a fazenda era estruturada para criação de gado e se encontrava improdutiva, sendo por esta razão desapropriada.

Tabela 25 – Ocorrência de Trabalhadores com Carteira Assinada nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA

Nº DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA	OCORRENCIAS	OBSERVAÇÕES
1	6	1 contratava trabalhadores temporários
2 A 4	5	Dentre os 4 casos, uma possuía 9 diaristas que residiam na fazenda há 15 anos; outra, trabalhadores temporários e; a uma possuía posseiros.
8 A 10	2	Uma delas assinou a carteira de 5 tratoristas que prestavam serviços nas fazendas vizinhas
171	1	Havia contratado 267 trabalhadores temporários
TOTAL	14	

Fonte: Processos de desapropriação do INCRA (2017).

No entanto, a predominância é de apenas um empregado por fazenda, onde se empregava temporários de acordo com as necessidades de colheita e plantio.

A mesma relação se encontra nas fazendas onde os trabalhadores não tinham carteira assinada. A maior parte com somente um trabalhador, como pode ser observado da Tabela 25.

A Tabela 26 mostra, também, a presença dos temporários. Germani (1993) traz que estes, também chamados de boias frias, são pessoas desprovidas de outra coisa a não ser a força do trabalho. Por esta razão, normalmente moram em áreas periféricas das cidades em condições bastante precárias, pois, são impossibilitados de viver no meio rural por causa das condições já descritas relacionadas à propriedade da terra.

Tabela 26 – Ocorrência de Trabalhadores sem Carteira Assinada nas Fazendas Desapropriadas pelo INCRA (nos Processos Estudados pela Autora)

Nº DE TRABALHADORES SEM CARTEIRA ASSINADA	OCORRENCIAS	OBSERVAÇÕES
1	11	
2 A 3	7	Em dois dos casos os trabalhadores tinham posse na fazenda e em outro o proprietário contratava trabalhadores temporários.
TOTAL	18	

Fonte: INCRA (2017).

Não obstante estas fazendas estarem na condição de improdutivas, visto que foram desapropriadas e transformadas em projetos de assentamento, é visível a tendência a um número mínimo de trabalhadores, justamente para diminuir os custos com os direitos trabalhistas após o aparecimento do Estatuto do Trabalhador. O aparecimento de sindicatos rurais¹⁸⁹ que, passaram a fazer um trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores rurais também foi responsável por este processo. Para autora foi bastante esclarecedor assistir a três documentários que tratam da questão: “Senhores da Terra, Donos do Mundo¹⁹⁰”, “O Boia Fria¹⁹¹” e “Por Trás dos Verdes Canaviais¹⁹²”.

¹⁸⁹ Em 1934, no distrito de Piranji (atual Itajuípe), foi fundado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil, sendo seu fundador o socialista Joaquim Cunha Filho. Em 1937 o Sindicato foi fechado e, Joaquim Cunha Filho foi preso e enquadrado na Lei de Segurança do “Estado Novo”.

¹⁹⁰ Argumento e texto: Prof^a Maria Aparecida de Moraes Silva. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Pty15QFfySY&index=18&list=PLuCYHAVIbSBkTj_VCI6sp9358Qi7K3S.

¹⁹¹ Direção: Fernando Kaxassa, Fotografia: Fernando Sousa, Roteiro: Marcos Diamantino. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=574ALUrrMMU&list=PLuCYHAVIbSBkW0_eo9vImNdbmYU5Cyum-&index=14>.

¹⁹² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8N-zuwHFIJg&list=PLuCYHAVIbSBkW0_eo9vImNdbmYU5Cyum-&index=11.

Em “Senhores da Terra, Donos do Mundo” são mostradas as consequências ambientais e sociais da substituição das lavouras de café pelo monocultivo canavieiro em São Paulo. Ele traz o processo de destruição do modo de vida dos colonos por causa de sua substituição pelos boias frias, quando a cultura da cana de açúcar começou a ser implantada. Traz a impressão dos colonos quanto à homogeneização da paisagem na cultura da cana, pois, o café, ao contrário, trazia consigo maior diversificação. A destruição de árvores e a não adequação dos colonos para a nova cultura dão um ar de dramaticidade para este momento histórico brasileiro.

O segundo documentário trata do contexto da década de 1980, na região de Ribeirão Preto. Mostra a vida cotidiana dos boias frias, suas precárias moradias e alojamentos, suas dificuldades e o despertar como sujeito social através do engajamento sindical, apontando-se para a reforma agrária. É notória a naturalidade como a sociedade local encarava a exploração e os maus tratos sofridos pelos camponeses que migravam para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar e, pior, como ignorava intencionalmente a intensa violência física e psicológica que sofreram quando fundaram o sindicato dos trabalhadores rurais.

O terceiro documentário trata de uma realidade mais recente (década de 1990) no estado de Goiás. Já sob o impacto da modernização da agricultura, revela como os trabalhadores rurais foram afetados em relação à organização social e qualidade de vida. Como exemplo, mostra como os agrotóxicos eram utilizados de forma errada, gerando problemas sérios de saúde aos trabalhadores que, não tinham escolha, pois os contratantes não disponibilizavam os equipamentos necessários para proteção. Além disso, mostra que a locomoção ficou mais diversificada¹⁹³, porém, como isto foi utilizado para desagregar o grupo e retirar-lhes do foco na luta pelos seus direitos. Isto porque uns (que tinham menor desempenho e prestígio) continuavam a se deslocar nos caminhões de animais, e, outros, mais eficientes e bem articulados iam de ônibus. Com a mesma intenção, mostra as premiações e os incentivos dados por produtividade, fato que foi gerando competitividade e desavenças entre os trabalhadores que, tenderam a se afastar do sindicato. Também são mostrados os processos injustos de fiscalização do trabalho para pagamento de honorários: a maximização da exploração do trabalho. Enfim, os documentários remetem a duas questões. Primeiro, como os trabalhadores são

¹⁹³ Tradicionalmente, os boias frias eram deslocados ao local de trabalho em caminhões sem a menor segurança e conforto. No primeiro documentário, na década de 1980, essa era a única forma de transporte disponibilizada pelos fazendeiros.

manipulados e como ficam a mercê dos interesses econômicos. Segundo, como foi difícil para os camponeses se organizarem em sindicato e, como era complicado manter o grupo coeso, diante do medo, da violência, do cansaço, da exploração e das artimanhas dos empregadores. A moradia aparece nestes filmes como um problema, pois as poucas condições de habitabilidade contribuía para piorar, ainda mais, a vida cotidiana daqueles camponeses.

É por isso que observar as moradias dos trabalhadores nas fazendas é um exercício esclarecedor quanto à questão agrária, já que é uma consequência de toda estrutura opressora envolvida nesta equação. Das fotos 29 a 36 são mostradas unidades habitacionais de trabalhadores permanentes em diversas fazendas. Chama-se atenção a semelhança entre os padrões: casas construídas em alvenaria de bloco, com duas águas, telha cerâmica e varanda. As tendências regionais são percebidas: casas de madeira nas fazendas de Maraú e Eunápolis.

Quanto à quantidade de casas por fazenda, o Quadro 11 mostra algo revelador: apesar de pouquíssimas fazendas terem mais de um trabalhador permanente, quase nenhuma possui somente uma casa destinada a estes. Isto mostra a existência, para além do fato destas fazendas estarem decadentes no período da vistoria do INCRA¹⁹⁴, da tendência a outros tipos de relação de trabalho ou do processo de enxugamento do número de trabalhadores nas fazendas em geral. A média entre as fazendas estudadas é de sete casas de trabalhadores, porém, existem, dentre as 28 fazendas, três com mais de 20 casas e oito com apenas uma casa de trabalhador.

O Quadro 11 indica tipos diferentes de moradia. As unidades individuais com função específica residencial e as com função mista. As Fotos de 37 a 40 mostram alguns exemplos destas. As casas de uso misto mostram a subordinação dos interesses dos trabalhadores ao da função produtiva da fazenda.

As fotos 37 e 39 mostram as típicas fazendas produtoras de cacau, com suas barcaças compartilhadas com moradias. Observações empíricas nestes tipos de construções mostraram conflitos de uso, tais como odores desagradáveis e presença de mofo. Estas casas, também, têm poucas janelas, fato que as tornam bastante quentes e abafadas.

¹⁹⁴ Momento quando se contabiliza os números de trabalhadores vinculados às fazendas.

Foto 29 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Agropastoril Santa Izabel, Ipirá/BA



Fonte: INCRA, processo 54160004236/2002-81 (2002).

Foto 30 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000238/97-82 (1997).

Foto 31 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA



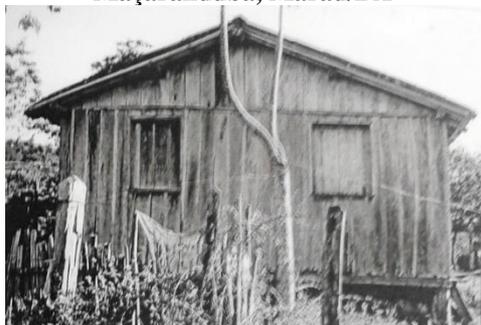
Fonte: INCRA, processo 54160002478/2003-11 (2003).

Foto 32 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Segredo Riachuelo, Marcionílio Souza/BA



Fonte: INCRA, proc. 54160004157/2002-71 (2002).

Foto 33 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Maçaranduba, Maraú/BA



Fonte: INCRA, processo 54160001643/2008-22 (2008).

Foto 34 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Santa Maria, Eunápolis/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000262/97-67 (1997).

Foto 35 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Santa Maria, Mata de São João/BA



Fonte: INCRA, processo 54160002507/2003-45 (2003).

Foto 36 – Moradia de Trabalhador Rural na Fazenda Altamira, Santaluz/BA



Fonte: INCRA, proc. 54160003117/2004-73 (2004).

Quadro 11 – Materiais de Construção das Casas dos Trabalhadores Rurais em Fazendas Desapropriadas pelo INCRA

CASA DE TRABALHADORES RURAIS EM FAZENDAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA									
REGIÃO	MUNICÍPIO	FAZENDA	TIPO DE HABITAÇÃO	FUNÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA MÉDIA (M ²)	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
							TELHADO	PAREDE	PISO
Baixo Sul	Camamu	Reunidas Conceição e Santa Elisa	Individual e Conjugada	Residencial e Mista	17	110	Telha cerâmica e amianto	Bloco cerâmico e tijolinho	Cimentado
		Mariana	Individual e Conjugada	Residencial	7	90	Telha cerâmica e amianto	Bloco cerâmico e madeira	Cimentado
Chapada	Boa Vista do Tupim	Reunidas Bandeira	Individual	Residencial e Mista	6	190	Telha cerâmica	Bloco cerâmico e adobe	Cimentado
		Barra Verde	Individual	Residencial e Mista	3	66	Telha cerâmica	Tijolinho	Cimentado
		Santo Apolonio e outras	Individual e Conjugada	Residencial	3	105	Telha cerâmica	Bloco cerâmico e adobe	Cimentado
		Polinésia	Individual e Conjugada	Residencial e Mista	3	60	Telha cerâmica	Bloco cerâmico e adobe	Cimentado
	Andaraí	Boa Vista	Individual	Residencial	1	54	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado
		Mocambo	Individual e Conjugada	Residencial	22	61	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
	Ipirá	Agropastoril Santa Isabel	Individual	Residencial e Mista	7	180	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
		Oasis	Individual	Residencial	1	sem dado	Telha cerâmica	Adobe	sem dado
		Sítio Novo	Individual	Residencial	55	2	Telha cerâmica	Cimentado	Bloco cerâmico e Adobe
		Reunidas Beira Rio	Individual e Conjugada	Residencial e Mista	12	64	Telha cerâmica, amianto e zinco	Bloco cerâmico e Adobe	Cimentado
	Marcionílio Souza	Segredo e Riachuelo	Individual e Conjugada	Residencial	3	113	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado
		Pau a Pique e Furado do Espinho	Individual	Residencial	1	40	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
Morro do Chapéu	Morrinhos, Lagoinha e Lagoa de Alecrim	Individual	Residencial	33	1	Telha de fibrocimento	Bloco cerâmico	Terra batida	
Extremo Sul	Eunápolis	Conjunto Santa Maria	Individual	Residencial	5	57	Telha cerâmica e amianto	Bloco cerâmico, de concreto e madeira	Cimentado e madeira
		Santa Maria	Individual	Residencial	1	35	Telha de amianto	Cimentado	Madeira
		Maravilha	Individual	Residencial	1	48	Telha de amianto	Bloco cerâmico	Cimentado
Médio São Francisco	Barra	Itacutiara, Brejinho e Brejo Grande	Individual	Residencial	1	30	Telha cerâmica	Taipa	Terra batida
		Barro Vermelho e Canudos	Individual	Residencial	30		Telha de amianto	Terra batida	Taipa
	Carinhanha	Mel de Abelha e Barreiro do Capão	Individual	Residencial e Mista	3	60	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
	Xique Xique	Cajueiro II	Individual	Residencial	1	30	Telha cerâmica	Taipa	Terra batida
Nordeste	Santa Luz	Mocambinho	Individual	Residencial	84	1	Telha cerâmica	Terra batida	Adobe
Recôncavo	Santo Amaro	Petinga	Individual	Residencial e Mista	3	60	Telha cerâmica e amianto	Bloco cerâmico	Cimentado
		Nossa Senhora do Socorro	Individual	Residencial e Mista	5	90	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
RMS	Mata de São João	Santa Maria	Individual	Residencial	2	sem dado	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
		Barro Branco	Individual	Residencial	1	114	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
Sul	Maraú	Vale Negro I, II e III	Individual e Conjugada	Residencial e Mista	18	38	Telha cerâmica, amianto e zinco	Bloco cerâmico e madeira	Cimentado e madeira
		Maçaranduba	Individual e Conjugada	Residencial e Mista	10	95	Telha cerâmica	Madeira	Madeira
		Santa Maria	Individual	Residencial e Mista	6	51	Telha de Amianto, de plástico e tábua	Madeira e taipa	Terra batida e madeira

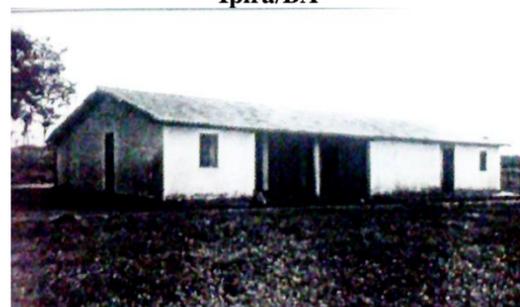
Fonte: INCRA. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 37 – Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Cascata, Aurelino Leal/BA



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2009.

Foto 38 – Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Agropastoril Santa Isabel, Ipirá/BA



Fonte: INCRA, processo 54160004236/2002-81, 2002.

Foto 39 – Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Limoeiro, Camamu/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000958/98-92, 1998.

Foto 40 – Moradia de Uso Misto de Trabalhador Rural na Fazenda Pai Simão, Marcionílio Souza/BA



Fonte: INCRA, processo 54160006196/2006-36, 2004.

As casas de uso misto de Marcionílio Souza e Ipirá mostram outros padrões construtivos, com funções relacionadas a depósitos, porém, com alguns problemas parecidos: pouca dimensão e quantidade de janelas, reafirmando o pouco interesse dos proprietários com a qualidade da moradia de seus trabalhadores.

Algo observado com predominância nas casas de trabalhadores é a ausência de sanitários. Também foram encontrados muitos casos de sanitários coletivos, neste caso, eles deveriam ser compartilhados por mais de uma família. Quanto à função, foi averiguado que pouquíssimos sanitários dispunham de local destinado especificamente para banho. O banho ocorria por bacias e copos de forma improvisada no próprio sanitário ou em áreas externas nos arredores das moradias.

As Fotos de 41 a 44 mostram as moradias de trabalhadores em condição especial nas fazendas: os vaqueiros. Antes de se tratar de suas moradias, é importante contextualizar este personagem presente no campo baiano. No processo de interiorização do país, afirma Luccas (1997), próximo a grandes rios, surgiram as fazendas de gado. Neste caso, aparecem os vaqueiros que, construía suas casas na área da fazenda e criavam seu gado, além do gado do fazendeiro, formando, muitas vezes pequenos vilarejos em torno da casa grande. As fazendas de gado estavam presentes em grande parte do território brasileiro desde o sul, ao norte, o nordeste, abrangendo, ainda a região sudeste, com destaque para Minas Gerais. A importância histórica e estratégica deste profissional nas fazendas de gado baianas, diferentemente do que aconteceu com os trabalhadores assalariados, categoria mais recente (visto que a escravidão perdurou por todo Brasil Colônia), repercutiu em suas moradias que, possuem dimensões maiores, melhores localizações e acabamentos que a dos trabalhadores em geral.

É interessante notar que, na maioria dos casos, elas comportam a função da moradia conjuntamente com a do trabalho, tendo um ou mais cômodos destinados para armazenar apetrechos de montaria, ferramentas, remédios, alimentos e equipamentos destinados ao gado.

As Fotos 45 a 51 ilustram as casas geminadas, muito presentes nas fazendas brasileiras e baianas. É possível visualizar este padrão de moradia já dentre as fazendas de café, onde eram destinadas aos colonos. Não obstante, segundo descrições de Lemos (1996), estas casas se assemelham, em muitos aspectos, aos padrões dos cortiços erguidos em São Paulo, no fim do século XIX e início do XX, pela demanda repentina oriunda dos trabalhadores das nascentes indústrias e do comércio.

Foto 41 – Moradia de Vaqueiro na Fazenda Altamira, Santaluz/BA.



Fonte: INCRA, processo 54160003117/2004-73, 2004.

Foto 42 – Moradia de Vaqueiro na Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA



Fonte: INCRA, processo 54160005168/2004-30, 2004.

Foto 43 – Moradia de Vaqueiro na Fazenda Pai Simão, Marcionílio Souza/BA



Fonte: INCRA, processo 54160006196/2006-36, 2006.

Foto 44 – Moradia de Vaqueiro na Fazenda Aliança, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160004075/2002-26, 2002.

Foto 45 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Reunidas Conceição e Santa Elisa, Camamu/BA



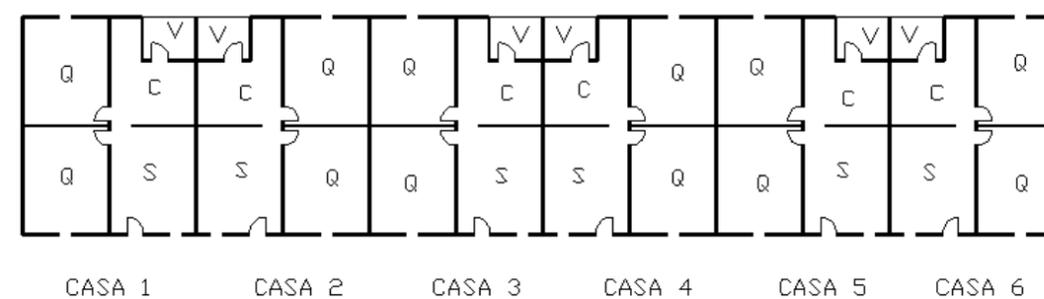
Fonte: INCRA, processo 54160003859/2002-37, 2002.

Foto 46 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Reunidas Conceição e Santa Elisa, Camamu/BA



Fonte: INCRA, processo 54160003859/2002-37, 2002.

Figura 44 – Planta Esquemática das Moradias Geminadas das Fotos 45 e 46



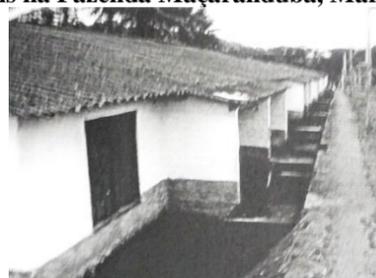
Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 47 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Maçaranduba, Marau/BA



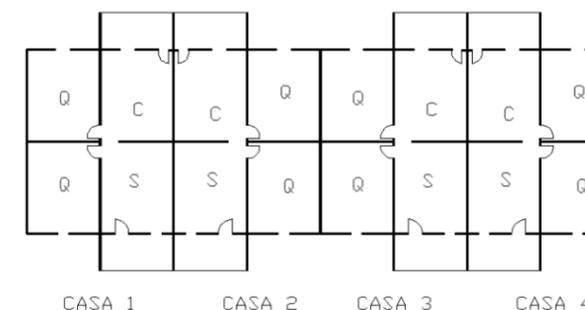
Fonte: INCRA, processo 54160001643/2008-22, 2008.

Foto 48 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Maçaranduba, Marau/BA



Fonte: INCRA, processo 54160001643/2008-22, 2008.

Figura 45 – Planta Esquemática das Moradias Geminadas das Fotos 47 e 48



Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 49 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV. Itacaré/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000163/2003-30, 2003.

Foto 50 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160002478/2003-11, 2003.

Foto 51 – Moradias Geminadas de Trabalhadores Rurais na Fazenda Mel de Abelha e Outra, Carinhanha/BA



Fonte: INCRA, processo 54160003146/2004-35, 2004.

Figura 46 – Charge sobre trabalhador rural



Autores: Guga + Coletivo Miséria, 2010.

Tratam-se de várias casas enfileiradas com poucos cômodos, cada uma, destinadas a acomodar uma única família, independentemente do número de membros. Normalmente, elas tinham um quarto, uma sala e uma cozinha. Os banheiros e a área de serviço eram coletivas. Como estavam em solos urbanos, a ideia era de se obter o máximo possível de unidades habitacionais num mínimo de área.

As casas geminadas encontradas nas fazendas se assemelham mais aos cortiços do que as casas operárias, justamente porque em todos os casos não foram encontrados banheiros privativos, fundamentais para serem enquadradas ao segundo caso, visto que, segundo o mesmo autor, as casas operárias tinham seus padrões estabelecidos em lei municipal, justamente para combater os males sanitários e ambientais que os cortiços geravam para a cidade.

Para Bonduki (2004), além de se otimizar nos materiais de construção e área construída, as casas enfileiradas desempenham um papel ideológico: elas direcionam a padrões uniformizados de comportamento adequados na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre. Outro aspecto importante é o possível controle dos trabalhadores dentro e fora da jornada de trabalho, fato impossível em casas dispersas no meio rural. Fazendas com este tipo de construção na Bahia são comuns na região cacauera¹⁹⁵, ali, era necessário este tipo de controle, tanto pelo valor do produto, como pela quantidade elevada de trabalhadores necessários para manter a lavoura. Elas acompanham a espacialidade da arquitetura disciplinar que combina um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa. É importante destacar que no campo, longe dos “holofotes” da cidade, foi possível se construir no padrão de cortiços, sem problema algum durante muito tempo, mesmo quando este modelo já havia sido descartado nas cidades, como se pode ver nos casos a expostos a seguir.

As fotos 45 e 46 mostram um conjunto elaborado de seis unidades habitacionais, que seguem um padrão de mínimo espaço para o máximo de uso. Suas fachadas não mostram uma preocupação estética e, chama-se a atenção a queda de uma única água no telhado. A Figura 44 revela, a partir de um esquema da planta, a presença de uma planta simples, com dois quartos, sala cozinha e varanda. Não há banheiros nestas casas. Trata-

¹⁹⁵ O documentário “Cacau - O Doce Amargo” (1989) mostra esta realidade, as relações de produção e exploração do trabalho e a difícil campanha salarial dos trabalhadores rurais de cacau no contexto da região cacauera. Destacando-se o processo de revitalização do movimento sindical rural da região. Direção: Antônio Acioli Siqueira. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=MRkdCHKQBNw&index=6&list=PLuCYHAVIbSBkWO_eo9vImNdbmYU5Cyum->>.

se de uma releitura rural do modelo da casa mínima, que segundo foi proposto pela primeira vez no Brasil em 1893.

As Fotos 47 e 48 mostram outro conjunto, esteticamente mais elaborado que o primeiro, já que possui mais movimento em suas fachadas. Porém, internamente, é possível observar a partir da Figura 45 que a planta muito se assemelha, tendo somente um cômodo a mais: a varanda frontal, mantendo-se a ausência de banheiro.

É importante destacar que ambos os exemplos citados se localizam no contexto das fazendas de cacau, assim como o da Foto 49. Porém este, localizado em Itacaré, tem um padrão bem diferente. Na verdade, as casas compartilham do mesmo telhado, porém existem dois vãos livres entre as três unidades habitacionais, fato que possibilita maior conforto térmico. Outro aspecto é a não repetição das plantas (nota-se que duas das casas são iguais e uma é diferente). Não se vê neste caso, também, a preocupação com a minimização de área e uso de material, encontrado nos outros padrões germinados comentados. Ela, diferentemente das outras que têm uma origem ideológica forjada nas cidades, segue um padrão mais livre, se aproximando um pouco mais das demandas do meio rural.

A Foto 51 mostra uma concepção parecida com a da foto 49, porém com duas casas. Neste caso, a localização é o Médio São Francisco, numa fazenda de gado onde na época de vistoria do INCRA havia dois trabalhadores sem carteira assinada. No total, a fazenda apresentava três casas de trabalhadores com área média igual a 60m². É notório que não havia necessidade de otimização de custo ou de contratação de trabalhadores em quantidade, visto a limitação produtiva da fazenda. A Foto 50 mostra um exemplo de duas casas geminadas em Boa Vista do Tupim. Este padrão não é comum na região e as casas não apresentam, como nos outros exemplos, um aproveitamento de queda de água do telhado.

É interessante notar que existe uma relação entre a perspectiva de produtividade da fazenda e o padrão das casas dos trabalhadores. As fazendas onde o trabalho é mais intenso, com a demanda de mais trabalhadores (produção de cacau, por exemplo), mostra uma preocupação maior com a implantação das habitações. Assim, as casas dos trabalhadores refletem esta dinâmica: onde se tem mais recursos e potencial traz-se das cidades padrões de infraestrutura mais adequados à promoção da produtividade, onde não há, não é necessário este tipo de investimentos ou preocupação.

O Quadro 12 e as Fotos 52 a 55 mostram as casas destinadas aos administradores das fazendas. É evidente o padrão diferenciado de moradia para este tipo de profissional, no sentido de demonstrar uma hierarquia estabelecida pela diferenciação do trabalho no seio das fazendas. Isto porque na sociedade capitalista o trabalho intelectual tem mais valor que o manual. As áreas têm uma média de 100m² com padrões construtivos marcados por um bom acabamento, além de telhados mais complexos, com mais de duas águas e amplas varandas. Tratando-se deste profissional, o administrador, é importante destacar que este é um personagem recente no meio rural, desempenhando um papel que substitui os fazendeiros em suas ações e decisões perante os empregados. Normalmente, aparecem em fazendas cuja propriedade seja de pessoa jurídica, aparecendo, também, em menor escala nas de pessoa física.

O Quadro 13, em contrapartida, mostra o padrão precário dos alojamentos destinados aos trabalhadores temporários. Estes, normalmente, vêm sem a família e compartilham o dormitório. A média de área é cerca de 180m², mostrando a intenção de se ter vários trabalhadores ao mesmo tempo nos períodos de plantio ou colheita. Existe o predomínio para as fazendas de cacau, inclusive a Petinga, localizada no Recôncavo Baiano, tinha este tipo de cultivo como o principal. As Fotos 56 e 57 mostram o aspecto de dois exemplos de alojamentos na mesma fazenda, em Itacaré.

Os padrões construtivos são diferentes, uma é de madeira e outra de alvenaria de bloco, porém, ambas possuem telhados com materiais que proporcionam pouco conforto térmico: o zinco e o amianto.

A Figura 47 mostra suas plantas esquemáticas. O alojamento de madeira (Figura 47-A) possui somente um cômodo (o dormitório), sem banheiro ou cozinha e, um grande vão.

O de alvenaria (Figura 47-B), possui quatro dormitórios, uma cozinha e um vão central, também sem a presença de banheiro. Visualiza-se a precariedade das condições de acolhimento dos trabalhadores temporários, fato presente, também, na sua própria condição profissional.

Um aspecto marcante neste item é a pouca existência de alterações ou modificações feitas pelos trabalhadores nas moradias disponibilizadas pelos contratantes. Tais modificações são muito comuns no meio rural, justamente para adequar a moradia à sua demanda e, se não ocorrem nesta circunstância é porque não são permitidas.

Quadro 12 - Materiais de Construção das Casas dos Administradores das Fazendas Desapropriadas pelo INCRA.

CASA DE ADMINISTRADORES EM FAZENDAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA									
REGIÃO	MUNICÍPIO	FAZENDA	TIPO DE HABITAÇÃO	FUNÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA MÉDIA (M ²)	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
							TELHADO	PAREDE	PISO
Chapada	Boa Vista do Tupim	Polinésia	Individual	Mista	1	188	Telha cerâmica	Adobe	Cimentado
Reconcavo	Santo Amaro	Nossa Senhora do Socorro	Individual	Residencial	2	90	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado, cerâmico e mármore

Fonte: INCRA. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 52 – Moradia de Administrador da Fazenda Reunidas Bandeira, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA, processo 54160001052/2003-41, 2003.

Foto 53 – Moradia de Administrador da Fazenda Santa Maria, Mata de São João/BA



Fonte: INCRA, processo 54160002507/2003-45, 2003.

Foto 54 – Moradia de Administrador da Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA



Fonte: INCRA, processo 54160005168/2004-30, 2004.

Foto 55 – Moradia de Administrador da Fazenda Nova Esperança, Itacaré/BA



Fonte: INCRA, laudo de Vistoria, 1997.

Quadro 13 - Materiais de Construção dos Alojamento das Fazendas Desapropriadas pelo INCRA

ALOJAMENTO PARA TRABALHADORES TEMPORÁRIOS EM FAZENDAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA									
REGIÃO	MUNICÍPIO	FAZENDA	TIPO DE HABITAÇÃO	FUNÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA MÉDIA (M ²)	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
							TELHADO	PAREDE	PISO
Reconcavo	Santo Amaro	Petinga	Coletiva	Abrigo	1	120	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
Sul	Itacaré	Vale Negro I, II e III	Coletiva	Abrigo/ Misto	3	72	Telha de Amianto e de Zinco	Bloco cerâmico e Madeira	Cimentado
		Nova Esperança	Coletiva	Abrigo	1	200	Telha cerâmica	Bloco cerâmico	Cimentado
	Maraú	Maçaranduba	Coletiva	Abrigo	1	278	Telha de Fibrocimento	Bloco cerâmico	Cimentado

Fonte: INCRA. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 56 – Alojamento de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV, Itacaré/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000163/2003-30, 2003.

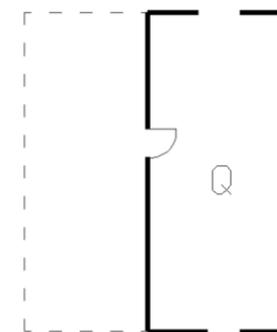
Foto 57 – Alojamento de Trabalhadores Rurais na Fazenda Vale Negro I, II, III, IV, Itacaré/BA



Fonte: INCRA, processo 54160000163/2003-30, 2003.

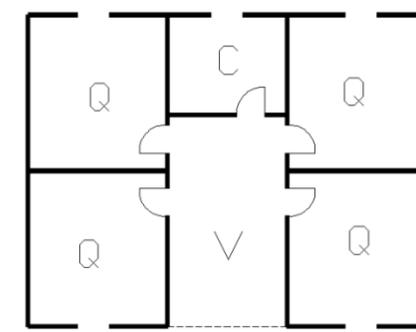
Figura 47 – Plantas Esquemáticas dos Alojamentos das Fotos 56 e 57

a) Alojamento da Foto 56



Elaboração: Paula Moreira, 2016

b) Alojamento da Foto 57



Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Neste sentido, faz-se necessário levantar três questões. A primeira, é que o exaustivo trabalho feito para suprir o interesse do contratante não permite que o trabalhador camponês tenha tempo ou disposição para se dedicar às atividades de seu interesse pessoal, fato bastante tortuoso para um camponês que, normalmente, trabalha com a diversidade de tarefas seguindo o regime do clima e o tempo de sua liberdade. Conseqüentemente, sua demanda de moradia não vai ter função tão mais ampla que a de abrigo.

Outro aspecto, é a forte limitação de territorializar-se em terras onde se é contratado. Neste caso, diferente dos de posseiros, parceiros e arrendatários, o salário amordaça e aniquila a ação de rebeldia e resistência, fazendo com que o camponês se enquadre nas regras estabelecidas pelo contratante, já que o controle é mais presente e dele depende sua renda, seu sustento, sua moradia. Assim, se a casa é disponibilizada de determinada forma, assim ela deve ser entregue a seu verdadeiro dono.

Em terceiro lugar, levanta-se a questão da perspectiva de permanência nas fazendas. Os trabalhadores rurais almejam ter sua terra e cultivá-la, de acordo com sua vontade. Muitos vão criar condições para que isto ocorra, inserindo-se em movimentos sociais de luta pela terra ou fazendo migrar membros da família para gerar renda extra, em locais mais favoráveis. Assim, em muitos casos não se criam laços entre os trabalhadores e sua moradia, porque ele não pretende permanecer ali. E, justamente por isso, não há interesse de adequação das moradias. Mesmo porque, pela Lei nº 5.889/1973¹⁹⁶, quando o contrato de trabalho for findado, o empregado terá que desocupar o imóvel em, no máximo, 30 dias.

Não se pode deixar de mencionar o que esta mesma Lei afirma em seu artigo 9º: só poderão ser abatidos do empregado, em relação à moradia, o valor referente até 20% do valor do salário mínimo, devendo este desconto ser previamente acordado entre as partes. Além disso, quando houver mais de um trabalhador morando em uma unidade de moradia, tal dedução deverá ser dividida igualmente entre os empregados. Desta forma, a cessão pelo empregador, de moradia e de sua infraestrutura básica, assim, como, bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, não integram o salário do trabalhador rural¹⁹⁷. Estes dispositivos visam proteger o trabalhador rural da submissão à condição degradante e da exploração mais acentuada do seu trabalho. Porém, na atual

¹⁹⁶ Que regulamenta o trabalho rural, depois adaptada pela Lei nº9300/1996.

¹⁹⁷ Desde que caracterizados como tais, em contrato celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação ao sindicato de trabalhadores rurais.

conjuntura política e, na perspectiva da precarização do trabalho, tramita no Congresso Nacional um projeto de Lei que permite que as empresas não paguem mais seus funcionários com salário, mas mediante "remuneração de qualquer espécie", o que pode se considerar a disponibilização da moradia e da alimentação.

Infelizmente, não somente agindo no plano formal, mas, também, no informal, a intenção de se extrapolar a exploração do trabalhador rural existe, podendo chegar ao trabalho análogo ao escravo¹⁹⁸. Segundo Oliveira *et al.* (2011), o trabalho forçado não tem amparo na lei desde o período colonial no Brasil, porém, ele se mantém, se apresentando de maneira clandestina e criminoso. Na verdade, segundo os mesmos autores, ele se estabelece a partir da falsa liberdade de escolha dos que sentem na pele a condição de miséria, somada à voraz reprodução do capital, representada pelos empregadores, que, desrespeitando os direitos humanos, submetem os trabalhadores às situações degradantes e de trabalho forçado.

Juridicamente, os instrumentos que dispõem sobre a questão no Brasil são a Lei nº10.803/ 2003 que, configura, no Código Penal, a condição análoga a de escravo e estabelece penas ao crime e; a Lei n.º5.889/1973 que, rege sobre o direito do trabalhador rural. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tratou do tema em duas Convenções (a do Trabalho Forçado, em 1930; e da Abolição do Trabalho Forçado, em 1957), se posicionando em relação a necessidade de sua eliminação e de sua proibição.

Oliveira *et al.* (2011) apontam que, na Bahia, entre 2003 e 2011, foram resgatados 2869 trabalhadores em condições análogas às de escravo na área rural, exercendo, principalmente, atividades ligadas à carvoaria e à cultura do algodão, no Oeste do Estado.

Relacionar a superexploração à moradia, evoca a condição de degradância. Nas frentes de trabalho, ela inexistente quando as instalações sanitárias forem compostas por vasos e lavatórios em número suficiente, separadas por sexo, com água limpa em quantidade satisfatória e; em abrigos, quando estes protegerem os trabalhadores das intempéries durante as refeições, caso o trabalho seja a céu aberto. Nas áreas de vivência, a não existência da condição de degradância se refere aos alojamentos que sejam construídos em madeira ou alvenaria, com portas e janelas que ofereçam vedação e segurança adequadas, com armários individuais e capacidade física compatível com o número de alojados, sem sua utilização como cozinha ou depósito; no caso das moradias,

¹⁹⁸ O Trabalho análogo ao de escravo não se estende somente à realidade rural, ele atinge trabalhadores da construção civil, da indústria têxtil, dentre outros, localizados nas cidades. Esta tese foca apenas na realidade do trabalhador rural.

quando houver trabalhadores com famílias na propriedade, estas não podem habitar nos alojamentos, sendo vedada a moradia coletiva de famílias e, além disso, as condições sanitárias devem ser satisfatórias, compostas de vasos sanitários, lavatórios, chuveiros.

A Figura 48 mostra imagens de dois casos, ambos, fruto da ação da Força Tarefa de Fiscalização Móvel, vinculada à Coordenadoria de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. Na Figura 48-A, é exposta a ambiência externa de um alojamento, onde seis trabalhadores foram resgatados em condição de degradância vinculada à moradia, em fevereiro de 2016, após denúncia, na Fazenda Aroeira do Oeste Ltda, localizada em Riachão das Neves.

Figura 48 – Fotos de Dois Flagrantes de Condições de Degradância Relacionada a Moradia de Trabalhadores Resgatados em Condições Análogas às de Escravo



a) Moradia de Trabalhador em Condição Sanitária Degradante na Fazenda Agropecuária Aroeira do Oeste Ltda.



b) Porta da Moradia Degradada, Disponibilizada para o Trabalhador na Fazenda Lagoa do Severiano.

Fonte: Ministério do Trabalho. Força Tarefa Especial de Fiscalização Móvel/ Coordenadoria Regional de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. Relatório de Fiscalização da Fazenda Lagoa do Severiano (2016). Relatório de Encaminhamento de Investigação da Fazenda Agropecuária Aroeira do Oeste Ltda (2016).

De acordo com o relatório da equipe de Força Tarefa, a moradia, construída de bloco e madeira, não tinha qualquer tipo de instalação sanitária, a água de uso doméstico estava armazenada em uma caixa d'água suja e aberta; a cozinha, com um fogão à lenha, se situava no próprio alojamento, o que colocava em risco a vida dos trabalhadores; não havia energia elétrica, nem local adequado para descanso. Além disso, nenhum dos trabalhadores estava formalmente registrado, com Carteira de Trabalho Assinada.

Para regularizar sua situação, o empregador teve que assumir, através de um TAC, que faria a correção das irregularidades encontradas junto aos trabalhadores resgatados

(alojamentos e frentes de trabalho); que pagaria as verbas rescisórias e assinaturas de suas Carteiras de Trabalho, com recolhimento de FGTS e INSS pretéritos e; que pagaria as indenizações individuais e coletivas aos trabalhadores.

A Figura 48-B traz à tona o caso de um trabalhador resgatado pela Força Tarefa, em junho de 2016, na Fazenda Lagoa do Severiano, localizada em Vitória da Conquista. Neste caso, a condição análoga à de escravo se situa sob a modalidade da coação moral. O trabalhador não tinha qualquer tipo de registro, vivia sem o pagamento de um salário fixo, recebendo dinheiro, somente sazonalmente, para comprar o alimento. Além disso, trabalhava cerca de dez horas por dia nas atividades da fazenda, vivendo sozinho numa casa de um cômodo, muito desgastada (vide Figura 48-B), sem qualquer tipo de instalação sanitária, cozinha ou local para refeição. A Força Tarefa interpretou que o trabalhador laborava apenas recebendo por pagamento, a moradia e a alimentação.

Numa perspectiva de clandestinidade, é importante destacar que a forma de degradação vinculada à moradia vem se transformando, no sentido de acobertar a real situação, precavendo-se, já, da ação da Força Tarefa. Foram observados casos onde a moradia estava desvinculada ao local de trabalho, fato que desonerava o empregador a tal responsabilidade. Neste caso, a investigação da Força Tarefa se torna mais complexa, necessitando de mais tempo e recursos para comprovar as irregularidades do empregador.

Nos dois casos apresentados, são reveladas, pela esfera da relação de superexploração do trabalho, as condições precárias da moradia a que os camponeses trabalhadores foram submetidos. Observando os casos anteriormente levantados, a partir da análise dos processos de desapropriação do INCRA, sugere-se que alguns deles poderiam estar enquadrados nesta condição, principalmente, no que tange à questão sanitária. Porém, naquela época não havia ações do tipo da Força Tarefa, por isso, esta afirmação nunca será confirmada.

De forma geral, observando as relações existentes entre o trabalho rural, o capital, os interesses dos contratantes, o histórico de opressão e de hierarquia no campo brasileiro e, as moradias aqui apresentadas e contextualizadas, é importante se fazer uma reflexão quanto à charge da Figura 46: qual é mesmo a relação entre o trabalho e a moradia do Manoel do ano de 1723 e o de 2011? Esta questão não é difícil de se responder.

Sou pontualmente feliz...

Devo admitir: sou pontualmente feliz...

Quando vejo pássaros voando em cidades de concreto.
Quando estudantes saem de suas casas para protestar.

Quando tenho conhecimento de uma ocupação de grupos de sem terra ou sem teto.

Quando uma criança pobre sorri, apesar de tudo.

Quando um idoso fala de suas experiências passadas, me trazendo compreensões renovadas.

Quando vou à UFBA e respiro sua atmosfera utópica.

Quando conheço um novo casal loucamente apaixonado.

Quando estou num assentamento de reforma agrária, conquistado pela força de uma minoria empoderada.

Quando percebo minha capacidade de sentir dor pelo sofrimento alheio.

Quando a arte extrapola os museus.

Quando minha filha enfrenta o ataque de seus colegas para defender seu cabelo Black Power.

Quando a manifestação de uma religião que sofre preconceito toma as ruas.

Quando mergulho no mar e vejo vidas acontecendo, completamente alheias ao ser humano.

Quando deito em minha cama e abro a janela, fato que permite a entrada de um vento marítimo de personalidade única.

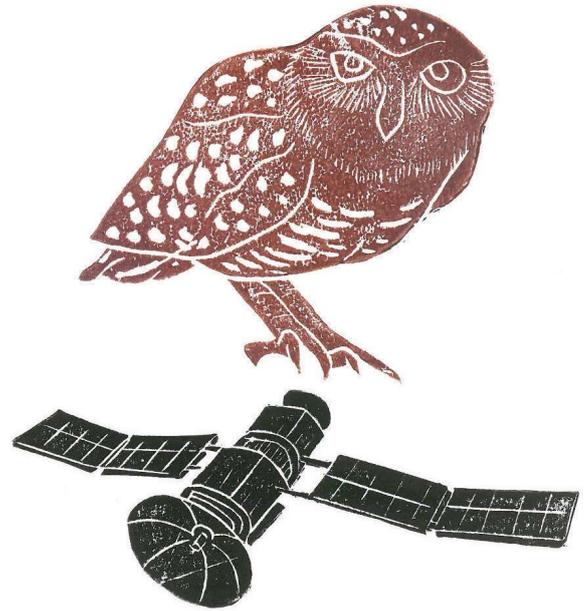
Quando escuto música flamenca e penso que ela permanece, apesar da violência que seus precursores sofreram.

Quando depois da derrubada de uma árvore, vejo novos galhos e folhas brotando do troco desacreditado.

Quando ao perceber que estou sendo induzida pelos interesses da macroestrutura usurpadora, consigo me reencontrar, mudando minhas ações, pensamentos e rumos.

Texto redigido por Paula Moreira dia 06/12/2016 quando assistia atentamente a palestra da Professora Jeanne Marie Gagnebin que falava sobre o livro "Rua de mão única" de Walter Benjamin, no encontro Corpocidade 5/ UFBA.

CAPÍTULO 5



5 MULTIPLICIDADE, CAMPESINATO E MORADIA

Este Capítulo tem como objetivo apreender o significado da moradia camponesa, no âmbito da unidade familiar, dos que lutam na terra e dos que lutam pela terra. Nele será possível observar na escala da unidade da moradia camponesa, fragmentos de disputas de modelos espaciais, vinculados aos saberes, ideologias, culturas ou intenções de cada camponês no contexto da sociedade em que vive, fato que revela processos de territorialização distintos, mostrando o complexo universo da diversidade camponesa.

Segundo Fabrini (2002), o camponês se constitui como um agente que possui a sua própria história. Atua por dentro das relações capitalistas, sem, submeter-se, necessariamente, às imposições do mercado e de suas formas de apreender o mundo, reconfigurando-se, a cada mudança de contexto, para assegurar a posse da terra que, para ele, tem no valor de uso, um fator imprescindível para sua reprodução social. Partindo-se daí, são estabelecidos *links* entre a unidade de moradia, a resistência camponesa e a terra.

O termo campesinato abrange uma grande variedade de formas sociais¹⁹⁹ conjugadas com outras tantas formas de relação com a terra²⁰⁰. Mesmo diante da profusão de situações encontradas, segundo Marques (2008), constituem-se como elementos comuns, a função central da família na organização da produção e na constituição do modo de vida, em conjunto com o trabalho na terra. Nesta perspectiva da função da família e do trabalho na terra, será verificado o comportamento e a variação das moradias expostas através do caso de: a) uma unidade familiar camponesa; b) de comunidades tradicionais; c) de trabalhadores rurais sem terra acampados (no sentido da pressão). Os casos levantados serão comentados em seu conjunto, quando, serão utilizadas análises da forma/função das moradias simultaneamente com sua implantação.

É importante destacar que a reflexão em torno de situações diferentes (unidades familiares isoladas e comunidades tradicionais) das que de fato se fazem como objeto desta pesquisa, no caso, a moradia dos assentados da reforma agrária, metodologicamente contextualiza e reforça o que vem tentando se passar: a questão agrária se coloca como um limitador da forma de morar dos camponeses; o modo de vida do campesinato se

¹⁹⁹ Tais como assentados de reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, comunidades de fundo de pasto, entre outros.

²⁰⁰ Concessão de uso, posse, parceria, arrendamento, título de propriedade, ocupação, agregado.

diferencia em cada família, pessoa ou grupo, sendo impossível (ou desnecessário) classificá-lo; a terra, a família e o trabalho balizam a forma de morar dos camponeses. Porém, não se pode dizer que existe um padrão. Assim, a limitação do morar, conduzida através da realidade da questão agrária, gera repetições de precariedade materializadas a partir da casa (com todos os seus elementos), porém, tais repetições estão contidas no espectro da diferença, visto a diversidade das demandas das formas de habitar dos camponeses.

Outro aspecto fundamental a ser levantado é que um assentado de reforma agrária se constitui, em sua grande maioria, num camponês que se organiza e luta para ter o necessário para se reproduzir socialmente com tal. É comum, por causa disso, que em seu processo de luta ele se conecte com outros camponeses de outras regiões, famílias que, trazem referências bastante distintas, potencializando ainda mais as diferenças. Assim, pode acontecer que num assentamento haja camponeses que viviam, antes, em comunidades quilombolas, nas periferias das cidades, em minifúndios com seu núcleo familiar, etc., fato que gera processos de territorialização bastante distintos na escala intra-assentamento, conseqüentemente, na materialidade, na forma, na função e na localização de suas moradias. Também por esta razão, tem significância a observação da moradia de outras formas sociais campesinas para se compreender a complexidade deste elemento nos próprios projetos de assentamento de reforma agrária.

5.1 A MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA

Neste tópico serão levantados exemplos de moradias no contexto de uma única família camponesa no decorrer de três gerações seguidas. Assim, primeiramente trata-se da moradia de Dona Francisca Maria dos Santos que viveu entre 1903 e 1980. Ela era casada com Artur Luiz Rodrigues e mãe de seis filhos que moravam, já adultos, ao redor de sua casa, como mostra a Figura 49. Depois, mostra a moradia de uma de suas filhas, Dona Maria, que se casou e mudou-se para outro município, Jussara. Dona Maria que hoje tem 83 anos de idade, se representa a segunda geração da família Diniz. A terceira

geração é apresentada através de uma das filhas de Dona Maria, Edite Diniz²⁰¹, que, relatou a história de sua família para a análise desta pesquisa.

Obviamente, o que se traz aqui são fragmentos de uma realidade, extraídos da memória de Edite Diniz, com toda carga emocional, opiniões e interpretações. Em nenhum momento se busca com esta análise uma precisão de como seria a moradia das três gerações.

Buscou-se direcionar os relatos de Edite no sentido de se compreender a lógica de uma unidade familiar camponesa, não articulada a um grupo social específico e, cuja resistência consiste na manutenção cotidiana do modo de vida. Observar o comportamento de três gerações pode revelar as influências do tempo no modo de se morar, os aspectos conservados na moradia no âmbito familiar, as diferenças e repetições nas formas de se morar e, as consequências espaciais na escala da moradia dos diferentes graus de campesinidade das três gerações estudadas. Quanto ao grau de campesinidade, Woortmann (1990) considera que a ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias intimamente relacionadas entre si, tendendo a se constituir uma ideologia diferente à ordem social vigente.

Porém, esta estrutura vai variar de acordo com a trajetória de vida e a forma de integração à sociedade capitalista de cada camponês. Neste sentido, ele afirma poder haver maior ou menor grau de campesinidade. Isto é, aos que assimilam o conteúdo do “*homo aeconomicus*”, seja por ter sido obrigado a imigrar para as cidades, seja por outra razão, o grau de campesinidade é menor do que mantêm as relações terra, trabalho e família como essenciais para sua reprodução social. Isto não quer dizer, entretanto, que exista um camponês menos ou mais que outro. Simplesmente trata de uma das formas de diferenciação entre os mesmos diante da sociedade capitalista.

Edite traz em sua memória, a infância que passou próxima a sua avó e, sobre sua moradia, ela guarda inúmeros detalhes que, espontaneamente pontua em conversas. A primeira matriarca da família Diniz era descendente próxima do povo indígena Cariri. Por isso, sua forma de morar possuía especificidades que traziam a cotidianidade de sua ancestralidade. Ao mesmo tempo, ela vivia na região de Caatinga, sendo que a

²⁰¹ É importante destacar que o processo de levantamento de dados e pesquisa deste tópico foi feito através da memória oral de uma colega e amiga integrante, como a autora, do Grupo de Pesquisa GeografAR: Edite Diniz. Na realidade, esta amiga que representa a terceira geração aqui tratada.

convivência com a seca trazia, para sua família, uma forma de viver baseada nas estratégias (e resistência) sertanejas.

Quanto ao primeiro aspecto, sua proximidade aos hábitos indígenas, pode-se citar algumas questões. As Figuras 49 e 50, que trazem implantações esquemáticas em escalas diferenciadas das moradias da primeira geração da família Diniz, mostra uma forte dinâmica na parte externa da casa, mostrando que é ali que aconteceram as relações familiares, de grupo e com a natureza, algo bastante peculiar entre os indígenas. Focando-se, a casa da matriarca, em detalhe na Figura 50, vê-se que era na parte externa que ela trabalhava em suas criações (de galinha, de porco e de bode), em sua horta e em seu pomar. Além disso, na parte externa ela acessava a água de poço e o material construtivo para dar manutenção à construção de sua moradia (o barro)²⁰². Mais do que isso, era na parte externa que havia uma interação social entre Dona Francisca e sua família. Na frente da casa, que tinha um afastamento grande da estrada, tinha um grande terreiro com duas árvores frondosas (Surucucu). Era ali, na sombra fresca, que a família se encontrava e trocava ideias, que as crianças brincavam, enfim, onde se faziam acordos, se divertia, se celebrava e se descansava.

Outra característica de hábito indígena é o vínculo entre a moradia e o local para práticas religiosas e de cura. A mata seria o lócus desta prática que, no caso estudado, se localizava ao fundo de todos os terrenos dos filhos. Esta mata nunca foi dividida, ela era de todos. Era nela que Dona Francisca retirava ervas, rezava e se encontrava com seus ancestrais, mostrando uma clara conexão entre ela, o sagrado e os elementos da natureza.

A conexão entre todas as casas também tem uma relação próxima aos hábitos indígenas. A casa de Dona Francisca tinha uma centralidade de importância dentre todas, em conjunto com todas as características de sua implantação já citadas. Neste quesito, percebe-se uma importância da constituição do grupo familiar, com sua proximidade que, viabiliza a cooperação mútua. Não se trata, simplesmente de relações de vizinhança, mas, de relação entre um grupo. Percebe-se que a moradia extrapola cada uma das unidades habitacionais, se constituindo numa grande moradia onde houve territorialização por núcleo familiar, mas, onde prevalece o conjunto. Edite, sobre este assunto, comenta que

²⁰² Segundo Edite Diniz, Dona Francisca pegava em um ponto fixo do quintal o barro para manter sua casa de taipa sempre conservada. Pode-se considerar que ela mantinha uma jazida de terra adequada para o método de construção que dominava.

as divisões dos lotes, indicadas na implantação esquemática, não possuíam cercas para formalizá-las, colocava-se cercas somente para se conter as criações. Assim, os lotes estavam interligados ao local de moradia e a cada família para viabilizar as demandas cotidianas específicas de cada núcleo familiar, sem a preocupação da delimitação da propriedade privada.

No interior da casa de Dona Francisca, possível de se observar na Figura 51, existia uma composição particular e, por isso, uma não consonância aos padrões de moradia da sociedade racional²⁰³. Na casa não havia uma divisão tão clara entre as funções de cada ambiente, seguindo o padrão da “máquina de morar”, exceto pelo galpão e pela cozinha. Isto porque a casa tinha um galpão para guardar materiais de trabalho, mostrando a centralidade do trabalho na constituição da moradia. A cozinha, por outro lado, trazia expressa em sua ampla dimensão e localização, seu protagonismo no conjunto edificado. Era na cozinha que se praticava a atividade que mantinha a família viva: o preparo dos alimentos. Consequentemente, era ali que se encontrava um elemento importante: o fogo. Esta relação tanto remete aos antigos romanos, (na origem da palavra lar, já tratada nesta pesquisa), quanto traz a relação indígena, num sentido parecido. Isto porque para os indígenas, o fogo é um elemento de grande importância tanto para as atividades cotidianas quanto para as práticas sagradas, ocupando originalmente espaços centrais tanto nas aldeias quanto no interior das habitações, sendo que seu significado extrapola as necessidades físicas e adentram ao plano da espiritualidade.

Quanto aos outros ambientes da casa, o uso misto se fazia presente. Existia uma sala de dormir com redes, um depósito misturado com quarto de hóspedes, e uma sala para se alimentar (com uma grande mesa) e receber pessoas próximas²⁰⁴.

Quanto aos aspectos construtivos, a casa tinha um padrão longilíneo que, acomodava um telhado (com telhas cerâmicas) de duas águas. Além disso, ela era toda construída em taipa, com um acabamento fino²⁰⁵. Sobre este aspecto, ressalta-se que as

²⁰³ Aquela moldada no sentido da “máquina de morar” onde se precisa separar a área de serviço, da íntima e da social em quartos, sala, cozinha, área de serviço de forma bem delimitada.

²⁰⁴ As pessoas menos íntimas não adentravam na casa. Sua recepção se dava no pátio externo, na sombra das árvores.

²⁰⁵ Como já mencionado, Dona Francisca fazia reparos constantes pegando um barro branco e amarelo no quintal de sua casa.

casas de todos os seis filhos se utilizavam da mesma técnica construtiva, porém, com distribuições internas distintas.

Uma particularidade importante em relação à área externa são as cercas. Elas não eram de arame farpado, e sim, de madeira entrelaçada (Angico) e viva. Neste aspecto, elas tendiam a se aproximar das técnicas indígenas, já que estas se utilizam de elementos da vegetação, principalmente através de trançados de palha, onde se variam as formas de se trançar e as espécies utilizadas.

Agora, analisando-se a casa de dona Francisca sob sua vertente sertaneja, pode-se observar um aspecto bastante relevante: a criação de bode, o uso comum da terra por parte da família e a aplicação de algumas técnicas de convivência com a seca. Como já mencionado, foram feitas divisões na propriedade para se acomodar as especificidades da demanda de cada núcleo familiar. Porém, existiam áreas comunitárias (uma delas pode ser observada na Figura 49, onde se indica a plantação de palma²⁰⁶) e, também, acordos frequentes onde um núcleo familiar acomodava em sua área o gado do parente para contribuir com ele em momentos de ausência ou dificuldades.

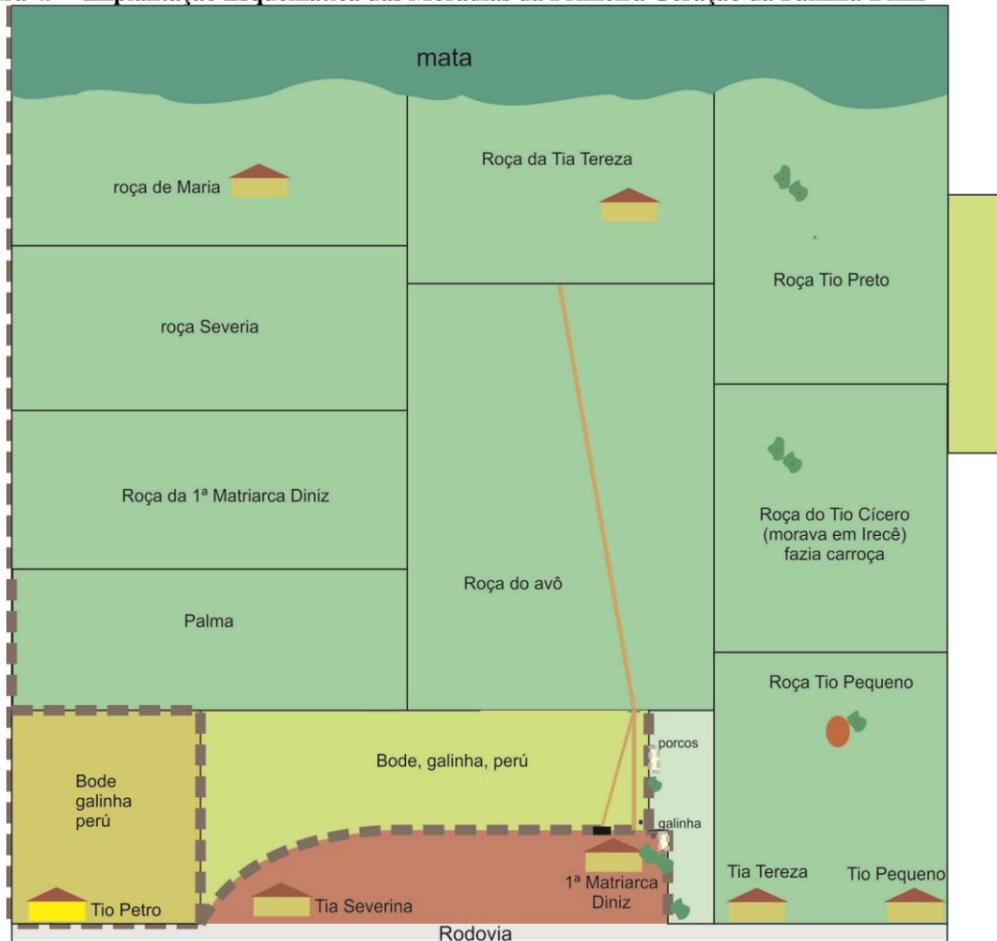
Assim, se estabeleciam intraterritorializações tão complexas que, não se pode considerar cada núcleo familiar de forma isolada. Trata-se de a grande família com sua propriedade que, acomoda a todos para sua reprodução social. Assim, o conjunto é a grande moradia, pois, sem ele, não seria possível se manter o padrão constituído.

Desta forma, numa lógica essencialmente camponesa, com traços indígenas e sertanejos, a primeira geração da família Diniz teve condições de se manter na terra trabalhando, tendo relativa autonomia na sua alimentação, na sua moradia, na sua forma de produzir, enfim, no seu modo de vida.

Assim, se territorializaram, e, conseqüentemente, a territorialidade do grupo se expressou na materialidade de suas unidades habitacionais e, na constituição de uma grande moradia que abraçava a todos, com suas amplas possibilidades.

²⁰⁶ As lagoas também eram comunitárias, independentemente de onde estivessem localizadas e, ao seu redor eram plantadas por toda família: arroz, batata doce, gergelim e andu.

Figura 49 – Implantação Esquemática das Moradias da Primeira Geração da Família Diniz



Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 53 – Planta Baixa da Matriarca da 2ª Geração da Família Diniz



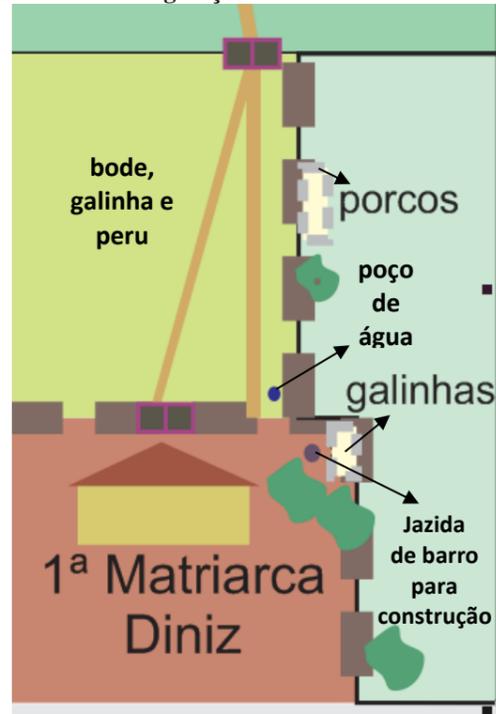
Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 54 – Implantação da Moradia da Matriarca da 2ª Geração de Família Diniz. Fonte: Edite Diniz



Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 50 – Detalhe da implantação da casa da matriarca da 1ª geração da Família Diniz



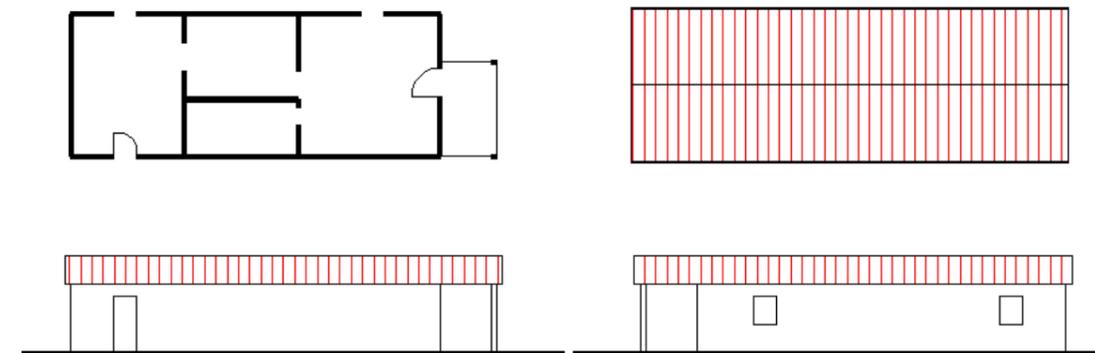
Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 55 – Croquis da Moradia da 2ª Matriarca da Família Diniz. Fonte: Edite Diniz.



Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 51 – Plantas e Fachadas da Moradia da 1ª Matriarca da Família Diniz



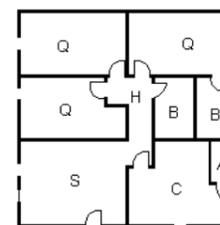
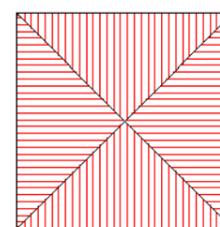
Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 52 – Croquis da Moradia da 1ª Matriarca da Família Diniz



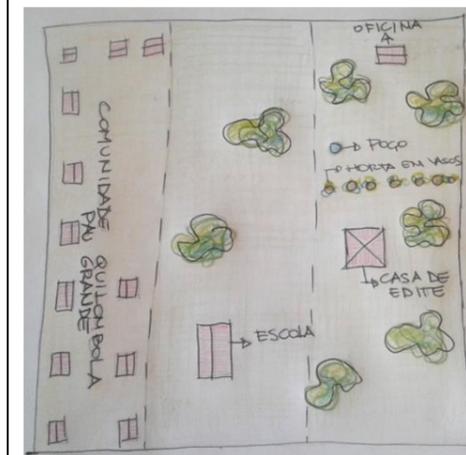
Fonte: relato de Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 56 – Planta da Moradia da representante da, 3ª geração da família Diniz



Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 57 – Implantação da Moradia da representante da 3ª geração da Família Diniz



Fonte: Edite Diniz. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 58 – Fotos da Moradia da representante da 3ª geração da Família Diniz



A) Casa de Edite em Construção



B) Escola em Construção (mutirão)

Fonte: Edite Diniz.

Passando-se para a casa da segunda matriarca da família Diniz, é importante se fazer uma observação fundamental: de acordo com as Figuras 54 e 55, ela se constituía como uma unidade de moradia camponesa isolada. Isto é, não possuía a família em sua proximidade formando um conjunto, como era o caso de sua mãe. O processo de territorialização das duas famílias foi diferente. A primeira matriarca conquistou possibilidades mais promissoras para sua constituição como camponesa, já que a família, com toda sua possibilidade de autoajuda, é uma de suas mais importantes estratégias. No caso da segunda matriarca, o casamento, seguido de uma estrutura de propriedade de terras mais acirrada, pela realidade de sua conjuntura, fez com que tivesse que se reproduzir socialmente de forma não espacialmente conectada com sua família. Para aqui, um fragmento. A moradia da segunda matriarca se constitui num fragmento da primeira, onde se permeavam padrões profundamente distintos somente por este aspecto. Pensa-se em todas as dificuldades enfrentadas por Dona Maria e sua família, porém, traz uma singularidade no quesito resistência. Ela se manteve como camponesa e trouxe muitas formas e estratégias de sua vivência com a mãe.

A primeira delas é a relação com a mata. Dona Maria, assim como dona Francisca, tinha uma mata intacta no fundo de seu terreno. Ali, estabelecia as mesmas relações de conexão da natureza com a espiritualidade e com a cura que sua mãe praticava. É importante notar, que quando morava com sua mãe, Dona Maria vivia numa casa de taipa numa área vizinha à mata. Assim, seu vínculo com ela vem de sua juventude: ela sempre teve na proximidade com a mata uma relação essencial, fato que deu continuidade, mais tarde, quando se casou.

Também, o uso do quintal se aproximava, com suas criações, horta, poço de água e árvores frutíferas. Segundo Edite, sua mãe tinha independência econômica em relação ao pai: quando precisava de dinheiro, vendia os produtos que produzia. Na verdade, no núcleo familiar existia uma divisão de trabalho, não uma submissão de gênero, trazendo para esta geração resquícios da estrutura familiar indígena. Neste termo, trata-se de uma repetição na diferença.

Quanto à unidade habitacional, é muito importante notar algumas singularidades. A primeira é que sua planta, Figura 53, é totalmente diferente da de sua mãe (Figura

51)²⁰⁷. Na casa de Dona Maria, os três quartos têm uma funcionalidade de área íntima, inclusive com uma suíte. A presença de dois banheiros também se coloca como algo marcante: um deles compõe a suíte e o outro fica na varanda, servindo às visitas. Sendo que ambos estão conectados ao corpo da casa. Outro aspecto interessante é a existência de um depósito desmembrado da casa. No caso da mãe, o galpão fazia parte do corpo da unidade habitacional. Existe uma delimitação clara da sala de estar que, conecta toda a casa: os quartos e a cozinha, protegendo a intimidade e ocultando a área de serviço. Todos estes aspectos trazem consigo uma espacialidade mais aceita ao padrão predominante da sociedade, principalmente vinculado ao urbano, conseqüentemente, uma transformação no morar da filha para a mãe.

Porém, um elemento se manteve: o destaque da cozinha que, perpassa toda edificação. Na casa de Dona Maria ela se distribui em três ambientes: uma estrutura fechada, lugar dos mantimentos e das panelas, pratos e talheres; uma aberta, onde se localizava o fogão a lenha; uma varanda, local de recepção de visitas. O fogo, diferentemente da cozinha, perde sua centralidade, fica na varanda por uma questão funcional: ali sua fumaça não afeta a casa. Esta preocupação não existia para Dona Francisca, cujo fogo era essencial, assim como para os indígenas.

Pode-se sentir na moradia de Dona Maria o impacto do processo de desterritorialização camponesa. Ela teve dificuldades em se manter como tal e, principalmente, de manter seus 14 filhos consigo na medida em que foram crescendo. Essa dificuldade está diretamente ligada à falta de disponibilização de terras e, também, a inviabilidade de se manter como camponês naquela conjuntura visto a falta de infraestrutura e acesso a serviços presentes, já naquela época, no campo baiano (1970). É importante notar que naquele período o processo migratório do campo para a cidade, o êxodo rural, era bastante intenso. Ele também coincide com o processo de modernização do campo, onde o maquinário e os implementos agrícolas viabilizaram a produção de forma a privilegiar os latifúndios. Assim, a família da segunda matriarca dos Diniz teve que enfrentar adversidades, desagregações e resistir para se manter no campo. A mãe de Edite, hoje viúva e com 83 anos de idade, ainda vive em sua casa, tentando manter seu modo de vida a todo custo, porém, sofrendo privações.

²⁰⁷ Diferentemente da implantação que, reproduz algo que vivia no passado para sua realidade.

O caso de Edite, a representante da terceira geração da família Diniz, é muito diferente. Edite migrou para cidade, casou-se e criou sua filha na metrópole de Salvador/BA. Por ter tido uma vivência na infância e juventude com sua avó e mãe no campo, ainda preserva os valores do campesinato. Ela tem uma forte relação com as matas e com as tradições de cura de seus antepassados, também, tem conhecimento sobre agricultura e criação de animais e, o mais importante, sente necessidade em estar vinculada fisicamente à natureza. Edite estudou²⁰⁸, foi professora, se aposentou e, faz um trabalho de militância política junto aos movimentos sociais ligados ao campo, em especial aos indígenas e quilombolas²⁰⁹. Ela, diferentemente de Dona Francisca e Dona Maria, tem uma forte consciência de classe e se coloca como sujeito social²¹⁰.

Se para Dona Maria foi difícil se manter no campo²¹¹, para Edite isto não se viabilizou. Ela e sua família residem num apartamento. O processo de desvalorização da vida no campo, seguido de seu abandono em relação à implantação de infraestrutura educacional, de mobilidade, de saúde, dentre outras, trouxe para esta camponesa uma perspectiva desterritorializante. Isto porque houve uma perda no grau de campesinidade de sua família, não causado por sua opção, mas pela conjuntura social. Tanto para ela, como para muitas outras, além de não ser mais possível viver do trabalho, da terra e na proteção das relações familiares²¹², outras demandas apareceram. Edite queria estudar, queria que sua filha estudasse, além disso, seu marido tinha uma vida vinculada a infraestrutura da cidade. Óbvio que seria possível ter acesso a tudo isso e viver no campo, caso a questão agrária no Brasil não estivesse vinculada ao problema do acesso à terra. A não implantação de infraestrutura no campo é intencional e, ela repercute no senso comum como sinônimo de oposição entre cidade e campo: “na cidade se tem acesso a tudo, ao contrário do campo, que é o local do atraso”.

Até mesmo o nome da infraestrutura é chamado de urbana: “infraestrutura urbana”. Por que infraestrutura urbana? Por que não é somente chamada de infraestrutura? Segundo Herce (2015), na medida em que foram sendo inventadas infraestruturas e tecnologias, foi se criando mecanismos de dominação, apoiados na ilusão da dependência

²⁰⁸ Formou-se na universidade em geografia, além de concluir o mestrado em Geografia.

²⁰⁹ Sua militância está intimamente ligada à CPT(Comissão Pastoral da Terra) e ao Grupo de pesquisa GeografAR.

²¹⁰ Edite, desde sua juventude é militante da CPT.

²¹¹ Pela conjuntura já tratada.

²¹² O trabalho era escasso e mal remunerado, a terra não era disponibilizada e a família estava espacialmente desagregada.

destas descobertas, sendo todos vinculados ao processo de expansão do capitalismo. Como isto ocorreria? Considerando-se a manipuladora lógica predominante de que toda a infraestrutura é artefato do meio urbano, ocorre porque os sistemas de objetos penetram no campo, somente acompanhados de um complexo sistema de valores. O que seriam estes sistemas? Sistema de objetos quando se trata das edificações, do abastecimento de água, das estradas, da eletricidade, do carro, da moto, da televisão, dos utensílios de plástico, entre outros e; valores, quando se trata dos lazeres, dos costumes, das modas e, principalmente, da racionalidade característica da vida nas cidades. Assim sendo, a ideia de vida urbana, seguindo a lógica de Lefebvre (1991), gradativamente vai subjugando os elementos tradicionais dos camponeses na tentativa de modificá-los, desorganizando-os nas suas relações primárias, para possibilitar uma eventual recomposição numa perspectiva urbana, assimilando gradativamente o processo de industrialização. Compreende-se, por este raciocínio, que a melhor das possibilidades, seria a migração do campo para cidade ou a implantação de núcleos urbanos no campo, onde os camponeses morariam e, se deslocariam para o trabalho na mesma lógica panóptica já tratada nesta tese²¹³.

Não há contradição entre a disponibilização de infraestrutura e a vida camponesa. Esta contradição é forjada e mantida como pretexto para repelir do campo, os camponeses, por meio da propagação das benesses do acesso às mesmas e, ao mesmo tempo, da sua não disponibilização. Assim, a ausência de infraestrutura no meio rural se coloca como uma das muitas artimanhas das quais se manifesta a questão agrária no campo brasileiro. Sua inexistência repele o camponês de seu local de origem, desterritorializando-o, causando processos de descampezinação. Sua implantação é acompanhada de um processo desgastante de luta e, muitas vezes, de barganha política e, sua abrangência e qualidade normalmente deixam a desejar. O camponês pode e deve ter acesso à infraestrutura, se assim ele optar. Ela faz parte da sociedade, e o camponês faz parte dela.

Por esta razão, o caso de Edite é dramático. Ela sofre por não estar no campo. Porém, sabe que sofreria ainda mais se não tivesse como sair dele. Tentando se recampenizar, em 1998, a terceira matriarca da família Diniz adquiriu um terreno na zona

²¹³ Quando se trata da moradia dos trabalhadores rurais no Capítulo 4 .

rural de Mata de São João²¹⁴. As figuras 56, 57 e 58 mostram suas características. Trata-se de um local de convivência sazonal, porque, Edite mora na cidade e, quando tem tempo se desloca para lá²¹⁵. Desta forma, não consegue ter em plenitude uma vida de camponesa, porém, cria-se certo consenso quanto ao acesso à natureza, tão importante para ela. Sua casa não expressa todas as necessidades e vontades de Edite, mostrando que ela não consegue se territorializar ali plenamente. Aquela moradia é um alento. É um local de sobrevivência camponesa, quase inserida num espectro de ruptura. Pois, simbolicamente, representa um fragmento de memória²¹⁶, de modo de vida, de ideal de vida e, principalmente, de resistência camponesa.

No geral, é fundamental citar que a moradia desta família camponesa nunca se limitou a unidade habitacional. No primeiro caso todo o terreno que continha as casas, as árvores, os pastos, as plantações, etc., se constituíam como a moradia da primeira geração da família Diniz. No caso da segunda geração, a unidade habitacional somada a todos os elementos constituintes e implantados em sua terra formavam, conjuntamente, a moradia da família de Dona Maria. No caso de Edite, sua moradia não tem continuidade espacial, pois, ela consiste no apartamento da família em Salvador, mais a sua chácara localizada em Mata de São João²¹⁷. Assim, sendo, estes dois imóveis juntos, equivalem na única moradia de Edite.

É revelador observar o processo de luta e resistência camponesa dos Diniz. Apesar de se tratar de um fragmento, tanto da história desta família, quanto do que suas relações significam no contexto da moradia e da questão agrária. O importante, para esta tese, é que alguns aspectos essenciais foram desvelados. O primeiro é que quando, na primeira geração, toda família estava integrada e unida à terra, seus processos de cooperação e ajuda estruturavam o conjunto dando sustentabilidade ao grupo. Outro aspecto relevante é que mesmo sendo membros da mesma família, vivendo como um grupo coeso, tanto os filhos, como o marido de Dona Francisca e, ela tinham preferências e formas distintas de

²¹⁴ Município inserido na região metropolitana de Salvador.

²¹⁵ Apesar de ter tentado residir no campo por sete anos consecutivos, Edite teve que retornar à cidade.

²¹⁶ Numa perspectiva Bachelardiana (2000) onde, se pode ser acolhido em todas as manhãs da vida, para dar confiança na própria vida.

²¹⁷ Nesta lógica, se Edite não se considerasse camponesa, poderia se dizer que sua moradia era somente seu apartamento e que ela também tinha uma casa de veraneio. Porém, como ela se vê como camponesa e, para sua reprodução como tal, ela necessita dos dois imóveis juntos, se complementando e, se constituindo como sua única moradia.

se apropriar da terra²¹⁸ e, conseqüentemente, de morar, revelando a multiplicidade numa microescala. Também é perceptível que houve um forte processo de desterritorialização, observado pela moradia, a partir da ruptura das relações cotidianas entre a família, observadas entre a primeira e a segunda geração. Nota-se, com clareza, como a questão agrária vai gradativamente dificultando o acesso à terra para esta família no decorrer das gerações e, como este aspecto repercute na moradia. Apesar disso, rupturas e fragmentos remanescentes vão sempre sendo revisitados pelos Diniz que, na medida em que eram repelidos do campo, foram viabilizando formas de se aproximar dele.

5.2 MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA QUE LUTA NA TERRA: COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS

Inicia-se este tópico a partir da observação dos números da tabela 27, adotando-se como referência os municípios estudados no Capítulo 5. A partir dela é feita uma trajetória para compreender os grupos que lutam na terra e sua problemática que, necessariamente repercute em suas moradias.

Na Tabela 27, observa-se a predominância das comunidades quilombolas, com 134 unidades. Existem, também, no total, seis povos indígenas e uma comunidade de fundo de pasto. Não se pode deixar de verificar a perversidade destes números. Como podem existir somente seis povos indígenas se eles habitavam toda Bahia antes da chegada dos portugueses em 1500? Onde estão os Maricás de Boa Vista do Tupim; os Massacará, os Pontás, os Aracajás e os Amoipiras de Xique-Xique; os Cariris de Andaraí; os Acroás de Cotegipe; os Caiapós de Carinhanha; os Mayrahú de Maraú; os Tupinambás de Santo Amaro; os Tucanos de Tucano; os Mongoyó, os Ymboré e os Pataxós de Vitória da Conquista?²¹⁹ E quanto às comunidades de fundo de pasto²²⁰? Somente uma nesta imensidão de terras áridas contidas nestes municípios? As comunidades quilombolas, mesmo em número maior, representam, de fato, a realidade dos posseiros com ancestralidade negra africana que foi submetida à escravidão? Claro

²¹⁸ As culturas, as áreas plantadas, as criações, as moradias, etc. Não havia nada igual, porém, havia harmonia, equilíbrio, ambos constituídos a partir da relação familiar.

²¹⁹ Os povos originários destes municípios tiveram como fonte o *site* “Cidades” do IBGE. Os municípios que não foram citados não tinham referência alguma sobre os povos indígenas que ali viviam antes de serem dizimados.

²²⁰ A definição das comunidades de fundo de pasto é apresentada em subitem específico, neste mesmo item.

que não. Em nome da territorialização colonizadora, da estrutura de poder moldada a partir da propriedade privada e da ideologia de submissão racial, representantes destes grupos foram mortos, violentados, arregimentados, enganados, seduzidos e, o pior, invisibilizados. Mas, eles ainda se fazem presentes e se constituem no grupo formalmente chamado de Povos e Comunidades Tradicionais.

Tabela 27 – Municípios Selecionados, Indicador de Concentração da Terra e Comunidades Tradicionais

Município	Indicador de Concentração de Terras Em 2006	Nº de Povos Indígenas	Nº de Comunidades Rurais Quilombolas Certificadas	Nº de Comunidades de Fecho e Fundo de Pasto Reconhecidas	Total
Andaraí	Forte a muito forte	0	4	0	4
Barra	Muito forte a absoluta	0	8	1	9
Boa Vista Do Tupim	Forte a muito forte	0	4	0	4
Camamu	Forte a muito forte	1	24	0	25
Carinhanha	Média a forte	0	10	0	10
Coribe	Média a forte	0	0	0	0
Cotegipe	Média a forte	0	0	0	0
Ipirá	Forte a muito forte	0	0	0	0
Itacaré	Forte a muito forte	0	14	0	14
Itamaraju	Forte a muito forte	1	1	0	2
Maraú	Forte a muito forte	0	11	0	11
Marcionílio Souza	Forte a muito forte	0	0	0	0
Mata De São João	Forte a muito forte	0	3	0	3
Morro Do Chapéu	Forte a muito forte	0	9	0	9
Santa Cruz Cabralia	Forte a muito forte	2	0	0	2
Santa Luzia	Média a forte	0	0	0	0
Santa Rita De Cássia	Forte a muito forte	1	0	0	1
Santaluz	Forte a muito forte	0	0	0	0
Santo Amaro	Muito forte a absoluta	0	8	0	8
Serra Do Ramalho	Fraca a média	1	0	0	1
Tucano	Forte a muito forte	0	0	0	0
Vitória Da Conquista	Forte a muito forte	0	27	0	27
Wenceslau Guimarães	Média a forte	0	8	0	8
Xique Xique	Forte a muito forte	0	3	0	3
TOTAL		6	134	1	141

Fonte: GeografAR (2015). Elaboração: Paula Moreira (2016).

De acordo com o Decreto Presidencial nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, os povos e comunidades tradicionais são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), pode-se considerar como povos e comunidades tradicionais do Brasil, os quilombolas, os ciganos, a matriz africana, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco-de-babaçu, as comunidades de fundo de pasto, os faxinalenses, os pescadores artesanais, as marisqueiras, os ribeirinhos, os vaqueiros, os caçaras, os praieiros, os sertanejos, os jangadeiros, os açorianos, os campeiros, os varzanteiros, os pantaneiros, os caatingueiros, dentre outros. Estima-se, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que os Povos e Comunidades Tradicionais somam cerca de cinco milhões de brasileiros que ocupam um quarto do território nacional.

No geral, a história de cada um destes grupos específicos é marcada por disputas desiguais de território, fato que os fizeram se colocar em situação de acumamento espacial, ou melhor, isolamento geográfico, político, cultural, econômico, fato que os obriga a viver em situação de alta vulnerabilidade social, além de, muitas vezes, sofrerem por discriminação racial, étnica e religiosa.

Polemizando sobre a condição de permanência e sustentabilidade dos grupos específicos, constituídos em povos ou comunidades, no amplo processo de mutação social, é importante trazer o questionamento mais comum expressado pelo senso comum: Será que estes grupos ainda se constituem como tradicionais? Eles já não estão aculturados pela influência da sociedade em que vivem? Na realidade brasileira, a partir da promulgação da Constituição de 1988, tais povos e comunidades foram se fortalecendo e se organizando no sentido da luta por seus territórios²²¹. Trazendo Shanin (2005) para esta discussão, tem-se que os padrões entre estes grupos de camponeses podem ser bastante distintos, inclusive por todo processo desterritorializante que sofreram. Porém, sua formalização política como sujeito histórico é que gera para eles uma identidade de

²²¹ Além da Constituição Federal, o direito das comunidades tradicionais está (ou já estiveram) garantido, segundo Shiraishi Neto (2007), no Decreto n.º 80.978/1977, que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972; no Decreto n.º 2.519/1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica assinada no Rio de Janeiro em 1992; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001; no Decreto n.º 5.051/2004, que promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005; no Decreto (revogado) de 2004 que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; no Decreto (revogado) de 2006 que altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; no Decreto n.º 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e; no Decreto 8.750/2016 que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e; na *Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas* de 2007.

grupo, neste caso, de comunidades tradicionais específicas. Entende-se, a partir disto que as formas de reprodução social e cultural das comunidades tradicionais estão subordinadas à sua identidade política (ARRUTI, 1997) que, no caso, é utilizada como estratégia de luta pela permanência no território.

De acordo com Junior e Germani (2013), na conjuntura dos conflitos por terra e território no Estado da Bahia, tais comunidades se enquadram na categoria dos grupos que lutam na terra. Isto porque essas comunidades especificam politicamente e dão conteúdo aos que, em parte, antes, eram simplesmente chamados de posseiros. Assim, com a posse precária da terra, em grande parte dos casos, elas resistem no local onde moram e se reproduzem como camponeses, justamente em lugares singulares onde existam profundos vínculos com eles, fato que os constituem como territórios de comunidades tradicionais.

Analisando-se as Comunidades e Povos Tradicionais na óptica da questão agrária, é possível observar, a partir da Tabela 27, que dentre os municípios estudados que tem forte a muito forte concentração de terras, destaca-se Vitória da Conquista com 27 comunidades quilombolas. Neste contexto é interessante destacar que mesmo com o porte da sede municipal e de toda a referência urbana presente ali, as comunidades tradicionais rurais, ou seja, os camponeses se colocam de forma extremamente representativa, no que se refere à resistência. É importante recordar que neste município existem, além das comunidades quilombolas, vários projetos de assentamentos de Reforma Agrária²²² e, conseqüentemente, a presença ativa de diversos movimentos sociais, mostrando que os processos de luta pela territorialização dos camponeses estão, em conjunto com outros fatores, intimamente ligados às suas identidades e organizações políticas.

Com a mesma qualidade de concentração de terras, é relevante a grande convergência de comunidades tradicionais em três municípios vizinhos: Camamu, Maraú e Itacaré. Pelo contexto, soma-se a estes, porém, com concentração de média a alta, Wenceslau Guimarães. Estes municípios, juntos, contêm 53 comunidades quilombolas, sendo que em Camamu existe, ainda, um povo indígena: os Pataxós Hã-Hã-Hãe²²³. Diferentemente de Vitória da Conquista, estes municípios têm, na população rural, uma grande representatividade numérica. Além disso, a região é marcada por fazendas de

²²² Os números estão contidos a frente, neste mesmo Capítulo.

²²³ A comunidade Nova Vida, vive numa área dominial adquirida, a fazenda Baiana de 308ha.

grande porte existentes desde o período colonial, momento em que forneciam a farinha e os alimentos para a Capital e, posteriormente, de cacau, com toda sua estrutura hierárquica e de supervalorização da figura de seus proprietários (os coronéis). Atualmente, por estarem inseridas na costa litorânea, estas comunidades, se deparam, segundo Souza (2014), com a desfavorável conjuntura da especulação imobiliária, da implantação de grandes obras de infraestrutura e de empreendimentos de carcinocultura. O mesmo autor afirma que pelo fato de grande parte dos ocupantes quilombolas não ter a sua dominialidade comprovada, resta-lhe somente duas opções: migrar ou resistir. Os grupos aqui listados escolheram a segunda, ou seja, se constituíram enquanto sujeitos sociais e lutam na terra pela sua permanência. Porém, muitos camponeses que não conseguiram se libertar da camisa de força trazida pelo indivíduo da preocupação cotidiana²²⁴, vêm deixando a região, acudados, sem perspectivas e com medo. Não se pode deixar de citar o município de Mata de São João que, com a mesma qualificação em relação à concentração de terras e, lógica semelhante de especulação imobiliária, contém três comunidades quilombolas²²⁵ que lutam dramaticamente pela permanência em seus territórios, como foi destacado no Capítulo 4.

Na Chapada Diamantina, numa escala menos representativa²²⁶, os municípios de Morro do Chapéu e Boa Vista do Tupim se destacam em número de comunidades quilombolas, 9 e 4 respectivamente. Neste contexto, é importante frisar que Boa Vista do Tupim, segundo o *site* “Cidades” do IBGE²²⁷, teve um incremento populacional representativo a partir do século XIX, pela iniciativa de resistência e luta de um casal de ex-escravizados negros (Sr. Berto e Sra. Bibiana). Diante disto, é importante ressaltar que, como já visto anteriormente, é justamente ali, que existe uma das mais significativas concentrações de projetos de assentamento de reforma agrária na Bahia. Percebe-se, a partir destas relações, que as disputas territoriais neste município são históricas e, na atualidade trazem um saldo positivo representativo para os camponeses, porém, ainda não suficiente para transformar sua realidade quanto à estrutura fundiária. Em municípios próximos a este, Ipirá e Marcionílio Souza, ao contrário, não existe a forma de luta na

²²⁴ Referência trazida através de Karel Kosik e tratada no Capítulo 3.

²²⁵ Tapera, Pau Grande e Barreiros.

²²⁶ Em relação aos municípios que possuem forte a muito forte concentração de terras.

²²⁷ <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2903805>.

terra, já que o número de comunidades tradicionais é nulo. Nesta mesma situação encontram-se os vizinhos Santaluz e Tucano, localizados na região Nordeste do Estado.

Dentre os municípios com média a alta concentração de terras Carinhanha, no Médio São Francisco, se destaca com dez comunidades quilombolas. Localizados em sua proximidade, Cotegipe e Coribe não possuem nenhuma comunidade que tenha se assumido como tradicional. Quanto a este aspecto pode-se considerar que existem impactos quando uma comunidade se expressa como tradicional, pois, ela pode servir de referência a outras, para se utilizarem desta mesma estratégia para se garantir a permanência no território. Porém, em cada lugar existe uma conjuntura política, de poder, de composição fundiária que interferem nestes processos. Assim, a luta na terra depende de uma mobilização que se dá dentro e fora das comunidades. Por isso, a inexistência formal de uma comunidade (como é o caso de Coribe e Cotegipe), não significa que elas não existam, significa que não houve, ainda, alguma situação de confronto que a fizesse se assumir como comunidade tradicional ou o que paira ali é o desconhecimento quanto aos seus direitos, a falta de articulação política ou a opção por outras estratégias de territorialização²²⁸.

No caso dos dois municípios que possuem muito forte a absoluta concentração de terras (Santo Amaro, no contexto do Recôncavo Baiano e, Barra, no do Médio São Francisco), existem em cada um, oito comunidades quilombolas. Sendo que em Barra, persiste, também, uma comunidade de fundo de pasto e um povo indígena (os Kiriri²²⁹). Em Santo Amaro, estas comunidades se constituem em fragmentos sociais dos antigos engenhos. Em Barra, excluindo-se os indígenas, são os ribeirinhos oriundos das antigas fazendas de gado. Em ambos os municípios existem outras formas de luta pela terra²³⁰ bastante significativas, fato que gera uma circunstância de tensão e disputa territorial onde a resistência camponesa se coloca como a única possibilidade de mudança na estrutura fundiária.

No único município que tem fraca concentração de terras, Serra do Ramalho, existe uma situação inusitada. O Estado quando implantou o PEC não considerou adequadamente que ali existia um remanescente do povo indígena Pankaru e nem grupos

²²⁸ A inclusão em lutas pela terra, ou seja, pela constituição de projetos de assentamento, é uma delas.

²²⁹ Quanto aos Kiriri, por aquisição, eles estão vivendo atualmente nos 62ha da fazenda Passagem.

²³⁰ Vários projetos de assentamento, acampamentos e, no caso de Barra, povoados inteiros constituídos de posseiros.

de ribeirinhos. Como resultado, estas comunidades se organizaram e vem reivindicando terra e territórios para viverem. Os Pankaru obtiveram uma homologação de terras, porém, a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e o Ministério Público Federal a consideraram irregular, pois houve transferência da comunidade da sua terra de ocupação tradicional (que foi incorporada ao PEC Serra do Ramalho) para outra, situação não prevista na Constituição Federal. Os ribeirinhos foram assentados no Projeto Extrativista São Francisco, numa área que era destinada, a princípio, a ser reserva ambiental do PEC em questão.

Não se pode deixar de mencionar os povos indígenas que lutaram ou estão lutando na terra nos municípios estudados. Dentre os que ainda não foram citados têm-se os Pataxós de Santa Cruz Cabrália e Itamaraju e, os Atikum de Santa Rita de Cássia. No caso dos Pataxós, eles se constituem num grupo com um processo de territorialização mais consolidado já que estão estabelecidos nas terras indígenas: Barra Velha, Águas Belas, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha. Sendo que, inseridos nestas áreas se encontram, quase 20 comunidades que, juntas, formam um complexo que abrange os municípios de Prado, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Itamarajú. Destaca-se que na maior parte destas terras existe o pleito de revisão e ampliação das áreas, visto que vários indígenas que haviam migrado estão retornando e, por isso, aumentando a demanda por terra. No caso dos Atikum, eles foram, arbitrariamente, assentados em projetos de assentamento de reforma agrária.

Como o foco desta tese não é a moradia das comunidades ou povos tradicionais, não foi objetivado realizar investigação de campo específica em nenhuma área com este perfil. Porém, compreendendo sua importância, já levantada neste Capítulo, adotou-se como dispositivo de análise, exemplos representativos previamente conhecidos pela autora e, também, trabalhados no âmbito do Grupo de Pesquisa GeografAR. Com estes critérios, foram selecionados exemplos representativos em comunidades quilombolas e de fundo de pasto. Acredita-se que os casos aqui trazidos são capazes de dar mais conteúdo à problemática proposta nesta pesquisa, contribuindo para compreensão da moradia camponesa.

No caso das comunidades quilombolas, a autora teve a oportunidade de participar, junto ao grupo de pesquisa GeografAR, da elaboração dos primeiros Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) de territórios. Neste momento, no ano de 2005,

pôde conhecer, levantar/analisar dados e elaborar mapas temáticos de cinco comunidades localizadas no vale do Rio São Francisco: Lagoa do Peixe (Bom Jesus da Lapa), Parateca e Pau D'arco (Malhada), Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba (Wanderley), Batalhinha (Bom Jesus da Lapa) e Jatobá (Muquém do São Francisco)²³¹. Como a questão da moradia já se fazia presente como área de interesse desta autora, foram feitos alguns levantamentos específicos que, nesta tese são analisados.

No caso da comunidade de Fundo de Pasto trazida aqui, o Caldeirãozinho, a vivência aprofundada do amigo Denilson Alcântara no local, para conhecimento e levantamento de dados para sua pesquisa de mestrado, possibilitou que ele tivesse acesso a várias moradias, fato que o fez perceber questões que interessam a esta pesquisa. Assim, todos os croquis, fotos, mapas e informações referentes às moradias de Caldeirãozinho se constituem em fragmentos de uma dissertação de mestrado (ALCÂNTARA, 2011) e, também, da memória de seu autor, analisadas a partir de releituras feitas por esta autora.

A seguir são tratados os casos das moradias nas comunidades levantadas, considerando-se, por uma opção metodológica e conceitual, o contexto da questão fundiária que as envolvem, suas implantações/localizações e, a materialidade das edificações em si.

5.2.1 O Exemplo das Moradias nas Comunidades Rurais Quilombolas

a) Contexto da Questão Fundiária

As comunidades quilombolas dependem da legitimação do Estado para manter sua continuidade e permanência, no sentido da garantia de sua base territorial, justamente pela precariedade da posse da terra no contexto agrário brasileiro.

Desde 1988, com a inserção do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal, as comunidades quilombolas adquiriram novas perspectivas para a regularização fundiária das áreas em que vivem. O reconhecimento dessas Comunidades, a partir daí, passou a ser feito por um

²³¹ Os RTIDs são fundamentais para se dar entrada ao processo de regularização de território quilombola. O INCRA é o responsável por sua elaboração e, nos casos trazidos aqui, eles foram elaborados pelo grupo de pesquisa GeografAR a partir de um convênio entre a UFBA, a UNEB e o INCRA. Como um produto acadêmico, o GeografAR publicou um CD (*Compact Disc*) que traz esta experiência.

autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, depois, serem reconhecidas legalmente, tendo perspectivas de terem a posse de suas terras reconhecidas.

Uma comunidade quilombola normalmente se autorreconhece como tal a partir do momento em que se depara com pressões de indivíduos que tentam expulsá-las de suas terras, como forma de garantir seus direitos de permanência. Quando não há pressão, não se preocupam em se declarar quilombolas e vivem reproduzindo seus variados hábitos camponeses.

O dinamismo das lutas de reconhecimento vem suscitando um lépido ritmo ao registro dessas Comunidades que, apoiadas nas entidades e organizações, a cada dia mais e mais se identificam como quilombolas, aumentando a demanda por reconhecimento de territórios. Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, em 2010, na Bahia, 674 Comunidades Negras Rurais Quilombolas se auto identificaram e, destas 380 foram certificadas. Quanto à localização, elas estão distribuídas em todo o Estado, vivendo realidades diversas.

No caso da Comunidade de Jatobá²³², a pressão contra a posse da terra iniciou-se no ano de 1986, quando Antônio Limoeiro chegou à região e se colocou contrário às roças dos quilombolas. A partir de 1994 o fazendeiro e seus prepostos começaram a adotar medidas violentas. Naquele ano, um morador da comunidade teve a cerca de sua casa derrubada e lhe foi proibido cultivar sua roça, sendo que, posteriormente, outros quilombolas também sofreram este tipo de pressão. Posteriormente, em 1998, um quilombola teve sua casa derrubada e uma barraca de lona destruída e, ainda, foi ameaçado com um cavalo. Neste mesmo ano, as roças ao redor das casas de outros quilombolas foram destruídas, além da mata na beira do rio. Em 1999, durante nova ofensiva de Antônio Limoeiro, foram disparados tiros de revólver, acompanhados de ameaças de morte. Até então a comunidade se territorializava em toda área indicada na Figura 59, onde o poço Caruá, as fazendas Embaúba e José Ferreira e, o Projeto de Assentamento Vale Verde eram as referências limítrofes. A partir daí, eles foram impedidos de percorrer toda a extensão da área sendo, inclusive de se aproximar da Serra Geral, local utilizado para moradia em momentos de cheia do rio, conforme indica a mesma Figura. De acordo com relatos da comunidade, entre os anos de 1999 e 2001 eles

²³² A história de Jatobá foi extraída do RTID e do CD feitos pelo grupo de pesquisa GeografAR, em 2005.

foram ainda mais acuados, sendo obrigados a se estabelecer exclusivamente na beira do rio. Este foi um período difícil, em que a violência e o medo conviviam cotidianamente com a comunidade. Porém, a partir de 2001, eles decidiram lutar por seu território e voltaram a ocupar parte da extensão de terras que haviam perdido, reterritorializando-se até o pé da Serra Geral. Antes disso, entretanto, em 1999, eles formalizaram a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jatobá, fato que os fez se articular externamente, denunciar a violência que sofriam e, principalmente, tomar conhecimento dos seus direitos enquanto comunidade quilombola. Assim, a comunidade deixava de vivenciar questões cotidianas e passava a agir como sujeitos sociais, fato que os levou a ser certificados, em 2004, pela Fundação Cultural Palmares, como remanescentes de quilombo. Em decorrência disso, a Superintendência do INCRA/BA publica, em 2006, o RTID e, em 2007, Jatobá se constitui na primeira comunidade quilombola com território reconhecido formalmente pelo INCRA.

A ocupação da comunidade Pau D'arco e Parateca²³³, onde viviam cerca de 420 famílias, começou na segunda metade do século XVI, com os processos de mineração e, a conseqüente e lucrativa implantação de fazendas de gado. No século XVIII, a mineração entrou em decadência e, com ela, as fazendas deixaram de ser lucrativas, levando a região à uma estagnação econômica. Este fato possibilitou processos de resistência relacionados à territorialização da população escravizada que, se estabeleceu e se desenvolveu nas terras próximas das fazendas, principalmente, numa área doada em nome Nossa Senhora Santana para ela. Porém, a partir da década de 1970, a pressão de fazendeiros se estabeleceu de forma drástica e eles perderam o acesso ao rio e à área alagável do mesmo, tendo que se reproduzir socialmente somente numa linha horizontal bastante limitada, paralela a este na altura da localização das vilas e da estrada, conforme mostra a Figura 71. Antes disso, a maior parte dos quilombolas implantava suas moradias próximas das lagoas e dos braços de rio, organizando-se em pequenos grupos familiares. É importante destacar que as terras de Parateca e Pau d'Arco são limítrofes aos territórios de outras comunidades quilombolas, tais como Rio das Rãs e Tomé Nunes. Esta proximidade os ajudou no processo de organização e de luta pelo território. Assim, na década de 1990, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra, foi criada a Associação Agroextrativista das Comunidades de Parateca e Pau D'Arco, e, como isso, a situação da comunidade foi

²³³ A História de Parateca e Pau D'Arco foi extraída do RTID elaborado pelo grupo de pesquisa GeografAR em 2005.

exposta sendo que as instituições competentes foram sendo acionadas no sentido de dirimir o problema fundiário na região. Este fato trouxe seu reconhecimento pela Fundação Palmares em 1998, a publicação de seu RTID em 2006 e a titulação de parte de suas terras pela Secretaria de Patrimônio da União, em 2006²³⁴, e, por fim, em 2007, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a portaria do INCRA que reconhece e declara seu território como remanescente de quilombo. Os próximos passos se relacionam com a desapropriação das áreas particulares contidas no território quilombola.

Quanto à comunidade quilombola Lagoa do Peixe, foi em 1998 que ela começa a perceber a perda territorial com o impedimento de uso por parte dos fazendeiros Sérgio, Lourivaldo e Tuca. Em 2000, eles perdem uma extensa faixa para a Associação Bom Sucesso, e, sucessivamente, foram sendo subtraídas áreas do território quilombola por posseiros diversos até o ano de 2003. Assim como nas outras comunidades citadas, em Lagoa do Peixe as ameaças e a violência se fizeram presentes. Em meados da década de 1990, eles formaram sua associação, em 1998, a Fundação Cultural Palmares certificou sua ancestralidade através da certificação, em 2006 foi publicado seu RTID e, por fim, em 2009 o INCRA reconheceu e declarou, através do Diário Oficial, o território remanescente de quilombo.

Os três casos trazidos mostram situações de sucesso, já que todas as comunidades tiveram seus territórios reconhecidos pelo INCRA. Porém, é importante destacar que elas têm em comum, o fato de terem sido obrigadas a se organizar e lutar por sua permanência em seus locais de origem secular. Sem isso, elas não conseguiriam permanecer, já que as ameaças, as pressões e a violência por parte dos fazendeiros foram presentes em todos os casos. Como já mencionado, a realidade trazida aqui é do ano de 2005. Naquele momento, as comunidades haviam conquistado o direito de ter seus RTIDs elaborados. Assim, o que será mostrado a seguir, faz parte de um momento na vida destas comunidades onde suas posses estavam ainda precárias, eles continuavam sendo ameaçados, porém, já se constituíam como sujeitos históricos e se mantinham no local como tal. Neste contexto, tanto as características da implantação de suas moradias como suas edificações, ou seja,

²³⁴ Este título que reconheceu a propriedade de cerca de 7.800ha se constituiu num marco na história dos direitos das comunidades quilombolas, pois, foi a primeira vez que o governo federal titula uma terra de quilombo localizada em terreno de marinha.

a materialização de suas territorialidades, vão trazer consigo este momento histórico e único que viviam: o de luta pelo território quilombola.

b) A Implantação das Moradias

Três questões se colocam quando se trata da implantação de moradias em comunidades quilombolas. Primeiro é que a disposição das habitações varia bastante, já que são completamente diversas as formas do relevo, os recursos naturais, as estratégias de sobrevivência e o número de famílias de cada uma delas. Uma comunidade quilombola pode viver na beira de um rio ou do mar e se constituir como pescadora, também pode estar inserida na Caatinga e viver com técnicas de sobrevivência na seca ou pode estar inserida na Mata Atlântica e viver de atividades extrativistas. Assim, suas habitações podem estar dispostas de forma linear, agrupadas, dispersas ou mistas.

A segunda é a centralidade, não necessariamente física, de espaços de uso coletivo por parte de cada comunidade em seu território. Esta característica é fundamental para a legitimação do grupo social já que faz com que cada indivíduo se torne parte de uma comunidade através dos hábitos e usos espaciais comuns a todos. Neste contexto, é possível que uma grande árvore se transforme num local de reunião (Foto 73) e, um rio (Foto 60), área de lazer e confraternização. Ambos, locais que mostram a particularidade de um grupo e o ajuda a se identificar como comunidade quilombola.

O terceiro aspecto a ser destacado é a mobilidade do local das moradias em relação à segurança da posse da terra. Quando ocorre conflito de terra que envolve o território quilombola, as comunidades tendem a se concentrar em núcleos habitacionais para tentar garantir a defesa do grupo. Normalmente estes conflitos são acompanhados de violência física e psicológica. Além disso, é comum a ocorrência de incêndios criminosos que destroem as habitações e os locais de produção e subsistência destas comunidades, como foi evidenciado no Capítulo 3.

A Figura 59 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Jatobá, localizada em Muquém do São Francisco/BA²³⁵. Este foi o primeiro quilombo visitado por esta autora no ano de 2005. Observa-se duas questões iniciais em relação ao local da

²³⁵ Na beira do rio São Francisco.

implantação das moradias. A primeira, é que elas estão dispostas de forma linear em função da proximidade do rio São Francisco. Esta comunidade é predominantemente composta de pescadores artesanais que tem, também, na atividade agrícola sua fonte de subsistência. Pode-se perceber que toda a extensão do território quilombola que se conecta ao rio está ocupada por moradias. Outro aspecto relevante é que esta proximidade com o rio não é, necessariamente, uma opção. Como já mencionado, por questões de conflito com o dito proprietário da fazenda, a comunidade ficou acuada na beira do Rio, não podendo se espacializar de forma livre pelo território. Assim, seria provável que as moradias estivessem um pouco mais dispersas, isto é, num alinhamento não tão regular, caso os quilombolas pudessem escolher, de fato, onde gostariam de implantar suas casas naquele momento. Porém, o fato é que o Rio sempre se constituirá numa referência, assim sendo, as casas não tenderiam a ter uma implantação distante de sua lógica. A Figura 65 mostra um esquema de desenho da comunidade e fotos indicando os locais de moradia relacionadas com o regime do rio. Em períodos de seca do rio, a comunidade constituía suas moradias em locais próximos à água, fonte de vida, que, além disso, viabilizava transporte e comunicação. Porém, em períodos de cheia, suas moradias eram transportadas para áreas mais altas, ao pé da montanha indicada (tanto na Figura 59, quanto na 65). Nestes momentos, segundo relato de membros da comunidade, as moradias na beira do rio ficavam submergidas, assim como grande parte de seus pertences. Este aspecto, no entanto, não era visto como algo ruim, ou, como perda. Eles comemoravam estes momentos, pois, o rio deixaria com suas águas um grande e duradouro rastro de fertilidade e prosperidade para a comunidade.²³⁶ Fazendo uma analogia a Tuan (1980) quando trata dos índios anglo-americanos, os quilombolas por viverem há muitos anos na área, adquiriram um minucioso conhecimento da natureza, não a considerando como algo a ser dominado, mas como alguma coisa que eles também fazem parte, com importância tanto material, como espiritual.

A Figura 71 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Parateca e Pau D'Arco. Apesar de estar, como Jatobá, na beira do rio São Francisco, a lógica de sua implantação se difere completamente desta. Suas moradias estão predominantemente dispostas em dois núcleos habitacionais, fora da área alagável do rio. Já foi dito que o distrito de Parateca tem uma história extensa que remonta o início do povoamento na

²³⁶ Destaca-se que este movimento não era possível em momentos de conflito.

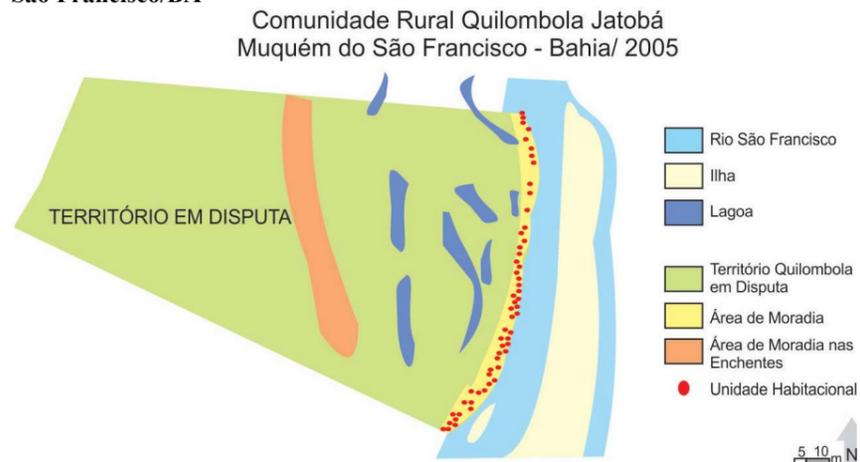
região, no século XVIII. Ali ainda se encontram as ruínas da majestosa igreja Nossa Senhora de Santana de Parateca, assim como características bastante peculiares, tais como um maior adensamento, a presença de infraestrutura e equipamentos sociais²³⁷ e, um traçado mais complexo, com a presença de praças e ruas que são dispostos de forma orgânica. Já a vila de Pau D'Arco, apesar de ter uma praça central e alguns equipamentos sociais, segue um traçado linear que persegue o trajeto da estrada vicinal que a liga à Parateca. São dois núcleos habitacionais vizinhos que, funcionam em conjunto e, que tem uma história de luta que os aproxima, tornando-os politicamente uma única comunidade. Existe ali um predomínio da lógica urbana na implantação das casas, porém, com grandes variações. A Foto 71 mostra um conjunto de casas implantadas de forma adensada, já a Foto 72, ao contrário, mostra que uma família camponesa preferiu implantar sua moradia numa área mais ampla com menos proximidade com vizinhos. Parateca e Pau d'Arco passaram por diversos processos em sua longa história. Tais processos foram marcados por fragmentações territoriais e, conseqüentemente, de territorialidades. No início de sua ocupação, como já mencionado, predominava-se a concentração de moradias seguindo a lógica familiar e de articulação com as lagoas e cursos d'água.

Na medida em que as pressões foram sendo acentuadas, aconteceram vários processos, dentre eles o de migração, o de adensamento dos núcleos habitacionais de Parateca e Pau d'Arco e, a resistência da permanência em locais mais isolados. Essas fragmentações foram traumáticas e sucessivamente foram desorganizando o modo de vida dos quilombolas, afetando cada um deles de forma diferenciada.

Outra comunidade, cuja implantação está representada na Figura 73, é a comunidade quilombola Lagoa do Peixe, também, localizada às margens do Rio São Francisco, no município de Bom Jesus da Lapa. Quanto à localização, Lagoa do Peixe mostra outro tipo de situação. A comunidade implantou a maioria de suas moradias de forma orgânica na área de sequeiro, mais próxima à estrada BA 160 que do rio, exceto quatro casas que se localizavam na área alagável. A centralidade se dava no núcleo principal e tinha nas árvores os locais de referência.

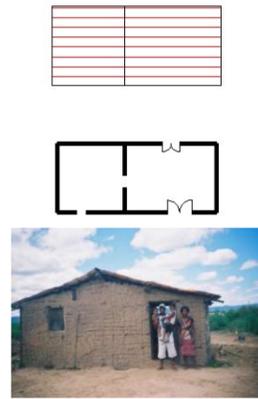
²³⁷ Tanto em Parateca como em Pau d'Arco existia, em 2005, sede da associação, centro comunitário, salão comunitário, casa dos professores, escola, posto de saúde, boate, borracharia, pensão, congregação cristã, centro espírita, igreja católica e vários pontos comerciais.

Figura 59 – Implantação das Moradias da Comunidade Rural Quilombola Jatobá, Muquém do São Francisco/BA



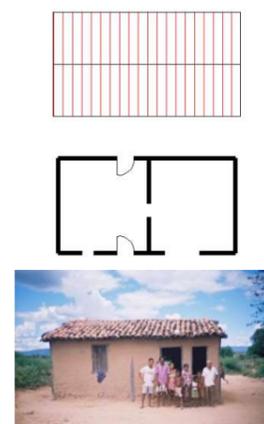
Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 60 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá



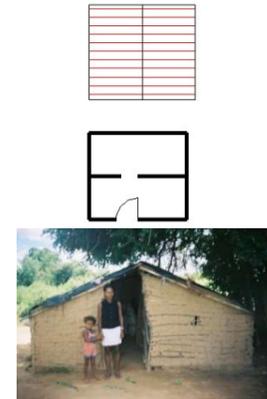
Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 61 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 62 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 58 – Casa de Farinha em Jatobá



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 59 – Gado Pastando em Jatobá



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 60 – Pescadores em Jatobá



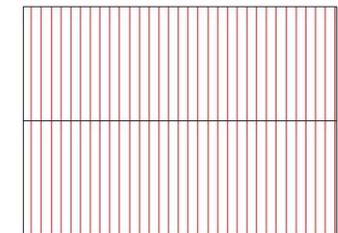
Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 61 – Mulher e Artesanato em Jatobá



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 63 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 64 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 62 – Jirau em Jatobá



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 63 – Horta em Jatobá



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 64 – Casa com Quintal Plantado em Jatobá



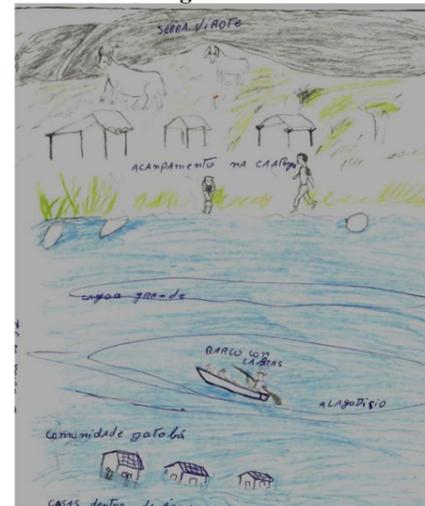
Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 65 – Estábulo em Jatobá

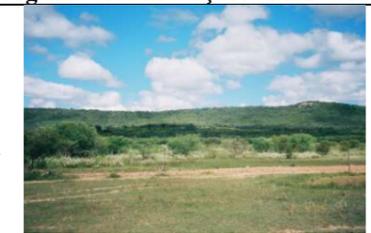


Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 65 – Esquema de desenho da comunidade e fotos indicando os locais de moradia e o regime do rio



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.



O enredamento do processo de territorialização do grupo, neste caso, é bastante complexo, envolvendo conflitos, agressões e ameaças advindas de parte dos outros sujeitos que disputam o mesmo espaço: os da associação Boa Esperança, da associação Bom Sucesso, o grupo Canafístula, o grupo dos Pernambucanos, posseiros sem grupos e fazendeiros. Diante de tantos percalços, os quilombolas de Lagoa do Peixe tinham moradias em condições bastante precárias, implantadas numa área que dispunha de poucos recursos naturais para garantir sua sobrevivência. Por esta razão, das três citadas, é a que se encontrava, em 2005, em situação mais penosa.

Fica evidente que a disposição das moradias está intimamente ligada aos processos de territorialização dos grupos e, subordinadas às complexidades oriundas da questão agrária que as envolve. Assim, as diferenças se dão pelas particularidades de cada grupo, de cada conjuntura, de cada meio. Mas, as repetições, observadas pelas frequentes fragmentações dos modos de vida e de suas espacializações, acontecem pela precariedade da posse da terra e suas consequências, além da afirmação político-territorial do grupo.

Porém, também é clara a íntima relação entre o ser humano e a natureza, construída pela vivência destas comunidades quilombolas em seus territórios tradicionais, podendo-se afirmar que eles adquiriram um saber ambiental, no sentido de Leff (2011), com um habitat significado pelos princípios da racionalidade ambiental, da sustentabilidade ecológica, da diversidade cultural e da equidade social.

c)As Moradias

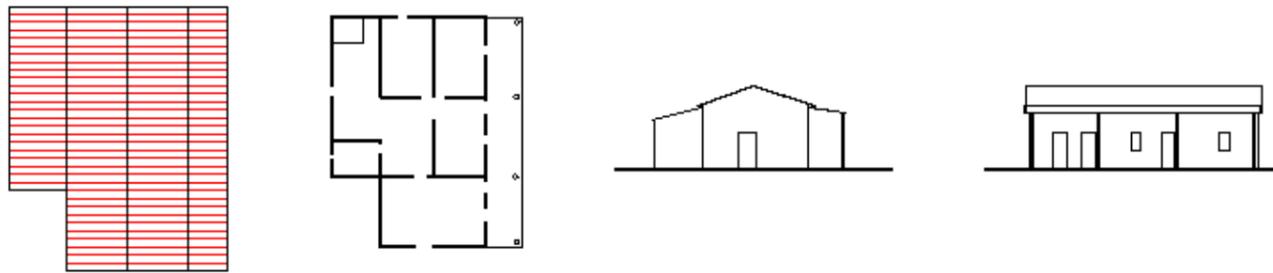
As mesmas questões que balizaram a análise da implantação das moradias dos quilombolas, também se fazem presentes quando se observa as unidades habitacionais, porém, com as devidas adequações de escala. Primeiro, não existe um padrão de casa quilombola no contexto baiano, elas vão variar segundo os recursos naturais disponíveis, o domínio das técnicas construtivas, a inserção do grupo na esfera do capital, o relevo, a condição e preferência de cada família, dentre outros. O segundo ponto é que a questão do trabalho e da integração do interno com o externo da casa se coloca como fundamental, pois, o quilombola vai disponibilizar em sua casa espaços para dar suporte aos materiais e equipamentos do trabalho extrínseco à casa, pois, tem uma relação com o externo de forma que ele também compõe sua moradia. Isto ocorre porque o camponês, a terra e

o trabalho são elementos que não se dissociam, como já tratado. A terceira questão é que elas também podem variar a partir do grau de segurança que o quilombola tem em relação à posse da terra onde vive, já que a precariedade da posse gera a consequências a materialidade da moradia.

No caso de Jatobá, as Figuras 60, 61, 62, 63 e 64 vão mostrar diferentes plantas e fachadas, porém, com algumas repetições que devem ser consideradas. Não foram colocados os nomes dos cômodos pelo fato destes possuírem usos mistos que, pela formalização do que seria quarto, sala, cozinha ou banheiro, não se enquadrariam. As Figuras 60, 61 e 62 mostram três exemplos de unidades habitacionais com dois cômodos. As duas primeiras possuem duas portas que abrem para o mesmo cômodo, parecendo ter a intenção automática de integrar a frente e o fundo da casa. Elas também têm em comum a presença de uma janela no cômodo onde as famílias dormem. Como diferença, que tem muita relação com o gosto dos moradores, é que os telhados destas casas têm suas águas direcionadas em sentidos contrários. Além disso, o que se chama a atenção é o tamanho das famílias que ocupa cada casa que, tem dimensões parecidas. Na casa da Figura 60 existia, em 2005, um casal com duas crianças pequenas. Na da Figura 61, uma grande família com nove pessoas. Esta questão traz para as duas casas que, aparentemente são semelhantes, uma diferença muito grande. Isto porque o fator determinante aí não se trata da escassez de recursos materiais para a construção da casa e, sim, uma adequação diferenciada por parte de cada família em relação a área que ocupa na parte interna da moradia. A forte relação do interno com o externo traz, para a família maior, uma menor necessidade de edificar espaços.

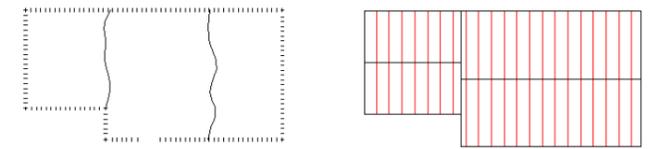
A Figura 62 traz uma casa pequena, também com dois cômodos. Esta casa tem somente uma porta e nenhuma janela, além disso, é bastante baixa. Percebe-se aí uma necessidade de isolamento, de vedação entre o interno e externo. A pequena família parece ter se utilizado de uma lógica baseada na segurança para edificar sua moradia. Já as Figuras 63 e 64 mostram famílias quilombolas que demonstram uma maior territorialização a partir de sua casa. Ao que parece, observando-se a Figura 63 em conjunto com as anteriores é que houve uma construção inicial com dois cômodos, seguindo a lógica das casas das Figuras 60 e 61, com um ambiente que liga a frente e o fundo da casa e, outro mais guardado, onde se dorme.

Figura 66 – Plantas e Fachadas de Moradia com Função Mista em Parateca/Pau D’Arco



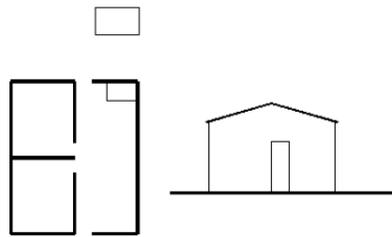
Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 72 – Plantas de Moradia em Lagoa do Peixe



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016

Figura 67 – Planta e Fachada de Moradia em Taipa em Parateca/Pau D’Arco



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 66 – Moradia em Parateca/Pau D’Arco



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 70 – Moradias em Parateca/Pau D’Arco



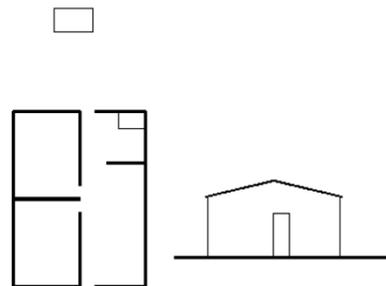
Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 72 – Moradia Isolada em Parateca/Pau D’Arco.



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 68 – Planta e Fachada de Moradia em taipa em Parateca/Pau d’Arco



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 67 – Moradia em Parateca/Pau D’Arco



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 71 – Moradias em Parateca/Pau D’Arco



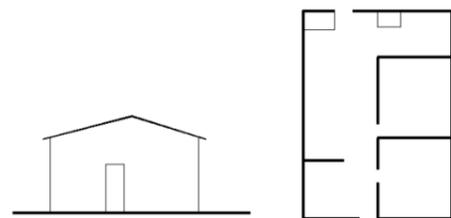
Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 73 – Moradia Temporária em Parateca/Pau D’Arco



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 69 – Planta e Fachada de Moradia em bloco em Parateca/Pau d’Arco



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 68 – Moradia em Parateca/Pau D’Arco



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 70 – Planta e Fachada de Moradia em bloco em Parateca/Pau D’Arco



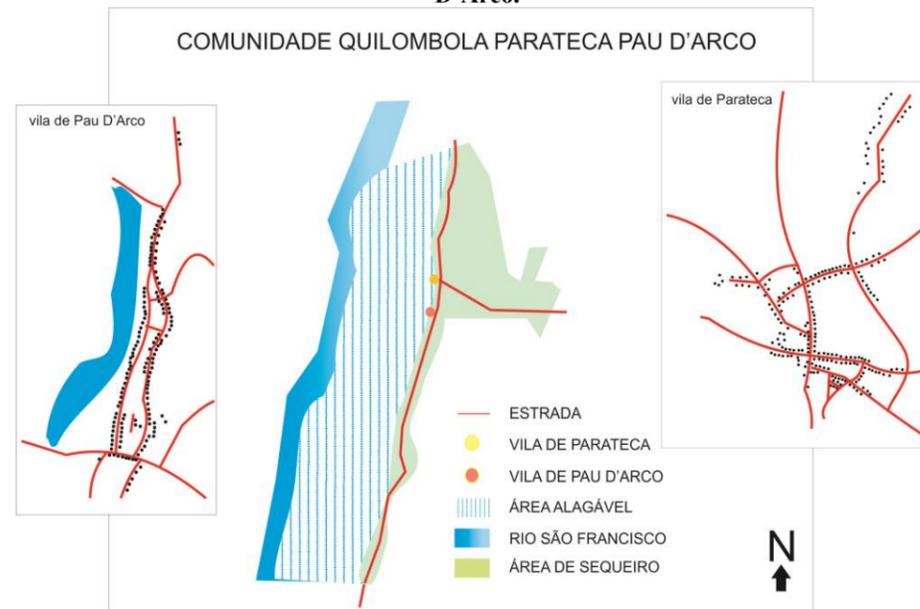
Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 69 – Moradia em Parateca/Pau D’Arco.



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 71 – Implantação das Moradias nas Comunidades Quilombolas Parateca/Pau D’Arco.



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 74 – Parte Externa de Moradia em Lagoa do Peixe



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 75 – Parte Externa de Moradia em Lagoa do Peixe



Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 76 – Detalhe Interno de Moradia em Lagoa do Peixe



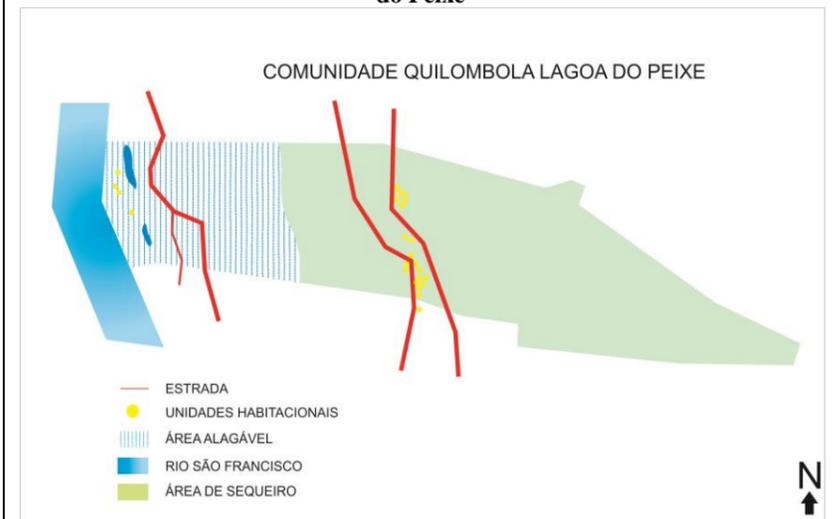
Fonte: GeografAR, 2005.

Foto 77 – Detalhe Interno de Moradia em Lagoa do Peixe



Fonte: GeografAR, 2005.

Figura 73 – Implantação das Moradias na Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe



Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Porém com três acréscimos bastante significativos: uma área coberta no fundo (o local de preparo dos alimentos), um cômodo fechado e uma grande varanda na parte frontal da casa. Este último mistura funções de integração social, tanto intra como extra família, além de servir para guardar equipamentos, sementes e materiais de trabalho. Chama-se muita atenção o cuidado com o acabamento da casa que, de taipa, se encontrava rebocada e pintada. A Figura 64 mostra uma casa com uma lógica construtiva inicial muito próxima a da 43, porém, com diferenças essenciais. Primeiro, cinco cômodos da casa têm portas que os ligam á aquele que se abre para frente e para o fundo. Segundo, existe um cômodo ligado a construção da casa, porém, com abertura independente, quase como um anexo. Terceiro, a varanda frontal é pequena, não acomodando a reunião de muitas pessoas, diferente da casa da Figura 63. Observando-se a foto referente a Figura 64, percebe-se a presença de uma árvore frondosa próxima a casa. É justamente esta árvore que, como extensão da casa, faz o papel de acolher as visitas. Quanto ao local de armazenagem dos apetrechos de trabalho, o cômodo isolado teria esta função, observando-se que, para esta família, a divisão dos cômodos, com a formalização espacial de funções específicas, é mais marcada que para os outros exemplos. Para uma comunidade acuada e com um processo de territorialização fragmentado pelas ameaças e ações violentas do fazendeiro e seus capangas, as diferenças se fazem presentes nas unidades habitacionais, mostrando que mesmo numa comunidade, com uma identidade específica, existem padrões diferenciados de demandas habitacionais.

Ainda se tratando de Jatobá, as Fotos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65 mostram aspectos externos da unidade habitacional dos quilombolas que, entretanto, compõem a moradia dos mesmos, formando um uno entre o interno e o externo. A casa de farinha (Foto 58), com seu uso coletivizado, é fundamental para a manutenção das famílias quilombolas. Ela compõe o cotidiano da comunidade, ela é um ponto de encontro e socialização, ela traz uma referência de grupo. Assim, ela mostra que para os quilombolas, a moradia não se trata somente de uma unidade habitacional privativa, mas, de elementos que contemplem o todo, reafirmando-se, através desta edificação, que o território é a moradia dos quilombolas. O pasto de uso comum com o gado, da Foto 59, e os rios e seus pescadores da Foto 60 vão reforçar este sentido para a moradia quilombola. Os espaços externos, vinculados com os recursos naturais e a natureza, trazem uma continuidade para a moradia, não de uma única família, mas, do grupo. Já as Fotos 61 e 62 mostram o uso de espaços próximos à unidades habitacionais particulares e específicos de cada família.

Isto mostra a particularidade de cada grupo familiar no contexto da comunidade quilombola. Seriam todas as mulheres que fazem artesanato, como a da Foto 61? O Jirau da Foto 62 é presente e está disposto da mesma forma em todas as casas? Por fim, as Fotos 63, 64 e 65 trazem o trabalho na agropecuária vinculado às unidades habitacionais. Estes elementos se colocam como fundamentais para cada uma das famílias. Porém, umas terão hortas maiores, outras grandes galinheiros, algumas um pouco de cada, sem prevalências, outras vão tratar de cuidar de ovelhas, cabras ou vacas. O que importa é que não há como padronizar o gosto pelas especificidades do trabalho camponês no âmbito de sua conformação espacial. Porém, esta relação moradia e trabalho, dada pela formal integração entre o interno e externo é real e, deve, necessariamente, ser considerada em suas diferenças, não nas repetições.

Em Parateca e Pau d'Arco outras relações se fazem importantes de serem comentadas. Como já mencionado, estas comunidades têm um histórico que as remete ao século XVIII, com uma implantação intencionalmente incentivada à composição de núcleos habitacionais²³⁸, inclusive com a presença da igreja de Santana, materializando tal propósito. Não obstante a isso, as moradias possuem certo padrão de implantação, limitadas pelas áreas que seguem um parâmetro urbano. Assim, a territorialidade dos moradores destes núcleos, enquanto camponeses, é diferenciada, em nuances e gradações, não só consequentes dos traumas e fragmentações causados pelos conflitos de terra, mas, pela própria essência do formato da implantação.

Um tipo de moradia muito comum em áreas com estas características são as de uso misto entre moradia e comércio (tais como, bares e mercearias). A Figura 66 mostra um exemplo. A parte frontal da casa, que se coloca diretamente em contato com a rua é destinada ao comércio. Este cômodo tem, entretanto, uma ligação com a parte da casa destinada à habitação, mais especificamente, com uma espaçosa cozinha. Isto mostra que a casa, de forma mais ampla, adota o uso misto, acontecendo usos combinados mesmo nas áreas onde os usuários do comércio não adentram. Assim, a casa está em função da cotidianidade da família, mas, também, do trabalho no comércio. A relação intrínseca entre trabalho e família é característica do camponês. A assim, esta forma espacial pode

²³⁸ De acordo Moreira e Germani (2016), a igreja, em conjunto com o governo, no período Colonial, se auxiliava no processo de controle do território, tendo a função de agrupar os andarilhos em povoações para que eles fossem desencorajados de infringir a lei e se adequassem a uma vida digna junto à paróquia. Neste sentido, um fator considerado importante para o estabelecimento e crescimento dos povoados era a implantação de capelas.

se constituir numa mutação adotada de forma estratégica para acomodar a realidade mais limitada à manutenção da família camponesa, reiterando o que Shanin (2005) traz sobre a característica moldável e adaptável do camponês nesta sociedade que tenta, a todo custo, desintegrar seu modo de vida.

Esta estratégia pode se adequar a algumas famílias, porém, diversas outras se utilizarão, concomitantemente, de outros recursos para se manter. A Foto 66 mostra uma moradia com área mais ampla, isto é, mais afastada do conjunto, com um curral acoplado. A Foto 72 mostra outra casa implantada em local mais distante ainda, com um curral maior e um quintal que comporta várias atividades que envolvam agricultura e criação. A Foto 73 mostra uma moradia temporária; neste caso, o quilombola mantém sua casa no núcleo habitacional e, periodicamente, se dispõe a ficar em áreas mais afastadas. Nestes tipos de moradia (esta casa é de madeira e lona), para exercer plenamente sua atividade rural. No contexto apresentado, eles se dividem em edificações separadas, que juntas, compõem, inclusive com as áreas em que trabalham, sua moradia.

Heranças das vilas coloniais se fazem presentes, principalmente em Parateca. A Foto 68 mostra a fachada de uma casa de porta e janelas, com platibanda. Derivando-se desta forma, têm-se várias casas que se abrem diretamente para a rua; as Fotos 66 e 71 mostram casas com este tipo de característica. Neste caso a casa e a rua tem uma relação de maior proximidade e, valoriza-se a frontalidade das edificações. Porém, existem ali, também, moradias com outro tipo de lógica: elas se colocam atrás de muros, no caso de madeira, como ilustram as Fotos 67 e 69, com a intenção de se ter um anteparo no acesso às unidades habitacionais.

Um aspecto importante que aparece tanto em Jatobá quanto em Parateca e Pau d'Arco é uso da taipa de sopapo nas suas edificações. Como já tratado no Capítulo 3, esta técnica é bastante disseminada entre as populações camponesas no Brasil, apesar de ser considerada pela sociedade como uma solução inadequada. No caso dos quilombolas esta interpretação é dada pelo grau de solidez da construção em taipa: uma casa de taipa é facilmente destruída, porque ela é muito frágil; diante do fogo, por exemplo, é destruída por completo. Não se pode julgar os quilombolas por isso, já que em todos os casos aqui tratados, seus opressores destruíram habitações para tentar afugentá-los. Também houve relatos, como em Lagoa do Peixe, de fazendeiros que só permitiam a construção de casas em taipa, justamente pela sua materialidade vulnerável, porém, da mesma forma que a

taipa se coloca como algo provisório e frágil, ela simboliza a persistência e a maleabilidade camponesa. Isto porque, nos casos onde houve sua destruição, isto não afugentou os quilombolas, ao contrário, eles construíram rapidamente outra habitação em taipa, como forma de resistência. Assim, a taipa é uma técnica utilizada pelos quilombolas para garantir abrigo em momentos de dificuldade e resistência, mas, sendo vista pela sociedade como uma técnica precária, associando-a a veiculação de doenças (principalmente a doença de chagas) e a comunidades carentes; ela tende a ser substituída por casas com outros materiais. Neste sentido, é comum que os quilombolas tenham como aspiração uma habitação construída de alvenaria de bloco. Esta, além de lhes oferecer mais segurança e solidez, os aproxima dos padrões urbanos de habitabilidade aceitos e veiculados pela sociedade.

Sem desconsiderar a questão da violência e dos conflitos e suas repercussões, já tratados aqui; outro aspecto que deve ser considerado em relação a Jatobá é a distância entre a comunidade e a sede municipal e, principalmente seu difícil acesso. Este é feito predominantemente por barco, fato que dificulta os deslocamentos de materiais de maior volume e peso, fato que tolhe a construção de casas de bloco. Ali, somente foram encontradas casas de taipa, com algumas poucas exceções em pau a pique.

Em Parateca e Pau d'Arco a realidade é outra. As Figuras 67 e 68 mostram esquemas de casas feitas em taipa. Elas, primeiramente, revelam casas quase que no padrão de uma habitação de interesse social fornecida pelo Estado, com dois quartos, sala, cozinha (por questão de higiene o banheiro se localiza fora do corpo da casa). Casas em taipa normalmente são utilizadas por casais jovens que estão começando a vida. Com o tempo eles vão se organizando e acumulando dinheiro para fazer uma casa de alvenaria de bloco. A Foto 67 mostra este processo: a casa de taipa ao lado de uma casa de alvenaria de bloco sendo construída. A tendência é de se transferir a nova casa, após sua conclusão e, utilizar a de taipa como depósito. Porém, também é frequente a demolição da casa de taipa após o término da casa de alvenaria. Pela escassez de recursos e dificuldade de acesso, normalmente as casas de alvenaria demoram para ser concluídas. As Figuras 69 e 70 mostram plantas de unidades habitacionais de alvenaria em Parateca. Destaca-se nestas, a semelhança com a planta da casa em taipa, porém, com o aparecimento do banheiro no seu interior.

De Lagoa do Peixe foi trazido (ver Fotos 74, 75, 76 e 77 e Figura 72) o exemplo de uma única moradia. Ela traz consigo, algo bastante peculiar: sua materialidade viabiliza, ao extremo, a relação do interno com o externo. Feita de pau a pique, a casa teve como concepção a colocação das madeiras roliças de forma bastante espaçada, permitindo uma ventilação constante na edificação e uma total visibilidade em ambos os sentidos. Pela Figura 72 e Foto 76 é possível perceber que ela também traz consigo a característica da fluidez e da leveza: suas paredes internas são de tecido bem leve, não apresentando obstáculo à ventilação. Outro aspecto marcante é que, inserida na área de sequeiro e num município extremamente quente, a família buscou um local onde pudesse compor sua moradia com o sombreamento concedido pelas árvores. Assim, a pequena construção não se constitui como o total da área da unidade habitacional. Seu entorno também faz parte deste e, isso só é possível pela profunda relação que esta família tem com a natureza, fazendo-a interagir com a mesma de forma sensível, integrada e sábia.

Observando os exemplos de moradia aqui trazidos em diversos enfoques e circunstâncias, é possível verificar, na escala na moradia, a versatilidade característica do campesinato nas comunidades quilombolas. A diversidade é o que prevalece, porém, o cenário da limitação da posse os aproxima e traz algumas das repetições encontradas. A integração com a natureza, a indivisibilidade entre interno e o externo no contexto da edificação e do trabalho e, o domínio de técnicas construtivas independentes, trazem, para as moradias quilombolas, uma autonomia não só em relação à construção de suas edificações, mas, também, de sua relação com a moradia em si. Assim, por si só, o morar quilombola é uma forma de resistência camponesa²³⁹, é uma luta incessante por territorialidades, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

5.2.2 O Exemplo das Moradias nas Comunidades de Fundo de Pasto

Segundo Alcântara (2011), as comunidades de Fundo de Pasto²⁴⁰ são formações socioeconômicas que configuram um modelo diferenciado de posse e uso da terra no semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força

²³⁹ Esta resistência pode ser tanto no sentido cotidiano de Scott (2011), como de sujeito histórico e social, ou, como nos dois sentidos juntos.

²⁴⁰ Existem no contexto baiano as comunidades de Fundo e de Fecho de Pasto. Esta pesquisa só abordará a primeira.

produtiva. As propriedades são ocupadas, em geral, por uma comunidade de origem familiar comum ou várias articuladas, que realizam como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte (caprinocultura) e a agricultura de subsistência.

As comunidades de Fundo de Pasto obtiveram o reconhecimento na Constituição do Estado da Bahia em 1988. Porém, da mesma forma que as comunidades quilombolas, as de Fundo de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras. Isto acontece porque, não obstante, estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem, frequentemente, supostos donos com a intenção de tomar posse da terra, potencializando áreas de conflitos que aumentam à medida que ocorre sua valorização produtiva²⁴¹. É importante destacar que, neste contexto, são frequentes os casos de violência vinculados às comunidades de Fundo de Pasto, havendo, inclusive, casos de assassinato.

A resistência na terra nessa modalidade de assentamento e o processo de seu reconhecimento pelo Estado, segundo Alcântara (2011), passam pela sua organização formal em associações, ação que vem crescendo na última década, já que muitas comunidades vêm entendendo a importância de se organizarem formalmente.

As lutas das Comunidades de Fundo de Pasto, afirmam Alcântara e Germani (2010), inicialmente, em meados da década de 1970, estiveram voltadas para a escala local, tanto no enfrentamento ao Estado, pela sua inoperância e conivência com as forças expropriatórias do capital, quanto á estas próprias. Posteriormente, a partir de articulações mais amplas, o movimento se potencializou por trocas e aquisições de conhecimentos, reforçando, assim, sua luta pelo reconhecimento dos seus territórios²⁴². Neste momento, constituiu-se sua organização a nível estadual por polos regionais, o que decorreu, mais tarde, na Articulação Estadual de Fundo e Feche de Pasto da Bahia, dando maior magnitude e visibilidade ao grupo e a sua luta.

²⁴¹ O Estado não efetiva a discriminatória das terras e, por isso, apresenta uma série de dificuldades para regularizar os territórios destas comunidades como terra devoluta.

²⁴² A Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve uma grande participação neste processo, fato que proporcionou a participação do movimento nas discussões da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que repercutiu, posteriormente, na implementação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Para piorar a perspectiva desfavorável relacionada à conjuntura agrária baiana, em 2013, o Estado da Bahia aprovou a Lei 12.910/2013, que estabelece dezembro de 2018 como prazo limite para regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos. Com este prazo, a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, as comunidades e entidades de apoio estão realizando uma Busca Ativa para localizar e organizar as comunidades tradicionais a se auto-reconhecerem e se auto-declararem²⁴³. Formalmente, somente após este ato, e a posterior certificação expedida pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), as comunidades podem requerer junto ao Estado o contrato de concessão de direito real de uso das áreas comunitárias²⁴⁴, garantindo sua permanência na terra por 90 anos, prazo que pode ser prorrogado. Até o momento nenhuma comunidade celebrou o contrato, pois seu modelo está em discussão.

Nesta injusta corrida contra tempo, segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, foram identificadas na Bahia, até 2010, 464 comunidades de Fundo de Pasto, ocorrendo quase que em sua totalidade ao norte do Estado, em municípios do Semiárido da região do rio São Francisco.

A comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho²⁴⁵ está localizada a oeste do município de Uauá, fazendo limite com outros Fundos de Pastos e propriedades particulares. Em 2011, era composta por 92 famílias, compondo uma população residente de 306 indivíduos. Quanto às famílias, ali existiam dois grandes troncos genealógicos que ao longo do tempo foram se desdobrando e adicionado novos elementos, atualmente reconhecidos como cinco famílias. O primeiro tronco é formado pelos Ferreira (depois chamados de Maxis por causa de um de seus membros, o Maximiliano) e o segundo pelos Gonçalves. Depois por casamento e por adição em decorrência do trabalho se formaram os Prequetes, os Eduardas e os Bungues.

A formação da Fazenda Caldeirãozinho vem de um processo histórico de territorialização de grupos de origem vaqueira no período colonial, que possuíam um

²⁴³ Esta ação é difícil pela dimensão do Estado da Bahia e, também, pelo tempo necessário para o processo de amadurecimento e discussão em algumas comunidades, ainda não articuladas.

²⁴⁴ Compreende-se que a concessão de uso não é o instrumento legal mais adequado para a regularização fundiária de uma comunidade tradicional. Esta seria uma vitória parcial, visto o prazo e o fato do não reconhecimento formal do território ao grupo.

²⁴⁵ É importante destacar aqui que todos os dados referentes à comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho, foram extraídos da dissertação de mestrado de Alcântara (2011), sendo que algumas referências relativas a unidades habitacionais foram levantadas em entrevistas com o mesmo autor.

modo de vida camponês específico, regulado pelos laços de parentesco. Os grupos que compõem a fazenda tiveram acesso à terra tanto por herança, como por relações de trabalho. Ressaltando que, principalmente o trabalho é que foi o elemento definidor deste processo específico de produção do espaço.

Contudo, de acordo com relatos, em 1920 já ocorriam conflitos por terra, com derrubada de casas, onde os Maxis eram as maiores vítimas, pois se constituíam na família mais pobre dali. Entretanto, nos processos de confronto, a ajuda mútua entre as famílias foi moldando gradualmente o grupo, iniciando-se este processo com os Maxis e os Gonçalves. Assim, pode-se afirmar que tanto a cooperação no âmbito do trabalho, quanto nos momentos de enfrentamento, edificaram juntos, uma identidade de grupo. Este enfrentamento, além de ser direcionado aos que colocavam em risco sua permanência no lugar, também, era direcionado ao Estado, no sentido de reivindicar deste o abastecimento de água, visto à característica semiárida da região.

Em Calderãozinho, os Gonçalves ocupam grande extensão ao sul do território, os Maxis ocupam o norte e, os Prequetes, os Eduardas e os Bungues dividem uma extensão bem menor a leste, próximo ao local das moradias (ver esta relação na Figura 77). Esta configuração se relaciona com a forma e o tempo de como cada família se territorializou e, por isso, é a materialização de acordos históricos feitos e mantidos por várias gerações.

Quanto à representação política, existem atualmente duas associações: a Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Calderãozinho (constituída em 1995) e a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agropastoril da Fazenda Calderãozinho (fundada em 2004). Tal representação se faz necessária porque apesar de certificada, a regularização fundiária da comunidade está aguardando ações da Sepromi, já que existe litígio com terceiros em relação ao limite territorial (a Figura 77 mostra que mais da metade do território de Calderãozinho é tema de conflito na atualidade).

a) Implantação das Habitações

A implantação das habitações das comunidades de fundo de pasto variam sob a influência de articulações extra e intra familiares, do acesso à água, da disponibilidade de infraestrutura e da viabilização das atividades econômicas, se colocando com potência os três elementos intrínsecos aos camponeses: a terra, a família e o trabalho. As Figuras 76

e 82 mostram desenhos feitos pelo Instituto Regional da Pequena Propriedade Apropriada - IRPAA²⁴⁶, que trazem relações ideais entre as moradias, a produção, as criações, a água, a vegetação e ao cotidiano de comunidades que convivem com a seca. Tais imagens serão sempre citadas para ilustrar algumas relações importantes neste tipo específico de comunidade tradicional.

Especificando mais a íntima relação entre as famílias, o trabalho e a terra na determinação da implantação das moradias nas comunidades de fundo de pasto, três elementos possuem um grande destaque. O primeiro elemento a ser destacado (vinculado ao trabalho) é a criação de cabras. Esta se constitui na principal atividade econômica do grupo e, por isso, todo o território da comunidade, incluindo as áreas destinadas à habitação são pensados para acolher a criação da melhor forma possível. A Figura 81 mostra um desenho de caprinos retirado de uma publicação feita pelo IRPAA, destinada à contribuir com este público no tocante a sua principal fonte de renda.

A criação de caprinos vai interferir na espacialização dos grupos e, por causa dela, é comum que as áreas sejam abertas²⁴⁷, sem cercas de identificação da posse ou dos limites gerais, sendo que a organização espacial varia conforme as mudanças climáticas e de relevo ou em razão das características do grupo social. Assim a terra, a partir de acordos prévios, tem uso comunitário e, por isso, cada família a utiliza para deixar seus caprinos soltos que são identificados somente por marcas. A Figura 76²⁴⁸ ilustra estas relações.

Quanto aos locais onde estão implantadas as moradias, normalmente eles possuem uma área privada onde ocorrem as criações de pequenos animais e o plantio de hortas, sendo somente ali e, por razão de proteção em relação aos caprinos²⁴⁹, que existem cercas. Frequentemente, as casas se localizam próximas umas das outras, porém, com um padrão rural de ocupação. No caso de Caldeirãozinho, ela possui duas áreas distintas: o local das casas com as roças e, o da área que o circunda, que é de uso comum. O território é cortado

²⁴⁶ O IRPAA é uma Organização Não Governamental sediada em Juazeiro, na Bahia, que trabalha com a convivência com o Semiárido. Eles estudam e apresentam soluções que se adaptem as características do povo e das terras nesta região.

²⁴⁷ É importante que os caprinos tenham amplas áreas de pastagem, principalmente em climas secos, que o pasto é mais ralo. A criação de caprinos confinados é mais cara e inviável para o grupo.

²⁴⁸ Área cercada próxima às moradias e as plantações, caprinos criados soltos, vastas áreas sem cercas, moradias agrupadas, porém, numa lógica do trabalho rural.

²⁴⁹ Como os caprinos vivem soltos, caso não tenha cercas de proteção, eles ficam livres para comer as verduras das hortas destinadas ao consumo de subsistência das famílias.

por uma estrada vicinal que liga a BR 235 à BA 314 (ver na Figura 77). O local onde estão as casas e as roças se constitui num agrupamento adensado, onde existem bares, uma oficina para carros e motos, um campo de futebol, uma escola, uma casa de farinha, um prédio de associação e várias moradias.

A proximidade entre as moradias não é aleatória: ela tem uma lógica. Elas se dispõem coerentemente aos acordos locais e às formas de reprodução social de cada família. As Figuras 74 e 75 mostram a lógica de implantação das casas da família de seu Tiago, líder e ancião da família dos Gonçalves e, a Figura 80 traz a dos Maxi, sob liderança de seu Edson.

A casa de seu Tiago possui centralidade em relação aos seus três filhos que, também, moram ali. Em frente a sua casa tem um pátio com árvores, que funciona como um ponto de encontro. Logo à frente deste largo, tem um curral pequeno de uso comum da família, destinado aos animais que necessitam de maiores cuidados.

Os Gonçalves têm mais dois currais comuns à família (um de caprino e outro de bovino) numa área mais distante do aglomerado habitacional, cerca de 5km de distância, na Ipueira da Onça.

É importante destacar que, inicialmente, todos os currais ficavam próximos às casas, mas com o crescimento da comunidade e das demandas de áreas destinadas à moradia das famílias mais jovens, os animais começaram a circular cada vez mais longe, fato que fez com que os Gonçalves deslocassem seus currais. Quanto aos currais dos Maxis, sua lógica de implantação é completamente diferente: cada membro da família mantém o seu de forma individual (ver Figura 80). Estes currais são pequenos e, destinados ao criatório de cabras.

O segundo elemento a ser tratado é a relevância da convivência com a seca, já que ela se constitui em algo que tangencia a vida das comunidades de fundo de pasto. Em relação a ele, estratégias de captação e condicionamento de água estão presentes nas proximidades de todas as habitações, assim como a escolha de implantação de moradias em locais propícios à se fazer aguadas, açudes ou represas e, a perfurar poços artesianos.

Figura 74 – Moradias e Curral Coletivo da Família Gonçalves



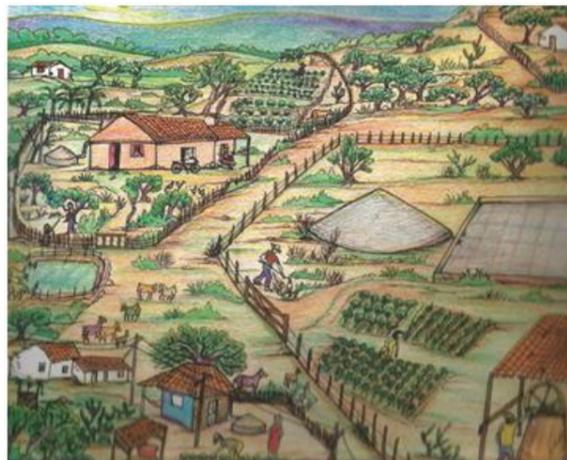
Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 75 – Implantação das Moradias da Família de Seu Tiago com Quintais



Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 76 – Conjunto de Moradias de uma Comunidade de Fundo de Pasto



Fonte: IRPAA, 2015.

Foto 78 – Sala de Seu Tiago



Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Foto 79 – Cozinha de Seu Tiago



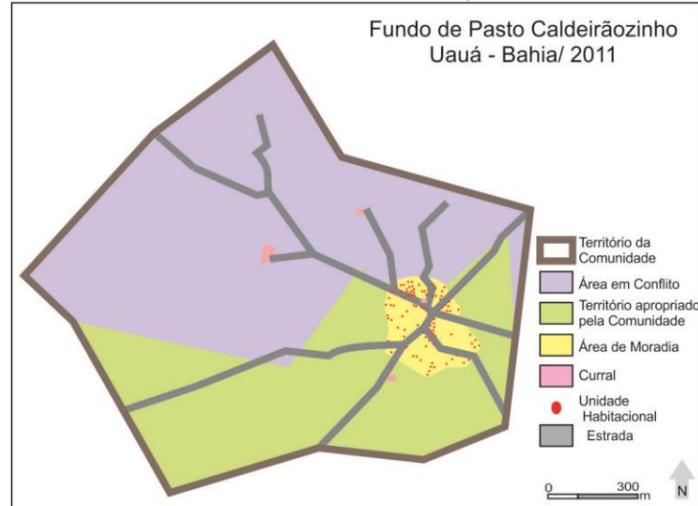
Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Foto 80 – Cozinha de Seu Tiago



Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Figura 77 – Implantação das Moradias na Comunidade de Fundo de Pasto Caldeirãozinho, Uauá/BA



Fonte: Denilson Alcântara, 2009. Adaptação: Paula Moreira, 2016.

Foto 81 – Casa de Seu Tiago



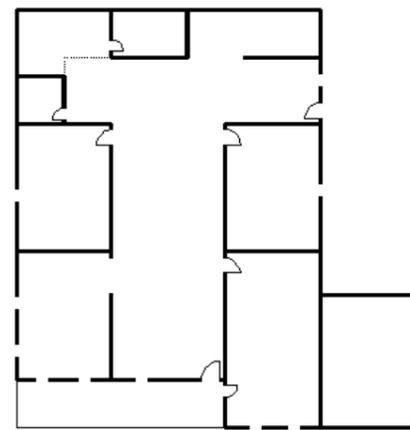
Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Foto 82 – Casa de Seu Edson



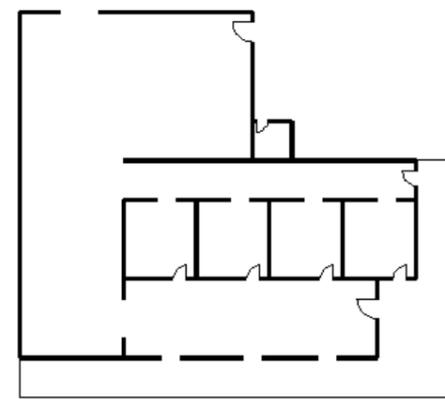
Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Figura 78 – Planta da Moradia de Seu Tiago



Fonte: Denilson Alcântara. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Figura 79 – Planta da Moradia de Seu Edson



Fonte: Denilson Alcântara. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Foto 84 – Cozinha de Seu Edson



Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Foto 83 – Cozinha de Seu Edson



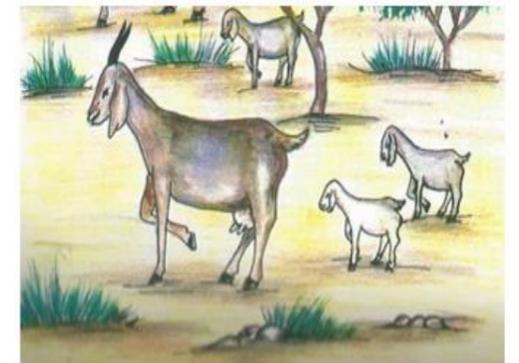
Fonte: Denilson Alcântara, 2009.

Figura 80 – Implantação das Moradias da Família de Seu Edson Maxi, com Destaque aos Currais Individuais, localizados junto aos quintais



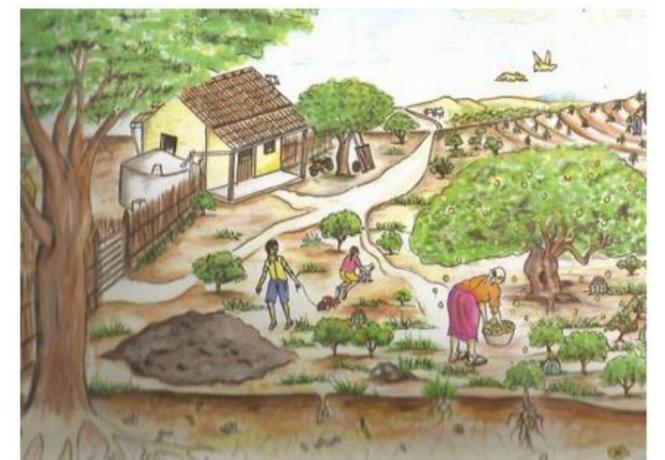
Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 81 – Símbolo Importante para as Comunidades de Fundo de Pasto: o Bode



Fonte: IRPAA, 2015.

Figura 82 – Unidade de Moradia de uma Comunidade de Fundo de Pasto



Fonte: IRPAA, 2015.

As Figuras 76 e 82 mostram todas as casas com uma cisterna acoplada²⁵⁰, pois, uma casa somente consegue ter plenitude em sua função de abrigo no semiárido se tiver capacidade de suprir as necessidades humanas que se relacionam com a água²⁵¹. Além da estratégia de se localizar próxima a água ou de armazená-la, as comunidades de fundo de pasto, como sertanejos, conseguem ter uma convivência plena com a seca utilizando-se, de forma consciente, a água que possui, interagindo com a natureza de forma a compreendê-la e, por isso, tomando decisões compatíveis com a capacidade do meio. Assim, existe um diálogo entre cada sertanejo e o meio em que vive, o que o faz mais forte e resistente a condições que poucos conseguiriam sobreviver.

Seguindo esta linha, o terceiro elemento seriam as estratégias de implantação de suas estruturas de permanência (casa, curral, escola, igreja, associação, etc.) em lugares que arrefeçam as severas temperaturas, características do semiárido. Um camponês de fundo de pasto vai sempre procurar e estar próximos às sombras. As Fotos 81 e 82 mostram que tanto seu Tiago Gonçalves, quanto seu Edson dos Maxis implantaram suas habitações próximas às árvores. Seu Edson, além disso, soube produzir sombra através das cercas de galho trançado de seu quintal. As Fotos 53, 54, 60 e 61 mostram que a casa de ambos tem largos com árvores na frente, funcionando como uma praça, um local de entretenimento. A árvore propicia esta relação. Assim, em comunidades de fundo de pasto é possível se perceber maior integração com o meio ambiente o que repercute na sua maior capacidade de preservação, o que não se vê em propriedades cujo único objetivo é a produção.

Assim, trazendo-se a lógica de Lefebvre (1970), o habitar, para as comunidades de fundo de pasto, possui objetos e produtos que representam suas atividades práticas formando um conjunto característico na sociedade, o que os significa em suas territorialidades. Nesta lógica, tais territorialidades abrangeram suas casas, seus quintais, suas praças, seus currais, seus pastos, as árvores, a água, a terra, os aglomerados habitacionais familiares, os caprinos.

²⁵⁰ A Figura 82 mostra, também, uma cisterna e um açude que viabilizam as atividades agropecuárias, num plano ideal.

²⁵¹ Foi citado anteriormente que a infraestrutura de abastecimento de água já foi objeto de reivindicação da comunidade de Caldeirãozinho junto ao Estado, antes mesmo da luta institucional por seu território.

b) As Moradias

Normalmente, as comunidades de fundo de pasto se estabelecem em áreas devolutas e, pelo menos o local de suas moradias teve uma construção histórica longa, fato que as traz uma territorialidade mais estabilizada. É importante destacar este aspecto porque é bastante evidente a característica de solidez nas habitações, que normalmente são construídas com adobe (tijolos não cozidos), pedra, telhas cerâmicas confeccionadas no local e, madeira da região. No caso de Caldeirãozinho, as casas dos Maxis foram derrubadas em meados de 1920, mas, articulados com os Gonçalves eles resistiram e, foram juntos se mantendo no local, consolidando suas posses, inclusive com o adensamento de moradias consequente do crescimento das famílias nucleares e a posterior chegada de outros três troncos familiares. São estes quase 100 anos de permanência no local, construindo a cada dia parceiras no trabalho, atos de solidariedade, estratégias de luta que a comunidade foi se edificando e edificando o território. A solidez das construções materializa este processo.

Outro aspecto importante relativo à materialidade das moradias, é que as técnicas construtivas adotadas são de domínio da comunidade há gerações, por isso, eles têm facilidade em construir e manter suas habitações em estado estável de conservação, não dependendo do circuito da construção civil para garantir moradia adequada.

As Figuras 78 e 79 mostram as plantas baixas esquemáticas das casas de seu Tiago e seu Edson, respectivamente. Primeiramente, o que se evidencia é a grande dimensão de ambas as edificações. A casa de seu Tiago tem 12 cômodos, sendo quatro quartos, uma sala, uma cozinha, depósito, garagem, um banheiro e varanda, distribuídos em 390m². Já a de seu Edson, existem dez cômodos: quatro quartos, uma sala, uma cozinha, uma varanda, um corredor e um banheiro, compatíveis a 360m². Esta dimensão vem do fato de ambos os camponeses serem idosos: foi perceptível que as unidades habitacionais vão sofrendo ampliações no decorrer da vida das famílias, no sentido de adaptá-las às demandas que surgem. Assim, suas plantas estão sempre em movimento, seguindo à cotidianidade de cada família. Sobre este aspecto pode-se abordar que as plantas apresentadas se diferem bastante, mostrando nuances diferentes da forma de se pensar uma casa, apesar de alguns cômodos, tais como a cozinha e a sala estarem em evidência

nos dois casos. A amplitude das casas²⁵² tem uma relação direta com o clima: como o externo é muito quente, dificultando a permanência num vasto período do dia, os ambientes fechados têm muita valia, pois, é ali que serão acolhidos numa ambientação agradável com temperatura amena. Neste sentido, a própria construção em adobe, com paredes mais largas e terra crua, auxiliam em relação ao conforto térmico. A localização das janelas é muito bem planejada, a poeira do solo seco e a entrada do sol em excesso podem criar desconforto no ambiente interno da unidade habitacional. Na casa de seu Tiago o que se evidencia é que o cômodo que tem mais janelas é, justamente, a sala, sendo que elas se abrem para a varanda. Os outros ambientes têm poucas janelas e estas, sempre com dimensões reduzidas. Em seu Edson percebe-se um cuidado ainda maior: todas as janelas dos quartos se abrem para um único corredor coberto e fechado e as da sala para a varanda.

Por outro lado, as casas das famílias nucleares mais jovens têm uma dimensão menor: eles ainda estão começando suas vidas e vão construir suas casas à medida que forem consolidando suas existências como tal (no caso, como família). Em relação às casas dos mais jovens, um aspecto bastante importante é que elas tendem a ser construídas em alvenaria de bloco. A adesão aos programas sociais vinculados à habitação, juntamente com a tendência hegemônica à adoção desta técnica, vem fazendo com que eles deixem de utilizar o conhecimento que historicamente detêm. Neste processo, o capital acaba avançando no campo baiano, causando a dependência do material de construção industrializado (o cimento seria o principal) e das técnicas construtivas, causando fragmentações na forma de se conceber as unidades habitacionais e no conhecimento de sua construção. Porém, seria muito cedo para afirmar que o adobe estaria sendo preterido ou o saber de seu feitio perdido. Somente o tempo mostrará como estes jovens vão estruturar suas moradias na medida em que envelhecerem.

Pode-se dizer que a moradia dos jovens tem uma relação tão estreita com a de seus pais que parecem fazer parte delas. A Figura 74 mostra a implantação das casas da família de seu Tiago²⁵³. A casa do ancião tem centralidade, ao lado dela está a do filho mais velho,

²⁵² Numa visita ao Projeto de Assentamento Sítio Novo, em Ipirá, a autora teve acesso às várias moradias feitas em adobe e com grandes dimensões. Naquele momento, sua função, como servidora do INCRA, foi a de verificar se os assentados gostariam de receber recurso para construir suas casas. O padrão pequeno e limitado das casas ofertadas foi pouco aceito pela comunidade, já estabelecida em relação à moradia. Somente os mais jovens, que moravam em casas mais precárias se interessaram.

²⁵³ A casa de seu Edson tem uma relação parecida com a de seus filhos.

o primeiro a sair de casa (constituindo uma família nuclear), a mais afastada é do segundo filho mais velho e, a do terceiro fica do outro lado da rua. Além de uma hierarquia medida a partir das distâncias e da idade dos filhos, é possível verificar que os descendentes ainda convivem e executam tarefas na casa do pai, justificando sua dimensão e centralidade. A moradia do pai é a moradia de toda família e, ao mesmo tempo, a casa dos filhos se comportam, quase, como cômodos desta grande casa. Ali, os filhos têm a privacidade que uma família necessita, sendo o local de intimidade, mas, não o local de agregação. A integração da família se dá na casa de seu Tiago. É importante destacar, neste contexto, que até mesmo os filhos que migraram têm seus terrenos próximos à casa de seus pais, os esperando para construir uma casa²⁵⁴, quando quiserem ou puderem regressar. Existe ali um acolhimento familiar planejado, uma perspectiva de confiança e da certeza de que é lá o verdadeiro lar. As curtas distâncias entre as casas dos familiares têm, também, uma justificativa prática: o severo clima árido. Distâncias mais curtas viabilizam uma maior integração, visto a dificuldade de se deslocar em determinadas horas do dia. Assim, as jovens mães trocam experiências, os avós dão suporte aos netos, podem-se compartilhar alimentos e, também, realizar trabalhos conjuntos. A praticidade no cotidiano do conjunto da família ganha centralidade, sem, entretanto, romper a estrutura dos núcleos familiares.

As moradias estudadas possuem ambientes bem marcados em suas funções. A varanda, como um elemento de recepção e de convivência, faz também um papel de local de triagem. Não são todos que adentram a casa, ou, melhor, os desconhecidos passam por um período de “teste”, de reconhecimento, na varanda, para passarem a ter acesso ao interior da casa. Tanto na casa de seu Tiago, como na de seu Edson, existem quartos cujo acesso é feito pela varanda. Assim, o visitante é acolhido, porém, sem a inevitabilidade de transpor a privacidade da família²⁵⁵. A sala funciona, em ambos os casos, levantados como um local formal de recepção aos visitantes. Ali, eles são acolhidos e podem até fazer refeições (muitas têm mesas com cadeiras), mas não se configura num local de intimidade da família. É na cozinha que esta intimidade coletiva, no local onde se prepara os alimentos, onde se faz as refeições, onde se conversam questões importantes, onde se faz acordos. A dimensão das cozinhas é muito grande nos dois casos levantados e, o

²⁵⁴ Enquanto esperam pelas construções das casas dos filhos, que pode nunca ocorrer, estes terrenos são utilizados pela família como roças, currais, etc.

²⁵⁵ Denilson Alcântara, em entrevista, contou o caso de uma amiga desconhecida da comunidade, que, quando foi visitar Caldeirãozinho, dormia numa casa que tinha um quarto cujo acesso era feito pela varanda. Ela passou por fases de reconhecimento até poder chegar, em última instância à cozinha, local de maior intimidade do conjunto familiar.

interessante é que apesar de existir uma barreira entre a sala e a cozinha, ela não é materializada na edificação: não há uma parede que divida os dois ambientes. A barreira é, na verdade, moral, remetendo ao espaço privado de Certeau *et al* (2013), onde o território privado necessita ser protegido porque ele expõe seu ocupante, já que o revela, como num retrato, a sua semelhança a partir dos objetos e das formas que os dispõem.

Os banheiros devem ser comentados pela sua variabilidade nas construções camponesas. Na casa de seu Tiago, apesar de existirem quatro quartos, somente há um banheiro que se abre para a cozinha. Em seu Edson, o acesso ao único banheiro se dá pela parte externa da casa. Segundo Zabalbeascoa (2013), o banheiro não tinha uma localização fixa nas moradias até o século XX. Eles entraram no cotidiano das casas com a ideia de higiene e limpeza, popularizando-se após o momento que as tubulações chegaram aos edifícios urbanos. A partir daí, ele começa a ser localizado de forma racional, seguindo parâmetros técnicos. Mas, no meio rural esta realidade é bem diferente, principalmente onde a água é escassa. Assim, interpretações diferentes sobre a localização e a função dos banheiros são bastante comuns.

Por fim, é importante se tratar dos quintais. Eles compõem a moradia das comunidades de fundo de pasto, pois, viabilizam a vida de cada família através da criação de galinhas, das hortas, das árvores frutíferas, da cisterna, dos currais (a Figura 82 traz um exemplo em plenitude). Mais do que isso, a relação com o quintal é parte essencial da cotidianidade dos camponeses em geral. Tanto para um quintal pequeno, como para um médio ou grande, é ali que os camponeses se incorporam à natureza em primeiro grau. É neste ambiente que, ao sair da casa, eles viabilizam as formas mais corriqueiras de convívio com o externo, e se reafirmam em sua cotidianidade no contato com a terra, com o clima, com os animais. Na perspectiva de Tuan (1980), na intimidade física (na fusão camponês/natureza), na dependência material e no fato de que a terra se constitui num repositório de recordações, se configurando no elemento que carrega suas esperanças. Na lógica de Leff (2011), o quintal seria o ponto de partida para uma relação de racionalidade ambiental construída, essencialmente, pelas comunidades de fundo de pasto. Ali, seria a base de uma estratégia produtiva alternativa, onde a natureza se integra a uma lógica produtiva, considerando os ritmos e ciclos ecológicos, a destinação voltada às necessidades básicas (não de mercado), num comportamento que parte de uma democracia direta, onde as práticas tradicionais se relacionam harmonicamente com a

natureza. Certamente, esta construção somente é possível em locais onde a campesinidade tenha força para se sobressair, se territorializando em sua inteireza. Talvez, nos casos trabalhados, seria em Caldeirãozinho que esta relação tenha mais consistência.

Partindo-se para uma síntese em relação a todas as comunidades tradicionais²⁵⁶, observando-se os casos trazidos, fica bem clara a inadequação de suas moradias no que se refere ao direito nacional e internacional, ou seja, a sua dignidade e adequação. Por este viés, toda pessoa deveria ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental. Isso ocorre? Eles têm segurança da posse? Existe a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos? Eles conseguem construir uma habitabilidade positiva? A discriminação é ausente em suas vidas? Eles conseguem se desenvolver plenamente? Na verdade, nenhuma dessas perguntas tem o “sim” como resposta, se o critério for o da generalização. Assim, simplesmente assim, verifica-se o quanto são violados em seus direitos.

Analisando-se por uma abordagem genérica, nas moradias apresentadas, poucos camponeses conseguem viver, com plenitude, sua intimidade, vivenciar o sentido de permanência e de pertencimento. Na verdade, em Caldeirãozinho, a partir de seu processo histórico de territorialização e de parcerias familiares, isto está mais presente. Porém, mesmo ali, a ameaça na posse de seu território coloca em jogo a inteireza que sua moradia abrange: as áreas comuns, por exemplo, fazem parte de sua cotidianidade e, atualmente estão ameaçadas. Em relação às comunidades quilombolas, diferentes processos de territorialização foram trazidos, com a fragmentação do morar presente em diversas nuances. A vivência constante da vigília, da resistência, retira da cotidianidade o sentido do pertencimento e da intimidade, pois, luta-se pela permanência. Porém, é importante afirmar que esta luta pela permanência dá sentido à identidade do grupo e ao território quilombola como grande morada. Pela sua precariedade, nas comunidades quilombolas, as moradias podem parecer estar relacionadas simplesmente ao abrigo, ao local da proteção das intempéries do tempo, porém, de forma fragmentada e, às vezes distorcida, por causa dos conflitos, ela reproduz estes camponeses como seres sociais. Eles lutam por isso, eles se moldam e moldam suas moradias para resistir sob a égide de seu modo

²⁵⁶ Abrangendo aqui as moradias quilombolas e as de fundo de pasto e, lançando perspectivas de que as relações analíticas trazidas aqui possam se expandir para outras, tais como indígenas, feche de pasto, pescadores artesanais, etc.

de vida, dando a cada objeto uma significação e um sentido que se coadunam ao conjunto oferecido pelo contexto social, na lógica de Lefebvre (1970).

Voltando-se aos fragmentos, no contexto da conflitualidade, tanto em relação à posse da terra, como no espectro do sistema capitalista, os camponeses de comunidades tradicionais se expressam da forma que conseguem, em meio às pressões e disputas. Assim, eles se moldam às realidades apresentadas, muitas vezes, anulando alguns traços culturais, descontinuando suas articulações essenciais para sua reprodução plena, danificando seus laços com a natureza. São processos dolorosos, porém, estrategicamente fundamentais para se dar continuidade a sua constituição como camponês²⁵⁷. Suas moradias são expressões desta dura realidade. Na verdade, no caso destas comunidades, o que De Botton (2007) fala das limitações que reduzem o repertório do “como construir” a edificação está ligado à questão agrária. Elas, sim, interferem, a partir destas rupturas, nas identidades arquitetônicas. Mesmo assim, estão implícitas nas moradias; no sentido de Lemos (1996), as técnicas ou o “saber fazer” decorrente da tradição destas comunidades, porém, na perspectiva da multiplicidade, onde cada família se coloca a partir do “construir a moradia”, nesta perspectiva de conflito, na sua forma de ver a intimidade do lar, no que ela traz de referências sobre seu significado, no que concerne a seu gosto, nos seus processos no decorrer de sua vida. Neste sentido, a moradia ganha, além da significância da multiplicidade, a característica da constante mudança, pois, abrange a construção do corpo e da mente no espaço e, estes são dinâmicos.

Assim, as moradias das comunidades tradicionais têm a mobilidade da sociedade, do espaço, das construções territoriais, do físico e da mente de seus moradores. O que é estagnado, neste contexto, é a questão agrária que se coloca como um anteparo à liberdade da construção de identidades e de conexões entre o camponês e a natureza, não os impedindo, entretanto, porque eles resistem.

5.3 A MORADIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA DOS QUE LUTAM PELA TERRA: OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTOS

²⁵⁷ Em Parateca e Pau d'Arco, por exemplo, eles tiveram que se concentrar em núcleos habitacionais densos. Em Jatobá, ficaram comprimidos na beira do rio. Em Lagoa do Peixe, ao contrário, foram obrigados a se implantar em área de sequeiro. Em todos os casos, prejudicando essencialmente o modo de vida destas comunidades.

No item anterior foi levantada a questão da moradia dos que lutam na terra, isto é, aqueles cuja forma de acesso a esta deve resultar do reconhecimento e da legalização de ocupações tradicionais, tais como as das comunidades de Fundos de Pasto e as Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Porém, em meio à realidade de muitas terras em mãos de poucos, existem configurações variadas de resistência ou formas de luta. Nesta perspectiva, além dos que lutam na terra, incluem-se as formas de acesso à terra que são diretamente derivadas da intervenção governamental²⁵⁸. Este acesso é resultado da ação dos que lutam pela terra. No Estado da Bahia, predominam os projetos de assentamento de reforma agrária (existem 517, segundo dados do grupo de pesquisa GeografAR) que se constituem na materialização formal destas formas de luta.

É importante fazer esta ressalva porque, conforme Oliveira *et al.* (2004), cada forma de acesso à terra corresponde, também, a diferentes formas de organização das comunidades envolvidas, quanto às relações sociais de produção e tradições culturais, gerando, conseqüentemente, distintas formas de morar. O que traz mais elementos para a compreensão da multiplicidade na moradia camponesa.

Mas, quem seriam os que lutam pela terra? Este público é bastante distinto. Segundo Medeiros e Leite (1999), ele se constitui nos assalariados, parceiros, posseiros, pequenos produtores com dificuldade de se reproduzir socialmente e nos trabalhadores urbanos vivendo de ocupações temporárias e à margem do mercado formal de trabalho. Apesar desta distinção, o que os unifica é o fato de, por qualquer razão, eles tenham se organizado e se estruturado de forma a mudar sua realidade, agindo como sujeitos históricos. A forma de acesso à terra oriunda dos que lutam por ela é vinculada ao fato destes estarem desterritorializados. Eles procuram e pleiteiam base física para se territorializar, para reproduzir seu modo de vida camponês.

As experiências, objetivos, articulações, expectativas, demandas e ações dos que lutam pela terra são múltiplas, por isso, seu universo é bastante complexo: os trabalhadores rurais assalariados sofrem o processo da exploração do trabalho, não conseguindo ter uma cotidianidade camponesa plena; os parceiros e meeiros têm direito

²⁵⁸ No âmbito do INCRA: Projeto de Assentamento (PA), criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA; Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), projeto de Assentamento Florestal (PAF), que são os ambientalmente diferenciados; Projeto de Assentamento Casulo (PCA), a terra pode ser do município ou da União. Maior especificação disponível no *site*: <www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>.

sobre a terra que trabalha, porém, não numa perspectiva de permanência, fato que obstrui seus vínculos com o lugar; os posseiros resistem e sofrem violência constantemente, convivendo rotineiramente com a insegurança; os pequenos produtores, proprietários de minifúndios, vivem sob a égide de dívidas bancárias e de uma fracassada perspectiva empreendedora; os trabalhadores urbanos que, normalmente são os camponeses que, sem perspectivas no campo, migram, não conseguem se territorializar nas cidades e convivem com a falta de perspectivas. Neste caso, o espaço produzido por este heterogêneo grupo é o reflexo dos distintos processos de territorialização dos mesmos, dentro da perspectiva da questão agrária e, no contexto da multiplicidade. Porém, como o acesso à terra para este grupo depende da ação do Estado na perspectiva da Política de Reforma Agrária, esta variedade espacial está relacionada com essa heterogeneidade dos camponeses inseridos no contexto da luta pela terra, somada à ação estatal.

A ação do Estado no que concerne à reforma agrária, historicamente, é fruto das ações dos movimentos sociais vinculados ao campo. Isto porque é a ação destes de forma organizada, persistente e atuante que tem permitido acontecer as ocupações de terra como estratégia para pressionar o Estado a desapropriar terras para implantação de assentamentos (GERMANI, 1998). Nesta perspectiva, a ação estratégica efetuada pelos que lutam pela terra é a da ocupação e, sua base física, sua materialização se dá a partir dos acampamentos. Isto ocorre porque, segundo Germani (1995), apesar de existir um processo formal de implantação de um projeto de assentamento²⁵⁹, ele não é deflagrado por iniciativa do Estado. É quase certo que este processo seja precedido em uma etapa anterior: nas ocupações e acampamentos. Assim, um projeto de assentamento, normalmente, se inicia num momento não prescrito em lei.

Germani (1995) traz que o acampamento é uma estratégia dos movimentos organizados de gerar um fato político como forma de pressão para o INCRA iniciar o processo de desapropriação de um imóvel rural. Isto porque, segundo Feliciano (2006), é no momento da ocupação que o desuso da terra é questionado, ocorrendo o embate político em relação à sua legitimidade. Assim, uma ocupação é planejada e estudada e, dificilmente ocorre em área que esteja cumprindo sua função social. Fernandes (1999),

²⁵⁹ Existe uma legislação que trata das etapas de implantação de um projeto de assentamento. Nela é estabelecido que a vistoria e avaliação do imóvel rural, executadas por técnicos do INCRA, é que vai indicar se o imóvel é passível ou não a ser destinado à reforma agrária. Sendo apto para este fim, o INCRA estabelece os valores para desapropriação do imóvel e se imite na posse do mesmo, criando, posteriormente nesta base territorial um projeto de assentamento.

valorizando a ação dos que lutam pela terra no contexto contemporâneo, afirma que o movimento camponês elaborou coletivamente um processo de recriação do campesinato por meio das ocupações de terras.

Lutar pela terra, ser acampado é algo bastante significativo politicamente, porém, é ,cotidianamente, desgastante para os camponeses envolvidos. É, na verdade, um sacrifício que poucos suportam. Segundo Feliciano (2006), as famílias acampadas não sabem quanto tempo permanecerão nesta condição, na área ocupada ou se aquele lugar será a “fonte de seu trabalho”. Além de tantas incertezas, os acampados convivem com as adversidades do poder judiciário: é muito comum o despejo, oriundo de ações impetradas pelos fazendeiros, quando estão dentro dos imóveis. Assim, vive-se cada dia, sem saber sobre as perspectivas futuras, somente com a esperança.

Existem diversos formatos de acampamentos e, eles vão variar de acordo com as condições físicas do local, a conjuntura política, o grupo social envolvido, o movimento que o planeja. O tempo de duração e a dimensão, também, variam. Em uma atividade realizada pelo grupo de pesquisa GeografAR com movimentos sociais diversos que estavam ocupando o INCRA/BA, em 2016, foi possível ter acesso às experiências de diversos acampados. Os 18 grupos ali presentes traziam casos de acampamentos que duravam 18, 17, 15, 14 anos e, também, de 1, 2 ou 3 anos. Alguns tinham mais de 100 famílias, sendo que em um deles viviam quase 500. Outros eram pequenos, com pouco mais de 10 famílias, tendo exemplos de acampamentos de diversas dimensões.

Observando o tempo de duração de alguns acampamentos, sua dimensão, sua característica de transitoriedade, o pouco reconhecimento social e institucional, a falta de infraestrutura, dentre outros aspectos, percebe-se o quanto o campesinato envolvido na luta pela terra é resistente e comprometido com a questão agrária. Isto porque ao mesmo tempo em que os acampamentos trazem consigo o desconforto para a cotidianidade de cada indivíduo, ele, também forma sujeitos sociais. Mais que isso, nos acampamentos, segundo Feliciano (2006), existe a perspectiva de uma realidade em transformação, onde é possível se moldar identidades próprias de grupo, para além da categoria ampla que é ser sem-terra.

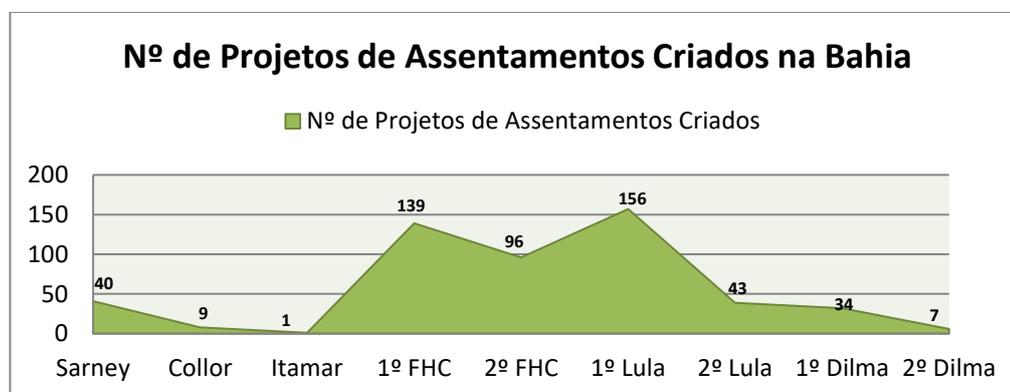
Porém, infelizmente não são todos os acampamentos que se transformam em projetos de assentamento. Apesar da pressão dos movimentos camponeses que, pode-se

afirmar que são dos mais engajados no embate social na atual conjuntura brasileira, a morosidade do Estado, a falta de compreensão do judiciário, as tentativas de obstrução dos fazendeiros, atrasam e, inviabilizam os processos de desapropriação. Isto vem acontecendo com maior força na atualidade, conforme ilustra a Figura 83.

O Governo Sarney criou 40 projetos de assentamento na Bahia, quando a expectativa era muito maior, já que neste mandato foi lançado o I PNRA²⁶⁰. Entre Itamar e Collor, apenas 11 PAs foram acrescentados à lista. Neste momento o INCRA foi extinto e, depois, reestruturado e a proposta era de se retornar a reforma agrária ao modelo dos projetos de colonização, porém, numa perspectiva privada, como afirma Germani (1995).

A Figura 83 mostra que a criação de projetos de assentamento na Bahia se intensificou no primeiro mandato de FHC (139 PAs criados), teve um leve declínio no segundo (96), e, alcançou seu ápice no primeiro mandato de Lula que, criou 156 assentamentos. Posteriormente houve um amplo declínio: em seu segundo mandato, Lula criou somente 43 PAs e, somando-se os dois mandatos de Dilma, foram criados apenas 41.

Figura 83 – Gráfico do Número de Projetos de Assentamento Criados na Bahia por Governo.



Fonte: INCRA e GeografAR (2017). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Os movimentos sociais, para cada governo, tiveram formas diferentes de atuação. Isto veio como resposta a cada conjuntura política e, também, dos acúmulos adquiridos nos processos de luta pela terra. No início, entre Sarney e Itamar, houve uma forma de atuação predominante dos movimentos baseada no apoio aos posseiros que estavam instalados em terras e que sofriam pela violência de pretensos proprietários. Os sindicatos

²⁶⁰ I Plano Nacional de Reforma Agrária.

rurais em conjunto com a Fetag-BA tiveram grande importância neste momento. Posteriormente, já nos governos Collor e Itamar, porém, mais intensamente no governo FHC, os movimentos sociais começaram a intensificar a luta pela terra a partir de ocupações em fazendas improdutivas e da instalação de acampamentos. O MST ganha protagonismo, porém, coexiste com outros movimentos tais como o MLT e a CETA. Muitos assentamentos são criados entre FHC e Lula em decorrência deste processo. Porém, no segundo mandato de FHC houve um declínio nas criações dos PAs oriundos da adaptação dos movimentos frente à Medida Provisória nº 2.109-49/200, que será tratada posteriormente. No primeiro mandato do governo Lula, pelo seu perfil popular, havia grande expectativa quanto à intensificação da implantação de projetos de assentamento. Realmente os números da Bahia trazem avanços neste sentido que, revelam um entrosamento razoável entre Estado e movimento. Esta dança, porém, foi travada em seu segundo mandato. Isto não significa que não houve diálogo ou investimento na reforma agrária (com avanços neste sentido), porém, a criação de projetos de assentamento foi obstruída. O declínio da Reforma Agrária neste período tem grande relação com o processo de transformismo, onde os movimentos sociais, por consenso passivo, foi imprimindo, gradativamente, outros tons à luta pela terra. Ao que parece, a hegemonia da pequena política, no sentido de Coutinho (2010), foi recepcionada sem resistência e, a criação de novos projetos de assentamento ficou subordinada à estruturação dos já existentes.

Apesar da criação dos projetos de assentamento estar diretamente relacionada com a pressão dos movimentos sociais, não se pode interpretar a queda do número de projetos de assentamento criados simplesmente pelo decréscimo desta forma de luta. A Tabela 28, elaborada a partir dos Cadernos de Conflitos no Campo da CPT, entre 2006 e 2015, mostra que se mantém o número de ocupações nos dez anos estudados, com oscilações, que não tendem ao declínio. Se os movimentos ainda ocupam as fazendas improdutivas, significa que sua intenção é a da intensificação da pressão e da permanência. Isto porque, os acampamentos que, no caso, a CPT considera somente os de beira de estrada, aparecem com um número pouco significativo, mostrando que esta estratégia vem sendo substituída por ocupações no imóvel. Se os acampamentos de beira de estrada possuem um fator dificultoso que é o obstáculo de se fazer roças de subsistência e a exposição em locais abertos, onde a segurança fica ameaçada; as ocupações apresentam como contrariedade o risco das ações de despejo, além da punição legal em relação ao processo de

desapropriação, como já mencionado. A Tabela 28 mostra, neste sentido, que é alto o número de famílias despejadas por ano no Estado da Bahia. Mas, mesmo com isso, as ocupações se mantêm e, com elas, multiplica-se o número de movimentos sociais, o que mostra o quanto é atual a temática da questão agrária²⁶¹.

Segundo Medeiros (2014), houve uma opção do Estado em diminuir as desapropriações, fato que coincidiu com a institucionalização de políticas de garantia de renda, tais como a consolidação do Programa Bolsa Família e a valorização do salário mínimo. Na prática, a mesma autora afirma que os acampamentos vão diminuindo porque os mesmos são alimentados pela possibilidade de acesso à terra, porém, se esta perspectiva se torna distante, outras possibilidades são consideradas pelo grupo e seus componentes.

Sobre esta questão alguns aspectos devem ser levantados. Primeiro, existe na atualidade uma diversificação das formas de acesso à terra, com a incorporação das comunidades tradicionais e suas lutas específicas²⁶². No passado, sem esta perspectiva, muitos camponeses, que poderiam ser considerados como quilombolas, indígenas ou de comunidades de fundo de pasto, se inseriram na luta pela terra ocupando e acampando, pois, esta era a opção mais plausível naquele momento²⁶³. Outra questão é que, apesar dos sensíveis avanços nas políticas públicas destinadas aos camponeses, segundo Medeiros (2014), houve um fortalecimento do agronegócio, a partir de sua expansão e, conseqüentemente, da especulação imobiliária, fato que dificultou os processos de desapropriação. Outro ponto é que a estratégia se desgastou no sentido de que tanto os proprietários de terras, como o poder judiciário e o executivo, foram criando mecanismos para dificultar e estancar os processos de desapropriação, criando fortes defesas contra as pressões camponesas. Assim, se criar um projeto de assentamento na atualidade é muito difícil. Crê-se, nesta perspectiva, que o problema se coloca não na ação dos movimentos, mas, em relação desta frente aos impedimentos e dificuldades impetrados pelo próprio Estado.

²⁶¹ Cada movimento tem uma forma diferenciada de se manifestar, de se espacializar e de lutar pela terra, embora os acampamentos e as ocupações predominem.

²⁶² No caso dos números de ocupação/retomada da Tabela 28, grande parte se refere à ação dos indígenas e quilombolas.

²⁶³ O INCRA chegou a criar, na Bahia, projetos de assentamento especiais quilombolas.

Tabela 28 – Movimentos Sociais, Ano e Número de Famílias Despejadas, Ocupações e Acampamentos na Bahia.

MOVIMENTO	ANO	FAMILIAS DESPEJADAS	OCUPAÇÃO/RETOMADA	ACAMPAMENTO
CETA/MST/Índios	2015	815	34	2
CETA/MST/Índios/MPA/MTD/Quilombolas	2014	904	17	0
Via Campesina/MST/Índios/FTL/FTLDC	2013	163	30	sem dado
MST/Índios/FETAG-BA/CETA	2012	486	58	1
MPA/MST/MTD/CETA	2011	460	39	2
CETA/MST/FETAG-BA/Índios	2010	1074	27	2
CETA/MST/Quilombolas/STR/MLT/Índios	2009	1085	13	4
MLT/MTD/Índios/MST/Via Campesina/FETAG/Quilombola/UNASFP	2008	919	28	1
MST/CETA/Índios/MLT/	2007	2035	37	3
MTD/MST/Índios/MLT	2006	1661	33	sem dado
TOTAL		9602	316	15

Fonte: CPT (2016). Elaboração: Paula Moreira (2016).

Visto que os números e a realidade agrária baiana mostram que a ação do Estado é pouco eficiente neste sentido, busca-se compreender seu papel na sociedade. Será possível que numa sociedade capitalista o Estado poderia se colocar contra os interesses das classes hegemônicas? E no caso brasileiro, onde um dos alicerces dessas classes se constitui na propriedade privada? Abordando-se o Estado a partir de Poulantzas, em sua segunda fase²⁶⁴, o Estado é visto como algo constantemente moldado pela luta de classes, admitindo a possibilidade de variação entre as relações construídas entre estes, dependendo do estágio do desenvolvimento capitalista. Isto é, mudanças nas relações capitalistas de produção moldam as instituições políticas e, o Estado capitalista acaba por se constituir num aparelho moldado pela luta de classes e pelas correspondentes transformações na produção capitalista. Assim, o Estado de Poulantzas não é somente o local de organização do poder da classe dominante, é, sim, um local de conflito de classes, onde o poder político é contestado. No caso da atual realidade brasileira, as disputas no Estado para ampliação da atividade do agronegócio se sobrepõem à ação dos movimentos

²⁶⁴ A leitura de Poulantzas, no sentido da compreensão das fases de sua obra, foi feita a partir Martin Carnoy (1988), em sua publicação “Estado e teoria política”.

sociais nos últimos anos, porém, estes últimos conquistaram espaços de diálogo e resultados importantes em seus processos de luta, mesmo que limitados. Esta limitação, entretanto, não é aleatória, segundo Osório (2014), as relações que definem o Estado estão pautadas na capacidade que certas classes têm de concretizar seus projetos, em detrimento de outras, a partir da constituição de blocos no poder. No Brasil, o bloco da bancada ruralista, diretamente vinculado ao agronegócio, sempre interferiu fortemente nos rumos da política de Reforma Agrária. Disso, deriva sua precarização, tanto qualitativa, quanto quantitativa.

Neste contexto, como se articulam os interesses dos camponeses e os do Estado na perspectiva da reforma agrária? Segundo Moreira (2004),

As posições do Estado e as dos movimentos sociais são decorrentes de ideologias diferenciadas que vem disputando espaço na sociedade atual. Tais contradições pautam-se em razões ideológicas de domínio e resistência e refletem-se nas razões que justificam ou recusam a Reforma Agrária como solução imediata e, por consequência, todas as ações e práticas que poderiam conduzi-la a bom termo. Uma parcela da sociedade acredita que a modernização agrícola foi bem sucedida a ponto de não haver necessidade de reformulação no setor (a maior parte da cúpula do Estado). Para essa parcela, a reforma agrária não teria o papel de reestruturar a produção agropecuária, mas de amenizar as distorções sociais geradas através de conflitos. Outro grupo pensa que a reforma agrária é necessária para melhorar as condições de distribuição de renda no país, amenizando indicadores sociais negativos, democratizando o capitalismo com base em processos de apoio aos pequenos e micro agentes produtivos. Um terceiro grupo aponta a reforma agrária como um instrumento que poderia contribuir para a construção de um novo modelo de sociedade no país.

Com tantas disputas em torno da temática da reforma agrária e do camponês assentado no âmbito do Estado, e, principalmente, pela desfavorável correlação de forças no cenário político nacional, pensa-se que, assim como o Estado que é moldável no âmbito da luta de classes, a política de reforma agrária também o é, porém, com pouca mobilidade no que concerne a sua execução, visto a característica homogenizadora do Estado. Assim, as oscilações por governos em relação à implantação e organização de projetos de assentamento e, a atual estagnação em relação à novas criações, ou mesmo, sua limitação normativa e as inúmeras ações de despejo, se estabelecem como fenômenos conjunturais, porém, dentro de uma perspectiva de adversidade constante, pois, a ação dos movimentos é que tira da inércia a tendência a não resolução dos problemas

fundiários no país, já que a questão agrária se coloca no Brasil, fundamentalmente, sobre o problema da concentração de terras.

Como a reforma agrária, no âmbito do Estado, é um termo em movimento e em disputa, porém, numa perspectiva de exiguidade²⁶⁵ e limitação prática, sua definição mais ampla e contempladora é dada pelos movimentos que a pleiteiam. O MST, por exemplo, luta por uma reforma agrária popular onde haja uma distribuição massiva de terras a camponeses, num contexto que propiciaria uma mudança nas leis, tornando-as progressistas e populares, combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses²⁶⁶. Por esta definição, fica claro que a reforma agrária ideal para o Movimento não pode ser pautada no modelo de Estado brasileiro, nem baseada em suas leis ou procedimentos, reforçando as colocações feitas a respeito da característica moldável e de aparelho ideológico do Estado no contexto das limitações desta política.

Existe um dissenso. Porém, este nó em torno da reforma agrária é que contraditoriamente a movimenta: na construção social do país, nas experiências das lutas pela terra, nos espaços conquistados no seio do Estado. E na prática? Como se conduz, diante da conjuntura política que envolve a reforma agrária, a implantação de projetos de assentamento no Estado da Bahia? É interessante observar como se comportam os números dos acampamentos e dos projetos de assentamento nos municípios selecionados, a partir da observação do contexto da implantação dos PAs nos municípios selecionados, onde tanto o Estado como os movimentos sociais tiveram ações mais contínuas e efetivas.

Para se ter uma visão contextual, neste tópico levanta-se, além dos acampamentos e projetos de assentamentos existentes em cada município, o movimento predominante. Destaca-se que os movimentos dirigem os acampamentos e as ocupações, concentrando estrategicamente suas ações em determinadas regiões. Cada movimento tem uma regionalização diferente, sendo que alguns têm amplitude de ação territorial amplas, outros não. O tempo de existência e a história de cada movimento vão delinear sua espacialização. Este dado interessa a esta pesquisa porque cada movimento tem uma

²⁶⁵ Formalmente, para o Estado, a reforma agrária seria “o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64).

²⁶⁶ Definição baseada no conceito de reforma agrária divulgado no *site* do MST, disponível em: www.mst.org.br/reforma-agraria.

forma de agir, um objetivo ou característica, dando mais elementos que reforçam as diferenças existentes no universo estudado.

Neste universo, dentre acampamentos e projetos de assentamento, Camamu e Wenceslau Guimarães têm um número representativo: 15 e 17 respectivamente, sendo que em ambos os casos o número de PAs é mais significativo (ver Tabela 29). Na verdade, em cada município existem somente quatro acampamentos. Em Camamu, foi implantado, em 1981 o primeiro assentamento da Bahia, o Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Camamu, resultado de tensionamentos locais. Depois, somente em 1993, no Governo Collor, foi instalado o primeiro Projeto de Assentamento do município, o Mariana, sob a liderança do MST. É interessante destacar que em Mariana houve um misto de luta de posseiros antigos, fortalecida, posteriormente, pela ocupação do Movimento. O MST tem forte atuação ali: dos 11 PAs existentes, seis estão sob sua influência política²⁶⁷. Quanto à ação estatal, cinco foram criados nos governos FHC e, há 13 anos atrás, em 2004, o INCRA implantou os três últimos assentamentos do município, mostrando uma ruptura em sua ação, mesmo com a existência de acampamentos. É importante destacar que em Camamu, além de existir uma forte presença na luta pela terra nos últimos 30 anos, existem 24 comunidades quilombolas e um povo indígena. Porém, por conflitos relacionados à valorização das terras na região, o índice de Gini vem tendendo ao crescimento e a população rural vem diminuindo. Isto mostra que as tensões são fortes e que o campesinato vem sentindo suas consequências, porém, vem se organizando no sentido de garantir o acesso à terra sem, entretanto, contar com a contrapartida do Estado.

Já em Wenceslau Guimarães, o primeiro dos 13 PAs, Vila Tancredo Neves, foi implantado em 1987 (no Governo Sarney) e o último em 2014, no Governo Dilma. A Fetag-BA é o movimento mais atuante, liderando oito assentamentos e, mantendo uma constância no decorrer dos 30 anos de ação no município. O MST teve uma ação ali no final da década de 1990, o que culminou na criação de três PAs em 1998 sob sua influência. Quanto à ação do Estado, foi nos dois mandatos de FHC que foram criados 62% dos PAs do município e, nos governos Lula e Dilma foram criados dois e um PAs, respectivamente.

²⁶⁷ Além do MST, atuam em Camamu o MTL, com 3 PAs, e o PUC com um.

No contexto das crises de produção do cacau, a Fetag-BA mantém uma liderança, também, nos vizinhos Marau e Itacaré: tendo influência em oito dos dez PAs existentes²⁶⁸. É importante lembrar que tanto em Marau quanto em Wenceslau Guimarães, o índice de Gini vem aumentando, em conjunto com sua população, porém, com o decréscimo no meio rural. No primeiro município sente-se um arrefecimento das mobilizações de luta pela terra (somente um acampamento), porém, um aquecimento no que se refere à luta na terra: ali existem 11 comunidades quilombolas certificadas. No segundo, há um tensionamento nas duas frentes: existem cinco acampamentos e oito comunidades quilombolas. Quanto à ação do Estado nos dois municípios, ela tem certo equilíbrio quanto aos governos (dois PAs criados no governo Sarney, quatro nos de FHC, dois nos de Lula e um nos de Dilma), porém, ela é considerada muito tímida, visto a demanda social existente.

Santa Cruz Cabrália e Itamaraju também tem tido acréscimo populacional, com o decréscimo do percentual no meio rural e tendência ao aumento do índice de Gini, já numa realidade de forte a muito forte concentração de terras. A questão que se passa ali, e que faz frente à luta pela terra, é a instalação das áreas de produção de eucalipto. Segundo Andrade (2015), a eucaliptocultura se iniciou no extremo sul da Bahia na década de 1990, sendo que atualmente ocupa aproximadamente 14% do território de Santa Cruz Cabrália, fazendo-se presente em menor escala em Itamaraju. Em ambos os municípios, segundo o mesmo autor, a finalidade da produção seria para extração da celulose. Em contrapartida, Itamaraju, em conjunto com Prado, constituem-se num território importante para o MST. Ali eles iniciaram sua ação na Bahia, sendo que em 1996 elegeram um prefeito: o Frei Dilson Batista Santiago. Atualmente existem quatro PAs e quatro acampamentos. Estes números não parecem representativos, porém, se forem somados aos de Prado, percebe-se que existe uma representatividade numérica importante: o número passaria a 12 PAs e sete acampamentos, além disso, existem duas comunidades indígenas e duas quilombolas. Nestes dois municípios, houve uma forte ação estatal no governo Sarney, já que foram implantados cinco PAs. Posteriormente a ação do INCRA se manteve, dando respostas à luta pela terra encampada pelo do MST, criando três PAS nos governos de FHC, três nos de Lula e um no primeiro mandato de Dilma. Já em Santa Cruz Cabrália, existe uma ampla disputa por terras, a eucaliptocultura

²⁶⁸ O movimento CETA também atua ali e, existem dois PAs com associações independentes.

convive com a presença de oito acampamentos, além dos seis PAs (todos liderados pela Fetag-BA) e de dois povos indígenas que pleiteiam a ampliação territorial. As respostas do Estado, em relação à pressão dos movimentos, se deram de forma mais concentrada nos governos de FHC e Lula, tendo tido duas exceções: foi criado um PA no governo Dilma e outro no de Sarney.

Tabela 29 – Municípios Selecionados, Indicador de Concentração da Terra, Assentamentos de Reforma Agrária e Acampamentos de Trabalhadores Rurais sem Terra, Bahia, 2015

MUNICÍPIO	INDICADOR DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM 2006	MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA TERRA MAIS ATUANTE NO MUNICÍPIO	Nº DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	Nº DE ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	TOTAL)
Andaraí	Forte a muito forte	FETAG/BA	3	2	5
Barra	Muito forte a absoluta	FETAG/BA	11	3	14
Boa Vista Do Tupim	Forte a muito forte	MST	10	9	19
Camamu	Forte a muito forte	MST	11	4	15
Carinhanha	Média a forte	CETA	9	1	10
Coribe	Média a forte	Associações	6	0	6
Cotegipe	Média a forte	FETRAF	3	3	6
Ipirá	Forte a muito forte	MST/CETA/Associação	4	3	7
Itacaré	Forte a muito forte	FETAG/BA	4	1	5
Itamaraju	Forte a muito forte	MST	4	4	8
Marauí	Forte a muito forte	FETAG/BA	4	1	5
Marcionílio Souza	Forte a muito forte	CETA	5	1	6
Mata De São João	Forte a muito forte	MST	3	5	8
Morro Do Chapéu	Forte a muito forte	FETAG/BA	9	0	9
Santa Cruz Cabralia	Forte a muito forte	FETAG/BA	6	8	14
Santa Luzia	Média a forte	CETA	4	1	5
Santa Rita De Cássia	Forte a muito forte	FETRAF	6	1	7
Santaluz	Forte a muito forte	FATRES	5	7	12
Santo Amaro	Muito forte a absoluta	MST	5	0	5
Serra do Ramalho	Fraca a média	CETA	3	0	3
Tucano	Forte a muito forte	CPT	11	2	10
Vitória Da Conquista	Forte a muito forte	MST	14	6	20
Wenceslau Guimarães	Média a forte	FETAG/BA	13	5	17
Xique Xique	Forte a muito forte	CETA	6	2	8

Fonte: GeografAR (2016). Elaboração: Paula Moreira (2016).

Andaraí e Morro do Chapéu foram palco de uma ação especial no governo Sarney, já que estavam incluídos na região prioritária para implantação de assentamentos. Assim, partiram inicialmente de três PAs, com o apoio da Fetag-BA, frente às tensões entre posseiros e grileiros e, posteriormente, com a mesma entidade acompanhando as lutas locais a partir de ocupações e acampamentos que culminaram na criação de três PAs nos governos de FHC e seis nos de Lula. Apesar disso, a concentração de terras tende a crescer em Morro do Chapéu, sendo que ali, os movimentos de luta pela terra não vêm conseguindo manter um ritmo de pressão social: é nulo o número de acampamentos na atualidade²⁶⁹. Um fato que pode explicar isto é que neste município, atualmente, a Fetag-BA não lidera os PAs, como ocorria no passado, sendo que as associações independentes se constituem na maioria (seis dos nove PAs).

Sem um movimento à frente, com a experiência adquirida na dinâmica das ocupações ou o domínio das articulações institucionais, a luta pela terra apresenta dificuldades em se manter por ali. Em Andaraí, que vem tendendo a diminuir a concentração de terras nos últimos 30 anos e, cuja Fetag-BA ainda mantém a liderança, existem dois acampamentos, tendo, além destes, três projetos de assentamento (dois deles, muito grandes, somado mais de 600 famílias assentadas) e quatro comunidades quilombolas.

É importante considerar, entretanto, que a ação da Fetag-BA é voltada para área sindical, por isso, ela intervém de forma diferente dos movimentos que atuam diretamente com a luta pela terra, como é o caso do MST, do MLT e da CETA. Assim, ocupações e acampamentos, embora já, muitas vezes tenham sido apoiados pela Fetag-BA, normalmente têm o suporte desta somente quando solicitado. Isto porque, não é finalidade da entidade ocupar, porém, de dar apoio e representar os trabalhadores rurais em momentos de dificuldade e conflito. É por isso que nos processos de desapropriação mais antigos do INCRA (governos Sarney, Collor e Itamar), a Fetag-BA normalmente aparece, através de ofícios, reivindicando a ação do órgão, representando posseiros em momentos de conflitos.

No caso de Boa Vista do Tupim, prevalece a atuação do MST, porém, precedida da FETAG-BA, nos assentamentos mais antigos: Canabrava e Crispim. Este município é uma referência para a reforma agrária na Bahia, possuindo dez PAs, além de nove

²⁶⁹ Em relação à luta na terra, a realidade é outra: em Morro do Chapéu existem nove comunidades quilombolas certificadas.

acampamentos e quatro comunidades quilombolas, fato que ilustra a tendência à continuidade da política de acesso à terra. Além disso, há uma linearidade quanto à sua frequência em relação aos governos: foram criados dois PAs, no momento em que Sarney estava no governo, quatro enquanto FHC e quatro enquanto Lula. Diante destes aspectos, no município é possível perceber a presença dos assentamentos em toda parte (eles, inclusive, chegaram a eleger um prefeito). Muitas pessoas estão assentadas ou possuem alguém da família morando em acampamentos ou PAs.

Quanto ao município de Marcionílio Souza, a CETA se coloca como o movimento de maior representatividade, com cinco PAs e um acampamento. No que concerne à ação do Estado, este vem mantendo de forma tímida e constante sua ação: um PA criado no governo Sarney, dois no de FHC, dois no de Lula e um no governo de Dilma, com uma leve diminuição na concentração de terras nos últimos 30 anos.

Em Ipirá, não há uma predominância clara de movimento: o MST, a CETA, uma associação independente e o Movimento Unificado Camponês (MUC) dividem a influência nos quatro PAs e três acampamentos deste município. É interessante notar que, diferentemente de outros municípios já citados, a maior parte da ação estatal ocorreu nos governos Lula e Dilma, mostrando uma dinamização maior da luta nos últimos anos, momento em que a concentração de terras aumenta e se reduz a população rural.

No caso da região Nordeste, nos áridos municípios de Santaluz e Tucano, aparecem a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES)²⁷⁰, liderando os cinco PAs e dois acampamentos existentes no primeiro e, a CPT, atuando nos 11 assentamentos e sete acampamentos do segundo. No caso de Tucano, aparece algo inusitado: três PAs foram criados nos governos de Dilma. Além deste, um foi implementado por Collor, quatro por FHC e três por Lula. É importante ressaltar que os quatro PAs criados nos governos de FHC são consequência da regularização das terras indígenas do povo Kiriri, de Banzaê. Assim, os assentados, neste período, não estavam organizados em movimentos de luta pela terra, pois, os PAs se constituíram como frutos de uma ação estatal mediada por representantes das comunidades no sentido de garantir a elas algum direito frente à perda da posse de suas terras, ou seja, da desintrusão das famílias. Em Santaluz, o forte da

²⁷⁰ A FATRES foi criada em 1996, na perspectiva de organizar os sujeitos do Semiárido baiano na busca do fortalecimento do movimento sindical, contribuindo na luta pela reforma agrária, pelos direitos previdenciários dos trabalhadores/as mutilados/as do sisal, erradicação do trabalho infantil, acesso à terra e convivência com a seca.

atuação se deu no governo FHC, tendo como exceção somente um PA criado no governo Sarney e outro no de Lula.

Existe uma grande diversidade de movimentos atuantes na região do Médio São Francisco da Bahia, nos 11 assentamentos e três acampamentos de Barra, por exemplo, a Fetag-BA possui influência majoritária. Já, na vizinha Xique Xique, os seis PAs e dois acampamentos tem a CETA como apoio, assim, como ocorre em Carinhanha, com seus nove assentamentos e dois acampamentos. No caso de Santa Rita de Cássia e Cotegipe, a FETRAF, apoia a maior parte dos nove PAs e quatro acampamentos. Em Coribe, a maior parte dos seis PAs tem associações que preferem se organizar localmente, sem um movimento maior por traz. Já a vizinha Serra do Ramalho que tem a menor concentração de terras do Estado, justamente por ter sido palco de uma grande política pública destinada ao reassentamento em área rural, tem três assentamentos, cuja liderança se divide entre CETA e Fetag-BA. Esta diversidade de movimentos atuando na região do médio São Francisco tem intensificado a ação do Estado na implantação de PAs já no governo FHC, quando foram criados 12 PAs e, posteriormente, nos de Lula, aonde 16 assentamentos foram formalizados dentre todos os municípios juntos. Não se pode deixar de citar que estes somam 21 comunidades quilombolas, duas indígenas e um de fundo de pasto que, lutam por seus territórios concomitantemente aos que lutam pela terra, mostrando que ali o acesso à terra é uma pauta constante e forte.

Em Mata de São João, o movimento que predomina é o MST, assim como, o que ocorre em Santo Amaro. No primeiro, ele lidera três dos cinco PAs e os cinco acampamentos. Já em Santo Amaro, somente um dos PAs não possui influência deste movimento. Ali não existe acampamento no momento, porém, oito comunidades quilombolas lutam pelo seu reconhecimento. O governo FHC criou metade dos PAs existentes nos dois municípios, sendo que o restante se divide com maior força no de Lula e menor no de Sarney.

Por fim, Vitória da Conquista²⁷¹, com 14 assentamentos e seis acampamentos, tem no MST o maior articulador da luta pela terra. Este município vem, sem dúvida, se constituindo um foco importante de resistência camponesa no Estado da Bahia. Quanto à ação do Estado, ela foi notadamente mais atuante no governo FHC, quando 11 PAs foram criados. Fora estes, um PA foi criado no governo Sarney, dois no de Lula e um no governo

²⁷¹ É importante lembrar do grande número de comunidades quilombolas no município: 27 no total.

de Dilma. Porém, mesmo diante da pressão, a população rural vem decrescendo nos últimos anos e a concentração de terras aumentando.

Estas conexões mostram a variabilidade das correlações de forças em cada município, composições estas que dão a tônica de cada acampamento, de cada ocupação, e, conseqüentemente, de cada projeto de assentamento e de suas moradias. Os números são reveladores na perspectiva do entendimento de que um assentamento quase sempre iniciou sua trajetória num acampamento que, parte da ação planejada de um grupo ou movimento social e, da posterior ação estatal. Assim, um acampamento apesar de não fazer parte da política pública é o elo material de ligação inicial entre os movimentos e o Estado. Partindo-se desta compreensão, suscita-se aqui que os acampamentos representam a materialidade da territorialização dos que lutam pela terra. Por isso, a observação da moradia nos acampamentos se faz necessária para se compreender as construções posteriores, nos projetos de assentamento.

No tópico a seguir, serão levantadas as moradias nas escalas dos acampamentos, sempre se fazendo conexões entre estas e os movimentos sociais que as erigiram, pois, não seria possível se compreender a moradia de um acampado sem se considerar que ela faz parte da estratégia de luta pela terra, cujos protagonistas, planejadores e executores são os próprios movimentos sociais.

5.3.1 Moradia nos Acampamentos

Vistos os diferentes movimentos que atuam nos municípios estudados e, também, as temporalidades e assimilações destes em relação à ação do Estado, pode-se presumir o quanto se diferem os acampamentos. Por exemplo, em relação à sua localização, os acampamentos podem ser feitos dentro das fazendas ou na beira das estradas. Esta variabilidade ficou mais evidente a partir da edição da Medida Provisória nº 2.109-49/2001, pelo presidente FHC. Ela estabeleceu punição aos que ocupassem os imóveis através da não realização dos laudos de vistoria (pelo INCRA) por dois anos²⁷². Nesta conjuntura, alguns movimentos mudaram as estratégias: uns passaram a acampar na beira das estradas (nas entradas das fazendas pleiteadas), outros em fazendas produtivas

²⁷² Antes deste decreto, a estratégia de luta pela terra se baseava na ocupação do imóvel pleiteado e na implantação de um acampamento com roças de subsistência em seu interior.

vizinhas à improdutivas, alguns continuaram a ocupar fazendas improdutivas, havendo casos de ocupação em fazendas onde eles tivessem o apoio dos fazendeiros ou assentados de reforma agrária²⁷³. Pode-se, somente neste exemplo, perceber como diferentes conjunturas políticas trazem espacializações diferentes aos acampamentos, mostrando o quanto as formas revelam conteúdos (SANTOS, 1985).

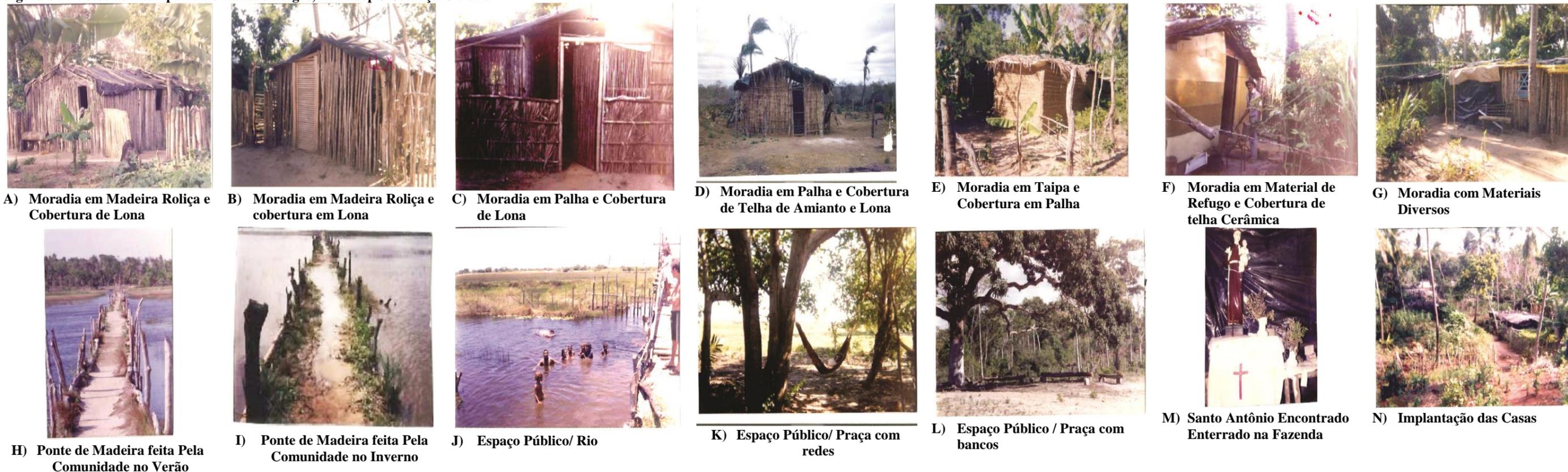
A Figura 85 mostra diversos acampamentos em localizações e temporalidades distintas. A 85-A traz o acampamento da fazenda Burundanga e Outras, localizado em Camamu no ano de 1992. Neste caso, o acampamento teve uma duração de, no mínimo, sete anos já que o PA Limoeiro somente foi criado em 1999. Este acampamento foi organizado pelo MST, num momento onde se iniciavam as ocupações em fazendas improdutivas no Estado da Bahia. Nota-se, com força, o padrão construtivo homogêneo das construções. Tanto a foto como o Quadro 14 indicam as casas construídas com telhado de palha e lona, parede de palha e madeira roliça. O padrão mostra o comando central do movimento que com sua experiência orienta e viabiliza de forma rápida e objetiva a construção das casas, fato que os materializa dentro do imóvel, dando força ao ato político. O mesmo tipo de relação pode ser observado na Figura 85-B: ocupação em imóvel rural (fazenda Petinga, localizada em Santo Amaro em 1997) feita sob o comando do MST com casas construídas de forma padronizada.

A Figura 85-C traz a imagem de outra estratégia de luta. Trata-se da ocupação da fazenda Aliança realizada no ano de 2002, no município de Boa Vista do Tupim. O MST, já se prevenindo quanto às consequências da Medida Provisória nº 2.109-49/2001, ocupa a beira da estrada, implantando um acampamento cujas casas eram constituídas fundamentalmente de palha. Destaca-se que este acampamento teve a duração de três anos, pois o PA Aliança só foi criado em 2005.

A Figura 85-D traz outra estratégia diante da referida MP: os camponeses, também liderados pelo MST, acamparam inicialmente na beira da estrada, mas, depois da realização do laudo de vistoria em 2004, ocuparam a fazenda Nossa Senhora do Socorro, localizada em Santo Amaro, construindo um novo acampamento em seu interior. A foto foi feita no ano de 2008, mesmo ano em que o PA Paulo Cunha foi criado.

²⁷³ Notadamente, entretanto, os acampamentos na beira de estrada predominavam neste momento.

Figura 84 – Fotos do Acampamento Rancho Alegre, Arembepe/ Camaçari/ Bahia



A) Moradia em Madeira Roliça e Cobertura de Lona

B) Moradia em Madeira Roliça e cobertura em Lona

C) Moradia em Palha e Cobertura de Lona

D) Moradia em Palha e Cobertura de Telha de Amianto e Lona

E) Moradia em Taipa e Cobertura em Palha

F) Moradia em Material de Refugo e Cobertura de telha Cerâmica

G) Moradia com Materiais Diversos

H) Ponte de Madeira feita Pela Comunidade no Verão

I) Ponte de Madeira feita Pela Comunidade no Inverno

J) Espaço Público/ Rio

K) Espaço Público/ Praça com redes

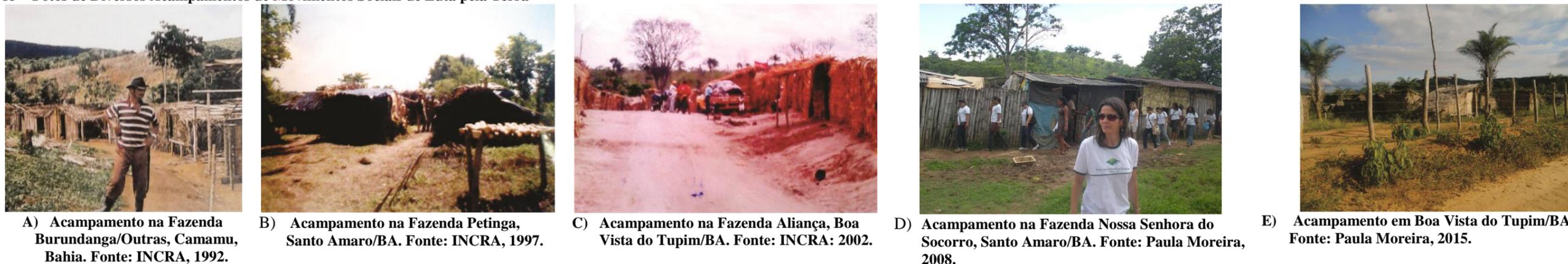
L) Espaço Público / Praça com bancos

M) Santo Antônio Encontrado Enterrado na Fazenda

N) Implantação das Casas

Fonte: Paula Moreira, 1998.

Figura 85 – Fotos de Diversos Acampamentos de Movimentos Sociais de Luta pela Terra



A) Acampamento na Fazenda Burundanga/Outras, Camamu, Bahia. Fonte: INCRA, 1992.

B) Acampamento na Fazenda Petinga, Santo Amaro/BA. Fonte: INCRA, 1997.

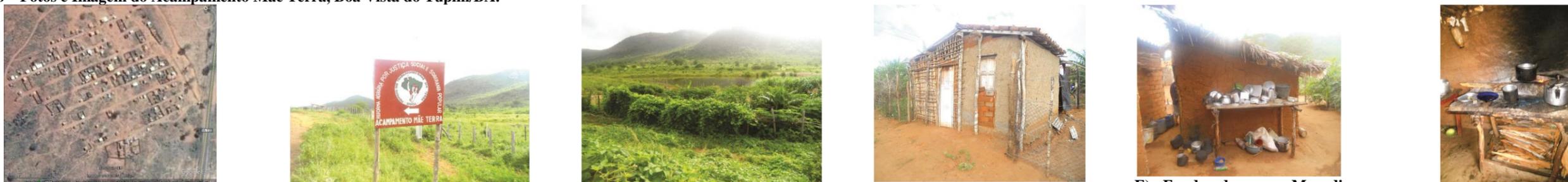
C) Acampamento na Fazenda Aliança, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: INCRA: 2002.

D) Acampamento na Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro/BA. Fonte: Paula Moreira, 2008.

E) Acampamento em Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

Fonte: Processos de Desapropriação do INCRA e Arquivo Pessoal da Autora.

Figura 86 – Fotos e Imagem do Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA.



A) Implantação do Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Google Earth, 2016.

B) Bandeira do MST na Entrada do Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

C) Plantação na Beira da Entrada/ Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

D) Frente de uma Moradia no Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

E) Fundo de uma Moradia no Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

F) Fogão a Lenha no Acampamento Mãe Terra, Boa Vista do Tupim/BA. Fonte: Paula Moreira, 2015.

Fonte: Google Earth, 2016 e Paula Moreira, 2015.

Neste caso, nota-se uma variedade nos materiais e nas formas das casas, porém, com um detalhe: elas estão todas agrupadas, representando um único volume, como se formassem uma grande moradia de todo o grupo. O tempo de mais de quatro anos de espera e a mudança de localização do acampamento fez com que cada acampado fosse imprimindo suas características em sua moradia, sem, entretanto, se distanciar de sua condição de membro de um grupo que lutava por uma causa comum. A Figura 85-E mostra uma realidade mais atual (ano de 2015).

Um acampamento de beira de estrada localizado em Boa Vista do Tupim que, ainda não se transformou em projeto de assentamento e, cujas expectativas para tal são bastante distantes, vista a atual conjuntura da política de reforma agrária do país. Existiam ali muitas casas, porém, com poucas famílias viventes. Elas tinham um padrão que se constituía em paredes de taipa e telhado de palha e telha cerâmica.

Tanto neste acampamento, quanto em todos os outros citados, em um local de centralidade, havia uma bandeira ou placa do MST²⁷⁴, mostrando que aquela era uma materialização de um ato político de luta pela terra daquele movimento que, conseqüentemente, tem um significado de conquista territorial, mesmo este estando em processo de conquista. Os outros movimentos normalmente colocam bandeiras também, com o mesmo sentido simbólico. Nesta mesma linha, todos estes exemplos reforçam o fato de que os acampamentos, materialmente, se constituem em barracos de lona, palha ou taipa (ou qualquer tipo de material de fácil edificação) construídos de forma agrupada sob a lógica da resistência. O Quadro 14 mostra os materiais de construção de exemplos de moradias de acampamentos instalados em fazendas desapropriadas pelo INCRA e, nos municípios em que a autora fez a pesquisa de campo. Observar as características e o conteúdo destes materiais é fundamental para se compreender o sentido do acampamento dos que lutam por terra.

Em relação aos materiais construtivos das casas dos acampamentos, três questões chamam a atenção. A primeira é que eles têm uma forte relação com o local onde estão inseridos, isto em relação aos recursos naturais ali disponíveis. A madeira, a palha, o barro, o bambu compõem tanto as paredes quanto os telhados destas casas sem custos para o grupo. Outros materiais podem aparecer, tais como telha de amianto, a lona, o

²⁷⁴ A Figura 86-B mostra um exemplo no acampamento Mãe Terra, localizado em Boa Vista do Tupim.

refugo e o bloco cerâmico, porém, a utilização destes materiais pode estar associada a algum tipo de doação ou a aquisições individuais.

Quadro 14 – Materiais de Construção das Moradias dos Acampamentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA NOS ACAMPAMENTOS DE LUTA PELA TERRA					
Região	Município	Acampamento/Fazenda	Material de Construção		
			Telhado	Parede	Piso
Baixo Sul	Camamu	Limoeiro	Palha e lona	Palha, madeira roliça e taipa	Terra batida
Chapada	Andaraí	Mocambo	Palha e lona	Palha, madeira e lona	Terra batida
Chapada	Boa Vista do Tupim	Aliança	Palha	Madeira e palha	Terra batida
		Mãe Terra	Palha, telha cerâmica, telha de amianto, lona	taipa, palha, bloco cerâmico, madeira roliça	Terra batida
		Acampamento de Beira de Estrada – MST	Telha cerâmica e palha	taipa e palha	Terra batida
Recôncavo	Santo Amaro	Petinga	Lona	Madeira e lona	Terra batida
		Paulo Cunha	Telha de amianto e lona	bambu, lona, refugo e madeira roliça	Terra batida
RMS	Mata de São João	Recanto da Paz	Telha de amianto, lona	taipa, refugo, bloco cerâmico, madeira roliça, lona	Terra batida
		Acampamento de Beira de Estrada	Lona, Telha de amianto	lona, refugo, taipa, madeira	Terra batida
	Camaçari	Rancho Alegre	lona, palha	refugo, madeira roliça, palha, taipa	Terra batida

Fonte: INCRA e Arquivo pessoal da Autora (2016). Elaboração: Paula Moreira (2016).

Outro aspecto seria a necessidade de se fazer as casas com agilidade, já que a materialização do acampamento segue uma estratégia de luta, num local onde sua construção pode ser considerada uma transgressão e, por isso, o conjunto das casas devem emergir subitamente, em bloco, causando estarrecimento. Neste caso, o domínio de técnicas construtivas práticas é essencial. Essas técnicas, entretanto, fazem parte da ancestralidade e da cotidianidade camponesa, fato que os coloca em primazia neste aspecto, viabilizando o empreendimento planejado. O terceiro aspecto é que a fluidez dos materiais tem uma grande importância, pois, como as casas funcionam como máquinas de guerra²⁷⁵, necessitam ter mobilidade. A permanência do acampamento em um determinado local não é certa. Algo pode ocorrer, tal como ameaças ou mudanças de estratégia de luta, neste caso, saber aproveitar o material em outro acampamento é fundamental. A partir destes três aspectos, conclui-se que um acampamento não é um

²⁷⁵ De acordo Silva (2015), uma máquina de guerra, no campo da arquitetura se relaciona com uma ação atravessada pelos territórios da micropolítica (utopia do possível), em contraposição à macro política.

conjunto de casas precárias, construídas por pessoas sem posses ou recursos, o sentido imaterial se sobrepõe ao material. Segundo Germani (1995), não se trata de uma aglomeração de excluídos, um acampamento denota um segmento organizado que tem uma proposta alternativa para a sociedade que os vêm excluindo.

Ainda em relação aos materiais e técnicas construtivas, se faz necessário abordar outros aspectos. A Figura 84 mostra fotos do acampamento Rancho Alegre²⁷⁶, localizado em Arembepe/ Camaçari/Bahia, no ano de 1998. Elas vão revelar um pouco da cotidianidade, da territorialidade, da construção de um grupo, evidenciando uma perspectiva de multiplicidade.

As figuras 84-A a 84-G isolam as unidades habitacionais deste acampamento, separando-as do seu significado conjunto. Nesta perspectiva, a cotidianidade de cada família ganha protagonismo. Não há uma casa igual a outra. Cada casa revela a individualidade de quem a fez e vive nela. As casas das Figuras 84-A e 84-B, por exemplo, foram construídas com o mesmo material: paredes de madeira roliça e telhado de lona plástica. Mesmo assim, se mostram completamente diferentes em relação à sua integração no conjunto. A primeira possui duas janelas, sendo uma delas voltada para o espaço público, porém, sua entrada se dá em área reservada. Já a segunda, tem sua porta principal voltada para a rua, como seu único elemento de contato com o externo. As duas casas mostram dispositivos de contato e segurança concebidos de forma completamente distintas. Neste contexto, é importante destacar que ser um acampamento envolto na Região Metropolitana de Salvador gerava tensionamentos de âmbito social mais complexos que os comumente vividos em áreas mais distantes²⁷⁷. Assim, dispositivos de segurança eram pensados e trazidos nas moradias de cada uma das famílias.

As casas das Figuras 84-C e 84-D, também construídas com os mesmos materiais (a palha e a lona), apresentam valores estéticos totalmente diferentes. A primeira casa mostra uma modularidade, uma organização planejada em sua fachada que, apesar de pequena, possui três janelas e uma porta. A palha foi colocada de forma cuidadosa, exaltando todas as peças ali presentes. A segunda parece ter uma função exclusiva de abrigo. Ela não traz para si o cuidado com os detalhes e com o acabamento. Trata-se de

²⁷⁶ Este acampamento foi tema do Trabalho Final de Graduação – TFG do curso de Arquitetura e Urbanismo da autora desta tese.

²⁷⁷ O morador da casa da Figura 84-A, Cosme Muniz da Silva (líder do MLT), foi assassinado em 1998 por um filho de outro acampado que era envolvido com a criminalidade da região.

duas casas com moradores possuidores de necessidades distintas em relação à estética da moradia.

A Figura 84-E traz um exemplar de casa de taipa com telhado de palha. Trata-se de um exemplo único construído com esta combinação de materiais naquele acampamento. Destaca-se nela sua grande integração com o quintal (todo plantado) e com a mata ali presente. Quanto ao quesito segurança, sua porta foi colocada no lado oposto à rua e ela não possui nenhum tipo de abertura voltada para esta.

A casa da Figura 84-F traz algo completamente diferente em relação aos materiais. Ela se utiliza minimamente de materiais construtivos do local. Na verdade, somente de algumas madeiras roliças para a estrutura. As vedações são todas compostas com material de refugo que, no caso, se constituem em placas laminadas e, o telhado é em telha cerâmica. Ou seu morador não dominava as técnicas construtivas da taipa de sopapo, do pau a pique e da palha trançada ou ele não apreciava este tipo de solução. Na verdade, esta casa ilustra o universo diversificado do público que compunha aquele acampamento naquele momento, trazendo a suposição de que seu morador tinha uma forte relação com os elementos da cidade, fato que o fez trazer para sua moradia, fragmentos que o remetia a estes.

A casa da Figura 84-G traz para si o significado da multiplicidade do conjunto das casas aqui reveladas. Ela é uma colcha de retalhos, um universo de fragmentos, ela traz elementos de uma casa camponesa e, ao mesmo tempo, de uma casa da favela, no mesmo sentido que Jacques (2001) traz em sua leitura da estética da ginga. Ela é feita de lona amarela, lona preta, madeira roliça, madeira serrada, telha de amianto, dentre outros materiais não identificados. Ela é toda fechada para rua, exceto pela presença de uma pequena janela toda fechada com tábuas e, ao mesmo tempo, ela tem um banco em sua frente que remete a um elemento de praça. Ela tem um ar de desleixo, mas observando com mais calma, percebe-se uma preocupação com a estética e com o conforto ambiental em toques sutis, tal como a cor azul na centralidade do conjunto ou como a colocação do banco na sombra do coqueiro.

O acampamento Rancho Alegre foi planejado pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT). A diversidade de suas casas, diferente dos exemplos antes trazidos, onde as casas eram todas semelhantes, não retira dele o componente agregador do acampamento como

um todo funcionando como um elemento materializado de pressão e luta pela terra. A figura 84-N mostra a implantação das casas, que, foi planejada pelo movimento com arruamentos e espaços públicos, dando força e identidade ao conjunto. As Figuras 84-J, 84-K e 84-L vão mostrar para, além disso, as manifestações de territorialidade no sentido de apropriação formal, cultural e de grupo do espaço físico da fazenda Rancho Alegre. Neste exemplo, um grupo de pessoas desconhecidas entre si e mobilizadas na periferia de Camaçari para ocuparem uma fazenda, vai, em pouco espaço de tempo, criar laços suficientemente extensos para produzir além de um território de luta e de reprodução da cotidianidade camponesa, lugares de integração, lazer e contemplação da natureza. O rio, com suas águas para brincar, pescar e nadar; as mangueiras, com suas sombras para se trocar ideias, cantar e se distrair; os cajueiros na beira do rio, emitindo paz para se deitar e dormir em redes. Todos estes elementos, já existentes ali antes da chegada do grupo, foram apenas identificados e ressignificados para serem apropriados no sentido do uso comum. Além deles, outro elemento teve uma importância grande na construção do grupo: a imagem de Santo Antônio (Figura 84-M) encontrada enterrada, próxima à casa sede da fazenda. Para esta, cuja descoberta teve um significado de mensagem de proteção, foi criado um altar cuja manutenção era feita pelo grupo, inclusive sendo estimada por acampados que não tinham no catolicismo sua opção religiosa. Ela era, assim, mais que um símbolo religioso, um elo de ligação do grupo.

Porém, o maior símbolo da força deste grupo é, sem dúvida, a ponte construída pelos acampados. As Figuras 84-H e 84-I trazem duas imagens desta ponte em momentos diferentes: no verão e no inverno. A ponte possuía mais de 100 metros de extensão por 1m de largura e, ligava o caminho interrompido por uma lagoa que circundava o rio Capivara, entre a restinga da beira da estrada e o acampamento. Ela foi fundamental para o grupo, pois deu a ele mobilidade: antes dela a travessia era feita somente a barco. O processo de construção desta obra de engenharia camponesa foi detalhadamente planejado. Eles calcularam o período mais propício para sua construção e, antes dele, juntaram sacos de aniagem e as madeiras para estruturá-la, além, de criarem esquemas de mutirões de trabalho. A ponte era constituída por sacos de areia, que foram colocados de forma a suspender o fundo da lagoa no nível necessário para se caminhar em fila sem se molhar. Estes sacos de areia foram estruturados por madeiras roliças que foram sendo fincadas no fundo da lagoa a fim de dar estabilidade ao conjunto. Como característica natural do local, existia uma diferenciação muito grande do volume de água da lagoa nos

períodos de seca e de chuva. Por isso, a ponte funcionava como um organismo vivo que necessitava constantemente de manutenção. Para isso, existia um esquema de gestão específico para ela, organizado pelo grupo.

A ponte não existe mais, ela foi morrendo com a influência do entorno que foi sendo destinado para loteamentos de veraneio e com o enfraquecimento da influência das lideranças, porém, ela traz uma lição essencial que, para esta tese se coloca como um ponto chave. A construção do grupo no sentido de sua autonomia. Nesta linha, seguindo a lógica de Feliciano (2006), o acampamento como forma de luta da classe camponesa tem a originalidade como ponto chave, pois objetiva a criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado na autogestão e na liberdade. Porém, esta autonomia criativa não seria possível sem o trabalho manual. O trabalho manual tão desqualificado pela sociedade capitalista, subordinado, segundo Poulantzas (1978) ao trabalho intelectual do perito, como forma de dominação, é o que viabiliza toda construção e resistência não só dos acampados de Rancho Alegre, como os de outros. O trabalho manual traz ao campesinato uma autonomia não facultada para todos. Em nossa sociedade, quem pode fazer uma ponte? Um engenheiro civil. Quem pode elaborar um loteamento rural? Um arquiteto, urbanista, um agrimensor, um agrônomo. Esta divisão do trabalho, fundamental para a estabilidade do sistema capitalista, não interessa e não se viabiliza no cotidiano camponês. Muito menos de um camponês que luta pela terra, já que ele se coloca contra a essência deste sistema quando questiona a propriedade privada e enfrenta o poder hegemônico. O trabalho manual para um acampado traz consigo uma consciência não só política quanto ao seu papel naquele momento histórico, mas, segundo Sennett (2009), uma consciência material engajada, no sentido de ter domínio do processo de confecção do artefato e, para isso, desenvolver sua capacidade de tornar algo concreto, refletindo sobre seu sentido e qualidade, expandindo suas possibilidades. Fazer algo, saber fazer algo, não comprar algo feito. Ter autonomia de como quer que seja, escolher as melhores possibilidades, refletir sobre sua espacialidade, localização, sensorialmente compreender algo. Ter a capacidade de investigar, de criar novas possibilidades, de mudar de hábitos, comparar processos. O trabalho manual eleva o ser humano à autonomia, o trabalho manual dos acampados viabiliza sua luta, o trabalho manual do camponês os tira da dependência direta da sociedade capitalista e de suas demandas. O trabalho manual viabiliza a permanência de qualquer camponês no campo no sentido de que ele pode fazer

sua casa, plantar seu alimento, coletar o que necessita da natureza para sua sobrevivência. Ele sabe fazer isso.

Nesta mesma temática da importância do trabalho manual que, intencionalmente é desprezado, passa-se agora a tratar do acampamento Mãe Terra, localizado em Boa Vista do Tupim e, organizado pelo MST. A Figura 86 traz imagens que mostram uma lógica autônoma e criativa em diversos aspectos do acampamento. Parte-se de sua implantação, Figura 86-A, onde se pode observar a dimensão da ocupação do grupo, sua complexidade e solução. Trata-se de um acampamento de mais de 100 famílias, onde foram implantadas oito ruas paralelas e uma ortogonal no extremo. O local escolhido foi dentro da fazenda, porém na beira da estrada. A localização tem relação não só com a mobilidade do grupo, mas, também, com sua segurança (a visibilidade os protege) e a proximidade do local de subsistência (horta coletiva e água). A própria localização da horta na beira da estrada (ver Figura 86-C) busca a visibilidade do grupo, além das terras mais férteis. A mesma lógica de visibilidade pode ser aplicada ao local da placa de identificação do acampamento (Figura 86-B), cuja simbologia já foi tratada neste texto. Todas estas escolhas são oriundas de reflexões somente possíveis para quem domina o processo. Para dominar o processo é necessário criar, porém, mais do isso, é fundamental cortar o mato, plantar, coletar matéria prima para construção das casas, levantar as edificações, fazer o fogão, cozinhar. Tudo isso, em grupo, sob uma bandeira de luta e, ao mesmo tempo, com a especificidade da cotidianidade de cada um. A esta última, se pode dizer que se manifesta de forma mais direta na moradia. É na moradia que as necessidades e condições de cada família vão aparecer. Em sua dimensão física, nos seus elementos constituintes, na capacidade manual do construtor, nas suas demandas, no seu zelo.

A Figura 86-D traz a fachada de uma casa do acampamento Mãe Terra. Ela mistura a técnica da taipa com a do adobe que, parecem ter sido feitas em momentos diferentes, como se tivesse tido uma ampliação: provavelmente a parte de taipa é mais recente. Pensa-se assim, porque onde existe uma janela, parece ter sido uma porta que, agora se encontra na parte da taipa. A casa do acampado é um habitat em movimento, conforme defende Borges (2002), um movimento não só relacionado à luta pela terra, mas, a adaptabilidade da família a sua realidade. Realidade esta que é transitória e instável, proporcionando, inevitavelmente, na medida em que estes elementos são representativos, uma casa com aparência efêmera, mas, trazendo em si, processos

contínuos de territorialização. É interessante notar que as Figuras 85 (A, B, C e E) apresentadas anteriormente, em que as casas dos acampamentos estavam muito semelhantes, provavelmente não haviam passado por este processo de adaptabilidade, estavam ainda no início da ocupação. Sem dúvida, tais adaptações só são possíveis pela capacidade manual de seus moradores, impulsionadas pela sua necessidade de se territorializar.

Ainda em relação à casa, agora as das Figuras 86-E e 86-F, pode-se verificar a função abrigo, se sobrepondo de forma prática e objetiva. A casa em um acampamento, tem a função de abrigar as famílias, assim sendo, é nela que se descansa da lida, também é onde se protege e, preparam os alimentos e se nutre. Numa escala mais ampla, observando-se todas as fotos da Figura 86 (a implantação, a placa do movimento, a roça coletiva, as casas), o acampamento como um todo traz consigo esta mesma função do abrigo, porém, não no sentido das necessidades físicas individuais, mas sociais do grupo camponês que luta pela terra. Assim, pode-se afirmar que um acampamento traz o sentido de moradia para o grupo como um todo, porém, de forma diferenciada, onde no mínimo de funções necessárias a sobrevivência, carrega-se uma imensidão de expectativas.

O conjunto do acampamento, considerado como uma grande moradia, vista como uma máquina de guerra, traz para ele uma envergadura sócio espacial representativa da resistência, onde quer que ele esteja. A Figura 89 mostra a implantação de outra ocupação, no caso, da fazenda Recanto da Paz, situada em Mata de São João. Este exemplo, cujo movimento organizador é o MST, traz a divisão entre as apropriações coletivas e familiares; um aspecto bastante comum nos acampamentos deste grupo social, principalmente situados em ocupações de fazendas, onde a área disponível é maior e, conseqüentemente, é possível ampliar o território usado pelo grupo. A Figura 89 mostra estas diferenciações. Na área coletiva são plantadas roças que se destinam à manutenção do grupo, através de sua associação. Também é nela, por conseguinte, que a casa sede está contida e, cuja edificação foi transformada em escola e sede da associação (a Figura 89 mostra sua localização e as Fotos 85 e 86 suas peculiaridades). A significação da área coletiva é a da apropriação do grupo, enquanto movimento de luta, por isso a presença da bandeira. É o coração, o imã, a materialização de uma apropriação territorial conjunta. As áreas de apropriação familiar vão trazer a resistência na escala cotidiana do acampamento.

Cada família traz em sua bagagem hábitos de vida, formas de sobrevivência, necessidades e conhecimentos diferenciados.

O caso deste acampamento tem a peculiaridade de ter uma localização estratégica em relação a seus vizinhos: os PAs Maju e Panema que, também, são liderados pelo MST, fato que cria entre eles uma relação ideológica de proximidade. Porém, além desta relação, fundamental para a constituição de uma rede de articulação, vão sendo construídos constantemente entrelaçamentos de cooperatividade. Relações cotidianas de amizade, de solidariedade que têm todo potencial de, futuramente, se caracterizarem como relações quase familiares ou de compadrio²⁷⁸. São construções sociais estratégicas para a manutenção da vida camponesa, sob a orientação de um movimento que, necessitam, entretanto, das relações cotidianas para se solidificarem e, conseqüentemente, se sustentarem. Aqui fica claro que para os que lutam pela terra é fundamental a articulação dos sujeitos históricos que tem uma abrangência escalar macro de atuação, porém, estas, conectadas com a resistência cotidiana camponesa, dos que estão ali vivenciando o lugar, com todas as suas especificidades, qualidades, territorialidades (daí vem à importância estratégica da constituição das áreas de apropriação familiar).

Assim, é na apropriação espacial que as territorialidades são construídas e, conseqüentemente se materializam possibilidades de construções sociais e físicas perduráveis. As moradias são fundamentais neste processo. É nelas que a territorialidade de cada família se expressa e, é nesta construção que se pode, ou não, se viabilizar a resistência, no sentido da permanência, em condições de conflito e instabilidade (característica de um acampamento). Neste sentido, o fundamental é que cada família consiga criar estratégias para se manter no acampamento, tendo uma moradia que consiga suprir suas necessidades básicas diárias (abrigo, descanso, proteção, alimentação).

É na autonomia da diferenciação, entretanto, que isto é possível. A Figura 87 mostra fotos da Moradia 1 (cuja localização está indicada na Figura 89), onde é possível se observar o interno e o externo da casa. Além disso, é possível observar o método construtivo da edificação, a sua funcionalidade e a forma de sobrevivência prioritária, constituída pela criação de bodes e galinhas.

²⁷⁸ Relação esta constituinte da ética camponesa, como já tratado em outros tópicos da tese.

Figura 87 – Fotos da Moradia 1 no Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA, 2015



A) Fachada



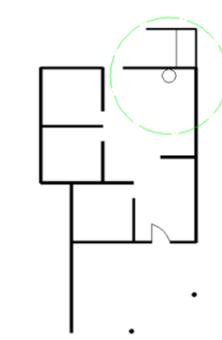
B) Sala



C) Cozinha



D) Armário da Cozinha



E) Planta Esquemática da Moradia



F) Fachada do Curral de Bode



G) Bode em sua Moradia



H) Bodes no Curral



I) Chocadeira



J) Galinheiro

Fonte: Paula Moreira, 2015.

Figura 89 – Implantação do Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA



Área de Apropriação Familiar
 Área de Apropriação Coletiva

Fonte: Google Earth, 2016 e Trabalho de Campo.

Figura 88 – Fotos da Moradia 2 no Acampamento Recanto da Paz, Mata de São João/BA



A) Fachada Frontal



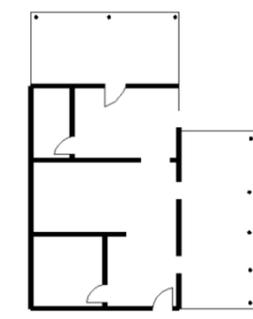
B) Sala de Estar



C) Quarto



D) Sanitário



E) Planta Esquemática da Moradia



F) Fachada do Galinheiro



G) Parte Interna do Galinheiro



H) Viveiro de Mudas



I) Bananeira



J) Área Roçada para Plantio

Fonte: Paula Moreira, 2015.

Foto 85 – Bandeira do MST, Acampamento Recanto da Paz



Fonte: Paula Moreira, 2015.

Foto 86 – Associação/ Escola, Acampamento Recanto da Paz



Fonte: Paula Moreira, 2015.

A Figura 87-A traz a fachada da casa; nela é possível observar suas modificações, movimentações, adaptações. Sua parte frontal já foi um cômodo que, por alguma razão foi desfeito e, cujos resquícios ainda perduram no local como memória (não afetiva, mas material: como rugosidade). O material construtivo propicia tais adaptações: a taipa, o refugo, a madeira roliça.

A Figura 87-B mostra a sala da casa equipada com sofá, mesa de jantar, pufe, enfim, com uma mobília característica deste ambiente, numa perspectiva urbana, mostrando características peculiares das necessidades desta família camponesa. Também é relevante observar os vãos laterais abertos para o externo, criando conexões que mostram uma despreocupação com a segurança e, ao mesmo tempo a solicitude quanto ao conforto ambiental do cômodo (o aquecimento do telhado de fibrocimento é neutralizado com esta estratégia).

O mesmo pode-se observar na cozinha, Figura 87-C. Ela é equipada com fogão, pia, geladeira, freezer, panelas. A Figura 87-D mostra um detalhe especial: uma árvore sendo utilizada, de forma prática e funcional, como armário de cozinha. Na verdade, esta árvore não tem somente esta função na edificação: ela serve como um ponto de sustentação estrutural e, também, como cobertura. Na Figura 87-A é possível observá-la e, perceber que sua copa auxilia na proteção contra a chuva intensa e o sol, sendo um elemento fundamental para o conforto ambiental da casa. A Figura 87-E traz a planta esquemática da casa, nela é possível ver a árvore como seu elemento compositor. Além dela, é possível ver na planta, sua organização espacial, com três quartos, sala, cozinha e a parte frontal desmontada (o que denota que ela está em movimento).

Partindo-se para o externo, retomando-se que a integração interna/externa da casa é bastante representativa, têm-se a fonte de sustento da família materializada através do curral de bode e do galinheiro. Nota-se o cuidado com o arranjo espacial do curral: ele foi planejado, elaborado por quem conhece seu manejo. Quanto ao galinheiro, as Figuras 66-I e 66-J mostram que a família vai adaptando sua implantação em cada canto da casa, integrando-o ao seu cotidiano. Em suma, a moradia 1 de Recanto da Paz mostra a sustentabilidade da territorialidade familiar através do domínio do manejo de suas opções produtivas, da integração com a natureza, da sua versatilidade e capacidade de adaptação.

A Figura 88 mostra fotos da moradia 2 do acampamento Recanto da Paz (ver localização da Figura 89). Ela mostra uma situação bastante diferente da moradia 1; começando por seus materiais: a casa é feita, basicamente, em alvenaria de bloco e telha de fibrocimento. Este elemento, além de mostrar uma certa estabilidade quanto a possibilidade de permanência do acampado no local, traz seu gosto, sua preferência quanto ao que acredita ser um material construtivo adequado para sua moradia. As Figuras 88-B e 88-D vão trazer a sala e o quarto em padrões bastante urbanos, tanto em dimensão quanto em disposição de mobiliário. Já a Figura 88-E traz a introdução do banheiro no corpo da casa, como um elemento essencial: algo que reproduz uma demanda sanitária característica do público da cidade. A Figura 88-E, que traz a planta da casa, mostra sua divisão entre 2 quartos, sala (bem pequena), cozinha, banheiro, garagem e área de serviço. Trata-se de uma casa com pouca articulação entre o interno e o externo, ao contrário, apresenta um bloqueio entre os dois. Um programa bastante influenciado pelas moradias de interesse social das cidades, com uma peculiaridade que seria o quarto do meio que, não tem porta e une a sala e a cozinha. A família moradora desta casa vivia antes na área urbana de Feira de Santana. Na verdade, eles não tinham um vínculo com a vida camponesa antes da vivência com este acampamento. Assim sendo, pode-se considerar que eles estão se campenizando. Isto é, estão em processo de mutação de seu modo de vida, adaptando-o a outra perspectiva. Segundo o próprio morador, ele se sente feliz e contemplado com este novo modo de vida que, vem aprendendo a cada dia. As Figuras 67-F, 67-G, 67-H, 67-I e 67-J mostram sua capacidade de adaptabilidade através de seu trabalho na criação de galinhas, no cultivo de mudas, na plantação de árvores frutíferas e de aipim. Este exemplo traz a esta tese um fragmento do universo de um público dos que lutam pela terra, ainda não trabalhado: os cidadãos em campezinação, ou seja, aqueles que estão migrando da cidade para o campo, frente às novas possibilidades trazidas pelos movimentos sociais. Isto seria possível? Um camponês precisa nascer camponês? No universo da multiplicidade, e, mais especificamente, dos que lutam pela terra, isto é perfeitamente possível, fato que torna a constituição destes grupos, ainda mais diversificada, plural, dinâmica, complexa.

Os exemplos das moradias 1 e 2 do acampamento Recanto da Paz traz um pouco da multiplicidade. Da construção múltipla de territorialidades dentro de um acampamento, vinculada, entretanto, à uma construção de um território que, neste

momento se encontra em disputa. Sobreposições necessárias para a manutenção e permanência deste tipo de forma de luta.

Por fim, tratando-se de outro viés, é importante destacar que, tanto as ocupações como os acampamentos podem se diferir profundamente em relação ao seu conteúdo social. Sobre isso, Fernandes (1999) cita três situações bem distintas. Para o autor, existem: a) as ocupações espontâneas e isoladas politicamente, oriundas de uma ação pela sobrevivência sem se configurar numa forma de organização social. Este tipo de ocupação era mais comum na década de 1980, antes da ação mais organizada dos movimentos sociais de luta pela terra, porém, ainda estão presentes em menor escala na atualidade. Os processos ocorridos nos PAs Sítio Novo (em Ipirá), Crispim e Canabrava (em Boa Vista do Tupim) são exemplos deste tipo de ocupação; b) as ocupações isoladas politicamente, porém, organizadas quanto ao objetivo. Estas, não estão articuladas a um movimento em escala regional, estadual ou nacional. Trata-se de um movimento localizado, destinado a solucionar uma demanda específica de um grupo. Um exemplo interessante seria dos posseiros que foram desintrusados de reservas indígenas ou ambientais (PA Nova Vida, em Itacaré e os exemplos já citados de Tucano): o foco central é o reterritorialização, no sentido da perpetuação da reprodução da vida camponesa. Assim, que isto ocorre (quando ocorre), eles normalmente se desestruturam como grupo e cada um segue sua vida de forma independente; c) as ocupações que possuem mais evidência: as organizadas, ou seja, as que trazem experiências de outros lugares e, estão contidas em um projeto político mais amplo. A maior parte dos exemplos aqui trazidos faz parte desta realidade porque ela é a forma de luta pela terra mais presente e evidente na realidade brasileira e baiana. Com esta perspectiva mais abrangente, Feliciano (2006) afirma que no final da década de 1970 as ocupações começam a ressurgir no cenário nacional, ampliando seu significado político e geográfico entre 1985 e 2001²⁷⁹.

É interessante notar que o terceiro tipo de ocupação tem a função clara de contestação social, vinculada com a luta pela terra, cuja extensão e alcance, por esta mesma razão, extrapolam os limites da zona rural. Assim, os movimentos sociais de luta pela terra levam este modelo de luta para as cidades para ganhar visibilidade e reivindicar

²⁷⁹ O surgimento e a expansão do MST contribuíram significativamente com esta ampliação.

ações, principalmente do Estado, relacionadas com suas demandas. O próximo item vai tratar exclusivamente do significado das ocupações e acampamentos nas cidades.

5.3.2 Ocupações Camponesas nas Cidades: Moradias em Movimento

Antes de tratar das ocupações camponesas nas cidades, seus sentidos e representações; é importante tratar do significado do termo movimento. Segundo o dicionário Dicio – Dicionário *online* de Português, movimento se relaciona com a ação de se deslocar, abrangendo a “mudança pela qual um corpo está sucessivamente presente em diferentes pontos do espaço”. O mesmo Dicio traz, também, o sentido de agitação, fermentação política ou de denominação de certos agrupamentos políticos. E, por fim, no que se relaciona com a temática aqui tratada, de circulação, agitação produzida por uma multidão que se move em diferentes sentidos.

Partindo-se deste significado que remonta ao deslocamento, a agitação, a mudança de posição, traz-se dois pontos de vista que dão mais sentido ao termo “movimento social”, todos trazidos por Gohn (1991). O primeiro vem de Thompson, que traz a importante contribuição de que as classes sociais são construídas na luta, e, por isso, são processos em formação. Este autor leva sua análise para a escala da vida cotidiana da classe social, a fim de compreender como se dão as rupturas da ordem de vida das pessoas, isto é, da quebra de sua cotidianidade em prol a mudanças que acreditam ser importantes. Assim, as condições que delimitam os processos de luta estariam relacionadas com as experiências vividas e, estas é que determinariam os valores e as ações onde, fundamentalmente, os movimentos sociais seriam movimentos essenciais deste processo em formação. Para este autor, entretanto, a unificação das experiências ou a unidade na luta é que projetaria este movimento para um cenário mais amplo.

O segundo ponto de vista vem de um paradigma de defesa da autonomia, segundo Gohn (1991). Autores como Foucault, Deleuze e Guattari, situam os movimentos sociais fora da esfera estatal. Ao contrário, eles buscam autonomia, liberdade e independência de ação em espaços de singularidade, em territórios inertes à sociedade abafada pelo Estado. Neste contexto, os movimentos sociais criam ilhas de dissidência que, progressivamente vão desagregando o sistema mais amplo. Além disso, os conflitos seriam formas de

resistência, onde os grupos envolvidos teriam identidades no plano da solidariedade e do reconhecimento mútuo e, o potencial de transformação dos movimentos estaria ligado à mudança de hábitos e atitudes.

Aqui, compreende-se o movimento camponês na perspectiva do processo de ativação de sujeitos históricos, sugerido por Thompson, e, também, na busca pela autonomia, trazida, segundo Gohn (1991), por Deleuze, Foucault e Guattari. É este, na verdade o nó da questão. Isto porque estes movimentos buscam junto ao Estado providências para melhoria de sua condição de vida, porém, prezam, necessitam, lutam fundamentalmente pela sua autonomia enquanto camponês, independente dos ditames da sociedade capitalista. Esta relação conflituosa se dá tanto na escala dos movimentos sociais, quanto na cotidianidade camponesa. É nesta complexidade, aparentemente contraditória que se movimenta, que se desloca, que se agita, e que se mantém a luta pela terra.

Na verdade, o grande “x” do problema, como já mencionado diversas vezes, é a questão agrária. Porém, esta é, para os que lutam pela terra, algo mediado pelo Estado. Por isso ele é o foco de pressão e, é através desta pressão que vem a unidade da luta, caracterizando a amplitude do movimento. Porém, a resistência com vistas à questão agrária não se mantém sem as características peculiares dos camponeses que, viabilizam de forma fluida e natural sua existência autônoma. É na esfera do cotidiano que esta construção ocorre. Sim, é no cotidiano que os camponeses vão descobrindo formas de resistir. É no cotidiano que se constroem enquanto classe social, quebrando sua própria cotidianidade em prol de mudanças. Assim, na construção de formas de extrapolar sua própria cotidianidade objetivando algo é que surge a ocupação camponesa nas cidades. Existe aí, um “casamento” fundamental entre o camponês sujeito social, com aquele que não se vê, atado com as obrigações do próprio sistema, na sua construção de liberdade.

Mas, até que ponto a cotidianidade camponesa é abalada no processo de deslocamento campo/cidade? Sem dúvida é um processo complicado para cada um, também o é para o movimento que o planeja. Porém, a sua principal característica é o deslocamento de seu modo de vida para as ruas e edifícios das cidades. A característica de adaptabilidade camponesa vista nas moradias dos acampamentos, o pouco apego a padrões de conforto ou estéticos preestabelecidos pela sociedade, sua disponibilidade em processos colaborativos e de solidariedade, e o foco na luta é que os mantêm como grupo.

Como um grupo resistente o bastante para caminhar quilômetros pelas estradas, acampar por dias nas cidades peregrinando em órgãos públicos e realizando marchas por suas ruas. Assim, as características que dão singularidade aos camponeses é que viabilizam e dão o tom à suas ocupações nas cidades.

Estes deslocamentos camponeses para as cidades, entretanto, não são raros. Ocorrem com frequência na sociedade contemporânea brasileira. Em decorrência do massacre de Eldorado dos Carajás²⁸⁰, o mês de abril é sempre marcado pela presença dos camponeses que lutam pela terra nas cidades. Porém, não é somente neste mês que isto ocorre. As demandas dos diversos grupos vão gerar necessidades deste tipo de movimento em diversas datas diferenciadas. A partir deste reconhecimento da frequência dos deslocamentos entre campo e cidade, pode-se afirmar que apesar de lutarem por territórios fixos para poderem se reproduzir enquanto camponeses, eles têm a necessidade, para viabilizar seu objetivo, de constituir territórios móveis nas cidades. Segundo Souza (1995), a construção de um território móvel não requer um enraizamento profundo com o lugar, podendo ser instável e periódico, e, também, construído e dissolvido rapidamente. A cidade comporta este tipo de território, pois, ali isto já ocorre com as prostitutas, com os camelôs, com os moradores de rua, dentre outros. Os camponeses entenderam esta característica urbana e se utilizam desta para criar, nas cidades, territórios. O interessante é notar que a apropriação destes territórios é dada por uma via dupla: pela ação organizada e marcada dos movimentos sociais com suas bandeiras, bonés e símbolos, como pode ser visto na Figura 91, em que o MST ocupa o Centro Administrativo da Bahia em 2015 e; sob a lógica tratada por Ribeiro (2002), na sua apropriação característica (ver Figura 92), com a utilização de códigos que a caracterizam, legitimando essas ocupações, constituindo-as como territórios móveis específicos.

A Figura 92 traz algumas fotos de uma ocupação no INCRA, onde é possível observar estas duas relações citadas. As Figuras 92-A, 92-B e 92-C mostram aspectos da citada adaptabilidade camponesa, com traços de sua cotidianidade expressos em seus barracos, tanto nos espaços de descanso como nos de alimentação.

²⁸⁰ Ocorrido em 17 de abril de 1996.

Figura 90 – Ocupação do MST contra o *Impeachment* de Dilma Rousseff na Barra, Salvador/BA



Fonte: Denilson Alcântara (2016).

Figura 91 – Ocupação do MST no Centro Administrativo



A) Casa Civil do Estado da Bahia

B) INCRA

Fonte: Carlos Borges (2015).

Figura 92 – Fotos de Ocupação de Vários Grupos Sociais Unidos no INCRA, Salvador/BA



A) Barracos Improvisados

B) Barracos Improvisados



C) Detalhe da Cozinha Coletiva

D) Reunião dos Ocupantes com o Grupo de Pesquisa GeogrfAR

Fonte: Lucas Zenha (2016).

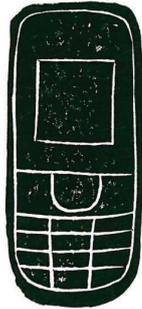
A Figura 92-D traz um momento de formação, onde os movimentos ali presentes, se articularam com o grupo de pesquisa GeografAr, para viabilizar uma atividade geradora de reflexão de classe destes sujeitos sociais.

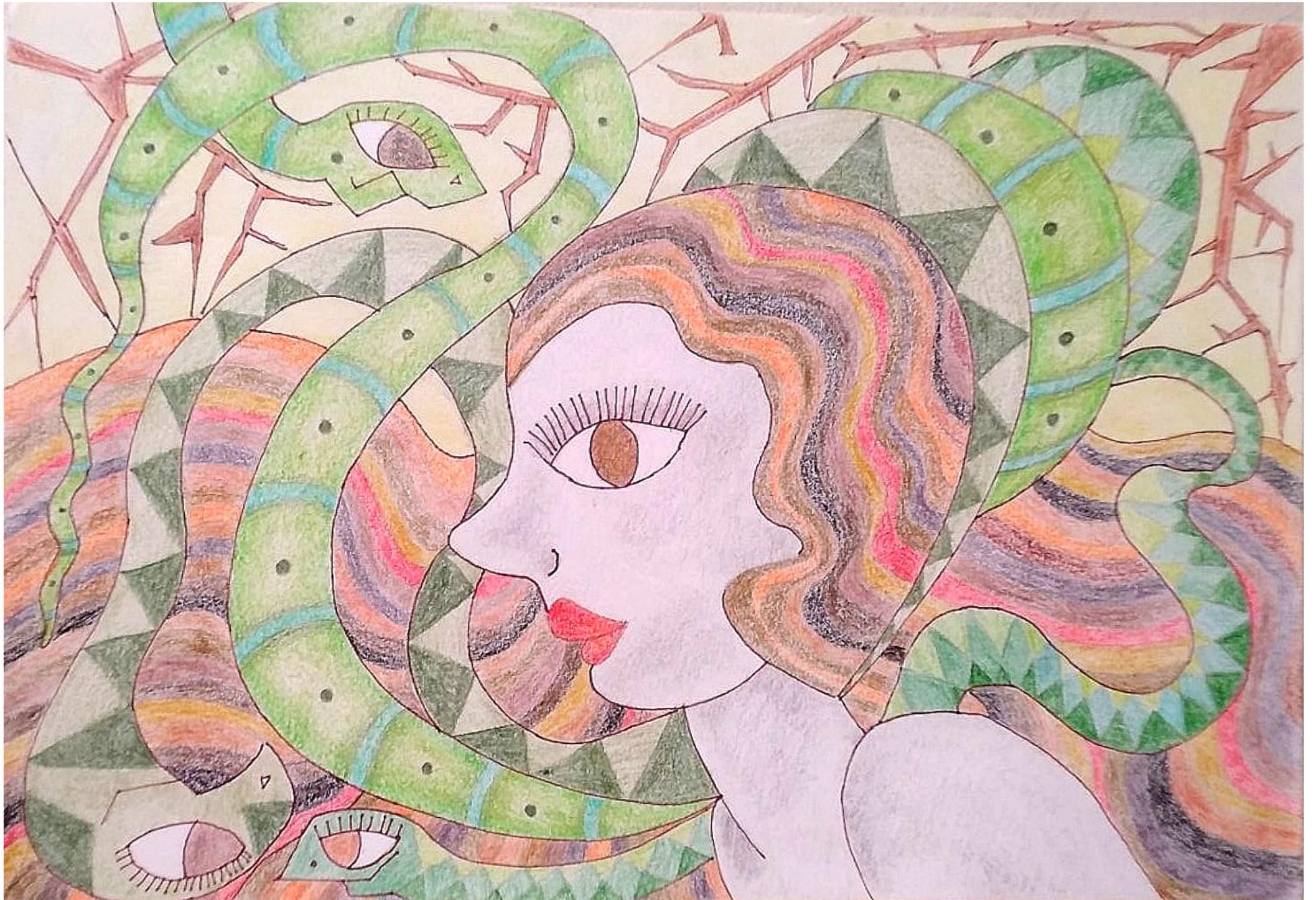
É interessante notar que as ocupações dos movimentos camponeses nas cidades constroem territórios móveis sem vínculos espaciais fixos de referência. Os territórios móveis se movimentam. Isto porque numa ocupação os movimentos podem optar em acampar no INCRA, o que é bem comum. Porém, de acordo com as demandas e condições específicas podem, também, decidir acampar em qualquer outro lugar. A Figura 90 mostra o acampamento do MST montado no Farol da Barra, Salvador, para se colocar contra o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. A referida Figura mostra um conjunto de barracas e a exposição de seus produtos para a sociedade. Mais uma vez, a luta na escala ampla se mistura e se entrelaça com as peculiaridades da vida camponesa, constituindo territórios específicos de resistência.

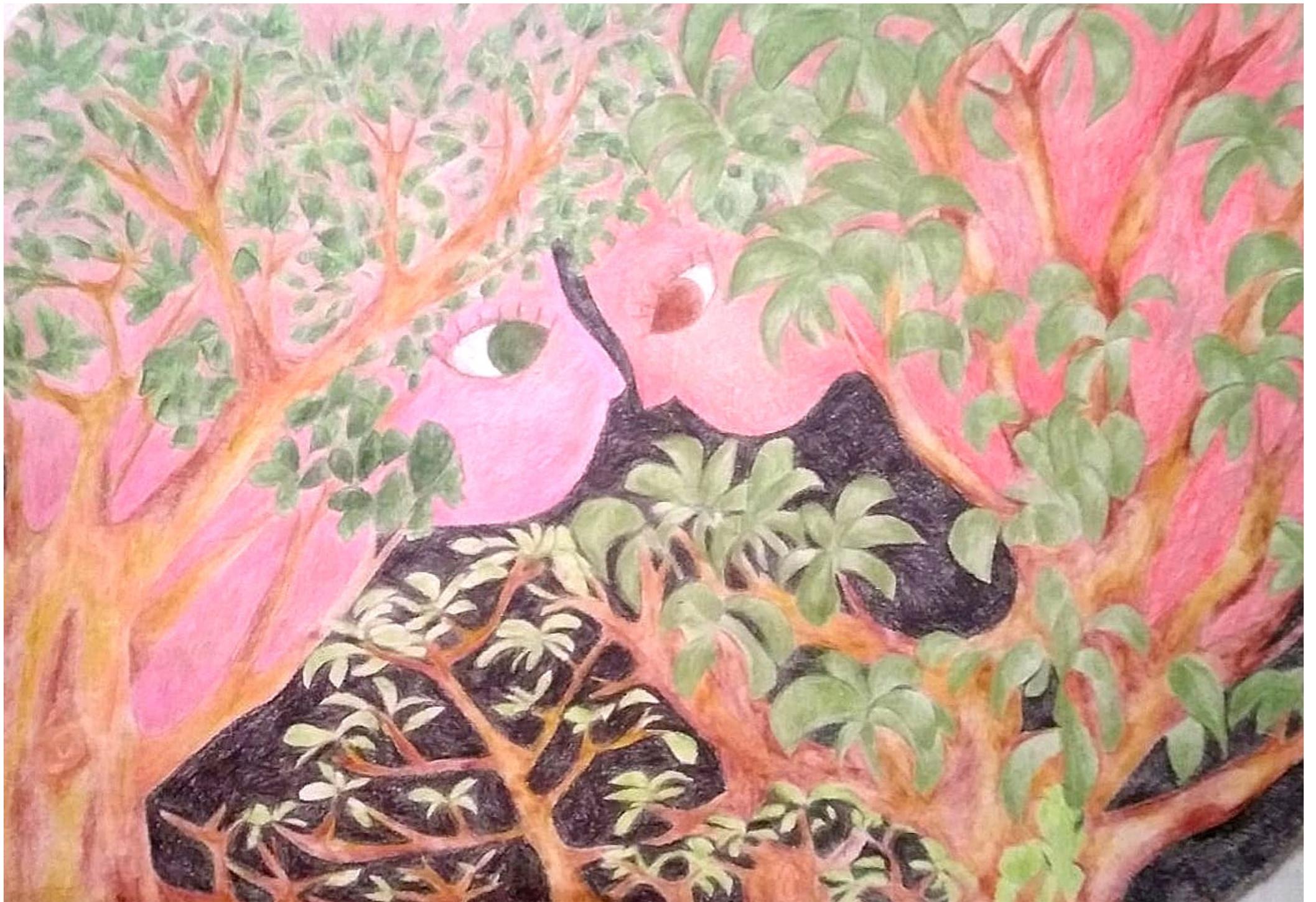
Pelas longas distâncias entre seus locais de origem e as cidades, no caso da Bahia, Salvador, como sua capital, seria a cidade que mais recebe as ocupações camponesas, é necessário se transferir as moradias por algum tempo, até que os objetivos traçados pelos movimentos de luta sejam alcançados. Assim, as moradias camponesas nas cidades se misturam com o movimento em si, se colocando como um objeto simbólico de pressão política, semelhante às dos acampamentos, porém, no contexto do território móvel sendo, efetivamente, uma moradia em movimento. Os próprios corpos, nas marchas, se tornam moradias em movimento que abrigam os anseios e a luta camponesa. Assim, as moradias em movimento se dão como elementos fundamentais de luta pela terra, se materializando na cidade e trazendo fragmentos do campo, viabilizando visibilidades, enfim, mostrando uma capacidade ímpar de mobilidade espacial ao transportar materialidades de modos de vida, constantemente, para os espaços de luta e resistência.

TERCEIRA PARTE

A ESPECIFICIDADE DA MORADIA NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO IMPLANTADOS PELO INCRA







Ouvi dizer

Ouvi dizer sobre
preconceito...
O que eu sei não vale
nada porque sou um
ninguém, ou, sou
ninguém porque nada
que sei vale?

Ouvi dizer sobre
exclusão...
O que eu tenho é o
que preciso, ou, só
posso ter mesmo o
que preciso para
sobreviver?

Ouvi dizer sobre
terra...
Minha casa é de terra
porque sou sem terra,
ou, nasci sem terra
porque, na verdade,
minha casa é todo o
planeta Terra?

CAPÍTULO 6



TERCEIRA PARTE

A ESPECIFICIDADE DA MORADIA NO CONTEXTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO IMPLANTADOS PELO INCRA

4 REAÇÃO CAMPONESA E AÇÃO ESTATAL NA ESCALA DAS MORADIAS

Na Terceira Parte desta tese, busca-se compreender o contexto e o desenvolvimento da questão da moradia, especificamente, no âmbito das políticas públicas destinadas aos projetos de assentamento de reforma agrária.

O projeto de assentamento, sendo um território específico, fruto da ação conjunta dos camponeses - enquanto sujeitos sociais - e do Estado, no sentido de minimizar conflitos, tem, nestes dois personagens, os principais interlocutores na construção das moradias nos PAs. Por isso, no Capítulo 6, levanta-se como vem se desenvolvendo a ação do Estado, desde o Momento 1 até o Momento 3, comentando a realidade atual, no que tange a gestão, os recursos disponíveis, a abrangência e as formas edificadas. Estas características são extraídas a partir da análise de normas, leis e decretos e das observações realizadas no âmbito das disputas territoriais que ocorrem entre os ideais hegemônicos e os dos camponeses, ocorridos nos projetos de assentamentos.

Antes disso, entretanto, levanta-se um dos principais condicionantes dos processos de territorialização que levam à precarização das políticas para os assentados: a temporalidade estatal que, neste caso, se configura no tempo do vazio institucional, ou seja, na ausência de sua ação.

Após ter abordado a multiplicidade das moradias camponesas, observando as características intrínsecas das famílias, das comunidades tradicionais e dos grupos que lutam pela terra, observa-se a importância das construções territoriais, onde os grupos vão se formando e criando conexões fundamentais, tanto sociais, como com a natureza, em seus processos de apropriação espacial. Inseridos nestes processos, se encontra a autonomia, adquirida pela capacidade manual, pela plasticidade camponesa frente às adversidades, pela resistência com vistas à permanência do modo de vida, pela não necessária sujeição ao sistema capitalista. Visto estas características que, mesmo submetidas à questão agrária, denotam a disputa por liberdade nas construções de vida

destes grupos, é, certamente, conflituosa a confluência entre os interesses destes com o do Estado, no momento em que os que lutam pela terra, a conquistam, via política pública.

O Estado é o provedor; aquele que disponibiliza recursos financeiros. Porém, para se acessar tais recursos, é, formalmente, necessária a submissão ao saber/poder hegemônico, conferido e consagrado pelas ciências e pelos peritos, estabelecido na lógica da sociedade capitalista. Pensando desta forma, pode-se considerar que, a implantação de habitações (via políticas públicas) em projetos de assentamentos faz parte de um dos mecanismos de territorialização do capital no campo. Este mecanismo, entretanto, não vai simplesmente adentrar no campo. Ele vai estar inserido no contexto dos processos de territorialização dos próprios assentados, isto é, na perspectiva da complexidade da ação dos movimentos sociais e, também, dos camponeses enquanto indivíduos. Nesta perspectiva, este Capítulo trata dos dispositivos de territorialização do Estado, no que concerne à moradia em assentamentos de reforma agrária, evidenciando, para cada um deles, as reações dos camponeses, ocorridas na escala dos projetos de assentamento e das unidades habitacionais.

6.1 TEMPORALIDADE ESTATAL E CONSTRUÇÕES TERRITORIAIS NA ESCALA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Analisar as moradias nos projetos de assentamento, sob o enfoque do conceito geográfico de território, traz para elas uma perspectiva de disputa. Neste caso, a disputa, não só na esfera das classes sociais, onde se tem o poder hegemônico, no caso, representado por toda estrutura que mantém a propriedade privada da forma que é, confrontando-se com os sujeitos sociais camponeses que, vem abrindo fronteiras neste campo fechado. A disputa vai se dar, também, na escala da própria moradia, assumindo um aspecto ideológico, onde se confrontam, o indivíduo da preocupação, o sujeito social e o “*homo aeconomicus*”. A preocupação do indivíduo é múltipla. Ela tem a interferência da estrutura de classes, tem a interferência da cultura, tem a interferência da natureza da pessoa, tem a interferência de sua história. Neste caso, a natureza desta preocupação se conforma como a variável mais ativa e, delimitadora da moradia camponesa nos projetos de assentamento de reforma agrária.

Porém, os condicionantes relacionados ao Estado são poderosíssimos e estes, estão sujeitos à lógica do poder hegemônico. Sem dúvida, este jogo traz, para a preocupação, alguns elementos específicos. O primeiro deles é que, através do boicote que, seria a ausência ou lentidão da ação dentro de um PA, após ele ser criado, vai ser gerada, para os assentados, a preocupação com a sobrevivência e, conseqüentemente, sua repercussão na forma da disputa territorial. A lentidão ou ausência do Estado e a preocupação que ela reverbera, geram, para a implantação dos projetos de assentamento de reforma agrária, a característica da precariedade que se expressa, diretamente, em suas formas espaciais. No caso aqui tratado, a moradia representa estas formas.

Assim, antes de adentrar no modo como o INCRA vem agindo nos três momentos, no que concerne à constituição das moradias (item 6.2), inicia-se este Capítulo com um dos condicionantes principais, observados pela autora em relação à sua ação: a temporalidade da ação estatal.

O tempo é algo que o ser humano não pode controlar. Cada um, passa em vida, no máximo uns 140 anos, destes, os primeiros, da infância, o fazem dependentes de seus responsáveis; na juventude, busca-se a vida em sua forma mais intensa, porém, sem a maturidade advinda da experiência que vem, posteriormente, na vida adulta. Já o adulto saudável tem capacidade de trabalho. Capacidade esta que pode durar cerca de 50 anos ou na melhor das hipóteses, 60 anos. Impreterivelmente, sejam os ricos ou os pobres, todos vão perdendo sua vitalidade com o tempo. Vitalidade do corpo que vai tendo cada vez mais dificuldades de exercer o trabalho.

Tudo isto é dito porque trabalha-se aqui com pessoas. Os assentados são pessoas que tem um tempo de vida limitado, assim como todos do planeta Terra. Como já visto anteriormente, eles passam por um intenso processo de luta para conquistar a terra. Nos acampamentos, existem casos de se passarem mais de dez anos. Assim, não se pode encarar a criação de um projeto de assentamento como o tempo zero da vida destas pessoas. Muitas, chegam ali já idosas. A Figura 93 mostra o quanto o tempo de espera imposto aos assentados, após a criação de um PA, é cruel²⁸². A partir da disponibilização da unidade habitacional e da demarcação dos lotes de produção, ela vai mostrar a

²⁸² É importante afirmar que ela tem abrangência limitada, em relação aos todos os componentes da política de Reforma Agrária que, compreende, também, elementos tais como a assistência técnica ou os créditos destinados à produção.

longevidade do percurso para se adquirir algo importante: a completude do sentido de moradia camponesa em um projeto de assentamento.

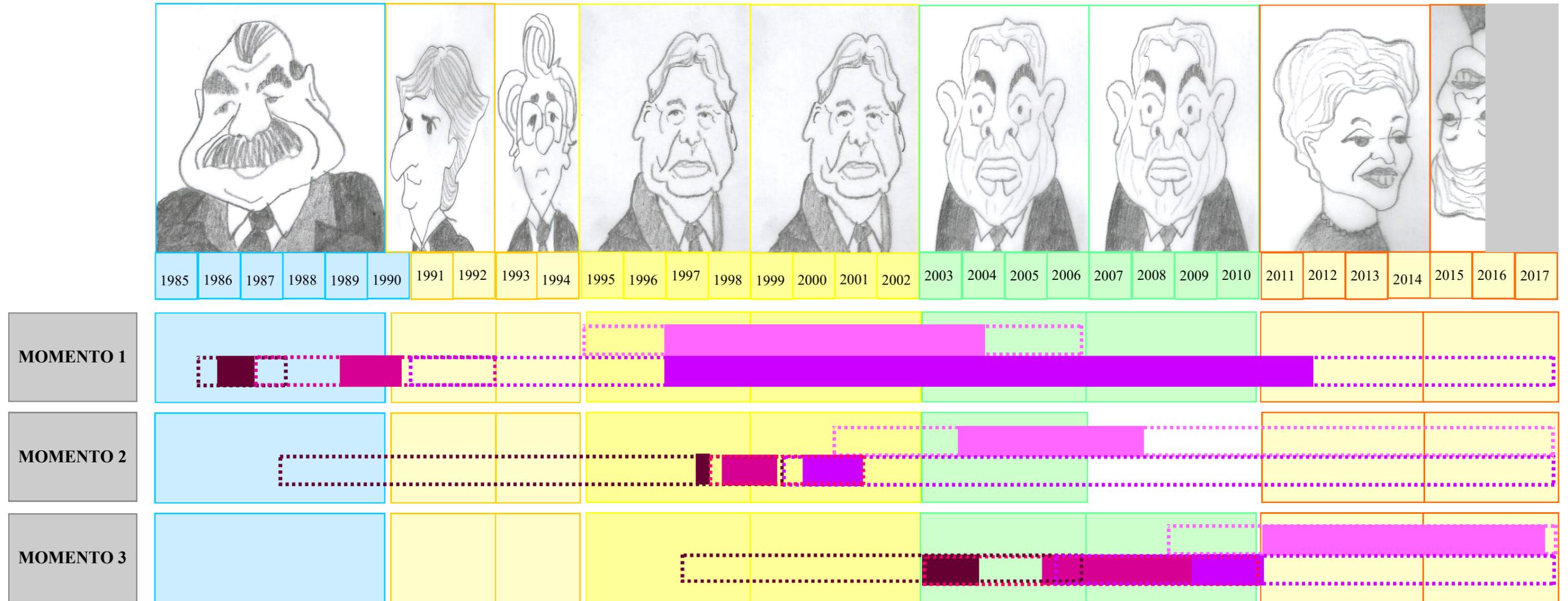
A Figura 93, se constitui num infográfico, cujo tema é a temporalidade das ações do Estado em relação aos projetos de assentamento de Reforma Agrária na Bahia, entre os anos de 1985 e 2017. Ele é dividido pelos Momentos 1, 2 e 3, adotados nesta pesquisa, tendo o Governo Dilma representado somente para visualizar a continuidade das ações iniciadas nos momentos anteriores. Ela trabalha, tanto com o tempo total, como com a média temporal de algumas ações sequenciais executadas pelo INCRA em 67 PAs. O tempo total, representado pelos polígonos pontilhados, mostra, na linha do tempo, a primeira e a última ação da atividade específica, indicada na legenda. A média temporal, representada pelos polígonos cheios, mostra a predominância de cada ação, em relação ao tempo médio de todos os PAs analisados por Momento. A variável trabalhada é o intervalo de tempo em relação às seguintes atividades: da elaboração do laudo de vistoria e avaliação para a publicação do decreto; da publicação do decreto a criação do projeto de assentamento; da criação do projeto de assentamento a disponibilização do recurso para a habitação e; da criação do projeto ao parcelamento do projeto de assentamento.

Enfatizando-se que a moradia camponesa do assentado de reforma agrária tem três escalas de compreensão. A primeira, no sentido da luta e resistência coletiva que, vai constituir todo o PA como moradia do grupo, como grande abrigo. A segunda está relacionada com a construção das conexões do assentado com a terra, o trabalho e a família, fatores que a aproximam do sentido da sustentabilidade e do lar. A terceira, na perspectiva da territorialização de pessoas, ideias, interesses, tanto dos assentados, como de agentes externos, gerando, para cada moradia, o conteúdo de fragmentos específicos e em mutação. Parte-se do pressuposto que a primeira escala já se constitui numa realidade. Com o PA criado, o grande abrigo do grupo é constituído. Assim sendo, o divisor de águas seria a criação do PA. A criação do PA precede de uma Decreto presidencial que disponibiliza determinada fazenda para a Reforma Agrária. Tal Decreto, ocorre posteriormente técnicos da área de agronomia, ligados ao INCRA, verificarem se tal fazenda se enquadra nos critérios legais necessários para sua destinação à Reforma Agrária²⁸³.

²⁸³ Neste caso, existem critérios relacionados com a produtividade, a legislação trabalhista e a ambiental.

Figura 93—Temporalidade das Ações do Estado em Relação aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Bahia, 1985/2017

TEMPORALIDADE DAS AÇÕES DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA—INCRA/ BAHIA



MÉDIA TEMPORAL

- DA ELABORAÇÃO DO LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO DO DECRETO
- DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO A CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
- DA CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO A DISPONIBILIZAÇÃO DO RECURSO PARA A HABITAÇÃO
- DA DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSO PARA HABITAÇÃO PARA O PARCELAMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

TEMPO TOTAL

- DA 1ª AVALIAÇÃO AO ÚLTIMO DECRETO DO MOMENTO
- DO 1º DECRETO AO ÚLTIMO PA CRIADO DO MOMENTO
- DO 1º PA CRIADO A ÚLTIMA HABITAÇÃO CONCEDIDA
- DO 1º PA CRIADO Á ÚLTIMA DEMARCAÇÃO

Fonte: INCRA. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Ocorre que, estes técnicos, normalmente, fazem este estudo, chamado de Laudo de Vistoria e Avaliação, quando ocorre pressão social, podendo essa ser uma ocupação ou um acampamento. Infelizmente, não foi possível verificar quanto tempo os camponeses tiveram que esperar até que o referido Laudo tenha se efetivado. Parte-se aqui, por limitação na fonte de dados, do momento em que os agrônomos são autorizados, pelo INCRA, a iniciar seu trabalho.

Observa-se na Figura 93 que o Momento 1 é o que possui o menor tempo absoluto no intervalo entre a elaboração do Laudo de Vistoria e Avaliação e o Decreto presidencial (dois anos). Para o Momento 2, existe um tempo absoluto de quase dez anos, isto significando que FHC assumiu demandas do Momento 1, acontecendo o mesmo com o Momento 3 que, tem um intervalo, também, próximo a dez anos e, também assumiu demandas do momento anterior. Uma questão, aqui, deve ser destacada: o Momento 1 não criou muitos PAs e, também, não tinha demandas anteriores, pois, como visto no Capítulo 2, no Momento 0, a política do INCRA se relacionava, prioritariamente, com os projetos de colonização. Além, disso, existe um vazio na ação do órgão nos anos que precederam o I PNRA. O tempo, entretanto, dos que resistiam, esperando a ação do INCRA no Momento 1 foi grande, visto que em todos os casos analisados, eles se constituíam em posseiros que estavam sofrendo violência de grileiros ou latifundiários e, foram representados, junto ao INCRA, pelos sindicatos locais. Em relação à média temporal, o Momento 2 foi o mais ágil no intervalo entre a elaboração do Laudo de Vistoria e Avaliação e a publicação do Decreto, menos de um ano.

Quanto ao intervalo da publicação do Decreto à criação do projeto de assentamento, em relação ao tempo absoluto, visualiza-se uma morosidade maior no Momento 3, onde tiveram PAs criados em 2003 e, também em 2010. É importante destacar que no Momento 3, a legislação relacionada à reforma agrária já seguia a linha mais dura, estabelecida por FHC, no seu segundo mandato. Ao que parece, a criação de projetos de Reforma Agrária vai, progressivamente, se tornando mais difícil de se concretizar com o tempo. É importante destacar que, no Momento 1, o tempo absoluto, também, foi grande, visto a interrupção da política no Governo Collor e a pouca ação no de Itamar. A média temporal deste intervalo, também, é maior no Momento 3, seguindo a mesma lógica. Em média, no Momento 3 os camponeses esperaram pouco mais de três anos para ter certeza que sua luta havia se concretizado. As médias nos momentos anteriores são pouco maiores que dois anos.

Dando prosseguimento, da data de criação à disponibilização de recurso destinado à habitação, muito se tem a comentar. Os PAs implantados no Momento 1 ainda têm pendências quanto a este recurso na atualidade. Seriam quase 30 anos de espera com uma média temporal de 15 anos? A verdade é que o INCRA não consegue concluir essa ação nos PAs, porque ela se iniciou de forma muito precária, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente. O Momento 2 aparece com uma média temporal bem menor: quase dois anos. Porém, apresenta no tempo total, demandas que sobrevivem, também, até os dias atuais. O Momento 3 apresenta uma média temporal similar ao anterior, também com demandas atuais. Ao que parece, o INCRA, quando destinava recursos para as moradias, conseguiu seu melhor tempo, já a partir do Momento 2, quando este número se estabiliza. Porém, é importante destacar que existe uma diferença em receber o recurso na conta da associação (que é o que está sendo medido aqui) e, aplicá-lo. Neste caso, foi observado que o tempo de espera pode ser, pelo menos, duplicado. Isto porque o INCRA não disponibilizava de corpo técnico suficiente para acompanhar tal aplicação, por isso o recurso ficava na conta das associações por muito tempo. Pode-se concluir que a disponibilização de unidades habitacionais no PA se constitui em um problema que traz consigo a ansiedade da espera e instabilidade do local de acolhimento para cada família assentada.

O intervalo de tempo entre a criação do PA e a demarcação dos lotes é essencial para esta tese, por se considerar o local de trabalho do assentado, parte de sua moradia. Assim, ela só seria plena quando se formalizassem os limites e os potenciais das conexões do assentado com a terra, com o trabalho e com a família. Neste momento, ele saberia quem seriam seus vizinhos, as pessoas com as quais ele vai poder contar; qual a característica de seu pedaço de chão, o que mais se adequa ali; qual a estratégia de rotina de trabalho vai traçar. São decisões importantes que, pela demora da ação do Estado, vão sendo proteladas, criando um clima de incerteza no grupo. A Figura 93 mostra que para o Momento 1, esta espera em tempo absoluto pode ter durado até 11 anos e, em média, em torno de sete. No Momento 2, a média gira em torno de quatro anos, porém, com PAs que demoraram mais de 15 anos para terem seus lotes demarcados. A média do Momento 3 é de seis anos, sendo que o tempo total se inicia em 2008 e se estende até a atualidade.

Visualizando-se a Figura 93 de forma integral, pode-se perceber que no Momento 1, depois de mais de 30 anos, ainda existe demanda nos PAs no que se refere à sua moradia (habitação mais a demarcação). No Momento 2, são 20 anos, sendo que existem

assentamentos criados por FHC, porém, decorrentes de conflitos anteriores, fato que, para estes, existe uma extensão de tempo que se aproxima, também, de 30 anos. No Momento 3, o tempo de espera é de 14 anos, com demandas anteriores que tornam, para alguns, o tempo maior: cerca de 20 anos de espera.

É dramático verificar a quantidade de tempo de espera das famílias assentadas para poder apreciar sua moradia na plenitude de seu conteúdo. Porém, eles não ficam parados esperando o Estado agir. Primeiramente, eles prosseguem o processo de luta na macro escala política, indo, em conjunto com os seus movimentos sociais, reivindicar a ação do Estado, os recursos, o suporte. Paralelamente a isso, entretanto, eles vão se territorializando nos PAs, isto é, se apropriando do espaço de diversas formas. Estas formas vão variar, de acordo com o grau de entrosamento e articulação do grupo, de sua capacidade de criar estratégias e das características físicas do PA.

Estas apropriações ocorrem na escala do grupo, do sujeito social e, do indivíduo. No segundo caso, é importante compreender que existem, em cada grupo de assentados, pessoas com capacidades diferenciadas. Assim, iniciam-se as diferenciações pois, umas vão conseguir se articular melhor que outras, na busca de benefícios pessoais²⁸⁴ e, por conseguinte, o indivíduo da preocupação vai despertando, na medida em que o sujeito social vai adormecendo. A Figura 94 mostra duas casas no PA Santa Maria, localizado em Marau, existentes antes do recurso para habitação ter sido ali aplicado. A 94-A, de madeira, foi construída pelo próprio morador, já a 94-B, de alvenaria, foi apropriada por uma família de assentados. Ela, na verdade, faz parte do patrimônio coletivo do PA, por se tratar de uma benfeitoria da antiga fazenda. Neste caso, um bem coletivo foi apropriado individualmente. Conseqüentemente, esta família conseguiu resolver seu problema habitacional de forma permanente, já que ela não mais sairá dali. A outra família, está numa moradia provisória, aguardando o recurso para a moradia permanente. A demora da ação do Estado, gerou, neste caso diferenciações na escala local, vinculadas a processos de disputa, vinculados à moradia.

A Figura 95 traz um conjunto de casas com características construtivas diversas. Todas elas se localizavam no PA Marambaia (Itacaré), em 2000, antes da disponibilização do recurso para habitação. Importante destacar que este PA foi criado no Momento 1, por

²⁸⁴ Este benefício pessoal não está associado à intenção de prejudicar o outrem, mas, simplesmente para garantir uma condição melhor para sua família.

isso, os processos de territorialização ali, no momento em que as fotos foram feitas, já durava mais de dez anos. Para além do domínio técnico, visto que ali tem casa de tábua (95-A), de alvenaria com cobertura de telha cerâmica (95-B), de taipa (95-C), de alvenaria coberta com laje (95-D) e de madeira roliça e palha (95-E); o que chama a atenção são as diferenças no ideal de moradia. As casas vão revelar o quão profundas são as diferenças existentes ali: a variada capacidade de se viver em condição provisória, aguardando o recurso; a diversificada capacidade financeira de comprar material de construção; a diferença nas necessidades, expressas pelos programas das casas, umas com varanda avantajadas, outras sem nenhum tipo de alpendre, por exemplo. O tempo deixado pelo vácuo institucional, visto que o INCRA somente disponibilizou moradia no ano 2000, fez com que as diferenças na forma de morar fossem afloradas precocemente, acentuando as diferenças sociais existentes e, por conseguinte, contribuindo para a fragmentação do grupo.

Tratando-se da Figura 96, revela-se o caso de um PA criado no Momento 3. O Santa Maria, localizado em Mata de São João. Citando-se o caso das casas de Cristina, Figuras 96-C, 96-D e 96-E, pode-se compreender o significado de uma vida na perspectiva do grupo de assentados.

Cada assentado carrega uma história, cada assentado tem uma demanda. Sua vida está em constante movimento e, na não ação do INCRA para se construir a casa definitiva de Cristina, ela teve o desconforto de morar em duas casas diferentes, fato que desorganizou sua vida durante quase quatro anos. Sua primeira casa (96-C), construída por ela e sua família com a técnica da taipa, apesar de ter uma localização e uma disposição interna que atendia às suas demandas (ver planta na Figura 96-D), teve que ser abandonada. Ela estava localizada exatamente onde seria feita a casa permanente. Porém, desde que essa informação foi veiculada, Cristina sentia uma sensação de provisoriedade, como se sua mudança fosse ocorrer a cada dia. Esta sensação foi se acentuando, porém, o recurso para construir a casa nunca se materializava no PA (demorou cerca de dois anos). Infelizmente, quando isso ocorreu, Cristina estava doente e solitária. Precisava sair da casa de taipa, para que outra se levantasse. Como não tinha forças para fazer outra casa provisória, os assentados disponibilizaram para ela a casa coletiva que depois se transformaria em sede da associação. Ali, Cristina viveu por mais de dois anos, também, numa condição de provisoriedade, até que sua casa fosse concluída.

Figura 94 - Fotos de Moradias no PA Santa Maria antes do Crédito Habitação, Maraú/BA



A) Moradia em Madeira B) Moradia em Alvenaria de Bloco

Fonte: INCRA, 2000.

Figura 95 - Fotos de Moradias no PA Marambaia antes do Crédito Habitação, Itacaré/BA



A) Moradia em Tábua de Madeira B) Moradia em Alvenaria C) Moradia em Taipa D) Moradia em Alvenaria com Laje E) Moradia em madeira roliça e palha

Fonte: INCRA, 2000.

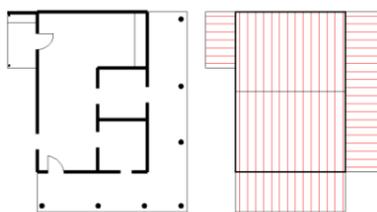
Figura 96 - Fotos de Moradias no PA Santa Maria antes do Crédito Habitação, Mata de São João/BA



A) Moradia em Taipa com esquadrias B) Moradia com Plantação



C) 1ª Moradia em Taipa de Cristina



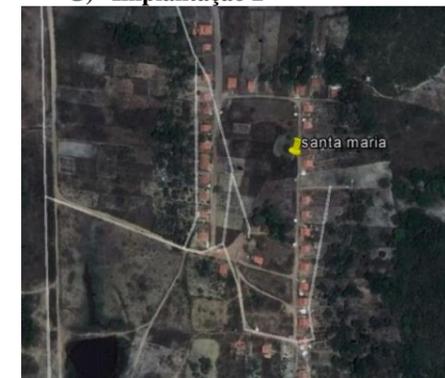
D) Plantas da Moradia de Taipa de Cristina



E) 2ª Moradia de Cristina



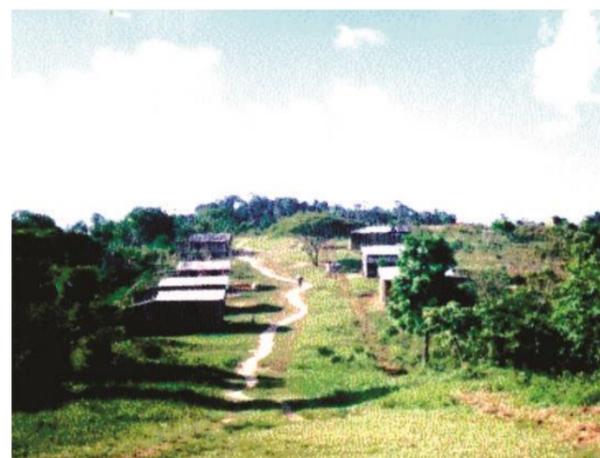
F) Implantação 1



G) Implantação 2

Fonte: INCRA, Paula Moreira, 2015 e Google Earth, 2013 e 2017.

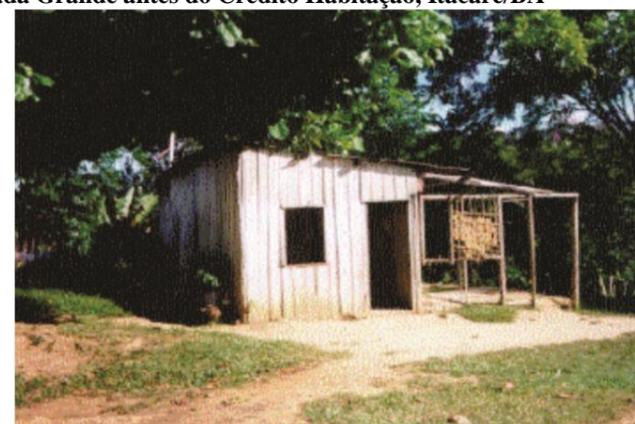
Figura 97 - Fotos de Moradias no PA Pancada Grande antes do Crédito Habitação, Itacaré/BA



A) Vista das Moradias



B) Implantação das Casas



C) Moradia em Madeira



D) Moradia em Taipa e Madeira

Fonte: INCRA, Paula Moreira, 1998.

Figura 98 - Fotos de Moradias no PA 1º de Abril antes do Crédito Habitação, Ipirá/BA



A) Vista das Moradias B) Vista das Moradias

Fonte: INCRA, Paula Moreira, 2010.

Figura 99 - Fotos de Moradias no PA Mocambo antes do Crédito Habitação, Andaraí/BA



A) Moradias implantada perto do Rio B) Moradia implantada perto da Estrada

Fonte: INCRA, Paula Moreira, 1998.

Figura 100 - Fotos de Moradias no PA Dom Mathias antes do Crédito Habitação, Ipirá/BA



A) Vista das Moradias B) Moradia sendo Desmontada

Fonte: INCRA, Paula Moreira, 2009.

Findado o processo, passaram-se cerca de quatro anos, a contar do momento que ela se instalou na casa de taipa, que a assentada viveu sob a perspectiva da moradia que nunca se concretizava.

A necessidade gera criatividade, gera a busca por soluções. A Figura 96-A, traz a imagem de uma estratégia de um morador do mesmo PA. Ele construiu uma casa de taipa, também na condição de provisoriedade, porém, trouxe elementos para torná-la mais agradável: esquadrias de madeira com vidro. É comum que as casas de taipa sejam escuras nos PAs, pela característica das esquadrias que, normalmente, são feitas pelos próprios assentados com tábuas. Neste caso, o assentado resolveu investir no seu presente, não hesitando em investir em elementos que pudessem melhorar sua qualidade de morar, mesmo em situação provisória.

A Figura 96-B vai mostrar outra estratégia, agora na perspectiva da integração casa-trabalho. O assentado, neste caso, transformou toda a área externa de sua casa em plantações, principalmente de aipim. Sua apropriação é ampla, já contemplando elementos de conexão com a natureza, vislumbrando, com isso, sua sobrevivência, sua segurança alimentar.

As Figuras 96-E e 96-F vão mostrar que a apropriação deste morador não é fruto somente de uma opção pessoal. Somada a esta, ela faz parte de uma estratégia maior, traçada pelo grupo assentado, orientado pelas lideranças do MST. Quando o PA foi criado, os assentados já haviam planejado onde e como se localizariam suas moradias. A estratégia inicial era de ser ter uma grande praça no centro, onde inicialmente, antes de se demarcar os lotes de produção, os assentados pudessem plantar para se manterem. A Figura 96-E mostra o momento anterior da construção das casas definitivas e a 96-F, o posterior. É possível visualizar que o plano físico se manteve, ou melhor, se consolidou, mostrando que, independentemente do Estado, o grupo de assentados foi criando estratégias, planos, projetos, todos vinculados à previsão do vácuo da ação do Estado, observado nas experiências anteriores. Esta observação de experiências anteriores se viabiliza pela bagagem dos próprios movimentos sociais que, a cada projeto de assentamento, a cada situação encontrada, vão refletindo e agindo no sentido de criar estratégias para possibilitar seu avanço.

Tratando-se de outra estratégia de grupo, a Figura 97 traz o exemplo do PA Pancada Grande, localizado entre Itacaré e Marauá e, criando no Momento 2. Os

assentados do PA Pancada Grande, também, tarimbados por observar as experiências de outros assentamentos na região, criaram uma estratégia bastante interessante, cuja moradia tem a centralidade. Eles, assim como no PA Santa Maria, planejaram a localização e o arruamento do núcleo habitacional antes de receberem o crédito para habitação (vide a planta na Figura 97-B). Porém, prevendo a demora deste, utilizaram parte do recurso recebido anteriormente, chamado Crédito Instalação/ Apoio Inicial, para comprar material construtivo para a casa provisória (as Figuras 97-C e 97-D mostram exemplos). Com este recurso, compraram telha de amianto, tábuas de madeira e, construíram as casas nos lotes já demarcados, como ilustra a Figura 97-A²⁸⁵. Esta estratégia teve três repercussões importantes: a primeira, é que os assentados puderam esperar a casa definitiva numa condição de maior conforto; a segunda, a decisão coletiva fez com que todos pudessem ter condições similares, contribuindo para a integridade do grupo e; a terceira, os assentados puderam se acomodar nos seus lotes de moradia, já previamente definidos, saindo, neste sentido, da desconfortável condição de provisoriedade.

As Figuras 98 e 100 vão mostrar referências diferentes de estratégias, também relacionadas com este momento inicial, onde, sem elas, a espera pelo recurso da habitação poderia se tornar algo muito mais tortuoso. Em ambos os casos, foram traçadas estratégias de acomodação para o momento anterior ao do recebimento do crédito para habitação. Porém, o primeiro caso mostra uma situação onde a implantação das casas permanentes se deu em um núcleo habitacional e, outro, as casas foram implantadas de forma dispersa. Os dois PAs se localizam no município de Ipirá e foram criados no Momento 3. O primeiro, PA 1º de Abril, vinculado ao MST, teve suas casas provisórias construídas de forma semi agrupada (ver na Figura 100), em um local próximo onde estava planejado o núcleo habitacional permanente. Neste caso, a proximidade se referia à possibilidade de acompanhamento da obra das casas, quando ela ocorresse. Outra questão é que não seria necessário demolir as casas provisórias para se fazer as permanentes, já que elas estavam em locais diferentes. Por fim, existia a ideia de se sortear o lote definitivo somente quando todas as casas estivessem prontas. Assim, o grupo se manteria coeso, e as apropriações individuais não se sobressairiam às coletivas. Neste caso, na prática, o ocorrido se deu

²⁸⁵ Como visto no Capítulo 5, a tábua de madeira é um material bem aceito nas moradias da região Sul da Bahia.

um pouco diferente, pois, o processo de construção das casas foi muito moroso, desgastando bastante o grupo, fato que os obrigou a fazer o sorteio antes do planejado.

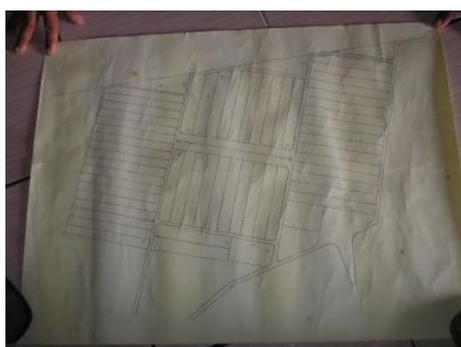
O exemplo da Figura 100, mostra uma estratégia bastante interessante, ocorrida no PA Dom Mathias. Os assentados, de forma parecida com Pancada Grande, utilizaram parte do crédito inicial na compra de material de construção para as casas provisórias que, foram implantadas num pequeno núcleo habitacional, próximo à sede da antiga fazenda. Assim, os assentados puderam ter certa comodidade, enquanto esperavam a habitação e, também, a demarcação dos lotes. Isto porque, neste caso, eles não admitiram construir suas casas definitivas em agrovila. Eles queriam suas casas nos lotes individuais. Com esta motivação, juntaram dinheiro para pagar, com recursos próprios, a demarcação topográfica do PA. Somente após esta etapa concluída, é que os assentados aplicaram o recurso da habitação que, pelo tempo demandado, já se encontrava na conta da associação. Destaca-se que as casas da Figura 100-A não existem mais, eles a fizeram com a argamassa fraca, justamente para desmontá-las (Figura 100-B mostra este momento), no sentido de reaproveitar seu material na construção das casas definitivas. Este exemplo nunca poderia ter ocorrido sem a experiência de suas lideranças que tiveram capacidade de traçar uma estratégia segundo Soares (2014).

A Figura 99 mostra o exemplo do PA Mocambo, localizado no município de Andaraí e criado no Momento 2. Neste caso, a característica da luta definiu territorializações distintas no PA. Este PA é fruto da luta de dois movimentos diferentes: o MLT e o STR. O grupo vinculado ao primeiro, esperou o recurso da habitação em um núcleo provisório (Figura 99-B), localizado ao redor da sede da fazenda e, posteriormente, com a definição do local do núcleo permanente, ao lado da estrada (BA-142), construíram moradias provisórias já nos lotes definitivos, onde aguardaram a chegada do recurso da habitação. Estrategicamente, no período desta espera, foram buscando junto ao poder público local infraestrutura para o novo aglomerado. O segundo, implantou as casas provisórias no próprio local onde as casas permanentes ficariam (Figura 99-A), próximas ao rio Paraguaçu, buscando a segurança hídrica. Neste caso, chama a atenção que este assentamento funciona como se fossem dois, fato que determinou a construção de dois núcleos habitacionais distantes e distintos, tanto na estratégia, quanto em suas relações e articulações. Neste caso, as construções territoriais oriundas do processo de luta se mantiveram e, se consolidaram a partir da materialização das casas provisórias e, depois, das permanentes.

Os exemplos mostram os assentados, numa perspectiva de resistência, buscando caminhos, não numa postura de passividade. Também revelam que os movimentos sociais trazem consigo uma bagagem de experiências que, ajudam no processo de planejamento físico. Assim, o longo tempo da espera da unidade habitacional não é marcado pelo vácuo, na escala do PA. Não se pode afirmar que é um momento de harmonia. Ele é preenchido com planos, com esperança, mas, também, com disputas e territorializações locais²⁸⁶. Trata-se de um período de acomodação social efervescente, onde, a assistência técnica deveria estar presente, revelando aos assentados, técnicas e instrumentos que os ajudassem no processo de planejamento. Oferecimento de cartografias, relatos de experiências, testes de solo, capacitações sobre legislação, assistência social, dentre outras ações, seriam cruciais para os assentados, porém, estas ações, quando ocorrem, são sazonais, inconsistentes ou falhas.

Existem casos, entretanto, onde a assistência técnica teve um papel importante, o que repercutiu positivamente no processo de planejamento da organização. As Figuras 101, 102 e 103 vão mostrar as repercussões da ação de uma única equipe técnica de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)²⁸⁷ que atuou na região Nordeste da Bahia por um período. A Figura 101-A traz uma planta do núcleo habitacional permanente do PA Tingui Gonçalves, localizado em Sítio do Quinto.

Figura 101 - Fotos de Moradias e Projeto de Loteamento no PA Tingui Gonçalves antes do Crédito Habitação, Sítio do Quinto/BA



A) Planta dos Lotes feita pela Comunidade



B) Vista de Moradia Provisória e Definitiva



C) Moradia Provisória

Fonte: Paula Moreira (2011).

²⁸⁶ Os exemplos das apropriações no PA Santa Maria (Maraú), exemplificam este tipo de relação.

²⁸⁷ ATES é um programa coordenado pelo Incra que objetiva tornar os assentamentos em unidades de produção estruturadas, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, considerando-se, a preservação ambiental.

Os assentados, em conjunto com a equipe, a projetaram e, depois lotearam o local preestabelecido. Ali, construíram suas casas provisórias (Figuras 101-B e 101-C), até serem contemplados com o recurso para habitação. Em visita ao PA Tingui, esta autora percebeu que eles passaram a desenhar todas as suas demandas, utilizando o conhecimento adquirido na projeção do núcleo habitacional. Sem dúvida um ganho sem precedentes.

A Figura 102 traz o processo de construção deste planejamento, orientado pela mesma equipe técnica, agora, no PA Rompe Gibão, também em Sítio do Quinto.

Figura 102 - Fotos de Moradias e Projeto de loteamento no PA Rompe Gibão antes do Crédito Habitação, Sítio do Quinto/BA



A) Vista das Moradias



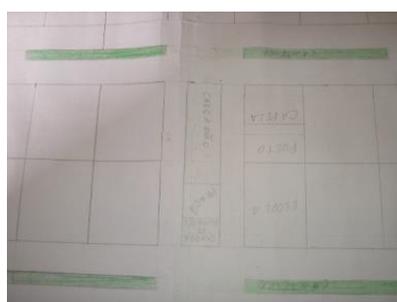
B) Moradia em Refugio



C) Quarto



D) Assembleia



F) Planta da Vila



G) Material sendo colocado nos lotes

Fonte: Paula Moreira (2011).

Depois de um prévio estudo e, da localização e planejamento do núcleo habitacional, do mesmo modo projetado através de desenho (Figura 102-F), o grupo de assentados construiu, ao lado de onde seria o núcleo permanente, um núcleo provisório de moradias, com casas de materiais efêmeros diversos (Figuras 102-A e 102-B). É

importante destacar que eles se mudaram para este núcleo provisório, inclusive com a família. A Figura 102-C mostra o interior de uma casa de madeira roliça, onde se encontram os brinquedos dos filhos, uma cama e um mosquitoireiro, objetos que levam para a casa o tom do acolhimento. O objetivo deles, era o de acompanhar todo o processo de construção das casas, inclusive trabalhando.

Cada etapa deste percurso foi debatida coletivamente (uma assembleia está registrada na Figura 102-D), culminando no processo de demarcação dos lotes da agrovila, o que facilitou a colocação do material de construção das casas posteriormente (a Figura 102-E mostra os materiais, já nos lotes).

Obviamente, o processo teve vários percalços. Gestar um processo de construção de 82 unidades habitacionais, sendo levantadas concomitantemente, é difícil até mesmo para profissionais da área. Pode ser que o local do núcleo habitacional não tenha sido a melhor opção ou os lotes não tenham a dimensão mais adequada. Porém, houve um ganho coletivo, onde, o resultado foi o aparecimento de um núcleo habitacional num local distante de estradas ou centros urbanos que, simbolicamente, representa a materialização do processo de territorialização de um verdadeiro grupo.

A Figura 103 traz uma maquete bastante trabalhada feita pelos assentados do PA Porteira, no processo de planejamento de seu núcleo habitacional. Independentemente do que ela propõe, a maquete em si é uma grande conquista. Ela respeita a escala gráfica, tem pontos de iluminação e, intui e propõe o colorido das casas e a arborização do núcleo. Em 2001, já com as casas definitivas implantadas, ela se encontrava na sede da associação, guardada como um troféu, ou melhor, como a materialização do carinho e da dedicação emanados pelos assentados (e pela equipe técnica que acompanhou) no processo de planejamento das suas moradias.

Os exemplos apresentados mostram na ação da equipe de ATES, o que se espera do Estado. Porém, como já mencionado, não há continuidade nas ações. Neste caso essa equipe foi dissolvida por falta de recursos e seus profissionais que, adquiriram experiência e gosto pelo ofício nos assentamentos, estão dispersos, realizando outras atividades.

Figura 103 – Maquete da Vila do PA Porteira, Sítio do Quinto/BA



Fonte: Paula Moreira (2011).

Saindo da estratégia vinculada à unidade habitacional e, partindo-se para apropriações na escala do PA, neste momento, anterior à implantação das habitações, é importante frisar que os núcleos habitacionais, por conseguinte, não vão se localizar em qualquer lugar. Sua implantação é estratégica e, segue a lógica de quem conhece a morosidade do Estado para implantar qualquer tipo de infraestrutura.

Na verdade, a localização do núcleo habitacional permanente, muitas vezes, se constitui na consolidação do núcleo provisório, pois, este, já vem incumbido de resistir nos momentos mais difíceis que podem, inclusive, estar relacionados aos locais dos acampamentos, no momento da luta pela terra. Assim, os processos de territorialização iniciais, podem ser consolidados posteriormente, caso a escolha do local das moradias tenha sido feliz em relação às necessidades mais emergenciais dos assentados. A Figura 104 mostra os elementos mais comuns, que interferem na escolha do local onde são implantadas as moradias nos PAs.

A Figura 104-A mostra o exemplo do PA Santa Maria, localizado em Eunápolis. Neste caso, o fator indutor de maior influência foi a estrada. Importante frisar que houve uma discussão entre o grupo, através de uma assembleia, com técnicos do INCRA em relação a este assunto. Neste momento, os assentados, solicitaram uma planta de implantação do núcleo habitacional, onde constasse uma série de elementos, tais como, praça, escola, campo de futebol, sede da associação, igrejas, pomar, campo de futebol. Também, neste momento, determinaram o tamanho dos lotes da vila, indicando sua

localização na beira da estrada. Os técnicos do INCRA ponderaram a escolha, relatando sobre experiências negativas, onde a estrada interferiu de forma intensa no modo de vida do grupo. Porém, os assentados foram irredutíveis, pois, sua escolha tinha como objetivo, viabilizar a implantação de um espaço para venda de produtos, como uma feira, na beira da estrada. Sem dúvida, a localização do núcleo próximo à estrada iria facilitar o escoamento dos produtos, principalmente, para os que não tem carro. Além disso, viabilizaria a manutenção quase que concomitante da casa e do ponto de venda, durante o dia. Assim, a estratégia escolhida para a implantação das moradias estava intimamente ligada à movimentação e à possibilidade de venda proporcionada pela estrada. Além disso, a própria visibilidade do conjunto de casas localizado na beira da estrada, vai interferir no tempo de atendimento de suas demandas. Sem dúvida uma estratégia inteligente, porém, no contexto da precarização.

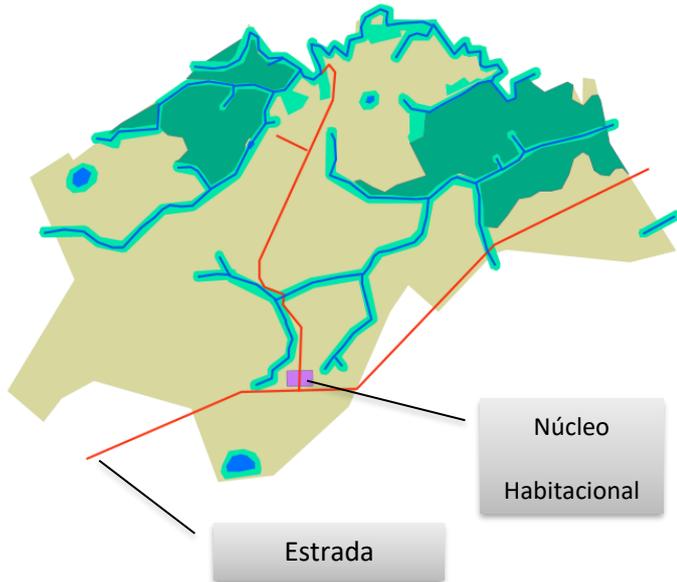
Muitos outros PAs optaram pela localização próxima à uma estrada já estruturada, talvez seja a opção mais comum. Este fato se relaciona com a péssima qualidade do sistema viário no meio rural baiano. Quantitativa e qualitativamente, as estradas não atendem adequadamente à demanda do público ali vivente. Por isso, tal opção é feita no sentido de aproveitar uma infraestrutura já existente, que os conecte com o externo, viabilizando a mobilidade do grupo.

A Figura 104-B mostra o PA Aldeia, localizado no município de Ipirá e implantado no Momento 2. Ele vai reunir dois fatores estratégicos: a estrada e um povoado. Sobre o povoado, é comum que os assentados optem por este tipo de estratégia para poder usufruir da infraestrutura ali, já instalada. Normalmente os povoados têm escolas, postos de saúde, mercados, acesso à telefonia celular e igrejas. Enfim, um conjunto de elementos que dificilmente os assentados conseguiriam implantar, imediatamente, num núcleo habitacional de PA, principalmente se ele for constituído por poucos assentados.

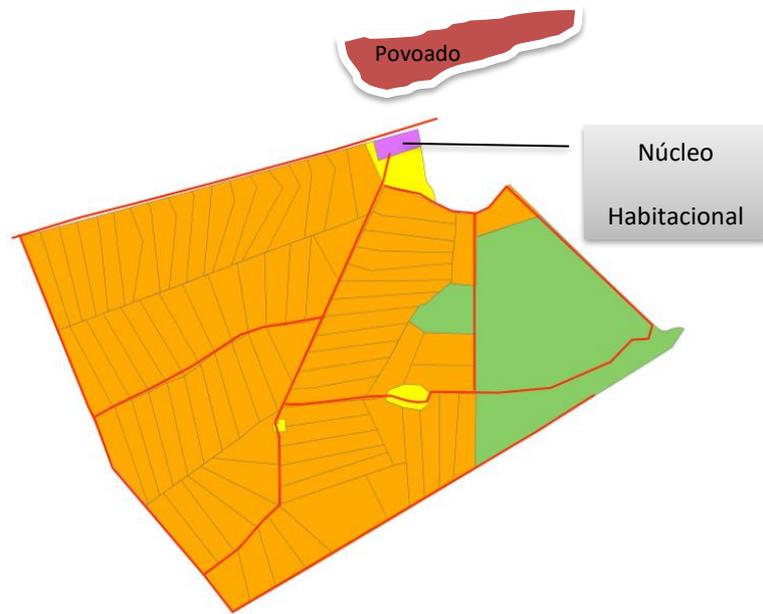
A Figura 104-C que, traz o PA Beira Rio, localizado em Boa Vista do Tupim e, criado no Momento 2, evidencia a estratégia de se implantar o núcleo habitacional próximo à água. Neste caso, ao rio Paraguaçu. Verifica-se que o assentamento é muito grande e, mesmo assim, os assentados optaram em criar um único núcleo em um de seus extremos, guiados pela lógica da disponibilidade hídrica mais fácil para o grupo.

Figura 104 – Estratégias para Implantação das Moradias nos Projetos de Assentamento

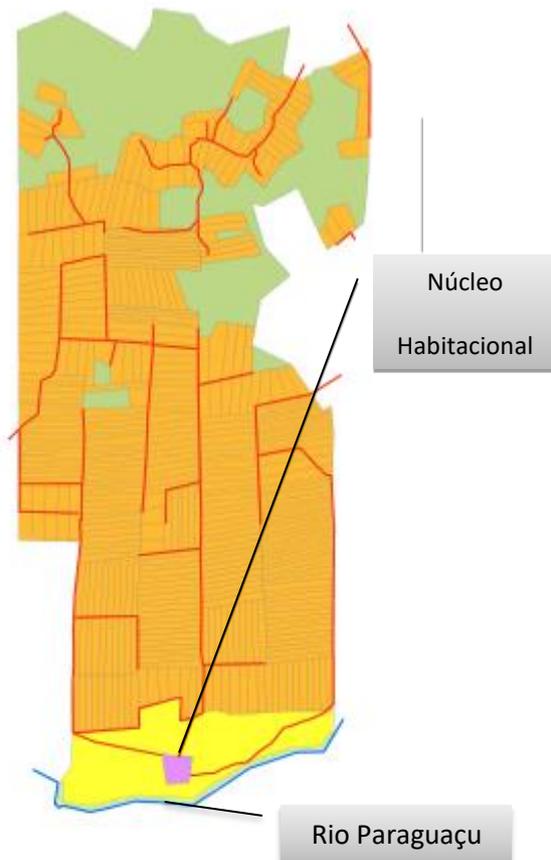
a) Estratégia principal é a circulação: proximidade à estrada. Ex. PA Santa Maria, Eunápolis/BA



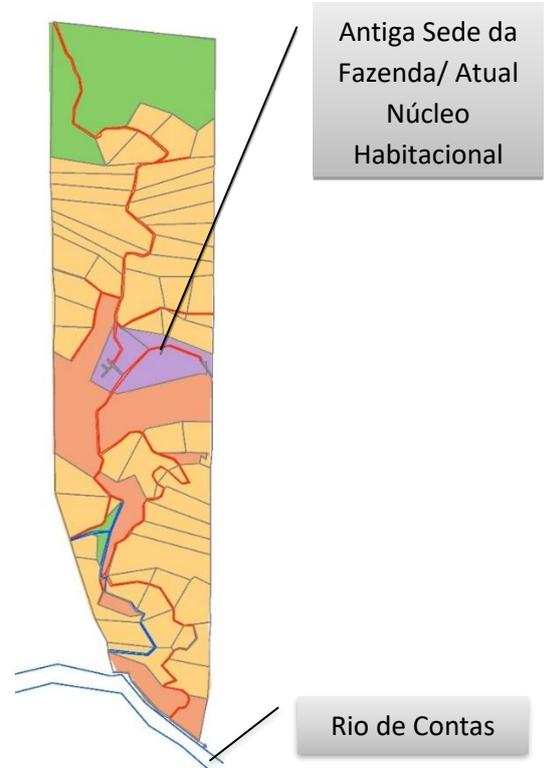
b) Estratégia principal é a articulação a outras aglomerações: povoados, agrovilas, sedes municipais. Ex.: PA Aldeia, Ipirá/BA



c) Estratégia principal é o acesso à água: proximidade a um rio, represa ou lagoa. Ex.: PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim/ BA



d) Estratégia principal é o aproveitamento de infraestrutura existente no PA. Ex.: PA Pancada Grande, Itacaré/ BA



Fonte: INCRA e trabalho de Campo (2015). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Esta não foi a opção escolhida pelos assentados do PA Pancada Grande, cuja estratégia está indicada na Figura 104-D. Mesmo sendo banhado pelo volumoso rio de Contas, os assentados preferiram se beneficiar da infraestrutura da fazenda, com suas barcaças, casas, galpões e reservatórios de água. Na verdade, o PA Beira Rio está inserido numa região de clima Semiárido, por isso, a falta de água se constitui em um grande problema, principalmente para um PA de grande dimensão, com mais de 350 famílias. Pancada Grande, ao contrário, está envolto pela Mata Atlântica, na região de mares de morros onde as precipitações ocorrem com grande frequência.

Outro aspecto de relevância em relação ao Beira Rio é que eles possuem uma balsa que transporta os veículos entre as margens do Rio, fato que os aproxima mais da sede de Marcionílio Souza, de que a de Boa Vista do Tupim. Isto é dito porque apesar de terem sido aqui levantados os fatores que comumente interferem na decisão do local de implantação das moradias num PA, eles, normalmente, não são os únicos. Eles vêm acompanhados de outros, formando um somatório de prós e contras.

Dito isso, é somente importante frisar que a escolha do local de moradia está muito mais condicionada à disponibilidade ou não de infraestrutura para manutenção cotidiana do grupo, do que com a sua conexão com a área de produção, isto é, com o trabalho. Assim, os assentados, neste momento, se preocupam com a sobrevivência e com a manutenção da família.

Exceto em Pancada Grande, onde o local das moradias tem uma centralidade, em todos os outros três exemplos da Figura 104, o local da moradia se coloca no extremo, fato que, por ventura, dificultará a vida de quem tiver o lote distante. Sobre esse assunto, é importante destacar que, normalmente, as moradias são disponibilizadas antes do parcelamento e, por isso, neste momento eles não sabem onde se localizarão os lotes individuais de produção.

É importante destacar que, sobre o parcelamento, assim como ocorre com a questão do local da moradia, são criadas estratégias de apropriação territorial, caso o Estado demore a agir. O exemplo, já citado, do PA Dom Mathias é um deles, porém, existem muitos outros, não tão bem estruturados. A Figura 104-D, traz uma experiência assim: o PA Pancada Grande. Este PA foi parcelado pelos próprios assentados, com cordas, para que estes pudessem acessar o recurso do crédito do PRONAF. Neste caso, o atraso na demarcação estava repercutindo em outras ações previstas para o PA. Os

assentados, resolveram por si só este problema, sendo que, posteriormente, o INCRA legitimou esta ação através da formalização dos lotes ali traçados. Assim, deduz-se que a relação entre o Estado e os assentados, quando ocorrem estes casos, é bastante contraditória. O Estado, segundo Germani (1995), primeiramente fortemente intervém, quando, define as restrições espaciais necessárias para os assentados obterem os créditos. Em seguida, se omite quando não participa das decisões tomadas dentro do assentamento. E, finalmente, confirma a ação dos assentados quando formaliza as formas espaciais previamente estabelecidas pelos assentados sob ansiedade e sem o planejamento adequado. O problema em Pancada Grande foi justamente esse, os assentados não dispunham de toda informação necessária para realizar tal tarefa²⁸⁸. Além disso, as disputas locais, sem ninguém para mediar, acabaram por consolidar áreas de maior valor produtivo e de acessibilidade para os que dispunham de maior poder e influência local.

Para finalizar este tópico, fica claro que existe um tensionamento nos PAs, advindo da morosidade da ação do Estado. Como consequência, podem ocorrer conflitos internos, por disputas territoriais, onde a poção do indivíduo da preocupação, domina o sujeito social, fazendo com que os interesses pessoais prevaleçam e sejam, ali, disputados em detrimento do coletivo. O lado positivo disso é que os assentados não ficam esperando o Estado, de forma passiva. Eles, ao contrário, vão se estruturando no sentido de tentar organizar o espaço, viabilizando a sobrevivência do grupo, preparando-se e planejando-se, por exemplo, coletivamente, para receber a casa.

Neste sentido, é comum que optem pelos núcleos habitacionais, pois, seria mais fácil de se implantar a infraestrutura. Na verdade, grande parte das decisões são balizadas por ela. Eles querem e precisam de infraestrutura e, por isso, muitas vezes, subordinam sua estratégia de trabalho à manutenção de sua vida doméstica, principalmente por causa da família. Essa é, sem dúvida, uma estratégia defensiva, de quem sabe que qualquer tipo de benfeitoria será muito difícil de ocorrer.

As estratégias aqui listadas e comentadas, estão intimamente relacionadas com a falta de assistência dada pelo Estado neste momento crucial do projeto de assentamento. Tais estratégias, entretanto, podem ou não serem interessantes para o projeto de assentamento.

²⁸⁸ Esta é uma tarefa que envolve vários profissionais (da área, ambiental, social e agrônômica), justamente pela sua complexidade e cunho técnico.

Sem dúvida, cada uma delas se constitui num ato de resistência e luta, porém, seus resultados vão depender do grau de entrosamento de cada grupo, da experiência de suas lideranças, dos aspectos físicos do PA, do seu entorno, enfim, é quase um jogo de azar, onde a vida dos assentados é colocada como aposta.

6.2 A AÇÃO DO INCRA NA ÁREA HABITACIONAL

Visto alguns aspectos de precarização da ação do INCRA, a partir das consequências da morosidade de sua atuação junto aos PAs, após estes terem sido criados e, os processos de territorialização representados pelas estratégias criadas pelos assentados para se manterem no território conquistado, passa-se, agora, a discutir estes aspectos conjugados, a forma como o Órgão vem formalmente desenvolvendo suas ações no que se relaciona à habitação, nos Momentos 1, 2 e 3.

Trata-se, tanto das repercussões das normas, quanto dos recursos disponibilizados no decorrer do tempo, mostrando seus resultados a cada Momento e, analisando-se como estes se relacionam com as territorialidades em processo de construção nos projetos de assentamento.

6.2.1 O Crédito para Habitação

A habitação na reforma agrária, entre 1985 e 2012, esteve relacionada com o crédito instalação concedido aos assentados que, objetivava dar condições iniciais mínimas de manutenção dos beneficiários da política nos projetos de assentamento.

Assim sendo, neste período a habitação era formalmente considerada como um elemento essencial para os assentados, devendo sua disponibilização ser priorizada em conjunto com um suprimento alimentar e, instrumentos e insumos mínimos para viabilizar uma produção de subsistência.

O Crédito Instalação tem como base legal o Estatuto da Terra - Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, em especial seu artigo 73, regulamentado pelo Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. O Quadro 15, mostra resumidamente a evolução dos seus instrumentos legais entre os governos de Sarney, Collor e Itamar.

Observou-se que não houve mudanças operacionais e conceituais relacionadas ao Crédito Instalação entre os três governos. As mudanças se deram no plano de correções monetárias.

No início de sua operacionalização, em 1985, os valores tinham como referência o salário mínimo, sendo que os tetos eram regidos estadualmente, sem critérios fundamentados. Os recursos para a construção da habitação eram oferecidos em conjunto com os de alimentação e fomento, sem o estabelecimento de valor para cada um. Assim, a descentralização não era feita a nível de cada modalidade.

Quadro 15 – Instrumentos Legais que tratavam sobre o Crédito Instalação nos Governos Sarney, Collor e Itamar

INSTRUMENTO LEGAL	GOVERNO	ESPECIFICIDADES
Instrução Normativa nº 02, de outubro de 1988	SARNEY	Primeiro instrumento formal que disciplina a concessão de crédito implantação em Projetos de Assentamento criados pelo MIRAD e fixa valores tetos e OTN. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.
IN/INCRA/Nº 44 de 12 de novembro de 1991	COLLOR	Estabelece valores para os créditos em cruzeiro. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.
Portaria INCRA/DP/Nº 01 de 11 de fevereiro de 1993	ITAMAR	Estabelece valores para os créditos em número de salários mínimo. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.
Portaria INCRA/DP/Nº 20 de 12 de dezembro de 1994	ITAMAR	Estabelece valores para os créditos em número de salários mínimo. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.

Fonte: Legislação INCRA (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

Somente em 1988, com a Instrução Normativa nº 02, é que foram disciplinados os valores para cada modalidade de crédito, sendo criados alguns dispositivos para sua concessão, como mostra a Tabela 30. Neste momento os créditos eram baseados no indexador OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), com valor para habitação de 80 OTN, 70 para insumos e 25 para alimentação.

Tabela 30 – Instrumentos Legais e Valores por Modalidade do Crédito Instalação nos Governos Sarney, Collor e Itamar

INSTRUMENTO LEGAL	MODALIDADES DE CRÉDITO	VALOR
Instrução Normativa nº 02, de outubro de 1988	Alimentação	Até 25 OTN
	Insumos	Até 70 OTN
	Habitação	Até 80 OTN
IN/INCRA/nº 44 de 12 de novembro de 1991	Alimentação	Cr\$ 21.000,00
	Fomento	Cr\$ 150.000,00
	Habitação	Cr\$ 180.000,00
Portaria INCRA/DP/nº 01 de 11 de fevereiro de 1993	Alimentação	80 % salário mínimo vigente
	Fomento	6 salários mínimos vigente
	Habitação	10 salários mínimos vigentes
Portaria INCRA/DP/nº 20 de 12 de dezembro de 1994	Alimentação	80 % salário mínimo vigente
	Fomento	6 salários mínimos vigente
	Habitação	18 salários mínimos vigentes

Fonte: Legislação INCRA (2014). Elaboração: Paula A. Moreira (2014).

No Governo Collor (IN/INCRA/nº 44 de 12 de novembro de 1991) os recursos passaram a ser pagos em cruzeiros, sendo disponibilizado para habitação CR\$180.000,00, CR\$150.000,00 para fomento e CR\$21.000,00 para alimentação.

No Governo Itamar (portarias INCRA/DP nº 01 de 11 de fevereiro de 1993 e nº 20 de 12 de dezembro de 1994) os créditos passaram a ter como referência o salário mínimo vigente. Para habitação o valor iniciou com dez salários mínimos, passando posteriormente para 18.

Nos três governos citados a concessão do Crédito Instalação era feita diretamente ao beneficiário em moeda corrente. Não havia qualquer tipo de dispositivo de controle destes recursos e não era necessária a prestação de contas. De acordo com relatos de servidores do INCRA os assentados priorizavam aplicar os recursos em ferramentas, alimentos e insumos.

Assim sendo, as habitações acabavam sendo construídas de forma tradicional e com poucos recursos. Era comum encontrar casas de taipa, adobe ou madeira, sem infraestrutura sanitária e com dimensões reduzidas. Ainda no momento atual é possível se encontrar assentamentos com estas características habitacionais, como a habitação demonstrada na Foto 87, localizada no PA Vale da Califórnia, município de Mirante, criado em 1990 no Governo Sarney.

Foto 87 – Habitação Localizada no PA Vale da Califórnia, Município de Mirante/Bahia



Fonte: Lilian Rissuti (2013).

Com estes dados observa-se que para os governos Sarney, Collor e Itamar a reforma agrária foi pouco pensada, pouco trabalhada. A falta de conteúdo ou talvez descaso, quanto aos instrumentos legais que formatavam a aplicação do Crédito Instalação demonstram este aspecto. Não se preocupava com os resultados da aplicação dos recursos, simplesmente os disponibilizava. Desprezava-se as organizações sociais quando se distribuía os recursos individualmente aos assentados e transferia para cada beneficiário da política a responsabilidade de organizar sua vida na perspectiva camponesa.

No início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi estabelecido um valor para o Crédito Instalação com a nova moeda vigente, o Real, através do FAX/CIRC./INCRA/DPA/nº 28/95, obedecendo ao que determina a IN/INCRA/nº 44/91 e a PORT/INCRA/DP/nº 20/94.

Porém, foi somente através da Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997 que houve uma alteração significativa na forma de gestão do crédito. Este, que antes era disponibilizado individualmente a cada beneficiário, passou a ser concedido de forma coletiva. Além disso, indicou-se a obrigatoriedade de prestação de contas, antes não solicitada.

Operacionalmente, o recurso não seria mais entregue individualmente para cada assentado. Seria depositado numa conta bancária de representantes legais do projeto de assentamento e, a sua aplicação seria feita de forma coletiva. Os representantes legais

poderiam manipular o recurso diretamente na agência bancária, sem a necessidade da presença de representantes do INCRA.

Apesar do grande avanço relacionado à consideração da participação das organizações sociais nos processos de decisão dos projetos de assentamento, observou-se, neste período, um grande número de associações que tiveram pouco sucesso na condução da aplicação dos recursos, tanto pela incapacidade de gestão e dificuldade de relação com os fornecedores, quanto pelo desvio dos recursos para outros objetivos.

Este aspecto relaciona-se ao processo histórico do campesinato brasileiro. No caso, as organizações sociais não eram reconhecidas ou consideradas nos momentos de tomada de decisão nos projetos de assentamento, já que os recursos anteriormente eram distribuídos individualmente. Como seria, então, possível passar a pensar repentinamente em um projeto de assentamento coletivamente, aplicando-se recursos de crédito de forma justa e adequada? Não havia experiência. Não havia trabalho social para preparar a comunidade e seus representantes para tal responsabilidade. Era o início de um longo processo de capacitação social que tinha como consequência um legado de decepções quanto à eficiência da política da reforma agrária.

Assim sendo, as habitações oriundas desta forma de operacionalização que, de acordo com o Quadro 16 vai até 2002, eram extremamente precárias com materiais construtivos de baixa qualidade e insuficientes para concluir a obra como um todo, como se pode observar no exemplo da habitação da Foto 88 localizada no PA 3 de Abril, município de São Sebastião do Passé.

Foto 88 – Habitação Localizada no PA 3 de Abril, Município de São Sebastião do Passé/ Bahia



Fonte: Paula Moreira (2011).

O Quadro 16 mostra que, no final do governo FHC, com a Norma de Execução/INCRA/nº 26, de 26 de agosto de 2002, houve uma profunda alteração na forma de operacionalização do Crédito Implantação que se perpetuou até o último instrumento legal analisado neste texto: a Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009. A partir de 2002, o pagamento do Crédito Implantação continuou sendo feito de forma prioritariamente coletiva com o recurso global depositado na conta de uma entidade de representação do projeto de assentamento. Porém, a conta era aberta por solicitação do INCRA, sendo bloqueada para movimentações dos responsáveis.

Quadro 16 – Instrumentos Legais que tratavam sobre o Crédito Implantação nos Governos FHC e Lula

INSTRUMENTO LEGAL	GOVERNO	CONCEITO	ESPECIFICIDADES
Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997	FHC	Crédito Implantação	O pagamento passa a ser prioritariamente feito de forma coletiva, com o recurso global depositado na conta de uma entidade de representação do projeto de assentamento com acompanhamento de servidores do INCRA. Os responsáveis pela conta bancária têm autonomia de movimentação da mesma.
Instrução Normativa nº 34 de 09 de julho de 1999	FHC	Crédito Implantação	
Convênio entre INCRA/CEF nº 67.000/01	FHC	Crédito Implantação	
Norma de Execução/INCRA/nº 26, de 26 de agosto De 2002	FHC	Crédito Implantação	O pagamento continua sendo feito de forma prioritariamente coletiva com o recurso global depositado na conta de uma entidade de representação do projeto de assentamento. Porém, esta conta será aberta por solicitação do INCRA, sendo bloqueada para movimentações dos responsáveis. Assim sendo, por intermédio da fiscalização e acompanhamento do servidor do INCRA responsável, os pagamentos são realizados diretamente na conta dos fornecedores com autorização da Superintendência do INCRA. A grande diferença entre os procedimentos anteriores é uma maior concentração de controle do recurso por parte do Estado.
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 53, de 20 de dezembro de 2006	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 63, de 14 de setembro de 2007	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 67, de 29 de novembro de 2007	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008	LULA	Crédito Instalação	
Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009	LULA	Crédito Instalação	

Fonte: Legislação INCRA (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

Assim sendo, por intermédio da fiscalização e acompanhamento do servidor do INCRA responsável, os pagamentos eram realizados diretamente na conta dos fornecedores com autorização da Superintendência do INCRA. A grande diferença entre os procedimentos anteriores é uma maior concentração de controle do recurso por parte do Estado.

Verifica-se, a partir deste aspecto, uma contradição. Formalmente os representantes legais ainda são necessários para constar como titulares da conta corrente,

porém, estes não têm nenhum tipo de possibilidade de ingerência sobre o recurso, já que a conta é bloqueada e os valores são transferidos a partir de uma operação entre o INCRA e a agência bancária. Com a participação social não se dando a nível de decisão sobre o recurso, inevitavelmente houve um estancamento do processo de capacitação dos assentados quanto à gestão coletiva de seus interesses. Gera-se, então, uma condição de impotência, um clima de incapacidade formal por parte das organizações sociais locais.

Porém, não é possível deixar de se verificar que com a retirada da responsabilidade direta das representações sociais sobre a manipulação dos recursos, houve uma modificação positiva nos resultados alcançados em sua aplicação. Assim sendo, formalmente houve, por parte do Estado uma opção pelos resultados que poderiam ser alcançados, em detrimento ao processo de construção coletiva das comunidades.

A Foto 89 mostra um exemplo de habitação resultante deste tipo de aplicação do Crédito Implantação no PA Rio Branco, localizado no município de Riachão das Neves. Observa-se que a casa se encontra incompleta, mostrando que, efetivamente, o limitador dos resultados alcançados nos processos de construção das habitações passou a ser, prioritariamente, o valor dos recursos.

Foto 89 – Habitação Localizada no PA Rio Branco, Município de Riachão das Neves/Bahia



Fonte: Paula A. M. Santos Moreira (2011).

A Tabela 31 mostra a evolução dos instrumentos legais, modalidades e valores do Crédito Implantação no Governo FHC.

Tabela 31 – Instrumentos Legais, Modalidades e Valores do Crédito Implantação no Governo FHC

INSTRUMENTO LEGAL	MODALIDADES DO CRÉDITO IMPLANTAÇÃO	VALOR	VALOR EM 2014	VALOR TOTAL EM 2014
FAX/CIRC./INCRA/DPA/nº 28/95	Alimentação	R\$ 240,00	R\$ 937,64	R\$ 10.314,04
	Fomento	R\$ 600,00	R\$ 2.344,10	
	Habitação	R\$ 1.800,00	R\$ 7.032,30	
Portaria INCRA/DP/nº 02 de 20 de junho de 1996	Alimentação	R\$ 340,00	R\$ 974,80	R\$ 9.302,11
	Fomento	R\$ 740,00	R\$ 2.121,63	
	Habitação	R\$ 2.000,00	R\$ 6.205,68	
Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997	Alimentação	R\$ 340,00	R\$ 895,82	R\$ 8.115,08
	Fomento	R\$ 740,00	R\$ 1.949,73	
	Habitação	R\$ 2.000,00	R\$ 5.269,53	
Instrução Normativa nº 34 de 09 de julho de 1999	Apoio	R\$ 1.400,00	R\$ 3.430,20	R\$ 9.555,55
	Habitação	R\$ 2.500,00	R\$ 6.125,35	
Norma de Execução/INCRA/nº 26, De 26 de Agosto de 2002	Apoio	R\$ 1.500,00	R\$ 2.947,53	R\$ 8.842,60
	Habitação	R\$ 3.000,00	R\$ 5.895,07	

Fonte: Legislação INCRA (2014); IPC-Brasil (FGV)(2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

Observa-se que existe uma continuidade das nomenclaturas das modalidades de crédito em relação aos governos anteriores até a Instrução Normativa nº 34 de 09 de julho de 1999. Assim, somente no início do segundo mandato de FHC houve alguma alteração formal relacionada aos créditos: o que antes era chamado de Alimentação, Fomento e Habitação; passou a ser Apoio e Habitação.

Na prática, nada se modificou já que os valores disponibilizados para cada assentado pouco foram alterados, observando-se uma perda monetária significativa de R\$1.471,44 dos valores (atualizados para janeiro de 2014 pelo IPC-Brasil) do Crédito Implantação em 1995 (R\$10.314,04) e 2002 (R\$8.842,60).

A Tabela 32, entretanto, mostra que o mesmo não ocorreu posteriormente, no governo Lula. Neste, houve uma ampliação significativa na quantidade de recurso disponível para o Crédito instalação e, também, na diversidade das modalidades. É possível observar na Tabela 32 a evolução da ampliação dos valores e modalidades por instrumento legal e ano. A partir das modalidades que vão sendo adicionadas, percebe-se um processo de sensibilização do Estado em relação às questões pendentes na reforma agrária nos períodos anteriores. A maior abertura relacionada às reivindicações dos movimentos sociais é a principal razão deste fato.

Tabela 32 – Instrumentos Legais, Modalidades e Valores do Crédito Instalação no Governo Lula

INSTRUMENTO LEGAL	MODALIDADES DO CRÉDITO INSTALAÇÃO	VALOR	VALOR EM 2014	VALOR TOTAL EM 2014
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004	Aquisição Materiais de Construção	R\$ 5.000,00	R\$ 8.130,16	R\$ 13.740,87
	Apoio	R\$ 2.400,00	R\$ 3.960,50	
	Semiárido	R\$ 1.000,00	R\$ 1.650,21	
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	Aquisição Materiais de Construção	R\$ 5.000,00	R\$ 7.577,22	R\$ 21.670,83
	Apoio Inicial	R\$ 2.400,00	R\$ 3.637,06	
	Fomento	R\$ 2.400,00	R\$ 3.637,06	
	Semiárido	R\$ 1.500,00	R\$ 2.273,16	
	Recuperação Materiais de Construção	R\$ 3.000,00	R\$ 4.546,33	
Norma de Execução nº 63, de 14 de setembro de 2007	Aquisição Materiais de Construção	R\$ 7.000,00	R\$ 10.758,30	R\$ 35.329,63
	Apoio Inicial	R\$ 2.400,00	R\$ 3.408,74	
	Fomento	R\$ 2.400,00	R\$ 3.408,74	
	Semiárido	R\$ 1.500,00	R\$ 2.130,46	
	Recuperação Materiais de Construção	R\$ 5.000,00	R\$ 7.101,54	
	Reabilitação de Crédito de Produção	R\$ 6.000,00	R\$ 8.521,85	
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008	Aquisição Materiais de Construção	R\$ 10.000,00	R\$ 14.048,10	R\$ 47.331,85
	Apoio Inicial	R\$ 3.200,00	R\$ 4.260,32	
	Apoio Mulher	R\$ 2.400,00	R\$ 3.195,24	
	Fomento	R\$ 3.200,00	R\$ 4.260,32	
	Adicional Fomento	R\$ 3.200,00	R\$ 4.260,32	
	Semiárido	R\$ 2.000,00	R\$ 2.662,70	
	Recuperação Materiais de Construção	R\$ 5.000,00	R\$ 6.656,75	
	Reabilitação de Crédito de Produção	R\$ 6.000,00	R\$ 7.988,10	
Instrução Normativa nº 58 de 15 de março de 2010	Aquisição Materiais de Construção	R\$ 15.000,00	R\$ 19.945,21	R\$ 58.635,80
	Apoio Inicial	R\$ 3.200,00	R\$ 4.099,00	
	Apoio Mulher	R\$ 2.400,00	R\$ 3.074,25	
	Fomento	R\$ 3.200,00	R\$ 4.099,00	
	Adicional Fomento	R\$ 3.200,00	R\$ 4.099,00	
	Semiárido	R\$ 2.000,00	R\$ 2.561,87	
	Recuperação Materiais de Construção	R\$ 8.000,00	R\$ 9.997,60	
	Crédito Ambiental	R\$ 2.400,00	R\$ 3.074,25	
Reabilitação de Crédito de Produção	R\$ 6.000,00	R\$ 7.685,62		

Fonte: Legislação INCRA (2014); IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

A Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004 amplia os valores de cada modalidade do Crédito Instalação em relação ao governo anterior e adiciona a modalidade Semiárido para os assentamentos localizados no polígono da seca. Neste momento, o Estado visualiza que existe uma diferenciação climática e ambiental entre os projetos de assentamento que deve ser tratada a nível do Crédito Instalação.

A Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005 adiciona mais uma modalidade ao Crédito Instalação: Recuperação Materiais de Construção para os assentamentos que receberam crédito habitação e, cujas casas não se encontravam em condição de habitabilidade. Visualiza-se aí que o Estado tenta reparar as poucas condições anteriores de se viabilizar uma habitação adequada para os assentados.

A Norma de Execução nº 63, de 14 de setembro de 2007, além de aumentar significativamente os valores das modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação Material de Construção, adiciona a modalidade Reabilitação de Crédito de Produção. Assim, continua tentando reparar questões omissas anteriores, agora a pouca assistência dada aos assentados na condução dos créditos destinados à produção agrícola.

A Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008, traz o aumento real dos valores da maior parte das modalidades, o que inclui a Aquisição de Material de Construção e, adiciona mais duas modalidades: Apoio Mulher e Adicional Fomento. Desta forma inclui a questão de gênero no contexto do Crédito Instalação e, amplia as possibilidades da modalidade fomento.

Por fim, a Instrução Normativa nº 58 de 15 de março de 2010 aumenta significativamente o valor das modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação Material de Construção, além de adicionar a modalidade Crédito Ambiental para reparação de danos ambientais.

Em um processo de cooptação social, característico daquele momento político, como tratado no Capítulo 2, os movimentos sociais ligados ao campo pleitearam junto ao Governo Federal, em 2009, a inserção do público dos projetos de assentamento no Programa Minha Casa Minha Vida. Assim, posteriormente, os assentados foram incluídos no PNHR a partir da portaria interministerial nº78, de 08/02/2013. Porém, como havia muito dinheiro de crédito já depositado em conta, o INCRA continuou a pagar os créditos para os assentados. Em decorrência disto, a Resolução/INCRA/nº3, de 20/03/2013, veda qualquer tipo de concessão do Crédito Instalação – Modalidades Aquisição ou Recuperação de Material com o orçamento de 2013. Como havia alguma resistência em relação a esta Resolução, no mesmo ano, a portaria do INCRA nº352/Presidência suspende a concessão destas modalidades do Crédito Instalação e recolhe os recursos depositados em banco com esta finalidade.

6.2.2 Recursos Destinados à Habitação nos Projetos de Assentamento

Neste item serão analisados os valores destinados à habitação através dos créditos, continuando-se a fazer comparações entre governos. Neste caso, serão estabelecidas relações através dos valores dos créditos convertidos para janeiro de 2014 através do IPC-Brasil (FGV).

A Tabela 33 mostra que não houve alteração significativa entre os valores destinados à moradia dos assentamentos nos governos Sarney e Itamar, já que em ambos o valor do Crédito Habitação esteve próximo ao que atualmente se aproxima a R\$6000,00. Já no Governo Collor o valor foi reduzido ao que correspondia a R\$4.804,45 em janeiro de 2014.

Tabela 33 – Instrumentos Legais, Ano e Valores do Crédito Destinado à Habitação e Governos

INSTRUMENTO LEGAL	ANO	VALOR NA ÉPOCA	VALOR EM 2014	GOVERNO
Instrução Normativa nº 02	1988	Até 80 OTN	R\$ 6.080,00	Sarney
IN/INCRA/nº 44	1991	Cr\$ 180.000,00	R\$ 4.804,45	Collor
Portaria INCRA/DP/nº 01	1993	10 salários mínimos vigentes	R\$ 5.921,01	Itamar
Portaria INCRA/DP/nº 20	1994	18 salários mínimos vigentes	R\$ 6.395,05	Itamar

Fonte: Legislação INCRA (2014); IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

Apesar da diferença entre os valores, chama a atenção o diminuto recurso para se construir uma habitação nos três governos citados, fato que justifica sua comum precariedade (exemplo na Foto 87) em assentamentos beneficiados com o Crédito Habitação neste período. É importante destacar que não somente o valor do crédito se constituiu como um limitador da qualidade das habitações, mas, também, a frágil forma de operacionalização deste (individual e sem prestação de contas), já tratada neste texto e sistematizada no Quadro 15.

A Tabela 34 trata especificamente dos valores dos créditos destinados à habitação nos governos FHC e Lula. No Governo FHC a média dos valores ajustados para janeiro de 2014, do Crédito Habitação é de R\$6.407,48, tendo o valor máximo de R\$7.032,30, em 1995, e o mínimo de R\$5.895,86 em 2002. Verifica-se a pouca diferença entre o montante do recurso entre este governo e seus antecessores, fato que justifica a baixa qualidade das habitações construídas com o Crédito Habitação no período de 1995 e 2002.

Tabela 34 – Instrumentos Legais, Ano e Valores da Modalidade de Crédito Destinada à Habitação e Governos

INSTRUMENTO LEGAL	ANO	VALOR NA ÉPOCA	VALOR EM 2014	GOVERNO
Fax/Circ./INCRA/DPA/nº 28	1995	R\$ 1.800,00	R\$ 7.032,30	FHC
Portaria INCRA/DP/nº 02	1996	R\$ 2.000,00	R\$ 6.205,68	FHC
Portaria INCRA/P/nº 50	1998	R\$ 2.500,00	R\$ 6.496,86	FHC
Norma de Execução nº 25	2002	R\$ 3.000,00	R\$ 5.895,07	FHC
Norma de Execução nº 38	2004	R\$ 5.000,00	R\$ 8.130,16	LULA
Instrução Normativa nº 40	2007	R\$ 7.000,00	R\$ 10.758,30	LULA
Instrução Normativa nº 50	2008	R\$ 10.000,00	R\$ 14.048,10	LULA
Instrução Normativa nº 54	2009	R\$ 15.000,00	R\$ 19.945,21	LULA

Fonte: Legislação INCRA (2014); IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Autora (2014).

A Foto 90 mostra um exemplo de habitação construída com o valor convertido para 2014 de R\$6.205,68 (regência da Portaria INCRA/DP/nº 02 de 1996), o que na época correspondia a R\$2.000,00. A forma de operacionalização do Crédito Habitação foi coletiva com o recurso depositado na conta bancária dos representantes legais do projeto de assentamento e, livremente manipulado pelos mesmos. Em 2011, esta casa, localizada no PA Poço Longe, município de Ruy Barbosa, se encontrava com estrutura precária e componentes construtivos incompletos em 2011.

Foto 90 – Habitação Localizada no PA Poço Longe, município de Ruy Barbosa/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$2.000,00

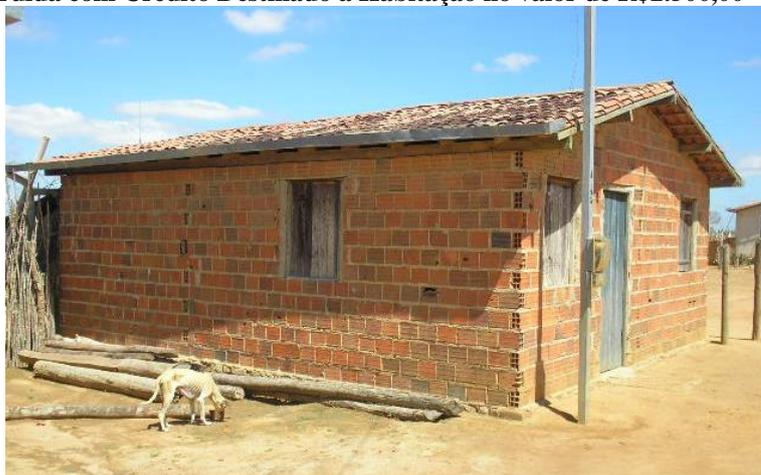


Fonte: Paula A. M. Santos (2011).

A Foto 91 ilustra um exemplo de habitação construída com o valor, em 2014, de R\$ 6.496,86 (regência da Portaria INCRA/P/nº 501998), que corresponde a R\$2.500,00 no momento de sua aplicação. A forma de operacionalização deste Crédito Habitação foi

coletiva, livremente manipulado pelos representantes legais. Esta casa, localizada no PA Santa Clara, município de Ibiquera, se encontrava com estrutura precária e componentes construtivos incompletos em 2011.

Foto 91 – Habitação Localizada no PA Santa Clara, município de Ibiquera/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$2.500,00



Fonte: Paula A. M. Santos (2011).

A Foto 92 mostra outro exemplo, agora uma habitação construída com o que, em janeiro de 2014, correspondia a R\$5.895,07 (regência da Norma de Execução nº 25 de 2002), R\$ 3.000,00 na época de sua aplicação. A forma de operacionalização deste crédito foi diferenciada, com gestão centralizada pelo INCRA (conta bancária bloqueada para manipulação dos representantes legais). Em 2011, esta casa, também, se encontrava incompleta, com problemas estruturais e sem infraestrutura sanitária, além disso, possuía portas e janelas estragadas e telhado comprometido.

Foto 92 – Habitação Localizada no PA Maju, município de São Sebastião do Passé/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$3.000,00



Fonte: Paula A. M. Santos (2011).

A semelhança entre os exemplos das Fotos 90, 91 e 92 mostra que o valor reduzido do Crédito Habitação foi o principal condicionador da pouca qualidade construtiva das habitações apresentadas neste período, apesar das mudanças na operacionalização do crédito.

Entre 2004 e 2009, no Governo Lula a média do Crédito Instalação Modalidade Aquisição de Material de Construção foi o equivalente a R\$13.220,44, em janeiro de 2014, com valor máximo de R\$19.945,21 (2009) e mínimo de R\$8.130,16 (em 2004).

A Foto 93 mostra um exemplo de habitação construída no início do Governo Lula com o valor convertido para janeiro de 2014 de R\$ 8.130,16 (regência da Norma de Execução nº 38 de 2004), o que correspondia na época da aplicação a R\$5.000,00.

Verifica-se que o valor investido na habitação, apesar de maior que os do governo anterior, mostra-se insuficiente para a construção completa da habitação.

Foto 93 – Habitação Localizada no PA Itatiaia, município de Santa Inês/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$5.000,00



Fonte: Paula A. M. Santos (2012).

A Foto 94 mostra um exemplo de habitação construída com o valor convertido, para janeiro de 2014 de R\$ 10.758,30 (regência da Instrução Normativa nº 40 de 2007), o que correspondia na época da aplicação a R\$7.000,00 e, a Foto 95 mostra uma habitação construída com R\$ 19.945,21 (regência da Instrução Normativa nº 54 de 2009), R\$15.000,00 no momento de sua liberação.

Verifica-se que a habitação construída com menor recurso (Foto 94) se encontrava, em 2012, com dimensão menor que a outra (Foto 95), porém, como todos os

elementos construtivos acabados, inclusive instalação sanitária. Deduz-se que aumento real adicionado aos Créditos Instalação no Governo Lula viabilizaram a construção de habitações mais completas para os assentados que os governos anteriores.

Foto 94 – Habitação Localizada no PA Piabas, município de Lajedinho/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$7.000,00



Fonte: Paula A. M. Santos (2012).

Foto 95 – Habitação Localizada no PA Boa Sorte Una, município de Iramaia/Bahia construída com Crédito Destinado à Habitação no valor de R\$15.000,00



Fonte: Lilian Rissuti (2012).

Não se deve deixar de considerar, entretanto, que a forma de operacionalização centralizada mantida por este governo (Quadro 16), pode, também, ter interferido nos resultados da aplicação do recurso destinado à habitação. Porém, observando os exemplos das Fotos 92, 93 e 94 e 95 que, mostram resultados diversos da aplicação do crédito, verifica-se que as diferenças qualitativas existentes estão muito mais ligadas ao valor do

recurso, já que as formas de operacionalização são as mesmas variando somente o montante de recurso destinado a habitação.

A Tabela 35 mostra o desempenho do valor do crédito para cada instrumento legal, monetariamente corrigido para janeiro de 2014 e, os respectivos valores alcançados por metro quadrado construído, de acordo a metragem mínima exigida por cada norma.

Este estudo é interessante para se fazer uma comparação do valor por metro quadrado disponível em cada norma em relação ao CUB²⁸⁹ de março de 2014 disponibilizado pelo Sinduscon – Bahia, cujo valor era de R\$751,14 para Residência multifamiliar em Projetos de interesse social.

Tabela 35 – Instrumentos Legais, Dimensão Mínima da Habitação, Valores da Modalidade de Crédito Destinada à Habitação Disponibilizados, Corrigidos para 2014 e por m²

INSTRUMENTO LEGAL	DIMENSÃO MÍNIMA DA HABITAÇÃO (m²)	VALOR DO CRÉDITO	VALOR EM 2014	VALOR POR M² (2014)
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004	42	R\$ 5.000,00	R\$ 8.130,16	R\$ 193,58
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	36	R\$ 5.000,00	R\$ 7.577,22	R\$ 210,48
Norma de Execução nº 53, de 20 de dezembro de 2006	36	R\$ 5.000,00	R\$ 7.394,37	R\$ 205,40
Norma de Execução nº 67, de 29 de novembro de 2007	36	R\$ 7.000,00	R\$ 10.758,30	R\$ 298,84
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008	40 (Reg. Amazônica) e 46 (demais regiões)	R\$ 10.000,00	R\$ 14.048,10	R\$ 305,39
Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009	40 (Reg. Amazônica) e 46 (demais regiões)	R\$ 15.000,00	R\$ 19.945,21	R\$ 433,59

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Legislação INCRA (2014), IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

É possível se verificar que nenhum dos valores apresentados na coluna “VALOR POR m² 2014” da Tabela 35 se aproxima do CUB, porém, a Norma de Execução nº 84 (2009) é que tem o valor mais elevado: R\$433,59; o que representa 57,8% do valor do CUB. Isto significa que mesmo com a elevação do valor do Crédito Instalação Modalidade Aquisição de Material de Construção, este ainda não se encontrava (em 2009) compatível com o valor do CUB exercido no mercado da construção civil, fato que inviabilizava a aplicação deste recurso por empreiteiras que tradicionalmente visavam o lucro.

²⁸⁹ Principal indicador do setor da construção, o Custo Unitário Básico (CUB) é calculado mensalmente pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil de todo o país.

A Tabela 36 mostra que existiu em relação aos instrumentos legais uma evolução do percentual máximo para a mão de obra nos créditos destinados à habitação.

Tabela 36 – Instrumentos Legais, Percentual do Crédito Instalação Destinado à Mão de Obra e Valores para Mão de Obra, Material de Construção e Total Corrigidos para 2014

INSTRUMENTO LEGAL	% A MÃO DE OBRA	VALOR DESTINADO À MÃO DE OBRA	VALOR DESTINADO AO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	VALOR TOTAL DO CRÉDITO
Norma de Execução nº 25 (2002)	15	R\$ 884,26	R\$ 5.010,81	R\$ 5.895,07
Norma de Execução nº 38 (2004)	15	R\$ 1.219,52	R\$ 6.910,64	R\$ 8.130,16
Instrução Normativa nº 40 (2007)	15	R\$ 1.613,75	R\$ 9.144,56	R\$ 10.758,31
Instrução Normativa nº 50 (2008)	20	R\$ 2.809,62	R\$ 11.238,48	R\$ 14.048,10
Instrução Normativa nº 54 (2009)	20	R\$ 3.989,04	R\$ 15.956,17	R\$ 19.945,21

Fonte: Legislação INCRA (2014); IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

As normas de execução nº25, nº38 e nº40 estabeleciam como teto 15% do total do recurso do crédito para a mão de obra. É importante destacar que, em 2002 (N.E. nº25), conforme exposto no Quadro 16, incentivava-se que a mão de obra para a construção das habitações fosse dos próprios assentados, por isso o irrisório valor de R\$884,26 (atualizados para 2014) disponível para o pagamento deste serviço.

Com o aumento gradativo dos valores disponibilizados para a mão de obra, inclusive do próprio percentual em relação ao valor total do crédito (de 15% para 20%), deduz-se que o Estado foi no decorrer do tempo, se conscientizando da inviabilidade da construção das habitações pelos assentados e, oferecendo maiores valores para o pagamento da mão de obra externa.

Vale ressaltar que o valor mais elevado (R\$3.989,04) disponibilizado, ainda é muito baixo para pagar a mão de obra externa aos assentamentos. Isto porque o pedreiro não tem como se deslocar diariamente da sua casa a área de trabalho, por causa da distância frequentemente elevada entre os projetos de assentamento e as cidades, fato que aumenta o custo do seu serviço aos assentados.

Como solução a esta problemática, normalmente os assentados que tinham maior habilidade na construção civil prestavam serviços aos beneficiários do crédito cobrando o valor estipulado pelo INCRA. Projetos de assentamento com pouca disponibilidade de pessoas que dominavam as técnicas da construção civil tinham dificuldades em aplicar o crédito, fato que criou diferenciações espaciais entre os projetos de assentamento, já que alguns conseguiam construir casas de maior qualidade que outros. Este fenômeno ocorria, também, na escala intra projeto de assentamento, quando uma família contratava serviços

de pessoa pouco capacitada e outra dispunha da mão de obra qualificada em sua própria família.

A pouca disponibilização de recursos para mão de obra numa perspectiva de construção civil baseada na indústria gera para os assentados uma desvantagem no processo de construção de suas habitações. Isto porque os camponeses tradicionalmente detêm técnicas de construção não aceitas pela sociedade, tais como a taipa e o adobe e, não dominam as técnicas impostas pelo mercado, como a alvenaria de bloco e o concreto armado. Esta contradição traz para os camponeses da reforma agrária uma dependência da mão de obra oriunda das cidades, além da baixa possibilidade de manutenção das construções.

O mesmo ocorre com os materiais de construção. Mesmo alguns instrumentos legais considerarem a importância das tradições e materiais locais (Quadro 16), o que se viabiliza são os materiais industrializados da construção civil. Fato que gera, por economia de escala, uma padronização das habitações camponesas compatíveis com os conjuntos habitacionais oriundos das políticas aplicadas nos centros urbanos. A foto 96, no Projeto de Assentamento Munduri, mostra um caso onde a padronização (repetição) das habitações gera uma sensação profunda de monotonia.

Assim, os assentados camponeses iniciam suas vidas nos projetos de assentamento já criando laços de dependência com o capital, ampliando e perpetuando o espectro de atuação deste no campo. Necessitando cada vez mais de valores de recursos para a habitação que acompanhem a evolução de preços estipulados por este mercado.

Foto 96 – Casas Padronizadas no PA Munduri, município de Ibiquera/Bahia



Fonte: Paula Moreira (2014).

Considerando-se o critério da representatividade da atuação na política de reforma agrária, a Tabela 37 representa os números de créditos destinados à habitação e sua abrangência nos governos FHC e Lula, tentando-se estabelecer comparações entre estes nos seus últimos três anos de gestão.

Tabela 37 – Número de Famílias, Número de Projetos de Assentamento e Valores Corrigidos para 2014 de Créditos Destinados à Habitação Pagos pelos Governos FHC e Lula

GOVERNO	CRÉDITOS DESTINADOS A HABITAÇÃO								
	COSTRUÇÃO			REFORMA			nº TOTAL FAMÍLIA	nº TOTAL PA	VALOR TOTAL (2014)
	nº FAMÍLIA	nº PA	VALOR (2014)	nº FAMÍLIA	nº PA	VALOR (2014)			
FHC	5967	101	R\$ 32.967.322,14	0	0	R\$ 0,00	5967	101	R\$ 32.967.322,14
LULA	2372	32	R\$ 34.363.081,45	5193	71	R\$ 42.965.180,06	7565	103	R\$ 77.328.261,51

Fonte: Setor de Crédito do INCRA Bahia (2014); IPC-Brasil (FGV) (2014). Elaboração: Paula Moreira (2014).

Pode-se observar na Tabela 37 que entre os anos 2000 e 2002, FHC beneficiou 5967 famílias, inseridas em 101 projetos de assentamento do Estado da Bahia, movimentando o que, em janeiro de 2014 (pelo IPC-Brasil), representa R\$32.967.322,14. Todo o recurso para habitação no Governo FHC foi disponibilizado para a construção de novas moradias.

O Governo Lula dividiu os recursos destinados à habitação entre construção de novas moradias e recuperação das pré-existentes ou construídas com precariedade nos governos anteriores. Para novas habitações foram investidos R\$34.363.081,45, pouco mais que seu antecessor, porém, com um atendimento bem inferior em relação ao número de famílias: 2372 inseridas em 32 projetos de assentamento. A grande diferença se deu pelo valor do crédito, que, como já analisado anteriormente, corresponde a números bem superiores, fato que resultou em maior qualidade construtiva.

Em relação à recuperação das habitações, o Governo Lula atendeu, entre 2008 e 2010, 5193 famílias inseridas em 71 projetos de assentamento. Isto significa que o Governo Lula priorizou a reparação de habitações mal executadas nos governos anteriores em detrimento à construção de novas habitações. Foram investidos, segundo dados do Setor de Crédito do INCRA Bahia, R\$42.965.180,06 em recuperação de habitações no período estudado.

As fotos 97 e 98 mostram um conjunto de casas no Projeto de Assentamento Santa Clara, localizado no município de Ibiquera, antes e depois da aplicação do Crédito Instalação Modalidade Recuperação das Habitações. É visível a abrangência qualitativa deste crédito no que refere às unidades habitacionais e à “agrovila”.

**Foto 97 – Conjunto de Habitações Localizado no PA Santa Clara, município de Ibiquera/
Bahia antes da Aplicação do Crédito Instalação Modalidade Recuperação Material de Construção**



Fonte: Paula A. M. Santos (2011).

**Foto 98 – Conjunto de Habitações Localizado no PA Santa Clara, município de Ibiquera/
Bahia Depois da Aplicação do Crédito Instalação Modalidade Recuperação Material de Construção**



Fonte: Paula Moreira (2013).

Considerando-se o critério da representatividade da atuação na política de reforma agrária, a Tabela 37 representa os números de créditos destinados à habitação e sua abrangência nos governos FHC e Lula, tentando-se estabelecer comparações entre estes nos seus últimos anos de gestão.

Em relação aos valores totais, o Governo Lula investiu R\$ 77.328.261,51 em habitação na reforma agrária nos seus três últimos anos de mandato o que atingiu 7565 famílias e, o Governo FHC investiu R\$ 32.967.322,14 em construção de habitações, atendendo 5967 famílias.

Os números mostram que apesar do Governo Lula criar menos projetos de assentamento que o Governo FHC, este buscou qualificar a vida dos assentados investindo mais recursos na área de habitação, tentando corrigir distorções dos governos

passados e iniciando novos projetos com mais cuidado na aplicação dos recursos. Mesmo assim, a abrangência de seu atendimento foi mais representativa que o governo anterior visto o número de famílias atendidas.

Assim sendo, conclui-se que a reforma agrária iniciou um processo de desenvolvimento qualitativo no Governo Lula, no que se refere aos créditos destinados à habitação.

Porém, como já mencionado, no Governo Dilma o INCRA deixa de participar do processo de construção das habitações nos projetos de assentamento, sendo esta atribuição passada ao Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR²⁹⁰.

A gestão do PNHR, por consequência de ser um subprograma do Programa MCMV, está a cargo do Ministério das Cidades. Os recursos para sua operacionalização originam-se do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os recursos do OGU são destinados aos subsídios e os do FGTS ao financiamento. Como operadores financeiros do Programa estão designados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Os valores dos subsídios destinam-se a cobrir os custos da construção ou da reforma da unidade habitacional, de assistência técnica e do trabalho social. O PNHR prevê, ainda, o financiamento para a construção de cisternas para as famílias viventes em áreas com dificuldade de acesso à água para o consumo humano.

Os assentados de reforma agrária foram enquadrados na faixa de renda do Grupo 1 do PNHR, tendo, por isso, subsídio de 96% do valor total da construção, devendo pagar 4% (em quatro parcelas anuais após 12 meses de concluídas as habitações). No Grupo 1 se enquadram os agricultores e trabalhadores rurais com renda anual até R\$15.000,00.

Em 2013 o recurso para construção de uma habitação era de R\$28.500,00, atualmente este valor passou para R\$33.550,00. Para reforma, o valor inicial era de R\$17.200,00, sendo atualizado para R\$20.240,00, em 2016. Além do valor para a compra do material de construção e da mão de obra, o PNHR disponibiliza recursos para

²⁹⁰ Em 2009, como um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Governo Federal lançou o Programa Habitacional Minha Casa - Minha Vida (MCMV), por intermédio da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, transformada na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e alterada pela Lei 12.424, de 16 de junho de 2011. Quanto às habitações rurais, elas vêm sendo operacionalizadas pelo subprograma do MCMV denominado Programa Nacional da Habitação Rural (PNHR), implementado a partir de 2011. Antes de 2011, as intervenções habitacionais financiadas pelo Ministério das Cidades enquadravam-se nos programas de financiamento existentes para uso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

assistência técnica e trabalho social, com valores de R\$1.000,00 e R\$700,00 por família, respectivamente.

O problema fundamental desta mudança é que, praticamente, não vem sendo disponibilizados recursos do PNHR, desde 2014. Assim, vem crescendo a cada ano a demanda por habitação e reforma nos assentamentos. Na Bahia, a partir de um levantamento bastante preliminar, o déficit chega a aproximadamente 7 mil habitações e 9 mil reformas.

As Fotos 99 e 100 mostram os poucos exemplos da aplicação deste recurso em assentamentos de reforma agrária na Bahia. Apesar de se perceber que a construção está completa, inclusive com acabamentos, nota-se na Foto 99 a pouca inclinação do telhado, fato que pode gerar vazamentos em períodos de chuva. Já na Foto 100, a implantação das casas parece estar inadequada, com casas muito próximas e sem um alinhamento em relação a rua.

Foto 99 - Habitação Feita com Recursos do PNHR em um PA em Monte Santo/BA



Fonte: INCRA/BA (2017).

Foto 100 - Habitação Feita com Recursos do PNHR em um PA em Maraú/BA



Fonte: INCRA/BA (2017).

Observando as construções apresentadas, elas mostram uma padronização quanto à dimensão e planta. Trata-se de um modelo de habitação social replicado nas cidades que tem pouca comunicação com as demandas camponesas e, com os próprios assentados em sua perspectiva de multiplicidade. Shimbo (2012) afirma que a padronização das habitações tem estreita relação com a própria padronização dos processos produtivos das mesmas que envolvem desde a uniformização das medidas e componentes, até as formas de execução.

De forma generalizada, existe um vazio ainda não ocupado pelos movimentos sociais no que concerne a questão habitacional. Segundo Borges (2002), quando trata do MST na construção dos habitats, são poucas as iniciativas de se buscar interferir nos processos determinados pelo Estado, principalmente no que concerne a gestão e produção

das habitações, fazendo com que o mercado oriente este seguimento, como ocorre nas cidades e, conseqüentemente, se replique nos projetos de assentamento as mesmas contradições, onde se oscila o atendimento das demandas, a repressão e o abandono.

Seguindo a lógica de Rolnik (2015), é possível afirmar desde já que, a migração da responsabilidade de um elemento fundamental como a moradia para bancos, mesmo públicos, faz com que a moradia deixe de ser prioritariamente vinculada ao desenvolvimento humano e passe a se inserir nas regras da sustentabilidade financeira destes que, no caso, tem como objetivo o lucro. Assim, na atual conjuntura, o capital consegue se inserir de forma muito mais agressiva e autônoma do que quando as habitações dos assentados estavam sendo viabilizadas através de créditos concedidos pelo INCRA.

Na verdade, é muito cedo para se afirmar algo, visto o pouco tempo de existência tanto do PNHR, quanto da migração dos assentados para este Programa. O que se pode afirmar, neste momento, é que este início está sendo complicado, tanto pela falta de recursos, quanto pelas diferentes rotinas e normas relacionadas à inclusão do assentado como beneficiário do Programa.

Analisando-se esta questão em conjunto com o ocorrido com a própria Política de Reforma Agrária, observa-se que a inclusão dos assentados no PNHR acompanha um período de inoperância governamental em relação à criação de novos PAs. A questão que se coloca é a seguinte: será que a terra foi trocada por casas? Considerando-se que os movimentos sociais ligados ao campo, solicitaram esta demanda do Governo Federal, na esperança de que suas casas tivessem um padrão construtivo superior, considera-se que este fato, faz parte de muitos outros que corroboram com o processo de transformismo, onde tais movimentos, por consenso passivo, foram gradativamente alterando suas bandeiras de luta, exaurindo o protagonismo da questão agrária e, ao que parece sendo enfraquecidos, em detrimento dos interesses dos blocos hegemônicos contrários à Reforma Agrária. Como resultado, atualmente, não há nem casa, nem terra.

6.2.3 O Projeto das Unidades Habitacionais

O Quadro 17 faz um levantamento da evolução dos instrumentos legais que tratam sobre a habitação nos projetos de assentamento em relação aos pré-requisitos da unidade habitacional a ser construída.

A Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997 é a primeira que traz algo sobre tais pré-requisitos, afirmando que é necessária a apresentação de orçamento e justificativa para a construção da habitação. É importante destacar que, conforme já foi levantado anteriormente, esta instrução normativa é a primeira que define que os créditos implantação devem ser aplicados coletivamente, visto que anteriormente os recursos eram distribuídos aos assentados de forma individual, sem cobranças quanto a sua aplicação.

A Norma de Execução nº 26 (2002), aquela que restringe às representações sociais a possibilidade de manipulação da conta bancária destinada à aplicação do Crédito Instalação (conforme mostra o Quadro 17), indica que a aplicação dos recursos para a modalidade Habitação deverá priorizar a utilização de materiais existentes na área do projeto de assentamento. Também cita que a fabricação de elementos construtivos e mão de obra devem ser próprias dos beneficiários. Isto significa que a areia, arenoso, madeira, pedra, etc., podem ser retirados do próprio assentamento. A primeira contradição que se levanta é relacionada ao impacto ambiental oriundo da retirada dos recursos naturais para a construção da habitação. A legislação ambiental foi considerada? A segunda contradição, se refere à mão de obra: os assentados têm real capacidade técnica de construir sua habitação? Tais contradições mostram que o Estado tenta justificar a pouca quantidade de recurso destinada à construção da habitação, dando uma solução que coloca o assentado e o assentamento como elementos principais a resolver tal lacuna.

A Norma de Execução nº 40 (2004), implantada no final do governo FHC, insere vários elementos aos pré-requisitos mínimos para a aplicação do crédito: pela primeira vez é levantada a necessidade das instalações sanitárias nas habitações; estabelece uma área mínima para a construção (42 m²); indica a necessidade de planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado; afirma a necessidade de o projeto habitacional ser aprovado em assembleia pelos assentados e; indica que as especificidades locais devem ser atendidas pelo projeto. Pode-se afirmar que neste momento inicia-se a formalização de reflexões mais aprofundadas em relação ao crédito destinado à habitação.

A Norma de Execução nº 46 (2005) acrescenta à anterior a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região e a questão do conforto térmico. Além disso, cita a possibilidade de construção de habitações mistas (madeira e material), desde que possuam banheiro e tratamento sanitário. Porém, diminui de 42m² para 36m² a dimensão mínima das habitações, fato bastante negativo para as comunidades rurais.

Quadro 17 – Instrumentos Legais e Pré-Requisitos Relacionados ao Projeto das Habitações para Concessão de Crédito Destinado à Habitação

INSTRUMENTO LEGAL	PRÉ-REQUISITOS RELACIONADOS AO PROJETO DA HABITAÇÃO
Instrução Normativa Nº 19 de 10 de setembro de 1997	É necessária a apresentação de orçamento e justificativa.
Norma de Execução/INCRA/nº 26, de 26 de agosto de 2002	A aplicação dos recursos para a modalidade Habitação deverá priorizar a utilização de materiais existentes na área do Projeto de Assentamento, assim como a fabricação e mão de obra próprias dos beneficiários.
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004	Respeitando-se as instalações sanitárias e as peculiaridades regionais, a habitação deverá conter, no mínimo, 42 metros quadrados e o projeto ser aprovado em assembleia pelos assentados, onde a planta e especificações técnicas deverão ser assinadas por técnico habilitado.
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	O projeto das casas deve ser aprovado pelas comunidades, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, prevendo uma área mínima construída de 36 metros quadrados, a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região, saneamento básico e conforto térmico, além de respeito às peculiaridades e tradições locais. Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e material), desde que possuam banheiro e tratamento sanitário.
Norma de Execução nº 53, de 20 de dezembro de 2006	O projeto das casas deve ser aprovado pelas comunidades, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, prevendo uma área mínima construída de 36 metros quadrados, a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região, saneamento básico e conforto térmico, além de respeito às peculiaridades e tradições locais. Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e alvenaria), admitindo-se, ainda, somente de madeira, desde que tal requisito seja usual na região e mantendo-se a necessidade de possuir banheiro e tratamento sanitário.
Norma de Execução nº 67, de 29 de novembro de 2007	O projeto das casas deve ser aprovado pelas comunidades, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, prevendo uma área mínima construída de 36 metros quadrados, a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região, saneamento básico e conforto térmico, além de respeito às peculiaridades e tradições locais. Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e alvenaria), admitindo-se, ainda, somente de madeira, desde que tal requisito seja usual na região e mantendo-se a necessidade de possuir banheiro e tratamento sanitário. Deve haver participação das mulheres no projeto arquitetônico das habitações.
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008	O projeto das habitações deve ser aprovado pela comunidade, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, com previsão de área mínima construída de 40m ² para assentamentos situados na Amazônia Legal e 46m ² para as demais regiões, ambas com a exigência de banheiro e fossa. O material utilizado deve ser o usual na região.
Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009	

Fonte: Legislação INCRA (2014). Elaboração: Paula A. M. Santos (2014).

A Norma de Execução nº 53 (2006) não altera o texto da anterior. Já a Norma de Execução nº 67 (2007) acrescenta que a habitação pode ser construída exclusivamente de madeira, desde que tal requisito seja usual na região, mantendo-se a necessidade de possuir banheiro e tratamento sanitário. Além disso, obriga a participação das mulheres no projeto arquitetônico das habitações.

As normas de execução nº 79 (2008) e nº 84 (2009) possuem o mesmo texto sobre o assunto, retirando elementos das normas anteriores e, considerando apenas que o projeto das habitações deve ser aprovado pela comunidade, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado; que o material utilizado deve ser o usual na região e; que

haja banheiro e fossa. Além disso, amplia significativamente a dimensão mínima das habitações que passa de 36m² para 40m² em assentamentos situados na Amazônia Legal e, 46m² nos localizados nas demais regiões. Destaca-se, que o aumento da área se relaciona com o aumento significativo do valor do crédito conforme indica a Tabela 34.

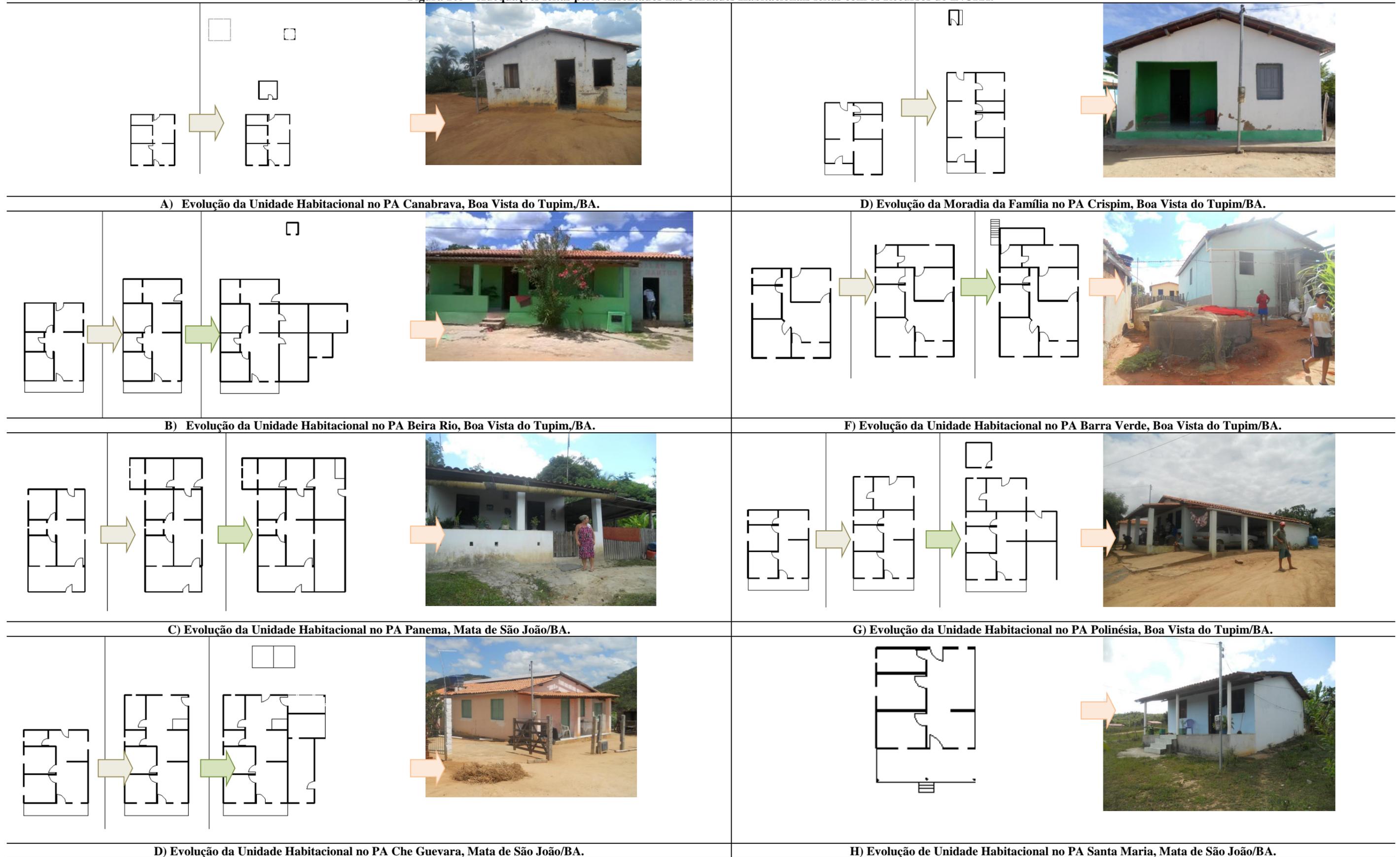
Tratando-se da aplicação prática destas normas nos projetos de assentamento, optou-se em trazer alguns exemplos em diversos momentos diferentes. Partindo-se do pressuposto da multiplicidade camponesa, verificam-se, através da exposição do projeto original e da adequação de cada moradia, a pouca aderência dos programas e das áreas estipuladas para as casas. Fica claro, também, lentidão da ação do INCRA, neste momento e, suas repercussões.

O caso da Figura 105-A, no PA Canabrava (Boa Vista do Tupim), traz um exemplo de um assentamento criado no Governo Sarney e, cuja habitação só foi construída no primeiro mandato de FHC. Ela se enquadra na Instrução Normativa nº 19/1997, a primeira norma que exigiu um orçamento da construção e passou a responsabilidade da gestão do crédito para a associação. A casa foi parcialmente construída e sua área, de 42m², não contemplou a família ali vivente.

O programa inicial, que se constituía em dois quartos, sala, cozinha e banheiro foi alterado no sentido de se excluir do corpo principal da casa o banheiro, que se transformou num quarto, e construir ao redor da casa três edificações, feitas prioritariamente com material do próprio terreno (terra, palha, madeira). A ampliação de 17m² acrescentou um banheiro, uma cozinha com fogão a lenha e um sanitário. Mais uma vez, o camponês assentado traz, de seu próprio saber as soluções que, nunca viriam do Estado.

O Exemplo de Crispim, a Figura 105-B, traz outro exemplo de assentamento criado no governo Sarney, cuja habitação só foi viabilizada no mandato de FHC. Porém, neste caso, diferentemente de Canabrava, o INCRA além de ter pago o crédito para a construção da casa, também contemplou a família com a recuperação. Inicialmente esta casa tinha 45m², com um programa similar à primeira, acrescentando somente uma pequena varanda. Posteriormente, com a reforma, sua área passou para 65m². É importante destacar que antes da reforma esta casa se encontrava bastante precária, mais do que a casa de Canabrava, assim, o recurso da reforma foi, prioritariamente, aplicado em sua recuperação. A família acrescentou uma cozinha e um quarto ao corpo principal da casa e, na parte externa construiu um banheiro. O banheiro interno foi desativado e se transformou num depósito.

Figura 105 – Adequações feitas pelos Assentados nas Unidades Habitacionais feitas com os Recursos do INCRA.



Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Os exemplos do PA Beira Rio, PA Barra Verde e PA Panema (Figuras 105-C, 105-D e 105-E respectivamente) mostram exemplos de assentamentos criados nos governos de FHC, cuja construção da habitação estava submetida a Norma de Execução nº 26 (2002). Nos três exemplos houve disponibilização do crédito para reforma. A casa do PA Beira Rio foi a mais alterada, ela parte de 50,2m² (com dois quartos, sala, cozinha, varanda e banheiro), com a reforma, passa a ter 70,2m² (acrescentando-se uma cozinha e um depósito) e, com recursos próprios a família assentada ampliou a casa para 118m², com o acréscimo de mais dois quartos, um salão de beleza e uma garagem. Em Barra Verde a casa parte com o mesmo programa de Beira Rio, porém com um *hall* interno, de 56m² passa para 70m² com a reforma (constrói mais uma cozinha e uma área de serviço) e, com recursos próprios, a família chega a 76m², fazendo mais um anexo de cozinha.

No PA Panema, a família recebe a casa do INCRA com 55m² e, com a reforma acrescenta mais uma cozinha, um quarto e um banheiro, chegando a 76m² e, por fim, dois amplos cômodos de uso misto que aumentam sua área para 115m².

Os PAs Che Guevara, Polinésia e Santa Maria construíram suas casas sob normas estabelecidas no Governo Lula. As duas primeiras foram regidas pela Norma de Execução nº 46 (2005) e a última pela nº 84 (2009). As áreas das três casas partem de 48m², com o mesmo programa e planta. Com o acréscimo do recurso²⁹¹, as casas dos PAs Che Guevara e Polinésia, são acrescidas de uma cozinha e um quarto, chegando a 67,8m². A Família do PA Santa Maria ainda não aumentou sua casa após a conclusão da obra.

Após ter sido verificada a evolução das áreas das casas, a partir das apropriações de cada família em conjunto com as diferentes normas, tempos de aplicação e valores dos recursos, torna-se importante se compreender, também, como estas diferenças vão ocorrer, internamente nas moradias. Para tanto, utiliza-se a Figura 106 como suporte. Ela mostra os ambientes da varanda, sala, cozinha, banheiro e quarto das famílias dos PAs Canabrava e Crispim (Momento 1); Nova Panema, Barra Verde e Beira Rio (Momento 2) e; Che Guevara, Polinésia e Santa Maria (Momento 3)²⁹².

Em relação à varanda ou alpendre, segundo Veríssimo e Bittar (1999), ela se constitui num ambiente que tem a função inicial de filtrar o que vem do exterior, deixando permear, apenas a intimidade da família. Ela, também, tem um papel importante na

²⁹¹ No decorrer da aplicação do crédito, seu valor foi aumentado, fato que repercutiu na ampliação das casas.

²⁹² Destaca-se, de acordo com o que foi mencionado anteriormente que, os PAs Crispim, Panema, Barra Verde e Beira Rio tiveram, a partir de recursos disponibilizados pelo INCRA, suas casas reformadas. O mesmo não ocorreu com o PA Canabrava.

proteção da edificação em relação ao sol e a chuva, não permitindo que o calor demasiado ou a água entrem em contato com as paredes e com o chão, fato que contribui para o conforto térmico e ambiental, além da limpeza da casa. Em relação a este segundo, os sapatos, sujos de terra, normalmente, são deixados na varanda ou são limpos ali, antes de se entrar na casa, fazendo com que a varanda tenha uma função importante na manutenção da limpeza da casa. Em relação às apropriações sociais, ela vai se diferir, segundo o momento histórico, a cultura, enfim, as características de cada família, inserida em seu contexto social. Em relação a casa dos assentados, do ponto de vista físico, a diferença, de forma geral vai se dar na sua existência (a casa do PA Canabrava, por exemplo, não tem varanda porque o recurso não foi suficiente) e na sua dimensão.

A varanda da casa do PA Che Guevara (Figura 106-V1), é bem estreita, se aproximando de um alpendre. O local não tem área suficiente para dar conforto aos usuários por um tempo longo. Certo? Não, errado. O pequeno alpendre, feito com o sentido da proteção física da porta da casa é, na verdade, um ponto de encontro conhecido daquela comunidade. Ali, as pessoas, passam muito tempo, se comportando de forma descontraída. Já a varanda da Figura 106-V2, do PA Beira Rio, é, realmente a porta de entrada da residência. Ela demonstra organização, limpeza e, uma grande preocupação estética, não se configurando em local de permanência, porém, cumprindo muito bem sua função de proteção e filtro.

As Figuras 106 - V3 e V4 mostram duas partes da varanda da casa do PA Nova Panema. Nelas verifica-se uma dimensão maior e, também, uma intensidade de uso superior. Ela tem múltiplas funções, não tendo um enlace forte em relação a estética, apesar de estar enfeitada com plantas e bandeirolas. Nela, reúne-se visitantes para fazer a refeição e se divertir nos jogos, tendo ela sido, inclusive, um local destinado ao comércio de entretenimentos, fato que não agradou os moradores que, por isso, não deu prosseguimento à ideia. Percebe-se pela construção que parte da varanda foi feita com recursos próprios, utilizando-se de telha de fibrocimento e da madeira roliça. Até mesmo os móveis são fruto de trabalho manual da família que é bastante ativa e costuma receber todos os visitantes do PA, acolhendo-os em sua varanda.

A Figura 106-V5 traz a casa do PA Polinésia que, como em Che Guevara, funciona como um ponto de encontro. Neste caso, porém, os moradores deram prioridade a este cômodo, quase que contornando totalmente a casa, fato que disponibilizou área para vários tipos de uso, além de proporcionar mais conforto ao ambiente interno. Além

de ponto de encontro (inclusive com cadeiras), a varanda é, também, garagem, local para colocar ferramentas, fazer consertos e estocar sementes.

Quanto ao ambiente da sala de estar, algumas diferenças foram observadas. É importante, antes disso, afirmar que o conceito de sala vem sendo construído com o tempo. Para esta tese, é importante verificar que existem casos, no campo, onde a sala de estar, o local de refeição e, o dormitório compõem um único cômodo. As influências dos indígenas, podem explicar isso, porém, em casas mais isoladas, onde poucas visitas ocorrem, a sala de estar com a função exclusivamente social, não faz sentido. A própria varanda pode oferecer tal funcionalidade.

Zabalbeascoa (2013) afirma que as salas adquiriram natureza de espaço comum necessário nas casas, somente por volta do século XVIII. A partir deste momento, os quartos foram resguardados, sendo somente adentrados por estranhos em casos de visitas a doentes e a parturientes. As Figuras 106-S1, S2, S3, S4 e S5 vão mostrar algumas peculiaridades das salas das casas dos assentados, mostrando salas com funções exclusivamente social, quase que intocadas pelos moradores e, outros onde o uso é mais intenso. Antes disso, é importante frisar que foi verificado que, em todas as casas pesquisadas, existe Televisão (TV) e som.

Dito isso, na casa do PA Che Guevara, a TV não se localiza na sala, esta, é um local exclusivo para receber visitas. Ali, tem um som, uma aparador com fotografias da família, um espelho, cortinas, tapete e um confortável sofá. Destaca-se, também, que é um ambiente limpo, com pintura recente que, reflete o gosto estético dos moradores. As Figuras 106-S2 (PA Beira Rio), S3 (PA Crispim) e S4 (PA Nova Panema) vão mostrar o uso social da sala conjugado a função do entretenimento da família, isto é, com a TV, porém, com uma especificidade em relação à sala da Figura 106-S5 (do PA Santa Maria)²⁹³, elas oferecem, cada uma do seu jeito e com seu gosto, o conforto. Chama a atenção a parca dimensão do ambiente em todos os casos que dificulta a acomodação dos móveis, fato advindo da limitação dos recursos e do modelo padronizado das habitações disponibilizadas.

Quanto às cozinhas, elas seriam um assunto à parte, com grande destaque, visto sua importância e complexidade no meio rural. Tal complexidade vem de sua função essencial que é a do preparo dos alimentos, vinculada, ao fato de ser o ambiente mais usado, em todas as casas pesquisadas.

²⁹³ Nesta sala tem somente uma cadeira e o móvel com a TV.

Figura 106 – Fotos Exemplos de Varanda, Sala, Cozinha, Banheiro e Quarto das Moradias de Diversos Projetos de Assentamentos

VARANDA	SALA	COZINHA	BANHEIRO	QUARTO	
 <p>V1 - PA Che Guevara, Boa V. do Tupim</p>	 <p>S1 - PA Che Guevara, Boa V. do Tupim</p>	 <p>C1 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>C2 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>B1 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>Q1 - PA Santa Maria, Mata de São João</p>
 <p>V2 - PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>S2 - PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>C3 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>C4 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>B2 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>Q2 - PA Polinésia, Boa Vista do Tupim</p>
 <p>V3 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>S3 - PA Crispim, Boa V. do Tupim</p>	 <p>C5 - PA Barra Verde, Boa V. do Tupim</p>	 <p>C6 - PA Barra Verde, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>B3 - PA Crispim, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>Q3 - PA Che Guevara, Boa V. do Tupim</p>
 <p>V4 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>S4 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>C7 - PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>C8 - PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>B4 - PA N. Panema, Mata de São João</p>	 <p>Q4 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim</p>
 <p>V5 - PA Polinésia, Boa Vista do Tupim</p>	 <p>S5 - PA Santa Maria, Mata de São João</p>	 <p>C9 - PA Che Guevara, Boa V. do Tupim</p>	 <p>C10 - PA Che Guevara, Boa V. do Tupim</p>	 <p>B5 - PA Santa Maria, Mata de São João</p>	 <p>Q5 - PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim</p>

Fonte: Paula Moreira, 2015.

A cozinha tem função múltipla e sobreposta: ela prepara e armazena, tanto os alimentos cultivados pela família, quanto os comprados no comércio. Ela é o ambiente onde as famílias, verdadeiramente, se reúnem, conversam, se alimentam e, também, recebem as visitas mais íntimas e; é o ambiente da casa que mais necessita de equipamentos, no caso, a geladeira, o fogão a gás, o fogão a lenha, armários, a mesa, as cadeiras, as panelas, os eletrodomésticos, etc.

Nos casos analisados, exceto no PA Beira Rio²⁹⁴, as cozinhas se constituem em dois ambientes. Na verdade, quando o recurso para a moradia foi disponibilizado com um valor maior, no Momento 3, ou quando foram disponibilizadas as reformas, as famílias investiram na construção de cozinhas que, anteriormente não tinham a dimensão necessária para o uso adequado. A cozinha é o local do fogo. O fogo, no meio rural, normalmente é mantido pelo gás e pela lenha, mas, a segunda opção é mais viável logística e economicamente. É importante destacar que não é interessante, visto que o clima baiano é quente, ter o fogão a lenha dentro das casas. Além do aquecimento, ele gera fumaça pois, na maior parte dos casos, não possuem uma chaminé adequada. Assim, os assentados tendem a investir em ambientes semiabertos ou fechados, exclusivos para o fogão a lenha. Nos casos das cozinhas feitas com recursos públicos, os exemplos das Figuras 106 C1 e C2 (PA Nova Panema) e C9 e C10 (PA Che Guevara), mostram que, em Nova Panema, como o recurso foi menor, visto que foi oriundo do crédito para reforma²⁹⁵, a cozinha foi ampliada, porém com pouco acabamento, isolando-se, estrategicamente, a parte do fogão a lenha. Já em Che Guevara, como a casa já foi construída com um recurso maior, ela já previa a presença de duas cozinhas, com o acabamento e os detalhes construtivos necessários para se manter o fogão a lenha dentro da casa. Neste último, vai, inclusive, ocorrer algo inusitado: o fogão a lenha, o fogão a gás e o microondas estão juntos com a mesa de refeição no mesmo ambiente (Figura 106-C10). A outra cozinha, da Figura 106-C9 vai ter armário, geladeira, TV, sofá e um colchão, elementos que ampliam a função do ambiente para o conforto da permanência, da intimidade e do entretenimento.

Feitas com recursos próprios, foram as cozinhas dos PAs Barra Verde e Canabrava. Em Canabrava, os assentados, como já mencionado, receberam um recurso

²⁹⁴ Na casa do PA Beira Rio, só existe uma cozinha, sem fogão a lenha (Figura 106-C7). Porém, de acordo com a Figura 106-C8, eles improvisam, no quintal, uma forma de cozimento a lenha quando necessitam.

²⁹⁵ A casa se encontrava muito precária e, também, incompleta, por isso o recurso teve que ser dividido para corrigir muitos problemas.

diminuto e, não foram contemplados com a reforma. Assim, eles optaram em deixar na cozinha que integra a casa, a geladeira, o armário de mantimentos, a mesa e o fogão a gás e, na cozinha anexa, feita em adobe confeccionada por eles, o fogão a lenha com o estoque de madeira, além de sacos de maiores de sementes, equipamentos e produtos coletados do trabalho agrícola.

O caso do PA Barra Verde é diferente. A assentada tem um intenso trabalho na cozinha, pois vende produtos derivados da mandioca. Assim, com o recurso advindo da reforma, ela construiu a segunda cozinha (Figura 106-C5), porém, não implantou ali o fogão a lenha. Ela construiu outra cozinha, uma terceira (Figura 106-C6), com material de refugo, exclusivamente para o equipamento. Mais interessante ainda é, perceber a extensão de sua atividade culinária no quintal: além de todos os temperos plantados, ali têm moedores e locais para secar e quebrar os alimentos que produz.

Quanto aos banheiros, eles também são tema de grande complexidade para a moradia camponesa. Eles estão inseridos, de forma prioritária, nas políticas públicas para a melhoria habitacional rural, conforme foi mostrado no Capítulo 2. Eles fazem parte de exigências normativas, como mostra o mesmo item e; se inserem no conjunto dos atributos da doutrina higienista: o saneamento. Porém, na realidade rural, a convivência com o banheiro ainda está em construção. Segundo Zabalbeascoa (2013), ele vai se consolidando como um cômodo da casa, a partir do desenvolvimento das tecnologias de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Pois bem, no campo, estas tecnologias estão sendo implantadas de forma recente, fragmentada e, muitas vezes, com pouca qualidade. Assim, existirão casos onde o banheiro vai se localizar na parte externa da casa, como é o caso dos PAs Crispim e Canabrava (Figuras 106-B1, B2 e B3) e, dentro da casa, como ocorre em Panema e Santa Maria (Figuras 106-B4 e B5).

Em Crispim, os assentados, com o recurso da reforma, retiraram da casa o banheiro e, o colocaram afastado, no quintal (Figura 106-B3). Em Canabrava, o banheiro, previsto dentro da casa, também foi desativado, porém, com recursos próprios e, instalado de forma dispersa no quintal. A Figura 106-B1 mostra o local do vaso sanitário e, separadamente, na Figura 106-B2 consta o local do banho.

Na casa do PA Panema, foram feitos dois banheiros, uma para os moradores e, outro, para os visitantes (Figura 106-B4), ambos estão integrados à edificação como um todo. Assim como ocorre no PA Santa Maria, onde se observa, como adendo, acabamento com cerâmica nas paredes e no piso, lavatório de porcelana e espelho. Neste caso, o

recurso foi suficiente para concluir as instalações do banheiro, fato que não ocorreu em Canabrava, Panema ou Crispim.

Quanto ao quarto, último cômodo a ser comentado, ele tem sua função bem marcada em todos os exemplos analisados. Essa constância vem, segundo Veríssimo e Bittar (1999), do fato dele já ter sido trazido aqui, pelos portugueses, como um ambiente isolado, íntimo, privado. Os indígenas e os africanos tinham conceitos diferentes quanto ao local de dormir, podendo este ser integrado com outras funções, porém, observadas as casas das comunidades tradicionais e da unidade familiar camponesa. No Capítulo 5, verifica-se que o quarto, dificilmente se coloca integrado aos outros ambientes: ele está sempre isolado. O que vai variar, nos casos observados, é sua dimensão e seu tratamento. Os casos das Figuras 106-Q1 e das Figuras Q3 e Q5, se diferem pelo tratamento dado ao ambiente. Em Santa Maria, existe a preocupação com a funcionalidade, demonstrada pela cama com o mosquiteiro, porém, em Che Guevara e Beira Rio, existe, além dela, a preocupação com a estética e com o acolhimento do ambiente. Nos dois casos ele vai refletir os anseios pessoais dos seus usuários: a criança e o casal.

As Figuras 106-Q2 e 119Q4 vão mostrar exemplos de quando o cômodo não é suficientemente grande para acomodar seus usuários. Em Polinésia, apesar do quarto estar limpo e bem-acabado, entre as duas camas, o espaço de circulação é mínimo. Já em Canabrava, o antigo banheiro da casa, bastante desgastado e sujo, agora adaptado para um quarto, somente consegue acomodar a cama da usuária.

Comentar sobre alguns dos principais cômodos das casas dos assentados, na perspectiva da liberdade estabelecida pela multiplicidade, mas, pelos limites da política, no que concerne à concepção de moradia camponesa, mostra que existe um abismo entre a realidade e as demandas deste público. Se for observada as moradias das comunidades de fundo de pasto, comentadas no Capítulo 5, pois, elas trazem de forma mais clara a materialização dos anseios e necessidades das moradias camponesas, percebe-se que as casas camponesas, oriundas de recursos estatais aqui comentados, tendem a se constituir como cárceres que, insistentemente, sofrem modificações no sentido de adaptá-los à demanda de vida de cada família. É interessante, nesta perspectiva, notar que as casas que foram construídas com mais recursos, são mais livres. Neste sentido, enquanto as casas construídas com poucos recursos ou posteriormente reformadas, possuem mais amarras neste processo de adaptação, fato que gera, para os assentados, desconforto e dificuldades cotidianas.

6.2.4 A Localização das Moradias

Além de compreender a evolução do crédito instalação no decorrer de sua história, é fundamental, para este estudo, buscar como os instrumentos legais tratam dos pré-requisitos estabelecidos para a localização das habitações no processo de concessão das modalidades destinadas a habitação. Isto porque, tais pré-requisitos podem determinar as formas de espacialização intra assentamentos, gerando dinâmicas específicas de reprodução de modos de vida.

É possível visualizar a partir do Quadro 18 que desde a Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997 o Estado vem limitando os locais onde podem ser implantadas as habitações. Assim, indica que o Crédito Habitação é concedido aos assentados localizados definitivamente nas suas unidades de produção ou em “agrovilas”.

Quadro 18 – Instrumentos Legais, Indicação de Tamanho Mínimo de Lote e Pré-Requisitos de Localização das Habitações para Concessão de Crédito Destinado à Habitação

INSTRUMENTO LEGAL	INDICAÇÃO DE TAMANHO MÍNIMO DE LOTE (m ²)	PRÉ-REQUISITOS DE LOCALIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES PARA CONCESSÃO DO CRÉDITO DESTINADO À HABITAÇÃO
Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997	Não trata	O Crédito Habitação será concedido aos assentados localizados definitivamente nas suas unidades de produção ou em agrovilas.
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004		O Crédito Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção. Somente será liberado após o projeto de assentamento estar com as parcelas medidas e demarcadas, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva definitivos.
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	300	É pré-requisito para aplicação do crédito instalação modalidade aquisição de material de construção que o perímetro do Projeto de Assentamento esteja demarcado e os lotes devidamente identificados, conforme projeto de parcelamento, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva. Neste caso bastará que os projetos urbanísticos estejam aprovados pelas comunidades e estejam identificados os arruamentos e quadras, de tal forma que seja assegurada a correta localização das habitações dentro dos terrenos. Além disso, deve haver condições de acesso ao PA que permitam a entrega do material de construção a ser contratado.
Norma de Execução nº 53, de 20 de dezembro de 2006		
Norma de Execução nº 67, de 29 de novembro de 2007		
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008		
Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009		
		É pré-requisito para aplicação do crédito instalação modalidade aquisição de material de construção que o perímetro do PA e os lotes estejam devidamente identificados, conforme projeto de pré-parcelamento, aprovado pela SR e pelos beneficiários. Nos casos de agrovilas e de projetos de exploração coletiva, o perímetro deve ser identificado. O projeto urbanístico deve ser elaborado por técnico habilitado e aprovado pela comunidade, permitindo a correta localização dos arruamentos, quadras e habitações. Além disso, deve haver condições de acesso ao PA que permitam a entrega do material de construção a ser contratado.

Fonte: Legislação INCRA (2014). Elaboração: Paula A. M. Santos (2014).

Duas questões devem ser destacadas neste contexto: a primeira é que dificilmente um projeto de assentamento possui suas unidades produtivas delimitadas no momento da aplicação dos créditos instalação. A segunda é o uso e, a conseqüente perpetuação do termo “agrovila”, criado para os projetos de colonização da Amazônia no período da ditadura militar.

Fica implícito aí que a solução para se adquirir o Crédito Habitação e, finalmente sair das habitações precárias feitas de lona, taipa ou materiais de refugo seria implantar uma “agrovila”. Isto é, um pequeno núcleo urbano dentro do projeto de assentamento. Ou melhor, a ideia de urbanização do campo proposta pelo arquiteto do INCRA, Camargo em 1973, no contexto do processo de modernização do campo, continua viva e reproduzida pela autarquia mesmo num contexto político, econômico e social totalmente diferente.

A Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004 deixa ainda mais clara a impossibilidade de se aplicar o recurso do Crédito Habitação caso não haja as parcelas individuais medidas e demarcadas, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva definitivos. É importante destacar que o modelo de exploração coletiva definitivo é difícilimo de existir já que os camponeses assentados normalmente almejam seu próprio “pedaço de chão”.

A partir da Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005, são acrescentados elementos que afirmam ainda mais a ideia da presença das “agrovilas” nos projetos de assentamento. O primeiro é a indicação de projetos urbanísticos que estejam aprovados pelas comunidades, onde sejam identificados os arruamentos e quadras, de tal forma que seja assegurada a correta localização das habitações dentro dos terrenos. O segundo é a indicação da dimensão mínima dos lotes da “agrovila” com padrões urbanos bastante reduzidos de 300m². O terceiro é o atrelamento da localização da “agrovila” a um local no projeto de assentamento onde haja condições de acesso que permita a entrega do material de construção a ser contratado.

É importante destacar que o terceiro elemento citado, além de induzir a “agrovila” como solução, ainda a direciona para locais onde haja, no momento da aplicação do Crédito Habitação, possibilidade de chegada de materiais de construção, ou seja, próximos de estradas pré-existentes, o que limita ainda mais as possibilidades de opção de locais de moradia dos assentados. Também deve ser destacada, a implícita preocupação do Estado em viabilizar para o mercado de construção civil facilidades no processo de comercialização dos seus produtos. Por que não se priorizou pensar em quais

os melhores locais de moradia para os assentados em relação as suas possibilidades futuras de produção dentro do assentamento?

A Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009, não muda as características limitadoras da norma anterior, somente acrescenta mais um elemento: a responsabilidade técnica do projeto urbanístico da “agrovila” a um profissional habilitado. A questão que surge neste contexto é: qual o profissional realmente habilitado para pensar uma “agrovila”, visto as características dos currículos dos profissionais de engenharia, agronomia e arquitetura? Além dessa, surge outra questão: quem se habilita a projetar para comunidades rurais sem a devida remuneração estabelecida formalmente pelo Estado para este serviço?

Estão aí levantadas algumas contradições existentes nos instrumentos legais que, trazem para os assentados, limitações e amarras para as suas possibilidades de recampesinação, já que remetem, quase como única opção, a “agrovila” como ideia de implantação das moradias. A questão que se coloca é que a alternativa da agrovila está, neste caso, inserida no processo de precarização da política. Ela não é colocada como uma opção pensada sob a lógica social, ou seja, sob a perspectiva do que seria melhor para os que estão em determinado PA. Ela é um produto da ausência do planejamento, dos recursos, da gestão e, isso é explícito nas normas. Por isso, não poderia deixar de ocorrer que, em muitos casos, por ter sido mal elaborada²⁹⁶, ela contribua em desmontar a lógica de articulação entre casa e trabalho no contexto da rotina diária, criando a necessidade de se fazer grandes deslocamentos até o lote de produção, o que interrompe dinâmicas fundamentais de relação entre família, campo, ofício e modo de vida, criando novas relações que, muitas vezes, se constituem em entraves a reprodução da vida no campo.

Um destes entraves pode ser visualizado por algo bem simples: o quintal. Para o camponês, os quintais são extensões da casa. Eles acolhem funções importantes que contribuem, tanto com a subsistência da família, quanto com a manutenção do seu modo de vida. O quintal, entretanto, como variável de análise na perspectiva da moradia de um assentado, está intimamente ligado à forma de acomodação do conjunto das casas. A partir de 2005, como já visto, foi estipulado como área mínima do lote da agrovila, 300m². Pois bem, se essa referência foi convencionada, é porque existiram casos de lotes ainda

²⁹⁶ Para se pensar uma agrovila, ou núcleo habitacional, é preciso compreender a dinâmica do grupo, seu entrosamento, as condicionantes físicas, as articulações externas, enfim, é uma decisão de grande complexidade que, normalmente, é tratada com descaso.

menores que ela. Essa constatação é bastante preocupante, pois, já em um lote de 300m², onde se deve acomodar uma casa, não há viabilidade de se praticar a atividade rural: ele é muito pequeno.

A Figura 107 mostra três relações diferentes entre as casas, o quintal e seu uso. No caso, optou-se em trabalhar com um exemplo onde o lote de produção se constitui no próprio quintal, o PA Canabrava; outro, que implantou um lote maior que 1000m², o PA Nova Panema e, por fim, um PA com quintal mínimo, o Barra Verde. A Figura 107-A que, trata do primeiro caso, mostra como a escala da casa é reduzida no montante da área total do lote que é de 35,5ha²⁹⁷. A família em questão, os Santos, possui dez cabeças de gado que, são criados soltos na pastagem. Eles, cotidianamente manipulam somente o entorno da casa, o que se chamou de quintal na Figura 107-A. Dali, eles tiram grande parte de seu sustento: plantam andu, mandioca, palma (para os animais), criam galinhas (possuíam 20 unidades no dia da entrevista) e criam porcos. Destaca-se que os porcos são confinados e, as galinhas são criadas soltas.

Esta segunda opção seria impossível numa agrovila. Também no quintal, infelizmente não mapeado, existem várias árvores frutíferas. Além disso, é ali que se faz bolo (tem um forno feito por eles, de barro), e, é dali que se tira a lenha para fazer a própria comida. Apesar da limitação da área total para a produção agrícola, considerando-a como quintal somente, a área contempla as necessidades da família e, poderia ser muitíssimo melhor se tivesse sido implantada nela toda infraestrutura necessária, principalmente hídrica, pois, verificou-se que eles não têm hortaliças por falta de água no local.

A Figura 107-B, traz o caso do PA Nova Panema, com um quintal de 1200m², implantado numa agrovila. O quintal de Edézio e Fátima é bastante rico. Ali se encontram diversas árvores frutíferas, tais como, seriguela, banana, limão, jenipapo, jaca, tamarindo e abacate. Além disso, eles têm dois galinheiros, um apiário, e uma pequena casa de farinha. O quintal é utilizado, também, para guardar equipamentos e materiais que eles coletam para reutilizar, ou, reciclar, tais como caixas, garrafas, pedaços de madeira, canos de PVC, etc. Além disso, a família, apesar de ter água em rede, armazena água de chuva. Interessante notar, por estes dois aspectos que, o que parece difícil para alguém da cidade, é coloquial para eles: a preocupação com o meio ambiente é, também, uma preocupação com a sustentabilidade deles.

²⁹⁷ Não se problematizando, apenas registrando aqui que, esta área, para um lote de produção é quase metade do valor do módulo fiscal que é 60ha, constituindo-se, portanto, em um minifúndio.

Isto está compreendido, não foi revelado em cursos ou capacitações: eles sentem. Por fim, eles só não possuem uma horta no local, porque utilizam a área coletiva, próxima dali, para realizar esta atividade.

A família Oliveira, com seu quintal diminuto, consegue aproveitar cada cantinho para tirar dali algum sustento, como mostra a Figura 107-C. Neste caso, o quintal, também implantado em uma agrovila, tem a área mínima de 300m², com testada de 15m e profundidade de 20. O caso desta família é uma exceção à regra, porém é importante ser destacado²⁹⁸. Ele já foi citado nesta tese como exemplo de cozinha e de ampliações, momento no qual foi destacado que uma de suas atividades mais importantes, geradoras de renda, seria relacionada com os derivados da mandioca, cujo preparo é feito, em grande parte, no quintal. É importante levantar essa questão para se observar na Figura 107-C que, um dos depósitos tem a destinação de abrigar os equipamentos desta atividade específica e, ao seu redor, têm vários apetrechos relacionados a ela, tais como moedor, socador e pedras para colocar o alimento para secar. Também, neste quintal tem uma horta, muito diversificada, com hortelã, coentro, salsa, manjerição, abóbora, batata doce que, é regada com a água de uma das duas cisternas. É interessante notar, a partir da Figura 107-C, que todos os cantos do quintal são aproveitados; junto à cerca, por exemplo, tem plantação em quase toda sua extensão. Apesar de pequeno, neste quintal têm três árvores: duas mangueiras e uma jaqueira. Pela sua dimensão, não existem criações de animais e, a assentada responsável, lamenta por isso. Assim como em Panema, esta família, também, coleta objetos para reutilizar e reciclar, guardando-os, tanto no depósito do fundo do quintal quanto, no que fica embaixo da cozinha (ver na Figura 107-C). Além do uso para o trabalho, o quintal também acolhe várias plantas ornamentais que ficam ao redor da casa, aproveitando sua alvenaria sobressalente. O quintal desta família se constitui numa escola de uso sustentável de uma pequena área. Ela consegue extrair dali, com conhecimento, organização e disciplina, algo que poucos conseguiriam. Essa afirmação é feita para reforçar o fato de que este quintal, apesar de muito bem aproveitado, não contempla as necessidades da moradora que, teria muito mais êxito, caso ele fosse maior. Ele, na verdade, mostra o potencial de um quintal e a forma como este ambiente se comunica com a família e, com a própria casa. O quintal é o coração da casa.

Tão importante quanto compreender o papel do quintal para um camponês, é compreender que, nos projetos de assentamento, ele é um camponês assentado.

²⁹⁸ A capacidade de trabalho desta família é muito elevada, fato que a coloca em destaque no próprio assentamento, local onde, também, comercializam seus produtos.

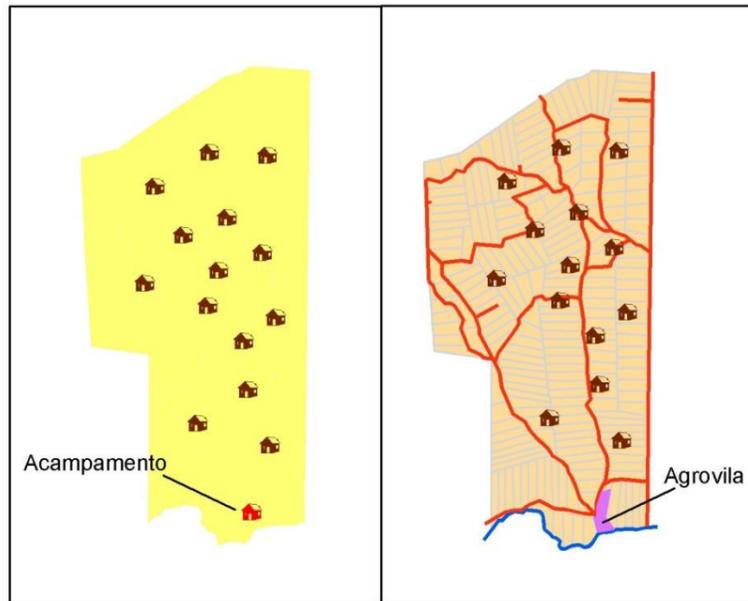
Considerar este fato é, considerar sua história de luta, isto é, o fato de que o grupo de assentados vem se constituindo como tal, desde o acampamento, desenvolvendo processos específicos de territorialização²⁹⁹. Assim, não se pode, simplesmente, desprezar o que já foi construído pelo grupo, impondo-lhe, através de normas ou regras, agrovilas em lugares específicos ou situações que sejam descoladas de seu processo histórico. Na prática, numa postura de resistência, o que se observa é que o vácuo da atuação do Estado, advindo da precarização de seu desempenho junto aos assentados, vai fazer com que estes processos de territorialização sejam determinantes na escolha das moradias. As Figuras 108 a 113 vão mostrar as relações entre a ocupação camponesa, advindas do processo de luta pela terra, e a localização das moradias em projetos de assentamento criados nos três momentos aqui tratados. As Figuras 108 e 109 vão tratar dos PAs Canabrava e Sítio Novo, ambos criados no governo Sarney. No caso da Figura 108, como já tratado, os camponeses se constituíam como posseiros durante décadas e, após tensionamentos com fazendeiros locais, acabaram utilizando a forma de luta da ocupação para garantir a posse de suas terras. A ocupação foi feita próxima ao rio, conforme a Figura 108 indica. Ali foi instalado um acampamento que, depois se transformou em agrovila. Quanto às posses dispersas na área da fazenda, estas foram consolidadas, porém, adequadas no processo de demarcação dos lotes. A Figura 109 vai mostrar uma relação interessante, deste mesmo momento. Os posseiros, também viviam dispersos por décadas numa área menos seca da fazenda Sítio Novo. Após a criação do projeto de assentamento, eles dividiram a área de sequeiro entre todos, assim como também, dividiram a área menos seca, local onde eles estabeleceram suas moradias. Nos dois casos, as formas espaciais atuais mantêm o conteúdo do processo de territorialização dos assentados. Destaca-se, como já tratado no Capítulo 4, que naquela época, a forma de luta mais comum era a da manutenção da posse. Também é importante destacar que não havia naquele momento nenhuma norma que limitasse o local de moradia dos assentados.

As Figuras 110 e 111 mostram assentamentos criados no primeiro mandato de FHC. Neste momento, ocorreu uma grande mudança na locação das moradias nos PAs: elas passaram a ser implantadas majoritariamente em agrovilas. Este fato se deu por dois aspectos: primeiro, a forma de luta dos movimentos sociais passou a ser a da ocupação e instalação de acampamentos no interior das fazendas.

²⁹⁹ Como visto no Capítulo anterior.

Figura 108 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Canabrava

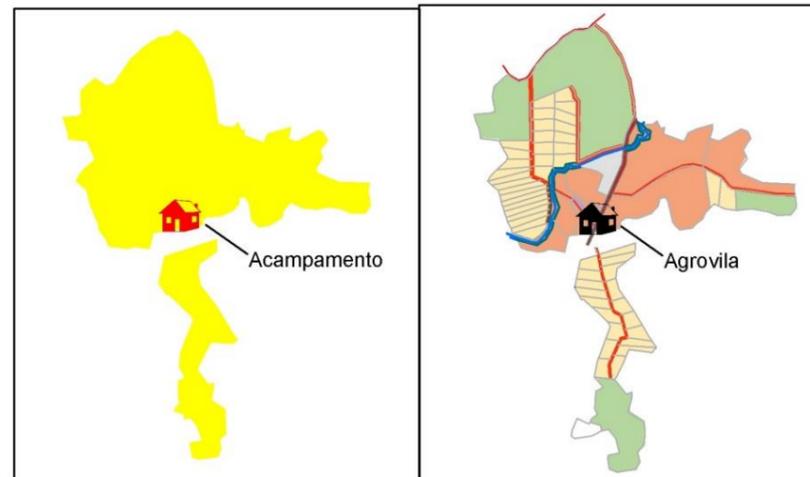
PROJETO DE ASSENTAMENTO CANABRAVA
Boa Vista do Tupim/BA
Ano de Criação: 1987
Área Média do Lote de Moradia: 240.000m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 109 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Eldorado

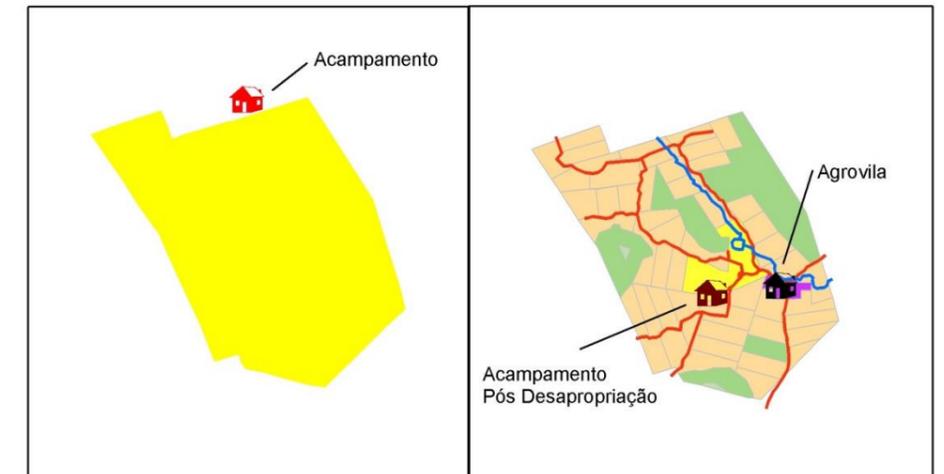
PROJETO DE ASSENTAMENTO ELDORADO
Santo Amaro/ BA
Ano de Criação: 1997
Área Média do Lote de Moradia: 800m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 110 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Che Guevara

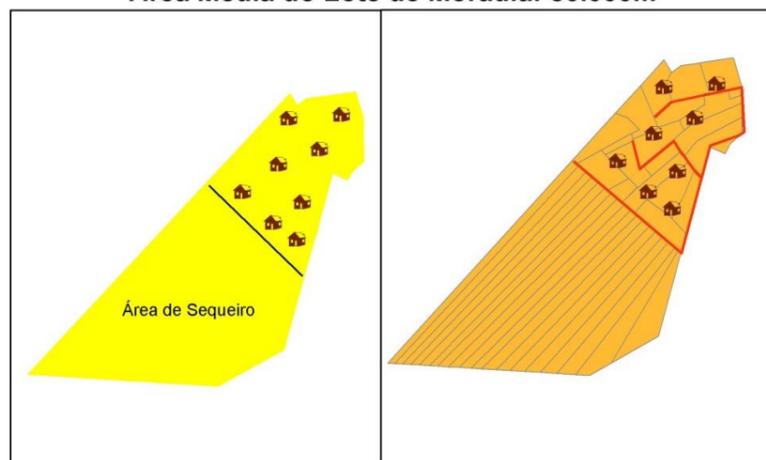
PROJETO DE ASSENTAMENTO CHE GUEVARA
Boa Vista do Tupim/BA
Ano de Criação: 2005
Área Média do Lote de Moradia: 2.200m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 111 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Sítio Novo

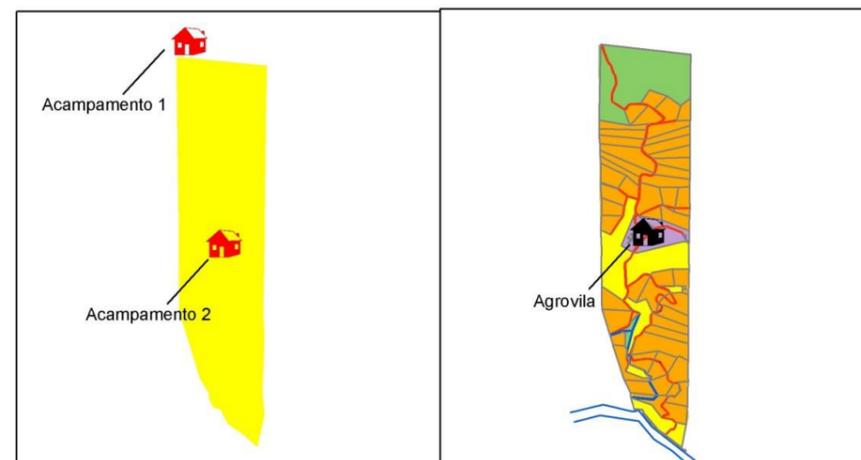
PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO NOVO
Ipirá/BA
Ano de Criação: 1990
Área Média do Lote de Moradia: 80.000m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 112 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Pancada Grande

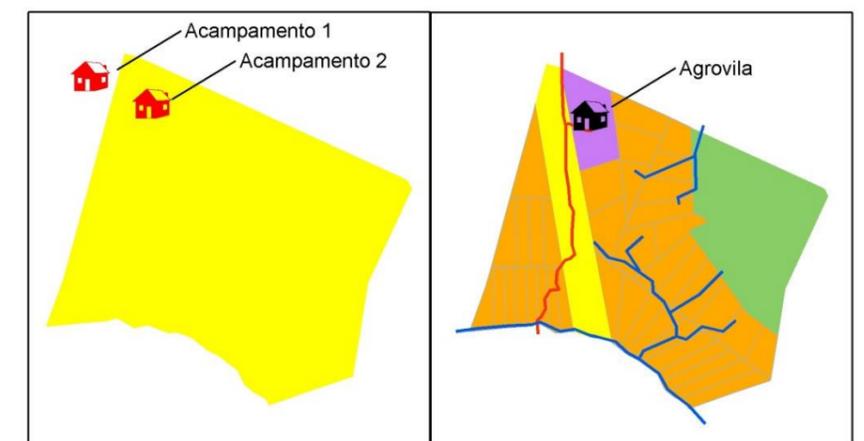
PROJETO DE ASSENTAMENTO PANCADA GRANDE
Itacaré/ BA
Ano de Criação: 1997
Área Média do Lote de Moradia: 300m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Figura 113 – Relação entre a Ocupação Camponesa e a Localização das Moradias no Projeto de Assentamento Santa Maria

PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA MARIA
Mata de São João/BA
Ano de Criação: 2008
Área Média do Lote de Moradia: 1.400m²



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Segundo, a Instrução Normativa nº 19/1997, como já mencionado, acaba limitando os locais onde podem ser implantadas as moradias, afirmando que o Crédito Habitação só poderia ser concedido aos assentados localizados definitivamente nas suas unidades de produção ou em agrovilas. A Figura 110, que traz o caso do PA Eldorado, mostra que eles mantiveram suas casas no local do acampamento. A Figura 111, que mostra o PA Pancada Grande, revela que após ocuparem o interior da fazenda, os camponeses não mais mudaram seu local de moradia. Confluem-se nestes casos vários interesses: o do movimento social em manter as relações espaciais do acampamento, o do Estado em facilitar a aplicação do crédito e, dos assentados, num momento inicial, quando preferem manter suas territorialidades geradas a partir da cotidianidade.

As Figuras 112 e 113 trazem casos onde a criação dos PAs ocorreu no governo Lula. Eles vão seguir as normas de execução nº 40/2004 ou a nº 46/ 2005. O primeiro aspecto a ser ressaltado é o impacto da MP nº 2.109-49/2001, já que ela trouxe mais alterações nos processos de territorialização dos assentados que as próprias normas de execução citadas.

Isto porque com ela, os camponeses que lutam pela terra deixaram de ocupar as fazendas num momento inicial enquanto que as normas, simplesmente reforçaram a presença das agrovilas nos PAs.

O exemplo do PA Che Guevara, vai mostrar que os camponeses inicialmente tiveram que acampar fora da fazenda e, somente depois de a fazenda ter sido considerada adequada para reforma agrária, adentraram e implantaram suas moradias. Neste processo dinâmico, as territorialidades não se estabeleceram de forma a fazer com que os assentados optassem em se fixar na área que ocuparam inicialmente. O caso do PA Santa Maria, Figura 113, mantém a lógica da territorialização acoplada com uma estratégia: os camponeses acampam na área externa, próximos ao local onde pretendem implantar suas moradias futuramente. Ali, eles foram construindo territorialidades e a identidade do grupo.

Diante do que foi exposto neste Capítulo, o desenvolvimento da questão da moradia no âmbito das políticas públicas destinadas aos projetos de assentamento de reforma agrária está inteiramente relacionado com o racionalismo característico do Estado e do capital e os processos de luta dos camponeses. Este racionalismo parte da concepção da organização do campo, que, surge de adaptações de propostas para o meio urbano, o que gera espaços pouco adequados. Somando-se a isso, as políticas são aplicadas de forma incompleta, com poucos recursos, com descaso, com atrasos, gerando,

na maioria das vezes, resultados desastrosos. Porém, na perspectiva da resistência e da moradia, as disputas territoriais que ocorrem entre os ideais hegemônicos e os dos camponeses nos projetos de assentamentos, vão mostrar que estes últimos têm potencial, apesar de tudo, de se expressar, tanto na escala das unidades habitacionais, quanto na localização das moradias, fato que traz elementos para subsidiar novas formas de planejar o campo, dando prosseguimento a este processo já desencadeado, porém, estagnado no momento.

Minha casa, minha vida 2

Estou insatisfeita

Minha casa não me cabe

Eu tenho um mundo dentro de mim

Ela é pequena e não o comporta

Nas sala, não cabem meus amigos, minha família, nem mesmo meus filhos que virão...

Os quartos não são suficientes para guardar conjuntamente as camas, os armário e os corpos...

Os banheiros não me higienizam. Eles me sujam. Na verdade, sujam toda a casa...

A cozinha é incapaz de acomodar meus alimentos. Muito menos, prepará-los. Como vou, então, me nutrir?

Como vou colocar minha vida nesta casa? As galinhas, a horta, as sementes, as celebrações, o pátio, os sonhos, as ferramentas, o tempo vazio, o pomar, as confusões, a arte, os livros, os retratos, a água fresca, as cabras, as crenças, os porcos, as frutas, os insetos, o descanso e minha paz.

CAPÍTULO 7



P/A

MORADIA NA REFORMA AGRARIA

R.P.R. 01/06/16

7 A CONSTRUÇÃO DE COLETIVIDADES E CONECTIVIDADES A PARTIR DA MORADIA DO CAMPONÊS ASSENTADO

Este Capítulo vai trabalhar, a partir da questão agrária, da multiplicidade camponesa e da ação do Estado, qual o significado da moradia camponesa de um assentado no horizonte de seu processo de territorialização, advindo da construção de coletividades e de conectividades.

As coletividades são consideradas como resultados de construções históricas e cotidianas, dentro de um contexto de diferenças, de adversidades, porém, numa perspectiva de constituição de um grupo. No sentido desta construção, trabalha-se a importância da escolha do local da moradia, a questão das agrovilas ou núcleos habitacionais e, também, as áreas coletivas. Sob o entendimento das construções sociais, busca-se encontrar nexos entre a intencionalidade do grupo e os modelos espaciais implantados nos PAs, tanto em relação ao parcelamento dos lotes de produção, quanto na escala da vila, com a finalidade de dar conteúdo à abrangência da moradia camponesa de um assentado.

Em relação às conexões relacionadas à moradia, trava-se um debate que varia entre a escala do assentado, dos núcleos habitacionais, do projeto de assentamento e da luta camponesa. Partindo-se das limitações colocadas pela precarização da política de assentamentos rurais, principalmente em relação à capacidade de assentados de um PA e sua condição ambiental, são trazidos casos que, através da resistência, assentados conseguiram se sobressair dentro do grupo, fato que revela a capacidade camponesa de adaptabilidade e de constituição de conexões.

7.1 A MORADIA E A CONSTRUÇÃO DE COLETIVIDADES

Um grupo de acampados se transforma em assentados após a criação de um PA. Ele deixa a condição da incerteza e passa para a da garantia da posse da terra. Sem dúvida, neste processo, ocorre uma nova configuração das relações. Esta resignificação do grupo vai trazer elementos antes adormecidos ou inexistentes. Um deles é a própria ação do Estado, outro é o da acomodação de cada indivíduo em sua nova perspectiva de vida. Neste momento, torna-se fundamental a coesão, a unidade, o corpo social, no sentido de

dar respostas às demandas, ainda desconhecidas. Este processo, que é uma aquisição de grupo, chama-se aqui de construção de coletividade.

Mendras (1978) afirma que grande parte das sociedades agrárias são organizadas em coletividades, relativamente autônomas, instaladas sobre o território que exploram e, caracterizadas por uma forma particular de organização, na dimensão do grupo e nos tipos de relações. Rosa e Ferreira (2013) avaliam que a reprodução cotidiana de coletividades é determinada pela história, raízes e trajetória de um grupo.

Para se fazer uma reflexão sobre a construção de coletividades, na escala dos projetos de assentamento de reforma agrária, enfocando-se a moradia, é fundamental que se considere esta, como uma conquista social, assim como o é, o PA, no sentido de que sua disponibilização necessita de mobilização, luta e resistência. Assim sendo, é impossível compreender a moradia na reforma agrária, simplesmente através das políticas públicas com seus instrumentos legais ou a partir de sua produção. Isto porque, enquanto o Estado tende a se omitir, são os movimentos sociais que vêm trazendo as demandas dos assentados e pressionando os governos, no sentido de se garantir melhores condições, inclusive habitacionais, nos projetos de assentamento.

O significado da coletividade é, portanto, construído nos processos de luta. E essa luta não é simplesmente local, ela tem escalas. A primeira, seria a escala nacional, onde os movimentos sociais pleiteiam com o governo federal reajustes de valores e quantidade de recursos, além de adequações dos instrumentos legais. Pode-se notar, a partir do que foi apresentado no Capítulo 6, que houve avanços em relação aos créditos destinados à habitação no Governo Lula e, depois, um retrocesso que está vinculado à própria precarização da reforma agrária como política. Porém, é inegável que a questão habitacional passou de uma posição de desconsideração, quase completa, nos governos Sarney, Collor e Itamar, quando não havia regras adequadas de operacionalização dos créditos, para o estabelecimento de normas de execução elaboradas exclusivamente para o assunto, no Governo Lula. Em relação aos recursos, o que foi apresentado mostra uma progressão de valores que chega a 415% entre o maior valor estabelecido pelo Governo Lula, em 2009, e o valor mais baixo, oriundo do Governo Collor em 1991. A própria migração da disponibilização da habitação do INCRA, para o PNHR, também foi fruto da ação dos movimentos sociais em sua escala nacional.

A segunda escala, a estadual, se constitui na atuação dos movimentos, frente às superintendências regionais do INCRA ou aos órgãos públicos que lhe oferecem

políticas³⁰⁰. No caso do INCRA, os movimentos sociais alimentam o Órgão com suas pautas de reivindicações e, frente a essas fontes de informação, este planeja suas ações levando em consideração suas possibilidades. No âmbito da habitação, antes do PNHR, os movimentos sociais apresentavam o conjunto de assentamentos que necessitavam de crédito para construção ou reforma, indicando onde havia maior prioridade. Estas demandas eram incorporadas pelas superintendências regionais do INCRA que, a partir delas, geravam um número aproximado da demanda por habitação³⁰¹.

A terceira escala é a local, normalmente representada pelas associações. São elas que vão fazer o elo de ligação formal entre o Estado e o assentado, na implementação das políticas públicas, representando o grupo. Talvez essa seja a escala mais complexa, porque as construções de coletividades dependem da aderência política dos diferentes grupos que se unem no momento da conquista da terra, no sentido de se constituir uma nova unidade social ou um novo grupo³⁰². No que se refere à habitação, é importante destacar que as associações tiveram, na época dos créditos do INCRA, e ainda podem ter, pelo PNHR, a função da gestão coletiva da obra de construção do conjunto das casas. Porém, não se pode negar que esta responsabilidade tende a ir se dirimindo, a partir do momento em que o material de construção é distribuído para as famílias assentadas. Neste momento, surgem as diferenciações entre as famílias, já que a variação da atuação de cada família no processo de construção das habitações interfere diretamente na qualidade do produto final. Para dirimir esta situação, a associação precisa interferir no sentido de colaborar com os que têm menos possibilidades, conseqüentemente, construindo, na prática, o sentido da coletividade do PA.

Porém, as diferenças existem. Elas são reais e não podem ser negadas ou desconsideradas em detrimento a um discurso simplório do que seja o coletivo. As diferenças devem ser tratadas e, com elas é que se devem ser construídas as coletividades. As Tabelas 38, 39 e 40 vão mostrar, a partir da idade, da renda e da procedência dos assentados do PA Pancada Grande, em 2003³⁰³, diferenças, que se refletiram,

³⁰⁰ Na Bahia, pode-se citar a CAR, a Secretaria de Educação, a SDR, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, dentre outros.

³⁰¹ É importante destacar que, como existem vários movimentos sociais que atuam na luta pela reforma agrária, cada um deles tem estrutura organizacional, de poder, ideológica, política e de objetivos distintos entre si. Assim sendo, o poder de pressão de cada um é diferenciado e, compatível com sua capacidade de mobilização e articulação política

³⁰² Neste momento é comum que ocorram conflitos locais que tragam processos de fragmentação do grupo.

³⁰³ Estes dados fazem parte da dissertação de mestrado da autora que, foram reinterpretados aqui nesta tese.

posteriormente, nos resultados alcançados após a aplicação do crédito destinado à habitação, liberado no Momento 2 e, visualizável na Tabela 41.

As diferentes idades dos assentados titulares, podem dar um sentido totalmente diferente de moradia para eles. A diferença de renda, também, é fundamental, pois, alguns vão depender, exclusivamente, de recursos público, outros, vão poder complementar a obra a seu gosto, com dinheiro próprio.

Tabela 38 – Idade dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003

Idade dos Assentados do PA Pancada Grande				
Intervalo Etário	Assentado Titular		População do PA	
	Nº	%	Nº	%
0 a 6 anos	0	0	31	14
7 a 17 anos	0	0	62	27,9
18 a 40 anos	21	44,7	67	30,2
41 a 50 anos	17	36,2	46	20,7
51 a 60 anos	7	14,9	12	5,4
Acima de 60 anos	2	4,3	4	1,8
Total	47	100	47	100

Fonte: Moreira (2003).

Tabela 39 – Renda dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003

Renda dos Assentados do PA Pancada Grande		
Intervalo Renda em Salário Mínimo	Assentado Titular	
	Nº	%
Menor que 1/2 SM	1	2,13
1/2 a 1 SM	11	23,4
1 a 1 e 1/2 SM	8	17,02
1 e 1/2 a 2 SM	7	14,89
Maior que 2 SM	10	21,28
Sem Resposta	10	21,28
Total	47	100

Fonte: Moreira (2003).

Tabela 40 – Origem dos Assentados do PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003

Origem dos Assentados do PA Pancada Grande		
Município de Origem	Nº	%
Municípios Próximos ao PA (Ubaitaba, Maraú, Itacaré)	14	29,79
Municípios da Região Sul da Bahia	25	53,19
Municípios do Estado da Bahia	5	10,64
Municípios de outras Unidades da Federação	2	4,26
Sem Informação	1	2,13
Total	47	100

Fonte: Moreira (2003).

Tabela 41 – Características das Casas no PA Pancada Grande, Itacaré/BA, 2003

Características das Casas dos Assentados do PA Pancada Grande		
Característica das Casas	Assentado Titular	
	Nº	%
Alvenaria completa maior que 40,0m ²	3	5,26
Alvenaria completa até 40,0m ²	34	59,65
Taipa ou Madeira	13	22,81
Alvenaria Incompleta	7	12,28
Total	57	100

Fonte: Moreira (2003).

Quanto à origem, neste caso, dois aspectos se destacam. O primeiro é que os que moravam nas proximidades do PA, antes de sua constituição, provavelmente, já se conheciam e, por isso, não seria difícil que houvesse vínculos de cooperação prévios, inclusive na ajuda mútua para construir as casas, enquanto outros terão que tecer estas

relações com o tempo. Outra questão, é a procedência destes assentados em relação a sua vivência no campo ou na cidade. Os que vieram de cidades, provavelmente vêm com uma visão diferente de moradia, fato que vai repercutir, também, nas suas formas e localização. O que pôde se verificar, naquela época, foi que houve uma diferenciação quanto ao porte das moradias: três assentados conseguiram fazer casas maiores que 40m², outros não. Quanto ao material: mais de 65% conseguiu fazer de alvenaria de bloco que, era o que estava projetado para eles. Porém, 13 assentados, não conseguiram aplicar o recurso, continuando a viver na casa de taipa e, sete não tiveram condições de concluir sua obra.

Essas diferenças que marcam o espaço, materializando os processos de territorialização de cada família, são, também, resultados de fragmentações do grupo que, não conseguiu coletivamente dar conta das peculiaridades individuais. Sem dúvida, essas diferenças vão distanciar a preocupação de cada um destes indivíduos, rompendo-se elos da unidade.

É importante destacar que enquanto os movimentos sociais trabalham na construção destas coletividades, nem sempre da melhor forma ou com o devido cuidado, porém, errando em suas tentativas.

O Estado, ao contrário, em sua essência, segundo Poulantzas (1968), considera e trata cada membro da sociedade como um indivíduo, tendendo a isolar os trabalhadores de suas respectivas classes sociais, para reunificá-los na esfera política, sob um discurso (dissimulado) da vontade coletiva, pairado sob a égide do Estado Nação.

No caso dos projetos de assentamento de reforma agrária, o embate entre o coletivo e o individual é bastante representativo. Os PAs são resultado de uma construção coletiva, que, somente se institui, a partir da ação do Estado. Esta questão é muito importante, porque tem consequências diretas nas formas de apropriação ou territorialização nos assentamentos.

Para ilustrar esta questão, parte-se de um PA já criado que foi, hipoteticamente, fruto de uma luta de dez anos de um grupo de camponeses, vinculados a um movimento social. Isto é, uma conquista coletiva. O que será oferecido para eles, além do próprio PA? Primeiro, a concessão de uso da terra, que é uma autorização individual, depois, os créditos que, também, são individuais. Neste caso, é bom se fazer um adendo. Anteriormente, até 2014, os créditos eram depositados na conta da associação dos PAs e, seu uso poderia ser coletivo ou não, de acordo com a vontade do grupo. Agora, os assentados recebem um cartão pessoal e, individualmente, podem sacar no banco, o valor do crédito que foi contemplado. Houve, na verdade, uma acentuação do individual em

detrimento do coletivo. Assim, é dificultada qualquer tipo de ação coletiva, utilizando-se os recursos destes créditos, visto que a preocupação de cada beneficiário o fará investi-lo no que ele, individualmente optar. Destaca-se que os assentados têm direito a sete tipos de crédito diferentes³⁰⁴ (isso não quer dizer que eles, necessariamente, os receba, visto o pouco orçamento destinado à política de Reforma Agrária) que, vão progressivamente, a partir dos seus acessos, ampliando as consequências dos processos de individualização, causando grandes diferenciações internas, fato que, necessariamente, causa rupturas ao grupo.

Assim, é possível que, por uma ação do Estado, considerada essencial na política de Reforma Agrária, o grupo seja enfraquecido e, cada assentado se coloque na dependência da ação estatal, como demandante de recursos individuais. O pior, em detrimento dos interesses dos assentados, pois, existe, neste caso, uma intenção clara do fortalecimento das instituições financeiras, além da disponibilização de dinheiro no mercado que vai beneficiar, diretamente, o capital. Desta forma, seguindo a lógica de Poulantzas (1968), o Estado age no sentido minar a organização da classe dos trabalhadores, enquanto, simultaneamente, ajuda a fazer com que o capitalista reafirme sua posição dominante através do próprio Estado.

Estas relações de individualização vão repercutir nas formas espaciais e, principalmente, na maneira como os assentados vão conseguir se territorializar. No que concerne à moradia, existe um amplo debate que vai pautar sobre a presença ou não dos núcleos habitacionais ou agrovilas e, das áreas de produção coletivas. Optou-se, para esta tese, comentar sobre as duas questões conjuntamente, visto que, as áreas das agrovilas são, também, consideradas como coletivas e se relacionam diretamente com a viabilização ou não destas.

³⁰⁴ Créditos disponibilizados atualmente para os assentados: Apoio Inicial, para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, valor de até R\$ 5,2 mil reais por família assentada; Fomento, para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil reais, por família assentada; Fomento Mulher, para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3 mil reais, por família assentada; Semiárido: para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido, se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5 mil reais por família assentada; Pronaf Microcrédito, voltado à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção e ingresso dos itens nos mercados consumidores a partir de assistência técnica, com acesso até três operações no valor de R\$ 4 mil reais; Pronaf Investimento para a Reforma Agrária, voltado à estruturação do lote, com limite de até R\$ 25 mil reais; Pronaf Custeio da Reforma Agrária, para financiamento de atividades agropecuárias, no valor de R\$ 7,5 mil reais, em até três operações.

Borges (2002) afirma que, no caso do MST, as primeiras considerações acerca do habitat são favoráveis à opção do coletivo. Porém, cabe às comissões locais orientarem cada grupo, no sentido de introduzir suas próprias concepções, em que a prioridade residiria na luta pela transformação dos títulos de posse da terra individuais em coletivos e, no engajamento deste grupo com o próprio Movimento.

De forma geral, é importante destacar que os movimentos sociais tendem a optar pelas agrovilas, por a considerarem um local de possibilidades de articulação, reunião e trocas. Na verdade, como já comentado no Capítulo 6, elas, normalmente, materializam a territorialização dos acampamentos, fortalecendo, inclusive, a própria memória do grupo em relação à sua conquista. Outro aspecto relevante, é que as agrovilas permitem uma adaptação mais confortável nos processos de recampesinação dos que foram para cidade e, estão voltando para o campo. Borges (2002) pontua, ainda que elas aumentam as possibilidades de lazer e esportes, integrando mulheres, jovens e crianças; além de facilitar a integração de atividades individuais com as coletivas no cotidiano dos grupos internos de um PA.

Uma agrovila, também atende, como já tratado no Capítulo 6, às demandas, tanto do Estado, como do Capital, porque é mais barato e logisticamente mais viável se implantar um núcleo habitacional com sua infraestrutura demandante (água, luz, acesso), que, casas dispersas no campo. Por essa razão, a ideia das agrovilas é muito forte nos projetos de assentamento, pois, atende tanto a demanda do grupo social organizador, como, do Estado, provedor dos recursos e do Capital, que vai escoar seus produtos de forma mais prática. O problema que aqui se coloca é que ela é planejada, com a lógica da precarização da política pública. Assim, como já visto, sua localização segue uma estratégia de sobrevivência, não a de se atender a melhor opção para os assentados, numa perspectiva de prosperidade futura. Diante disso, muitas distorções ocorrem, o que faz com que se questione a própria viabilidade da agrovila como solução para os assentados, contrapondo-a com a implantação das casas dispersas nos lotes, como o fez o PA Dom Mathias.

A Figura 114 mostra seis exemplos de projetos de assentamento, com casas dispersas e com agrovilas, destacando para estes últimos sua localização dentro dos PAs. A Figura 114-A traz o exemplo do PA Uirapuru, localizado em Barra. Ali existe uma agrovila estrategicamente inserida em seu extremo em razão da presença de um grande rio. O que se coloca é que, se observando o PA como um todo, torna-se extremamente difícil, pela distância, o trabalho nos últimos lotes, próximos ao norte. Neste caso, ou os

assentados pouco utilizam o lote individual de produção, ficando concentrados na agrovila e na área coletiva ou, vão construir outra moradia, também no lote, e se dividirão entre a permanência no lote e na agrovila. Ambas as soluções são bem complicadas, pois, a primeira pressupõe a redução das possibilidades do trabalho do camponês, a segunda, a fragmentação de seus objetivos pois, vai se dividir entre a infraestrutura implantada na agrovila, possivelmente local onde seus filhos estudam, e a terra disponível para ele produzir.

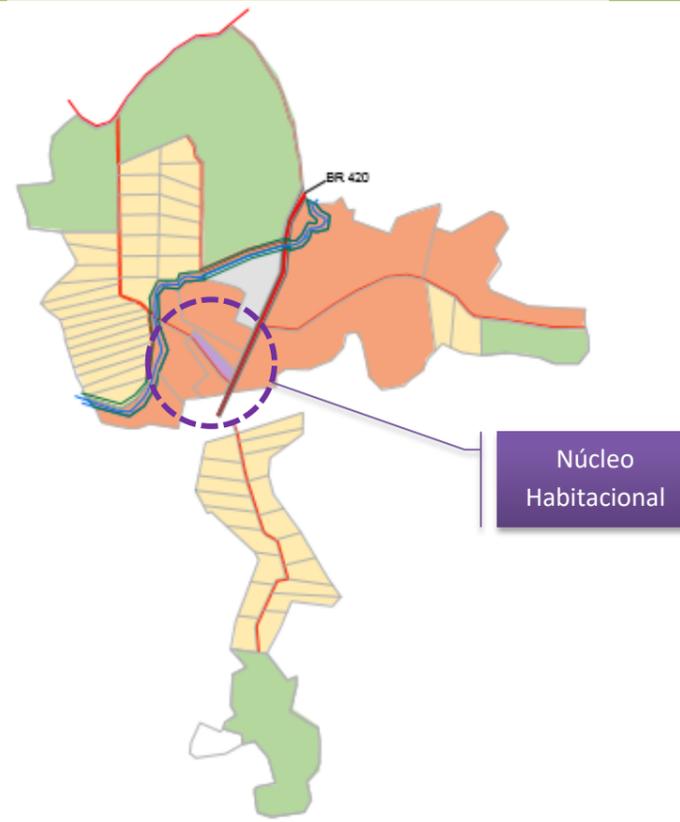
O caso da Figura 114-C mostra uma relação parecida, no PA Mocambo (Andaraí/BA), que é binucleado, com duas agrovilas (ou núcleos habitacionais), uma em cada extremo. Os que possuem lotes de produção na região central do PA, terão as mesmas dificuldades encontradas no PA Uirapuru. Já na Figura 114-B, estes problemas não ocorrem, pois, o núcleo habitacional foi implantado no centro geométrico do PA Eldorado, localizado em Santo Amaro. Neste caso, a estratégia foi a proximidade com a estrada, e, também, com a própria relação casa-trabalho. Neste caso, a lógica proposta por Borges (2002) foi considerada, no sentido de adequar as distâncias entre os lotes de moradia e os de produção aos percursos a pé, costumeiros na região. Este PA é dirigido pelo MST, tendo importância regional para o mesmo, fato que repercutiu no seu planejamento, resultado de uma construção coletiva.

Os PAs das Figuras 114-D, 114-E e 114-F vão mostrar relações onde a lógica do núcleo habitacional foi implodida por processos de territorialização mais espontâneos, consequentes da presença de grupos sociais menos coesos, fato que fez com que os interesses individuais prevalecessem. Somando-se a isso, a própria vivência anterior destes assentados tende a ser reproduzida nas configurações espaciais de um PA, segundo Borges (2002). O PA Feirinha Marrequeiro (Figura 114-D), localizado em Carinhanha e, implantado no Momento 2, é bastante conflituoso, pois, corresponde a uma expressão de uma ação ocorrida sem mediação, onde o resultado do embate do poder individual dos que iam ocupando a área de reserva do PEC Serra do Ramalho, é o que se materializa no espaço. Ali, em decorrência disso, foram implantados vários núcleos habitacionais, localizados de forma espontânea e sem planejamento. Pode-se notar que existem áreas com concentração destes núcleos e outras sem cobertura alguma, gerando diferenciações de possibilidades e acessos, acirrando ainda mais as disputas entre os assentados.

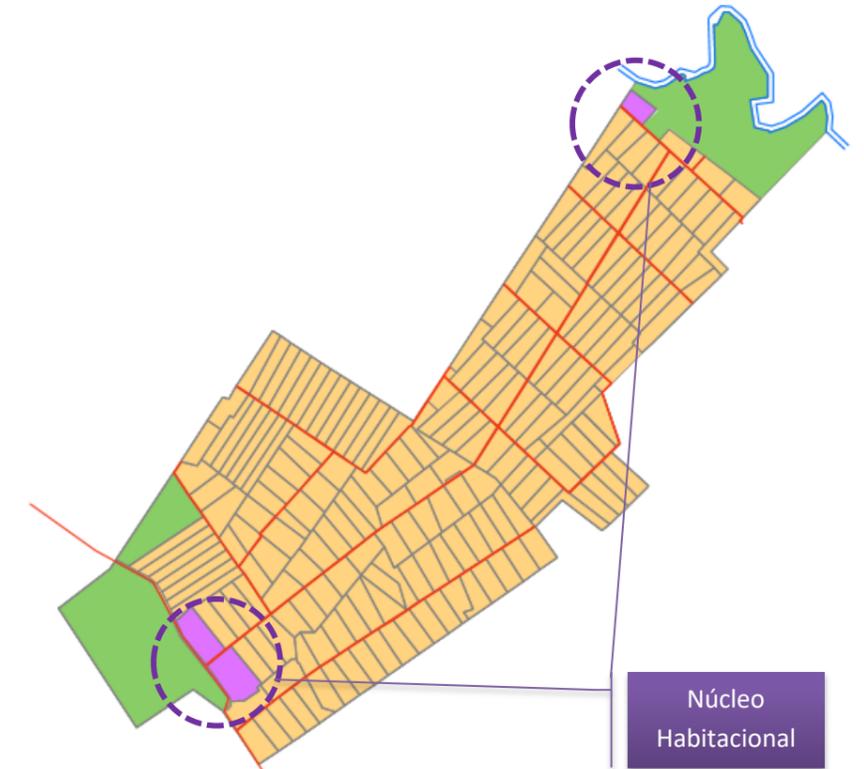
Figura 114 – Projetos de Assentamento e a Localização das Moradias



a) Um Núcleo de Moradia Localizado em um dos Extremos do PA. Ex.: PA Uirapuru, Barra/ BA

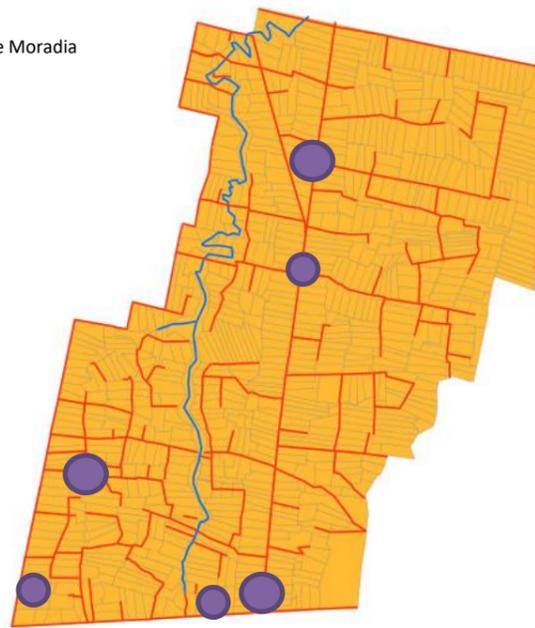


b) Um Núcleo de Moradia localizado na Região Central do PA. Ex.: PA Eldorado, Santo Amaro/BA



c) PA Binucleado. Ex.: PA Mocambo, Andaraí/ BA

● Núcleo de Moradia



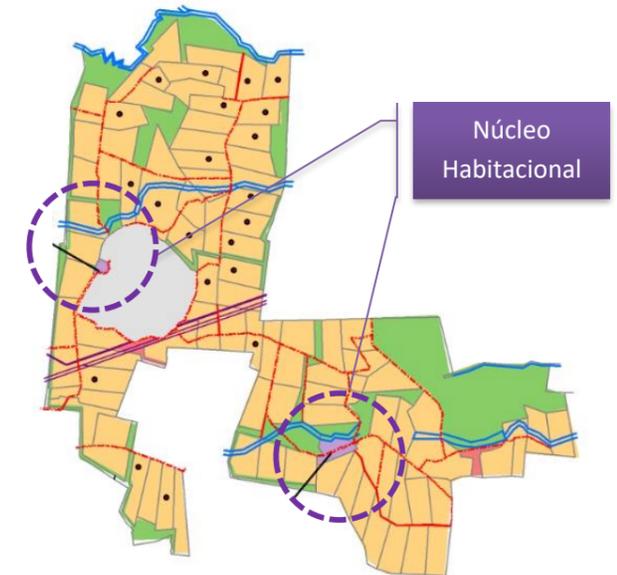
d) PA Polinucleado. Ex.: PA Feirinha Marrequeiro, Carinhanha/ BA

● Moradia Dispersa



e) PA com Moradias Dispersas. Ex.: PA Maravilha, Eunápolis/ BA

● Moradia Dispersa



f) PA Misto, com Moradias Localizadas em Núcleos e Dispersas. PA 3 de Abril, São Sebastião do Passé/ BA

Elaboração: Paula Moreira, 2015. Fonte: INCRA e Trabalho de Campo.

A Figura 114-E (PA Maravilha, localizado em Santa Cruz Cabralia), criado no Momento 2, vai mostrar o exemplo de moradias dispersas nos lotes, porém, com um núcleo de serviços. Neste caso, quem tem lote próximo a este núcleo se beneficia, em detrimento dos outros.

Por fim, o caso do PA 3 de Abril (Figura 114-F), localizado em São Sebastião do Passé e, criado no Momento 2, se destaca por se tratar, como em Mocambo, do resultado da ação de grupos distintos, fato que resultou na implantação de duas agrovilas. Porém, estas não se concentram nos extremos. Uma delas (a da direita), inclusive, está no centro geométrico dos lotes que atende. A outra (da esquerda), foi implantada a partir da estratégia da proximidade a um povoado, porém, logo esta opção foi sendo inviabilizada, pelo fato da área escolhida ser alagadiça. Assim sendo, este núcleo foi, gradativamente, sendo reduzido na medida em que as casas dos assentados foram sendo transferidas para os lotes de produção. Neste caso, a escolha do local da agrovila foi inadequada, fato que gerou desperdício de investimentos, de tempo e de vida.

Os exemplos aqui trazidos, mostram relações diferenciadas de apropriações espaciais, fruto de acordos, processos e estratégias distintas, que, trazem a moradia³⁰⁵ para a centralidade da questão, no contexto dos interesses coletivos e individuais. Em relação ao local de implantação das unidades habitacionais do assentado, é possível perceber distorções de grande dimensão onde moradia é particionada de uma forma tão profunda, que acaba perdendo seu sentido mais amplo e, gerando, por isso, limitações de reprodução de vida, muitas vezes intransponíveis.

Revela-se, também, que o que foi algo pensado para o grupo, isto é, uma construção de cunho coletivo, pode, posteriormente, se transformar em aparatos de beneficiamento de uns em detrimento de outros. Como é o caso das estratégias onde as agrovilas se localizam nos extremos. Ou ao contrário, situações de conflito, onde interesses individuais se afloram, podem trazer como consequência dos problemas causados, construções sociais interessantes, como o que aconteceu no PA 3 de Abril, que se utiliza de diversas formas de morar³⁰⁶.

A variação é grande, assim como seus resultados, porém, sem dúvida, o planejamento anterior, com a amplitude da maturidade de se pensar o futuro, sem as amarras das limitações momentâneas, poderiam fazer com que muitos dos problemas

³⁰⁵ Neste caso, a moradia com seu significado amplo de conjugação do local de residência e de trabalho.

³⁰⁶ Essa solução sem dúvida, foi uma construção coletiva em meio a um PA esfacelado de fragmentações e conflitos.

causados a partir da implantação das moradias fossem reduzidos, e, tanto as agrovilas, quanto as casas dispersas, pudessem compor um rol de opções, cuja centralidade fosse compatível com os interesses de cada um dos camponeses assentados e do grupo como todo. Assim, a construção do coletivo seria integrada, também, pelas nuances e diferenças de cada assentado, sem, com isso, trazer o individualismo como referência. Desta forma, cada grupo poderia construir sua própria referência de habitat, segundo Borges (2002), num processo que pudesse envolver diversos saberes, vivências e referências de cotidianidades, vinculados a um projeto político conjunto.

Como mencionado anteriormente, as áreas coletivas, também fazem parte do ideal destas construções sociais: elas vão dar ao PA uma conotação de unidade em conjunto com a agrovila e as áreas de reserva ambiental. Nela, existe um ideal de trabalho de grupo, onde o que se ganha deve ser utilizado para o bem de todos.

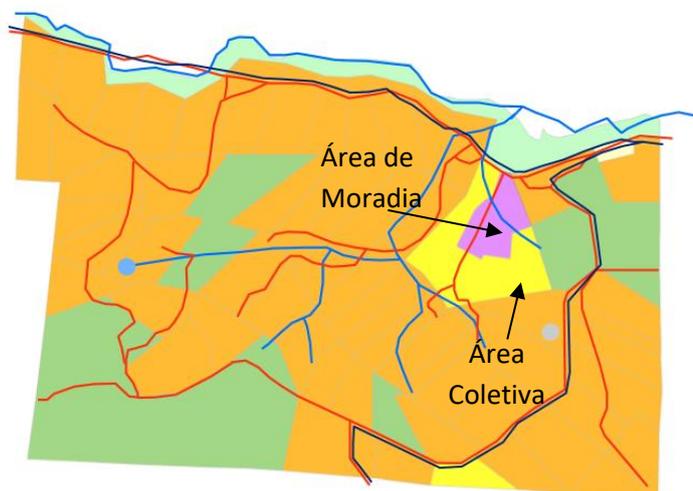
É comum que, os grupos se organizem por dias e horários, para manter estas áreas coletivas ativas, sendo os recursos oriundos deste trabalho, investidos em viagens para articulação de políticas públicas e para dar apoio a comercialização dos produtos dos PAs. O contrário, também ocorre com frequência: nem sempre as coletividades são assumidas pelo grupo e, neste caso, os interesses individuais vão se sobressair. Neste caso, os assentados se voltam exclusivamente para seus lotes individuais, não dando o sentido prático a área coletiva.

As Figuras 115 e 116 vão mostrar dois exemplos bastante diferentes. A primeira, vai tratar do caso do PA Panema. Nela, através da Figura 115-A, é possível ver uma estratégia comumente utilizada nos PAs em relação às áreas coletivas: sua localização próxima das moradias. Neste caso, fica mais fácil para os assentados o deslocamento da casa para o trabalho coletivo, o que dá possibilidade de maior dinamismo para a área viabilizando-a.

Conjuntamente a este aspecto, aparece outro de grande importância: o controle. Não simplesmente do trabalho, no sentido de se saber quem vai ou deixa de trabalhar no coletivo, mas, também da própria apropriação territorial. Assim, fica visível a todos se a área está sendo trabalhada, o que está sendo feito nela, quem está fazendo e, se está fazendo. Por fim, a área coletiva próxima às moradias pode se constituir em extensões dos quintais que, como já visto, muitas vezes são pequenos. A Figura 115-B mostra uma plantação feita por um pequeno grupo de assentados do PA Panema, na área coletiva, contígua à agrovila. Como são hortaliças, devem ter um trato diário que, só se viabiliza,

pela sua localização estratégica, cuja composição com a unidade habitacional, complementa a próprio sentido da moradia camponesa.

Figura 115 – PA Nova Panema, Mata de São João/BA, e suas Relações com a Área Coletiva

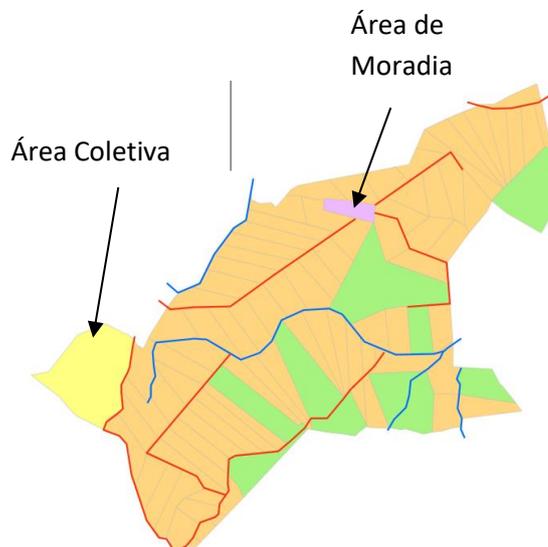


a) PA e Área Coletiva Integrada à de Moradia



b) Área Coletiva Plantada

Figura 116 – Euclides Neto, Mata de São João/BA, e suas Relações com a Área Coletiva



a) PA e Área Coletiva Desarticulada à de Moradia



b) Posseiro Irregular em Área Coletiva

**Fonte: INCRA (2014); Trabalho de Campo (2015); Suyanne Andrade (Foto b da Figura 107, 2015).
Elaboração: Paula Moreira (2017).**

Pensa-se que é uma questão de intenção. Quando se planeja implantar uma área coletiva próxima às moradias, existe uma intenção de dar vida a ela. Esta intenção não ocorreu no PA Euclides Neto, localizado, assim como o PA Panema, em Mata de São João. Neste caso, como pode ser observado na Figura 116-A, a área coletiva se encontra distante da agrovila. Em razão disso, o grupo de assentados, que têm grande dificuldade de articulação social, desde a época do acampamento, não conseguiu se apropriar dessa

área, perdendo-a para posseiros irregulares³⁰⁷. A Figura 116-B mostra um portão e cercas justamente na área coletiva do PA. Na verdade este é somente um dos posseiros, existem outros que, como esse, também cercaram a área. O que ocorreu aí, é que a área coletiva do PA, foi apropriada e loteada por um grupo externo aos assentados que nada tem a ver com o processo de luta e conquista coletiva da terra.

Cada assentamento, a partir de sua construção histórica vai ter uma relação diferente com as áreas coletivas. Entretanto, a sua existência formal nos PAs, está muito relacionada aos momentos políticos. A Figura 117 mostra a tendência da presença e característica das áreas coletivas pelos Momentos 1, 2 e 3 e, na atualidade.

O exemplo do PA Mucambinho, localizado em Santaluz, vai mostrar a tendência da ausência da área coletiva no Momento 1. Como já mencionado, no Momento 1, os PAs, em sua maioria, eram criados pela lógica da regularização de posses antigas de áreas em conflito. Por isso, em razão dos processos de territorialização já estarem consolidados, é muito difícil ver PAs deste momento com áreas coletivas.

Já o exemplo de Morrinhos, localizado em Morro do Chapéu, vai ilustrar uma tendência forte do Momento 2: a presença de grandes áreas coletivas nos PAs³⁰⁸. Neste caso, os movimentos sociais de luta pela terra estavam em franco processo de territorialização, em todo país. O ideal das construções coletivas estava no auge para eles e, havia uma comoção em torno do tema, inclusive pela sua repercussão numérica, na própria política de reforma agrária.

Porém, com o tempo, foi avaliado que as áreas coletivas extensas não haviam sido devidamente apropriadas, representando, para os PAs, espaços ociosos aonde ocupantes irregulares poderiam se territorializar, como o que ocorreu em Euclides Neto ou simplesmente em áreas sem utilização prática³⁰⁹, cabendo a elas, outras providências. Por isso, no Momento 3, tornou-se comum, as áreas coletivas menores e próximas aos núcleos habitacionais, funcionando com dinâmicas parecidas as do PA Panema. O PA Che Guevara, localizado em Boa Vista do Tupim e, representado na Figura 117, é um exemplo.

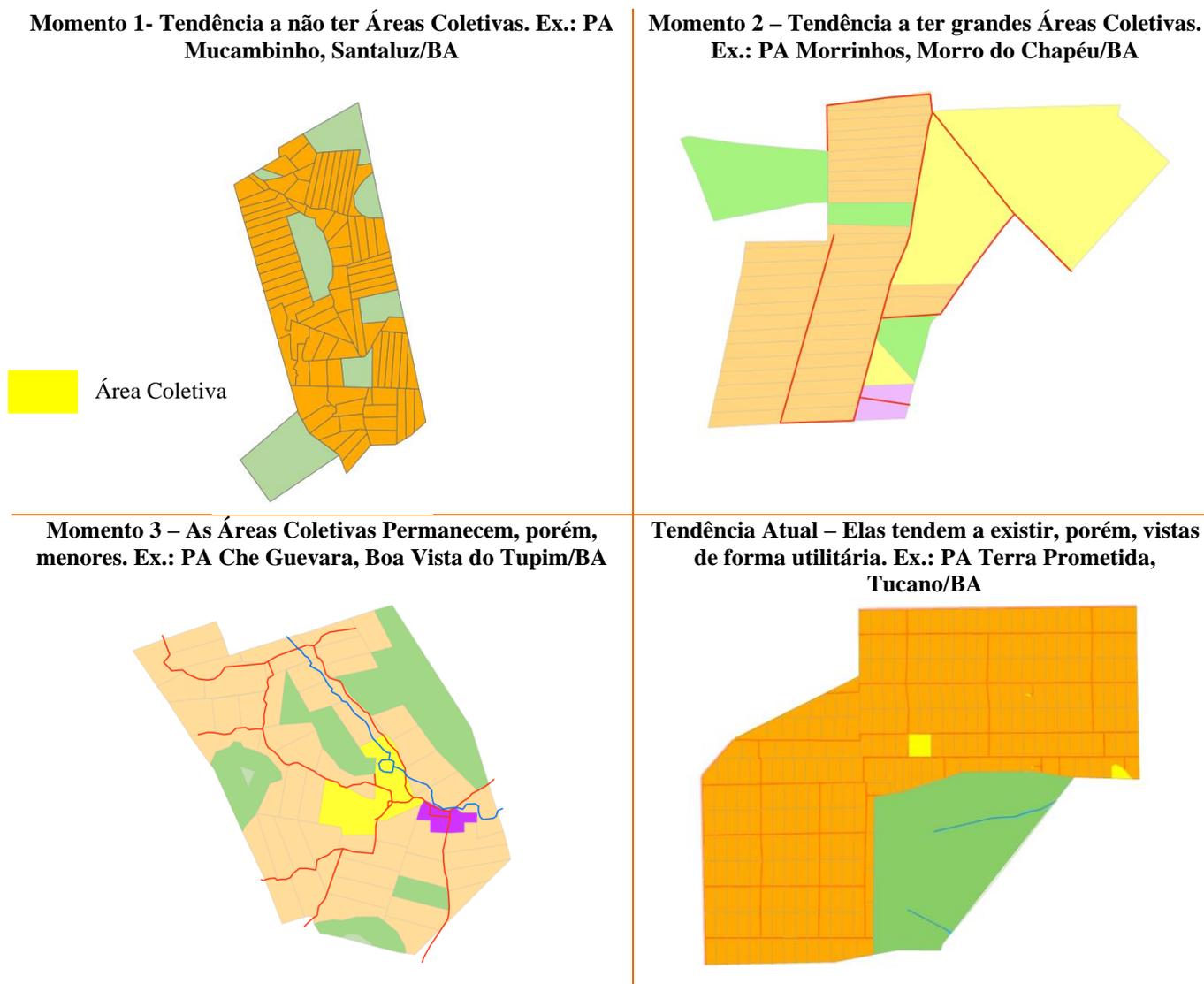
³⁰⁷ Os assentados deste PA são oriundos de uma disputa de ocupação ocorrida entre dois movimentos sociais distintos. Eles fazem parte do grupo que perdeu a disputa. O INCRA, para compensá-los, assentaram neste local, porém, o grupo já chegou aí fragmentado.

³⁰⁸ Morrinhos inicialmente seria totalmente coletivo, porém os processos sociais internos fizeram o grupo mudar de opinião na época do parcelamento. Ele seria o 1º assentamento coletivo da Bahia, segundo a servidora do INCRA, Joce Muritiba.

³⁰⁹ Em muitos PAs, as áreas coletivas inutilizadas foram informalmente divididas entre os assentados.

Atualmente, ainda se mantém a tendência da implantação de áreas coletivas, próximas aos núcleos habitacionais, porém, outras relações com o coletivo vêm, também, se estabelecendo.

Figura 117 – Tendência da Presença de Áreas Coletivas por Momento



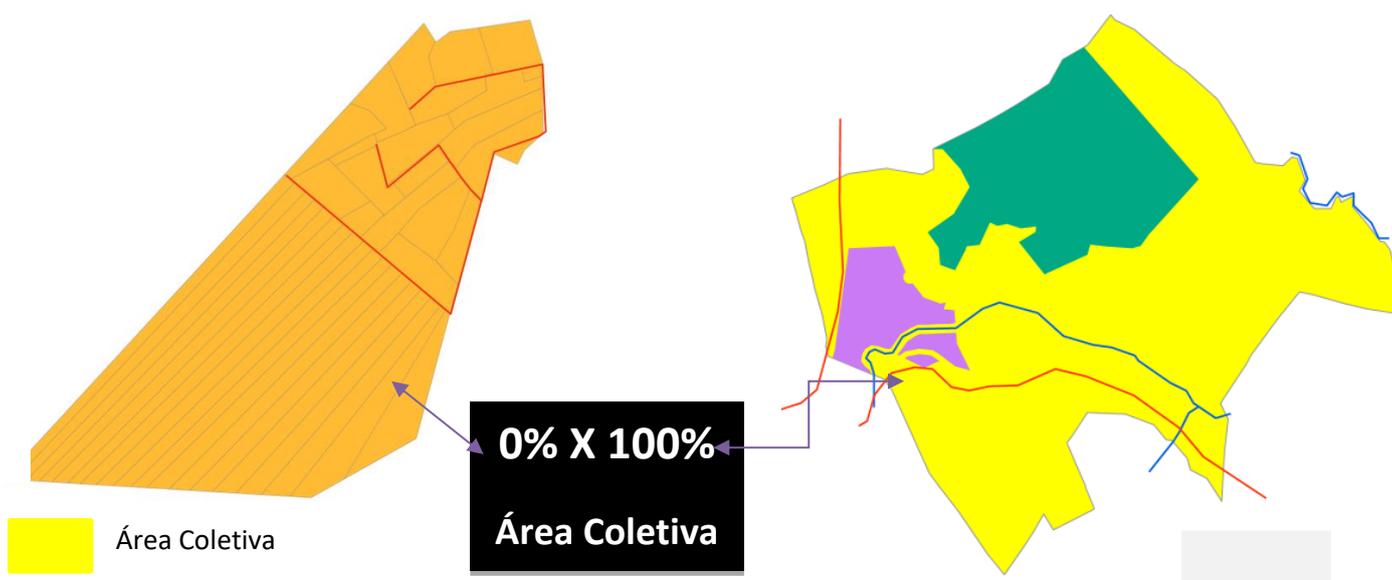
Fonte: INCRA (2014). Elaboração: Paula Moreira (2017).

Uma delas, importante de ser citada, é a contração de sua dimensão, somada a redução de seu conteúdo, pois elas passam a ser muito mais áreas de uso utilitário e comum, do que locais de construção de coletividades. Um caso desse, é o do PA Terra Prometida, localizado em Tucano, também representado na Figura 117. Lá, as quatro áreas coletivas são diminutas para o conjunto dos assentados, sendo duas delas, somente áreas de servidão dos reservatórios de água.

Ideologicamente, as áreas coletivas têm uma aproximação com as formas de organização do espaço propostas por sociedades socialistas, em contraposição, os lotes individuais são representações da apropriação privada da terra, fundamentais para a manutenção das sociedades capitalistas. Dito isso, exemplifica-se em dois casos extremos o significado prático das áreas coletivas e individuais na perspectiva de um projeto de assentamento.

O PA Sítio Novo, localizado em Ipirá e, implantado no Momento 1, tem 0% de área coletiva conforme mostra a Figura 118. Neste PA, na verdade, há somente lotes individuais e, as moradias se localizam de forma dispersa, dentro deles. Destaca-se, que não há área de reserva legal. Já o outro exemplo, o PA Terra Vista, localizado em Arataca e, implantado no Momento 2, é completamente coletivo, incluindo-se a agrovila e as áreas de reserva ambiental. Visto isso, numa perspectiva futura, quando o PA Sítio Novo iniciar seu processo de titulação e, cada assentado se constituir formalmente como proprietário de seu lote³¹⁰, o sentido do “Projeto de Assentamento Sítio Novo” vai ser diluído, com toda sua história de luta e resistência, pois, vai se transformar em minifúndios disponíveis ao mercado. Na medida em que cada ex-assentado ou herdeiros, forem vendendo os lotes, um novo sentido será dado aquela área.

Figura 118 – PA sem Área Coletiva x PA somente com Área Coletiva
PA Sítio Novo, Ipirá/BA **PA Terra Vista, Arataca/BA**



Fonte: INCRA (2014). Elaboração: Paula Moreira (2017).

³¹⁰ Atualmente eles têm direito apenas à concessão do uso da terra.

No caso do PA Terra Vista, isso não ocorrerá, pois, o título da terra será concedido de forma coletiva ao grupo, já que ali não existe um parcelamento formal da terra. Assim, numa construção coletiva, eles podem garantir a unidade do território conquistado para seus descendentes.

Outros dois aspectos, também, chamam a atenção em relação a estes exemplos. O primeiro, vai se referir ao PA Terra Vista que, continuamente, vem construindo novas fronteiras territoriais, isto é, se territorializando em outras direções. Isto porque, o sentido do coletivo deste PA, extrapolou suas fronteiras físicas e ele lidera, principalmente, na região Sul da Bahia, o coletivo Teia dos Povos³¹¹ que, vem implantando uma nova forma de se articular com a terra, com a natureza e com a ancestralidade através da agroecologia. O PA Terra Vista, entretanto, segundo Bernadelli (2010), não se inicia assim, eles constroem esta opção coletivamente a partir de 2000, impulsionados pelo debate ambiental travado pelo MST e, por avaliarem terem cometido vários erros, com consequências socioambientais, em seus processos de territorialização no PA. É importante destacar que, quando se trata, aqui, de construção de coletividade, não quer dizer que este seja um processo harmônico ou homogêneo. Trata-se de um processo complexo, onde vários interesses estão envolvidos, porém, prevalecem, na prática, as ações cujo resultado visam os interesses da coletividade, e não o individual. Assim sendo, por mais que o ideal agroecológico vinculado à ideia do coletivo tenha sido algo que realmente tenha emplacado, em Terra Vista, isto não quer dizer que tenha tido total adesão no início ou que todos se sintam contemplados com isso, na atualidade. Isto porque, o sentido da construção é contínuo.

O segundo aspecto, é que o fato de o PA Sítio Novo ter este modelo exclusivamente composto por lotes individuais, faz com que sejam dificultadas as construções coletivas do grupo. Assim, conquistas de melhorias para o PA, normalmente viabilizadas em outras estruturas de articulação, vão se distanciando deles que, acabam por ficar isolados e, pior, imersos no universo de suas preocupações cotidianas individuais, num processo contínuo de alienação. Pode-se afirmar que eles acabam se desterritorializando, dentro de seu próprio território.

³¹¹ A Teia dos Povos é um Movimento Agroecológico inserido nos movimentos e comunidades, promotor de mudanças para uma nova sociedade a partir da emancipação, autonomia e dignidade do ser humano, da Mãe Terra e das suas sementes. Participam segmentos como acampamentos, assentamentos, quilombolas, indígenas, mestres e lideranças de tradição oral, pequenos produtores, estudantes, pesquisadores e profissionais em Agroecologia. Disponível em: < <http://teiadospovos.redelivre.org.br/a-teia/>>.

Na verdade, a discussão do coletivo e do individual, se insere e é submetida, ao problema central que é a permanência da questão agrária, através da concentração de terras e, conseqüentemente, de um modelo social que se baseia na apropriação privada deste meio de produção. Infelizmente, a perspectiva da propriedade privada, como um elemento fomentador da individualização da sociedade e, conseqüentemente, na política de Reforma Agrária, de manipulação do Estado, é capaz de reduzir todos os resultados alcançados coletivamente pelos grupos que lutam pela terra, a materialização de um anseio individual: um lote.

Todas as formas espaciais que surgem nos projetos de assentamento, assim como a própria existência ou não das áreas coletivas, vêm a demonstrar a intencionalidade prevalecente do grupo que o constitui, somada à ação do Estado. Observando-se os parcelamentos feitos ou legitimados pelo INCRA e, as formas espaciais das agrovilas, foi possível classificar seis modelos físicos predominantes³¹², presentes na Tabela 42.

Na escala dos parcelamentos, o modelo que predomina (40,3%) é o misto que, seria, uma junção do orgânico com o ortogonal ou do primeiro com o linear. Em decorrência da ausência da ação do INCRA, normalmente estas formas são fruto de parcelamentos feitos pelos próprios assentados, com referência ao conceito da ortogonalidade que, é a proposição física, quase que formal, da Reforma Agrária, advinda dos projetos de colonização³¹³. Por essa mesma razão, os lotes de produção ortogonais são os que têm a segunda predominância, presentes em 28,4% dos PAs analisados.

Tabela 42 – Modelo Físico dos Projetos de Assentamento Estudados

Modelo Físico nos Projetos de Assentamento				
Modelo Físico	Escala do PA		Escala do Núcleo Habitacional	
	Nº	%	Nº	%
Ortogonal	19	28,4	20	29,9
Orgânico	9	13,4	5	7,5
Linear	10	14,9	22	32,8
Radial	0	0,0	1	1,5
Mista	27	40,3	11	16,4
Sem lotes	2	3,0	8	11,9
TOTAL	67	100,0	67	100,0

Fonte: INCRA (2014); Google Earth (2017). Interpretação e Elaboração: Paula Moreira (2017).

³¹² É importante destacar que em cada PA, estes modelos têm uma característica e sentido diferente, porém, algumas questões em comum podem ser levantadas para reflexão.

³¹³ O modelo ortogonal, é aquele composto por linhas retas, formando lotes regulares, cuja dimensão tende a homogeneidade.

Os lineares, muito baseados na ortogonalidade, porém, de forma mais simplificada, pois, é composto por uma grande via que corta o PA que, dá acesso frontal a todos os lotes, está presente em 14,9% do universo da pesquisa.

O orgânico, cujas formas dos lotes são irregulares, assim como suas áreas são distintas, vão ocorrer em 13,4% dos PAs, neste caso, eles também são, comumente, feitos pelos próprios assentados, porém, com uma atmosfera de disputa territorial mais intensa que nos modelos mistos. Por fim, sem lotes individuais, foram localizados dois: PA Terra Vista, já comentado, e o PA Crispim, onde a problemática envolvendo a contestação da desapropriação, discutida no Capítulo 4 desta tese, fez com que os assentados ficassem confinados à área coletiva do projeto, inicialmente proposto.

Na escala dos núcleos habitacionais, a predominância é dos modelos lineares, com 32,8% dos casos. Trata-se, basicamente de uma simplificação comum, onde se traça uma única rua e se implanta os lotes de habitação dos dois lados. O modelo ortogonal, mais complexo, porque prevê mais de uma rua, porém, com lotes regulares, é presente em 29,9% dos núcleos habitacionais. Com menos incidência, vêm, na sequência de predominância, os núcleos mistos (entre orgânico e ortogonal ou linear), com 16,4%. Os sem lote, que representam 11,9% dos casos analisados, são aqueles PAs onde as casas se encontram dispersas, ou seja, não possuem núcleo habitacional. Por fim, com núcleos habitacionais orgânicos, aqueles onde não há padrão de lotes ou arruamento, fortemente preestabelecido (ocupação quase espontânea), existem oito PAs, dos 67 analisados.

Não existe, necessariamente, uma coincidência de padrão entre os modelos físicos implantados nos lotes de produção e nos núcleos habitacionais em um PA. Isto porque tanto a escala, como a lógica para a implantação de cada um destes parcelamentos é diferente, assim, como o tempo e o trabalho que demandam. Além disso, o lote de produção tem um significado mais amplo, abrangendo a completude do sentido da luta pela terra. Isto quer dizer que a sua delimitação, é mais tensa, mais disputada, pois, é neste momento que os interesses individuais vão se aflorar. Pode-se dizer, que é o momento onde o limite da territorialidade de cada uma das famílias será materializado, definido. Os núcleos habitacionais possuem uma lógica de sobrevivência imediata, balizada pela necessidade da infraestrutura básica. Além disso, como observado no Capítulo 6, eles vão, em grande parte, estar coerentes com a logística da construção das casas.

Os modelos físicos não surgem do nada, eles fazem parte de um acervo construído na medida em que os assentamentos de pessoas no campo foram surgindo no país³¹⁴. Trazem consigo, além das lógicas espaciais elaboradas por técnicos e pelo Estado, o sentido das construções históricas materializadas pelas comunidades tradicionais e, pelo próprio campesinato. A Figura 119 ilustra as referências dos principais modelos espaciais encontrados nos projetos de assentamento e, suas respectivas aplicações. Seguindo a lógica do conteúdo de moradia aqui proposto, ele trata da escala do PA e do núcleo habitacional.

Apropriando-se de Lynch (1997), quando trata da imagem básica de um determinado lugar ou da imaginabilidade, no sentido das qualidades físicas relacionadas aos atributos de identidade e estrutura da imagem mental, busca-se compreender aqui, as referências ou imagens básicas, que, posteriormente foram replicadas nos projetos de assentamento.

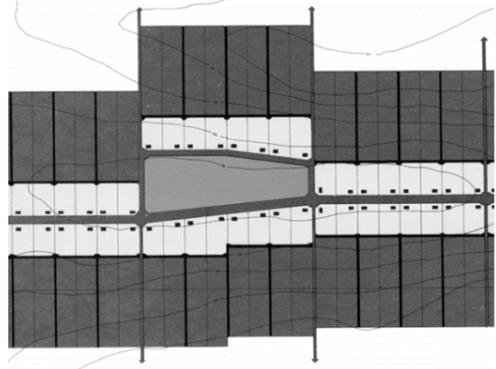
Iniciando-se a análise pelo modelo ortogonal, da Figura 119-C, parte-se sua definição que, segundo Ching (1998), seria o conjunto de retas paralelas, geralmente perpendiculares que estabelecem um padrão regular. Sua utilização no contexto dos assentamentos de pessoas no campo, vem se fortalecendo, desde os PICs, sendo consolidado nos PECs. A propagação desta ideia foi feita pelo arquiteto Camargo, através de sua publicação denominada *Urbanismo Rural* (1973).

Na Bahia, a grande referência do modelo ortogonal é o PEC Serra do Ramalho. Sua lógica não busca considerar o interesse coletivo ou de grupo. Ele vai enaltecer o indivíduo, deixando claro, os limites de seu lote. Busca, através das linhas retas uma equiparação de áreas entre os lotes dos assentados, porém, que fica longe de uma real equidade pois, cada porção de terra, principalmente em extensas áreas, tem uma característica diferente, com potencial produtivo diferente. Segundo Bertrand (1973), este tipo de parcelamento é um dos mais inadequados, do ponto de vista do bem-estar social e econômico da população, justamente pela individualização das demandas de cada lote.

Assim, ao contrário do que se prevê, o que este modelo traz é a possibilidade de acentuação das diferenças internas dentro de um PA, fato gerador de conflitos, rupturas e fragmentações sociais. Um dos muitos exemplos deste modelo, é o PA Pé de Serra, localizado em Tucano e implantado no Momento 1. Este PA, situado numa região de seca, é bastante precário.

³¹⁴ Tema tratado no Capítulo 2.

Proposta de Plano Físico de Aldeia Morada Nova/ Maranhão



Fonte: UFC *et al*, 1975.

Exemplo do PAR Camamu



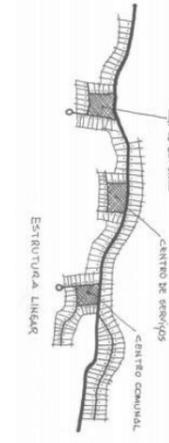
Fonte: INCRA. Elaboração: Autora, 2015.

PEC Serra do Ramalho, Serra do Ramalho/ BA



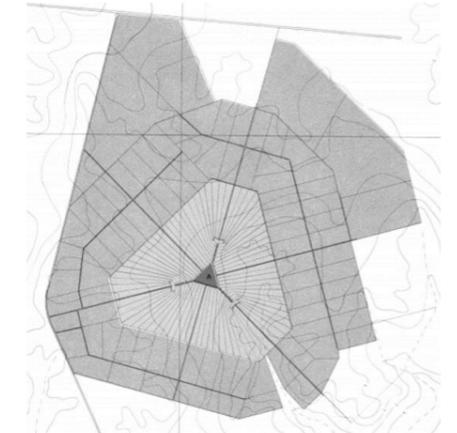
Fonte: INCRA. Elaboração: Autora, 2015.

Padrão de Núcleo Residencial para Morada Nova/ Ceará



Fonte: UFC *et al*, 1975.

Proposta de Plano de Aldeia para Alto do Turi/Maranhão



Fonte: UFC *et al*, 1975.

Dom Mathias/Ipirá/ Bahia



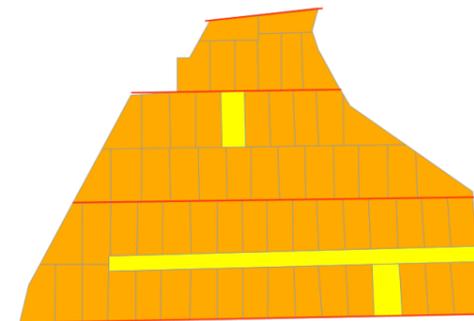
Fonte: Soares, 2014.

PA Reserva Oeste, Serra do Ramalho/BA



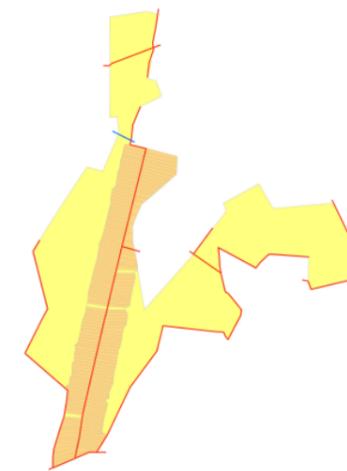
Fonte: INCRA. Elaboração: Autora, 2015.

PA Pé de Serra, Tucano/BA



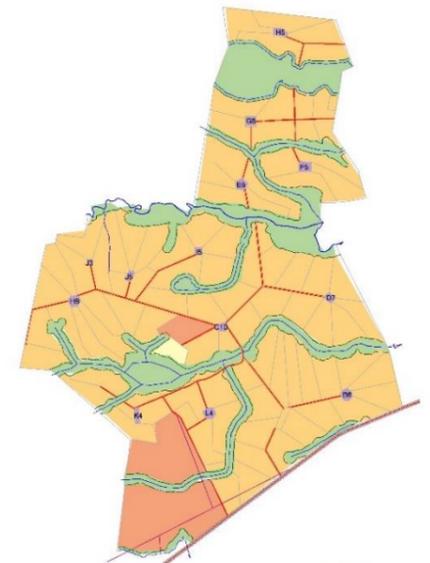
Fonte: INCRA. Elaboração: Autora, 2015.

PA São Francisco de Assis, Cotegipe/BA



Fonte: INCRA. Elaboração: Autora, 2015.

PA Fazenda Esperança, Mucuri/BA



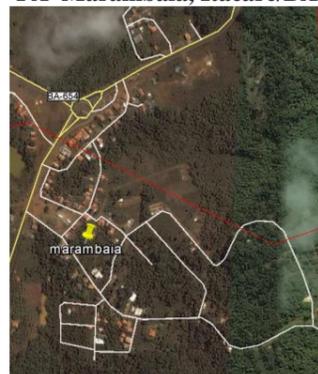
Fonte: Soares, 2014.

Mel de Abelha, Carinhanha/BA



Fonte: Google Earth, 2017.

PA Marambaia, Itacaré/BA



Fonte: Google Earth, 2017.

PA Andaraí 1, Andaraí/ BA



Fonte: Google Earth, 2017.

PA 3 de Abril/ S. Sebastião do Passé/BA



Fonte: Google Earth, 2017.

PA Moreno, Nova Redenção/BA



Fonte: Google Earth, 2017.

a) Casas Agrupadas

b) Orgânico

c) Ortogonal

d) Linear

e) Radial

Referência

Aplicação na Escala do PA

Aplicação na Escala da Vila

Na verdade, ele não se viabilizou enquanto uma possibilidade de desenvolvimento para seus assentados, pois, a infraestrutura necessária para que ele se viabilizasse nunca foi implantada. Numa perspectiva de precarização da política de Reforma Agrária e, reforçando-se os aspectos anteriores, o modelo ortogonal foi ali implantado, por ser mais fácil de se projetar. Trata-se de um projeto de baixa qualidade que, desconsidera a realidade local (social, topográfica, ambiental, de solo, etc.), podendo ser chamado pejorativamente de “projeto de escritório”.

Na escala das vilas, a ortogonalidade traz a imagem básica da ordem da organização, do autocontrole e da proporcionalidade, princípios, também enaltecidos pelo principal difusor do termo agrovila, o arquiteto Camargo. O exemplo da Figura 119-C, o PA Andaraí (localizado em Andaraí), tem a marca da simetria, onde o centro seria uma praça, delimitada pelas quatro ruas do núcleo. A imagem revela duas questões: a primeira, é que a presença maciça de árvores em quase todos os quintais, somada ao fato da comunidade não ter se apropriado do espaço público/coletivo, no caso, a praça, supõe que os espaços privados são enaltecidos pelos assentados, em detrimento do público. A segunda, está ligada à pequena dimensão dos quintais e a impressão de abandono de alguns destes, fato que leva a crer que, para muitos assentados esta proposta de moradia não se viabilizou, fazendo com que eles optassem por morar em outro lugar, provavelmente, em seu lotes de produção individuais. Resumidamente, as formas geométricas equilibradas, projetadas para este núcleo habitacional, não deram conta de sua complexidade, ou seja, não atendeu as demandas da moradia dos camponeses assentados.

O modelo físico orgânico, pode ser considerado, segundo Ching (1998), como uma organização composta de espaços dessemelhantes em termos de tamanho e forma, sendo que seu padrão não parte de um conceito geométrico. Para ele, na verdade, não tem uma referência, ele tem um exemplo marcante, o Par Camamu que, é o resultado, como já comentado no Capítulo 2, do descaso do Estado, somado com as intensas disputas territoriais acionadas por posseiros. Trata-se, portanto, de um exemplo de precarização da política de assentamento de pessoas no campo que, não é o único, existem outros³¹⁵ projetos de assentamento posteriores que, seguem a mesma lógica, porém, em contextos diferentes. O PA Reserva Oeste, localizado em Serra do Ramalho é um destes exemplos. Na verdade, como o próprio nome sugere, ele era uma das reservas ambientais do PEC

³¹⁵ Como já visto, dos 67 PAs estudados, 8 tinham esta característica física.

Serra do Ramalho, porém, por falta de gestão desta reserva e, da não condução da reforma agrária na região, mesmo diante de sua grande demanda, ele foi ocupado por camponeses locais que, numa árdua disputa territorial, fato que se manifesta nas tensas formas dos lotes, foram consolidando suas posses que, posteriormente foram legitimadas pelo INCRA, após a criação do PA, no Momento 2. Na escala da vila, a lógica da implantação das casas de forma orgânica, pode ter, além dessa, outra conotação, totalmente diferente, que, segue a lógica de comunidades tradicionais, onde, o lote individual perde a força no contexto do grupo e, o agrupamento de famílias, dão o tom. O exemplo trazido, segue a primeira lógica, a da ocupação no contexto da disputa territorial, baseada em interesses individuais. No caso, o PA Marambaia, localizado em Itacaré e, implantado no Momento 1, traz a realidade de uma ocupação desordenada, consequente da implantação da BA-001 (que liga Itacaré à Ilhéus). Trata-se de uma região de grande valor turístico e ambiental, onde a estrada ampliou significativamente as possibilidades de acesso. Por isso, o PA Marambaia que, tem a BA-001 um de seus limites, foi fortemente impactado, pois, em suas imediações, estão ocorrendo desmembramento de lotes, numa perspectiva especulativa, fato que vem causando o adensamento e a descaracterização de assentamento rural.

Quanto aos núcleos habitacionais com modelo orgânico, regidos com lógica semelhante da adotada pelas comunidades tradicionais, tem-se que a proximidade entre as moradias se dispõem coerentemente aos acordos locais e as formas de reprodução social de cada família, como fica explícito nos casos das comunidades de fundo de pasto, trazidos no Capítulo 5. Resgatando-se o conjunto de moradias dos Maxis e, comparando-o com dois núcleos de moradias de PAs diferentes (Feirinha Marrequeiro e CSB), percebe-se, a partir da Figura 120, que nos três exemplos trazidos há pequenos agrupamentos de casas, dispostos de forma variável, condicionada à dinâmica de cada uma das famílias. No caso da família dos Maxis, a criação de caprinos dá a tônica desta ocupação, sendo que a moradia do Sr. Edson, o ancião, tem a centralidade do conjunto. No caso dos PAs, o tom é dado pela criação de gado bovino. Chama a atenção é que a condição dos moradores dos núcleos dos PAs, é menos favorável que a da comunidade de fundo de pasto, apesar de ter uma lógica semelhante. Estas casas, se dispõem entre um ou dois lotes apenas, porém, acomodam mais de um núcleo familiar. Como um lote individual de PA costuma ter área reduzida (como visto no Capítulo 4), menor que um módulo fiscal que, mal acomoda um único núcleo familiar, visualiza-se que a presença destes conjuntos familiares de moradias, indica a limitação da política de Reforma

Agrária que, não prevê o assentamento dos filhos dos assentados e, conseqüentemente; a proliferação da pobreza no campo.

Figura 120 – Comparação entre a Implantação das Moradias da Família do Maxis (Comunidade de Fundo de Pasto) e de Projetos de Assentamento com Modelo Espacial Orgânico



Fonte: Google Earth (2017).

Voltando-se, novamente, para a Figura 119, agora, evidenciando o caso dos modelos espaciais lineares, adotou-se como referência, algo que foi, na verdade, referenciado nos modelos típicos de beira de rio ou estradas da região nordestina: o projeto Morada Nova, localizado no Maranhão e, discutido no Capítulo 2³¹⁶. A adoção do modelo linear no Projeto Morada Nova que, foi exposto e premiado pelo IAB/SP, mostra a sua adequabilidade e aderência no âmbito dos núcleos habitacionais.

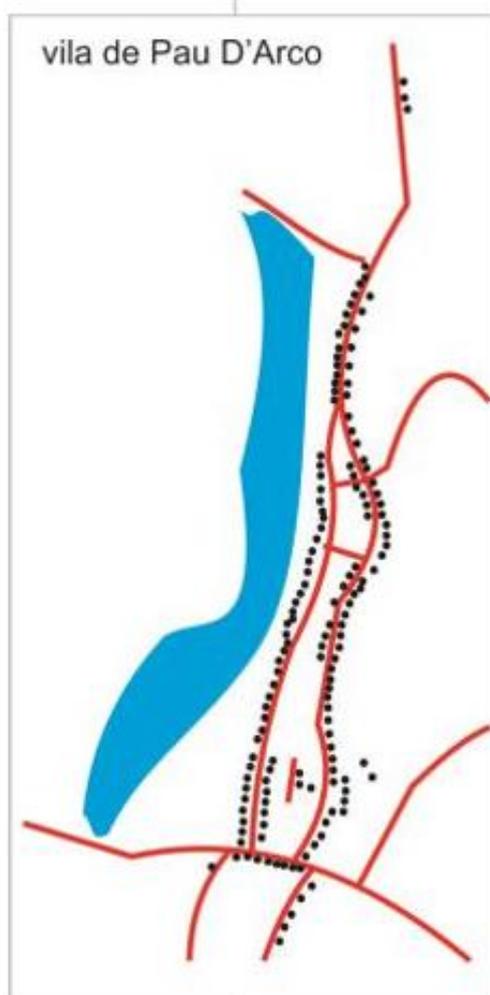
A Figura 119-D mostra um núcleo habitacional (PA 3 de Abril, localizado em São Sebastião do Passé) cuja forma linear é muito comum nos PAs. Ela aparece, normalmente, quando já existe uma estrada implantada e, o número de assentados não é tão grande. Segue a estratégia do aproveitamento de infraestrutura existente, porém, com algumas vantagens que devem ser evidenciadas: a parte do fundo dos lotes não faz limite com outro lote, assim, os assentados podem estender seus quintais, caso necessitem; caso a estrada seja longa e a topografia permitir, eles podem ter, uma largura maior; praças e infraestruturas de serviço podem ser implantadas, como em Morada Nova, em quadras que se abrem e fecham tendo como referência, a própria linha.

Destaca-se, entretanto, que este modelo se inviabiliza, caso o número de assentados seja muito grande. Neste caso, podem ocorrer ruas paralelas, porém, sem

³¹⁶ Discussão iniciada no I Curso de Planejamento Físico e Arquitetura Rural, ocorrido no Ceará (convênio entre o Banco do Nordeste (BNB), o Banco Central (BACEN), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Settlement Study Centre, de Israel) e, depois continuada por arquitetos do DNOCS que, os adaptou para a realidade nordestina.

quebrar a intenção da linearidade. Este tipo de solução é bastante comum em comunidades ribeirinhas. A Figura 121 retoma o croqui da Vila da Comunidade Quilombola de Pau D'Arco, localizada em Malhada.

Figura 121 – Croqui da Vila da Comunidade Quilombola de Pau D'Arco e Projetos de Assentamento com Modelo Espacial de Vilas Linear



a) Croquis da Vila da Comunidade Quilombola Pau D'Arco



b) Vila do PA Barro Vermelho/Canudos, Barra/BA



c) Vila do PA Itacutiara, Barra/BA



d) Vila do PA Uirapuru, Barra/BA

Fonte: Google Earth (2016); Geografar (2006).

Esta implantação se guia pela estrada e pela presença de uma grande lagoa. Nela, duas ruas paralelas se unem em um ponto dando continuidade à linearidade. Trata-se de uma solução corriqueira e popularizada que, se viabiliza pela acomodação territorial, onde todos entendem que é necessário o acesso a um certo recurso ou infraestrutura. PAs com ocupações históricas mais antigas que os próprios PAs e, que margeiam rios de grande porte, também, seguem esta mesma tendência, principalmente no Médio São

Francisco. Como exemplos, foram destacados a vila do PA Barro Vermelho/ Canudos (109-B), a do PA Itacutiara (109-C) e a do PA Uirapuru (109-D), todos localizados no município de Barra.

Em todos estes casos, os assentados se articulam com outros lugares através do rio. Assim, o barco é o meio de transporte prioritário. Os PAs com esta característica se destacam, por serem constituídos por comunidades de posse antiga, onde a produção é, tradicionalmente, baseada na pesca, na plantação de hortas, para subsistência e, na criação de gado. As hortas são feitas nas áreas coletivas que, normalmente, se avizinham à vila. São nas áreas mais afastadas do rio, as chamadas áreas de sequeiro que são implantados os lotes individuais e, onde é criado o gado.

Outra forma comum de se implantar casas linearmente, é em pequenos agrupamentos de casas familiares que, seguem, de grupo em grupo, uma linha que tem como referência, também, um rio ou uma estrada. A Figura 122 vai fazer uma comparação entre a implantação de moradia de unidades familiares camponesas dentro e fora da perspectiva de um PA.

Figura 122 – Comparação entre as Implantações de moradias unidades familiares camponesas dentro e fora da perspectiva de um Projeto de Assentamento



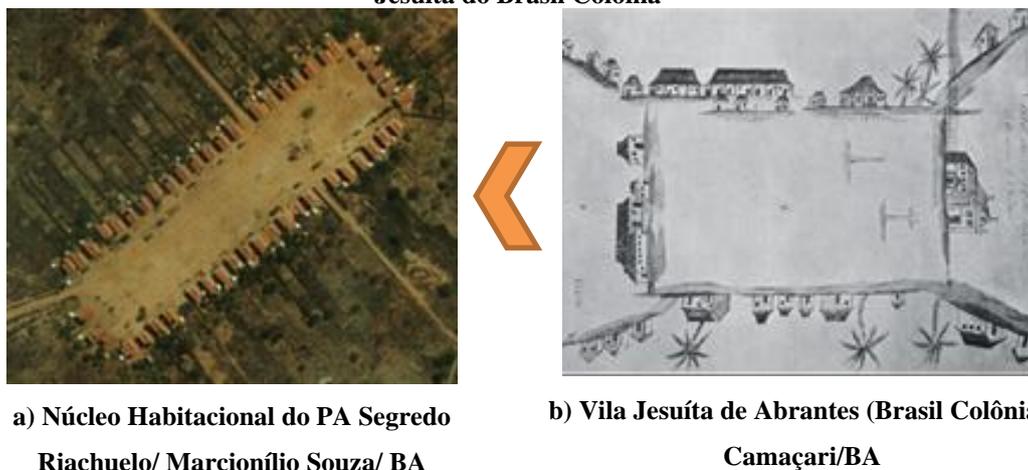
Fonte: Edite Diniz (2016); Google Earth (2016).

A Figura 122-A retoma a configuração estabelecida pela primeira geração da família Diniz. Ali, a linearidade segue uma estrada, porém, como já levantado no Capítulo 5, o conjunto se constitui numa grande moradia. Relação semelhante, também ocorre, por exemplo, em alguns trechos do PA Extrativista São Francisco, localizado em Serra do Ramalho que, acompanha, por alguns quilômetros, o rio São Francisco com tipos diferentes de núcleos habitacionais, porém, com grande predominância destas estruturas. É importante destacar que este tipo de núcleo habitacional familiar em projetos de

assentamento tem as mesmas limitações produtivas que as apresentadas pelos modelos orgânicos, porém, com a perspectiva do acesso a água e, conseqüentemente, a pesca.

Um modelo de núcleo habitacional que, ocorre com constância nos PAs é o de uma vila linear com um pátio central. A Figura 123-A, mostra o exemplo do PA Segredo e Riachuelo, localizado em Marcionílio Souza. Apesar de não existir evidências, e, nem pesquisa específica que, indique a utilização deste modelo por uma referência passada as antigas vilas jesuítas, é interessante se fazer algumas comparações.

Figura 123 – Comparação entre Núcleo Habitacional de um Projeto de Assentamento e de uma Vila Jesuíta do Brasil Colônia



Fonte: Google Earth (2017).

Utilizando-se a vila colonial de Abrantes como um exemplo visual, na Figura 123-B, pode-se fazer, primeiramente a referência do controle e do disciplinamento, porém, com outra conotação: com este formato, todos sabem o que ocorre com todos. Há um controle coletivo. Outro aspecto é a centralidade e a simbologia do pátio. Local onde se projeta realizar os principais eventos e, além, disso, se implantar os principais equipamentos sociais. Quanto mais ativo o pátio, mais benefícios seu respectivo PA conquistou. Nas vilas coloniais, o pátio era o local do cruzeiro, símbolo máximo do cristianismo e o pelourinho, instrumento de punição e, onde se realizavam as principais atividades, tais como a missa. Os aldeamentos jesuítas eram assentamentos que tinham como função, a territorialização do poder da Coroa na Colônia. Os projetos de assentamento, são territorializações da luta pela terra, suas moradias, os pontos de uma rede de resistência.

A linearidade, como já visualizado na Tabela 42, é bastante comum na escala do parcelamento dos lotes produtivos dos PAs. Este modelo é marcado por uma extensa via

que dá acesso a todos os lotes. Normalmente é usado em PAs com formas retangulares, porém, isso não é regra. O próprio exemplo apresentado, o PA São Francisco de Assis, localizado em Cotegipe (Figura 119-D), não tem este formato. Em relação ao conteúdo dos parcelamentos de lotes produtivos, o modelo linear tem uma relação parecida com o modelo espacial ortogonal, pois, busca uma padronização de área individual, ignorando as diferenças de cada porção de terra de um PA.

Observando-se, agora, a Figura 119-A, busca-se compreender as relações contidas nas casas agrupadas, modelo, amplamente utilizado nos projetos de irrigação, cujo exemplo foi apresentado no Capítulo 2. Ela tem como essência a implantação da moradia no lote de produção, de forma que o assentado possa estar cotidianamente lidando com seus afazeres, sem necessitar se deslocar, porém, não perdendo de vista a necessidade de cooperação, articulação, viável, somente entre vizinhos. Conforme mostra a Figura 119-A, quando enfoca Morada Nova, esta relação de vizinhança é, pelo menos presente de dois em dois lotes, podendo chegar a quatro. Outro aspecto interessante, levantado em Morada Nova, é o planejamento do lote. Ali, previa-se um quintal irrigado para todos (área mais clara) e, depois uma zona de sequeiro, para pastagem. Interessante notar a presença de uma grande praça ou pátio central e, a não existência de vizinhos ao fundo, relação semelhante ao modelo mostrado anteriormente (PA Segredo e Riachuelo). O PA Dom Mathias, apresentado como exemplo na Figura 119-A, adotou esta proposta, como já mencionado anteriormente, numa perspectiva de um planejamento mais elaborado pelas suas lideranças. Assim, apesar de ter a presença dos lotes, bem delimitados, o que individualiza demandas, o contexto de Dom Mathias parte de uma equidade: depois de se compreender quais as áreas melhores e piores para o cultivo, ambas as áreas foram distribuídas para todos. Segundo Soares (2014), as casas de todos os assentados se encontram nas áreas com mais disponibilidade hídrica. As áreas mais secas, foram destinadas para uso de pastagem, também, para todos. Um exemplo de núcleo habitacional que segue o modelo das casas agrupadas é o PA Mel de Abelha, localizado em Carinhanha, incluso na Figura 119-A. apesar do sentido de vizinhança desta proposta fazer mais sentido em propostas de casas dispersas, os assentados decidiram criar grupos de vizinhos mais próximos, na agrovila. Destaca-se que a região do PA tem vários projetos de irrigação implantados, o que pode ter sido a causa da aplicação deste modelo no PA.

Por fim, o modelo radial, também chamado de raio de sol, vai mostrar uma relação de busca pela convivência, sugerindo a integração de vizinhança a partir de regiões

centrais. A referência trazida foi um dos modelos elaborados no I Curso de Planejamento Físico e Arquitetura Rural/UFC: o Alto do Turi, visível na Figura 119-E. Como já mencionado no Capítulo 2, trata-se de uma proposta inspirada em *kibutz*, cuja característica importante é o coletivismo. Este modelo traz, em si, a ideia de um planejamento bem marcado, pensado para um conjunto de pessoas, porém, no caso brasileiro, não necessariamente vinculado ao trabalho coletivo, mas, essencialmente voltado à cooperação mútua. O PA apresentado, um dos poucos exemplos deste tipo na Bahia, o PA Fazenda Esperança, localiza-se em Mucuri, foi implantado no Momento 3. Segundo Soares (2014), ali foram implantados 13 núcleos habitacionais onde as moradias ficam interligadas ou, bem próximas, aos lotes de produção. A ideia tem semelhança com a das casas agrupadas, porém, aqui, não há uma limitação de quatro casas, o círculo permite uma quantidade maior de vizinhança. É importante destacar que este tipo de modelo necessita de uma área tendendo a homogeneidade topográfica, porém, não garante que alguns não tenham lotes melhores que outros. Assim sendo, a forma por si só não garante a equidade do grupo. A forma radial apresentada para o núcleo habitacional, nada se assemelha a ideia da proposta na escala do PA. Neste caso, houve uma preocupação com a estética em detrimento da função. Além disso, ele sugere uma hierarquia centro periferia, onde os lotes centrais são os piores, porque são os menores. É importante destacar que o centro deste semicírculo não tem centralidade no núcleo.

Para finalizar este tópico, reflete-se no sentido das intencionalidades, das limitações, da criatividade, da imaginabilidade, das diferenças, e, fundamentalmente, na importância da construção da coletividade, na solidificação de uma coesão de grupo. Grupo, não mais dos que lutam pela terra, mas, dos que já lutaram, dos que conquistaram, porém, que terão que passar pela acomodação dos processos de territorialização de cada um, do grupo, do Estado, dos movimentos sociais, do capital, enfim, da sociedade que, não é ideologicamente estruturada para conceber este tipo de construção.

7.2 MORADIAS E CONEXÕES

Parte-se, neste tópico, do sentido de conexão. A conexão como ligação, amarração, junção, acoplamento, vínculo, união. No caso, busca-se relacionar as possibilidades que o camponês terá, dentro de um assentamento de se reproduzir como

tal, no sentido de reestabelecer conexões na escala da articulação do seu trabalho; da constituição de uma rede familiar (de compadrio) e da fusão com a natureza.

Busca-se, com a significância apontada, compreender como a moradia se coloca como elo de conexão camponesa. Sendo um elo, ela remete, sem dúvida, ao significado de resistência. Ela tem a potência de se caracterizar como resistência nos momentos de luta pela conquista da terra, a partir do seu uso pelos sujeitos sociais; de cumprir um papel importante na construção das coletividades e, também, de compor as formas cotidianas de resistência camponesa, trazidas por Scott (2011). A moradia como conexão da cotidianidade da vida camponesa vai trazer, também, um significado de pertencimento, de integração entre o camponês assentado com seu trabalho, com sua família e a com a terra. Este tópico vai discorrer sobre a construção destas conexões que são fundamentais, na escala de um PA.

A criação de um PA é um momento histórico. É um marco na vida de um grupo de assentados que luta pela terra. É a formalização de sua vitória coletiva. Porém, a criação de um projeto de assentamento é algo bastante complexo que, envolve questões técnicas, sociais e ambientais que, caso não sejam coerentemente balizadas, podem interferir negativamente por toda trajetória dos assentados nesta nova realidade. Este balizamento é feito pelo INCRA.

Quando os técnicos da área de agronomia do INCRA elaboram um laudo de vistoria, eles vão calcular, de acordo com a predisposição ambiental e produtiva da área, a capacidade numérica de famílias que podem ser assentadas na fazenda vistoriada. Este tipo de análise vem sofrendo alterações no decorrer dos momentos 1, 2 e 3, de acordo com os avanços tecnológicos, teóricos, normativos e legais. A interpretação de uma realidade específica de uma fazenda é, também, fruto de uma subjetividade que é condicionada, também, pela ideologia do técnico. Assim, questões de cunho político vão interferir na indicação deste tão importante número: o da capacidade de assentados de um futuro projeto de assentamento.

O que ocorre é que se a capacidade for superestimada, os assentados não conseguirão viabilizar seu trabalho, de forma a sustentar sua família adequadamente. Aí, entra a questão discutida no Capítulo 4, sobre a propagação dos minifúndios e suas consequências. A subestimação da capacidade, por outro lado, vai trazer consequências sociais e de desperdício de recursos públicos. Sociais, porque, injustamente pode deixar de beneficiar famílias, que como as contempladas, também lutaram e resistiram nos acampamentos e ocupações, às vezes por muitos anos. Quanto ao desperdício, o INCRA

investe recursos públicos quando desapropria uma fazenda e aplica sua política. Isso tem um custo alto e, por isso, deve contemplar o máximo de candidatos possível. Dito isso, parte-se do pressuposto que a indicação adequada da capacidade de famílias para um futuro PA é fundamental para este empreendimento, repercutindo diretamente nas possibilidades de territorialização dos futuros assentados e, conseqüentemente, nos processos de construção de conexões.

É, portanto, importante se verificar como essa indicação de capacidade funciona e, principalmente, como é interpretada na prática, tanto pelos movimentos sociais, pelos técnicos do INCRA, compreendendo-se suas repercussões no âmbito da construção de conexões a partir da moradia. A Figura 124 vai mostrar as relações entre a condição ambiental de três PAs, apontadas no Laudo de Vistoria das fazendas; a capacidade indicada no mesmo instrumento e, o número de assentados que foram assentados nelas. Esta relação é trazida porque existem casos onde a capacidade de famílias é alterada, normalmente para poder assentar um maior número de pessoas.

Como a forma de avaliar foi sendo alterada no decorrer do tempo, utilizou-se como exemplo, três PAs com temporalidades distintas: o Canabrava, localizado em Boa Vista do Tupim e criado no Momento 1; o Polinésia, localizado no mesmo município do anterior e, criado no início do Momento 3 e; o Atracaju, localizado em Tucano e criado no fim do Momento 3. Como critério de escolha, foram escolhidos PAs com limitações ambientais. Esta opção foi adotada por entender que é mais difícil se conectar a uma local degradado ambientalmente que, em áreas preservadas, fato que limita ainda mais a capacidade de acolher um número maior de assentados.

O caso do PA Canabrava vai evidenciar a tendência do Momento 1: a acomodação dos posseiros. Neste caso, as análises se basearam em dados sociais, no sentido de não interferir no que já estava ali posto. Destaca-se que esta fazenda já estava com sua vegetação inicial bastante alterada, inclusive pela ação de grileiros que mantinham a atividade de corte de madeira no local³¹⁷. Outro aspecto limitante, é o fato de estar inserida em região Semiárida que, conseqüentemente, sofre com a falta de chuva. A capacidade indicada pelo Laudo de Vistoria foi de 220 famílias, porém, foram assentadas 16 a mais, 236. Como não foi prevista área coletiva, nem de reserva, sendo toda fazenda particionada em lotes individuais, cada assentado ficou, em média com 26,1ha, número bastante inferior ao módulo fiscal do município, que é de 60ha. Sem dúvida, foi ali criado, além

³¹⁷ Esta questão foi trazida no Capítulo 4, quando se trata dos posseiros.

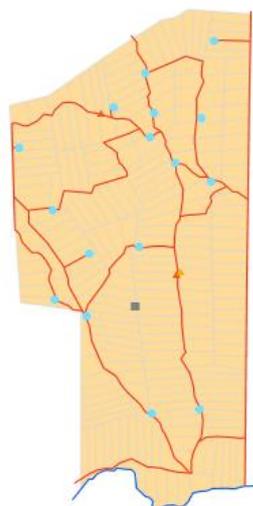
de um PA, fruto de luta e resistência dos posseiros; um território composto por minifúndios, ou seja, um empreendimento de poucas possibilidades produtivas.

Mesmo sendo posseiros antigos, a condição de sobrevivência frente a diminuta área disponível a cada família, somada ao fato das limitações impostas pelo clima e a condição físico ambiental da área, prejudicam a relação entre estes camponeses e a natureza, podendo-se afirmar que eles teriam dificuldade em adquirir um saber ambiental, na perspectiva de Leff (2011), ou seja, no sentido de se construir conexões que viabilizem um habitat significado pelos princípios da racionalidade ambiental, da sustentabilidade ecológica, da diversidade cultural e da equidade social.

O segundo caso, do PA Polinésia, vai trazer uma situação que durante muito tempo foi comum: o aumento da capacidade. A capacidade indicada no Laudo de Vistoria para o futuro PA foi 48 famílias, porém, esta foi, posteriormente alterada para 71. Isto ocorreu, segundo pesquisa documental no INCRA, pelo fato de se procurar assentar todas as famílias que estavam acampadas, pleiteando a Fazenda Polinésia. Como resultado, em média, para cada família, não se excluindo as áreas de preservação ambiental, foi disponibilizado somente 31ha (quase metade do módulo fiscal que é de 60ha). O sentido da precarização da política aparece aqui novamente. Ao invés de se desapropriar outro imóvel, para se assentar as famílias com uma área compatível com a capacidade, optou-se em superlotar o PA Polinésia, com 148% de sua capacidade de acomodação. Esta situação ainda se complica mais, pelo fato de que a área, antes de se tornar um PA, já estava com sua APP descaracterizada, sem mata ciliar e; com pastagem degradada. Como consequência, desta precarização, houve um representativo número de desistentes e evadidos, 17 no total, que representam 24% do número de assentados. Quase o número de famílias sobressalentes assentadas no PA. Destaca-se que estas famílias foram substituídas por outras. Desta forma, pessoas que lutaram e resistiram; desistiram de seus sonhos pela sua inviabilidade produtiva e, outras famílias, desconectadas com a história do PA, foram inseridas, mantendo a relação de inviabilidade. Assim, reduz-se a capacidade de construção de coletividades e de conexões, porém, não se reduz a perspectiva de se manter a pobreza no campo.

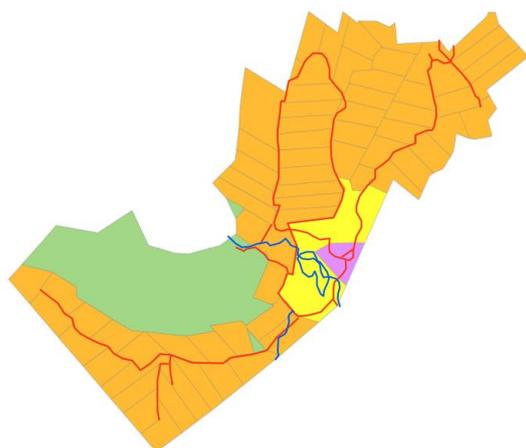
O PA Atracaju vai trazer outro tipo de situação, mais comum na atualidade, quando o licenciamento ambiental se torna uma prerrogativa para a criação de projetos de assentamento de reforma agrária.

Figura 124 – Relações entre a Condição Ambiental, a Capacidade do PA e o Número de Assentados



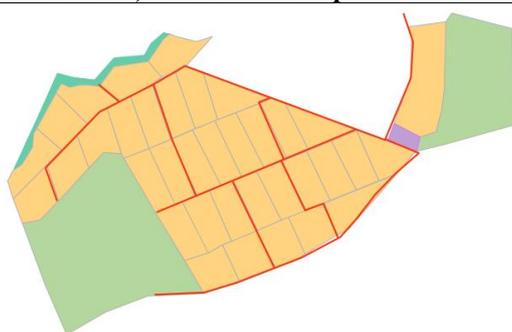
a) PA Canabrava, Boa Vista do Tupim

Condição ambiental antes da desapropriação Grileiro estava cortando madeira para vender. Caatinga com fortemente alterada em vários locais.
Capacidade do assentamento (laudo): 220 famílias
Nº de assentados: 236 assentados
Capacidade – nº assentados = 16 famílias
Característica da Ocupação: Ocupação dispersa, mantendo a forma anterior das antigas posses. Incra não quis interferir nesta ocupação inicial e assentou todos, independentemente da capacidade.
Reserva Legal: não prevista
Governo: Sarney (Momento 1)
Área: 6.165,00ha
Área Média por Assentado: 26,1ha/família
Módulo Fiscal: 60ha
Considerações: média da área individual muito abaixo do módulo fiscal. Condição ambiental desfavorável.



b) PA Polinésia, Boa Vista do Tupim

Condição ambiental antes da desapropriação Precária, APP com trechos descaracterizados e inexistência de mata ciliar. Pastagem degradada.
Capacidade do assentamento (laudo): 48 famílias
Nº de assentados: 71 assentados
Capacidade – nº assentados = 23 famílias
Característica da Ocupação: Ocupação concentrada numa agrovila próxima a represa. Área coletiva ao redor da agrovila e área de reserva no extremo do PA.
Reserva Legal: sim, em dimensão adequada
Governo: Lula (Momento 3)
Área: 2.201,07ha
Área Média por Assentado: 31,0 ha/família
Módulo Fiscal: 60ha
Considerações: média da área individual muito abaixo do módulo fiscal.



c) PA Atracaju, Tucano

Condição ambiental antes da desapropriação Parcialmente degradada. Vegetação Primária degradada, porém, sem erosão e com recursos hídricos subutilizados
Capacidade do assentamento (laudo): 35 famílias
Nº de assentados: 35 assentados
Capacidade – nº assentados = 0 famílias
Característica da Ocupação: Ocupação concentrada numa agrovila. Área coletiva ao redor da agrovila e área de reserva no extremo do PA. APP próxima a agrovila.
Reserva Legal: sim, com licenciamento ambiental
Governo que Criou: Lula (Momento 3)
Área: 1402,9ha
Área Média por Assentado: 40 ha/família
Módulo Fiscal: 50ha
Considerações: média da área 10ha abaixo do módulo fiscal.

Fonte: INCRA e Trabalho de Campo. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Neste caso, o Laudo de Vistoria, indicou uma capacidade de 35 famílias, número que foi posteriormente mantido. Assim, não existe diferença entre a capacidade indicada e o número de assentados. O que se coloca aqui, é o contrário do que ocorreu tanto em Canabrava, quanto em Polinésia: pessoas que estavam na luta, foram excluídas no momento da escolha dos beneficiários da Reforma Agrária, justamente por causa de sua capacidade. Segundo pesquisa documental feita no INCRA, um grupo de camponeses, ficou acampado fora da fazenda durante oito anos, esperando providências do INCRA. Este momento foi bastante difícil pois eles não tinham água e alimentos suficiente. Quando a fazenda foi desapropriada e o PA foi criado, existiam no local 61 famílias, porém, como a capacidade era de 35, 76% dos acampados, 26 famílias, tiveram seus sonhos podados. O que se coloca aqui é que, assim como o ocorrido em Polinésia, existia a necessidade de se desapropriar outra fazenda para se acomodar a demanda. Porém, neste caso, os candidatos rejeitados, foram dispensados. Isto significa que o processo de seleção dos beneficiários foi bastante disputado, fato que desconstruiu muito da coletividade adquirida no momento do acampamento, fazendo com que o grupo já entrasse fragmentado e, numa perspectiva de individualização de interesses. Porém, dos PAs aqui exemplificados, é o que a área média disponibilizada para cada assentado (40ha) se aproxima mais com a do módulo fiscal (50ha). A questão do minifúndio se coloca, porém, um pouco mais arrefecida.

Estes exemplos mostram entraves fundamentais para o processo de territorialização dos assentados, fato que repercute imediatamente na conformação de suas moradias. Somando-se eles, ao que já foi tratado anteriormente³¹⁸, torna-se fundamental compreender como o indivíduo camponês assentado reage, no sentido de criar conexões que garantam seu modo de vida e, conseqüentemente sua permanência no projeto de assentamento. Para se fazer esta análise, retoma-se o conceito de territorialidade, considerado, segundo Saquet (2015), como práticas espaciotemporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza. Sendo que, tais práticas, estão associadas ao grupo de assentados em seu processo de territorialização e, também, aos indivíduos (cada assentado) que, neste mesmo processo, agem internamente com

³¹⁸ Que a estratégia adquirida pelos assentados, no início de suas vivências como beneficiários da Reforma Agrária, baseia-se na sobrevivência, ou seja, na garantia da disponibilidade de algum tipo de infraestrutura básica para o grupo e; que eles necessitam se acomodar a nova vida sem perder de vista a construção da coletividade, essencial para o fortalecimento do grupo, com as individualidades e diferenças existentes.

mecanismos distintos entre si, exteriorizando-os em determinado momento no desejo de reproduzir tal diferenciação.

Adota-se, para esta análise o exemplo de oito camponeses, moradores de distintos PAs. A seleção destas pessoas foi baseada na indicação local, dos que haviam conseguido desenvolver suas atividades rurais com êxito e, que tivessem construído com o projeto de assentamento uma relação estável de pertencimento, ou seja, aqueles que encontraram no PA, o sentido amplo da moradia.

A Figura 125 traz o caso da família Santos, assentada no PA Canabrava e, já comentada nesta tese, em vários momentos. Esta família é composta por sete pessoas, sendo o chefe da família um homem de 44 anos, nascido e criado em Boa vista do Tupim, em especial, no próprio PA Canabrava. A família, composta por sua esposa de 35 anos, três filhos jovens, um bebê de um ano e, o patriarca idoso e muito doente, parece ter muitas dificuldades para se manter. Sua casa, foi implantada no lote de produção, por isso, eles possuem um amplo quintal, como já comentado anteriormente, com galinha, porco, mandioca e galinhas. Na parte de pastagem, eles possuem dez cabeças de gado. A plantação da família é de subsistência e, quando estão muito necessitados, vendem um boi. Na época da entrevista, 2015, eles tinham benefício do bolsa família que, aplicavam na compra de feijão, arroz, açúcar, óleo, café, fubá, carne e produtos de limpeza. Apesar de ter orgulho por ter participado, ainda criança, da luta pela terra, o chefe da família parece ter passado, junto com o próprio grupo de assentados deste PA, por um longo processo de fragmentação social, fato que o torna isolado em seu lote. As últimas benfeitorias adquiridas, já se encontram envelhecidas, no caso, é a unidade habitacional e a cisterna. O sujeito social aqui, está adormecido ou vivendo de lembranças. As preocupações cotidianas regem e alienam este núcleo familiar, porém, eles gostam dali, gostam de enaltecer como chegaram ali, não querem sair e, segundos os mesmos, se sentem felizes. Sua territorialidade é contida nos limites do seu minifúndio, porém, sobrevivem, resistem.

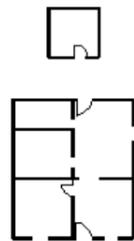
A Figura 126 traz o caso da família Oliveira, vivente no PA Crispim, cuja presença feminina é muito forte, pois tem uma mulher de 57 anos como chefe e, uma filha de 22 anos que, em 2015, era presidenta da associação do PA. A territorialização desta família foi tão difícil quanto a de todos os outros 24 assentados do PA Crispim, pela sua dramática história, já tratada no Capítulo 4³¹⁹.

³¹⁹ A história do PA Crispim é tratada no item que fala sobre violência e posseiros.

Figura 125 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Santos, PA Canabrava, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família Santos



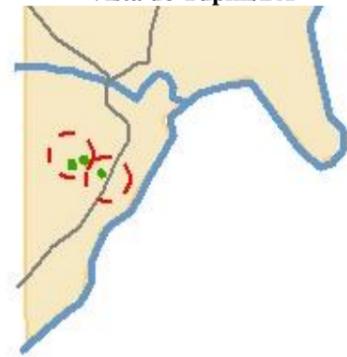
B) Plantas da Casa da Família Santos



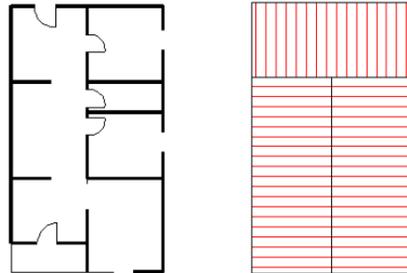
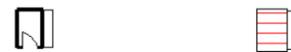
C) Fotos da Casa da Família Santos

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 126 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Oliveira, PA Crispim, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família jjjj.



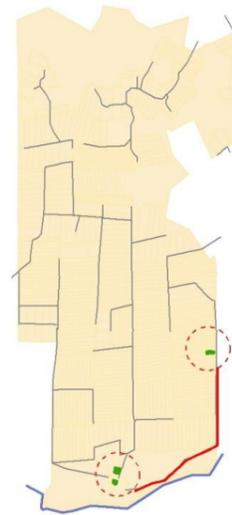
B) Plantas da Casa da Família Oliveira



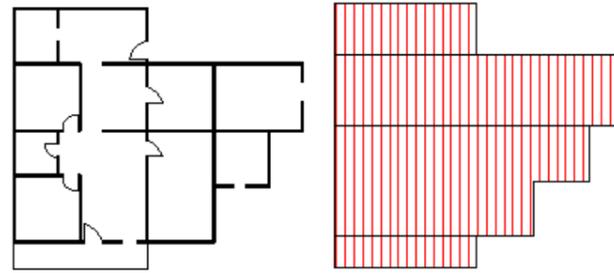
C) Fotos da Casa da Família Oliveira

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 127 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Costa, PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família Costa



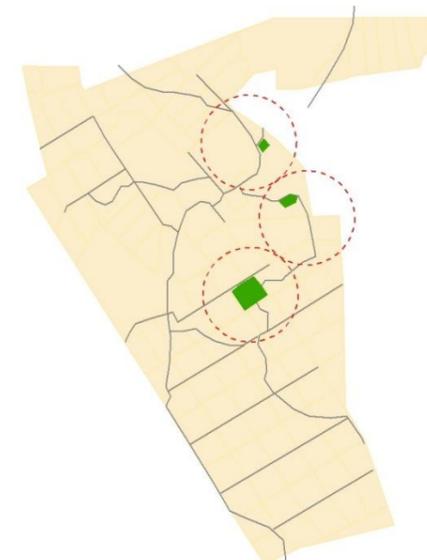
B) Plantas da Casa da Família Costa



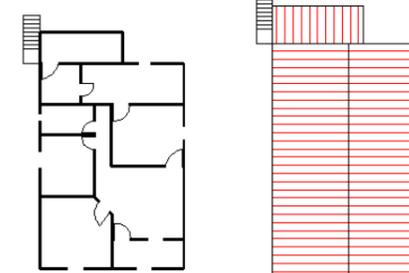
C) Fotos da Casa da Família Costa

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 128 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Oliveira, PA Barra Verde, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família Oliveira

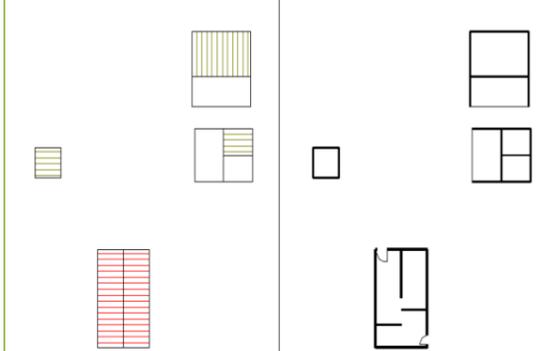


B) Plantas da Casa da Família Oliveira



D) Fotos da Casa da Família Oliveira

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.



C) Plantas da Casa da Família Oliveira



O PA Crispim é ligado a CETA e, a presidenta da associação é bastante ativa junto às atividades deste movimento, utilizando-se de forma ativa os recursos das redes sociais. A territorialidade da família está muito ligada ao seu processo de luta que, continua ativado, agora, pela ação da única filha. Assim, sua conexão com o externo tem amplitude, inclusive, numa perspectiva coletiva, porém, internamente a conexão é bastante limitada, visto que a moradia desta família camponesa se resume a sua unidade habitacional que, tem um pequeno quintal de 450m² e; um lote de produção com a dimensão ínfima de menos de 1ha irrigado somado a cerca de 5ha de pasto, localizado numa área coletiva que dista 500 metros da casa, onde cultiva banana, feijão de corda, hortaliças e andu. A renda é baseada na venda de seus produtos, toda semana, na feira de Marcionílio Souza. No próprio dia da feira, com os recursos angariados, eles compram carne, açúcar, sal e macarrão. Destaca-se que a jovem vem se articulando no sentido de fazer artesanato com palha de bananeira, afim de obter maior renda, com os meios que possui em sua pequena moradia. Apesar de poucos recursos materiais, inclusive da limitação da terra, esta família camponesa tem grande capacidade de adaptação e, de se territorializar em diversas dimensões.

A família Costa, assentada no PA Beira Rio possui uma grande capacidade de territorialização, conforme pode ser visualizado na Figura 127. Consequentemente, sua moradia é ampla, abrange uma casa bem estruturada na agrovila que, tem um pequeno quintal de 600m²; um pouco mais de um hectare na área coletiva - onde cria porcos de forma confinada e planta aipim e milho para alimentá-los – e, cerca de 25ha de área individual, em zona de sequeiro, onde cria bovinos e bovinos. A família é composta por seis pessoas: o chefe da família, com 55 anos, sua esposa, com 49 e, quatro filhos jovens que moram com eles. A família Costa é bastante unida e, além deste núcleo, existem outros, pertencentes ao mesmo tronco familiar no PA. O trabalho no PA é feito em cooperação entre os núcleos da família Costa, desde a criação de porcos, a de bovinos e caprinos. Além disso, a grande família, também, trabalha ativamente na casa de farinha. Eles se deslocam para todos os locais de trabalho diariamente, se dividindo em grupos. O fato de terem uma moto facilita nos deslocamentos de 7km até o lote individual e, 2km até a área coletiva. A renda é composta pela venda de animais, farinha de mandioca e aipim na feira de Marcionílio Souza, semanalmente. Como atividade não rural, foi estruturado para a filha um salão de beleza que funciona no anexo da casa. A família consome, sal, óleo, açúcar, arroz e feijão e, além disso, vem estruturando a moradia com eletrodomésticos, tais como, geladeira, fogão, TV, som, máquina de lavar e computador

com *internet*. Os Costa participaram da ocupação da fazenda e, têm satisfação em viver no PA conquistado, a partir da resistência camponesa. As conexões criadas por eles estão muito relacionadas com o próprio fortalecimento da família que, consegue se articular e criar condições favoráveis de reprodução social, sem, com isso, se desligar da coletividade.

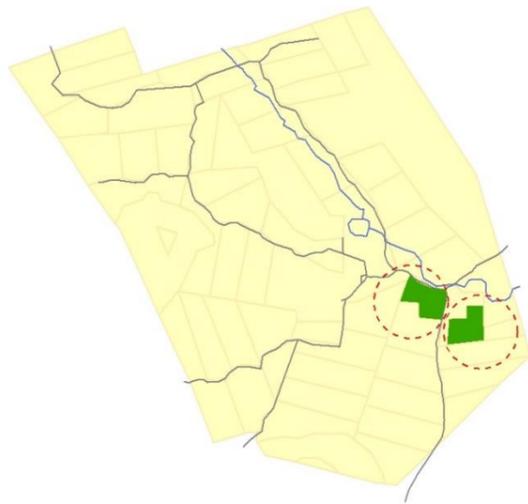
Da mesma forma que a família Costa, a família Oliveira, do PA Barra Verde, teve grande capacidade de territorialização (Figura 128). Esta família, liderada por uma mulher de 41 anos, e mais dois membros, seu marido de 42 anos e o filho do casal com 16, conseguiu se conectar de tal forma que, constituiu uma grande moradia. Esta, é composta pela casa na agrovila, com um pequeno quintal de 300m² que, como já visto, é extremamente trabalhado; por cerca de 3ha utilizado na área coletiva e, 20ha de lote individual. A família se desloca a pé, tanto para a área coletiva que dista cerca de 1km da agrovila, quanto para o lote individual que, tem 6km de distância da mesma. Como estratégia, ela construiu uma casa de taipa no lote individual e, lá fica pelo tempo que precisar, sem se preocupar em ir e voltar para agrovila todos os dias. Sua produção é dividida pelos três locais que ocupa: ela tem, no quintal da casa da agrovila, uma farta horta; mandioca na área coletiva e feijão, andu, mais mandioca, criações de galinha, porco e gado, no lote individual. A família vende seus produtos cotidianamente na própria agrovila. Ela não sai de Barra Verde para comercializar produtos, não precisa. Somente faz este movimento em período de São João, onde vende os derivados da mandioca, tais como, goma, farinha, tapioca e massa de aipim. Se desloca para sede de Boa Vista do Tupim duas vezes ao mês: uma, para reunião na igreja e, outra, para fazer compras de arroz, óleo, café, açúcar, fubá, produtos de limpeza e alho. A família consegue manter uma ampla conexão intra PA, fato que a faz gerar renda, sem precisar se deslocar. Além disso, mantém uma rede de relacionamento sólida nas imediações, circunstância que gera renda extra na época de São João. Concomitante a isso, a família que, nasceu e cresceu nas imediações do PA Barra Verde e, tem amplo conhecimento do funcionamento ambiental da região, vem participando de diversas atividades do MST, desde a ocupação no PA Beira Rio, em meados da década de 1990.

A Figura 129, mostra a moradia da família Bastos, localizada no PA Che Guevara. A família é composta por quatro pessoas, o chefe tem 49 anos, sua esposa tem 35 e, os três filhos do casal têm, respectivamente: 16, 11 e 9 anos. Ela, também é um exemplo de um amplo processo de territorialização, fato que repercutiu na dimensão e nos variados elementos de sua moradia que, é composta por uma casa na agrovila, cujo lote tem

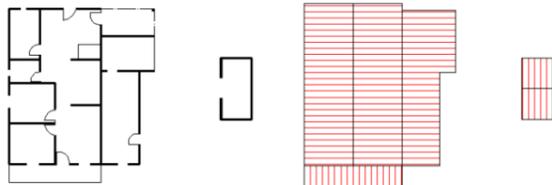
2200m² e um lote individual com cerca 30ha. No lote da agrovila, a família tem uma horta de alface e coentro, cria tilápia, planta palma, milho, aipim e várias frutíferas. No lote, que fica muito próximo a sua casa, tem uma criação grande de galinha, além de bovinos e, sua paixão, os ovinos. Ele se divide entre o trabalho no campo e o de motorista, transportando as crianças das áreas rurais próximas, para escola. Além da renda deste trabalho, ele vive da comercialização dos peixes, das galinhas, dos ovos e das verduras que vende no povoado de Baixio, ao lado do PA. As ovelhas são vendidas somente em momentos de emergência. Funcionam como uma poupança. A família consegue ter uma renda suficiente para equipar a casa com eletrodomésticos que facilitam o trabalho doméstico, tais como, micro-ondas, máquina de lavar roupas, geladeira e fogão. Esta família, que tem origem em Ipirá, município próximo, conseguiu ter uma excelente conexão com as lideranças locais do MST, fato que vem lhe proporcionando a oportunidade de articular projetos produtivos para o PA, já que o chefe da família faz parte da associação. Eles vêm conseguindo se desenvolver, inclusive economicamente, porém, sem abrir mão de sua condição camponesa e, principalmente, sem deixar de contribuir com a coletividade nos processos de luta por terra na região.

A Figura 130 mostra a moradia da família Santana, localizada no PA Polinésia. Nela vive apenas um casal, o chefe da família com 60 anos e sua esposa, com 58. A moradia deste casal é composta pela casa da agrovila, cujo quintal tem 1000m²; uma tarefa na área coletiva e, aproximadamente 30ha no lote individual. Apesar de sua casa na agrovila ficar somente há 1km de distância do seu lote de produção, a família construiu uma casa de taipa no local. Ali, uma área de sequeiro, são criados dois bois e três vacas, além de cavalos. Também existe um galinheiro de galinhas adultas. Isso é dito porque a família tem muito apreço pela criação de galináceos. A primeira fase dos pintinhos, ocorre na edificação que construiu atrás da casa da agrovila, onde se localiza, também, o fogão a lenha. Eles fizeram uma caixinha de luz e deixam as aves ali até adquirirem uma plumagem permanente. Depois, passam as galinhas para um outro galinheiro localizado no fundo de seu quintal, próximo à uma plantação de palma. Os animais ficam ali até adquirirem o tamanho adulto. Quando isso ocorre, elas são transferidas para o lote individual. A família tinha cerca de 100 galinhas que, só vendiam se o comprador aceitasse o preço justo por elas. Eles, também, plantam milho, banana, abóbora, melancia, maracujá, hortaliças, tomate, limão, goiaba, mamão, e muito mais, tanto no quintal da agrovila, quanto na área coletiva. A renda vem da venda das galinhas, de ovos, de feijão e de milho.

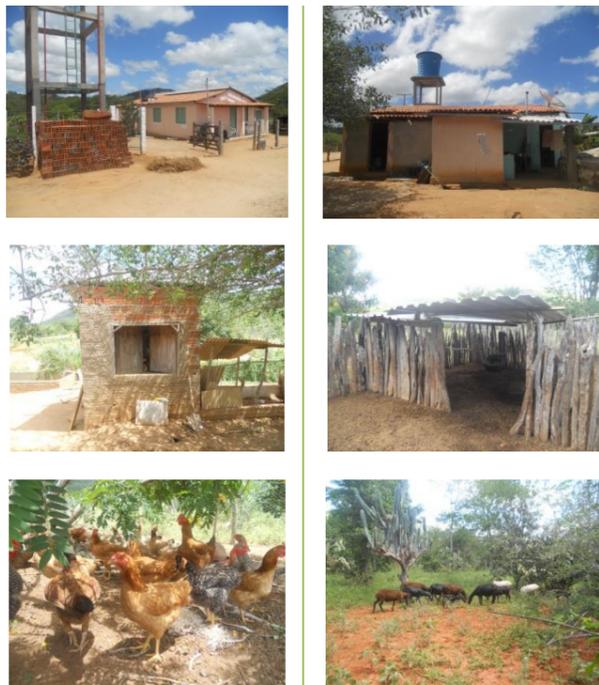
Figura 129 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Bastos, PA Che Guevara, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família Bastos



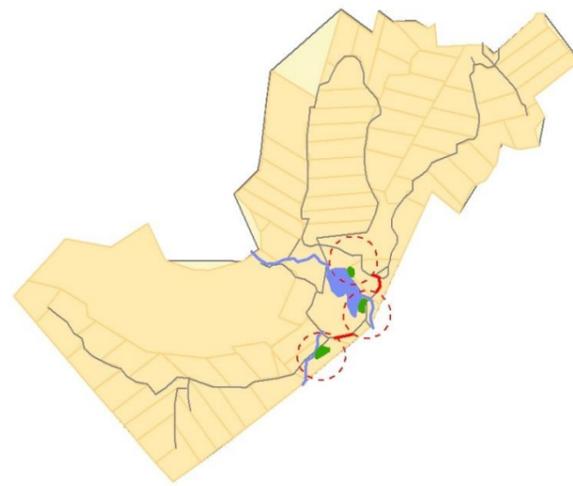
B) Plantas da Casa da Família Bastos



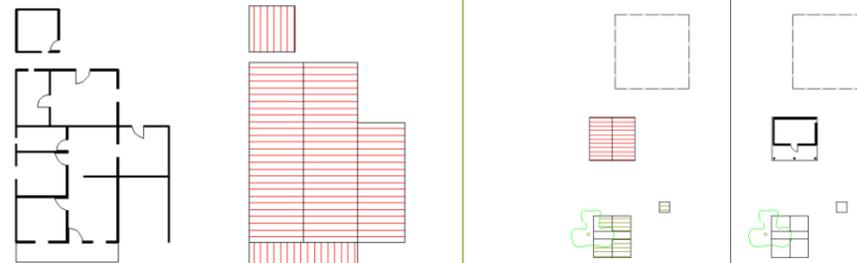
C) Fotos da Casa da Família Bastos

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 130 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Santana, PA Polinésia, Boa Vista do Tupim/BA



A) Local de Moradia da Família Santana



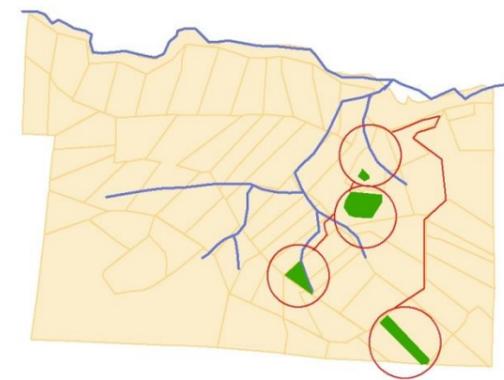
B) Plantas da Casa da Família Santana



D) Fotos da Casa da Família Santana

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 131 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia da Família Edézio e Fátima, PA Panema, Mata de São João/BA



A) Local de Moradia da Família Edézio e Fátima



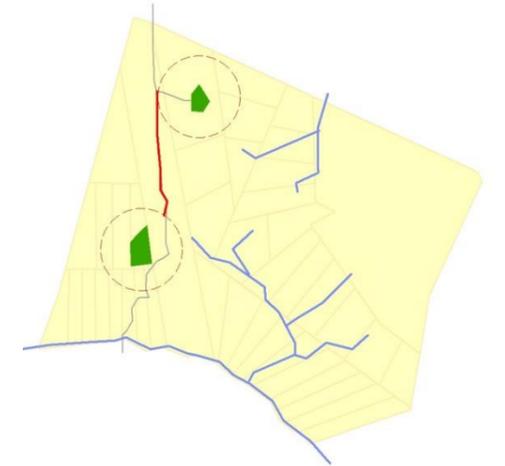
B) Plantas da Casa da Família Edézio e Fátima



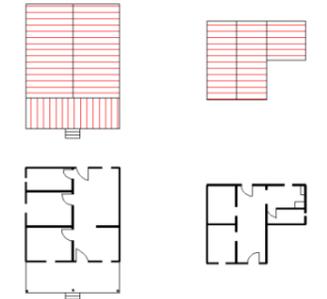
C) Fotos da Casa da Família Edézio e Fátima

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

Figura 132 – Implantação, Plantas e Fotos da Moradia de Manoel, PA Santa Maria, Mata de São João/BA



A) Local de Moradia da Família de Manoel



B) Plantas da Casa de Manoel



C) Fotos da Casa de Manoel

Fonte e Elaboração: Paula Moreira, 2015.

O assentado é, também, motorista e, em seu trabalho, leva pessoas doentes da zona rural para a cidade. Além disso, dirige trator e é vaqueiro. Em sua casa tem uma sala de sela. A territorialização desta pequena família é grande, principalmente num PA com tantos problemas ambientais, fato que fez com que um número elevado de pessoas desistisse. E, tratando-se de sua capacidade de conexão, o assentado é na verdade, o conector, aquele que viabiliza que liga, cumprindo um papel de referência local e, na sua localidade. Além disso, eles parecem fazer parte daquele meio natural; a integração com a natureza é forte e profunda. Por isso, sua moradia tem a completude de sua alma, uma bela moradia camponesa.

A Figura 131 mostra a moradia de Fátima e Edézio, ou melhor, Tchuca e Dezinho, localizada no PA Nova Panema. A moradia da família abrange sua casa na agrovila, com um lote de 1200m², já apresentado nesta tese; uma plantação na área coletiva e alguns pontos dispersos de árvores frutíferas. Na verdade, essa família está com problema em relação ao lote individual. Como os assentados deste PA fizeram o parcelamento por conta própria, quando INCRA foi legitimá-lo, precisou fazer um ajuste para cumprir a legislação ambiental. Com isso, o lote da família foi suprimido. Desde então, eles estão sem lote. Este, é sem dúvida, um grande sofrimento, principalmente por se tratar de uma família que, tanto participa ativamente das atividades do seu movimento social, o MST, quanto tem trabalho dentro do PA. Mesmo assim, sua produção é bem ativa e diversificada, porém, limitada. A família tem experiência em diversas atividades do campo, sendo a criação de galinhas uma atividade central, principalmente para a mulher. A família tem um trabalho ativo na área coletiva, como já comentado, inclusive indo vender seus produtos na feira agroecológica da Reforma Agrária da UFBA. Além disso, eles são um exemplo de conectores na região, sendo uma referência para os assentamentos e acampamentos vizinhos. É importante destacar que, Edézio foi criado como camponês no Núcleo Colonial JK, discutido no Capítulo 2, assim, sua campesinidade foi possível, pela possibilidade de acesso à terra, ocorrido através da Colônia. Por fim, por todos os problemas enfrentados, a moradia desta família é um fragmento, porém, reinventado pela sua adaptabilidade, constituída por resistência.

A Figura 132 mostra a casa de Manoel, o vaqueiro aposentado do PA Santa Maria. É interessante notar que sua moradia abrange duas casas dentro do lote da agrovila que, tem 1000m². Na época do trabalho de campo, ainda não havia sido feito o parcelamento, porém, Manoel já se territorializava na área indicada na Figura 132. Todos os dias, pela manhã, o assentado que, mora sozinho, pois, sua esposa vive com o filho e vai para lá,

sazonalmente, solta o gado para pastar e, depois, no fim da tarde, o prende no curral que, fica ao lado de seu quintal. Neste, por sinal, existem diversas árvores frutíferas, hortaliças e legumes. É importante destacar que sua casa de alvenaria quase não tem móveis e é bem pouco usada, ao contrário da casa de taipa, em que se localiza todo seu material de trabalho, inclusive o equipamento de vaqueiro, além do fogão a lenha e rede de descanso.

A diferença construtiva das unidades habitacionais e das outras edificações construídas pelos assentados, também, aparecem. Observando conjuntamente as plantas apresentadas, percebe-se que existe a tendência da padronização, pela própria condição de terem sido feitas pelo Estado que, como já visto, tende a equipará-las às unidades habitacionais de interesse social feitas nas cidades, porém, com acomodações importantes que, trazem para cada uma delas, a singularidade. Para melhor se observar tais singularidades, o Quadro 19 mostra, para cada uma das moradias apresentadas, sua constituição material.

Avaliando-se a área, em conjunto com o número de cômodos, pode-se comparar três situações, cujo conteúdo das diferenças tem significados importantes de serem ressaltados: as moradias dos PAs criados no Momento 1 (PA Canabrava e PA Crispim), no Momento 2 (PA Panema, Barra Verde e Beira Rio) e no Momento 3 (PA Santa Maria, Che Guevara e Polinésia).

A casa da família Santos (PA Canabrava), quase mantém a área da casa padrão do INCRA, com suas quatro edificações que, juntas somam 59,5m². Apesar de viver numa moradia espacialmente contínua, pois, a casa está no próprio lote de produção, os membros da família possuem grande dificuldade em trabalhar. Estas dificuldades têm origem e se manifestam de diversas formas. O fato de terem sido fruto de uma reforma agrária pautada no Momento 1, onde somente houve algum investimento em habitação no Momento 2 e, visto que o vazio institucional se constituiu numa realidade mais árdua, para primeiros PAs criados na Bahia, fez com que a família tivesse muito pouca assistência por parte do Estado. Além disso, por estarem nos lotes individuais, sem uma articulação com os movimentos sociais de ação escala estadual ou nacional, se estabeleceu uma condição de isolamento. Questões de cunho familiar, limitadoras do processo de territorialização, ocorreram em diversos momentos, inviabilizando uma reprodução social que se expandisse para além da subsistência ou da sobrevivência diária. As edificações mostram este aspecto no sentido de se constatar que o que eles construíram, com suas próprias mãos e com materiais locais, tem uma funcionalidade cotidiana, exceto a pequena pocilga.

Quadro 19 - Materiais de Construção nas Moradias nos Assentamentos de Reforma Agrária do INCRA após a Aplicação de Recursos Destinados para Habitação

MORADIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA/BA									
REGIÃO	MUNICÍPIO	PA	Nº DE EDIFICAÇÕES	FUNÇÕES	CÔMODOS	ÁREA TOTAL (M²)	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
							TELHADO	PAREDE	PISO
RMS	Mata de São João	Panema	3	Abrigo, criação de galinha, depósito, lazer, preparo de alimento, integração	Construção 1 - Varanda com mesa para refeição, salão de jogos, sala de estar, banheiro/sanitário, suíte, 2 quartos, cozinha 1/depósito interno, cozinha 2/altar de oração, cozinha 3. Construção 2 - galinheiro. Construção 3 - depósito externo	134	Telha de amianto e cerâmica	Bloco cerâmico, madeira	Piso cerâmico, cimentado e terra batida
		Santa Maria	3	Abrigo, integração, depósito, acomodação de gado bovino	Construção 1 - Varanda, sala de estar, banheiro/sanitário, 2 quartos, cozinha. Construção 2 - depósito de equipamentos, cozinha, sanitário/banheiro, 2 quartos. Construção 3 - abrigo para gado.	110	Telha cerâmica e de amianto	Taipa, bloco cerâmico e madeira	Terra batida e cerâmica
Chapada	Boa Vista do Tupim	Canabrava	4	Abrigo, criação de porco, estrutura para idoso com necessidades especiais	Construção 1 - sala de estar, 3 quartos e cozinha. Construção 2 - cozinha 2/ depósito. Construção 3 - sanitário. Construção 4 - pocilga e banheiro	59,5	Palha e telha cerâmica	Bloco cerâmico, madeira, adobe e palha	Cimentado e terra batida
		Crispim	2	Abrigo, proteção para plantação	Varanda, sala de estar, sala de refeição, cozinha, dispensa, 3 quartos e banheiro/ sanitário externo. Construção 2 - abrigo para verduras.	70	Telha cerâmica e de amianto	Bloco cerâmico	Piso cerâmico, cimentado e terra batida
		Che Guevara	3	Abrigo, depósito de equipamentos e suplementos, criação de galinha, acomodação para ovelhas	Construção 1 - Varanda, sala de estar, sala de tv/cozinha, cozinha, dispensa, 4 quartos e banheiro/ sanitário, área de serviço, depósito. Construção 2 - depósito e galinheiro. Construção 3 - acomodação para ovelhas e galinhas	166	Telha cerâmica, de zinco e de amianto	Bloco cerâmico e madeira roliça	Piso cerâmico, cimentado e terra batida
		Barra Verde	8	Abrigo, preparo de alimentos, depósito, banheiro, abrigo para cães, criação de galinha, criação de porcos	Construção 1 - varanda, 2 quartos, banheiro/sanitário, sala de estar, cozinha 1, cozinha 2, cozinha 3 e área de serviço. Construção 2 - depósito. Construção 3 - cozinha, depósito e quarto. Construção 4 - banheiro. Construção 5 - banheiro. Construção 6 - casa de cachorro. Construção 7 - viveiro de galinha. Construção 8 - pocilga.	152	Telha cerâmica, de zinco, de amianto e palha	Bloco cerâmico, taipa, palha, telha cerâmico, refugo, tela, lona e madeira	Piso cerâmico, cimentado e terra batida
		Polinésia	8	Abrigo, depósito/ criação de galinha, criação de galinha, garagem, estábulo para cavalos, abrigo para cão	Construção 1 - varanda, 2 quartos, sanitário/banheiro, sala de estar, dispensa, sala de refeição, cozinha, garagem e sala para equipamentos de trabalho. Construção 2 - Depósito/ cozinha/estufa para pintinhos. Construção 3 - galinheiro. Construção 4 - varanda e depósito. Construção 5 - galinheiro. Construção 6 - estábulo para cavalos. Construção 7 - casa de cachorro. Construção 8 - galinheiro.	198,4	Telha cerâmica, de amianto, vegetação	Bloco cerâmico, adobe, madeira, tela, refugo, vegetação	Piso cerâmico, cimentado e terra batida
		Beira Rio	11	Abrigo, criação de porcos, criação de galinhas, abrigo de carro, serviço/estética,	Construção 1 - sala de estar, 4 quartos, depósito, cozinha, sala de refeição, varanda, garagem, salão de beleza. Construção 2 - sanitário. Construção 3 - pocilga. Construção 4 - pocilga. Construção 5 - pocilga. Construção 6 - pocilga. Construção 7 - pocilga. Construção 8 - pocilga. Construção 9 - pocilga. Construção 10 - galinheiro. Construção 11 - galinheiro.	233	Telha cerâmica, de amianto, palha	Bloco cerâmico, madeira, arame farpado	Piso cerâmico, terra batida

Fonte: Arquivo pessoal da Autora. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

A maior parte destas construções mostram, a partir de seus materiais e da forma como foram usados, uma fragilidade, uma incapacidade de articulação, ou seja, com pouca autonomia criativa. A pouca expansão da moradia da família Oliveira, do PA Crispim, não tem o mesmo conteúdo, apesar de ter sido, também, um PA criado no Momento 1. Ali, somam-se o pequeno porte da família, com as poucas possibilidades produtivas impetradas pela diminuta área disponível tanto para o quintal, como para a produção; além de estarem a pouca distância do local de trabalho. A moradia desta família não está aquém, ela tem a dimensão do que eles podem alcançar, com todas as suas limitações.

As casas do Momento 2 tem como maior referência a ampla territorialização da família Costa, do PA Beira Rio. É interessante notar que a expansão de sua moradia se dá com diversificada materialidade. A casa cresce com a alvenaria de bloco, porém, toda a estrutura produtiva, destacando-se a representatividade da criação de porcos, é feita com recursos e material local. Essa moradia também vai se espacializar de forma abrangente, tendendo ao ápice de suas possibilidades territoriais. Neste caso, pela lógica de Sennett (2009), a consciência material engajada, pelo domínio do processo de confecção dos artefatos necessários, viabilizaram a concretização de um projeto, fato que vem repercutindo na expansão das possibilidades desta família. Sem dúvida, também, a capacidade de articulação da rede de cooperação familiar, a organização para o trabalho e a possibilidade de ocupar a área coletiva, potencializaram tais possibilidades. A família Oliveira, do PA Barra Verde, segue esta mesma lógica e, com resultados bem interessantes quanto à possibilidade das criações manuais e a expansão da territorialidade. Ela edificou oito construções que, juntas, compõem sua moradia, enquanto a família Costa construiu 11. O mesmo não ocorreu com Edézio e Fátima, do PA Panema. Ali, a limitação territorial se deu pela problemática que envolve o lote individual. Assim, suas edificações se concentraram no quintal da agrovila, sem a necessidade de se fazer estruturas na área coletiva que, é utilizada exclusivamente para a horta, pela pouca distância da casa. É importante ressaltar que o domínio do trabalho manual, somando a capacidade de reuso e reciclagem de materiais, vem viabilizando a permanência desta família no PA, visto a limitação de suas possibilidades, tanto pelo diminuto tamanho da família, quanto pelo lote.

O tempo de territorialização dos PAs do Momento 1 é mais curto, influenciando diretamente na forma das acomodações espaciais. No PA Santa Maria, por exemplo, seu Manoel ainda não sabia, na época do trabalho de campo desta autora, onde se localizaria

seu lote de produção individual. Por isso, vinha mantendo-se contido em seu lote da agrovila, no que se refere à construção de edificações. O que se destaca é o fato de manter duas casas no mesmo local e, um curral bem próximo. Para Manoel, o trabalho é sua vida e, a casa de taipa que ele fez, garante a acomodação de todo seu equipamento de vaqueiro. O caso do PA Che Guevara, mostra a peculiaridade da sorte em se ter uma casa construída numa agrovila, ao lado do lote de produção individual. O pequeno percurso necessário para o trabalho fez com que a família Bastos optasse em construir neste lote, somente estruturas para as criações de ovelha e galinha, ambas com material local. No PA Polinésia, se destaca a ampla capacidade da pequena família em se territorializar edificando, em um curto espaço de tempo. O domínio de diversas técnicas construtivas, aliado à capacidade de condução de maquinários e, da própria opção produtiva escolhida como prioritária para o casal, potencializou suas possibilidades.

Em todos os casos, de todos os momentos aqui trazidos, verificou-se que a moradia camponesa acomoda seu trabalho em toda sua cotidianidade. Com a mesma intensidade, percebeu-se a utilização de materiais locais para a estruturação produtiva. Isto quer dizer que o domínio das técnicas manuais, não só contribui no processo de luta e resistência, no momento dos acampamentos, mas, também, na manutenção dos assentados nos PAs. A pouca assistência dada a eles, no sentido de investimentos produtivos, vem acompanhada das tentativas de solução dadas pelos assentados, com o material e o conhecimento que dispõem. Isso varia, e é preciso destacar que, aqui, foram apresentados os casos mais exitosos de cada um dos PAs, indicados pelos próprios assentados. É importante destacar que, não existem casos, em que as famílias não dominam plenamente técnicas manuais ou têm dificuldades em criar estruturas, fazendo-as mais dependentes e menos autônomas. Isso, também é comum, da mesma forma que o é, os que dominam as técnicas. A diversidade no campo é grande e, isto, não pode ser desconsiderado.

Diante das limitações encontradas por todos os assentados em PAs e, considerando as soluções coletivas levantadas que, algumas vezes atendem bem, outras, nem tanto, foram relatados casos onde os assentados, dentro da realidade de cada PA, conseguiram se territorializar, criando soluções para, considerarem-se e serem considerados bem, apesar das adversidades. Uma das soluções que chamam a atenção, é a extensão da moradia à área coletiva. Isto ocorre nos PAs Crispim, Barra Verde, Polinésia, Nova Panema e Beira Rio. Esta extensão, entretanto, não se coloca com o significado do trabalho coletivo. Ela é apropriada com a característica do uso comum. O

mesmo uso comum utilizado pelas comunidades tradicionais, onde uma porção de terra, não necessariamente, vai ter uma conotação de propriedade privada, mas, diferente disso, ela está livre para o uso de alguém, quando necessário. Esta possibilidade de apropriação momentânea, sem as amarras das delimitações formais, traz, para as áreas coletivas, outro significado. Primeiro, ela fortalece a unidade do PA, como um conjunto, pois, ali, é uma área que pertence a todos. Segundo, ela viabiliza a complementação da renda dos assentados que, muitas vezes têm lotes distantes e quintais pequenos. Terceiro, ela dinamiza o uso da área coletiva pois, quando os assentados não conseguem construir sua coletividade através do trabalho, esta acaba ficando ociosa. Assim, o uso comum da área coletiva é, sem dúvida, um fenômeno relacionado à própria característica de adaptabilidade camponesa que, se coaduna com as formas cotidianas de resistência, tratadas por Scott (2011). Assim, áreas coletivas, de uma forma ou de outra, são fundamentais, pois, se constituem em áreas com grandes possibilidades de construções de coletividades e de conexões.

A questão da distância, nos casos onde as moradias estão espacialmente fragmentadas entre a agrovila e os lotes de produção, também é algo a ser considerado. Tais distâncias foram tema de estudo dos que trataram da questão da moradia camponesa, desde Ernesto Vautier, a José Geraldo da Cunha Camargo, até os técnicos que projetaram os PICs e os projetos de irrigação, passando pelo foco dado a este assunto nos cursos de planejamento rural realizados com a parceria de Israel, dentre outros. Porém com a precarização da política e, a conseqüente escolha do local de implantação das moradias, vinculadas à disponibilização de infraestrutura doméstica, dificilmente estes estudos são aplicados na prática. Assim, os assentados vão criando suas próprias soluções. No caso de Polinésia e Barra Verde, as famílias construíram uma casa no lote individual. Sem esta casa, principalmente no segundo caso, eles teriam dificuldade de trabalhar no lote, já que o deslocamento diário a pé não se viabiliza pela distância. No caso de Beira Rio, apesar de a família ter um lote distante, a utilização da moto viabiliza o trabalho diário no local. Em Che Guevara e Crispim, a distância pequena a ser percorrida a pé viabiliza por si só o trabalho e os deslocamentos. Por fim, em Canabrava onde a moradia se localiza numa única porção do PA, esta questão não se coloca como problema. O caso de cada assentado deve ser considerado, tanto no momento do parcelamento, como da escolha do local da implantação das unidades habitacionais e, esta decisão, necessariamente deve ser amadurecida coletivamente. Neste caso, a individualidade ou as diferenças entre as condições de cada assentado devem ser consideradas, no sentido da busca das

possibilidades de conexões de cada um, no universo da equidade e, num processo de construção de coletividade pleno.

Outro aspecto de grande importância aqui tratado, é a conexão entre os assentados e a natureza. Traz-se aqui, novamente, aspectos tratados na perspectiva das comunidades tradicionais que constroem significativas conexões com o lugar onde vivem ao longo do tempo, compreendendo o funcionamento do meio natural e, principalmente, se compreendendo como integrante deste. O camponês assentado vai, também, constituir tais conexões, porém, num lugar que, muitas vezes é novo para eles; está ambientalmente degradado; tem uma área incompatível com a demanda e; com um grupo constituído por indivíduos com perfis diferentes. Sem dúvida, este processo é lento e heterogêneo dentro de um PA. Assim, intimidade física, ou seja, a fusão camponês/natureza, vai sendo construída individualmente, por cada assentado na medida em que a terra não tenha somente o significado material, mas, quando vai se constituindo num repositório de recordações sensoriais e emocionais. Na lógica de Leff (2011), seria quando a natureza passa a integrar a lógica produtiva, ou seja, onde as práticas se relacionam harmonicamente com a natureza. Este tipo de conexão pode não ser possível para todos, ocorrendo onde a campesinidade tenha força para se sobressair, se territorializando em sua inteireza. Dentre os casos aqui trazidos, percebe-se esta conexão em processo mais avançado nos assentamentos mais antigos, em especial em Canabrava, Barra Verde, Nova Panema e Polinésia, onde as famílias se ajustam às condições ambientais, aproveitando cada recurso a elas disponibilizados, porém, com um cuidado e preocupação que se coloca como prioritário, e, ao mesmo tempo natural. Ainda é cedo para tratar de grupo nesta perspectiva de fusão camponês/ natureza, visto que ela parte das construções de cada pessoa, porém, o momento ideal para a coletividade, seria quando o grupo começasse a se assemelhar a partir deste tipo de conexão. Estas conexões necessitam de tempo e, só ele poderá dizer se elas ocorrerão ou não na escala do grupo de assentados.

Saindo-se da escala da moradia das famílias assentadas e, partindo-se para a escala dos PAs, visto como uma grande moradia do grupo, seu território, seu porto seguro, sua conquista; parte-se para compreender, agora, como os locais de implantação das moradias, principalmente quando agrupadas, tornam-se um ponto de conexão da resistência. Retomando-se a discussão sobre a constante coincidência entre o local da moradia permanente e o do acampamento, no momento de luta pela terra, busca-se aqui, significá-la de outra forma. Ela não é vista, simplesmente como um local estratégico, ou seja, o local mais viável de se implantar infraestrutura. Ela é, muito mais que isso, é um

ponto de conexão, cuja a abrangência tem escalas variadas, assim como o próprio significado da conquista. A Figura 133 vai mostrar três exemplos, um em cada momento diferente (1, 2 e 3). No PA Canabrava (Figura 133-A), criado no Momento 1, apesar das moradias terem sido implantadas nos lotes individuais, uma agrovila surgiu.

Ali, vivem alguns filhos de assentados e, também, uma minoria de assentados, além de ser o local das igrejas, da escola, da associação. Sua referência maior se relaciona ao fato de ter sido ali que os posseiros, acuados com a violência impetrada pelos grileiros, ficaram acampados no momento de luta pela terra. Assim, aquele núcleo do PA Canabrava carrega consigo o significado da vitória e da resistência. O mesmo pode ser dito em relação ao PA Eldorado (Figura 133-B), localizado em Santo Amaro e criado no Momento 2. O local do acampamento é o local da agrovila e, com um adendo importante: ele tem grande visibilidade, expondo publicamente a vitória do processo de territorialização do Movimento (MST) naquela região. Isto porque, esta conquista está inserida num conjunto maior: a do PA Nova Suíça e do PA Bela Vista, ocorridas em 1997 (mesmo ano que o PA Eldorado) e, posteriormente, as dos PAs São Domingos, Maju, Nova Panema, Santa Maria e Paulo Cunha. Em decorrência disso, nele, houve, estrategicamente, um investimento para a implantação de infraestrutura que extrapola as demandas internas do PA, inclusive turística, reforçando sua condição de ponto de conexão regional do MST.

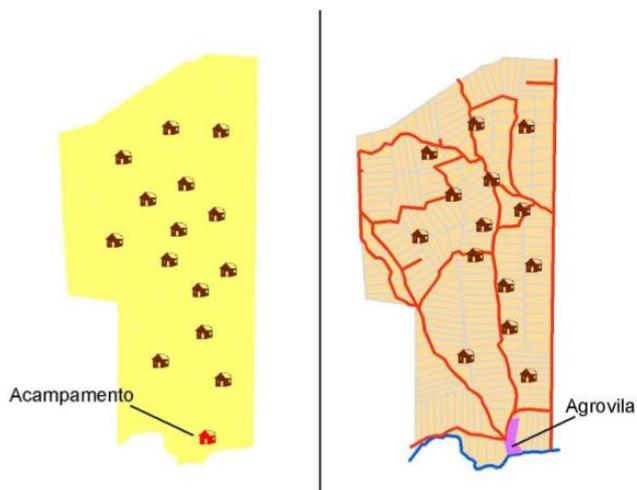
Em Che Guevara, criado no Momento 3, a conquista se inicia num acampamento na beira da estrada, passando, posteriormente, após a vitória do INCRA, para uma ocupação interna na fazenda pleiteada, como mostra a Figura 133-C³²⁰. Ambos os locais têm uma mesma referência de luta e resistência, pautada por um processo mais articulado, fruto de um movimento social experiente no processo de luta pela terra (MST) e, já bastante territorializado no município de Boa Vista do Tupim³²¹. Em sua forma de organização e planejamento, ele vai se referenciar nos erros e acertos dos outros e, se constituir numa experiência exitosa. A própria condição da moradia da Família Bastos, incluindo-se o tamanho de seu lote na agrovila, além da presença do trabalho coletivo e os projetos articulados para o PA, mostram esta condição.

³²⁰ Como já visto no Capítulo 5, este tipo de estratégia foi adotada, após o segundo mandato de FHC, quando a legislação começa a prever punição aos grupos que ocupam as fazendas.

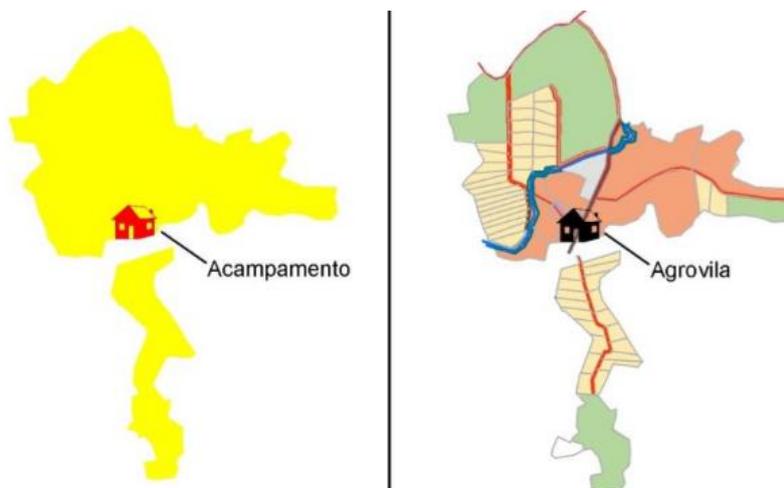
³²¹ Che Guevara, foi um dos últimos PAs criados neste município, dentre os sete vinculados ao mesmo movimento.

Figura 133 – Acampamentos, Agrovilas e Pontos de Conexão Construídos Coletivamente sob a Referência da Resistência

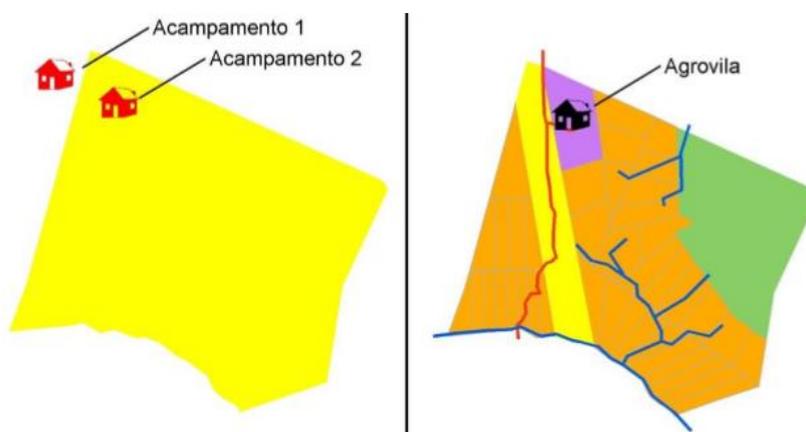
A) Momento 1 - PA Canabrava, Boa Vista do Tupim/BA



B) Momento 2 - PA Eldorado, Santo Amaro/BA



C) Momento 3 - PA Che Guevara, Boa Vista do Tupim/BA



Fonte: INCRA (2014); Trabalho de Campo (2015). Elaboração: Paula Moreira(2017).

Assim, a agrovila do PA Che Guevara se coloca como um ponto de conexão, também, regional, na perspectiva das possibilidades de construção de um projeto de assentamento bem-sucedido.

Estes três PAs foram citados como exemplo por suas especificidades que se destacam em conjunto com o momento em que foram criados. Porém, todas as agrovilas dos PAs costumam carregar consigo, umas mais, outras menos, um referencial, pelo menos local, de conquista, de resistência e de esperança. Isto é, de pontos de conexão camponesa.

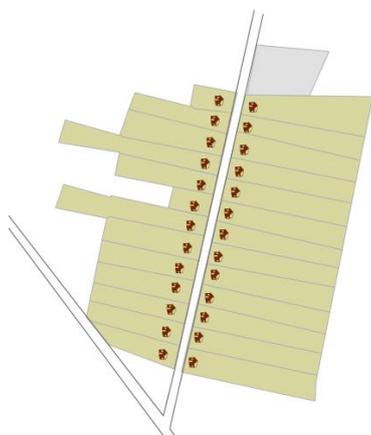
Porém, os núcleos habitacionais dos PAs trazem, também, significados práticos/cotidianos, onde se comportam como pontos de conexão estratégico para as populações rurais vizinhas. Isto porque, é raro que haja uma política pública para a população em situação rural e, como os PAs se conformam como tal, muitas vezes geram visibilidade para uma localidade, antes esquecida. Isso ocorre, até mesmo pela própria condição de ter sido fruto de uma construção coletiva que, continuamente se territorializa, através dos resultados de suas mobilizações e pleitos. Assim, é possível que trabalhadores rurais, pequenos produtores, acampados, parceiros ou arrendatários vizinhos, busquem nos núcleos habitacionais dos PAs algum tipo de apoio, tais como escola, creche, informação, comércio. Nestas idas e vindas, certamente, conexões de amizade e cooperação se estabelecem, fortalecendo o campesinato local.

O raio de influência de um núcleo habitacional de PA vai variar, de acordo com seu porte, conseqüentemente, do que dispõe enquanto infraestrutura. A Figura 134 mostra três padrões distintos. O primeiro, da Figura 134-A, mostra um núcleo habitacional pequeno, com 26 unidades, localizado no PA Santana, município de Morro do Chapéu. Neste núcleo habitacional, cujos lotes pairam em torno de 1800m², a influência se dá entre os próprios assentados que, tem neste local sua referência para moradia, reuniões e articulações. Ali não há escola ou qualquer outro tipo de infraestrutura de serviços.

A Figura 134-B mostra um exemplo de núcleo habitacional de porte médio, localizado no PA Cova da Árvore, município de Tucano. Neste caso, o núcleo que dista cerca de 1km da estrada asfaltada e é composto por 80 unidades habitacionais, com lotes de 700m², em média. Neste núcleo, foram implantados vários equipamentos sociais: uma escola de ensino fundamental 1, uma creche, um pequeno posto de saúde e uma biblioteca. Além disso, ali se estabeleceu um pequeno comércio constituído por uma padaria e uma mercearia. Por fim, os assentados fizeram, uma sede da associação, um galpão e um campo de futebol. A infraestrutura social deste PA não atende somente os assentados, ela

acolhe as famílias de camponeses que moram em seu entorno, principalmente para serem atendidos na escola e na creche.

Figura 134 – Exemplos de Porte de Núcleo Habitacional em Projetos de Assentamento



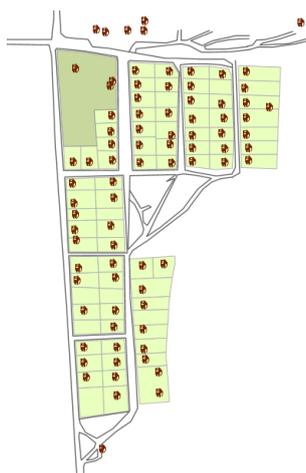
PA Santana, Morro do Chapéu/BA

Núcleo Habitacional de Pequeno Porte

Nº de Moradias: **26 unidades**

Tamanho dos Lotes: **30X60m (1800m²) em média**

Observações Gerais: **Não possui nenhum tipo de infraestrutura de serviço. Somente as moradias. Não exerce centralidade na região, porém, atende as articulações sociais do grupo de assentados. As crianças precisam de deslocar para ir a escola**



b) PA Cova da Árvore, Tucano/ BA

Núcleo Habitacional de Médio Porte

Nº de Moradias: **80 unidades**

Tamanho dos Lotes: **20X35m (700m²) em média**

Observações Gerais: **Este núcleo tem influência sobre seu entorno, por ter escola bem estruturada, creche, padaria, mercearia, campo de futebol, biblioteca, posto de saúde pequeno, galpão, sede da associação, e se localizar próximo a uma estrada.**



c) PA Beira Rio, Boa Vista do Tupim/ Bahia

Núcleo Habitacional de Grande Porte

Nº de Moradias: **395 unidades (aproximadamente)**

Tamanho dos Lotes: **20X30m (600m²)**

Observações Gerais: **Este núcleo exerce centralidade em sua região. Ali tem posto de saúde, uma igreja católica, uma igreja evangélica, associação, rádio comunitária, bares, borracharia, dois colégios de grande porte, campos de futebol, casa de farinha, quatro praças, comércio de matimentos, salão de beleza e oficina mecânica.**

O núcleo foi projetado por um arquiteto, suas casas são padronizadas e quase não existe arborização. Por isso, tem uma ambiência de pouca atratividade durante o dia.

Fonte: Google Earth e Trabalho de Campo. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Já a Figura 134-C, vai mostrar o caso de um núcleo habitacional de PA de grande porte, localizado no projeto de assentamento Beira Rio. Este núcleo habitacional comporta, além de cerca de 400 unidades habitacionais com quintais de 600m², equipamentos sociais de porte médio, tais como, um posto de saúde e duas escolas (uma de Ensino Fundamental I e outra de Ensino Fundamental II).

Além disso, na agrovila de Beira Rio existem uma igreja católica, uma igreja evangélica, uma sede associação com rádio comunitária, vários bares, borracharia, campos de futebol, casa de farinha, quatro praças, comércio de mantimentos, salão de beleza e oficina mecânica. Além disso, eles administram uma balsa que atravessa o rio Paraguaçu, levando veículos de Boa Vista do Tupim para Marcionílio Souza.

O núcleo habitacional do PA Beira Rio atrai muitas pessoas que moram na região, estando sempre movimentado. Por isso, tem tendência ao crescimento, necessitando de investimentos em infraestrutura, tais como pavimentação, iluminação pública, arborização e estruturação das praças.

Iniciando-se assim, a partir deste tipo de tendência ao crescimento, várias agrovilas, tanto de projetos de assentamento, quanto de colonização, adquiriram tamanho porte que, se transformaram em núcleos urbanos, inclusive sedes municipais. Como citado no Capítulo 2, no entorno da rodovia Transamazônica, grande parte das atuais cidades foram, no passado, agrovilas ou agrópolis, como o exemplo de Brasil Novo, trazido nesta tese. Outro exemplo, na Bahia, é a cidade de Serra do Ramalho que, no passado, era a agrovila nove.

O aparecimento de núcleos habitacionais com infraestrutura no meio rural, é de extrema importância, pois, dinamiza a região, criando fluxos e possibilitando o fortalecimento das conexões camponesas. Na verdade, cada agrovila que se forma, além de toda significação política, emocional e social; tem, também, um papel de ponto de conexão que, em conjunto com outras agrovilas, povoados, agrupamentos, moradias dispersas, acampamentos, comunidades quilombolas, comunidades de fundo de pasto, comunidades indígenas, ribeirinhos, dentre outros, forma uma grande rede de resistência em escalas e dimensões diferenciadas. Tal rede, com toda característica camponesa, isto é, vinculada ao exercício e viabilização do trabalho, a construção de coletividades (da grande família) e a conexão com a terra (com a natureza); vêm fortalecendo, propagando e contribuindo com a manutenção do camponês, na posição de camponês.

Adotando-se Bardet (1990), em meio a este debate, toma-se como referência a importância dos aglomerados rurais de todo e qualquer porte, além das unidades de

moradias rurais dispersas no sentido do potencial de conexão entre estas, formando, entre si, uma estrutura rural, que, do ponto de vista funcional, para o autor, deveria ser um conjunto autônomo³²². A rede de resistência camponesa, aqui visualizada, traz a referência desta estrutura rural, pautada nas moradias, porém, ainda com pouca autonomia, visto a pouca infraestrutura disponível no campo baiano e; a concentração fundiária, com todas as suas mazelas. Porém, sob a escala da resistência, ela persiste.

Para finalizar esta tese, busca-se, a partir da Figura 135, fazer uma analogia da rede de conexão da resistência camponesa, com os quatro elementos da natureza: fogo, terra, água e ar, buscando-se sobrevoar por significados mais amplos para o objeto desta tese.

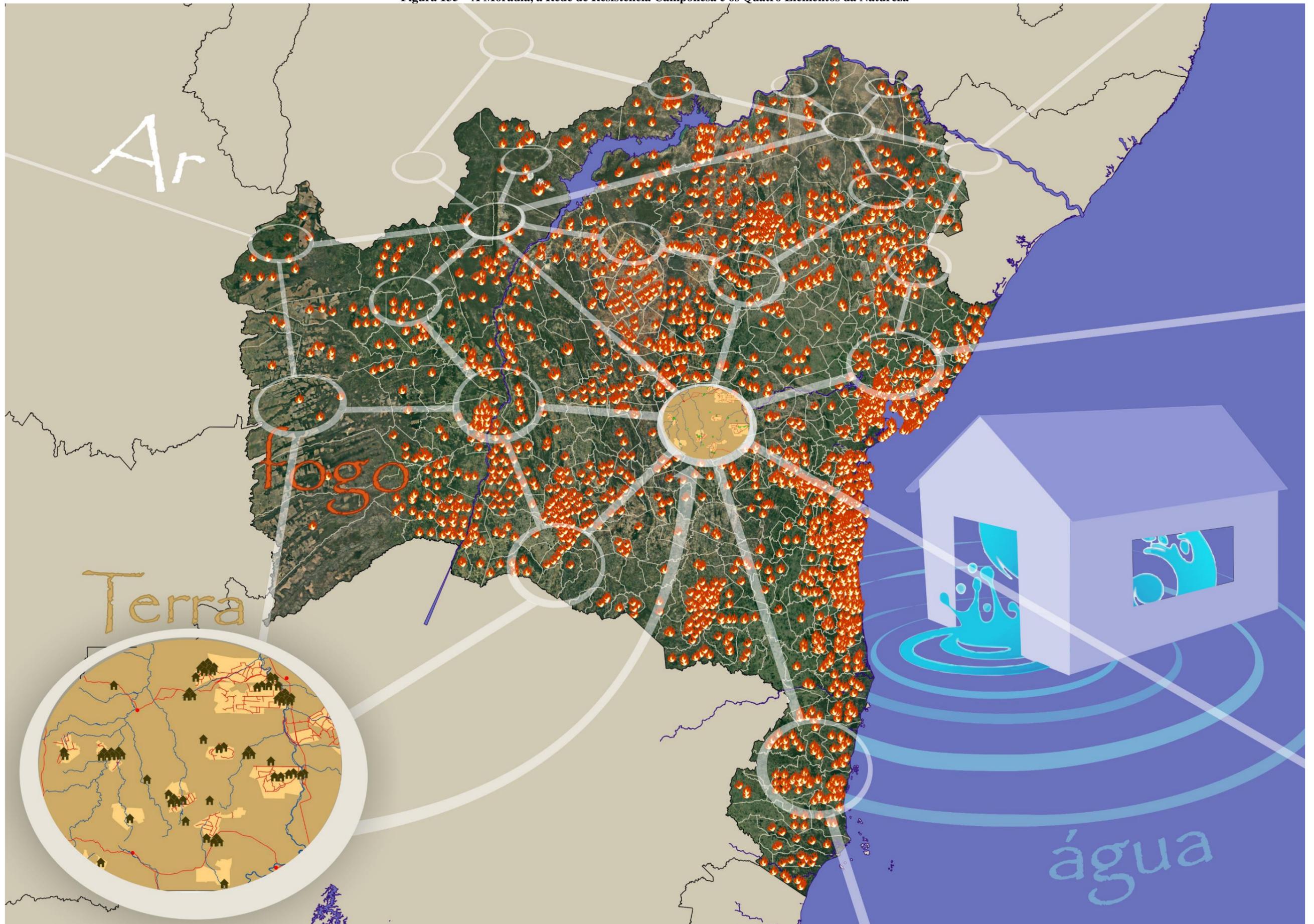
Poderia se interpretar que o fogo representa todos que se levantam no campo, na busca de se manter no campo. O fogo é todo e qualquer movimento camponês que tem, em suas mãos corajosas e calejadas, o poder de modificação das labaredas. A única esperança de que um dia as coisas poderão mudar. Estes pontos de fogo, formam uma rede incineradora, uma rede com possibilidades de transformar.

A água nutre e dá a vida. A água simboliza a fraternidade, a solidariedade, o amor. Ela tem aquela lógica, que os racionalistas não entendem, de morar juntinho quando se tem espaço para se espalhar; de ter uma vida bem mais difícil no campo que na cidade e, permanecer no campo; de criar pintinhos dentro de casa; de fazer amizade em cada parada; de abrigar primos, amigos, amigos dos amigos a qualquer momento; de estar com a porta de casa sempre aberta; de acomodar acampados que lutam por terra em seu PA. A água dá o significado do acolhimento, da família, à peculiar e afetuosa rede de resistência camponesa.

O ar, simboliza a inventividade, a capacidade de se criar e recriar em cada ambiente, em cada adversidade. O ar vai trazer as estratégias de luta, vai inserir os camponeses na rede virtual, levá-los a outros países, a reuniões e a seminários. Além disso, fazê-los tanto cursar faculdade, como criar coletivos de trabalho, e, ao mesmo tempo, se envolver com trabalhos manuais, em projetos de abelhas, galinhas, porcos, ovelhas, hortas. O ar tem o significado do trabalho que, se mistura à própria figura do camponês, pois, ele tem a centralidade na condução de seu modo de vida.

³²² Desta forma, Bardet, traz em meados da década de 1940, a necessidade de articulação, de conexão, tratando-se da problemática do isolamento de localidades rurais.

Figura 135 – A Moradia, a Rede de Resistência Camponesa e os Quatro Elementos da Natureza



Por fim, na terra, a rede se enraíza, é nela que existe a capacidade de materialização, de solidificação. Na terra se faz cada uma das moradias camponesas, com seu significado de resistência e de porto seguro. Estão na terra as roças, a mata, os PAs, as agrovilas, os povoados. É na terra que os camponeses percorrem seus caminhos e é, também, na terra que se fixam. A terra materializa a rede. A rede, viabiliza a terra. A terra compõe a moradia camponesa. A moradia camponesa, contém e é contida nesta rede.

Perguntas

Será que o que eu faço é feio?
Será que o que eu sei é errado?
Minha casa não é igual às casas
dos que tem conhecimento e
dinheiro.
E o que eu sei? É o que?
Não sei. Não lembro onde
aprendi.
Sei somente que tenho que
morar em algum lugar...
Você sabe fazer uma casa?
Eu sei!

CONSIDERAÇÕES FINAIS



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto desta tese é a moradia camponesa, dando-se ênfase aos projetos de assentamento do Estado da Bahia. A princípio, esta moradia é entendida como a materialização dos processos sociais advindos da resistência e da heterogeneidade, a partir da ação dos sujeitos envolvidos nas disputas territoriais, em diversas escalas geográficas. Na especificidade camponesa, a moradia se equivaleria a um artefato constituído de resistência, absorvido pelo modo de vida e consumido pelos processos de territorialização.

Tendo como objetivo central, a apreensão do objeto, no universo da questão agrária brasileira, pelo viés da resistência e dos processos de territorializações, a moradia camponesa passa, então, a ser relacionada ao problema estrutural do campo brasileiro: a elevada concentração de terras. Relacionar a moradia camponesa, a este problema perpassa, necessariamente, pela sua compreensão a partir das formas como ele se manifesta: através da violência no campo, da insegurança na posse, da exploração do trabalho e da debilidade das políticas públicas destinadas ao público camponês. Em contrapartida, pelo conteúdo de classe social do campesinato, é possível compreender esta moradia, a partir de outro ponto de vista, o da resistência.

Em relação à questão agrária, é possível afirmar que não houve lei, regime ou governo que, tenha minimamente alterado o conteúdo excludente da propriedade da terra no contexto brasileiro e, conseqüentemente, baiano. Este fato repercute, diretamente, nas altas concentrações de terra encontradas nos seus municípios, em especial nos 24 escolhidos para serem analisados nesta tese. Neste caso, verificou-se que, no que se refere à concentração de terras, pouco foi alterado, mesmo depois de 30 anos de aplicação da Política de Reforma Agrária. Outro aspecto relevante é a constância dos minifúndios como padrão predominante, fato acentuado, ainda mais, pela ação do INCRA. Os minifúndios, condenados, por não terem condição de viabilizar o desenvolvimento pleno de uma família no meio rural, é, praticamente, a única resposta que vem sendo dada pelo Estado aos que lutam pela terra. Pior que isso, na atualidade, nem mesmo o minifúndio. A melhor perspectiva tem sido a aquisição de uma casa de alvenaria. Na verdade, a disponibilização de casas de alvenaria pelo Estado, vem ocorrendo como resposta ao combate da pobreza no campo.

É importante destacar que o conteúdo desta ação estatal, não aparece de forma repentina. Ela é fruto de um processo de desconstrução da ideia de desenvolvimento rural baseado na distribuição de terras, aparecendo com maior clareza, quando o INCRA entra num processo mais profundo de esvaziamento, no final da década de 1970. Porém, não se pode acreditar que em algum momento houve condições favoráveis no sentido de políticas que contemplassem a demanda camponesa. Pode-se afirmar, entretanto, que no Momento 0, houveram algumas experiências, cujo o objetivo, no meio de um emaranhado de disputas territoriais desiguais, era o do desenvolvimento rural.

A partir do que foi produzido nestas experiências, no que se refere à moradia para o campo, identificou-se uma dinâmica onde se parte da colonização, feita com um precário planejamento físico, percorre-se, ao longo do tempo, por um processo mais intenso de elaboração espacial para o campo, onde a moradia estava diretamente relacionada e, por fim, culmina-se na indiferença quanto aos resultados que poderiam ser alcançados, a partir de um planejamento. Outro aspecto se refere à precarização e ao esvaziamento político, financeiro e técnico de todas as experiências de propostas de desenvolvimento rural, caracterizado pela distribuição de terras, sejam elas menos ou mais elaboradas do ponto de vista físico-espacial ou produtivo. Estes aspectos levantados, são constituintes e fruto da capacidade que os blocos no poder ligados ao agronegócio, tiveram de minar as ações do Estado, na área agrária, para concretizar seus próprios projetos de desenvolvimento, baseados na mecanização da produção, nas grandes propriedades e na articulação com a indústria.

Assim, o Estado, movido pelos interesses do bloco ruralista, assume, claramente, um papel raso e leviano, no que tange ao atendimento do público camponês. Um exemplo, seria o deslocamento das políticas públicas para a melhoria e construção de casas rurais, ao invés de distribuir terras ou intensificar a regularização de posses. É importante destacar que, através deste tipo de ação, o Estado acaba contribuindo tanto com o circuito da construção civil, em sua posição de aliada do capital, como para a fragmentação da moradia camponesa, pois, ela deixa de estar atrelada à terra e, se transforma em uma unidade habitacional para um público desprovido de recursos.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que, no caso das moradias rurais, o discurso da precariedade da taipa, enquanto técnica construtiva, respalda a limitada ação do Estado no campo, pois, construindo casas de alvenaria, ele aparenta estar combatendo

a pobreza. Porém, a precariedade vinculada à casa de taipa foi algo construído no decorrer da história do Brasil, servindo, tanto às estruturas de poder, quanto ao controle social e ao circuito da construção civil. A realidade, é que a condenação a pobreza é dada pelo exílio nos minifúndios e nas posses precárias, pela concentração da terra, pela indisponibilidade de perspectivas de desenvolvimento. As casas dos camponeses seriam, naturalmente, melhores, independentemente das técnicas construtivas, se eles tivessem a terra que precisam para implantá-las, de fato. Para além da unidade habitacional, a terra, como componente da moradia camponesa, onde se tenha condição de trabalho e reprodução social.

As formas espaciais produzidas através das moradias dos posseiros, em seus processos de luta e resistência, derrotas ou vitórias, dos trabalhadores, em sua perspectiva de exploração, a partir de suas limitações e falta de autonomia e, dos que migram para as cidades, pelo seu distanciamento forçado da terra, do trabalho e da família, mostram que a questão agrária, no Brasil, vinculada à concentração de terra, é um fator preponderante. Assim, existe uma relação que é múltipla, porém com repetições quanto ao fato de que, onde houver maior concentração de terra, mais violência, ou seja, menos possibilidade de territorialização; as moradias serão mais precárias, muitas vezes provisórias, e reproduzirão de forma mais reduzida porque fragmentada, o modo de vida camponês.

De forma geral, fica explícita a improbidade das moradias camponesas no que se refere ao direito nacional e internacional, ou seja, à sua dignidade e adequação. Nas moradias analisadas tanto no Capítulo 4 quanto no 5, é reduzida as possibilidades de se desfrutar da intimidade do lar ou da segurança da permanência e de pertencimento.

No contexto dos conflitos agrários, os camponeses, em geral, vivem em constante vigília, em postura de resistência, fato que os rouba a plenitude da cotidianidade camponesa, porém, fazendo-os construir outro tipo de cotidianidade, fundada na luta pela permanência, fato que impulsiona construções de identidades de grupos e de territórios. Neste sentido, a moradia adquire para o campesinato, além da significância da multiplicidade, a característica da constante movimentação oriunda da adaptabilidade, pois, as construções do corpo e da mente no espaço, sendo dinâmicas, vão se alterando no compasso das estratégias de luta e resistência. As moradias camponesas revelam, neste sentido, mobilidades sócio espaciais, construções territoriais, além de possibilidades físicas e de saberes de seus moradores, infelizmente limitadas à questão agrária, fato que

dificulta o desfrute da autonomia, da liberdade, da construção de identidades e das conexões entre o camponês e a natureza, porém, não as impedindo.

No caso específico dos que lutam pela terra, além dos distintos movimentos sociais que os conduzem com suas estratégias específicas e as diversas temporalidades oriundas das conjunturas políticas, fato que por si só traz condições diferenciadas; as referências culturais, regionais, de saber, de condição são bastante distintas, potencializando ainda mais tais diferenças, fazendo com que nos acampamentos os processos de territorialização sejam bastante variados e, conseqüentemente, a composição da materialidade e da localização de suas moradias tenham características peculiares. Porém, mais importante que isso, um acampamento traz o sentido de moradia para o grupo como um todo, agrupando unidades habitacionais familiares sob a lógica da resistência, onde no mínimo de funções necessárias à sobrevivência humana, é abrigado o pensamento coletivo da esperança. O fato de o acampamento ser erguido pelos que lutam pela terra, com toques de originalidade, criatividade e liberdade, traz consigo, uma consciência política quanto aquele momento histórico, e, também, uma consciência material engajada, no sentido do domínio do processo de confecção das edificações, fator essencial para a expansão de suas possibilidades. Visto que trabalho manual eleva o ser humano à autonomia, é no universo da multiplicidade e da autonomia da criação, da adaptação, da construção social, do movimento e da resistência que as moradias dos acampados, possíveis futuros assentados de reforma agrária, se estabelecem, se mantêm e resistem.

Conquista-se a terra. Cria-se um projeto de assentamento. A vida de um camponês acampado, passa a ser de um camponês assentado. Compreendendo-se que os projetos de assentamento de reforma agrária são estruturas específicas que, para existir necessitam da ação do Estado, e para este agir, é imprescindível a territorialização dos movimentos sociais, representada por seus processos de resistência e luta, afirma-se que estes, não estão inseridos num contexto de desenvolvimento socioeconômico do campo brasileiro. Eles se acomodam no compêndio das políticas compensatórias, ou melhor, eles se destinam a arrefecer conflitos no campo. Assim, visto desta forma, infelizmente, um PA mantém com maior força ainda, todos as mazelas e precarizações das experiências anteriores, tais como, os projetos de colonização. O que se coloca é que os interesses dos blocos hegemônicos no poder impedem que, mesmo após a conquista da terra, hajam investimentos necessários para se viabilizar, de fato, os projetos de assentamento, do

ponto de vista produtivo. Assim, os assentados precisam se mobilizar e recorrer para ocupações nas cidades e órgãos públicos, para garantirem a implementação das políticas públicas estabelecidas para os PAs. Caso contrário, eles ficam quase que abandonados pelo Estado. A especificidade da moradia nos assentamentos se coloca nesta conjuntura, se constituindo como fruto de uma política, mas, muito mais que isso, fruto da luta e resistência camponesa.

Um dos principais condicionantes dos processos de territorialização que, levam à precarização das políticas para os assentados é a temporalidade estatal que, se configura no tempo do vazio institucional, ou seja, na ausência de sua ação. É dramático verificar que existem PAs, cuja demora na concretização da moradia é de mais de 15 anos. Na realidade, existe um tensionamento nos PAs, advindo da morosidade da ação do Estado. Como consequência, podem ocorrer conflitos internos, por disputas territoriais, em que a porção do indivíduo da preocupação domina o sujeito social, fazendo com que os interesses pessoais prevaleçam e sejam, ali, disputados em detrimento do coletivo. O lado positivo disso é que os assentados não ficam esperando o Estado, de forma passiva. Eles, ao contrário, vão se estruturando no sentido de tentar organizar o espaço, viabilizando a sobrevivência do grupo, preparando-se e planejando-se, por exemplo, coletivamente, para receber a casa. Neste sentido, é comum que optem pelos núcleos habitacionais, pois, seria mais fácil de se implantar a infraestrutura. A escolha do local de moradia está muito mais condicionada à disponibilidade ou não, de infraestrutura para manutenção cotidiana do grupo, do que com a sua conexão com a área de produção, isto é, com o trabalho. Assim, os assentados, neste momento, se preocupam com a sobrevivência e com a manutenção da família. Essa é, sem dúvida, uma estratégia defensiva, de quem sabe que qualquer tipo de benfeitoria será muito difícil de ocorrer. Como uma estratégia adotada, está intimamente relacionada com a falta de assistência disponibilizada pelo Estado, ela pode ou não, ser interessante para o projeto de assentamento. Sem dúvida, cada uma delas se constitui num ato de resistência e luta, porém, seus resultados vão depender do grau de entrosamento de cada grupo, da experiência de suas lideranças, dos aspectos físicos do PA, do seu entorno, enfim, seria muito difícil acertar, diante de uma realidade tão complexa.

No que concerne à ação do INCRA, especificamente quanto à disponibilização de unidades habitacionais, os dados analisados quanto à gestão e ao conteúdo dos créditos, os recursos destinados e os resultados alcançados, mostram uma evolução dos

instrumentos legais que viabilizaram a implantação das habitações nos assentamentos e revelaram diferenças de visão, operacionalização e disponibilização de recursos por governo. Os governos Sarney, Collor e Itamar não dispunham de instrumentos eficientes para a aplicação de recursos destinados à habitação e, por isso, os resultados mais reveladores da reforma agrária, no que concerne a tais instrumentos, se concentram nos governos FHC e Lula, com grande destaque ao segundo. Em relação aos recursos disponibilizados para habitação, percebe-se uma homogeneidade do descaso com o assunto até o último mandato do governo FHC e, um grande avanço já no primeiro mandato do governo Lula. O crédito recuperação das construções, por exemplo, foi importante no sentido de propor a conclusão das casas iniciadas nos governos anteriores. Foi possível, também, deduzir que a variável de maior importância relacionada à habitação é o valor destinado à sua construção e, não as formas de operacionalização dos créditos. Isto porque com o mesmo tipo de operacionalização, as casas construídas com mais recursos, ficaram com qualidade de acabamento superior.

Porém, dois aspectos se destacam neste contexto. O primeiro é que os recursos não chegavam na proporção das necessidades e sua operacionalização era muito lenta. O segundo, é que esta melhoria, teve curtíssima duração, pois, quando o recurso para habitação nos assentamentos alcança um valor condizente com o empreendimento, a responsabilidade em se implantar as casas, sai da atribuição do INCRA, para a serem do BB e da CEF, através do PNRH. A migração da responsabilidade de um elemento fundamental como a moradia para bancos, mesmo públicos, faz com que a moradia deixe de ser prioritariamente vinculada ao desenvolvimento humano e passe a se inserir nas regras da sustentabilidade financeira destes que, no caso, tem como objetivo o lucro. Assim, na atual conjuntura, o capital consegue se inserir de forma muito mais agressiva e autônoma do que quando as habitações dos assentados estavam sendo viabilizadas através de créditos concedidos pelo INCRA.

É neste momento que os recursos passam a ser escassos e a ação de implantação de moradias nos PAs é quase que paralisada. Isto porque a habitação para reforma agrária está inserida numa pauta conjunta com a demanda urbana, fazendo com que a correlação de forças seja desigual em relação à distribuição dos recursos.

Quanto às unidades habitacionais propostas pelo Estado, em geral, elas seguem uma padronização quanto à dimensão e planta. Trata-se de um modelo de habitação social replicado nas cidades que tem pouca comunicação com as demandas camponesas e, com

os próprios assentados em sua perspectiva de multiplicidade. Esta padronização, tem estreita relação com a própria padronização dos processos produtivos que, envolvem desde a uniformização das medidas e componentes, até as formas de execução. Para piorar esta situação, de forma generalizada, os movimentos sociais não atuam e nem opinam quanto ao formato de gestão e produção habitacional, de forma a se contrapor aos processos determinados pelo Estado, deixando, conseqüentemente para o mercado, a condução desta atividade.

Analisando-se esta questão em conjunto com o ocorrido com a própria Política de Reforma Agrária, observa-se que a inclusão dos assentados no PNHR acompanha um período de inoperância governamental em relação à criação de novos PAs. Observando-se que os movimentos sociais ligados ao campo, solicitaram esta demanda do Governo Federal, na esperança de que suas casas tivessem um padrão construtivo superior; considera-se que este fato, faz parte de muitos outros que corroboram com o processo de transformismo, onde tais movimentos, por consenso passivo, foram gradativamente alterando suas bandeiras de luta, exaurindo o protagonismo da questão agrária e, ao que parece, sendo enfraquecidos, em detrimento dos interesses dos blocos hegemônicos contrários à Reforma Agrária. Como resultado, atualmente, não há nem casa, nem terra.

Observando-se as adversidades vividas pelos assentados, acredita-se que a sua manutenção na condição de beneficiário da Reforma Agrária está intimamente condicionada com a construção e o fortalecimento da coletividade do grupo. Sobre este aspecto, é importante destacar que, enquanto os movimentos sociais trabalham na construção destas coletividades, nem sempre da melhor forma ou com o devido cuidado, porém, errando em suas tentativas. O Estado, ao contrário, em sua essência, considera e trata cada membro da sociedade como um indivíduo, tendendo a isolar os trabalhadores de suas respectivas classes sociais, para reunificá-los na esfera política, sob um discurso (dissimulado) da vontade coletiva, pairado sob a égide do Estado Nação. Assim, na escala dos projetos de assentamento de reforma agrária, o embate entre o coletivo e o individual é bastante representativo, isto porque na sua essência, os PAs são resultado de uma construção coletiva, que, somente se institui, a partir da ação do Estado.

Na verdade, a discussão do coletivo e do individual, se insere e é submetida, ao problema central que é a permanência da questão agrária, através da concentração de terras e, conseqüentemente, de um modelo social que se baseia na apropriação privada deste meio de produção. Infelizmente, a perspectiva da propriedade privada, como um elemento fomentador da individualização da sociedade e, conseqüentemente, na política

de Reforma Agrária, de manipulação do Estado, é capaz de reduzir todos os resultados alcançados coletivamente pelos grupos que lutam pela terra, a materialização de um anseio individual: um lote. Por isso, é importante destacar que, na construção da coletividade, é fundamental se conceber o projeto de assentamento como um todo, desta forma, as áreas coletivas, as agrovilas e, mesmo as áreas de proteção ambiental, dão esse tom.

De forma geral, é importante destacar que os movimentos sociais tendem a optar pelas agrovilas, por as considerarem um local de possibilidades de articulação, reunião e trocas. Na verdade, elas, normalmente, materializam a territorialização dos acampamentos, fortalecendo, inclusive, a própria memória do grupo em relação à sua conquista. Outro aspecto relevante, é que as agrovilas permitem uma adaptação mais confortável nos processos de recampesinação dos que foram para cidade e, estão voltando para o campo. É importante destacar que uma agrovila, também, atende as demandas, tanto do Estado, como do Capital, porque é mais barato e logisticamente mais viável se implantar um núcleo habitacional com sua infraestrutura demandante (água, luz, acesso), que casas dispersas no campo. Por essa razão, a ideia das agrovilas é muito forte nos projetos de assentamento, pois, atende tanto a demanda do grupo social organizador, como, do Estado, provedor dos recursos, e, do Capital, que vai escoar seus produtos e forma mais prática.

O problema que aqui se coloca é que ela é planejada, com a lógica da precarização da política pública. Assim, como já visto, sua localização segue uma estratégia de sobrevivência, não a de se atender a melhor opção para os assentados, numa perspectiva de prosperidade futura. Diante disso, muitas distorções ocorrem, o que faz com que se questione a própria viabilidade da agrovila, como solução para os assentados, contrapondo-a com a implantação das casas dispersas nos lotes. O que se coloca aqui, não é a contraposição de uma opção em detrimento da outra. Na verdade, acredita-se que não exista uma regra, quanto a esta questão.

O que ocorre são relações diferenciadas de apropriações espaciais, fruto de acordos, processos e estratégias distintas, que, trazem a moradia para a centralidade da questão, no contexto dos interesses coletivos e individuais. Como fruto destes acordos, em relação ao local de implantação das unidades habitacionais do assentado, é possível perceber distorções onde moradia, é fragmentada de uma forma tão profunda, que acaba perdendo seu sentido mais amplo e, gerando, por isso, limitações de reprodução de vida de uma determinada família, muitas vezes intransponíveis. Como exemplo, é comum que

isso ocorra quando os lotes de produção ficam muito distantes da agrovila. Revela-se, também, com este conteúdo, que o que foi algo pensado para o grupo, isto é, uma construção de cunho coletivo, pode, posteriormente, se transformar em aparatos de beneficiamento de uns em detrimento de outros. Como é o caso das estratégias onde as agrovilas se localizam nos extremos e, os que tiveram a sorte de ter um lote perto dela vão, com certeza, ter mais vantagens.

A variação é grande, assim como seus resultados, porém, sem dúvida, o planejamento anterior, com a amplitude da maturidade de se pensar o futuro, sem as amarras das limitações momentâneas, poderiam fazer com que muitos dos problemas causados a partir da implantação das moradias fossem reduzidos, e, tanto as agrovilas, quanto as casas dispersas, pudessem compor um rol de opções, cuja centralidade fosse compatível com os interesses de cada um dos camponeses assentados e, ao mesmo tempo, do grupo como todo. Assim, a construção do coletivo seria integrada, também, pelas nuances e diferenças de cada assentado, sem, com isso, trazer o individualismo como referência. Desta forma, cada grupo poderia construir sua própria referência de habitat, segundo Borges (2002), num processo que pudesse envolver diversos saberes, vivências e referências de cotidianidades, vinculados a um projeto político conjunto.

Nesta perspectiva, busca-se, através de construções coletivas, se estabelecer conexões fundamentais que garantam a permanência do assentado em sua condição de camponês. Assim sendo, tratar de conexão é tratar de ligação, amarração, junção, acoplamento, vínculo, união. No caso, ela está relacionada com as possibilidades que o camponês consegue constituir dentro de um assentamento, no sentido de reestabelecer na escala da articulação do seu trabalho, da constituição de uma rede familiar (de compadrio) e da sua fusão com a natureza.

A moradia se coloca como elo de conexão camponesa. Ela tem a potência de se caracterizar como resistência nos momentos de luta pela conquista da terra, a partir do seu uso pelos sujeitos sociais; de cumprir um papel importante na construção das coletividades e, também; de compor as formas cotidianas de resistência camponesa. A moradia como conexão da cotidianidade da vida camponesa vai trazer, também, um significado de pertencimento, de integração entre o camponês assentado com seu trabalho, com sua família e com a terra.

A moradia do assentado camponês acomoda o trabalho em sua cotidianidade. Neste caso, toda a complementação da moradia construída a partir da unidade habitacional fornecida pelo Estado vai ter, quase que totalmente a finalidade produtiva.

E, tais complementações são feitas, normalmente, pelos próprios assentados, a partir de recursos locais. Isto quer dizer que o domínio das técnicas manuais, não só contribui no processo de luta e resistência, no momento dos acampamentos, mas, também, na manutenção dos assentados nos PAs. A pouca assistência dada a eles, no sentido de investimentos produtivos, vem acompanhada das tentativas de solução dadas pelos mesmos, com o material e o conhecimento que dispõem. É importante destacar que, vão existir casos, onde as famílias não dominam plenamente técnicas manuais ou têm dificuldades em criar estruturas, fazendo-as mais dependentes e menos autônomas. Isso, também é comum, da mesma forma que o é, os que dominam as técnicas. As moradias, vistas desta forma, se constituem, fundamentalmente como o ponto de conexão entre o assentado e seu trabalho.

Outra questão que envolve as moradias e o trabalho, no que se refere à conexão, é a questão da distância, nos casos onde estas estão espacialmente fragmentadas entre a agrovila e os lotes de produção. Tais distâncias foram tema de estudo dos que trataram da questão da moradia camponesa, porém com a precarização da política e, a conseqüente escolha do local de implantação das moradias, vinculadas à disponibilização de infraestrutura doméstica, dificilmente estes estudos são aplicados na prática. Assim, os assentados vão criando suas próprias soluções. A construção de uma casa no lote individual é uma delas. Outra solução seria a utilização da moto, cada vez mais comum, porém não acessível a todos. Porém, verificou-se que a distância pequena a ser percorrida a pé viabiliza por si só o trabalho e os deslocamentos entre casa e trabalho. O que se pensa, é que o caso de cada assentado deve ser considerado, tanto no momento do parcelamento, como da escolha do local da implantação das unidades habitacionais e, esta decisão, necessariamente deve ser amadurecida coletivamente. Neste caso, a individualidade ou as diferenças entre as condições de cada assentado devem ser consideradas, no sentido da busca das possibilidades de conexões de cada um, no universo da equidade e, em um processo de construção de coletividade pleno.

Outro destaque que envolve a moradia e o trabalho, é a extensão da mesma à área coletiva. Esta extensão, entretanto, não se coloca com o significado do trabalho coletivo. Ela é apropriada com a característica do uso comum. O mesmo uso comum utilizado pelas comunidades tradicionais, onde uma porção de terra, não necessariamente, vai ter uma conotação de propriedade privada, mas, diferente disso, ela está livre para o uso de alguém, quando necessário. Esta possibilidade de apropriação momentânea, sem as amarras das delimitações formais, traz, para as áreas coletivas, outro significado.

Primeiro, ela fortalece a unidade do PA, como um conjunto, pois, ali, é uma área que pertence a todos. Segundo, ela viabiliza a complementação da renda dos assentados que, muitas vezes têm lotes distantes e quintais pequenos. Terceiro, ela dinamiza o uso da área coletiva pois, quando os assentados não conseguem construir sua coletividade através do trabalho, esta acaba ficando ociosa. Assim, o uso comum da área coletiva é, sem dúvida, um fenômeno relacionado à própria característica de adaptabilidade camponesa que, se coaduna com as formas cotidianas de resistência. As áreas coletivas, de uma forma, ou de outra, são fundamentais, pois, se constituem em área que, tanto tem grandes possibilidades de construções de coletividades, como, também, de conexões.

Outro aspecto de grande importância aqui tratado, é a conexão entre os assentados e a natureza. Traz-se aqui, mais uma vez, aspectos tratados na perspectiva das comunidades tradicionais que, constroem significativas conexões com o lugar onde vivem ao longo do tempo, compreendendo o funcionamento do meio natural e, principalmente, se compreendendo como integrante deste. O camponês assentado, vai, também, constituir tais conexões, porém, num lugar que, muitas vezes é novo para eles; está ambientalmente degradado; tem uma área incompatível com a demanda e; com um grupo constituído por indivíduos com perfis diferentes. Sem dúvida, este processo é lento, complexo e heterogêneo dentro de um PA. Assim, intimidade física, ou seja, a fusão camponês/natureza, vai sendo construída individualmente, por cada assentado na medida em que a terra não tenha somente o significado material, mas, quando vai se constituindo num repositório de recordações sensoriais e emocionais e, conseqüentemente, a natureza passar a integrar a lógica produtiva, ou seja, onde as práticas se relacionam harmonicamente com a natureza. Este tipo de conexão pode não ser possível para todos, ocorrendo onde a campesinidade tenha força para se sobressair, se territorializando em sua inteireza. Ainda é cedo para tratar de grupo nesta perspectiva de fusão camponês-natureza, visto que ela parte das construções de cada pessoa, porém, o momento ideal para a coletividade, seria quando o grupo começasse a se assemelhar a partir deste tipo de conexão.

Saindo-se da escala da moradia das famílias assentadas e, partindo-se para a escala dos PAs, visto como uma grande moradia do grupo, parte-se para compreender, agora, como os locais de implantação das moradias, principalmente quando agrupadas, tornam-se um local de referência da resistência ou melhor, de conexão camponesa. Neste caso, os núcleos habitacionais vão funcionar como conectores no estabelecimento de relações no plano da família, do trabalho, da cooperação. O raio de influência de um núcleo

habitacional de um PA vai variar, de acordo com seu porte, conseqüentemente, do que dispõe enquanto infraestrutura. Assim sendo, núcleos menores se conformam como pontos de conexão para o próprio PA, enquanto núcleos maiores e mais estruturados se conformarão, como núcleos de conexão da sua região, tendendo alguns, inclusive ao crescimento populacional, fato que pode levá-los à condição de povoados. O aparecimento de povoados no meio rural, é de extrema importância, pois, dinamiza a região, criando fluxos e possibilitando o fortalecimento das conexões camponesas.

Cada agrovila que se forma, além de toda significação política, emocional e social; tem, também, um papel de ponto de conexão que, em conjunto com outras agrovilas, povoados, agrupamentos, moradias dispersas, acampamentos, comunidades quilombolas, comunidades de fundo de pasto, comunidades indígenas, ribeirinhos, dentre outros, formam uma grande rede de resistência de cooperação e articulação. Tal rede, com toda característica camponesa, isto é, vinculada ao exercício e viabilização do trabalho, a construção de coletividades (da grande família) e a conexão com a terra (com a natureza); vêm possibilitando, propagando e mantendo o camponês, na posição de camponês.

Um projeto de assentamento de reforma agrária criado, significa uma grande vitória camponesa. Mesmo com todos os problemas levantados, quando surge um projeto de assentamento, um ponto de conexão se acende. Este ponto, vai ajudar a acender outros pontos e, mesmo com todas adversidades vinculadas à questão agrária, estes pontos somados, estarão lá, no campo.

Ah, os livros...

São os lares da sabedoria, neles estamos protegidos, guardados sob o aspecto da proteção divina.

São abrigos das palavras sopradas ao vento sob a luz atenta da vontade humana.

São casas das ideias, dos amores, das paixões, das inovações, das denúncias, das pseudoverdades, das mentiras... São casas...

Os livros também são nossos domicílios, caso escrevamos algum, eles permanecerão quando formos embora, quase como um registro sem retorno.

Neles estamos permanentemente residindo. Mesmo que nem estejamos lendo um. Eles respaldam, comentam, interferem e questionam todo e qualquer fenômeno cotidiano que vivenciamos.

Os livros...

São unidades habitacionais de padrões diversamente infinitos, sendo seus conteúdos fragmentos inseridos numa estrutura rizomática.

Um habitat! Sem dúvida alguma, um habitat... O local ideal para estarmos e sonharmos em todos os planos e dimensões.

A vivenda das expectativas. Lendo um livro, sente-se livre, potente quanto aos pensamentos, quanto ao que queremos. Nele, tudo é possível!

Para se ter um livro, é preciso lutar: o livro não é acessível a todos!

Para se ler um livro, é preciso lutar: nem todos têm tempo para desfrutar de uma leitura...

O acesso irrestrito aos livros deveria ser um direito. Deveria estar inserido no direito à moradia! Pois o livro é nossa casa, nosso lar, nosso abrigo, nosso domicílio, nossa residência, nosso habitat, nossa vivenda, nossa habitação, nossa moradia...

O livro!

Texto escrito por Paula Moreira em 08/01/2017 em homenagem aos livros e textos (e seus respectivos autores) que acessou para fazer esta tese.

CAPÍTULO 9



9 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lisiane Machado. **As Potencialidades do Pensamento Geográfico: a Cartografia de Deleuze e Guattari como Método de Pesquisa Processual**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.
- ALCÂNTARA, Andréia Silva de. **Ocupação Quilombo Paraíso: Moradia e Experiência Agroecológica na Cidade de Salvador/BA**. Anais do IV SINARUB. Salvador, 2016.
- ALCÂNTARA, D. M. **Entre A Forma Espacial e a Racionalidade Jurídica: Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho - Uauá/BA**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ALCÂNTARA, D. M. de, GERMANI, G. I., SAMPAIO, J. L. F. **Há uma Lei no meio do caminho: Luta para permanecer na terra dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia**. Revista Terra Livre 2(37), 74-103, 2011 (2010).
- ANDRADE, Maicon Leopoldino de. **A Monocultura do Eucalipto: Conflitos Socioambientais, Resistências e Enfrentamentos na Região do Sudoeste Baiano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2015.
- ARANTES, O. **Uma Estratégia Fatal: a Cultura nas Novas Gestões Urbanas**. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- ARRUTI, J. M. **A Emergência dos Remanescentes: notas para diálogo entre indígenas e quilombolas**. Revista Mana. Rio de Janeiro: Mana 3 (2), 1997 .
- ASHER, FRANÇOIS. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. Tradução: Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BALARINI, Gonzalo; ECHEVARÍA, Luciana; MARTÍNEZ ,Rodolfo. **Espacio Doméstico Rural**. Publicação Resultante de Projeto de Pesquisa. Montevideo: *Facultad de Arquitectura/ UdelaR*, 2008.
- BARDET, Gaston. **Pierre sur Pierre: Construction Du Nouvel Urbanisme**. Paris: Editions LCB Section Bâtiment, 1942.
- BARDET, Gaston. **O Urbanismo**. Tradução de Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: papirus, 1990.

BERNADELLI, Tânia Mara dos Santos. **De “Cupins de Açúcar” à Produtores Agroecológicos: o Processo de Transição para a Agroecologia no Assentamento Terra Vista – Arataca/BA.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2010.

BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma Análise de Vida Rural Contemporânea.** Tradução Alzemi E. Sturn. São Paulo: Atlas, 1973.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. **Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: Revisão Histórica e Novas Perspectivas no Governo Lula.** Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu – N°1. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

BORGES, A. H. **MST: Habitats em movimento.** Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura. USP, 2002.

BOTEGA, L. da R. **A Política Habitacional no Brasil (1930-1990).** Periódico Revela da FALS – Ano 1, N°2, 2008.

BRASIL, Antônia Eloisa. **Organização socioespacial e Transformações Socioeconômicas do Núcleo JK – Mata de São João/ Camaçari/Bahia.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em geografia/ UFBA. Salvador, 2004.

BRASILEIRO, Vanessa Borges; Salles, Cristiane Tomaz de Campos. **A Casa é uma Máquina de Morar (?): Analisando a Casa Modernista.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 14, n°15. Belo Horizonte, 2007.

BREUSS, M. e SANTOS, J. M. dos (Organizadores). **A Roça do Semiárido. Série Convivendo com a Seca.** Juazeiro: IRPAA, 2015.

BROSLER, Taísa Marotta. **O Direito à Moradia no Meio Rural: Significados, Entraves e Potencialidades para sua Conquista.** Tese (Doutorado). Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp. Campinas, 2015.

CAMARGO, José Geraldo Da Cunha. **Urbanismo Rural.** Brasília: INCRA, 1973.

CAMARGO, José Geraldo Da Cunha. **Urbanização Celular.** Estudo Técnico. Convênio MEC-BNH, 1977.

CANOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** Equipe de tradução da PUCCAMP. Campinas: Papyrus, 1988.

CARAFFA, Marina. **Projeto de Assentamento Rural. Um Estudo do ambiente Construído no Zumbi dos Palmares – Iaras/SP.** Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2014.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **A Origem do Conceito de Multiplicidade Segundo Gilles Deleuze**. Trans/Form/Ação, 19: 151 - 161. São Paulo, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. 3ª edição. RJ: Paz e Terra (coleção pensamento crítico, vol. 48), 1993.

CAVACO, Cristina Soares Ribeiro Gomes. **Broadacre City: Frank Lloyd Wright**. Curso de Mestrado em Cultura Arquitetônica Contemporânea e Construção da sociedade Moderna. Leitura Histórica e Estética das formas Arquitetônicas e urbanas. 1998.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista**. Dissertação de Mestrado. PPGAU/UFRN. Natal, 2009.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CHING, Francis. **Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem**. Tradução Alvarar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CIANCIARDI, Glaucus. **A Casa Ecológica**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2014.

COELHO NETO, Agripino Souza. **As Repercussões Espaciais das Políticas de Irrigação no Vale do São Francisco: uma Análise do Perímetro Irrigado Formoso no Município de Bom Jesus da Lapa**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia/ UFBA. Salvador, 2004.

CORDEIRO, Tânia. **Que Solução é Essa? As Agrovilas de Bom Jesus da Lapa**. Cadernos CPT Especial. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 1982.

CORNELL, Elias. **A Arquitetura da Relação Cidade Campo**. Tradução de Frank Svensson. Brasília: Editora Alva, 1998.

CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 1ª edição. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, F. A. **Atlas Histórico de Cidades. A cidade como objeto de investigação**. Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Vol.1, Ano 1. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2003.

COSTA, F. A. **Com viuen lês besties a Londres, Como viven lós animales em Londres. Commet vivent lês animaux à Londres**. Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Ano 7, nº1, Francisco de Assis da Costa (Org.). Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2008.

- COUTINHO, Carlos Nelson. **A Hegemonia da Pequena Política.** (In) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.* São Paulo: Boitempo, 2010.
- CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX.** Brasília, DF: IPHAN – Programa Monumenta, 2010.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil.** Rio de Janeiro, 1997.
- DE BOTTON, Alain. **A Arquitetura da Felicidade.** Tradução de Talita Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- DELEUZE, Gilles. *Differen ce et Repetition.* Paris: PUF, 1968.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DINIZ, Edite Luiz. **Tapera, Pau Grande e Barreiros: Uma Geohistória de Resistência de Comunidades Tradicionais, no Litoral Norte da Bahia.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- DUMÉZIL, Georges. **La religion romaine archaïque.** 2a ed. Paris: Payot, 1974.
- FABRINI, João Edmilson. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR enquanto Território de Resistência Camponesa.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2002.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como Categorias Essenciais.** In: *A Pesquisa em Educação do Campo.* Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.
- FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado.** São Paulo: Editora Pioneira, 1991.
- FOUCAULT, Paul-Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión Agraria y Asentamiento de Población em el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por La Tierra**. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar Inez. **Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos Espaços de Vida e de Conflitos**. Cultura Vozes, nº6, volume 95. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

GERMANI, Guiomar Inez. A Geografia (e) (da) Reforma Agrária. **Trabalho Apresentado no “Encontro de Técnicos e Dirigentes de Cooperativas e Associações do MST”, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Direção Estadual da Bahia**, em Salvador (BA), 11.01.98.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GONÇALVES, C. W. P.; QUENTAL, E. A. **Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América latina**. 2011.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leando Konder. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HENFREY, Colin. **Da Sesmaria à Reforma Agrária: A história oral de Canabrava, uma comunidade camponesa no Vale do Paraguaçu**. (In) Cadernos do CEAS n. 116. Bahia: CEAS, 1988.

HERCE, Manuel. **O Negócio da Cidade: Evolução e Perspectivas da Cidade Contemporânea**. Tradução de Salvador Antônio Bernardino Pane Baruja. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2015.

JACQUES, Paula Berenstein. **Estética da Ginga: A Arquitetura das Favelas Através das Obras de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: 2001.

JUNIOR, A. A. & GERMANI, G. I. **A Conflitualidade para além da Demarcação: o Campesinato Indígena na Atual Conjuntura da Política Indigenista no Brasil**. Artigo Boletim DATALUTA – Artigo do mês de novembro 1-20. 2013.

JUNIOR, Valdemar João Wesz; ROTH, James Diego; MATTOS, Victor Mateus Menezes de; FERREIRA, Ana Margarete Rogrigues Martins; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **Os Novos Arranjos do Exôdo Rural: A Evasão Temporária de Jovens Agricultores Familiares Gaúchos**. Anais do XLIV Congresso da SOBER. “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. São Luiz Gonzaga (RS), 2006.

KAUSTKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- KOSTOF, Spiro. *The City Shaped: urban Patterns and Meanings through History*. New York: Bulfinch Press, 2014.
- LAINING, Gordon. *The origin of the cult of the Lares*. Classical Philology, vol. 16, n. 2, abr. de 1921.
- LE COBUSIER. *Mensaje a los Estudiantes de Arquitectura*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999/70.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Ed. Moraes, 1991.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LEITE, Gisele. **Propriedade em Geral em Poucas Palavras**. Leitura & Artigo, Caderno 7, Id. 4556. Disponível em [HTTP://ambilatoriojuridico.com.br](http://ambilatoriojuridico.com.br) em 03/01/2017.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS L. PALMEIRA M. & CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos. Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. IICA: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LIMA, Wéverson Fonseca; FONSECA, Wéverton José Lima; OLIVEIRA, Augusto Matias de; VOGADO, Gleissa Mayone Silva; SOUSA, Gioto Ghiarone Tertio e; SOUSA, Tiago de Oliveira; SOUSA JÚNIOR, Severino Cavalcante de; LUZ, Carlos Syllas Monteiro. **Causas e Consequências do Êxodo Rural no Nordeste Brasileiro**. Nucleus, v.12, n., 2015 (2008).
- LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado)**. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1997.
- LUZ, Valdemar P. da. **Curso de Direito Agrário**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Política de Colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **Sementes da luta pela Terra na Fronteira Brasil-Uruguai: Os Limites e Possibilidades da atividade Camponesa em Santana do Livramento – BR e Bella unión-UY**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2014.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. **Ciência e Religião: por uma Micropolítica de Subjetivação**. Caderno CRH. Volume 26, Nº69, p. 493-510. Salvador, 2013.

MARCELIN, Louis Herns. **A Linguagem da Casa entre os Negros no Recôncavo Baiano**. Mana 5(2):31-60, 1999.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os Camponeses e a Práxis da Produção Coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do Uso do Conceito de Camponês**. Revista NERA. Ano 11, nº. 12. Presidente Prudente, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária – o Impossível Diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **Conflitos Fundiários e Violência no Campo**. In Conflitos no Campo – Brasil 2014 (Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa). Brasil: CPT Nacional, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de, LEITE, Sérgio Pereira. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: Dimensões econômicas, política e sociais**. Projeto apresentado a FINEP. São Paulo: FINEP, 1996.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÓNCLUS, F.J & OYÓN, J.L. **História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 1) - Políticas y Tecnicas em la Ordenacion Del Espacio rural**. Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1988.

MÓNCLUS, F.J & OYÓN, J.L. **La Tradición Agrarista: Ordenación del Territorio y Arquitectura**. In: CEUMT La Revista Municipal, nº28– *Las Formas del Espacio Rural y sus Instrumentos de Ordenación*. Barcelona: CEUMT, 1987.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **A Produção do Espaço no Projeto de Assentamento Pancada Grande**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFBA. Salvador, 2004.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos, GERMANI, Guiomar Inez. **A Moradia no Contexto do Conflito por Terra: Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João**. Anais do IV SINARUB. Salvador, 2016.

MOREIRA, P. A. M. S e GERMANI, G. I. **Planejamento Estatal e Submissão do Campo à Cidade: Estratégias de Colonização Rural no Brasil e na Espanha ocorridas no Século XX**. Anais do XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Natal (RN), 2014.

MOREIRA, P. A. M. S., GERMANI, G. I., COSTA, F.A. **Relações entre Gestão e Tipologia na Execução dos Créditos Destinados à Habitação em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Estado da Bahia entre 1995 a 2010**. Anais do Fórum Habitar 2015. Belo Horizonte/MG, 2015.

NEVES, Nelson Serra. **Projeto Morada Nova: Planejamento Físico Rural**. Fortaleza: DNOCS, 1977.

NÓVOA, Walton Vieira. **Contribuição da Fundação Serviços de Saúde Pública para a Formação da Infra-estrutura Social em Cidades de Pequeno e Médio Portes**. Experiência com Programas Habitacionais em Áreas Chagásicas. Separata da Revista da Fundação SESP, Volume XXVI, nº1. Rio de Janeiro, 1981.

OLIVEIRA, A U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Avelino. *A Casa Compreensiva: Um Percorso sobre a Concepção Arquitectónica das Tipologias de Habitação*. Portugal: Caleidoscópio, 2015.

OLIVEIRA, F. M. C. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Editora Novos Estudos CEBRAP, 1972.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alicia Ruiz; GARRIDO, Cristiane Santos; SANTOS, Andréa Iridan dos; COSTA Davi Silva da; AMORIM, Itamar Gomes. **A Diversidade das Formas de Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco – Bahia**. Resultados parciais da pesquisa “Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semiárido nordestino: preparando uma pesquisa-ação”, com apoio do DFID- *Department for International Development/UK*. Salvador, 2004.

OLIVEIRA, Nelson. **Reforma Agrária na Transição Democrática: A Abertura dos Caminhos à Submissão Institucional**. Salvador: Loyola, 2001.

OSÓRIO, Jaime. **Estado, Reproducción del Capital y Lucha de Clases: la Unidad Económico/ Política del Capital**. 1ª edición. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas Urbanas: de la Manzana al Bloque*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.

PANZINI, Franco. **Projetar a Natureza: Arquitetura da Paisagem e dos Jardins desde as Origens até a Época Contemporânea.** Tradução de Letícia Andrade. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2013.

PAREDES, Alfredo Villanueva & MALDONADO, Jesus Leal. *História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 3) – La Planificación Del regadio y lós Pueblos de Colonización.* Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1990.

PEDRÃO, Fernando. **A Economia da Produção Social da Moradia.** Rua 2(2). Salvador, 1989.

PERES, R. B. **Habitação Rural - Discussão e Diretrizes para Políticas Públicas, Planejamentos e Programas Habitacionais.** Dissertação de Mestrado. USP- São Carlos. São Carlos, 2003.

PONTUAL, Virgínia. **O Urbanismo Aplicado do Mestre Gaston Bardet: Conferências, Cursos e Instituições.** Anais do XIV SHCU – Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do Século XX. São Carlos, 2016.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo.* São Paulo: Paz e Terra, (1978) 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista. Tradução Maria Luiza Martínez Passarge.* Madrid: Siglo XXI Editores, (1968), 2007.

RAGGI, Roberta Vieira. **O Outro Lado da Metrópole: as Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo.** Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2014.

REGO, Renato. **Comunidades Planejadas na Amazônia: o urbanismo Rural e a utopia de uma Nova Civilização.** Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica – *Las Utopias y la Construcción de la Sociedad Del Futuro.* Barcelona, 2016.

REGO, Renato. **Utopia e Urbanismo Funcionalista na Transamazônica.** Anais do XIV SHCU – Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do século XX. São Carlos, 2016.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação: Liberdade, Autonomia, Emancipação: Princípios/ Fins da Formação Humana.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, M. A. **Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a Avenida Atlântica e a procura do prazer.** In: RIBEIRO, M. A. (Org.) Território e prostituição na metrópole carioca. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIFRANO, Luiz. **Avaliação de Projetos Habitacionais: Determinando a Funcionalidade da Moradia Social.** São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas Cidades Brasileiras: Habitação e Especulação, O Direito à Moradia, Os Movimentos Populares**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a Geografia)
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel, JÚNIOR, Nelson Saule. **Habitat II – Assentamentos Humanos como Tema Global. In: Habitat: as práticas Bem Sucedidas em Habitação, Meio Ambiente e Gestão Urbana nas Cidades Brasileiras**. Nabil Georges Bonduki organizador. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **As Categorias Rural, Urbano, Campo, Cidade: a Perspectiva de um Continuum**. (In) Cidade e Campo, relações e Contradições entre Urbano e Rural. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- RUIZ, María Pérez. **El culto en la casa romana**. Anales de Prehistoria y Arqueología, vols. 23-24, 2007-2008.
- SANTOS JUNIOR, A. A. & GERMANI, G. I. **A Conflitualidade para além da Demarcação: o Campesinato Indígena na Atual Conjuntura da Política Indigenista no Brasil**. Artigo Boletim DATALUTA – Artigo do mês de novembro 1-20. 2013.
- SANTOS, C. F. dos (Coordenador Geral). **Cabras e Ovelhas: A Criação do Sertão**. Série Convivendo com o Semiárido. Juazeiro: IRPAA, 2015.
- SANTOS, Hamilton Félix dos. **Histórico Ocupacional do ex-Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho/ Município de Serra do Ramalho e Carinhanha**. Documento INCRA. Bom Jesus da Lapa, 2013.
- SANTOS, Samara Araújo dos. **Em Torno da Interpretação Deleuzeana do Conceito de Multiplicidade em Bergson e a Relação Duração-Espaço**. Revista Sul-Americana de Filosofia da Educação – RESAFE. Números 8/9. Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5ª edição. SP: EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6ª edição. SP: EDUSP, 2014.
- SCOOTT, James. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia: Discursos Ocultos**. Tradução de Jorge Aguilar Moura. México: Ediciones ERA, 2008.

SCOOTT, James. **Exploração Normal, Resistência Normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais: os Conceitos de Território e Territorialidade como Orientações para uma pesquisa Científica**. In: Territórios e Fronteiras: (re) arranjos e Perspectivas. Nilson Cesar (organizador). Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: Uma Concepção Multidimensional voltada para a Cooperação e para o Desenvolvimento Territorial**. 2 edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Cecília Milanez Graziano da. **Habitação Rural: uma Luta por Cidadania**. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2014.

SHANIN, Teodor. *La Clase Incómoda: Sociología Política Del Campesinato en una Sociedad em Desarrollo* (Rússia 1910-1923). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y Sociedades Campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. **A Definição de camponês: Conceituações e Desconceituações – o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista**. Revista Nera. Ano 8. Nº7 – Julho/dezembro. Presidente Prudente, 2005.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: Campesinato e Territórios em Disputa. Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (organizadores). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social de Mercado: a Confluência entre Estado, Empresas Construtoras e Capital Financeiro**. Belo Horizonte, C/Arte, 2012.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Tradução de Clóvis Marques. RJ e SP: Editora Record, 2009.

SILVA, Ariadne Moraes. **O Conceito de Diagrama na Interface da Arquitetura: A Emergência da Abordagem Diagramática na Produção Contemporânea**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2015.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva. **Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional**. Geografia, 1 (2). Rio Claro: 1976.

SOARES, Irani Santos. **A Organização do Espaço nos Projetos de Assentamento da Bahia: Intenções e Ações**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/ Pós Geo, da UFBA. Salvador, 2014.

SOUZA, Luiz Antônio de. **O Urbanismo na Interface do Turismo: Usos e Apropriações Especulativas do Litoral da Bahia.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2014.

SOUZA, M. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E. et ali. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, Sônia Maria Platon. **A Noção de Habitar na Ontologia de Heidegger: Mundanidade e Quadratura.** Dissertação de Mestrado em Filosofia./ UFBA. Salvador, 2006.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

TURNER, John F. C. Vivienda, **Todo el Poder para los Usuarios: Hacia la Economia em la Construcción del Entorno.** Tradução de Jose Corral. Madrid: H. Blume Ediciones, 1977.

VAINER, C. B. **Pátria, Empresa e mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William. **500 Anos da Casa no Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIEIRA, Carolina. **O Ciclo do Ouro: Princípio Itinerante das Minas e Edificações Provisórias.** Salvador, 2017.

VINHOLI, Ana Carolina; MARTINS, Pedro. **Agricultura Urbana e Êxodo Rural.** Revista de Ciências Sociais, volume 43, nº1. Fortaleza, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas.** In: Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras, contemporânea: as singularidades brasileiras / Carlos Miranda e Heithel Silva (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular Brasileira.** São Paulo: Martins Fontes (raízes), 2005.

WOOD, Ellen Meiksis. **Democracia Contra Capitalismo: A Renovação do Materialismo Histórico.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral.** In Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb: Tempo Brasileiro, 1990.

ZABALBEASCOA, Anatxu. **Tudo sobre a Casa.** Tradução Maria Alzira Brum Lemos. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

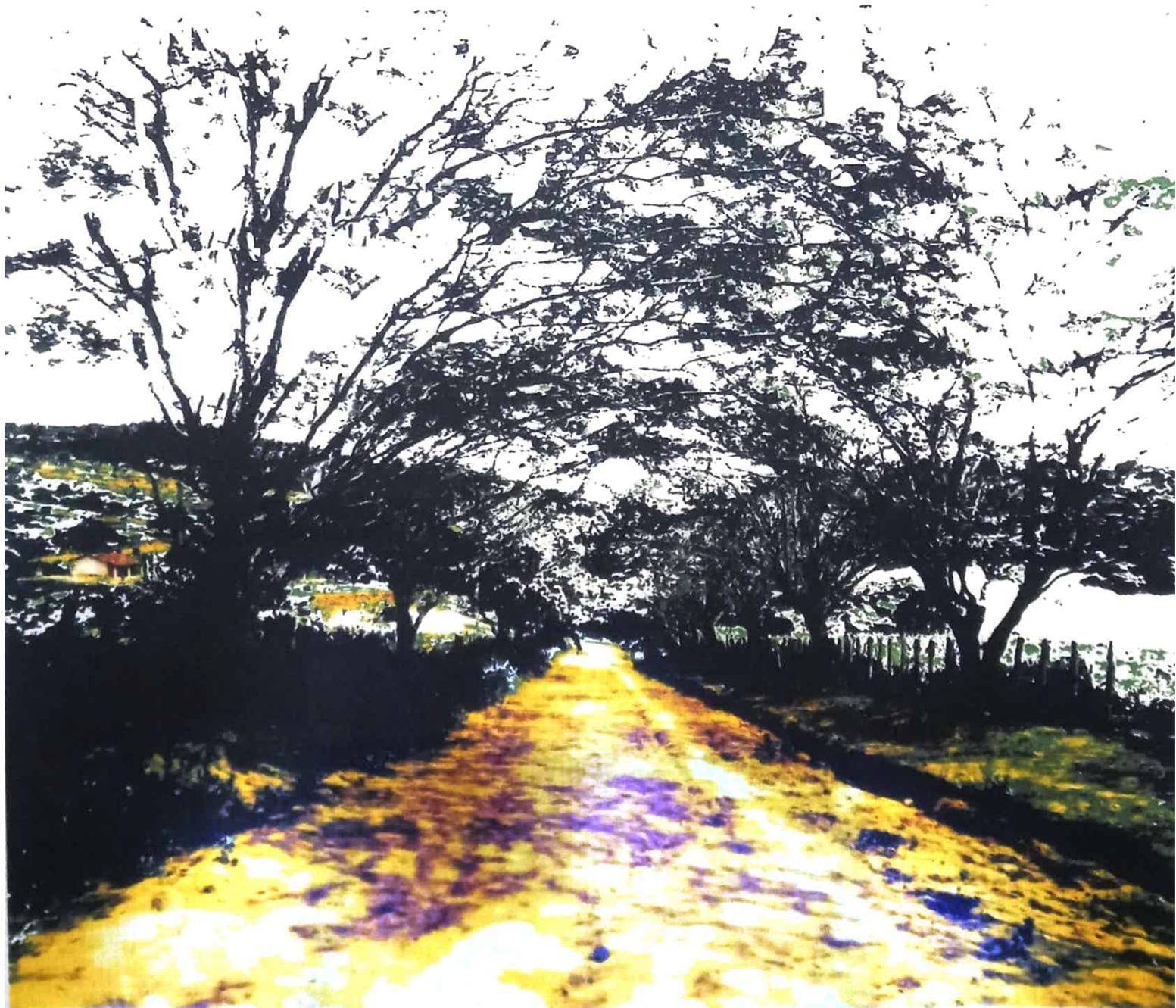
Meu universo

Eu criei um universo
Nele, não há indícios de uma
globalização
Porém, ali, persigo um arquétipo
Chego, entro, saio, ativo-o e
desligo-o
Para ele existe uma única porta
Para ela, somente uma chave...
Mas, o que seria esta chave? Que
porta ela abriria?
Cada vez que a chave gira, uma
rotação ocorre
Assim, posso acessar sensações e
paisagens diferentes
Esta porta é física, tem
materialidade
Meu universo, não...

APÊNDICES



ANEXOS



APENDICE 1

Ficha de Classificação do PA em relação a Agrovila

Nome do PA:

1. **Tipo de implantação das habitações no Projeto de Assentamento**
 - a) **Com uma agrovila**
 - b) **Com Várias agrovilas distribuídas no PA**
 - c) **Sem agrovila – Casas Localizadas no Lote de Produção**
 - d) **Misto – com agrovila e Casas no Lote de Produção**

2. **Localização da agrovila em relação ao território do PA**
 - a) **localização em área próxima ao centro geométrico do PA**
 - b) **localização em área próxima ao extremo do PA**
 - c) **localização variada (vários núcleos)**
 - d) **sem nucleação**

3. **Tamanho dos Lotes de Habitação**
 - a) **Lotes de dimensão pequena (até 500m²)**
 - b) **Lotes de dimensão média (de 501 a 1500m²)**
 - c) **Lotes de dimensão grande (acima de 1500m²)**
 - d) **Lotes variados, sem predominância**

4. **Infraestrutura implantada (habitação, água, luz, estrada de acesso, escola)**
 - a) **Com toda infraestrutura implantada**
 - b) **Com infraestrutura parcialmente implantada**
 - c) **Sem infraestrutura**

5. **Estado atual das habitações (ver fotos)**
 - a) **Bom**
 - b) **Médio**
 - c) **Precário**

6. **Tipologia das habitações (ver fotos)**
 - a) **Maior parte de suas casas constituídas de tipologia padronizada**
 - b) **Maior parte de suas casas constituídas de tipologias diversas**

7. **Padrão das habitações (ver fotos)**
 - a) **Maior parte de suas casas constituídas de padrão urbano**

- b) Maior parte de suas casas constituídas de padrão rural**
- c) Não existe predominância de padrão**

8. Quem projetou a vila

- a) Profissional**
- b) Movimento**
- c) Associação**
- d) Comunidade**
- e) Mais de uma alternativa acima (citar)**

9. Proximidade da agrovila

- a) Centros urbanos**
- b) Estrada de grande tráfego**
- c) Estrada vicinal**
- d) Rio**
- e) Infraestrutura da fazenda**
- f) Mais de uma alternativa acima (citar)**

10. Topografia predominante do PA

- a) Plana**
- b) Acidentada**
- c) Mista**

APENDICE 2

NOME E MOMENTOS DOS PAS ANALISADOS/PROCESSOS DE OBTENÇÃO

N	PAS	MUNICIPIO	GOVERNO	MOMENTO
1	FAZENDA ITACUTIARA	BARRA	SARNEY	1
2	CANABRAVA	BOA VISTA DO TUPIM	SARNEY	1
3	CRISPIM	BOA VISTA DO TUPIM	SARNEY	1
4	MARIANA	CAMAMU	ITAMAR	1
5	SÍTIO NOVO	IPIRÁ/ RAFAEL JAMBEIRO	SARNEY	1
6	SANTA MARIA	MARAÚ	SARNEY	1
7	CACHÁ	MARCIONÍLIO SOUZA	SARNEY	1
8	BAIXA GRANDE	MORRO DO CHAPÉU	COLLOR	1
9	MUCAMBINHO	SANTALUZ	SARNEY	1
10	SANTA CATARINA	SANTO AMARO	COLLOR	1
11	PÉ DE SERRA	TUCANO	COLLOR	1
1	BARRO VERMELHO/ CANUDOS	BARRA	FHC	2
2	BARRA VERDE	BOA VISTA DO TUPIM	FHC	2
3	BEIRA RIO	BOA VISTA DO TUPIM	FHC	2
4	GROTÃO	BOA VISTA DO TUPIM	FHC	2
5	REUNIDAS SANTA FÉ	BOA VISTA DO TUPIM	FHC	2
6	LIMOEIRO	CAMAMU	FHC	2
7	RIO GRANDE II	COTEGIPE	FHC	2
8	PANCADA GRANDE	ITACARÉ	FHC	2
9	CONJUNTO LARANJEIRA	MARAÚ	FHC	2
10	SANTA FÉ	MARCIONÍLIO SOUZA	FHC	2
11	EUCLIDES NETO	MATA DE SÃO JOÃO	FHC	2
12	MAJU	MATA DE SÃO JOÃO	FHC	2
13	PANEMA	MATA DE SÃO JOÃO	FHC	2
14	MORRINHOS	MORRO DO CHAPÉU	FHC	2
15	O DESCOBRIMENTO	SANTA CRUZ CABRALIA	FHC	2
16	MARAVILHA	SANTA CRUZ CABRÁLIA/ EUNAPOLIS	FHC	2
17	LAGOA DO BOI	SANTALUZ	FHC	2
18	ELDORADO	SANTO AMARO	FHC	2
19	COVA DA ARVORE	TUCANO	FHC	2
20	SERRA AZUL	XIQUE-XIQUE	FHC	2
1	SALOBRINHO	ANDARAÍ	LULA	3
2	UIRAPURU	BARRA	LULA	3
3	ALIANÇA	BOA VISTA DO TUPIM	LULA	3
4	POLINÉSIA	BOA VISTA DO TUPIM	LULA	3
5	CHE GUEVARA	BOA VISTA DO TUPIM	LULA	3
6	ANTONIO CONSELHEIRO III	CAMAMU	LULA	3
7	MEL DE ABELHA	CARINHANHA	LULA	3
8	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	COTEGIPE	LULA	3
9	SANTA MARIA	EUNAPOLIS	LULA	3
10	DOM MATHIAS	IPIRÁ	LULA	3
11	NOVA VIDA	ITACARE	LULA	3
12	LUZITANIA	MARAÚ	LULA	3
13	SEGREDO E RIACHUELO	MARCIONÍLIO SOUZA	LULA	3
14	SANTA MARIA	MATA DE SÃO JOÃO	LULA	3
15	AZIMBO	MATA DE SÃO JOÃO	LULA	3
16	PAULO CUNHA	SANTO AMARO	LULA	3
17	Terra Prometida	TUCANO	LULA	3
18	Terra para Todos	TUCANO	LULA	3
1	Periperi	BARRA	DILMA	
2	Oásis	IPIRÁ	DILMA	
3	MAÇARANDUBA	MARAÚ	DILMA	
4	Antiva	MARCIONÍLIO SOUZA	DILMA	
5	Rubim I e Rubim II	SANTA CRUZ CABRALIA	DILMA	
6	ATRACAJU	TUCANO	DILMA	

APÊNDICE 3
INSTRUMENTOS NORMATIVOS LIGADOS HABITAÇÃO NOS PAS

INSTRUMENTO LEGAL	GOVERNO	ESPECIFICIDADES	
Instrução Normativa nº 02, de outubro de 1998	SARNEY	Primeiro instrumento formal que disciplina a concessão de crédito implantação em Projetos de Assentamento criados pelo MIRAD e fixa valores tetos e OTN. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.	
IN/INCRA/Nº 44 de 12 de novembro de 1991	COLLOR	Estabelece valores para os créditos em cruzeiro. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.	
Portaria INCRA/DP/Nº 01 de 11 de fevereiro de 1993	ITAMAR	Estabelece valores para os créditos em número de salários mínimo. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.	
Portaria INCRA/DP/Nº 20 de 12 de dezembro de 1994	ITAMAR	Estabelece valores para os créditos em número de salários mínimo. Os recursos são distribuídos aos beneficiários em espécie sem um controle formal dos resultados.	
Instrução Normativa Nº 19 de 10 de setembro de 1997	FHC	O pagamento passa a ser prioritariamente feito de forma coletiva, com o recurso global depositado na conta de uma entidade de representação do projeto de assentamento com acompanhamento de servidores do INCRA. Os responsáveis pela conta bancária tem autonomia de movimentação da mesma.	
Instrução Normativa Nº 34 de 09 de julho de 1999	FHC		
Convênio entre INCRA/CEF Nº 67.000/01	FHC		
Norma de Execução/INCRA/Nº 26, de 26 de Agosto de 2002	FHC	O pagamento continua sendo feito de forma prioritariamente coletiva com o recurso global depositado na conta de uma entidade de representação do projeto de assentamento. Porém, esta conta será aberta por solicitação do INCRA, sendo bloqueada para movimentações dos responsáveis. Assim sendo, por intermédio da fiscalização e acompanhamento do servidor do INCRA responsável, os pagamentos são realizados diretamente na conta dos fornecedores com autorização da Superintendência do INCRA. A grande diferença entre os procedimentos anteriores é uma maior concentração de controle do recurso por parte do Estado.	
Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004	LULA		
Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005	LULA		
Norma de Execução nº 53, de 20 de dezembro de 2006	LULA		
Norma de Execução nº 63, de 14 de setembro de 2007	LULA		
Norma de Execução nº 67, de 29 de novembro de 2007	LULA		
Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008	LULA		
Norma de Execução nº 84, de 02 de setembro de 2009	LULA		
Medida Provisória nº459, de 25 de março de 2009	DILMA		Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009	DILMA		Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011	DILMA	Altera a Lei nº 11.424, de 7 de junho de 2009.	
Nota Técnica DD/INCRA/Nº2/2013	DILMA	Orientação quanto à construção de habitação rural para os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que passa a integrar o programa Nacional de Habitação rural.	
Portaria Interministerial nº78 de 8 de fevereiro de 2013	DILMA	Inclui os agricultores familiares beneficiários do programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.	
Lei nº13.001, de 20 de junho de 2014	DILMA	Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica.	
Decreto nº8.256, de 26 de maio de 2014	DILMA	Regulamenta o inciso V do art. 17 da Lei nº8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.	
Nota Técnica nº03, de 21 de julho de 2014	DILMA	Orienta quanto à concessão e operacionalização dos novos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária.	

APÊNDICE 4

GRADE DE OBSERVAÇÃO – HABITAÇÃO

Projeto de Assentamento:

Município:

Data:

Desenhar o croqui da habitação observando o que faz parte do projeto original e o que foi complementado pelos moradores

Projeto original

1. Descrição do material e técnicas empregados
2. Estado geral de conservação da habitação
3. Acabamento da casa
4. Cômodos mais usados
5. Cômodos mais valorizados

se complementado:

1. Materiais e técnicas utilizados
2. Cômodos acrescentados
3. Qualidade da complementação

Desenhar o croqui da casa implantada no lote

Observações sobre o quintal da casa

1. Cuidado em relação ao saneamento e limpeza do quintal
2. Integração da casa com quintal
3. Funções estabelecidas no quintal

Mobiliário da casa

1. Predominância geral da origem do mobiliário
2. Equipamentos eletrônicos presentes
3. Equipamentos do trabalho rural presentes
4. Características
 - Cozinha
 - Sala
 - Quartos
 - Sanitário
 - Área de serviço
 - Outros

Observações

GRADE DE OBSERVAÇÃO – LOCAL DA AGROVILA

Projeto de Assentamento:

Município:

Data:

Croquis da Agrovila destacando os usos e ocupação

1. Movimentação da agrovila
2. Locais mais utilizados
3. Espaços públicos
4. Ambiências da agrovila
5. O que existe na agrovila
6. Aparência da agrovila
7. Aspectos que incomodam
8. A implantação e uso da vila ameaça o meio ambiente do entorno

APENDICE 5

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GRUPOS FOCAIS

PROJETO DE ASSENTAMENTO:

MUNICÍPIO:

TIPO DE GRUPO:

MOVIMENTO:

- 1. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO**
- 2. CARACTERÍSTICAS DA FAZENDA DESAPROPRIADA**
- 3. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS**
- 4. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS**
- 5. CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS**
- 6. INFRAESTRUTURA**
- 7. DADOS SOBRE A HABITAÇÃO**
- 8. APLICAÇÃO DO CRÉDITO**
- 9. DADOS SOBRE O LOCAL DA MORADIA**
- 10. INDICAÇÕES ESPACIAIS DO PDA**
- 11. INDICAÇÕES ESPACIAIS DO LICENCIAMENTO**
- 12. QUESTÕES SOBRE A DEMARCAÇÃO**

ANEXO 1

FICHA DE PESQUISA DOS PROCESSOS PADRÃO GEOGRAFAR

FORMULÁRIO DA PESQUISA	
PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA BAHIA	
Pesquisador (a):	Data:
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Cód. SIPRA:	Nº Processo:
Projeto:	Município:
Área (ha):	Nº famílias:
Indicação do imóvel:	Notificação prévia:
Realização da vistoria:	Formalização do processo
Decreto de desapropriação:	Ato de criação:
Houve contestação da ação desapropriatória? () sim () não	
1 - ASPECTOS FUNDIÁRIOS	
Identificação dos nomes das fazendas, das áreas registrada e levantada, das condições das vias de acesso, dos limites e das confrontações – observando se houve ou não incidência de terras públicas na área desapropriada ou áreas limítrofes.	
Nome da(s) fazenda(s):	
Área registrada (ha):	Área levantada (ha):
MFM:	NMF: FMP:
Terras públicas () sim () não	
Condições das vias de acesso:	

Situação –

Tipo de estrada –

Importância da distância –

Praticabilidade durante o ano –

Do acesso: (**cópia**)

3 - USO DA TERRA

Identificar a existência e o estado de conservação dos cultivos agrícolas em geral (área cultivada, área da reserva legal, total), como também dos efetivos pecuários.

Uso da terra	Há	%
Cultura permanente		
Pastagens plantadas		
Preservação permanente		
Reserva legal		
Inaproveitável		
Aproveitável, mas não utilizada		
Total		100

4- ASPECTOS SOCIAIS

Descrever a situação do imóvel no que se refere à existência de moradores (posseiros ou trabalhadores, se possível destacar o número e os nomes), ocupação (se possível identificar os agentes, organizações,

movimentos e o número de famílias) e a existência (ou não) de conflitos no momento da desapropriação. Identificar também se houve acampamento, ainda que fora da área do imóvel.

Fator Motivador: posse ocupação acampamento
 conflito sem conflito

5- BENFEITORIAS

BENFEITORIAS (cópia)

Com destaque para a rede de abastecimento de água; energia elétrica; telefonia; construções hidráulicas (açudes, poços, cisternas, barragens); sistema de drenagem (coletores e valas); estradas internas.

6- PARECER E RECOMENDAÇÕES DO LAUDO, CAPACIDADE DE FAMÍLIAS, VIABILIDADE DO ASSENTAMENTO E OBSERVAÇÕES GERAIS.

Se possível, indicar o GUT, o GEE e a Nota Agronômica atribuída ao imóvel no laudo de vistoria:

Grau de Utilização da Terra (GUT) - deriva do cálculo da relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, devendo ser igual ou superior a 80% para que as terras sejam consideradas produtivas.

Grau de Eficiência na Exploração (GEE) - deverá ser igual ou superior a 100% para ensejar a classificação do imóvel como produtivo.

Nota Agronômica – calculada a partir da ponderação entre as classes de capacidade de uso do imóvel e os percentuais das suas respectivas áreas.

Importante também destacar as observações gerais relacionadas à política da reforma agrária e agricultura familiar; ao manejo agrícola e práticas do cacau orgânico.

GUT =

GEE=

Nota agronômica:

Parecer:

Capacidade de famílias:

Potencialidade agrícola:

Recomendações: